(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

ESTADOS UNIDOS
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

(Assinalar Uma Opção)

☐ **TERMO DE REGISTRO DE ACORDO COM O ARTIGO 12(b) OU (g) DO *SECURITIES EXCHANGE ACT* (Lei de Mercado de Capitais) DE 1934**

OU

☒ **RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DO *SECURITIES EXCHANGE ACT* (Lei de Mercado de Capitais) DE 1934**
Relativo ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2014

OU

☐ **RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DO *SECURITIES EXCHANGE ACT* (Lei de Mercado de Capitais) DE 1934**
Relativo ao período de transição de _____ a _____

OU

☐ **RELATÓRIO DE *SHELL COMPANY* DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DO *SECURITIES EXCHANGE ACT* (Lei de Mercado de Capitais) DE 1934**
Data de evento que requeira este relatório de *shell company*

Número do arquivo na comissão: 001-34476

BANCO SANTANDER (Brasil) S.A.

(Denominação exata da Requerente especificada em seu ato constitutivo)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de Constituição)

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235 – Bloco A
Vila Olímpia
São Paulo, SP 04543-011
República Federativa do Brasil
(Endereço da sede)

James H. Bathon, Diretor-Gerente – Jurídico e *Compliance*
Banco Santander S.A.
Filial de Nova York
45 E. 53rd Street
Nova York, Nova York 10022,
(212) 350-3604
(Nome, Telefone, E-mail e/ou número de Fax e Endereço de Pessoa de Contato da Companhia)

Valores Mobiliários registrados ou que serão registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei:

Título de cada classe	**Nome de cada bolsa de valores na qual estão registrados**
Units, cada qual composta por 1 ação ordinária, sem valor nominal, e 1 ação preferenciai, sem valor nominal.....	Bolsa de Valores de Nova York*
Ações ordinárias, sem valor nominal.....	Bolsa de Valores de Nova York*
Ações preferenciais, sem valor nominal.....	Bolsa de Valores de Nova York*
American Depositary Shares, cada qual representativa de uma Unit que é composta por 1 ação ordinária, sem valor nominal, e 1 ação preferencial, sem valor nominal, do Banco Santander (Brasil) S.A.....	Bolsa de Valores de Nova York
7,375% Nível 1 Dívida Perpétua Subordinada.....	N/A
6,000% Nível 2 Dívida Subordinada com vencimento em 2024.....	N/A

_____

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

*Não considerado para fins de negociação, mas somente com relação à listagem de *American Depositary Shares* de acordo com as exigências da *Securities and Exchange Comission*.

Valores mobiliários registrados ou que serão registrados de acordo com o Artigo 12(g) do *Act* (Lei):
Nenhum
(Título da Classe)

Valores mobiliários com relação aos quais existe obrigação de prestação de informações de acordo com o Artigo 15(d) do *Act* (Lei):
Nenhum
(Título da Classe)

Especificar o número de ações em circulação de cada uma das classes de capital social ou ação ordinária da emissora no encerramento da negociação coberta pelo relatório anual.

3.869.849.668 ações ordinárias
3.730.990.657 ações preferenciais

Assinalar se a requerente for emissora conhecida e tradicional, conforme definição contida na Regra 405 do *Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais).

☒ Sim □Não

Caso este relatório seja um relatório anual ou de transição, assinalar se a requerente não for obrigada a arquivar relatórios de acordo com o Artigo 13 ou 15(d) do *Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais) de 1934.

□ Sim ☒ Não

Assinalar se a requerente (1) tiver arquivado todos os relatórios que devam ser arquivados nos termos do Artigo 13 ou 15(d) *do Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais) de 1934 no período precedente de 12 meses (ou período menor durante o qual a requerente fosse obrigada a arquivar os relatórios), e (2) estiver sujeita a essas exigências de arquivamento nos últimos 90 dias.

☒ Sim □Não

Assinalar se a requerente tiver submetido eletronicamente e postado em seu site corporativo, se houver, todos os Arquivos de Dados Interativos que devam ser submetidos e postados de acordo com a Regra 405 do *Regulation S-T* (Regulamento S-T) no período precedente de 12 meses (ou período menor durante o qual a requerente fosse obrigada a submeter e postar os arquivos).

□Sim □Não

Assinalar se a requerente for registrante antecipada de grande porte (*large accelerated filer*), registrante antecipada (*accelerated filer*) ou registrante não antecipada (*non-accelerated filer*). Vide definição de "registrante antecipada" (*acclerated filer*) e "registrante antecipada de grande porte" (*large accelerated filer*) na Regra 12b-2 do *Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais). (Assinalar uma opção):

Registrante antecipada de grande porte ☒	Registrante antecipada □	Registrante não antecipada □

Assinalar a base contábil empregada pela requerente na elaboração das demonstrações financeiras incluídas neste arquivamento:

US GAAP □	Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidos pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis ☒	Outros □

Caso o campo "Outros" tenha sido assinalado com relação à pergunta anterior, assinalar que item da demonstração financeira a requerente optou por adotar.

□Item 17 □Item 18

Caso este relatório seja anual, assinalar se a requerente for uma *shell company* (conforme definição contida na Regra 12b-2 do *Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais)).

☐ Sim ☒ Não

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
TABELA DE CONTEÚDO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES ..... Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES SOBRE PERSPECTIVAS E PROJEÇÕES **3**
PARTE I **5**
ITEM 1. DESCRIÇÃO DOS DIRETORES,ALTA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHEIROS **5**
1A. Diretores e Alta Administração 5
1B. Conselheiros 5
1C. Auditores 5
ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO **5**
2A. Estatísticas da Oferta 5
2B. Metodologia e Cronograma Previsto 5
ITEM 3. INFORMAÇÕES RELEVANTES **5**
3A. Dados Financeiros Selecionados 5
3B. Capitalização e Endividamento 13
3C. Motivos da Oferta e Uso dos Resultados 13
3D. Fatores de Risco 13
ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA **31**
4A. Histórico e desenvolvimento da Companhia 31
4B. Visão Geral do Negócio 35
4C. Estrutura Organizacional 93
4D. Imobilizado 94
ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS **95**
ITEM 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS **95**
5A. Resultados Operacionais 95
5B. Liquidez e Recursos de Capital 128
5C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, etc. 131
5D. Informações Sobre Tendência 132
5E. Acordos Não Registrados em Balanço Patrimonial 132
5F. Obrigações Contratuais 133
ITEM 6. CONSELHEIROS, DIRETORIA E FUNCIONÁRIOS **134**
6A. Conselho de Administração e Diretoria Executiva 134
6B. Remuneração 146
6C. Práticas do Conselho de Administração 153
6D. Funcionários 158
6E. Titularidade de Ações 159
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS **160**
7A. Principais Acionistas 160
7B. Operações com Partes Relacionadas 161
7C. Participação de Peritos e Advogados 168
ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS **168**
8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras 168
8B. Mudanças Significativas 175
ITEM 9. A OFERTA E LISTAGEM **176**
9A. Detalhes da Oferta e Listagem 176
9B. Plano de distribuição 178
9C. Informações Sobre o Mercado 179
9D. Acionistas Vendedores 181
9E. Diluição 182
9F. Despesas da Emissão 182
ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS **182**
10A. Capital Social 182
10B. Estatuto Social 182

10C. Contratos Relevantes ... 191
10D. Controles Cambiais ... 191
10E. Tributação ... 193
10F. Dividendos e Agentes de Pagamento ... 200
10G. Declaração de Peritos ... 201
10H. Documentos Disponibilizados ... 201
10I. Informações de Subsidiárias ... 201
ITEM 11. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO ... **201**
ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES ... **222**
12A. Títulos de Dívida ... 222
12B. Bônus de Subscrição e Direitos ... 222
12C. Outros Valores Mobiliários ... 222
12D. Descrição dos *American Depositary Shares* ... 222
PARTE II ... **224**
ITEM 13. INADIMPLÊNCIAS, ATRASOS DE DIVIDENDOS E FALHAS ... **224**
ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ... **224**
ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS ... **224**
15A. Controles e Procedimentos de Divulgação ... 224
15B. Relatório anual da administração sobre controle interno e sobre relatórios financeiros ... 224
15C. Relatório de auditoria da empresa de contabilidade pública registrada ... 225
15D. Mudanças no controle interno sobre a emissão de relatórios financeiros ... 225
ITEM 16. [RESERVADO] ... **225**
ITEM 16A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria ... **225**
ITEM 16B. Código de Ética ... **225**
ITEM 16C. Honorários e Serviços dos Principais Auditores ... **226**
ITEM 16D. Isenções das Normas de Listagem para os Comitês de Auditoria ... **226**
ITEM 16E. Compra de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados ... **227**
ITEM 16F. Mudança na Contabilidade Independente do Requerente ... **228**
ITEM 16G. Governança Corporativa ... **228**
ITEM 16H. Divulgação relativa à Segurança de Minas ... **231**
PARTE III ... **232**
ITEM 17. Demonstrações Financeiras ... **232**
ITEM 18. Demonstrações Financeiras ... **232**
ITEM 19. ANEXOS ... **232**

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Neste relatório anual, os termos “Santander Brasil”, o “Banco”, “nós”, “nosso”, “nossa companhia” e “nossa organização” significam Banco Santander (Brasil) S.A. e suas subsidiárias consolidadas, exceto quando indicado de outra forma. Referências a “Banco Real” significam Banco ABN AMRO Real S.A. e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. e suas respectivas subsidiárias consolidadas, exceto quando indicado de outra forma. Referências a “Banespa” significam Banco do Estado de São Paulo S.A.—Banespa, uma de nossas entidades predecessoras. Os termos “Santander Espanha” e “nossa matriz” significam Banco Santander, S.A. Referências a “Santander Grupo” ou “Grupo Santander” significam as operações globais do conglomerado Santander Espanha, como indiretamente controladas pelo Santander Espanha e suas subsidiárias consolidadas, incluindo o Santander Brasil.

Todas as referências neste documento a “real”, “reais” ou “R$” são referências a reais brasileiros, a moeda oficial do Brasil. Todas as referências a “dólares norte-americanos,” “dólares” ou “US$” são a dólares dos Estados Unidos da América (“E.U.A.”). Todas as referências a “euro”, “euros” ou “€” são à moeda comum oficial dos estados-membros da União Econômica e Monetária Europeia. Referências a “CI$” são a dólares das Ilhas Cayman. Referências a “£” são a libras esterlinas do Reino Unido. Vide “Item 3. Informações Relevantes–A. Dados Financeiros Selecionados – Taxas de Câmbio” para obter informações sobre as taxas de câmbio da moeda brasileira.

Exclusivamente para a conveniência do leitor, convertemos determinados valores incluídos em “Item 3. Informações Relevantes–A. Dados Financeiros Selecionados” e em outros locais deste relatório anual de reais para dólares norte-americanos, utilizando a taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central do Brasil”), em 31 de dezembro de 2014, que era de R$2,6562 por US$1,00, ou nas datas indicadas (sujeitas, em qualquer data aplicável, a arredondamentos). Não garantimos que quantias em real ou em dólares norte-americanos de fato correspondem, podem ter sido ou poderão ser convertidos em dólares norte-americanos nas taxas indicadas, nas taxas específicas, em qualquer taxa específica ou em geral.

Determinados números incluídos neste relatório anual foram objeto de arredondamentos. Portanto, alguns dos números totais constantes de determinadas tabelas podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Mantemos nossos livros e registros em reais, nossa moeda funcional e moeda de apresentação para nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Este relatório anual contém nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, e dos exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012. Tais demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”) estabelecidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo Comitê de Interpretação do IFRS (“IFRIC”), e foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, escritório de auditores independentes, cujo parecer encontra-se aqui incluído.

IFRS difere em determinados aspectos significantes do critério contábil geralmente utilizado nos Estados Unidos (“U.S. GAAP”). As IFRS também diferem em certos aspectos significativos do BR GAAP (conforme definido a seguir). A nota explicativa 46 às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, incluídas neste documento, contêm informações relacionadas a determinadas diferenças entre IFRS e BR GAAP.

Para fins legais, de acordo com a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), datada de 24 de setembro de 2009, temos que cumprir com as exigências do Banco Central do Brasil relativas à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS. No entanto, também continuaremos a elaborar demonstrações financeiras estatutárias em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas pela lei 6.404, datada de 15 de dezembro de 1.976 (“Lei das Sociedades por Ações Brasileira”) e padrões estabelecidos pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pelo modelo de documento fornecido pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ou “Cosif”, e pela Comissão de Valores Mobiliários ou “CVM” na medida em que tais práticas não entrem em conflito com as normas do Banco Central do Brasil, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ou “CPC” na medida em que são aprovados pelo Banco Central do Brasil, do Conselho Nacional de Seguros Privados ou “CNSP” e da Superintendência de Seguros Privados ou “SUSEP”. Referimo-nos a essas práticas contábeis brasileiras como “BR GAAP”. Vide “Item

4. Informações sobre a Companhia – B. Visão Geral do Negócio – Visão Regulatória- Outras Leis e Regulamentações Aplicáveis – Exigências de Auditoria".

Participação no Mercado e Outras Informações

Extraímos as informações de mercado e de posicionamento em relação à concorrência, inclusive previsões de mercado, utilizadas em todo este relatório anual, de pesquisas internas, pesquisa de mercado, informações disponíveis ao público e publicações do nosso setor. Esses dados são atualizados de acordo com as informações disponíveis mais recentes referentes ao exercício deste relatório anual. Essas declarações foram baseadas em informações de terceiros, que acreditamos serem fontes confiáveis, como a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, ou "ABECIP", a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, ou "ABECS", a Associação Brasileira de Empresas de Leasing, ou "ABEL", a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, ou "ANBIMA", o Banco Central do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou "BNDES", o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou "IBGE"; a Federação Brasileira de Bancos, ou "FEBRABAN" o Banco Central do Brasil; a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, ou "FENAPREVI", a Fundação Getúlio Vargas, ou "FGV", o Sistema do Banco Central do Brasil, a SUSEP; e a CVM e, entre outros.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Declarações Prospectivas

Este relatório anual contém estimativas e declarações prospectivas, principalmente nas seções "Item 3. Informações Relevantes – D. Fatores de Risco", "Item 5. Análise e Perspectiva da Situação Financeira e Operacional" e "Item 4. Informações sobre a Companhia – B. Visão Geral do Negócio". Alguns dos assuntos discutidos acerca de nossos negócios e desempenho financeiro incluem estimativas e declarações prospectivas dentro do significado da Private Securities Litigation EUA Reform Act de 1995.

Nossas estimativas e declarações prospectivas estão baseadas principalmente em nossas atuais expectativas e estimativas em projeções de eventos e tendências futuros, que afetam ou podem afetar nossos negócios e resultado de nossas operações. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações prospectivas sejam baseadas em suposições razoáveis, elas estão sujeitas a certos riscos e incertezas e são feitas à luz das informações atualmente disponíveis a nós. Nossas estimativas e declarações prospectivas podem ser influenciadas pelos seguintes fatores, entre outros:

- uma deterioração das condições políticas e econômicas brasileiras;
- exposição a vários tipos de riscos de inflação e de taxa de juros; e os esforços do governo brasileiro para controlá-los;
- exposição à dívida soberana do Brasil;
- o efeito de flutuações nas taxas de juros sobre nossas obrigações no âmbito dos fundos de pensões de funcionários;
- volatilidade de taxa de câmbio;
- deficiências em infraestrutura e força de trabalho no Brasil;
- evolução econômica e percepção de risco em outros países;
- aumento da concorrência e consolidação no setor brasileiro de serviços financeiros;
- extensa regulamentação por parte do governo brasileiro e do Banco Central do Brasil, entre outros;
- mudanças nas exigências de reservas;
- alterações nos impostos ou outras avaliações fiscais;
- perdas potenciais associadas a crédito inadimplente ou inadimplência de contrapartes de outros tipos de instrumentos financeiros;
- diminuição na taxa de crescimento da nossa carteira de crédito;
- potencial pré-pagamento de nossa carteira de crédito e investimento;
- potencial aumento de nosso custo de financiamento, em especial com relação a depósitos de curto prazo;
- inadimplemento, ou rebaixamento de classificação, da dívida soberana do Brasil ou de nosso acionista controlador;
- a eficácia de nossas políticas de gestão de risco de crédito;
- nossa capacidade de gerir adequadamente os riscos de mercado e operacionais;
- potencial deterioração no valor da garantia colateral da nossa carteira de crédito;
- nossa dependência do bom funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação;

- nossa capacidade de proteger dados pessoais;
- nossa capacidade de proteger nossa reputação;
- nossa capacidade de detectar e prevenir a lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais;
- nossa capacidade de gerir o crescimento de nossas operações; e
- outros fatores de risco apresentados no "Item 3 - Informações Relevantes -D. Fatores de Risco".

As palavras “acreditar”, “poderá”, “será”, “estimar”, “continuar”, “antecipar”, “pretender”, “esperar” e palavras semelhantes são utilizadas neste relatório anual para identificar consideração sobre estimativas e declarações prospectivas. As estimativas e declarações prospectivas são elaboradas para serem corretas apenas à data em que foram preparadas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizar ou revisar essas estimativas e/ou declarações prospectivas de forma a refletir novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Estimativas e declarações prospectivas podem divergir substancialmente de nossos resultados futuros. Não se deve tomar nenhuma decisão de investimento com base nessas estimativas e declarações prospectivas.

As estimativas e declarações prospectivas contidas neste relatório dizem respeito apenas a este exercício. Não assumimos a obrigação de atualizar as considerações para refletir eventos ou circunstâncias após esta data ou para refletir a ocorrência de eventos imprevistos.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

PARTE I

ITEM 1. DESCRIÇÃO DOS DIRETORES,ALTA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHEIROS

1A. Diretores e Alta Administração

Não se aplica.

1B. Conselheiros

Não se aplica.

1C. Auditores

Não se aplica.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO

2A. Estatísticas da Oferta

Não se aplica.

2B. Metodologia e Cronograma Previsto

Não se aplica.

ITEM 3. INFORMAÇÕES RELEVANTES

3A. Dados Financeiros Selecionados

Os dados financeiros do Santander Brasil relativos aos exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010 foram obtidos a partir das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas preparadas de acordo com IFRS. Vide "Item 18. Demonstrações Financeiras". Essas informações financeiras devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as respectivas notas explicativas, bem como a seção "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras" incluída neste relatório anual.

Demonstrações do Resultado

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de U.S.$)[1]	**(em milhões de R$)**				
Juros e receitas similares	22.184	58.924	51.217	52.644	51.716	40.887
Despesas com juros e encargos similares	(11.932)	(31.695)	(22.738)	(21.057)	(23.920)	(16.823)
Receita líquida com juros	**10.252**	**27.229**	**28.479**	**31.587**	**27.796**	**24.064**
Receitas de instrumentos patrimoniais	84	222	81	94	94	52
Resultado de companhias contabilizado pelo método de equivalência patrimonial	34	91	91	73	54	44
Receitas de tarifas e comissões	4.463	11.854	10.742	9.611	8.629	7.668
Despesas de tarifas e comissões	(1.163)	(3.088)	(2.641)	(2.001)	(1.429)	(998)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.035	2.748	(1.146)	(548)	(134)	1.458
Variações cambiais (líquidas)	(1.369)	(3.636)	551	378	(121)	417

Outras receitas (despesas) operacionais	(177)	(470)	(445)	(623)	(378)	(348)
Total de receitas	**13.158**	**34.950**	**35.712**	**38.571**	**34.511**	**32.357**
Despesas administrativas	(5.249)	(13.942)	(13.850)	(13.773)	(12.783)	(11.769)
Depreciação e amortização	(514)	(1.362)	(1.252)	(1.201)	(1.000)	(655)
Provisões (líquidas) [2]	(767)	(2.036)	(2.692)	(2.057)	(2.985)	(1.922)
Perdas com ativos financeiros (líquidas) [3]	(4.244)	(11.272)	(14.118)	(16.476)	(9.382)	(8.234)
Perdas com outros ativos (líquidas)	2	4	(345)	(38)	(39)	(21)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes mantidos para venda	33	87	460	501	5	(59)
Resultado na alienação e despesas sobre ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	6	15	103	(52)	447	199
Lucro operacional antes de impostos	**2.425**	**6.443**	**4.018**	**5.475**	**8.774**	**9.896**
Imposto de renda	(277)	(736)	(233)	(37)	(1.101)	(2.572)
Lucro liquido das operações em continuidade	**2.149**	**5.708**	**3.785**	**5.438**	**7.673**	**7.323**
Operações Descontinuadas	**-**	**-**	**2.063**	**55**	**74**	**85**
Lucro liquido consolidado do exercício	**2.149**	**5.708**	**5.848**	**5.493**	**7.747**	**7.408**

(1) Conversão exclusivamente a título de conveniência, usando a taxa de câmbio de venda reportada pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2014 de reais para dólares de R$2,6562 para U.S.$1,00.

(2) Principalmente provisões para riscos fiscais e obrigações legais, processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e civil.

(3) Provisões líquidas para perdas de crédito deduzidas de recuperação de empréstimos previamente baixados a prejuízo.

Lucros e Dividendos por Ação

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
Lucro básico por 1.000 ações					
De operações continuadas e descontinuadas[1]					
Lucro básico por ações (reais)					
Ações Ordinárias	709,69	719,89	689,29	970,56	928,91
Ações Preferenciais	780,66	791,87	758,22	1.067,62	1.021,80
Lucro diluído por ações (reais)					
Ações Ordinárias	709,40	719,60	688,87	970,56	928,91
Ações Preferenciais	780,34	791,56	757,75	1.067,62	1.021,80
Lucro básico por ações (U.S.$)					
Ações Ordinárias	267,18	307,30	337,31	517,41	557,24
Ações Preferenciais	293,90	338,03	371,04	569,15	612,96
Lucro diluído por ações (U.S.$)					
Ações Ordinárias	267,07	307,18	337,10	517,41	557,24
Ações Preferenciais	293,78	337,90	370,81	569,15	612,96
De operações em continuidade					
Lucro básico por ações (reais)					
Ações Ordinárias	709,69	460,35	628,34	961,25	918,27
Ações Preferenciais	780,66	506,38	750,57	1.057,38	1.010,10
Lucro diluído por ações (reais)					
Ações Ordinárias	709,40	460,16	681,92	961,25	918,27
Ações Preferenciais	780,34	506,18	750,11	1.057,38	1.010,10
Lucro básico por ações (U.S.$)					
Ações Ordinárias	267,18	195,51	333,92	512,45	550,85
Ações Preferenciais	293,90	216,06	367,31	563,69	605,94
Lucro diluído por ações (U.S.$)					
Ações Ordinárias	267,07	196,43	333,70	512,45	550,85
Ações Preferenciais	293,78	216,08	367,07	563,69	605,94
De operações descontinuadas					

Lucro básico por ações (reais)					
Ações Ordinárias	-	259,54	6,95	9,31	10,64
Ações Preferenciais	-	285,49	7,65	10,24	11,71
Lucro diluído por ações (reais)					
Ações Ordinárias	-	259,43	6,95	9,31	10,64
Ações Preferenciais	-	285,38	7,64	10,24	11,71
Lucro básico por ações (U.S.$)					
Ações Ordinárias	-	110,79	3,40	4,96	6,38
Ações Preferenciais	-	121,87	3,74	5,46	7,02
Lucro diluído por ações (U.S.$)					
Ações Ordinárias	-	110,75	3,40	4,96	6,38
Ações Preferenciais	-	121,82	3,74	5,46	7,02
Dividendos e juros sobre o capital por ações					
Ações Ordinárias (reais)	193,26	305,15	335,73	398,43	443,95
Ações Preferenciais (reais)	212,59	332,36	369,30	438,28	488,34
Ações Ordinárias (dólar americano)	72,76	128,98	164,29	212,41	266,31
Ações Preferenciais (dólar americano)	80,03	141,88	180,72	233,65	292,95
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) – básica					
Ações Ordinárias	3.851.278	3.858.717	3.860.354	3.869.850	3.869.850
Ações Preferenciais	3.710.746	3.719.858	3.721.493	3.730.991	3.730.991
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) – diluída					
Ações Ordinárias	3.852.823	3.860.239	3.862.679	3.869.850	3.869.850
Ações Preferenciais	3.712.291	3.721.380	3.723.817	3.730.991	3.730.991

(1) Os valores por ação refletem o grupamento de ações e de dividendos descritos no "Item 4.A – Eventos Importantes – Plano para Otimizar nossa Estrutura de Capital", para cada período apresentado.

Balanço Patrimonial

	Em 31 de dezembro de					
	2014	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de U.S.$)(1)	**(em milhões de R$)**				
Ativo						
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	21.047	55.904	51.714	55.535	65.938	56.800
Ativos financeiros para negociação	21.097	56.014	30.189	31.638	29.901	24.821
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado (2)	375	997	1.298	1.228	665	17.940
Ativos financeiros disponíveis para venda	28.298	75.164	46.287	44.149	44.608	47.206
Empréstimos e recebíveis	99.619	264.608	258.778	226.957	202.757	174.106
Derivativos utilizados como hedge	80	213	353	156	81	116
Ativos não correntes mantidos para venda	350	930	275	166	132	67
Participações em coligadas e empreendimentos em conjunto	384	1.023	1.064	472	422	371
Créditos tributários	8.666	23.020	22.060	21.497	17.017	15.117
Outros ativos	1.907	5.067	5.085	5.601	4.803	3.915
Ativo Tangível	2.662	7.071	6.886	5.938	5.008	4.518
Ativo Intangível	11.378	30.221	29.064	29.271	29.245	29.960
Total do ativo	**195.855**	**520.231**	**453.053**	**422.608**	**400.579**	**374.937**
Ativos médios	**180.167**	**478.560**	**435.286**	**408.143**	**394.788**	**341.956**

	Em 31 de dezembro de					
	2014	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em mi-					

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Em 31 de dezembro de					
	2014	2014	2013	2012	2011	2010
	lhões de U.S.$)(1)	(em milhões de R$)				
Passivo						
Passivos financeiros para negociação	7.368	19.570	13.554	5.352	5.047	4.785
Passivos financeiros ao custo amortizado	147.604	392.186	329.701	306.976	291.452	253.341
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	23.972	63.674	34.032	35.074	51.527	42.391
Depósitos de clientes	83.068	220.644	200.156	188.595	174.474	167.949
Obrigações por títulos e valores mobiliários	26.487	70.355	65.301	54.012	38.590	20.087
Dívidas subordinadas	5.296	14.067	8.906	11.919	10.908	9.695
Outros passivos financeiros	8.782	23.446	21.306	17.376	15.952	13.218
Derivativos utilizados como hedge	336	894	629	282	36	-
Passivos por contratos de seguro	-	-	-	-	-	19.643
Provisões[3]	4.189	11.127	10.892	12.775	11.358	10.082
Passivos fiscais	4.677	12.423	11.693	13.784	11.876	10.530
Outras obrigações	2.013	5.346	4.928	4.303	3.928	3.606
Total do passivo	**166.232**	**441.548**	**371.397**	**343.472**	**323.696**	**301.986**
Patrimônio líquido	30.158	80.105	83.340	79.921	77.117	72.653
Outros resultados abrangentes	(678)	(1.802)	(1.973)	(1.022)	(254)	290
Participações não-controladoras	202	380	289	237	19	8
Total do patrimônio liquido	**29.622**	**78.683**	**81.655**	**79.136**	**76.882**	**72.951**
Total do passivo e patrimônio líquido	**195.855**	**520.231**	**453.053**	**422.608**	**400.578**	**374.937**
Média de passivos remunerados	119.960	318.639	287.382	265.328	244.453	198.453
Patrimônio líquido médio	29.673	78.818	80.916	77.886	75.606	72.495

(1) Conversão exclusivamente a título de conveniência, usando a taxa de câmbio de venda reportada pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2014 de reais para dólares de R$2,6562 para U.S.$1,00.

(2) Em 2010, este item inclui Investimento em unidades de fundos de Garantidores de Planos de Benefícios - PGBL/VGBL, no valor de R$17.426 milhões, relacionados aos passivos referentes aos contratos de seguro mantidos pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., anteriormente denominada Santander Seguros S.A. ("Santander Seguros"), que não eram mais incluídos no âmbito da consolidação em 2011, após a venda da Santander Seguros. Vide "Item 5. Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – A. Resultados Operacionais – Fatores que Afetam a Comparabilidade dos Nossos Resultados Operacionais – Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (atual nome da Santander Seguros S.A.)".

(3) Principalmente provisões para riscos fiscais e obrigações legais, e processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e civil.

Índices Selecionados Consolidados[(*)]

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	2013	2012	2011	2010
	em (%)				
Lucratividade e Performance					
Rendimento líquido[1]	6,9	8,0	9,5	8,6	8,8
Retorno sobre o ativo médio total	1,2	1,3	1,3	2,0	2,2
Retorno sobre o patrimônio líquido médio[2]	7,3	7,3	7,1	10,3	10,2
Retorno sobre o patrimônio líquido médio ajustado[2]	11,3	10,9	10,8	16,3	16,7
Adequação de Capital[3]					
Patrimônio líquido médio sobre percentual do ativo total médio[2]	16,4	18,5	19,1	19,2	21,2

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	2013	2012	2011	2010
	em (%)				
Patrimônio líquido médio excluindo ágio sobre percentual do ativo total médio excluindo ágio[2]	11,3	13,1	13,3	13,0	14,1
Índice de adequação do capital da Basileia[4]	17,5	19,2	20,8	24,8	28,4
Qualidade do Ativo					
Ativos não recuperáveis como percentual de empréstimos e adiantamentos a clientes (bruto)[5]	5,6	6,2	7,6	6,7	5,8
Ativos não recuperáveis como percentual do ativo total[5]	2,7	3,1	3,8	3,3	2,5
Ativos não recuperáveis sobre percentual do risco de crédito calculável[5][6]	4,8	5,4	6,7	6,0	5,1
Provisão para perdas com créditos como percentual de Ativos não recuperáveis [5]	95,8	96,1	87,0	85,0	98,3
Provisão para perdas como percentual do total de empréstimos e adiantamentos a clientes (bruto)	5,4	6,0	6,6	5,7	5,7
Baixa de empréstimos líquida como percentual do total de empréstimos e adiantamentos a clientes (bruto)	4,9	6,5	7,2	4,7	6,2
Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido[5]	17,8	17,2	20,4	17,0	12,9
Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido excluindo ágio[2][5]	27,5	25,9	31,1	26,3	21,1
Liquidez					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos como percentual da capitalização total [7]	63,9	69,0	67,9	66,4	63,0
Outras informações					
Eficiência					
Ìndice de eficiência[8]	39,9	38,8	35,7	37,0	36,3
Ìndice de eficiência ajustado[8]	38,1	36,4	34,4	35,4	36,6

(*) Os dados médios do balanço anual foram calculados com base na média dos saldos mensais em 13 datas: em 31 de dezembro de 2013 e cada uma das datas dos saldos de final de mês dos 12 meses subsequentes.

(1) Rendimento líquido é definido como receita líquida de juros (incluindo dividendos de participações societárias) dividida por média total dos ativos remunerados.

(2) “Retorno sobre o patrimônio líquido médio”, “Patrimônio líquido médio sobre percentual do ativo total médio”, “Retorno sobre o patrimônio líquido médio ajustado”, “Patrimônio líquido médio excluindo ágio sobre percentual do ativo médio total excluindo ágio” e “Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido excluindo ágio” são medidas financeiras não adotadas pelos GAAP que ajustam “Retorno sobre o patrimônio líquido médio”, “Patrimônio líquido médio sobre percentual do ativo total médio” e “Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido” para excluir os ágios decorrentes da aquisição do Banco Real em 2008, GetNet e Super, ambos em 2014.

(3) Os dados médios do balanço anual foram calculados com base na média dos saldos mensais em 13 datas: em 31 de dezembro do ano anterior e cada uma das datas dos saldos de final de mês dos 12 meses subsequentes.

(4) Índice de adequação de capital de Basileia III mensurado de acordo com as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil em vigor em 31 de dezembro de 2014. Em março de 2013, o Banco Central do Brasil publicou um conjunto de quatro resoluções e 15 circulares implementando a Basileia III. Estas regras entraram em vigor em outubro de 2013, sendo aplicáveis para todos os bancos que operam no país. Este novo conjunto de regras engloba a definição revisada de capital, os requerimentos mínimos de capital, os novos buffers de capital, ajustes de avaliação de crédito (*credit valuation adjustmetns* – CVA) e a exposições a contrapartes centrais. Novas regulamentações e algumas alterações importantes foram emitidas no final de outubro de 2013 para esclarecer e melhorar o arcabouço regulatório para capital baseado em risco. Algumas destas alterações entraram em vigor em dezembro de 2013. As mudanças são especialmente relacionadas à definição de capital e outros aspectos do Nível 1. A alteração mais importante é o *phase-in* para dedução do ágio na base de cálculo do capital regulatório. De acordo com as novas regras sobre capital regulatório no Brasil, o valor do ágio para cálculo da base de capital será reduzido da base de capital de acordo com o “*phase-in*” para implementação da Basileia III no Brasil, o qual será completado em 2019. Em dezembro de 2013 o Comitê de Basileia divulgou um relatório apresentando as constatações do *Basel Committee's RCAP Assessment Team* sobre a adoção local no Brasil dos padrões de capital com base em risco de Basileia III e sua conformidade com as exigências do Comitê de Basileia: as regulamentações de capital do Brasil foram consideradas “Em conformidade” (*Compliant*) com as exigências mínimas internacionalmente acordadas para padrões de Basileia III. O conjunto de regras publicadas em outubro de 2013, forta-

leceu a regulação de capital no Brasil. No início de 2015, o Banco Central do Brasil emitiu novas regras para implementar a razão de alavancagem e o índice de liquidez de curto prazo. Estas regras entrarão em vigor em outubro de 2015. A exigência final sobre índice de liquidez de longo prazo (*net stable funding ratio*) ainda não foi definida e sua aplicação deve seguir o calendário internacional "phase- in". Para obter mais informações, consulte o "Item 4. Informações sobre a Companhia -B. Visão Geral dos Negócios - Regulamentação e Supervisão - Adequação de Capital e Alavancagem – Basileia".

(5) Ativos não recuperáveis incluem todos os empréstimos e adiantamentos vencidos a mais de 90 dias e outros créditos de liquidação duvidosa. Para maiores informações, verificar "Item 4. Informações sobre a Companhia – B. Visão Geral do Negócio - Informações estatísticas selecionadas – Ativos não recuperáveis".

(6) "Ativos não recuperáveis sobre percentual do risco de crédito calculável" é uma medida financeira não adotada pelo GAAP. O risco de crédito calculável corresponde à soma dos custos amortizados de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo ativos não recuperáveis), garantias e créditos documentários.

(7) "Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos como percentual da capitalização total" é uma medida financeira não adotadas pelos GAAP. Depósitos é a soma dos passivos financeiros a custo amortizado, excluindo outros passivos financeiros. Para mais informações, veja "Item 5B. Liquidez e Recursos de Capital – Liquidez e Captação".

(8) Índice de eficiência é uma medida financeira não-GAAP e é definido como despesas administrativas divididas pelo total da receita. O ajuste, que tem impacto sobre os itens imposto de renda, ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e diferenças de taxa de câmbio, não afeta o lucro líquido. Nossa administração acredita que o índice de eficiência ajustado proporciona estrutura mais consistente para avaliar e conduzir o negócio, em consequência da exclusão do efeito da volatilidade acarretada por possíveis ganhos e perdas em nossas estratégias de hedge para fins de imposto de nossas receitas. Por exemplo, em 2014, os efeitos da desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras impactaram no hedge fiscal de investimento em dólar gerando perdas de R$1.668 milhões registradas em "ganhos/perdas com ativos e passivos financeiros (líquido)", equivalentes a 2,8% de variação no índice de eficiência. Em 2013 os efeitos da desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras impactaram no hedge fiscal de investimento em dólar gerando perdas de R$2.367 milhões registradas em "ganhos/perdas com ativos e passivos financeiros (líquido)", equivalentes a 2,8% de variação no índice de eficiência. Em 2012 o impacto do hedge fiscal de investimento em dólar foi uma perda de R$1.437 milhões e um ganho de R$1.646 milhões em 2011, correspondendo à variação no índice de eficiência de 1,3% em 2012.

A informação abaixo apresenta os cálculos dessas medidas financeiras não-GAAP a partir de cada uma de suas medidas financeiras mais diretamente comparáveis.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$, exceto conforme de outro modo indicado)				
Rendimento Líquido:					
Receitas com juros líquidas	27.769	28.561	31.784	27.995	24.147
Total de Ativos remunerados	401.940	358.909	33.166	323.660	275.218
Rendimento Líquido	6,9%	8,0%	9,5%	8,6%	8,8%
Retorno sobre o patrimônio líquido médio					
Lucro líquido consolidado para o período	5.708	5.848	5.493	7.747	7.408
Patrimônio líquido médio	78.818	80.916	77.886	75.606	72.495
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	7,2%	7,3%	7,1%	10,3%	10,2%
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio					
Lucro consolidado para o período	5.708	5.848	5.493	7.747	7.408
Patrimônio líquido médio	78.818	80.916	77.886	75.606	72.495
Ágio médio	27.747	27.218	27.218	27.975	28.312
Patrimônio líquido médio excluindo ágio	51.071	53.698	50.668	47.631	44.183
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio	11,2%	10,9%	10,8%	16,3%	16,7%
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio					
Patrimônio líquido médio	78.818	80.916	77.886	75.606	72.495
Ativo total médio	478.560	435.283	408.143	394.788	341.956
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	16,5%	18,5%	19,1%	19,2%	21,2%
Patrimônio líquido médio excluindo ágio como percentual do ativo total médio exclu-					

indo ágio					
Patrimônio líquido médio	78.818	80.916	77.886	75.606	72.495
Ágio médio	27.747	27.218	27.218	27.975	28.312
Patrimônio líquido médio excluindo ágio	51.071	53.698	50.668	47.631	44.183
Ativo total médio	478.560	435.283	408.143	394.788	341.956
Ágio médio	27.747	27.218	27.218	27.975	28.312
Ativo total médio excluindo ágio	450.813	408.065	380.925	366.813	313.644
Patrimônio líquido médio excluindo ágio como percentual do ativo total médio excluindo ágio	11,3%	13,1%	13,3%	13,0%	14,1%
Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido					
Ativos não recuperáveis	14.011	14.022	16.057	13.073	9.349
Patrimônio líquido	78.683	81.366	78.899	76.863	72.653
Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido	17,8%	17,2%	20,4%	17,0%	12,9%
Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido excluindo ágio					
Ativos não recuperáveis	14.011	14.022	16.057	13.073	9.349
Patrimônio líquido	78.683	81.366	78.899	76.863	72.653
Ágio	27.747	27.218	27.218	27.218	28.312
Patrimônio líquido excluindo ágio	51.071	54.148	51.681	49.645	44.341
Ativos não recuperáveis como percentual do patrimônio líquido excluindo ágio	27,5%	25,9%	31,1%	26,3%	21,1%
Ativos não recuperáveis como percentual de risco de crédito calculável:					
Risco de Crédito Calculável	288.445	257.357	239.312	217.442	183.121
Total de empréstimos	249.110	226.206	210.740	194.184	160.558
Garantias	39.923	31.150	28.571	23.258	22.563
Ativos não recuperáveis	14.011	14.022	16.057	13.073	9.349
Ativos não recuperáveis como percentual de risco de crédito calculável	4,9%	5,4%	6,7%	6,0%	5,1%

Nossos cálculos desses índices não-GAAP podem divergir do cálculo de índices de denominação semelhantes usados por outras companhias. Acreditamos que tais índices financeiros não-GAAP complementam as informações aos investidores dado o impacto significativo de R$27 bilhões do ágio da aquisição do Banco Real durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, R$1 bilhão de ágio decorrente da aquisição da GetNet e Super, ambas durante o ano de 2014 e a importância de outros fatores que afetam o patrimônio líquido e os índices correspondentes. Dessa forma, acreditamos que as mensurações não-GAAP apresentadas são úteis aos investidores, pois refletem a substância econômica do nosso capital. As limitações associadas com a exclusão do ágio do patrimônio líquido é que ela tem o efeito de excluir uma parcela do investimento total nos nossos ativos. Compensamos esta limitação ao também levar em conta o patrimônio líquido incluindo o ágio, conforme estabelecido nas tabelas acima.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação de nosso índice de eficiência ajustado para a mensuração financeira do GAAP mais diretamente comparável para cada um dos períodos apresentados.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de,				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$, exceto conforme de outro modo indicado)				
Índice de eficiência					
Despesas administrativas	13.942	13.850	13.773	12.783	11.813
Receita total da qual:	34.950	35.712	38.570	34.510	32.544
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e variações cambiais (líquidas)	(888)	(595)	(170)	(255)	1.875

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de,				
	2014	2013	2012	2011	2010
	(em milhões de R$, exceto conforme de outro modo indicado)				
Índice de eficiência	**39,9%**	**38,8%**	**35,7%**	**37,0%**	**36,3%**
Receita total	34.950	35.712	38.570	34.510	32.544
Efeitos de hedge fiscal em investimentos no exterior	1.668	2.367	1.437	1.646	(272)
Receita total excluindo efeitos de hedge fiscal de investimentos no exterior	**36.735**	**38.079**	**40.007**	**36.156**	**32.272**
Despesas administrativas	13.942	13.850	13.773	12.783	11.813
Receita total excluindo os efeitos do hedge fiscal de investimentos no exterior da qual:	36.618	38.079	40.007	36.156	32.272
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) excluindo efeitos fiscais do hedge fiscal em investimentos detidos no exterior	1.080	1.772	1.267	1.411	1.603
Índice de eficiência ajustado por efeitos fiscais do hedge em investimentos no exterior	**38,1%**	**36,4%**	**34,4%**	**35,4%**	**36,6%**

Taxas de câmbio

O sistema cambial brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, sujeito a determinados procedimentos regulatórios.

A partir de 1999, o Banco Central do Brasil permitiu a livre flutuação da taxa de câmbio real/dólar norte-americano, o que resultou no aumento da volatilidade da taxa de câmbio. Até o início de 2003, o real seguiu trajetória de depreciação em relação ao dólar norte-americano. Entre 2006 e 2008, o real fortaleceu frente ao dólar norte-americano, exceto durante o auge da crise econômica global. Dado o cenário internacional mais conturbado e o atual cenário macroeconômico brasileiro, o real tem depreciado em relação ao dólar desde meados de 2011. O Banco Central do Brasil tem intervido no mercado de câmbio para controlar a movimentos instáveis das taxas de câmbio. O real pode oscilar significantemente contra o dólar norte-americano no futuro. Para maiores informações sobre estes riscos, vide "D. Fatores de Risco — Riscos Relacionados ao Brasil – A volatilidade cambial poderá ter efeito negativo substancial sobre a economia brasileira e nossos negócios".

As tabelas abaixo trazem a cotação do dólar, expressa em reais por dólar (R$/US$), nos períodos indicados:

	Final do Período	Média [(1)]	Mínima	Máxima
	(por dólar norte-americano)			
Ano:				
2010	1,67	1,76	1,65	1,88
2011	1,87	1,67	1,53	1,90
2012	2,04	1,96	1,70	2,11
2013	2,34	2,16	1,95	2,45
2014	2,66	2,36	2,19	2,74

	Final do Período	Média [(1)]	Mínima	Máxima
	(por dólar norte-americano)			
Encerramento do Mês:				
Outubro de 2014	2,44	2,45	2,38	2,52
Novembro de 2014	2,56	2,55	2,49	2,61
Dezembro de 2014	2,66	2,64	2,55	2,74
Janeiro 2015	2,66	2,63	2,57	2,71

	Final do Período	Média [1]	Mínima	Máxima
	(por dólar norte-americano)			
Fevereiro 2015	2,88	2,82	2,69	2,88
Março 2015	3,20	3,13	2,86	3,27
Abril 2014 (até 28 de abril)	2,89	3,05	2,89	3,15

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) Representa a média das taxas diárias no encerramento de cada dia oficial durante o período.

Nossa matriz, Santander Espanha, informa sua situação financeira e resultados operacionais em euros. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de câmbio euro/real era R$3,227 por €1,00.

3B. Capitalização e Endividamento

Não se aplica.

3C. Motivos da Oferta e Uso dos Resultados

Não se aplica.

3D. Fatores de Riscos

Nossas atividades, condição financeira e resultados operacionais poderão ser significativamente e negativamente afetados em razão da concretização de um ou mais fatores de risco descritos abaixo. Consequentemente, poderá ocorrer a desvalorização de nossas Units e American Depositary Receipts ("ADRs") e o investidor poderá perder o seu investimento, total ou parcialmente.

Riscos Relacionados ao Brasil e as Condições Macroeconômicas no Brasil e no Mundo

O governo brasileiro tem exercido significativa influência sobre a economia do país. As estratégias de gestão macroeconômica do governo, bem como as condições políticas e econômicas do Brasil, poderiam afetar negativamente nós e o preço de negociação de nossos valores mobiliários.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira, e ocasionalmente faz mudanças significativas em políticas e regulamentações. No passado, o governo brasileiro adotou medidas, incluindo, dentre outras, mudanças na regulamentação, controles de preços, controles de capital, alterações no regime da taxa de câmbio e limitações sobre importações; as quais afetaram os preços dos ativos no país. Recentemente, o governo brasileiro adotou outras medidas, como mudanças e restrições nas políticas tributárias, as quais afetaram os valores dos ativos brasileiros e o preço de negociação dos nossos valores mobiliários. O preço de negociação de nossos valores mobiliários podem ser afetados de forma adversa por mudanças na política ou nas regulamentações em nível federal, estadual e municipal envolvendo ou afetando fatores como:

- taxas de juros;
- volatilidade da moeda;
- inflação;
- exigências de reservas;
- exigências de capital;
- liquidez dos mercados de capitais e de crédito;

- empréstimos vencidos;
- políticas fiscais;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior, incluindo aqueles que foram temporariamente impostos em 1989 e início de 1990; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

As incertezas sobre se o governo brasileiro irá implementar mudanças na política ou na regulamentação, criam uma instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados mobiliários, o que pode gerar um efeito negativo sobre nós e nossos valores mobiliários. A recente instabilidade econômica e política levou a uma percepção negativa da economia brasileira e o aumento na volatilidade dos mercados mobiliários do país, o que também pode gerar efeitos adversos para nós.

Por exemplo, entre o final de 2010 e o início de 2011, o Banco Central do Brasil adotou algumas medidas visando controlar o crescimento excepcional do crédito em circulação, conhecidas como medidas macro prudenciais. Essas medidas tiveram foco no controle da emissão de novos empréstimos, tal como o aumento do valor do pagamento mínimo de entrada exigido para novos financiamentos, o aumento do valor mínimo do pagamento das faturas de cartões de crédito e também a implementação de uma exigência mínima de capital para certos tipos de empréstimos elevando o valor da reserva exigida. Além disso, o governo aumentou os impostos sobre as entradas de capital estrangeiro a fim de controlar a tendência da valorização da taxa de câmbio. Essas medidas tiveram impacto negativo sobre os resultados de todos os bancos brasileiros.

Em 2012, o governo brasileiro decidiu promover o crescimento do crédito nos bancos estatais, aumentando sua participação de mercado, principalmente, na área de empréstimos para pessoas físicas, fato este que também afetou de forma adversa os resultados das operações dos bancos privados.

As manifestações políticas no Brasil também afetaram o desenvolvimento da economia brasileira e a percepção dos investidores sobre o país. Por exemplo, os protestos de rua, que iniciaram em meados de 2013, continuaram em 2014 (embora em menor grau do que em 2013) e retornaram em 2015, demonstraram a insatisfação da população com a corrupção e certas medidas políticas. Além disso, as alegações de corrupção associadas às companhias dos setores de óleo e gás e à companhia estatal de petróleo do Brasil, trazidas à luz pelas investigações judiciais conhecidas como "Lava Jato", aumentaram a aversão a risco dos investidores em relação ao Brasil, como foi observado por nós. Isso se reflete na desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano e em movimentos adversos nos preços dos "*credit default swaps*" relacionados ao Brasil. Para mais informações, vide "—A investigação "Lava Jato" em curso, relacionado à corrupção em determinadas companhias dos setores de óleo e gás, energia e infraestrutura podem prejudicar o crescimento da economia brasileira e podem ter um efeito adverso sobre os nossos negócios."

Não estamos em condições de estimar inteiramente o impacto das evoluções na macroeconomia global e brasileira e das mudanças na política regulatória da economia em nossas operações e atividades de crédito, nem somos capazes de prever como as medidas atuais ou futuras implementadas pelos responsáveis por tais políticas podem impactar nossas atividades. Quaisquer mudanças nas exigências de capital regulatório para crédito, exigências de reserva, ou regulamentações sobre produtos e serviços, dentre outras, podem ter impacto relevante negativo em nossos negócios.

Os esforços do Governo para controlar a inflação e mudanças nas taxas de juros poderão restringir o crescimento da economia brasileira e poderão prejudicar as nossas atividades.

O Brasil registrou, no passado, índices de inflação extremamente elevados e, portanto, implementou políticas monetárias as quais resultaram em uma das taxas de juros mais elevadas do mundo. As medidas do governo brasileiro de combate à inflação, principalmente pelo Banco Central do Brasil, tiveram e poderão no futuro ter efeitos significativos na economia brasileira e no nosso negócio. Políticas monetárias rígidas, com taxas de juros e exigências de depósito compulsório elevadas, poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito, reduzindo os volumes de empréstimos e elevando nossas provisões para perdas em empréstimos. Por outro lado, políticas menos rígidas do governo e do Banco Central do Brasil e diminuições da taxa de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, por conseguinte, o crescimento da volatilidade e necessidade de aumentos de taxa de juros súbitos e significativos, o que poderia afetar negativamente nossos spreads.

De janeiro de 2000 até agosto de 2005, a taxa média de juros no Brasil foi de 18,9%, com taxa mínima de15,25% e máxima de 26,50%. Com um ambiente macroeconômico favorável e inflação estabilizada, o Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de redução da taxa SELIC (acrônimo para "Sistema Especial de Liquidação e de Custódia" – que representa a taxa básica de juros a ser paga aos detentores de determinados valores mobiliários do governo brasileiro, com base na taxa overnight do Banco Central do Brasil), iniciando com um valor de 19,5% em setembro de 2005 e reduzindo para 8,75% em março de 2010, momento em que a taxa SELIC atingiu, na ocasião, um valor histórico. No final de 2010, visando equilibrar a demanda interna, o Banco Central do Brasil começou a aumentar a taxa SELIC novamente, atingindo um patamar de 12,5% em julho de 2011. No entanto, o Banco Central do Brasil revisou sua política monetária em agosto de 2011, quando introduziu uma política de afrouxamento monetário para mitigar os efeitos do transbordamento da contínua crise financeira internacional (particularmente na Europa). Como resultado dessa mudança na política, a taxa SELIC foi reduzida diversas vezes durante a segunda metade de 2011 e ao longo do ano de 2012, atingindo 7,25% (a taxa mais baixa registrada) ao final de 2012. O Banco Central do Brasil afrouxou a sua política monetária mais uma vez em 2013, aumentando progressivamente a taxa SELIC a partir de abril de 2013, e alcançando um patamar de 10,0% em novembro deste mesmo ano, em um esforço para controlar a inflação crescente. Em 2014, a persistente alta da inflação levou a aumentos sucessivos da taxa SELIC, a qual foi 11,75% em dezembro de 2014. A taxa SELIC continuou a ser elevada durante o início de 2015. Em 21 de janeiro de 2015, a taxa SELIC aumentou para 12,25%, chegando a 12,75% em 03 de março de 2015. Em 28 de abril de 2015, a taxa SELIC era de 13,25%.

A maior parte da nossa renda, despesas, ativos e passivos está diretamente atrelada a taxas de juros. Desta maneira, nossos resultados operacionais e situação financeira são afetados significativamente pela inflação, pelas oscilações das taxas de juros e pelas políticas monetárias governamentais a elas relacionadas, todas as quais podem gerar um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira, nossas carteiras de operações de crédito, nosso custo financeiro e nossas receitas de operações de crédito. Estimamos que em 2014, um aumento ou redução de 1,0% na taxa de juros básica, teria resultado em um aumento ou redução, respectivamente, da nossa receita de juros líquida de R$490 milhões. Quaisquer alterações das taxas de juros poderão prejudicar nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais. Além disso, aumento das taxas de juros básicas podem nos prejudicar por reduzirem a demanda por nossos produtos de crédito e investimento, aumentar os custos de provimento de recursos e alargar o risco de inadimplemento por parte de nossos clientes.

A inflação tem impacto negativo em nossas despesas de pessoal e administrativas, as quais são direta ou indiretamente vinculadas aos índices de inflação, (Índice de Preços ao Consumidor – Amplo), ou "IPCA", e o Índice Geral de Preços-Mercado) ou "IGP-M". Por exemplo, considerando os valores de 2014, cada variação de um ponto percentual adicional na inflação teria um impacto sobre as nossas despesas de pessoal e administrativas em aproximadamente R$72 e R$67 milhões, respectivamente.

Em que pese os aumentos sucessivos do Banco Central do Brasil na taxa SELIC durante 2013 e 2014, a inflação continuou a aumentar, atingindo 7,1% no período de doze meses encerrado em janeiro de 2015 e ainda aumentando para 7,7% no período de doze meses encerrado em fevereiro 2015, sendo este último o mais alto nível registrado desde maio de 2005. A alta taxa de inflação brasileira, composta pelas crescentes e elevadas taxas de juros, gastos dos consumidores decrescentes e aumento do desemprego, pode ter um impacto adverso significativo sobre a economia brasileira como um todo, bem como sobre nossas condições financeiras, operações e lucros.

A investigação "Lava Jato" em curso, relacionada à corrupção em determinadas companhias dos setores de óleo e gás, energia e infraestrutura podem prejudicar o crescimento da economia brasileira e podem ter um efeito adverso sobre os nossos negócios.

Certas companhias brasileiras que operam nos setores de óleo e gás, energia e infraestrutura estão enfrentando investigações por parte da CVM, da SEC, da Polícia Federal brasileira e do Ministério Público Federal brasileiro, com relação a alegações de corrupção (as chamadas investigações "Lava Jato"). Dependendo da duração e resultado de referidas investigações, as companhias envolvidas podem sofrer um rebaixamento pelas agências de *rating*, restrições de financiamento e uma redução em suas receitas. Dada a importância relativamente significativa das companhias citadas nas investigações, referidas investigações podem ter um efeito adverso para as perspectivas de crescimento do país no curto e médio prazo. Consequências negativas para determinado grupo de companhias também pode impactar o montante de investimentos em infraestrutura no Brasil, o que pode levar a um menor crescimento econômico no curto e médio prazo. A combinação desses fatores pode ter um efeito adverso na qualidade dos nossos ativos.

A exposição à dívida do governo federal brasileiro poderia ter efeito adverso relevante sobre nós.

Nós investimos em títulos do governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 20% de nossos ativos totais e 86% de nossa carteira de títulos consistiam em títulos de dívida pública emitidos pelo governo brasileiro. Qualquer falha do governo brasileiro em realizar pagamentos tempestivos sob esses títulos e valores mobiliários, ou diminuição significativa de seu valor de mercado, terá efeito material adverso relevante sobre nós.

Flutuações das taxas de juros e outros fatores poderão afetar nossas obrigações em relação aos fundos de pensão.

Patrocinamos alguns planos pré-definidos de previdência e um plano de saúde os quais beneficiam alguns de nossos funcionários, antigos e/ou atuais, dos quais a maioria foi herdada do Banespa (apesar de já termos descontinuado o uso destes planos de previdência para os nossos funcionários em 2005).

Para determinar a situação de custeio de cada plano de pensão de benefício definido e, consequentemente, as reservas necessárias para o pagamento dos futuros beneficiários, usamos determinadas técnicas atuariais e pressupostos intrinsecamente incertos que implicam o exercício de discernimento significativo, inclusive no tocante a taxas de juros, que são chave para a determinação das nossas obrigações atuais nos termos dos planos de pensão já existentes, uma vez que estas taxas de juros são usadas no cálculo do valor presente dessas obrigações.

As alterações do valor presente das nossas obrigações, nos termos de nossos planos de pensão de benefício já existentes, gerariam, como consequência, a redução do valor dos ativos do fundo de pensão (dependendo do desempenho dos mercados financeiros) ou o aumento das responsabilidades do fundo de pensão em razão de alterações dos pressupostos de mortalidade, da taxa de aumento de salários, da taxa de desconto (principalmente com base em níveis de rendimento de valores mobiliários de alto desempenho), da inflação, da taxa de retorno prevista sobre os ativos do plano, ou outros fatores poderiam fazer com que tivéssemos que aumentar tais contribuições com a finalidade de reduzir ou liquidar déficits que desviariam recursos utilizados em outras áreas do negócio e reduziriam os recursos de capital. Embora possamos controlar vários dos fatores acima, há alguns fatores sobre os quais temos controle nenhum ou limitado. O aumento de nossas responsabilidades e obrigações em relação aos fundos de pensão poderiam ter efeito adverso relevante para o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

As reduções nas taxas de juros podem elevar o valor presente das obrigações sob os nossos planos de pensão de benefício definidos já existentes, tal como o ocorrido em 2012, quando a taxa SELIC caiu para um mínimo histórico de 7,25% a.a., podendo prejudicar significativamente o status de custeio destes planos nos obrigando a efetuar contribuições adicionais a esses planos para cumprir obrigações de custeio de pensões.

A volatilidade cambial poderá ter efeito negativo substancial sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios.

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira passou por variações frequentes e substanciais em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. Como exemplo disto, em consequência da crise global nos mercados financeiros de 2008, o real desvalorizou 31,9% frente ao dólar, atingindo o valor de R$2,34 por US$1,00 em 31 de novembro de 2008. No segundo semestre de 2009, houve uma recuperação do real e a moeda brasileira continuou a valorizar-se em 2010, atingindo R$1,74 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2009 e R$1,67 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2010, principalmente em virtude de uma recuperação na confiança do consumidor e exportações e investimentos estrangeiros no segundo semestre de 2009. Esses efeitos permaneceram durante o ano de 2010. Em 2011, devido à crise financeira internacional (em especial na Europa), a taxa de câmbio atingiu R$1,88 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2011. Desde 2012, o real continuou a se desvalorizar, em decorrência de uma redução nos preços das commodities e a recuperação da economia dos E.U.A., chegando a R$2,04 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2012, R$2,34 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2013 e R$2,65 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2014. Em 28 de abril de 2015, a taxa de câmbio era de R$2,89 por US$1,00.

A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano também poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, o que prejudicaria o crescimento da economia brasileira como um todo e consequentemente a nossa situação financeira e resultados operacionais. Além disso, uma desvalorização do real poderá tornar nossas obrigações e financiamentos mais onerosos em relação a moedas estrangeiras, afetando negativamente o preço de mercado das nossas carteiras de títulos gerando consequências similares para os nossos tomadores. Por outro lado, uma valorização do real em relação ao dólar e/ou outras moedas estrangeiras poderá causar uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como desacelerar o crescimento impulsionado pelas exporta-

ções. Dependendo das circunstâncias, uma valorização ou desvalorização do real poderá ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira e sobre nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

No exercício do ano encerrado em 31 de dezembro de 2014, uma variação de 1,0% na taxa de câmbio de reais para dólares norte-americanos teria resultado em uma variação das despesas sobre nossa posição líquida de câmbio calculada, em dólares norte-americanos, no valor de R$1,6 milhões.

Deficiências na infraestrutura e na mão de obra no Brasil podem ter impacto no crescimento da economia brasileira, com efeito adverso relevante sobre nós.

Nosso desempenho depende da higidez e crescimento da economia brasileira de forma geral. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro ("PIB") flutuou nos últimos anos, com um aumento de 1,8% em 2012, crescendo para 2,7% em 2013, mas caindo para 0,1% m 2014. A continuidade do crescimento é limitada pela infraestrutura inadequada, incluindo uma possível escassez de energia (incluindo o resultado da geração deficiente de energia hidrelétrica em decorrência da seca em curso em certas regiões do Brasil) e deficiências nos setores de transporte, logística e telecomunicações, falta de mão de obra qualificada e de investimentos públicos e privados nessas áreas, restringindo a produtividade e a eficiência. Qualquer desses fatores podem provocar uma volatilidade no mercado de trabalho e trazer impactos sobre a renda, poder aquisitivo e níveis de consumo, o que pode limitar o crescimento, aumentar as taxas de inadimplência e, ao final, representar um efeito adverso relevante sobre nossas operações.

Evoluções e percepção de risco em outros países podem ter impacto negativo na economia brasileira e no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores no Brasil.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado pela conjuntura econômica e pelas condições de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos, países europeus (inclusive Espanha, onde o Santander Espanha, nosso acionista controlador, está sediado), bem como em outros países latino-americanos e países de mercados emergentes. Embora a conjuntura econômica na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente da conjuntura econômica no Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países poderão prejudicar o valor de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. De forma específica, as percepções do investidor dos riscos associados aos nossos títulos e valores mobiliários podem ser afetadas pela percepção das condições de risco na Espanha. Ademais, crises em outros países de mercado emergente poderão diminuir o interesse do investidor em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo nossos valores mobiliários. Isso poderia afetar prejudicialmente o preço de mercado de nossos títulos, restringindo o nosso acesso aos mercados de capital e comprometer nossa habilidade de financiar nossas operações no futuro em termos favoráveis, ou em qualquer termo.

Em 2013 e 2014, houve um aumento da volatilidade em todos os mercados brasileiros, devido, entre outros fatores, a incertezas sobre como os ajustes na política monetária nos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, ao aumento da aversão ao risco dos países emergentes e incertezas relacionadas às condições macroeconômicas brasileiras. Estas incertezas afetaram negativamente a nós e ao valor de mercado de nossos títulos.

Além disso, continuamos estar expostos às perturbações e volatilidade dos mercados financeiros mundiais devido aos seus efeitos sobre o ambiente financeiro e econômico, especialmente no Brasil, tais como o desaquecimento da economia, o aumento da taxa de desemprego, a diminuição do poder aquisitivo dos consumidores e indisponibilidade de crédito. Nós fornecemos crédito principalmente para tomadores brasileiros e estes efeitos poderiam afetar adversamente e materialmente os nossos clientes aumentando nossas perdas com empréstimos e, como resultado, elevando o risco associado com nossa atividade de fornecimento de créditos o que nos levaria a realizar revisões em nossos modelos de gestão de riscos e de reserva contra créditos duvidosos.

Perturbação ou volatilidade no mercado financeiro global podem levar ao aumento dos efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro no Brasil e outros países nos quais operamos, o que poderia ter efeito adverso material sobre nós.

Riscos Relacionados às nossas Atividades e ao Setor de Serviços Financeiros Brasileiro

O ambiente de competitividade crescente no mercado de serviços financeiros brasileiro poderão afetar negativamente nossas perspectivas de negócios.

O mercado financeiro brasileiro, incluindo o bancário, o de seguros e o de gestão de ativos, é altamente competitivo. Enfrentamos forte concorrência em nossas principais áreas operacionais, por bancos brasileiros ou internacionais, públicos ou privados. Nos últimos anos, a concorrência nos setores de bancos e seguro aumentou.

Em 2012, 2013 e 2014, a economia brasileira cresceu menos que nos anos anteriores, ao passo que a inflação e a desvalorização cambial aumentaram. A taxa de inflação atingiu 7,7% para o período de doze meses encerrado em fevereiro de 2015, o maior nível já registrado desde maio de 2005. Em uma tentativa de promover o crescimento econômico, o governo brasileiro estimulou a disponibilidade de crédito por meio dos grandes bancos estatais, sustentando o ritmo de expansão dos anos anteriores. Esses bancos estatais começaram a oferecer crédito com taxas de juros muito mais baixas. Os bancos privados seguiram este exemplo e reduziram as taxas de juros para seus clientes, ao mesmo tempo em que aumentaram o rigor das suas políticas para aprovação de créditos a clientes em um esforço para controlar um possível aumento nos índices de inadimplência. Em consequência a essas medidas, as margens e spreads foram reduzidos aumentando, por sua vez, o risco de crédito.

O aumento da concorrência pode exigir que nós aumentemos as taxas que oferecemos para depósitos ou uma redução nas taxas que cobramos para empréstimos, o que também causaria um relevante efeito adverso sobre nós.

Além disso, se nossos níveis de atendimento ao cliente nos segmentos de varejo ou atacado for percebido pelo mercado como significativamente abaixo do oferecido pelas instituições financeiras concorrentes, podemos perder oportunidades existentes e prospectivas de negócios. Se não tivermos sucesso em reter e fortalecer os relacionamentos com clientes, podemos perder participação de mercado, incorrer em prejuízos em algumas ou todas as nossas atividades ou deixar de atrair novos depósitos e reter os existentes, o que pode ter um efeito negativo substancial sobre nós.

Estamos sujeitos a uma regulamentação substancial, o que pode ter impacto negativo sobre nossos negócios e operações.

O mercado financeiro brasileiro está sujeito a um intenso e permanente controle regulatório por parte do governo, especialmente pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pelo CMN, os quais, em cada caso, afetam substancialmente nossos negócios. Nós não temos controle sobre a emissão de novas regulamentações que possam afetar nossas operações, incluindo a respeito de:

- exigências de capital mínimo;
- exigências de reserva de depósito compulsório;
- limites sobre investimentos em ativos fixos;
- limites a empréstimos e outras restrições ao crédito, tais como alocações compulsórias;
- limites e outras restrições às taxas;
- limites ao valor dos juros que os bancos podem cobrar ou o período para capitalização de juros; e
- exigências contábeis e estatísticas.

A regulamentação que rege as instituições financeiras brasileiras está em constante evolução e o Banco Central do Brasil tem demonstrado agir de forma bastante ativa no desenvolvimento do nosso setor.

Mudanças nas regulamentações no Brasil e nos mercados internacionais podem também nos expor a um aumento nos custos de conformidade e limitações em nossa capacidade de buscar determinadas oportunidades de negócios e oferecer alguns produtos e serviços. Como algumas das leis e regulamentações do setor bancário foram emitidas ou entraram em vigor recentemente, a maneira com a qual essas leis e regulamentações relacionadas são aplicadas às operações das instituições financeiras ainda está evoluindo. Além disso, na medida em que essas regulamentações, adotadas recentemente, sejam implementadas de forma inconsistente nas jurisdições em que operamos, podemos enfrentar um aumento nos custos de regularização. As medidas do Banco Central do Brasil e alterações nas leis e regulamentações existentes, ou a adoção de novas leis e regulamentações podem afetar de forma adversa nossa capacidade de oferecer empréstimos, fazer investimentos ou prestar alguns serviços financeiros. Não é possível dar garantias de que essas

leis e regulamentações serão adotadas, cumpridas ou interpretadas de um modo que não tenha efeito adverso relevante em nossos negócios e nos resultados das operações.

Nós podemos estar sujeitos também a possíveis impactos relacionados a mudanças regulatórias que afetem nosso acionista controlador, Santander Espanha, em decorrência de alterações regulatórias implementadas como resultado da unificação do sistema bancário europeu sob a *European Banking Union* e como resultado da implementação da Lei Dodd-Frank, de reforma do sistema financeiro e proteção ao consumidor (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act - "Dodd-Frank"), incluindo a disposição estatutária da Dodd-Frank conhecida como Volcker Rule. Nós não podemos prever o resultado final de quaisquer normas propostas pela *European Banking Union* ou seus efeitos para o Santander Espanha e, consequentemente, seus efeitos para nós. Também não somos capazes de prever o impacto da Volcker Rule para o Santander Espanha ou para nós. Para mais informações, consulte o "Item 4. Informações sobre a Companhia - B. Visão Geral do Negócio - Regulamentação e Supervisão – Outras Leis e Regulamentações Aplicáveis - Regulação Financeira Americana - Volcker Rule".

O aumento das reservas, depósito e capital mínimo poderão afetar de maneira adversa nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

O Banco Central do Brasil tem alterado periodicamente o nível de reservas e depósitos compulsórios que as instituições financeiras no Brasil devem manter no Banco Central do Brasil, também determinando exigências de alocação de compulsórios para financiar programas do governo. O Banco Central do Brasil poderá futuramente aumentar as exigências de reserva e depósitos compulsórios ou impor ainda novas exigências. Os aumentos das exigências de reserva e depósito compulsórios reduzem nossa liquidez para financiar nossa carteira de empréstimos e outros investimentos e, em consequência, poderá gerar efeito adverso relevante sobre o negócio, situação financeira e nossas operações.

Os depósitos compulsórios e alocações em geral não dão o mesmo retorno dos outros investimentos e depósitos, pois uma parcela dos depósitos compulsórios e alocações:

- não rendem juros;
- devem ser mantidos em títulos do governo federal brasileiro; e
- devem ser utilizados no financiamento de programas do governo, inclusive programa federal de moradia e subsídios para o setor rural.

Em 2013, 2014 e início de 2015, o Banco Central do Brasil publicou diversas regras para a implementação da norma Basileia III no país. Esse novo conjunto de regulamentações cobre a definição de capital revisada, exigências de capital, capital buffers, ajustes na avaliação do crédito, exposições a contrapartes centrais, índices de cobertura de alavancagem e de liquidez. Nenhuma garantia pode ser oferecida no sentido de que a norma Basileia III serão adotadas, cumpridas ou interpretadas de um modo a não causar um impacto negativo relevante sobre nós.

Para mais informações sobre as regras para a implementação da norma Basileia III, deve-se consultar o "Item 4. Informações sobre a Companhia - B. Visão Geral do Negócio - Regulamentação e Supervisão - Adequação de Capital e Alavancagem – Basileia" e "Item 5. Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – B. Liquidez e Recursos de Capital – Gestão de Capital".

Podemos não ser capazes de detectar ou prevenir lavagem de dinheiro e outras atividades criminosas integralmente ou tempestivamente, o que pode nos expor a responsabilidades adicionais e pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Somos obrigados a cumprir com as regras aplicáveis contra lavagem de dinheiro ("CLD"), antiterrorismo, sanções e outras leis e regulamentos nas jurisdições nas quais operamos. Essas leis e regulamentos exigem, entre outras coisas, a condução de uma plena investigação sobre nossos clientes com relação a sanções e triagem de pessoa politicamente expostas, a manutenção de informações atualizadas sobre nossos clientes, contas e transações e a implementação de políticas eficazes para prevenção de crimes financeiros e de procedimentos que especifiquem o que é exigido dos responsáveis. Essas exigências também incluem treinamento CLD para os nossos funcionários, comunicação de transações e atividades suspeitas às autoridades reguladoras competentes e aplicação da lei após investigação completa por parte da área de Incidentes Especiais.

Os crimes financeiros tornaram-se objeto de aprimorada fiscalização e supervisão regulatória por reguladores a nível global. Sanções, leis e regulamentações CLD estão cada vez mais complexas e detalhadas e tornaram-se sujeitas a uma fiscalização regulatória reforçada, exigindo sistemas melhorados, monitoramento sofisticado e equipe qualificada.

Desenvolvemos políticas e procedimentos que visam detectar e prevenir o uso de nossa rede bancária para lavagem de dinheiro ou outras atividades relacionadas com os crimes financeiros. Isso exige a aplicação e incorporação dentro de nossos controles e monitoramentos de negócios, que, por sua vez, requer mudanças contínuas nos sistemas e atividades operacionais. Os crimes financeiros estão em constante evolução e sujeitos a uma supervisão e controle regulatórios cada vez mais exigentes. Isso requer de nós respostas proativas e adaptáveis, a fim de que sejamos capazes de prevenir eficazmente ameaças e criminalidade, até mesmo as ameaças conhecidas que nunca poderão ser totalmente eliminadas, e haverá casos em que poderemos ser utilizado por terceiros para a realização de atividades de lavagem de dinheiro ou outras atividades ilegais ou impróprias. Além disso, dependemos fortemente de nossos funcionários para nos auxiliar, por meio da identificação de tais atividades e a denúncia das mesmas em nossos canais de denúncia, e nossos funcionários têm diferentes graus de experiência no reconhecimento de táticas criminosas e na compreensão do nível de sofisticação das organizações criminosas. Quando terceirizamos qualquer uma de nossas atividades de investigação de clientes, triagem de clientes ou operações contra crimes financeiros, continuamos responsáveis pelo cumprimento integral e por quaisquer violações. Se não formos capazes de aplicar o escrutínio e supervisão necessários, ainda há um risco de inobservância da regulação.

Se não formos capazes de cumprir integralmente com as leis, regulamentações e expectativas aplicáveis, os nossos reguladores e agências responsáveis pela aplicação da lei possuem capacidade e autoridade para impor multas e outras sanções significativas sobre nós, podendo, inclusive, exigir a revisão completa dos nossos sistemas de negócios, fiscalização das nossas rotinas diárias por consultores externos e, em última análise, a revogação de licenças.

O dano reputacional ao nosso negócio e marca global seria considerado severo se formos julgados culpados de violação às regras de CLD, antiterrorismo ou requisitos de sanções. Nossa reputação também pode sofrer se não formos capazes de proteger os nossos clientes ou nossos negócios de serem utilizados por criminosos para fins ilegais ou impróprios.

Quaisquer desses riscos poderiam ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Alterações nos lançamentos tributários e outros lançamentos fiscais podem nos afetar desfavoravelmente.

O governo brasileiro promulga regularmente reformas aos regimes tributários e outros regimes de lançamentos aos quais nós e nossos clientes estamos sujeitos. Essas reformas incluem alterações na alíquota dos lançamentos e, ocasionalmente, a promulgação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a fins governamentais designados. Os efeitos dessas alterações e de quaisquer outras alterações que resultem da promulgação de reformas tributárias adicionais não foram, e não podem ser, quantificados e pode não haver garantias de que essas reformas não terão, quando implementadas, um efeito prejudicial sobre nossos negócios. Além disso, essas alterações podem produzir incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo de tomada de empréstimo e contribuindo para o aumento em nossa carteira de créditos vencidos.

Alterações da política fiscal, incluindo a criação de novos impostos, podem ocorrer com certa frequência e tais alterações podem ter um efeito adverso sobre nossa posição financeira ou nossos resultados operacionais. Por exemplo, em 2011, o governo brasileiro estabeleceu o Imposto sobre Transações Financeiras (“Imposto IOF”) a uma taxa de 1,0% ao dia sobre o valor nocional do aumento da exposição da moeda estrangeira. A alíquota fiscal foi reduzida a zero em 2013. Ademais, as normas relativas ao Imposto IOF incidente sobre a liquidação de operações de câmbio em relação ao ingresso de recursos relacionados a empréstimos estrangeiros, foram alteradas algumas vezes desde 2012. Ademais, a alíquota do imposto IOF aplicável aos empréstimos no mercado doméstico tomados por pessoas físicas foi frequentemente revisada nos últimos anos, variando de 1,5% no início de 2011 até a alíquota atual de 3,0%, com bastante ajustes à alíquota (aumentos e diminuições) durante este período. Não podemos estimar o impacto que alterações na regulamentação tributária ou nas políticas fiscais poderão ter em nossas operações. Por exemplo, o Imposto IOF é uma ferramenta usada pelo governo brasileiro para regular a atividade econômica e que não impacta diretamente nossos resultados operacionais, em que pese mudanças no Imposto IOF podem impactar o volume dos nossos negócios de maneira geral.

Ademais, o Congresso brasileiro poderá discutir amplas reformas fiscais no Brasil visando melhorar a eficiência da alocação de recursos econômicos, conforme proposto pelo poder executivo do governo federal brasileiro. Grandes reformas fiscais têm sido discutidas no Brasil nos últimos anos. Não podemos prever se essas reformas serão implementadas no futuro. Os efeitos dessas mudanças, se forem adotadas, e de outras alterações que podem resultar da adoção de reformas fiscais adicionais, não podem ser quantificados.

Se não formos capazes de controlar com eficácia o nível de créditos inadimplentes ou com baixa qualidade no futuro, ou se nossas reservas para perdas com crédito forem insuficientes para cobrir perdas futuras, isso pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Os riscos decorrentes de mudanças na qualidade do crédito e na capacidade de recuperação de empréstimos e valores devidos de contrapartes são inerentes a uma ampla gama de nossas operações. Créditos inadimplentes ou com baixa qualidade tiveram impacto negativo no passado sobre nossos resultados de operações, e podem a continuar a ter. Não podemos garantir que seremos capazes de controlar de forma eficaz o nível de créditos de baixa qualidade em nossa carteira de crédito total. Em especial, o montante de nossos créditos inadimplentes divulgados pode aumentar no futuro a um ritmo mais rápido do que o crescimento em nossa carteira total. Tomamos algumas medidas para melhor gerir o nosso risco de crédito. Entre elas está a reavaliação das nossas políticas de concessão de créditos e a revisão das nossas práticas de cobrança. Em conjunto com a nossa carteira de crédito, essas medidas nos auxiliaram a manter a nossa carteira de créditos estável (com uma contração de 0,1% em 2014). De qualquer forma, não há garantia de que todas essas medidas continuarão a ser eficazes ou que nossa carteira de créditos inadimplentes não irá aumentar novamente no futuro devido a fatores fora de nosso controle.

Nossas atuais reservas para perdas com crédito podem não ser adequadas para cobrir eventuais aumentos no montante de créditos inadimplentes ou uma futura deterioração na qualidade do crédito de forma geral em nossa carteira total. Nossas reservas para perdas com crédito se baseiam em nossa avaliação atual e nas expectativas referentes a diversos fatores que afetam a qualidade de nossa carteira de crédito. Esses fatores incluem, dentre outras coisas, a condição financeira de nossos tomadores de empréstimos, capacidades e intenções de pagamento, valor realizável de garantias, perspectivas de suporte de um garantidor, políticas macroeconômicas do governo, taxas de juros e o ambiente legal e regulatório. Muitos desses fatores, incluindo as tendências acima descritas, estão além de nosso controle. Consequentemente, não existe um método preciso para prever perdas no crédito e não podemos garantir que nossas reservas serão suficientes para cobrir perdas futuras. Se nossa avaliação e expectativas a respeito dos fatores acima mencionados forem diferentes dos eventos reais, se acontecer uma deterioração na qualidade de nossa carteira de crédito total, por qualquer razão, podemos ser exigidos a aumentar nossas reservas para perdas com crédito, o que pode nos afetar de forma negativa. Se não formos capazes de controlar ou reduzir o nível de créditos inadimplentes ou de baixa qualidade, isso pode ter um impacto relevante sobre nós.

Nossa carteira de operações de crédito pode não continuar a crescer na mesma taxa e a incerteza econômica pode levar a uma retração em nossa carteira de empréstimo.

Pode não haver garantia de que nossa carteira de empréstimos continuará a crescer a taxas similares à taxa de crescimento histórica que anteriormente experimentamos. A recente desaceleração da taxa de crescimento da economia brasileira experimentadas entre 2012 e 2014, uma redução no ritmo do crescimento da demanda de clientes, um aumento na concorrência de mercado ou alterações nos regulamentos governamentais e um aumento da taxa SELIC, podem afetar prejudicialmente a taxa de crescimento de nossa carteira de empréstimo e nosso índice de risco e, consequentemente, aumentar nossas provisões necessárias para perdas acumuladas. As constantes incertezas econômicas poderiam afetar de maneira adversa as condições de liquidez, negócios e financeiras de nossos clientes, bem como levar a um declínio global nos gastos do consumo, aumento no desemprego e aumento no taxa de inadimplência. Tudo isso pode levar a uma redução na demanda por empréstimos em geral, o que pode ter um efeito prejudicial substancial nos nossos negócios.

Nossas carteiras de crédito e investimentos estão sujeitas ao risco de pagamento antecipado, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nosso empréstimo pré-fixado e carteiras de investimentos estão sujeitos ao risco de pagamento antecipado, resultantes da capacidade do tomador ou emitente de pagar a obrigação da dívida antes do vencimento. Em geral, em um ambiente de taxa de juros em queda, a atividade de pagamento antecipado aumenta, isso reduz os prazos médios ponderados de ativos remunerados e poderia ter um efeito relevante adverso sobre nós. Nós seríamos ainda exigidos a amorti-

zar os prêmios líquidos sobre o rendimento sobre um período de tempo menor, dessa forma reduzindo o correspondente retorno do ativo e receita de juros líquida. O risco de pagamento antecipado também tem um impacto adverso em nossas carteiras de cartão de crédito e hipoteca residencial, em virtude dos pagamentos antecipados poderem reduzir o prazo médio ponderado desses ativos, o que pode resultar em uma não coincidência no financiamento ou no reinvestimento em rentabilidades menores. O risco de pagamento antecipado para nossa atividade comercial e um aumento nos pagamentos antecipados poderá ter um efeito adverso substancial sobre nós.

Em virtude de nossas principais fontes de financiamento serem depósitos de curto prazo, uma repentina escassez de fundos pode causar um aumento nos custos de financiamento e um efeito prejudicial em nossos níveis de liquidez e receitas.

Os depósitos de clientes são nossa principal fonte de financiamento. Em 31 de dezembro de 2014, 63,1% de nossos depósitos de clientes apresentavam vencimentos remanescentes de um ano ou menos, ou eram depósitos à vista, ao passo que 39,9% de nossos ativos apresentam vencimentos mais longos, resultando em descompasso entre os vencimentos de passivos e os vencimentos de ativos. A disponibilidade existente desse tipo de financiamento é sensível a diversos fatores fora de nosso controle, tais como as condições econômicas gerais e a confiança dos depositantes comerciais na economia, em geral, e os setores de serviços financeiros, em particular, e a disponibilidade e extensão das garantias de depósito, assim como a concorrência entre os bancos por depósitos. Se um número substancial de nossos depositantes sacarem seus depósitos à vista ou não rolarem seus depósitos a prazo no vencimento, nossa posição de liquidez, resultados operacionais e situação financeira podem ser afetados de forma substancial e prejudicial. Não podemos garantir ao investidor que, no caso de uma escassez repentina ou inesperada de fundos no sistema bancário, quaisquer mercados monetários nos quais operamos serão capazes de manter níveis de financiamento sem incorrer custos de financiamento mais elevados ou a liquidação de determinados ativos. Se isso acontecer, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser afetados de forma substancial e desfavorável.

Os riscos de crédito, mercado e liquidez podem ter um efeito desfavorável em nossas classificações de crédito e nosso custo de financiamento. Qualquer queda na classificação de crédito do Brasil, de nosso acionista controlador, ou de nossa Companhia, provavelmente aumentaria nosso custo de financiamento, exige que apresentemos garantia adicional de acordo com alguns de nossos contratos de derivativos e afetaria prejudicialmente nossas margens de juros e resultados operacionais.

As classificações de crédito afetam o custo e os outros termos de acordo com os quais podemos obter financiamento. As agências de classificação nos avaliam regularmente e as classificações de nossa dívida a longo prazo tomam por base vários fatores, incluindo nossa força financeira, condições que afetam o setor de serviços financeiros em geral e o ambiente econômico no qual operamos.

Qualquer rebaixamento das classificações de crédito soberanas do Brasil, de nosso acionista controlador ou de nossas classificações provavelmente aumentaria nossos custos de tomada de empréstimo. Por exemplo, uma queda na classificação poderia afetar prejudicialmente nossa habilidade de vender ou comercializar alguns de nossos produtos, tais como títulos subordinados, conduzir determinadas transações de prazo mais longo e derivativos, e manter nossos clientes, especificamente clientes que precisam de um limite de classificação mínimo para investir. Isso, por sua vez, poderia reduzir nossa liquidez e ter um efeito prejudicial em nossos resultados operacionais e situação financeira.

Embora alguns impactos potenciais de um rebaixamento em nossas classificações de risco possam ser quantificáveis, as consequências totais de tal rebaixamento são inerentemente incertas, pois dependem de inúmeros fatores e premissas dinâmicos, complexos e inter-relacionados, incluindo condições do mercado no momento em que este acontecer, se o rebaixamento da classificação de crédito de longo prazo de uma empresa irá precipitar rebaixamentos em sua classificação de curto prazo e premissas sobre os comportamentos potenciais de diversos clientes, investidores e contrapartes. Os fluxos de saídas reais podem ser maiores ou menores que qualquer exemplo hipotético, dependendo de certos fatores, incluindo qual agência de classificação de crédito rebaixou nossa classificação, medidas de gestão ou reestruturação que possam ser adotadas para reduzir os fluxos de saída de caixa e o possível impacto na liquidez da perda de captação não garantida (como a proveniente de fundos do mercado de dinheiro) ou a perda de nossa capacidade de captação garantida.

No segundo semestre de 2013 e no início de 2014, a economia espanhola demonstrou um aumento na estabilidade e melhorou as perspectivas de crescimento, o que provocou, em 2013, uma revisão em sua perspectiva da classificação de crédito, de negativa para estável, pelas três principais agências mencionadas acima (a S&P em 29 de novembro,

Fitch em 1º de novembro e Moody's em 4 de dezembro). Em seguida, a Moddy's elevou a classificação soberana da Espanha de Baa3 para Baa2, com perspectiva positiva, em 21 de fevereiro de 2014. A Fitch Ratings elevou a classificação de risco soberana da Espanha de BBB para BBB+, com perspectiva estável em 25 de abril de 2014. A S&P elevou a classificação de risco soberana da Espanha de BBB- para BBB, com perspectiva estável em 23 de maio de 2014 Consequentemente, as classificações de risco do Santander Espanha foram elevadas e atualmente estão em A- pela Fitch, BBB+ pela S&P e Baa1 pela Moody's, com perspectiva estável para as três agências de classificação de risco. Em cada caso, Santander Espanha está um grau acima da classificação de risco soberana da Espanha.

Em 24 de março de 2014, a S&P reduziu a classificação de crédito do Brasil de BBB para BBB-, principalmente em virtude do desempenho das contas fiscais do país. Em 09 de setembro de 2014, a Moody's rebaixou a perspectiva para a dívida soberana brasileira de estável para negativa, principalmente devido à persistente desaceleração da taxa de crescimento do PIB, à percepção de piora do Brasil pelos investidores e à deterioração dos indicadores de endividamento do país. Em 28 de abril de 2015, a classificação de risco soberana do Brasil é: BBB-, com perspectiva negativa pela S&P, BBB com perspectiva estável pela Fitch Ratings e Baa2, com perspectiva negativa pela Moody's.

Nossa dívida de longo prazo em moeda estrangeira atualmente está classificada como BBB- com perspectiva estável pela S&P, BBB com perspectiva negativa pela Fitch e Baa2 com perspectiva estável pela Moody's. Estimamos que um rebaixamento em nossa classificação de crédito possa aumentar nosso custo de captação internacional em cerca de 50 a 100 pontos base, e nesse caso, nossa expectativa seria concentrar nossos esforços de captação no mercado doméstico.

Não podemos garantir que as agências de classificação manterão suas atuais classificações ou perspectivas, ou no tocante às agências de classificação com perspectiva negativa no tocante a nós ou nosso acionista controlador, não é possível garantir que essas agências revisarão as perspectivas para cima. Nossa omissão em manter classificações e perspectivas favoráveis provavelmente aumentaria nosso custo de financiamento e afetaria desfavoravelmente nossas margens de juros e resultados operacionais.

A eficácia de nossa administração de risco de crédito é afetada pela qualidade e pelo âmbito das informações disponíveis no Brasil.

Ao avaliar a solvência dos clientes, nos baseamos amplamente nas informações de crédito disponíveis em nossos próprios bancos de dados internos, determinadas informações de crédito de cliente disponíveis ao público, informações relacionadas às contratações de crédito, que é fornecida pelo Banco Central do Brasil, e outras fontes. Devido às limitações na disponibilidade de informações e no desenvolvimento de infraestrutura de informação no Brasil, nossa avaliação de risco de crédito associado a um cliente específico pode não se basear em informações completas, precisas ou confiáveis. Além disso, não podemos assegurar que nossos sistemas de pontuação de crédito reúnem informações completas ou exatas que refletem o comportamento efetivo dos clientes ou que seu risco de crédito possa ser corretamente avaliado. Sem informações completas, precisas e confiáveis, temos que nos basear em outros recursos publicamente disponíveis e nossos recursos internos, que podem não ser efetivos. Consequentemente, nossa habilidade de administrar efetivamente nosso risco de crédito e subsequentemente nossas provisões para perdas com empréstimo podem ser afetadas de forma substancial e prejudicial.

O valor de garantias para nossos empréstimos pode não ser suficiente, e podemos não ser capazes de realizar o valor total garantias para nossa carteira de crédito.

O valor da garantia de nossa carteira de empréstimos poderá flutuar significativamente ou diminuir devido a fatores fora de nosso controle, inclusive fatores macroeconômicos que afetam a economia global e a do Brasil. Podemos não ter também informações suficientemente recentes sobre o valor da garantia, o que pode resultar em uma avaliação inexata das perdas por redução ao valor recuperável dos nossos financiamentos segurados por essa garantia. Caso isso venha a acontecer, poderemos precisar constituir provisões adicionais para cobrir perdas por redução ao valor recuperável efetivas de nossos empréstimos, o que poderá afetar de forma relevante e adversa nossos resultados operacionais e situação financeira.

Estamos sujeitos a riscos de mercado, operacionais e outros, associados com nossas transações de derivativos e nossas posições de investimento, os quais podem ter efeito adverso sobre nós.

Entramos em transações de derivativos para propósitos de negociação e também para propósitos de hedging. Esta-

mos sujeitos a riscos de mercado, crédito e operacionais associados a essas transações, incluindo o risco base (risco de perda associado a variações no spread entre o retorno do ativo e a captação de fundos e/ou custo de hedge) e risco de crédito ou inadimplência (risco de insolvência ou outras incapacidades de contrapartes em uma transação em particular para cumprir suas obrigações, incluindo o fornecimento de garantias suficientes). Também detemos valores mobiliários em nossa carteira como parte de nossas estratégias de investimento e hedging.

Instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivativos e valores mobiliários representaram 25,2% do nosso total de ativo em 31 de dezembro de 2014. Quaisquer futuros ganhos ou perdas realizados ou não, oriundos desses investimentos ou de estratégias de hedging poderiam ter um impacto significativo em nossa receita. Esses ganhos e perdas, contabilizados quando vendemos ou fazemos marcação a mercado de investimentos em instrumentos financeiros, podem variar consideravelmente de um período para outro. Se, por exemplo, celebrarmos transações com derivativos para nos proteger contra desvalorizações do real ou reduções das taxas de juros, e o real se valorizar ou as taxas de juros aumentarem, poderemos incorrer em prejuízos financeiros. Não podemos projetar o valor dos ganhos ou perdas em períodos futuros, e as variações verificadas entre um período e outro não servem como ponto de referência significativo para projeções de futuro. Os ganhos ou perdas de nossa carteira de investimentos poderão gerar volatilidade nos níveis de receitas líquidas, e poderemos não obter no futuro o retorno esperado sobre nossa carteira de investimentos consolidada ou sobre parte da carteira. Eventuais perdas em nossos valores mobiliários ou instrumentos financeiros derivativos poderão ter um efeito adverso relevante sobre nossas receitas operacionais e sobre nossa situação financeira. Além disso, a eventual desvalorização dessas carteiras de títulos e valores mobiliários e derivativos poderá resultar na redução de nossos índices de capital, o que poderá comprometer nossa capacidade de desempenhar nossas atividades de financiamento nos níveis previstos atualmente.

Se não formos capazes de implementar com sucesso e dar continuidade a melhorias em nossas políticas de gestão de risco, procedimentos e metodologias, incluindo nosso sistema de gestão de risco de crédito, isso pode ter efeito relevante e adverso sobre nós e podemos ficar expostos a riscos não identificados ou não previstos.

A gestão de risco faz parte integral de nossas atividades. Buscamos monitorar e administrar nossa exposição ao risco por meio de diversos sistemas de relatórios financeiros, de crédito, mercado, operacionais, de conformidade e jurídicos, os quais são separados, porém complementares. Apesar de aplicarmos um conjunto amplo e diversificado de monitoramento de risco e de técnicas de minimização de risco, tais técnicas e estratégias podem não ser totalmente eficazes para diminuir nossa exposição ao risco em todos os ambientes do mercado econômico ou contra todos os tipos de riscos, incluindo aqueles que deixamos de identificar ou prever. Usamos algumas ferramentas e parâmetros quantitativos para administrar o risco do mercado, incluindo o uso de valor em risco (*value at risk*), ou "VaR", e ferramentas de modelos estatísticos, os quais se baseiam no comportamento observado do mercado. Aplicamos ferramentas estatísticas e outras ferramentas sobre essas observações para quantificar nossas exposições a riscos. Essas ferramentas qualitativas e métricas poderão não ser capazes de prever exposições a riscos futuras. Essas exposições a riscos, por exemplo, de fatores que não previmos ou não avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse fato poderá limitar nossa capacidade de gerir nossos riscos. Nossas perdas poderão ser significativamente maiores do que o indicado pelas medidas históricas. Além disso, nossos modelos quantificados não levam em conta todos os riscos. Nosso método mais qualitativo de gestão desses riscos poderá revelar-se insuficiente, expondo-nos a perdas substanciais não previstas. Caso julguem inadequada nossa gestão de riscos, os clientes existentes ou potenciais poderão mudar de banco, isso poderia prejudicar nossa reputação, bem como afetar negativamente nossas receitas e nossos lucros. Também enfrentamos riscos decorrentes de prejuízos operacionais que podem ocorrer devido a processos inadequados, falhas humanas ou de sistema ou mesmo a eventos externos como desastres naturais, terrorismo, roubo e vandalismo. Embora o processo de gestão de risco operacional tenha o suporte do Conselho e de testes internos de auditoria, a eficácia dos controles e procedimentos internos pode não ser totalmente adequada ou suficiente para evitar todos os riscos operacionais conhecidos e desconhecidos. Sofremos prejuízos decorrentes do risco operacional no passado, incluindo os relacionados à migração de contas de clientes, relacionada a aquisições, phising scams perpetuados por terceiros e modernizações de plataformas do sistema de informações. Não existe garantia de que não sofreremos prejuízos relevantes decorrentes do risco operacional no futuro, incluindo os relacionados a ataques cibernéticos ou outras violações de segurança. Além disso, como os ataques cibernéticos continuam a evoluir, podemos incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aperfeiçoar nossas medidas de proteção ou investigar ou solucionar nossas vulnerabilidades.

Enfrentamos vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não limitados a: penetração em nossos sistemas de tecnologia da informação e plataformas por terceiros mal intencionados, infiltração de *malware* (tais como vírus de computador) em nossos sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de nossas redes e sistemas por terceiros com

os quais trocamos dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou de nossa propriedade por pessoas dentro ou fora da nossa organização e os ataques cibernéticos que causam a degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviço que podem resultar em perdas para o negócio. Podemos não ser capazes de proteger com sucesso nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra tais ameaças. Além disso, continuando evoluir os ataques cibernéticos, podemos incorrer em custos significativos em nossa tentativa de modificar ou melhorar as nossas medidas protetivas ou para investigar ou corrigir eventuais vulnerabilidades. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia – B. Visão Geral do Negócio – Tecnologia e Infraestrutura.”

Adicionalmente, como banco comercial, um dos principais tipos de riscos inerentes em nossos negócios é o risco de crédito. Por exemplo, um aspecto importante de nosso sistema de gestão de risco de crédito é aplicar um sistema interno de classificação para avaliar o perfil de risco particular de um cliente. Como esse processo envolve análises detalhadas do cliente, levando em consideração fatores quantitativos e qualitativos, ele está sujeito a erro humano. Ao exercer seu julgamento, nossos funcionários podem nem sempre ser capazes de atribuir uma classificação de crédito precisa a um cliente ou risco de crédito, tendo como consequência nossa exposição a riscos de crédito maiores do que os indicados em nosso sistema de classificação de risco.

Temos tentado aprimorar nossas políticas e diretrizes de crédito a fim de abordar os riscos potenciais associados com setores em particular ou tipos de clientes. Contudo, podemos não ser capazes de detectar esses riscos em tempo hábil antes que eles ocorram, ou, devido às ferramentas limitadas disponíveis para nós, nossos funcionários podem não ser capazes de implementá-las de forma eficaz, o que pode aumentar nosso risco de crédito. Falhas em implementar efetivamente, cumprir consistentemente ou aprimorar continuamente nosso sistema de gestão de risco de crédito podem resultar em um aumento no nível de créditos inadimplentes e um maior risco de crédito para nós, o que pode ter impacto negativo relevante sobre nós.

Estamos sujeitos ao risco de contraparte em nossas atividades bancárias.

Estamos expostos a riscos de contraparte além dos riscos de crédito associados às atividades de concessão de empréstimo. O risco de contraparte pode se originar, por exemplo, do investimento em títulos de terceiros, celebração de contratos de derivativos de acordo com os quais as contrapartes têm obrigações de efetuar os pagamentos a nós, ou assinar títulos, contratos de futuros, moeda ou commodity trades de atividades comerciais que não são liquidadas no momento necessário em virtude da não entrega pela contraparte ou falha de sistemas pelos agentes de compensação, bolsas de valores, câmaras de compensação ou outros intermediários financeiros.

Entramos em transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, incluindo corretores e operadores de mercado, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos, fundos de hedge e outros clientes institucionais. Inadimplementos por certas instituições financeiras e o setor de serviços financeiros, e até mesmo boatos ou questões sobre sua solvência, geralmente levam a problemas de liquidez em todo o mercado e poderiam acarretar perdas ou inadimplementos por outras instituições. Várias das operações rotineiras das quais participamos nos expõem a risco de crédito significativo no caso de inadimplemento por uma de nossas contrapartes significativas.

Se esses riscos derem origem a perdas, isso pode afetar de forma substancial e prejudicial nossos resultados operacionais e situação financeira. Possuímos uma carteira de operações de crédito diversificada, com nenhuma concentração específica ultrapassando 10% do total de empréstimos. Contudo, não podemos garantir que esta condição seja permanente. Se riscos de contraparte derem origem a perdas, isso poderá afetar de forma relevante e adversa nossos resultados operacionais e situação financeira.

Estamos envolvidos em transações com partes relacionadas, as quais outros podem considerar que não respeitem as condições normais do mercado.

É provável que continuemos a entrar em transações com partes relacionadas (incluindo nosso acionista controlador), que outros podem considerar que não respeitem as condições normais do mercado. Podem surgir conflitos de interesses entre nós e as partes relacionadas. Não existe exigência de que tais conflitos sejam ou possam ser resolvidos a nosso favor. Vide “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas”.

Nosso negócio depende altamente do funcionamento adequado de sistemas de tecnologia da informação.

Nosso negócio depende altamente da habilidade de nossos sistemas de tecnologia da informação para processar de

forma precisa um grande número de transações nos diversos e numerosos mercados e produtos tempestivamente. O funcionamento adequado de nosso controle financeiro, administração de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados é essencial para nossas atividades e nossa habilidade de concorrer efetivamente. Temos dados de backup para nossos sistemas de processamento de dados essenciais que podem ser usados no caso de uma catástrofe ou uma falha de nossos sistemas primários, e estabelecemos redes de comunicação alternativas, quando disponíveis. Entretanto, não operamos todos os nossos sistemas redundantes em uma base de tempo real e não podemos garantir ao investidor que nossas atividades comerciais não serão interrompidas substancialmente se houver uma falha parcial ou completa de qualquer um desses sistemas primários de tecnologia da informação ou redes de comunicação. Essas falhas podem ser causadas, entre outras coisas, por grandes catástrofes naturais, bugs de software, ataques de vírus de computador ou erros de conversão em virtude de aprimoramento de sistema. Além disso, qualquer violação à segurança causada por acesso não autorizado a informações ou sistemas, ou mau funcionamento intencional, perdas, ou corrupção de dados, software, hardware ou outro equipamento de informática, poderia afetar de maneira adversa nossos negócios, resultados de operações e condição financeira.

Nossa habilidade de manter a competitividade e atingir um crescimento adicional dependerá parcialmente de nossa habilidade de aprimorar nossos sistemas de tecnologia da informação e aumentar nossa capacidade de forma tempestiva e em uma base eficiente em termos de custo. Qualquer omissão substancial em aprimorar ou atualizar os sistemas de tecnologia da informação efetivamente ou de forma tempestiva pode afetar de forma substancial e prejudicial nossa competitividade, resultados operacionais e situação financeira.

A omissão em proteger informações pessoais pode nos afetar prejudicialmente.

Administramos e mantemos informações pessoais confidenciais de clientes na condução de nossas operações bancárias. Apesar de termos procedimentos e controles para proteger as informações pessoais que estiverem sob nossa posse, divulgações não autorizadas e violações à segurança podem nos sujeitar a ações judiciais e sanções administrativas, bem como indenização por danos que podem afetar de forma prejudicial e substancial nossos resultados operacionais e situação financeira.

Além disso, nossos negócios estão expostos ao risco de potencial não observação das políticas, mau comportamento, negligência ou fraude por parte dos nossos funcionários, o que poderia resultar em sanções regulatórias e sérios danos reputacionais ou financeiros. Nos últimos anos, algumas instituições financeiras multinacionais sofreram perdas materiais devido às ações dos "*rogue traders*" ou de outros funcionários. Nem sempre é possível deter ou prevenir a má conduta do empregado e as precauções que tomamos para detectar e prevenir estas atividades podem não ser sempre eficazes.

Podemos ser obrigados a relatar para as autoridades reguladoras competentes eventos relacionados a problemas de segurança da informação (incluindo quaisquer problemas de segurança cibernética), eventos nos quais as informações do cliente podem ser comprometidas, acessos não autorizados e outras violações de segurança. Qualquer interrupção material ou desaceleração de nossos sistemas pode causar a perda ou o atraso/ erros na entrega de informações, incluindo dados relativos a pedidos de clientes, o que poderia reduzir a demanda por nossos serviços e produtos e traria um efeito adverso relevante sobre nós.

Danos à nossa reputação poderiam prejudicar nossos prospectos de negócio.

Manter uma reputação positiva é crucial para atrair e manter nossos clientes, investidores e empregados. Danos à nossa reputação poderão, dessa forma, prejudicar significativamente nossos negócios e expectativas. Os danos à nossa reputação poderão provir de inúmeras fontes, incluindo, entre outras, comportamento indevido de empregados, resultados de litígio ou regulatórios, não entrega de padrões mínimos de serviço e qualidade, inobservância, comportamento antiético e as atividades de clientes e contrapartes. Ademais, publicidade negativa relativa a nós, verdadeira ou não, poderá acabar prejudicando nossos prospectos de negócios.

As ações pelo setor de serviços financeiros em geral ou por certos participantes ou indivíduos do setor também poderão afetar nossa reputação. Por exemplo, o papel das empresas de serviços financeiros na crise financeira e a aparente mudança para aumento da supervisão e execução regulatórias fez com que deteriorasse a percepção pública sobre nós e sobre outros agentes do setor de serviços financeiros. Qualquer falha em estabelecer ou preservar reputação favorável entre nossos clientes e no mercado em geral poderia ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

Planejamos continuar a ampliar nossas operações e podemos não ser capazes de administrar tal crescimento de forma eficaz, o que pode ter impacto adverso sobre nossa lucratividade.

Alocamos recursos de gestão e planejamento para desenvolver planos estratégicos para crescimento orgânico, e para identificar possíveis aquisições, disposições e áreas para reestruturação de nossos negócios. Não podemos garantir que seremos capazes, em todos os casos, de administrar nosso crescimento de forma eficaz ou atingir nossos objetivos estratégicos. Os desafios que poderão resultar das decisões de crescimento estratégico incluem nossa capacidade de:

- administrar de maneira eficaz as operações e funcionários de negócios em expansão;
- manter ou aumentar nossa base de clientes existente;
- avaliar o valor, pontos fortes e fracos de candidatos a investimento ou aquisição;
- integrar totalmente investimentos estratégicos, ou entidades ou aquisições recém-estabelecidas, de forma compatível com nossa estratégia;
- alinhar adequadamente nossos atuais sistemas de tecnologia da informação com os de um grupo maior;
- aplicar eficientemente nossa política de gestão de risco a um grupo mais amplo; e
- administrar um número crescente de entidades sem sobrecarregar a administração ou perder pessoal chave.

Qualquer falha na administração eficiente do crescimento, incluindo com relação a todos ou quaisquer dos desafios acima mencionados, associados aos nossos planos de crescimento, poderia ter efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais, situação financeira e prospectos de negócios.

Riscos Relativos ao Nosso Acionista Controlador, às nossas Units e às American Depositary Receipts (ADRs)

Nosso acionista controlador final tem grande influência sobre nossas atividades.

O Santander Espanha, nosso acionista controlador final, atualmente detém, de forma direta e indireta, aproximadamente 88,3% da totalidade de nosso capital (sem incluir as ações detidas pelo Banco Madesant - Sociedade Unipessoal). Em virtude de sua participação acionária, nosso acionista controlador tem poder de controle sobre nós e nossas subsidiárias, incluindo os poderes de:

- eleger a maioria dos membros de nossos conselheiros que nomeiam nossos diretores, definir nossas políticas de gerenciamento e exercer o controle geral de nossa companhia e suas subsidiárias;
- influenciar na nomeação de nossos principais diretores;
- declarar o pagamento de qualquer dividendo;
- comprometer-se a vender ou transferir de outra forma sua participação controladora em nossa companhia; e
- determinar o resultado de substancialmente todas as medidas que dependam de aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e dividendos.

Em dezembro de 2012, principalmente em resposta aos requisitos da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority*), o Santander Espanha adotou uma estrutura de governança corporativa (*Marco de Gobierno Interno del Group Santander*) para organizar e padronizar as práticas de governança corporativa de algumas empresas do Grupo Santander (incluindo nós). Adotamos essa estrutura de governança corporativa em maio de 2013, sujeita à precedência das leis, regulamentações e limitações brasileiras aplicáveis , incluindo leis de sigilo bancário, bem como nossas práticas de governança corporativa, incluindo nossas políticas para operações com partes relacionadas e de divulgação de atos e fatos relevantes. Vide “Item 16G” Governança Corporativa”. Operamos como subsidiária independente dentro do Grupo Santander. Nosso acionista controlador não tem responsabilidade por nossas operações bancárias, com exceção

do valor de suas detenções de nosso capital social e outras limitadas circunstâncias específicas. Os interesses do Santander Espanha poderão diferir dos interesses de nossos demais acionistas, e a concentração de controle no Santander Espanha limitará a capacidade de outros acionistas de influenciar questões societárias. Em consequência, poderemos adotar medidas que nossos demais acionistas não considerem benéficas.

Nossa situação de sociedade controlada e uma emitente de capital fechado estrangeira nos isentam de determinados padrões de governança corporativa da Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), limitando as proteções concedidas a investidores.

Somos uma "sociedade controlada" e uma "emitente de capital fechado estrangeira" dentro do significado dos padrões de governança corporativa da NYSE. De acordo com as normas da NYSE, uma sociedade controlada é isenta de determinadas exigências de governança corporativa da NYSE. Além disso, uma emitente de capital fechado estrangeira pode escolher cumprir a prática de seu país de origem e não cumprir determinadas exigências de governança corporativa da NYSE, incluindo as exigências de que (i) uma maioria do conselho de administração consista de conselheiros independentes, (ii) um comitê de nomeação e governança corporativa seja estabelecido que seja composto inteiramente de conselheiros independentes e tenha um documento por escrito prevendo a finalidade e as responsabilidades do comitê, (iii) um comitê de remuneração seja estabelecido que seja composto totalmente de conselheiros independentes e tenha um documento por escrito prevendo a finalidade e responsabilidades do comitê e (iv) uma avaliação de desempenho anual dos comitês de remuneração, governança corporativa e nomeação seja realizada. Embora tenhamos práticas semelhantes, elas não estão em completa conformidade com as exigências da NYSE, assim, atualmente usamos essas isenções e pretendemos continuar a usá-las. Consequentemente, o investidor não tem as mesmas proteções concedidas aos acionistas de sociedades que estejam sujeitas a todas as exigências de governança corporativa da NYSE.

O cancelamento de Units poderá ter um efeito substancial negativo sobre o mercado e o valor das Units.

Os detentores de Units poderão apresentar tais Units (total ou parcialmente) para cancelamento no Brasil em troca das ações ordinárias e ações preferenciais objeto dessas Units. Se apresentarem quantidade significativa de "Units" para cancelamento em troca das ações ordinárias e ações preferenciais, a liquidez e o preço das Units poderão ser substancialmente afetados de maneira negativa.

A relativa volatilidade e a liquidez limitada dos mercados brasileiros de títulos poderão afetar negativamente a liquidez e os preços de mercado das nossas Units e ADRs.

A BM&FBOVESPA é significativamente menos líquida do que a NYSE ou outras das principais bolsas de valores do mundo. Em 31 de dezembro de 2014, a capitalização de mercado total da BM&FBOVESPA foi equivalente a aproximadamente R$2,2 trilhões (US$0,8 trilhão) e as dez principais bolsas em termos de volume de negociação responderam por aproximadamente 51% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Em comparação, em 31 de dezembro de 2014, a capitalização de mercado total da NYSE foi de aproximadamente US$ 27 trilhões. Embora todas as ações em circulação de uma companhia listada possam ser negociadas na BM&FBOVESPA, menos de metade das ações listadas, na maioria dos casos, estão efetivamente disponíveis para negociação ao público, sendo o restante detido por pequenos grupos de controladores, entidades governamentais ou um único acionista principal. A relativa volatilidade e a liquidez limitada dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade do investidor de vender as Units ou as ADRs no momento e pelo preço que desejarem, o que poderá, em consequência, ter impacto negativo sobre o preço de mercado desses títulos e valores mobiliários.

O valor econômico do investimento poderá ser diluído.

De tempos em tempos, poderemos necessitar de recursos adicionais e, caso não exista financiamento público ou privado disponível ou nossos acionistas o decidirem, poderemos emitir Units ou ações adicionais. Os eventuais recursos adicionais obtidos com tal aumento de capital poderão diluir a participação do investidor em nossa empresa.

A venda efetiva ou prevista de um número substancial de ações ordinárias ou ações preferenciais de nossa emissão no futuro poderá reduzir os preços de mercado das ADRs.

A venda de um número substancial de Units ou ações ordinárias ou ações preferenciais de nossa emissão, no futuro, ou a antecipação de tal venda poderá afetar negativamente os preços de mercado das nossas Units ou ADRs. Se, no

futuro, os detentores existentes ou futuros das ações efetuarem vendas substanciais de ações ordinárias ou preferenciais, o preço de mercado das ADRs poderá cair significativamente. Com isso, os detentores de ADRs poderão não ser capazes de vendê-las por preço igual ou superior ao preço pago por elas.

A interrupção das atuais práticas de governança corporativa poderá afetar negativamente o preço de nossos ADRs e Units.

Após a conclusão das ofertas de permuta voluntária pelo Santander Espanha no Brasil e nos Estados Unidos (respectivamente, a "Oferta de Permuta Brasileira" e "Oferta de Permuta Americana") para aquisição de até a totalidade das nossas ações que não eram detidas pelo Grupo Santander naquele momento, não estamos mais sujeitos às obrigações do segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA conhecido como Nível 2 de Governança Corporativa ("Segmento Nível 2"). Atualmente, nós voluntariamente cumprimos com alguns dos requisitos aplicáveis às companhias listadas no Segmento Nível 2, tais como: (i) a concessão de direitos de *tag-along* para todos os acionistas no contexto de uma transferência de controle da companhia, oferecendo para cada ação (sejam ordinárias ou preferenciais) o mesmo preço pago pela ação do bloco de controle; (ii) a concessão de direitos de voto para os detentores de ações preferenciais no tocante a certas reestruturações societárias e operações com partes relacionadas, tais como (a) quaisquer conversões de ações, fusões, incorporações e cisões; (b) aprovação de transações entre os acionistas controladores e partes relacionadas; e (c) aprovação de avaliação de ativos para os aumentos de capital; (iii) manutenção de um conselho de administração composto por, no mínimo, cinco membros, com um mínimo de 20% de membros independentes; (iv) a limitação do mandato dos membros do conselho de administração a dois anos ou menos; (v) a separação dos cargos de presidente do conselho de administração e diretor executivo; (vi) a concessão, pelo conselho de administração, de opinião favorável ou contra a aceitação de qualquer oferta pública de aquisição; e (vii) a submissão à jurisdição exclusiva da Câmara de Arbitragem de Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de eventuais litígios entre Santander Brasil e seus investidores.

Embora o Santander Espanha, nosso acionista controlador, já tenha declarado anteriormente no contexto da oferta voluntária de permuta que não tem quaisquer planos para alterar as nossas atuais práticas de governança corporativa, a interrupção, no todo ou em parte, das práticas de governança corporativa existentes ou das proteções mínimas estabelecidas em lei pode prejudicar os seus direitos como detentor de títulos do Santander Brasil e pode resultar em uma redução no preço de nossas ações, Units e ADRs.

Para mais informações, consulte o "Item 4. Informações sobre a Companhia - A. História e Desenvolvimento da Companhia – Eventos Importantes – Oferta Voluntária de Permuta pelo Santander Espanha para Adquirir as Nossas Ações Não Detidas pelo Grupo Santander".

Os detentores de nossas Units e ADRs poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com nosso estatuto social, devemos em geral pagar a nossos acionistas pelo menos 25,0% de nosso lucro líquido anual sob a forma de dividendos ou participação no patrimônio líquido, apurado e ajustado segundo a lei das sociedades anônimas brasileira ("lucro líquido ajustado"), que poderá diferir significativamente de nosso lucro líquido determinado segundo as IFRS. O lucro líquido ajustado poderá ser utilizado no aumento de capital, utilizado para absorver perdas ou retido para outros fins, conforme o permitido pela Lei das Sociedades por Ações Brasileira, e poderá não ser disponibilizado para pagamento a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações Brasileira permite que uma empresa de capital aberto como a nossa suspenda a distribuição obrigatória de dividendos e participação no patrimônio líquido em qualquer exercício particular, caso nosso conselho de administração informe nossos acionistas que as distribuições não seriam aconselháveis devido à nossa situação financeira ou disponibilidade de caixa. Pagamos R$2,7 bilhões, R$2,4 bilhões e R$1,5 bilhões (R$0,71, R$0,63 e R$0,41 por Unit) em dividendos e juros sobre o capital próprio (considerando o valor bruto) em 2012, 2013 e 2014, respectivamente, em conformidade com a nossa política de pagamento de dividendos. Vide "Item 8 - Informações Financeiras - A Demonstrações Contábeis Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio".

Os titulares de ADRs poderão ter dificuldade para exercer seus direitos de voto em nossas assembleias de acionistas.

Os detentores de ADRs não serão acionistas diretos de nossa companhia e não poderão exercer diretamente os direitos dos acionistas previstos em nosso estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações Brasileira. Esses detentores

de ADRs somente poderão exercer os direitos de voto referentes às nossas Units representadas por ADRs nos termos do contrato de depósito que rege as ADRs. Esses detentores das ADRs enfrentarão limitações práticas ao exercício de seus direitos de voto, em razão dos procedimentos adicionais envolvidos em nossas comunicações com os detentores de ADRs. Somos obrigados, por exemplo, a publicar as convocações de nossas assembleias de acionistas em jornais específicos no Brasil. Os detentores de nossas Units poderão exercer seus direitos de voto comparecendo às assembleias de acionistas pessoalmente ou por procurador. Os detentores de ADRs, por sua vez, receberão a convocação da assembleia de acionistas por carta enviada pelo depositário dos ADRs, depois de notificarmos o depositário solicitando que o faça. Para exercer seus direitos de voto, os detentores de ADRs deverão instruir o depositário dos ADRs em relação ao voto em tempo hábil. Esse processo de votação demandará necessariamente mais tempo para os detentores de ADRs do que para os detentores de nossas Units ou ações. Se o depositário do ADR não receber nenhuma instrução tempestiva de voto dos ADRs, no todo ou em parte, o depositário assumirá que os detentores de ADRs o estão instruindo a dar uma procuração discricionária a uma pessoa indicada por nós para votar pelos ADRs, exceto em situações limitadas.

Os detentores de ADRs poderão também não receber os materiais para votação em tempo hábil para instruir o depositário a exercer o direito de voto das Units objeto de suas ADRs. Além disso, o depositário e seus agentes não se responsabilizam pela não execução ou forma de execução das instruções de voto dos detentores de ADRs. Por esse motivo, é possível que os detentores de ADRs não consigam exercer seus direitos de voto e terão direito de regresso insuficiente ou nenhum, caso o exercício de voto das Units objeto de suas ADRs não seja manifestado conforme o solicitado.

Os detentores de ADRs poderão estar sujeitos ao imposto de renda no Brasil sobre ganhos de capital na venda de ADRs.

A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, dispõe que a alienação de ativos situados no Brasil por pessoa não residente para pessoa residente ou não residente no Brasil está sujeita à tributação no Brasil, independentemente de a alienação ocorrer no Brasil ou no exterior. Essa disposição resulta na incidência de imposto de renda sobre os ganhos na alienação de nossas Units por pessoa não residente no Brasil para outra pessoa não residente no Brasil. Não está claro se as ADRs que representam nossas Units, as quais são emitidas pelo depositário do ADR fora do Brasil, serão consideradas “bens situados no Brasil” para efeitos dessa lei. Nosso entendimento é que as ADRs não se qualificam como bens situados no Brasil e, assim, não devem estar sujeitas a imposto de renda no Brasil. Não obstante, não há orientação judicial quanto à aplicação da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e, de forma correspondente, não podemos prever se os juízos brasileiros podem decidir que se aplica às alienações de nossas ADRs entre não residentes no Brasil. No entanto, no caso de essa alienação de ativos ser interpretada de forma a incluir as alienações de nossas ADRs, essa lei tributária resultaria em retenções de impostos quando da alienação de nossas ADRs por pessoa não residente no Brasil para outra pessoa não residente no Brasil. Veja “Item 10. Informações adicionais - Tributação—Considerações Substanciais sobre Imposto no Brasil”.

Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos por um contribuinte norte-americano serão tratados, de modo geral, como ganhos ou perdas. Um contribuinte Norte-Americano não poderá creditar qualquer imposto incidente no Brasil sobre a alienação de nossas Units ou ADRs contra a obrigação de imposto de renda federal do referido cidadão norte-americano, exceto se tal crédito puder ser aplicado (observadas as limitações aplicáveis) contra o imposto devido sobre outros rendimentos de tal pessoa de fontes estrangeiras.

As sentenças judiciais brasileiras referentes às nossas Units ou ADRs serão exigíveis somente em reais.

Nosso estatuto social prevê que nós, nossos acionistas, nossos conselheiros e diretores, e os membros de nosso conselho fiscal submeteremos a arbitragem todas e quaisquer disputas ou controvérsias porventura surgidas entre nós em relação ou consequentes à aplicação, validade, eficiência, interpretação, violações e efeitos de violações das disposições da lei das sociedades anônimas brasileira, nosso estatuto social, normas e regulamentos do CMN, do Banco Central do Brasil e da CVM, bem como outras normas e regulamentos aplicáveis aos mercados de capitais brasileiros e as normas e regulamentos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem de Mercado. No entanto, em situações específicas, incluindo sempre que sejam necessárias medidas cautelares para proteção de direitos, a disputa ou controvérsia talvez tenha de ser submetida a um tribunal brasileiro. Caso sejam ajuizados processos perante as autoridades judiciárias brasileiras para executar obrigações referentes às nossas Units ou ADRs, não seremos obrigados a quitar nossas obrigações em outra moeda que não seja o real. De acordo com as limitações de controle de câmbio brasileiro e as leis brasileiras, a obrigação de pagar, no Brasil, valores denominados em moeda que não seja o real somente poderá ser satisfeita em moeda nacional pela taxa de câmbio determinada pelo Banco Central do Brasil ou por juízo

competente, em vigor na data da sentença; em seguida, tais valores são ajustados de forma a refletir as oscilações da taxa de câmbio até a data do pagamento efetivo. O câmbio então vigente poderá não permitir aos investidores não brasileiros a plena satisfação de suas eventuais demandas resultantes ou relacionadas às nossas obrigações em função das Units ou ADRs.

É possível que os detentores de ADRs não consigam exercer direitos de preferência referentes às nossas Units objeto das ADRs.

Os detentores de ADRs talvez não consigam exercer os direitos de preferência em relação às nossas Units subjacentes a ADRs a menos que esteja vigente declaração de registro nos termos do *Securities Act* no tocante a esses direitos ou caiba isenção das exigências de registro do *Securities Act*. Não somos obrigados a apresentar declaração de registro referente às ações relacionadas a esses direitos de preferência ou a tomar qualquer outra medida para conceder tais direitos para os detentores de Units ou ADRs. Poderemos decidir, a nosso critério, não apresentar tal declaração de registro. Se não protocolarmos declaração de registro ou se nós e o depositário de ADR decidir não colocar à disposição dos detentores de Units ou ADRs direitos de preferência, esses detentores poderão receber apenas o produto líquido da venda de seus direitos de preferência pelo depositário ou, se não forem vendidos, será permitido que caduquem.

Sendo detentor de ADRs, o investidor terá direitos de acionista diferentes do que nos Estados Unidos e em algumas outras jurisdições.

Nossos negócios societários são regidos por nosso estatuto social e lei das sociedades anônimas brasileira, que poderão diferir dos princípios de lei que se aplicariam se estivéssemos constituídos em jurisdição dos Estados Unidos ou em certas outras jurisdições fora do Brasil.

Os detentores de nossas ações ordinárias podem votar em nossas assembleias gerais de acionistas, e cada ação ordinária confere a seu detentor o direito a um voto. Nossas ações preferenciais permitem direitos de voto em relação a apenas algumas matérias. Veja “Item 10. Informações Adicionais - B. Estatuto social”.

Os detentores de ADRs não são acionistas diretos de nossa companhia e não poderão exercer diretamente os direitos dos acionistas previstos em nosso estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações Brasileira. Esses detentores somente poderão exercer os direitos de voto referentes às nossas Units representadas por ADRs nos termos do contrato de depósito que rege as ADRs. Vide “Titulares de ADRs poderão ter dificuldade para exercer seus direitos de voto em nossas assembleias de acionistas”.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações Brasileira, os detentores das ADRs e os detentores das ações preferenciais podem ter direitos em menor número e menos bem definidos para proteger seus interesses com relação a atos praticados por nosso conselho de administração ou pelos detentores de nossas ações ordinárias do que em conformidade com as leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a Lei das Sociedades por Ações Brasileira imponha restrições à negociação com base em informações privilegiadas e manipulação de preço, a forma destes regulamentos e a maneira como são executados podem diferir das existentes nos mercados de valores mobiliários norte-americanos ou mercados de certas outras jurisdições. Além disso, no Brasil, a auto contratação (*self-dealing*) e a preservação dos interesses do acionista poderão ser reguladas diferentemente, o que poderia colocar em desvantagem o investidor como detentor das ações preferenciais subjacentes às ADRs.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

4A. Histórico e desenvolvimento da Companhia

Geral

Somos uma companhia de capital aberto com prazo de duração indeterminado, constituída segundo a lei brasileira em 9 de agosto de 1985. Nossa denominação social é Banco Santander (Brasil) S.A. e nosso nome comercial é Banco Santander. Nossa sede está situada no Brasil, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04543-011. Nosso número de telefone é 55-11-3553-3300. A documentação referente à nossa constituição está devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ou JUCESP, sob o NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresas) 35300332067.

Nosso agente para recebimento de citação é James H. Bathon, Diretor-Gerente - Jurídico e Compliance, Banco Santander, S.A., Filial de Nova York, 45 E. 53rd Street, Nova York, Nova York 10022.

Histórico

O Grupo Santander Espanha expandiu a sua presença em todo o mundo por meio de aquisições e obtenção de sinergias a partir de processos de integração de negócios.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um acordo operacional com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. A partir dos anos 90, o Grupo Santander Espanha buscou estabelecer sua presença na América Latina, particularmente no Brasil. O Grupo Santander seguiu esta estratégia tanto por meio de crescimento orgânico, como por aquisições. Em 1997, o Grupo Santander adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., que subsequentemente mudou seu nome para Banco Santander Brasil S.A. No ano seguinte, o Grupo Santander adquiriu o Banco Noroeste S.A. Em 1999, o Banco Noroeste foi incorporado pelo Banco Santander. Em janeiro de 2000, o Grupo Santander adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo a subsidiária Banco Bozano, Simonsen S.A.).

Em novembro de 2000, o Grupo Santander adquiriu o Banespa, então detido pelo Estado de São Paulo, e passou a ser um dos maiores grupos financeiros do Brasil. Em 2006, o Santander Brasil consolidou todas as suas participações em uma única pessoa jurídica – Banco Santander Banespa S.A., que posteriormente teve sua denominação alterada para Banco Santander (Brasil) S.A. Em 2007, o Grupo Santander implementou um programa de unificação de sua marca de forma a consolidar nossas operações no Brasil sob a marca Santander.

Em 1º de novembro de 2007, RFS Holdings B.V., consórcio que incluía o Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V. (“Fortis”), adquiriu 96,95% das ações do ABN AMRO Holding N.V. (e, em conjunto com o ABN AMRO Bank N.V., “ABN AMRO”), acionista controlador do Banco Real. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo segundo o qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de gestão de ativos brasileiros do ABN AMRO, adquiridas pelo Fortis como parte da compra do consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real, que foi incorporado ao Grupo Santander Espanha para consolidar seus investimentos no Brasil. Em 29 de agosto de 2008, foi aprovada a aquisição pelo Santander Brasil do capital social do Banco Real por meio de operação de incorporação de ações, e o Banco Real se tornou subsidiária integral do Santander Brasil. Em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e deixou de existir como pessoa jurídica separada.

Eventos Importantes

Planos para Otimizar nossa Estrutura de Capital

Como parte de nossos planos para otimizar nossa estrutura de capital em vista das recentes regras de capital de Basileia III, nossa estratégia de negócios e plano de crescimento de ativos (que também incluiu a emissão das Notas Nível 1 e Nível 2), e com o propósito de eliminar a negociação em centavos de nossas ações ordinárias e preferenciais, aumentando a liquidez e reduzindo os custos de transação envolvidos, em 18 de março de 2014, nossos acionistas aprovaram (i) uma bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais aos nossos acionistas, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária ou ação preferencial, o que resultou em cinco ações preferenciais para cada Unit, mediante a capitalização de reservas no montante de aproximadamente R$172 milhões; e (ii) um grupamento da totalidade das nossas ações ordinárias e ações preferenciais na proporção de 1:55, de modo que cada cinquenta e cinco ações ordinárias e cinquenta e cinco ações preferenciais correspondem a uma ação ordinária e uma ação preferencial, e, como resultado, cada Unit passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Após a conclusão da bonificação e grupamento de ações mencionados, nosso capital social, no valor total de R$57 milhões, é dividido em 7.600.840.325 ações, das quais 3.869.849.668 são ações ordinárias e 3.730.990.657 são ações preferenciais, todas sem valor nominal. A bonificação e grupamento de ações foram implementados em 2 de junho de 2014.

Para maiores informações sobre as Notas Nível 1 e Nível 2, veja “Item7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas - Subscrição de Títulos de Nível 1 e Nível 2”.

Oferta Voluntária de Permuta do Santander Espanha para Adquirir Nossas Ações não detidas pelo Grupo Santander

Em 29 de abril de 2014, Santander Espanha, nosso controlador indireto, anunciou sua intenção de lançara Oferta de Permuta Brasileira e a Oferta de Permuta Americana.

O pagamento da Oferta de Permuta Brasileira e da Oferta de Permuta Americana foi realizado em Certificados de Depósito Brasileiros (*Brazilian Depositary Receipts* ou "BDRs") ou ADRs representativos de ações ordinárias do Santander Espanha, à relação de troca de 0,7152 novas ações ordinárias do Santander Espanha para cada uma de nossas Units ou ADRs existentes à época. Nossos acionistas que aceitaram a Oferta de Permuta Brasileira e a Oferta de Permuta Americana tornaram-se então acionistas do Santander Espanha.

Em 30 de outubro de 2014, a Oferta de Permuta Brasileira e a Oferta de Permuta Americana foram concluídas. Como resultado, a participação do Grupo Santander aumentou para 88,30% do nosso capital social total (não incluindo as ações detidas pelo Banco Madesant – Sociedade Unipessoal). Adicionalmente, em decorrência da Oferta de Permuta Brasileira, nossas Units deixaram de ser listadas no Segmento Nível 2 e passaram a ser negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA.

Aquisição da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações Eletrônicas H.U.A.H. S.A

Em 04 de abril de 2014, nós e a nossa controlada Santander GetNet Serviços Para Meios de Pagamento Sociedade Anônima ("SGS") celebramos um contrato de compra e venda de ações para a aquisição, pela SGS, de 100% do capital votante e total da GetNet Tecnologia Em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. ("GetNet").

Uma das líderes entre as empresas independentes no mercado brasileiro de pagamentos eletrônicos, a GetNet tem sido uma parceira do Santander Brasil desde 2010, quando começou a prestar serviços para a nossa divisão de cartões. Esta cooperação resultou na criação da SGS, uma joint venture entre nós e a GetNet responsável pela distribuição de POS (pontos de venda) para aceitação de cartões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2014, os acionistas da GetNet e SGS aprovaram a incorporação da GetNet pela SGS. Na mesma data, a SGS teve sua razão social alterada para GetNet Adquirência e Serviços Para Meios de Pagamento S.A. ("SGS GetNet").

A operação foi concluída em 31 de julho de 2014, uma vez que todas as aprovações regulatórias haviam sido obtidas. Nos tornamos os proprietários de ações representativas de 88,5% do capital social total da SGS GetNet, e os antigos acionistas da GetNet passaram a deter 11,5 % do capital social total da SGS GetNet.

O preço de aquisição de 100% das ações de emissão da GetNet foi de R$1,15 bilhões sendo que: (i) R$1,02 bilhão foi pago aos vendedores em 31 de julho de 2014, atualizados pela taxa SELIC desde 31 de janeiro de 2014 até a data do pagamento; e (ii) R$84 milhões serão pagos em cinco parcelas iguais e anuais, a partir de 31 de julho de 2014.

A operação reforça a estratégia e o potencial de crescimento de nossos negócios de adquirência, proporcionando (a) uma maior flexibilidade na gestão dos negócios, sobretudo no que tange aos investimentos necessários e às definições acerca da estratégia comercial a ser adotada, (b) um maior ganho através do aumento de escala, da redução no custo por transação e através da captura de ganhos adicionais com sinergias esperadas pela integração das estruturas operacionais e comerciais.

Investimento Adicional na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ("iZettle Brasil")

Em 18 de julho de 2014 adquirimos uma participação de 50% no capital social da iZettle Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R$17,2 milhões. Os demais 50% são detidos pelas companhias suecas: iZettle AB e iZettle Merchant Services, AB (o "Grupo iZettle").Em 31 de julho de 2014 contribuímos a totalidade de nossa participação na iZettle Brasil à SGS GetNet.

O Grupo iZettle atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. A parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, assinamos documentos preliminares contendo os principais termos relativos à venda do negócio de custódia qualificada e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), uma de nossas subsidiárias autorizada a prestar serviços de administração de fundos de terceiros ("CRV DTVM").

A operação é parte de uma aliança entre o Santander Espanha, fundos de investimento controlados por Warburg Pincus, líder global em private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. Como parte desta aliança, Santander Espanha deterá 50% das ações de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente os demais 50% de ações da sociedade holding.

A conclusão da operação de venda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

Novo Acordo de Acionistas Referente à Tecnologia Bancária S.A. ("TecBan")

Em 17 de julho de 2014, os principais bancos de varejo do país, incluindo o Santander Brasil, por meio de uma de suas subsidiárias, assinaram um novo Acordo de Acionistas da Tecban (o "Acordo de Acionistas da Tecban"), operador da rede externa de Terminais de Autoatendimento (*automated teller machines* ou "ATMs") "Rede Banco24Horas". O Acordo de Acionistas da Tecban prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, ou seja, 19 de novembro de 2014, os acionistas da TecBan deverão ter substituído parte de seus ATMs pelos ATMs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan. O objetivo desta substituição é aumentar a eficiência, e prover maior capilaridade de atendimento a seus clientes. Também esperamos uma redução em nossos custos e despesas relacionados à manutenção dos ATMs.

Acordo de Investimento entre Santander Brasil e Banco Bonsucesso S.A.

Em 30 de julho de 2014, celebramos, por meio de nossa controlada Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré CFI"), um contrato de investimento com o Banco Bonsucesso S.A. ("Banco Bonsucesso") por meio do qual nós e o Banco Bonsucesso concordamos em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado ("Banco Bonsucesso Consignado").

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Banco Central do Brasil, a transação foi concluída e o Santander Brasil, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, passando a deter 60% do capital social da entidade. Banco Bonsucesso permanece com a parcela remanescente do capital social (40%).

A operação envolveu a transferência para o Banco Bonsucesso Consignado do negócio de crédito consignado e de cartão de crédito consignado do Banco Bonsucesso, e o investimento do Santander Brasil, por meio da Aymoré CFI, de R$460 milhões no Banco Bonsucesso Consignado.

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e de suas subsidiárias para a oferta, no território brasileiro, de créditos consignados. Continuaremos a originar operações de crédito consignado por meio de nossos canais próprios de maneira independente.

Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 3 de outubro de 2014, nós, através da Aymoré CFI assinamos um acordo de investimento com a Super, mediante o qual a Aymoré CFI concordou em subscrever e integralizar novas ações emitidas pela Super, representativas de 50% do seu capital total e votante. A Super é uma provedora de serviços digitais brasileira que oferece contas de pagamento on-line, cartões pré-pagos e acesso a serviços financeiros simplificados. A transação reforça a presença do Santander Brasil no mercado de meios eletrônicos de pagamento.

A operação foi concluída em 12 de dezembro de 2014, após a conclusão de determinadas condições precedentes estabelecidas no acordo de investimento, incluindo a aprovação prévia do Banco Central do Brasil (obtida em 02 de

dezembro de 2014). Aymoré CFI subscreveu e adquiriu 20 milhões de novas ações ordinárias da Super por R$31,128 milhões. Santander Brasil, por meio da Aymoré CFI, agora controla a Super.

Programa de Recompra

Em 03 de novembro de 2014, nosso conselho de administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 24 de agosto de 2014, programa de recompra de nossas Units e ADRs. O programa de recompra abrangerá a aquisição de até 44.253.662 Units, correspondentes e 44.253.662 ações ordinárias e 44.253.662 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2014, a aproximadamente 1,16% do nosso capital social. O prazo do programa de recompra é de até 365 dias contados a partir da data de aprovação (3 de novembro de 2014).

Resgate Opcional das Notas do Programa "Diversified Payment Rights"

A fim de remover determinadas restrições operacionais impostas pelo programa de notas "Diversified Payment Rights" ("Programa DPR"), em 29 de outubro de 2014, enviamos uma notificação irrevogável ao The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário do Programa DPR, declarando a nossa intenção de resgatar todas as notas do Programa DPR em 4 de dezembro de 2014 e, subsequentemente, encerrar o Programa DPR. O resgate antecipado das notas do Programa DPR ocorreu em 4 de dezembro de 2014, no valor total de US$ 747,2 milhões e o Programa DPR foi encerrado na mesma data.

Dispêndios de Capital e Desinvestimentos

Nossos principais dispêndios de capital incluem investimentos em tecnologia da informação (T.I.). Nossa plataforma de T.I. foca em nossos clientes e apoia nosso modelo de negócios. Nos exercícios de 2014, 2013 e 2012, o total de investimentos em tecnologia da informação foi de R$1.029 milhões, R$1.014 milhões e R$958 milhões, respectivamente.

Em 2013 e 2014, nós continuamos a melhorar a nossa plataforma de tecnologia por meio de investimentos em sistemas e renovação de hardware. Durantes estes anos, nossos maiores projetos foram: a construção de um novo centro de processamento de dados com os mais avançados requerimentos em termos de centro de processamento de dados, a inclusão de recursos de segurança por biometria e a renovação dos nossos canais eletrônicos.

A gestão de tecnologia por empresas especializadas dentro do Grupo Santander nos permite alcançar escala mundial e outros benefícios similares à terceirização, sem o aspecto negativo de perda de controle da terceirização de atividades principais. Para mais informações sobre nossa infraestrutura tecnológica, vide "B. Visão Geral do Negócio – Tecnologia e Infraestrutura" abaixo.

Nossos principais desinvestimentos nos últimos três exercícios fiscais e até a data deste relatório anual foram a venda, em dezembro de 2013 do nosso negócio de gestão de ativos de uma holding detida pelo Banco Santander S.A. e os fundos de private equity Warburg Pincus e General Atlantic por R$2.243 milhões (com respeito à esta informação, por favor veja "Item 5. Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – A. Resultados Operacionais – Fatores que Afetam a Comparabilidade dos Resultados de Nossas Operações - Venda da Gestora de Fundos de Investimento e das Carteiras Geridas) e a venda, em 2012 e 2013, dos ativos imobiliários, principalmente agências para a Santander Fundo Mútuo Imobiliário (Santander Agências Fundo de Investimento Imobiliário), que gerou ganhos de R$335 milhões e R$88 milhões, respectivamente.

4B. Visão Geral do Negócio

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são: (i) ser parte do Grupo Santander; (ii) manter uma sofisticada gestão de riscos; (3) manter uma forte base de capital; (4) manter uma plataforma tecnológica de última geração; e (5) focar no crescimento sustentável com forte presença em áreas geográfica e demograficamente atrativas. Somos protagonistas de grandes investimentos em infraestrutura, apoio ao desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas ("PMEs") e no futuro dos cidadãos através de programas de financiamento a universidades.

Relacionamento com o Grupo Santander

Acreditamos que ser parte do Grupo Santander nos confere uma significativa vantagem competitiva sobre nossos competidores. O modelo de negócio do Santander estabelece que cada unidade tem que ser autossuficiente em termos de capital e liquidez. No entanto, essa relação nos possibilita:

- acessar a plataforma de sistemas de informação global do Grupo Santander, o que reduz nossos custos de desenvolvimento de tecnologia, proporciona sinergias operacionais com o Grupo Santander e aumenta nossa capacidade de fornecer produtos e serviços internacionais para nossos clientes;

- prover aos clientes Pessoa Física e Empresas os benefícios de uma plataforma global e de forte presença em diversos países, principalmente na América Latina e Europa Ocidental.

- usufruir de boas práticas implementadas em outros países, proporcionando oferta de produtos e serviços através de canais modernos e atualizados;

- beneficiar da experiência do Grupo Santander em áreas como controles internos e gestão de riscos, que foi desenvolvido em resposta a uma ampla gama de condições de mercado em todo o mundo e que irá melhorar a nossa capacidade de expandir nossos negócios dentro dos limites de riscos desejados;

- aproveitar a experiência do Santander com integrações para maximizar e acelerar a geração de sinergias, tornando o banco cada vez mais eficiente; e

- se beneficiar com a gestão de treinamento e desenvolvimento do Grupo Santander, que é composta por uma combinação de treinamento e desenvolvimento *in-house* com acesso a experiência gerencial em outras unidades do Grupo Santander fora do Brasil.

Práticas Sofisticadas de Riscos

Gestão de risco de alta qualidade é uma de nossas marcas e, consequentemente, uma de nossas prioridades. Ao longo de seus 150 anos, o Grupo Santander tem combinado prudência na gestão de riscos com o uso de técnicas avançadas, sempre buscando gerar ganhos recorrentes e criar valor para o acionista. Nosso modelo de gerenciamento de risco é um fator chave no alcance nossos objetivos estratégicos.

Os nossos princípios de gestão de risco são: (i) independência e avaliação de riscos; (ii) suporte do negócio para manter a qualidade do risco; (iii) tomada de decisões baseada no envolvimento dos comitês; e (iv) o uso de ferramentas e sistemas modernos para a análise de risco efetiva. Nossa política de gerenciamento de risco concentra-se na manutenção de um perfil médio-baixo e previsível para todos os nossos riscos.

Para gerenciar nossos riscos, incorporamos o programa global do Grupo Santander de gerenciamento de risco em vários níveis da nossa organização. Todo o banco é responsável pelo gerenciamento de risco, desde nossos funcionários nas nossas agencias até os membros do comitê de gestão de riscos.

Forte Base de Capital

Dado nossa confortável posição de capital, entre outros fatores, fomos considerados em junho de 2014 o banco mais sólido na América do Sul, pela Bloomberg Markets Magazine. Em 31 de dezembro de 2014, nosso índice de Basileia foi de 17,5%. Para alcançar uma estrutura de capital mais eficiente de acordo com as recentes regras de capital de Basileia III e nossa estratégia de negócios e plano de crescimento de ativos, em 2013, foi desenvolvido um plano de otimização de capital.

Para mais informações sobre nosso plano de otimização de capital, ver "Item 5 - Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – A. Resultados Operacionais – Fatores que Afetam a Comparabilidade dos Resultados de Nossas Operações - Plano para otimizar nossa estrutura de capital".

Para mais informações sobre os nossos requisitos de adequação de capital, veja "Regulamentação e Supervisão - Adequação de Capital e Alavancagem - Basileia."

Plataforma tecnológica integrada de última geração

Operamos uma moderna plataforma global de tecnologia, que está interligada com a plataforma do Grupo Santander, o que nos permite atender nossos clientes em uma escala global, sob uma plataforma que é exclusivamente centrada no cliente. Nossa plataforma tecnológica está estruturada para nos permitir fornecer serviços bancários de base e os nossos sistemas padronizados nos permitem servir os nossos clientes com rapidez e eficiência.

Em 2014, inauguramos e concluímos a migração de nossa operação para o novo centro de processamento de dados, localizado em Campinas, que, com 800.000 mil metros quadrados, acreditamos ser o maior centro de tecnologia na América Latina. Nossos objetivos, em termos de tecnologia, são: (i) manter os nossos sistemas com um alto nível de segurança, (ii) otimizar as atividades de tecnologia e (iii) operar com eficiência através da melhor utilização de energia e recursos naturais. O centro de processamento de dados foi concebido para ser um exemplo de construção sustentável e consome 20% menos água e 30% menos energia do que os nossos outros centros de dados. Nosso novo centro de processamento de dados é o único da América Latina a ter recebido o nível máximo de classificação em capacidade e disponibilidade (Nível IV, com 99,99% de disponibilidade), dentro do projeto e fases de execução, de acordo com o Up-Time Institute.

Ainda em 2014, lançamos um novo aplicativo para smartphones e recentemente, um novo internet banking, ambos muito mais intuitivos e focados na experiência de uso dos nossos clientes. Além disso expandimos nossa tecnologia de autenticação biométrica para as nossas agências em nível nacional.

Crescimento Sustentável através de presença forte em áreas demográficas e geográficas atrativas

Nós nos concentramos continuamente no crescimento sustentável, tanto organicamente como através de aquisições e parcerias selecionadas. Nós acreditamos que estamos bem posicionados para nos beneficiarmos do crescimento da nossa base de clientes e da ainda baixa penetração de produtos e serviços financeiros no Brasil. Temos presença em todo país e trabalhamos para fortalecermos nossa posição competitiva continuamente.

Além da distribuição física, buscamos levar a nossos clientes produtos e serviços que atendam a suas necessidades por completo. Por exemplo, em 2013, lançamos o Santander Select, uma oferta inovadora para apoio de gestão e construção de patrimônio para clientes de alta renda. Em 2014, realizamos a aquisição da empresa GetNet, o que nos proporcionou uma oferta integrada (conta + serviços de gestão financeira+ maquininha) aos clientes de PMEs. Além disto, em 2014, realizamos importante investimento na parceria com o Bonsucesso, buscando aumentar o nosso posicionamento na oferta do crédito consignado, por favor veja “Item 4. – Informações sobre a Companhia – A. Histórico e Desenvolvimento da Companhia – Eventos Importantes”.

Temos trabalhado constantemente para melhoria da experiência dos clientes, recentemente ampliamos e qualificamos nossa plataforma de atendimento com a renovação do atendimento eletrônico na central de atendimento Santander e o lançamento do novo aplicativo “Minha Conta” para Smartphones. Também simplificamos o acesso aos canais através do acesso via CPF, proporcionando agilidade no acesso com o mesmo nível de segurança.

Estamos preparados em número de agências, canais de atendimento e plataforma tecnológica para um crescimento substancial na quantidade de clientes e transações financeiras. Nós estamos em terceiro lugar entre os bancos privados no Brasil em termos de ativos, com uma participação de mercado de 8%, em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o Banco Central do Brasil. Entre esses bancos, acreditamos que temos uma posição top três de mercado na maioria de nossas linhas de produtos-chave, como evidenciado por nossa participação no mercado nos seguintes produtos e regiões.

	Em 31 de Dezembro de 2014 Participação de mercado (%)
Empréstimos pessoais/consignados	6,4%
Empréstimos pessoais	11,0%
Consignados	4,5%
Leasing /Crédito direto ao consumidor de automóveis	17,9%
Cartões de Crédito	11,3%
Agências[(1)]	11,0%
Sudeste[(1)]	14,8%
Sul[(1)]	8,3%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Acreditamos que nosso tamanho e posição de liderança de mercado nos fornece oportunidades competitivas excepcionais, incluindo: (i) a capacidade de reunir inteligência de mercado, para apoiar a tomada de decisão na determinação de oportunidades de negócios; e (ii) a capacidade de atender às necessidades de nossos clientes, operando como um banco múltiplo completo. Além disso, somos um banco de atacado líder no Brasil. Através do nosso acesso exclusivo à rede global do Grupo Santander, somos capazes de apoiar os nossos grandes clientes corporativos brasileiros na globalização de seus negócios.

Nossa estratégia

Nossa missão é contribuir para o progresso das pessoas e seus negócios. Constantemente buscamos oferecer serviços bancários líderes de mercado, enquanto nos esforçamos para conquistar a confiança dos funcionários, clientes, acionistas e sociedade. Acreditamos que o caminho para alcançar isso é oferecer serviços bancários Simples, Pessoais e Justa, de forma conveniente e de fácil entendimento adaptado à necessidade dos nossos clientes.

Como resultado, nossa estratégia é focada nos seguintes objetivos:

- Expandir nossos principais negócios, incrementando receitas de forma sustentável e considerando o equilíbrio entre empréstimos, captações e serviços;
- Manter a eficiência em riscos e gestão de custos sustentável;
- Promover uma intensa agenda de transformação produtiva em linha à transformação da indústria financeira baseado em simplicidade, produtividade e eficiência; e
- Manter disciplina na gestão do capital e solidez financeira em cada um dos segmentos de negócios.

Nosso Negócio

Visão Geral

Após a venda do nosso negócio de Gestão de Ativos, concluída em dezembro de 2013, nós operamos em dois segmentos: Banco Comercial e Banco Global de Atacado.

A tabela a seguir estabelece nossos segmentos operacionais e seu principal foco.

Banco Comercial	**Banco Global de Atacado**
● Banco de varejo – Pessoa Física –PMEs (receita bruta anual até R$80 milhões) • Corporate (receita bruta anual superior a R$80 milhões (excluindo clientes corporativos globais) ● Financiamento ao Consumo ● Gestão de Ativos ● Seguros ● Produtos de Capitalização	• Clientes corporativos globais (ou *Global Banking Markets* – "GB&M") ● Tesouraria

A tabela a seguir apresenta a divisão do nosso lucro líquido do exercício e do lucro antes da tributação por segmento operacional:

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
	Lucro líquido de juros			Lucro antes dos impostos		
	(em milhões de R$)					
Banco Comercial.....	25.042	26.328	29.470	4.231	1.510	3.103
Banco Global de Atacado.....	2.186	2.151	2.117	2.212	2.508	2.372
Total	**27.229**	**28.479**	**31.587**	**6.443**	**4.018**	**5.475**

No segmento de negócios de Banco Comercial, focamos no relacionamento de longo prazo com nossos clientes individuais e corporativos (exceto os clientes empresariais globais, que são atendidos pelo nosso segmento Banco Global de Atacado), buscando apoiar todas as suas necessidades financeiras por meio de nosso crédito, serviços bancários, produtos financeiros, gestão de ativos e produtos de seguros. Nós também oferecemos financiamento especiais e oportunidades de crédito para clientes corporativos que buscam programas de melhoria social e ambiental. Nosso modelo comercial e segmentação permitem que ofereçamos uma abordagem personalizada a cada cliente para tratar de suas necessidades específicas.

Através de nosso segmento de Banco Global de Atacado oferecemos serviços financeiros e soluções sofisticadas e estruturadas para nossos clientes, em paralelo com nossas atividades de negociação de propriedades. Nosso negócio de atacado foca nos serviços conglomerados locais e multinacionais, aos quais nos referimos como GB&M. Nosso negócio de atacado fornece ainda aos nossos clientes uma ampla gama de serviços nacionais e internacionais que são especificamente adaptadas às necessidades de cada cliente. Nossos clientes se beneficiam dos serviços globais fornecidos pela rede de banco de atacado integrada a do Grupo Santander e conhecimento do mercado local. Nossa mesa de negociação proprietária está sob estrita supervisão de gerenciamento de risco e tem consistentemente mostrado resultados positivos, mesmo em cenários voláteis.

Nosso negócio está fortemente comprometido com a sustentabilidade. Nossa estratégia sustentável se baseia em três pilares: (i) inclusão social e financeira, (ii) educação e de (iii) negócios ambientais sociais. Em 2013 , tanto o Financial Times e o International Finance Corporation ou IFC, reconheceram o Santander Brasil como o banco mais sustentável do ano na categoria Américas.

Em 31 de dezembro de 2014 nossa carteira de crédito teve um crescimento de 10,1% e atingiu R$249.111 milhões, contra R$226.206 milhões em 31 dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta a composição de gestão da carteira de crédito por categoria de clientes nas datas indicadas:

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	
	2014	2013	2012	R$ milhões	%
				(em milhões de R$)	
Pessoas físicas.....	77.809	74.440	70.277	3.369	4,5%
Financiamento ao consumidor.....	27.686	28.692	29.566	(1.007)	(3,5)%
Pequenas e médias empresas[1]	37.871	37.532	40.199	339	0,9%
Grandes empresas[2]	105.745	85.542	70.699	21.203	23,6%
Total	**249.111**	**226.206**	**210.741**	**22.904**	**10,1%**

(1) Companhias com receita bruta anual de até R$80 milhões.
(2) Companhias com receita bruta anual superior a R$80 milhões, incluindo nossos clientes corporativos globais.

Banco Comercial

As atividades de nosso segmento de Banco Comercial incluem produtos e serviços voltados aos clientes de varejo, empresas e clientes corporativos (que não sejam clientes globais corporativos atendidos por nosso segmento de Banco Global de Atacado), nossos negócios de financiamento a consumidores e nossos serviços de gestão de ativos e seguros.

Atendemos clientes em todo o Brasil, principalmente por meio de nossa rede de agências, que em 31 de dezembro de 2014, consistia de 2.252 agências, 1.160 postos de atendimento bancário ou "PABs" (localizada nas instalações dos nossos clientes corporativos) e 14.856 caixas eletrônicos.

Banco de Varejo

Pessoa Física

O modelo de segmentação de pessoa física atualmente se apresenta da seguinte forma:

- *Private Banking Business:* atende um grupo seleto de clientes com um mínimo de R$3,0 milhões de patrimônio disponível para investimento. Nosso objetivo é oferecer aos nossos clientes um portfolio completo de produtos financeiros, serviços bancários, planejamento tributário, serviços de aconselhamento de investimentos e alocação de ativos;

- *Santander Select:* atende clientes com renda superior a R$10.000 mensais e que tenham investimentos no valor de R$30 mil ou investimentos acima de R$200.000. Nosso objetivo é oferecer uma proposta de valor diferenciada focada em assessoria para gestão do patrimônio. O segmento conta com 85 agências exclusivas e prevê a abertura de mais 15 no decorrer de 2015;

- *Santander Van Gogh:* atende clientes com renda superior a R$4.000 mensais ou investimentos acima de R$40.000. Nosso objetivo é reconhecer o momento de vida do cliente e prestar-lhe assessoria financeira, seja com linhas de crédito, para antecipar seus objetivos, seja com alternativas de investimentos, que vão ajudar a construir seu futuro;

- *Santander Pessoa Física:* atende os clientes com renda inferior a R$4.000,00 mensais. Nosso modelo oferece soluções simples e eficientes com melhor custo benefício para o cliente através, principalmente, de canais eletrônicos.

Oferecemos nossos produtos de crédito através de nossa ampla rede de agências e nos postos de atendimento bancário. Vide "Distribuição de Rede". A tabela a seguir apresenta nossa carteira de crédito gerencial, nas datas indicadas:

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	
	2014	2013	2012	R$ milhões	%
			(em milhões de R$)		
Empréstimos Auto/Leasing[(1)]	3.219	3.185	2.740	34	1,1
Cartões de Crédito	18.218	17.070	16.138	1.148	6,7
Empréstimos Consignados	11.178	12.994	13.529	(1.816)	(14,0)
Credito Imobiliário	21.581	16.058	12.321	5.523	34,4
Crédito Agrícola	3.371	2.725	2.147	646	23,7
Empréstimo Pessoal/Outro	20.242	22.409	23.402	(2.166)	(9,7)
Total	**77.809**	**74.440**	**70.277**	**3.369**	**4,5**

(1) Incluindo os empréstimos a pessoas físicas no segmento de financiamento ao consumidor, a carteira de financiamento de automóveis totalizou R$26,8 bilhões no quarto trimestre de 2014, R$27,6 bilhões no quarto trimestre de 2013 e R$27,9 bilhões no quarto trimestre de 2012.

Empréstimos Consignados

Empréstimos consignados são um produto típico de varejo com um método diferenciado de pagamento. As presta-

ções mensais são deduzidas diretamente da folha de pagamento do cliente pelo seu empregador e então creditadas ao Santander Brasil, reduzindo de forma significativa nosso risco de crédito. Nossos clientes são normalmente funcionários do setor público, setor privado ou aposentados. Nossa participação nesse mercado era de 4,5% em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Cartões de Crédito

Operamos no mercado de cartões de crédito, emitindo cartões das bandeiras Visa ou MasterCard para nossos clientes (incluindo correntistas e não correntistas). Nossas receitas provenientes dos cartões incluem anuidades, tarifas de manutenção, encargos de financiamento e tarifas de saque.

A carteira total de cartões cresceu 6,4% em 2014 quando comparada com o mesmo período de 2013, atingindo R$18,3 bilhões. Em 2014, nossa base de clientes ativa média de cartões de crédito cresceu 7,2% em relação a 2013, atingindo 6,0 milhões de cartões ativos e nossa base de clientes de cartões de débito, cresceu 10,7% em relação a 2013, atingindo 41,5 milhões de cartões de débito.

Em 2014, mantivemos nossas parcerias com a Vivo, uma das operadoras de telefonia líderes no país, e com o Grupo Raízen, uma companhia brasileira de energia que opera mais de 4.700 postos de gasolina da marca Shell.

Adquirência

Em 31 de julho de 2014 concluímos o processo de aquisição das operações da GetNet. Veja “-A. Histórico e desenvolvimento da Companhia-Eventos Importantes- Aquisição da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações Eletrônicas H.U.A.H. S.A”.

A aquisição da GetNet nos permite contar com mais flexibilidade para investir e definir a estratégia comercial no segmento de pagamentos eletrônicos brasileiro, gerando oportunidades com o ganho de escala e com o portfólio de produtos e serviços da GetNet.

Durante o segundo trimestre de 2014, lançamos o Santander Conta Conecta, para o público de micro empreendedores, profissionais liberais e autônomos, pessoa física ou jurídica. A oferta é composta dos benefícios de um pacote de serviços de conta corrente adequado ao perfil/segmento do cliente somados ao leitor de cartões da iZettle, que recebe pagamentos de cartões por meio de seu smartphone ou tablet com acesso à internet.

Crédito Imobiliário

Oferecemos financiamentos de longo prazo a nossos clientes para a compra de imóveis garantidos por alienação fiduciária, considerado um produto estratégico dado que é um ativo de menor risco e com alto poder de vinculação de clientes. O crédito imobiliário foi o produto de crédito que mais cresceu em nossa carteira em 2014. Além do financiamento à pessoa física, oferecemos linha de crédito a clientes corporativos do setor de construção para o financiamento de até 80,0% do custo dos projetos.

Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos uma participação de mercado de 6,34% no Brasil em termos de volume de estoque de crédito, de acordo com o Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2014 nossa carteira de financiamentos habitacionais, inclusive os destinados à construção, era de R$31,6 bilhões. Na pessoa física, o crescimento foi de 35,8%, alcançando o volume de R$21,3 bilhões.

Em média, nosso índice de financiamentos imobiliários em relação às garantias reais é de 58,9%. Não oferecemos crédito imobiliário que não cumpram os padrões de empréstimos. Por isto (i) não concedemos financiamentos para valores acima 80% do valor do imóvel (ii) e os tomadores devem comprovar rendas mínimas mensais estabelecidas, por meio de apresentação de comprovantes de rendimento, declarações de imposto de renda ou outros tipos de receita mensal que nos permite avaliar seu perfil de risco de crédito e (iii) os pagamentos não podem exceder 35% da renda mensal bruta dos tomadores.

Pequenas e Médias Empresas

Nosso modelo atual de segmentação para clientes PMEs é o seguinte:

- *Empresas 3:* empresas com receita anual entre R$10 milhões e R$80 milhões. Nosso foco é potencializar o relacionamento com nossos clientes deste segmento através de uma oferta completa e sofisticada de produtos e serviços, com gerentes dedicados e qualificados, modelo de atendimento em núcleos, célula exclusiva no call center, além do apoio de especialistas de produtos;

- *Empresas 2:* empresas com renda anual entre R$1 milhão e R$10 milhões. Nosso foco é aumentar a vinculação de nossos clientes através de produtos e serviços sob medida para as necessidades de cada cliente, com destaque para as soluções de gestão do fluxo de caixa e oferta de crédito adequada; e

- *Empresas 1:* empresas com renda anual de até R$1 milhão. Nosso foco é oferecer um serviço diferenciado, integrando soluções financeiras, tanto para a empresa quanto para seus parceiros, trazendo simplicidade e economia para as operações do seu dia-a-dia, principalmente através do nossos serviços de adquirência.

Durante 2014, focamos em oferecer o nosso serviço de forma integrada aos nossos clientes de Empresas 1 e ampliação da oferta de produtos nos canais de atendimento. O serviço integrado simplifica todos os estágios de uma empresa, integrando serviços provenientes de ambas as contas, pessoa física e negócios, trazendo simplicidade nas operações do dia-a-dia das empresas. Com relação aos clientes de Empresas 2, melhoramos a proposta de valor com foco em produtos de *cash management*. Por fim nos concentramos em expandir nossa proposta de valor buscando o atendimento *full banking* para nossos clientes do segmento Empresas 3.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de crédito gerencial, nas datas indicadas:

	Para o exercício encerrado em 31 de Dezembro,			Variação entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	
	2014	2013	2012	milhões R$	%
	(em milhões de R$)				
Crédito rural	173	165	161	9	4,8
Empréstimo para capital de giro	14.996	17.194	18.944	(2.199)	(12.8)
Financiamento ao comprador	21	19	30	2	10.5
Vendor (financiamento ao vendedor)	1	6	5	(5)	(83,3)
Desconto de recebíveis	1.036	767	1.173	269	35.1
Comércio Exterior	741	471	322	270	57,3
Linha de crédito	2.764	3.111	3.953	(347)	(11,2)
Refinanciamento	3.390	4.179	4.793	(789)	(18,9)
Resolução 2.770	47	13	10	34	261,5
Cheque especial	2.018	2.642	2.751	(624)	(23,6)
CDC/*leasing*[(1)]	1.608	1.933	2.252	(325)	(16,8)
Outros[(2)]	11.075	7.033	5.805	4.043	57,5
Total[(3)]	**37.871**	**37.532**	**40.199**	**339**	**0,9**

(1) Não inclui financiamento ao consumidor.
(2) Inclui Cartão de Crédito, produtos financeiros habitacionais e outros produtos.
(3) Incluídas pequenas e médias empresas com receita anual bruta de até R$80 milhões.

Corporate

O segmento Corporate atende empresas com faturamento anual superior a R$80 milhões (que não sejam clientes corporativos globais). Focamos em criar um relacionamento próximo com nossos clientes através da oferta de serviços adequados às suas necessidades. Para tanto, oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços especializados comparáveis àqueles oferecidos aos nossos clientes do segmento GB&M. Em 2014, contamos com 200 banqueiros e mais de 100 especialistas de produto dedicados exclusivamente ao segmento Corporate.

Crédito ao Consumidor

Aymoré CFI (também conhecida como “Santander Financiamentos”) é nosso principal canal de financiamento, com experiência em prover crédito direto ao consumo para mutuários ou através de agentes intermediários. Possuímos uma carteira total de R$28,2 bilhões, em uma operação baseada em quatro pilares: (i) financiamento de veículos, onde somos o líder de mercado com 18% de participação; (ii) parcerias comerciais, particularmente com montadoras como Nissan, Renault, Hyundai e Volvo; (iii) WebMotors S.A. (“WebMotors”), importante portal de classificados online de automóveis do mercado brasileiro; e (iv) crédito direto ao consumidor de bens e serviços, através de clientes intermediários (lojas) ou industrias/marcas parceiras, incluindo negócios nos setores de móveis, turismo, náutica, saúde, tecnologia, equipamentos de acessibilidade, energia renovável e processos limpos, entre outros.

Em dezembro de 2014, a carteira do Santander Financiamentos era composta por mais de 10.000 clientes intermediários ativos, 1.700 comerciais (operadores e gerentes de negócios) e 130 filiais dedicadas à oferta de financiamentos ao consumo em todo o Brasil.

Asset Management

A Santander Asset Management é uma gestora independente com participação do Banco Santander (50%) e Warburg Pincus e General Atlantic (50%), que atualmente são donas do antigo negócio de gestão de patrimônio do Grupo Santander. A SAM possui presença em onze países (Brasil, Alemanha, Argentina, Chile, México, Puerto Rico, Portugal, Reino Único, Polônia, Estados Unidos e Espanha) com €164,1 bilhões de recursos sob gestão em 31 de dezembro de 2014.

Na sequência da venda parcial de nosso negócio de gestão de ativos para Warburg Pincus e General Atlantic e da criação de Santander Asset Management, continuamos a agir como administrador, o que significa que continuamos a representar a Santander Asset Management, em certos aspectos, a realização de determinadas atividades voltadas para o cliente em nome da Santander Asset Management, e se envolver em atividades de vendas e distribuição em relação a produtos Santander Asset Management. No entanto, nós não gerimos os fundos investidos pelos clientes com o Santander Asset Management ou tomamos decisões de investimento com relação a tais fundos. Tais atividades de gestão de fundos são realizadas de forma independente pela Santander Asset Management. Ver "Item 5. Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais -A . Resultados Operacionais - Fatores que Afetam a Comparabilidade dos Nossos Resultados Operacionais - Venda da Gestão de Fundos de Investimento e Carteira Gerida".

Em 31 de dezembro de 2014, a Santander Asset Management no Brasil atingiu um volume sob gestão de R$142,1 bilhões segundo dados da ANBIMA. Durante 2014, a passou a ser a 5ª maior gestora de ativos do Brasil com um market share de 5,3%, de acordo com a ANBIMA.

Em 2014, a Santander Asset Management manteve o foco no lançamento de produtos que possibilitem ao investidor brasileiro obter acesso ao mercado internacional. Com base em sua experiência global, a Santander Asset Management administra um grupo de fundos que investe em ações globais.

Corretagem de Seguros

Em 2011, o Santander Espanha entrou em uma aliança de longo prazo com a Zurich Financial Services Group ("Zurich") em relação à América Latina. Em conformidade com os termos desta aliança, Zurich, através de algumas de suas subsidiárias, adquiriu uma participação majoritária nas operações de seguros do Grupo Santander na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Além disso, como parte da aliança, foi acordado que o Santander Brasil iria distribuir exclusivamente esses produtos de seguros nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências. Como resultado desses acordos com a Zurich, recebemos um pagamento relativo equivalente à recebida antes da operação.

A operação teve como objetivo promover e fortalecer nossas atividades no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, atingindo as classes de clientes atualmente não sendo alcançados e alavancando nossas capacidades de distribuição. Permitiu-nos unir o know-how em seguros da Zurich com a nossa capacidade de distribuição no Brasil. Aproveitando os benefícios desta aliança, temos estabelecido uma ampla oferta de seguro que visa atender as necessidades específicas de nossos diferentes segmentos do varejo.

O segmento de seguro de carro não está incluso na nossa aliança com a Zurich. No segmento de seguros de automóveis, operamos com algumas das melhores companhias de seguros que operam no mercado brasileiro. Nossa decisão

de seguir uma abordagem independente do lado de fora da aliança Zurique é baseada na convicção de que a entrega de uma oferta adequada aos nossos clientes em seguro de automóvel só é possível através do nosso uso de um pool de fornecedores. Isso nos permite atender às diversas necessidades de nossos clientes, em relação ao preço, tipos de cobertura e escolha de seguros.

Para mais informações sobre a venda de nosso negócio de seguro, consulte o "Item 5. Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais -A. Resultados Operacionais- Fatores que Afetam a Comparabilidade dos Nossos Resultados Operacionais -Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência SA (nova denominação social da Santander Seguros SA)".

Capitalização

Direcionados a cliente médios e massivos, e a pequenas e médias empresas, nossos produtos de capitalização oferecem aos clientes a chance de ganhar prêmios significativos em dinheiro através de sorteios periódicos, e no final de um prazo previamente acordado, receber todo ou parte do dinheiro de volta com juros acumulados. Assim, os produtos de capitalização são semelhantes aos certificados de depósitos bancários, exceto que, juntamente com a compra de um produto que recebe um retorno sobre o capital, o cliente tem a chance de receber prêmios em dinheiro durante o prazo deste com base em sorteios aleatórios.

Toda as nossas operações são realizadas através da Santander Capitalização S.A, atuando também de forma conjugada, com opções de títulos em produtos financeiros e seguros.

Banco Global de Atacado

GB&M

GB&M é uma unidade de negócios global que atende aos clientes que, devido ao seu tamanho e complexidade, necessitam de um serviço personalizado ou produtos de atacado de alto valor agregado. Neste segmento, oferecemos uma ampla gama de serviços financeiros nacionais e internacionais aos grandes conglomerados brasileiros e multinacionais. Nossos clientes de atacado se beneficiam da estrutura global dos serviços fornecidos pelo Grupo Santander, por meio da integração global da rede de serviços bancários de atacado, soluções de serviços globais e experiência em mercados locais.

Em 2014, a estratégia foco de GB&M foi o relacionamento com os clientes e o fortalecimento da parceria com os demais segmentos do Banco. Para isso, a unidade reforçou a atuação na estratégia de *Collaboration Revenues*, que estimula a venda de produtos sob gestão GB&M para os clientes dos demais segmentos incluindo *Corporate*, PMEs, *Private Banking* e Varejo. Além disso, a unidade manteve seu objetivo de crescimento sustentável, por meio da diversificação da base de resultados e ênfase nos clientes classificados como Nível II e III. Manteve-se também o objetivo de aumento da carteira de ativos com foco na captação, gestão ativa de capital e liquidez e aumento da capacidade de produtos através de investimentos em um novo design nos processos operacionais e melhorias em nossas plataformas tecnológicas.

Oferecemos desde serviços essenciais até soluções de alta complexidade e exclusivas nas seguintes áreas-chave:

- *Global Transaction Banking*, área de desenvolvimento e gestão de produtos e vendas especializadas que inclui gestão de caixa (cash management local e internacional), financiamentos locais, ao comércio exterior (Trade Finance), Export & International Agency Finance, Bancos Correspondentes, e garantias locais e internacionais (tanto comerciais quanto não comerciais);

- Mercados de Crédito (*Credit Markets*), que inclui financiamento e assessoria financeira de projetos, originação e distribuição de renda fixa no mercado de capitais (DCM), financiamento a aquisições e empréstimos sindicalizados, além de investimentos proprietários em infraestrutura;

- Finanças Corporativas (*Corporate Finance*), que inclui fusões e aquisições e operações de mercado de capitais (ações);

- *Equities*, que inclui serviços de corretagem de valores de pessoa física e institucional, derivativos negociados

em bolsa e equity research;

- *Rates*, que é responsável por oferecer produtos de tesouraria, tais como operações de câmbio, derivativos (incluindo derivativos de ações), depósitos e outros produtos financeiros e estruturados; e

- Formação de Mercado (*Market making*), que é responsável pela precificação de operações de clientes originadas dos esforços de venda de nossos segmentos corporativos, institucional, private banking e operações de varejo.

A equipe de GB&M dedicada à cobertura de clientes está segmentada de acordo com os principais setores de atuação, que compreendem: telecomunicações, varejo, aviação, setor imobiliário e logística, energia, construção e infraestrutura, recursos naturais, alimentos, agronegócio e instituições financeiras.

Somos um dos bancos líderes no mercado de capitais e serviços de consultoria financeira no mercado brasileiro e internacional, como evidenciado nos principais rankings da indústria.

Nosso time de fusões e aquisições ficou em terceiro lugar no ranking brasileiro em transações anunciadas de 2014, comparado com o oitavo de 2013, de acordo com a Bloomberg com um volume total de US$14,5 bilhões em 24 operações. Na América Latina ficamos na oitava posição em 2014 em comparação com o nono lugar em 2013.

Nossa divisão de mercado de capitais brasileiro com foco em ações (*Equity Capital Markets*) assumiu o papel de participar como *bookrunner* em inúmeras ofertas nos últimos anos. Em 2014, ficamos em sétimo lugar em emissões de ações de acordo com a Bloomberg, com um total de duas transações, totalizando US$400 milhões.

Em 2014, também desempenhamos um importante papel nos mercados de dívida local e internacional para emissores brasileiros. No mercado de dívida internacional, consolidamos nossa liderança em emissões em Euros, tendo liderado 4 das 5 transações de emissores brasileiros que foram a mercado com este tipo de emissão em 2014. No consolidado, participamos da coordenação de dezesseis emissões de bônus bancários e corporativos, além de 7 operações de puro *Liability Management*, totalizando US$ 2,4 bilhões, representando um expressivo crescimento de 41% em relação ao volume coordenado em 2013. No mercado de dívida local, participamos de vinte operações, que levantaram um total de R$8,11 bilhões em captações para as empresas. Dentre as emissões de renda fixa de longo prazo, atingimos 6,7% de participação de mercado em 2014, ocupando o sexto lugar no ranking ANBIMA.

Nossa equipe de *project finance* assessorou e estruturou importantes projetos nos últimos anos em diversos setores da economia. O Grupo Santander está entre os principais *players* de financiamento de projetos no mundo e é um dos líderes de mercado no Brasil, como evidenciado pela consolidada liderança no ranking de assessoria da ANBIMA em anos recentes. Na América Latina, e também nas Américas, o banco está posicionado entre os três principais bancos de project finance, segundo rankings do Dealogic em 2014.

Em 2014 assessoramos os vencedores dos principais leilões organizados pela ANEEL para o setor de energia. Assessoramos nossos clientes na contratação de 823MW, o que nos faz líder em assessoria no setor eólico, setor em que temos 41% de participação de mercado.

Em 2014, também oferecemos, através de nosso departamento de financiamentos estruturados e nosso departamento de estruturação de capital, diversas soluções de financiamentos estruturados, permitindo aos nossos clientes executar seus planos estratégicos de investimentos.

Similarmente, em 2014, o Santander desempenhou um papel importante em transações envolvendo o BNDES, conforme demonstrado pelo fato de que o BNDES desembolsou R5,3 bilhões aos seus clientes do atacado. Nesse sentido, atingimos 11,9% de *market share* e o terceiro lugar no ranking do BNDES, uma posição mais forte que de 2013 (no qual ficamos em quarto).

Pelo nosso departamento de ações, prestamos serviços de assessoria e negociação para pessoas físicas e investidores institucionais. Nós ainda administramos fundos de hedge na América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia. Nossa equipe de venda de ações e traders baseiam-se em pesquisas próprias realizadas pelas nossas equipes internas de pesquisa para realizar recomendações de estratégia de investimento em ações.

No segmento de corretagem para Pessoa Física (*Santander Brokerage House Division*), as estratégias recomendadas obtiveram um desempenho significativo ao longo do ano. Enquanto o Índice Bovespa caiu 2,91% em 2014, o nosso portfolio recomendado alcançou um retorno positivo de 12,38% no período. Nossa Carteira de Dividendos recomendada é mais defensiva que carteiras tradicionais uma vez que é composta apenas por companhias que combinem confiável geração de caixa livre, demanda inelástica e receita indexada à inflação e payout elevado. Além disso, em 2014, as estratégias de curto prazo (*longs and shorts*) demonstraram uma performance ainda melhor, atingindo uma valorização de 54%.

Nós oferecemos ainda, por meio de nossa equipe de vendas de tesouraria, produtos de câmbio, depósitos e derivativos para todos nossos clientes, incluindo clientes corporativos em grandes, média e pequenas empresas, investidores institucionais e pessoas físicas. Temos uma cobertura efetiva baseada em times exclusivos para cobrir cada segmento, bem como equipes de estruturação e de produtos que trabalham para manter e criar uma carteira que ofereça as soluções mais inovadoras que existem no mercado para nossos clientes.

Nossa equipe de tesouraria lançou diversos produtos durante o ano de 2014. Para os clientes dos segmentos Private e Select, lançamos o COE – Certificado de Operações Estruturadas (Retail Structured Products), já disponível em 12 modalidades. O COE ou Certificado de Operações Estruturadas é um produto de investimento cujo retorno é baseado na variação de um ativo subjacente (também comumente conhecido internacionalmente como uma nota estruturada). A fim de garantir maior flexibilidade e conveniência para clientes de PMEs, lançamos uma nova Central de Atendimento que clientes PMEs podem acessar para fechar operações de câmbio. Para os grandes clientes corporativos, disponibilizamos uma plataforma de negociação eletrônica de termo de moedas. Nós ainda implementamos melhorias no processo de assinatura digital e nova ferramenta de *suitability* para derivativos.

Mesa Proprietária de Tesouraria

Nossa Mesa Proprietária de Tesouraria é responsável pela gestão dos livros proprietários e pelo estabelecimento de presença relevante como provedor líder de liquidez nos mercados locais e estrangeiros.

Rede de Distribuição

Nossa rede de distribuição oferece serviços e produtos financeiros integrados aos nossos clientes através de uma variedade de canais, incluindo agências e postos de atendimento bancários (PABs), caixas eletrônicos, *Call Centers*, Internet e *Mobile Banking*. A tabela a seguir apresenta nossa rede de distribuição em 31 de dezembro de 2014:

	Em 31 de Dezembro de 2014
Agências	2.252
PABs (postos de atendimento bancário)	1.160
ATMs (autoatendimento)	14.856

Rede de Agências

Nossa rede de agências oferece todos os nossos produtos e serviços aos nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2014, nós tínhamos uma rede de 2.252 agências bancárias distribuídas pelo Brasil, da qual 86% está concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

A tabela abaixo fornece informações relacionadas à distribuição geográfica de nossa rede de distribuição pelo Brasil em 31 de dezembro de 2014:

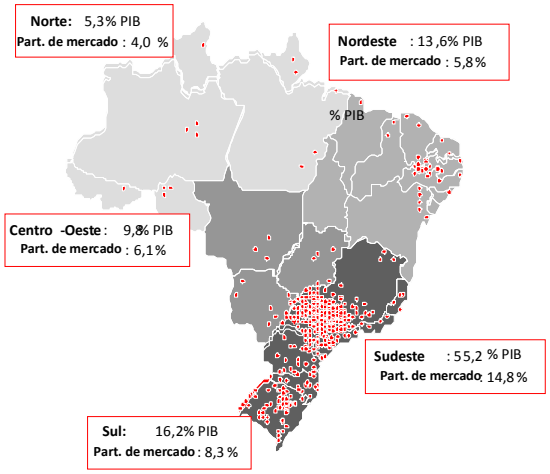
	Agências	PABs	ATMs
Centro-Oeste	100	71	607
Nordeste	186	109	1.349
Norte	38	36	324
Sudeste	1.624	814	10.839
Sul	304	130	1.737

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Agências	PABs	ATMs
Total[(1)]……...	**2.252**	**1.160**	**14.856**

(1) Conforme divulgação de resultado.

O mapa a seguir demonstra a distribuição geográfica de nossa rede de agências, a participação de cada região no PIB de 2012 e nossa participação de mercado em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o Banco Central do Brasil. A participação de mercado é calculada por meio da divisão do número de nossas agências na região pelo número de agências de todos os principais bancos em tal região:



Fonte para o PIB: IBGE 2012

PABs – Postos de Atendimento Bancário

Oferecemos serviços bancários diários aos nossos clientes Pequenas e Médias Empresas e aos clientes corporativos e seus funcionários por meio de PABs localizados nas instalações dessas empresas, bem como em hospitais e universidades. Nossos PABs são geralmente pontos de venda exclusivos nas instalações das empresas. Acreditamos que a presença de PABs nos escritórios de nossos clientes fortalece nosso relacionamento e constrói uma fidelização dos clientes pessoa física que se beneficiam da conveniência de executar suas transações bancárias em seu próprio local de trabalho.

Canais

Também distribuímos nossos produtos e serviços por meio dos Caixas Eletrônicos, Internet e Mobile Banking e Call Centers, que contribuem de forma significativa para o resultado de vendas de produtos, entrega de serviços bancários e fortalecimento do relacionamento e satisfação dos clientes.

Caixas Eletrônicos

Operamos uma rede abrangente de 14.856 caixas eletrônicos, incluindo os localizados em nossas agências e PABs. Além disso, nossos clientes têm acesso à rede ”Banco 24 Horas”, que opera com mais de 18.203 caixas eletrônicos. Por meio destas redes nossos clientes podem acessar as suas contas e executar transações bancárias e têm acesso aos principais produtos e serviços oferecidos pelo Banco. Em 2014 iniciamos o processo de implementação da tecnologia de

Biometria Digital em nossos Caixas eletrônicos, que permite aos nossos clientes transacionar de maneira mais rápida e segura, sem a necessidade do uso de cartão e senhas.

Call Centers

Nossa central de atendimento (*call center*) é utilizada por nossos clientes para assessoria financeira, realização de transações bancárias, solicitação de produtos e serviços, como empréstimos pessoais. A tabela a seguir apresenta um resumo das estatísticas operacionais de nossas centrais de atendimento. A tabela abaixo apresenta um resumo de estatísticas operacionais para nossa central de atendimento nos períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de			Variação entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	
	2014	**2013**	**2012**	**Variação**	**%**
Volume de clientes pessoa física (em milhares)	2.155	2.333	2.452	(178)	(7,6)%
PAS[(1)]	3.278	3.567	3.563	(289)	(8,1)%
Número de funcionários	5.194	5.831	5.705	(637)	(10,9)%
Porcentagem de clientes usuários ao mês	23,5%	25%	28%	(1.5)p.p.	-

(1) Estações de trabalho com estrutura para atividades de central de atendimento.

Internet Banking

O *Internet Banking* permite aos clientes o acesso às suas contas para a realização de transações bancárias, de acordo com sua conveniência, tais como obtenção de saldos e extratos, transferências financeiras, contratação de produtos e execução de pagamentos. A tabela a seguir apresenta um resumo das estatísticas operacionais de nossos serviços bancários pela Internet para os períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de			Variação entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	
	2014	**2013**	**2012**	**Variação**	**%**
Volume de clientes pessoa física (em milhares)	3.098	2.743	2.588	355	13%
Percentual de clientes usuários	36,8%	33%	29%	3,8 p.p.	-

Mobile Banking

No ano de 2014, lançamos um novo aplicativo para clientes pessoa física. Nele, o cliente tem acesso às informações consolidadas de todas as suas contas, produtos e serviços em um único acesso. O novo aplicativo representa uma melhoria significativa na experiência do usuário, pois oferece uma transacionalidade simplificada e intuitiva. A tabela a seguir apresenta estatísticas operacionais para nosso segmento de *mobile banking* para os períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de			Variação entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	
	2014	**2013**	**2012**	**Variação**	**%**
Volume de clientes pessoa física (em milhares)	1.166	776	0	390	50%
Percentual de clientes usuários	14%	9%	0	5p.p.	-

Captação de Clientes

Uma vez que somos principalmente um banco comercial, os depósitos de clientes constituem nossa principal fonte de captação. Esses depósitos, combinados com capital e outros instrumentos, nos permitem cobrir a maior parte de

nossas exigências de liquidez e reserva legal. Em 31 de dezembro de 2014, os depósitos de clientes somavam R$220,6 bilhões, representando 59,8% do total de captações, que atingiu R$368,7 bilhões.

Para maiores informações sobre nossas captações, veja "Item 5 – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – B. Liquidez e Recursos de Capital - Liquidez e Captações".

Tecnologia e Infraestrutura

Investimos continuamente em novas tecnologias e renovação de equipamentos e infraestrutura a fim de atender nossos clientes de forma eficaz, melhorar nossa lucratividade e ampliar nossos negócios. Acreditamos que a gestão adequada de tecnologia é um ponto chave para o gerenciamento eficiente de nosso negócio. Nossa plataforma de tecnologia é focada em nossos clientes e no apoio ao nosso modelo de negócios. Operamos uma moderna plataforma global de tecnologia interligada com a plataforma do Grupo Santander, que nos permite atender nossos clientes em uma escala global, sob uma plataforma unicamente voltada aos clientes. Vide "Item 7. Principais Acionistas e Operações com Partes Relacionadas – B. Transações com Partes Relacionadas - Plataforma de Tecnologia da Informação".

Temos extensas medidas de segurança para mitigar o risco de ameaças de segurança cibernética que afetam as nossas plataformas de tecnologia e nosso negócio. Temos tomado em consideração as melhores práticas estabelecidas na norma de segurança ISO-27002 para nos auxiliar na formulação de tais medidas de segurança. As medidas de segurança que temos atualmente incluem, mas não estão limitados a: acesso e gerenciamento de privilégios, a separação de ambientes de teste e de produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, a correlação de registro de atividade, prevenção de malware e correção e análise das operações de segurança de terceiros. Nós empregamos uma variedade de processos e soluções para aprovar essas medidas de segurança, incluindo verificações de conformidade regulares e acompanhamento contínuo da atividade de rede pelo nosso Centro de Operações de Segurança. Nós também realizamos avaliações periódicas de ameaças de segurança cibernética e controles relacionados, incluindo testes de penetração periódicas realizados por terceiros independentes. Além disso, estamos constantemente investindo em soluções tecnológicas e de segurança, bem como a realização de treinamento do usuário e os esforços de sensibilização. Além disso, cooperamos e trocamos informações e experiências relacionadas com a segurança cibernética com as comunidades de segurança locais e internacionais, tais como as empresas de telecomunicações locais e outras instituições financeiras, e em nossa capacidade como um membro do Serviços Financeiros – Comunidade de Compartilhamento de Informação e Centro de Análise.

Em 2014, inauguramos e concluímos a migração de nossa operação para o novo centro de processamento de dados, localizado em Campinas, que acreditamos ser o maior centro de tecnologia na América Latina, com 800 mil metros quadrados. Nossos objetivos são: (i) manter os nossos sistemas com um alto nível de segurança, (ii) otimizar as atividades de tecnologia e (iii) operar com eficiência através da melhor utilização de energia e recursos naturais. O centro de processamento de dados foi concebido para ser um exemplo de construção sustentável e consome 20% menos água e 30% menos energia do que os nossos outros centros de dados. Nosso novo centro de processamento de dados é o único da América Latina a ter recebido o nível máximo de classificação em capacidade e disponibilidade (Nível IV, com 99,99% de disponibilidade), dentro do projeto e fases de execução, de acordo com o Uptime Institute.

Ainda em 2014, lançamos um novo aplicativo para smartphones e um novo internet banking, muito mais intuitivos e focados na experiência de uso dos nossos clientes. Além disso expandimos nossa tecnologia de autenticação biométrica para as nossas agências em nível nacional.

Comunicação e Marketing

A estratégia do Santander Brasil, focada no relacionamento próximo e transparente com o cliente, atribui à comunicação e ao marketing um papel essencial nos negócios. Ferramentas como publicidade, redes sociais, patrocínios, eventos e publicações institucionais dão oportunidades para promover diferentes formas de interação com os públicos, cada uma com um propósito distinto. Entre os objetivos estão apresentar as atividades do Banco, produtos e serviços e a estratégia de promover negócios sustentáveis.

Marketing

Além de apoiar a estratégia comercial do Santander Brasil, o marketing expressa o posicionamento corporativo do Banco. Em 2014, nossas atividades de marketing foram baseadas no slogan: "Temos uma proposta para você. Vale a

pena ouvir". Nesse modelo, foram divulgados novos produtos e serviços como a Conta Conecta (que combina conta-corrente e leitor da iZettle), e outros já existentes como as Contas Combinadas. Para os *prospects*, o Santander disponibilizou um espaço na internet para que pudessem manifestar seu interesse em abrir uma conta. Ao longo de 8 meses, foram mais de 78 mil pedidos de abertura de conta, sendo 12 mil deles efetivados, uma taxa de conversão bastante positiva.

Patrocínios e Cultura

O Santander manteve ainda forte presença no marketing esportivo, com o apoio a três grandes competições latino-americanas de futebol (Copa Libertadores da América, Copa Sulamericana e Recopa) e à Scuderia Ferrari. Em relação ao investimento cultural, o Banco busca incentivar projetos que estimulem a criatividade e a inovação, a transferência de conhecimento, o consumo consciente e o empreendedorismo. Entre os destaques do ano estão as mostras "Narrativas Poéticas – Coleção Santander" (exposição itinerante do acervo do Banco) e as exposições no Santander Cultural em Porto Alegre de Vik Muniz – "O Tamanho do Mundo" e do escritor Moacyr Scliar – "O Centauro do Bom Fim".

Comunicação e Eventos

O Banco se relaciona com clientes, jornalistas, acionistas e universitários por meio de diferentes plataformas. As redes sociais, por exemplo, estabelecem diálogos sobre assuntos de interesse comum, de forma a aumentar o engajamento e o envolvimento dos seguidores com a marca. Com esse modelo, o Santander Brasil alcançou cerca de 2,5 milhões de fãs no Facebook e 139,5 mil seguidores no Twitter em 2014. O Relatório Anual, produzido em linha com os padrões da Global Reporting Initiative (GRI), também é um importante instrumento de comunicação para os diferentes acionistas do Santander. Além disso, o Banco se comunica com partes interessadas por meio de relatórios trimestrais ao mercado, reuniões periódicas com acionistas minoritários, comunicados aos acionistas, canais de comunicação interna, site institucional, portal dos acionistas, divulgações na imprensa e eventos.

Sustentabilidade

A estratégia do Santander Brasil em sustentabilidade baseia-se em três pilares alinhados aos negócios do Banco e à agenda de desenvolvimento do País: (i) inclusão social e financeira; (ii) educação; e (iii) negócios socioambientais.

Inclusão Social e Financeira

O Santander Brasil é o maior banco privado de microcrédito no Brasil, com base na participação de mercado e valor de carteira, com um total de R$534,8 milhões de financiamentos concedidos em 2014 para uma carteira de 130.210 clientes. Desde 2002, foram concedidos R$2,6 milhões em financiamentos para mais de 312 mil empreendedores beneficiados.

Já os programas de investimento social promovem o empreendedorismo, a geração de renda e os direitos de crianças, adolescentes e idosos por todo o País. O Programa Amigo de Valor, por exemplo, permite que funcionários e clientes do Banco direcionem parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2014, o programa direcionou R$8,4 milhões para 42 municípios brasileiros.

Educação

O Santander Universidades é um programa global que apoia e incentiva a educação superior. O Banco é a instituição privada mais ativa do País nesse segmento e possui parcerias com as universidades e sua cadeia de valor (estudantes, jovens profissionais, professores e funcionários administrativos). Em 31 de dezembro de 2014, contava com 455 universidades parceiras e aproximadamente 2 milhões de clientes.

Desde sua criação, em 1996, o Santander Universidades já concedeu mais de 100 mil bolsas de estudos. Entre 2011 e 2015 os investimentos previstos em nível global somam R$1,4 bilhão, dos quais R$218 milhões serão direcionados para apoio à educação superior no Brasil. Em 2014, um dos principais destaques do Santander Universidades foram os Prêmios Santander Universidades, que receberam cerca de 20 mil projetos e distribuíram mais de R$2 milhões em prêmios, bolsas de estudos internacionais e curso on-line de empreendedorismo.

O Banco também promove o Programa Escola Brasil (PEB), programa de voluntariado corporativo que contribui com a melhora da educação nas escolas públicas. O PEB está presente em 280 escolas parceiras e conta com a partici-

pação de mais de 7 mil funcionários, familiares, clientes e fornecedores.

Negócios Socioambientais

Oferecemos produtos, serviços e programas que promovem a evolução dos negócios de nossos clientes de forma mais sustentável. Para pessoas físicas, oferecemos produtos relacionados a acessibilidade, energia renovável e processos mais limpos.

Financiamos projetos para melhorar os impactos sociais e ambientais de nossos clientes por meio de (i) redução do consumo de energia elétrica e/ou água, (ii) adoção de fontes de energia renovável, (iii) aprimoramento da gestão de resíduos, e (iv) construção e reforma sustentável e (v) governança corporativa. Em 2014, os financiamentos socioambientais totalizaram R$2,5 bilhões, volume 26% maior que em 2013, somando 8.055 contratos.

Reconhecimentos

As práticas atreladas aos pilares da sustentabilidade reforçam a presença do Banco, pelo quinto ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. O Santander Brasil também está presente no "Global Compact 100", índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU.

Outros reconhecimentos em 2014 incluem o Prêmio beyondBanking, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o Programa Reduza e Compense CO2; o 5º Prêmio Anual de Negócios Responsáveis, concedido pelo Ethical Corporation e o primeiro lugar entre as instituições dos países do BRICS e nota máxima na subcategoria Crédito Responsável, ambos do relatório Banks & Responsible Finance, da consultoria Sustainalytics.

Política de Responsabilidade Socioambiental

Em 2014, o Santander Brasil desenvolveu uma nova Política de Responsabilidade Socioambiental, com base nas diretrizes estabelecidas pelo CMN para instituições financeiras brasileiras. A política será implantada ao longo de 2015, ampliando a incorporação da sustentabilidade nas análises e processos decisórios da organização.

Cobertura de Seguros

Mantemos apólices de seguro renovadas anualmente com o intuito de proteger nossos ativos. Todas as agências e prédios administrativos são cobertos contra incêndio, raio, explosão e outras causas por uma apólice "a*ll risks*". A cobertura prevê o ressarcimento dos bens pelo valor de substituição.

Mantemos também apólice de seguro contra danos causados a terceiros em nossas dependências.

Mantemos, ainda, apólice de seguro com cobertura para diretores e administradores contra reclamações de terceiros sobre os atos de gestão praticados no exercício de suas atribuições. Também mantemos apólice de seguro contra crimes/desonestidade de empregado e apólice contra prejuízos decorrentes de ofertas públicas.

Dependência de Patentes, Licenciamentos, Contratos e Processos

No Brasil, a titularidade de marcas somente é adquirida por meio do registro aprovado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e desenhos. Após o registro, o titular passa a deter direito exclusivo de uso das marcas, patentes e desenhos no Brasil por um período de dez anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por um período igual.

As principais marcas que utilizamos (inclusive as marcas "Santander" e "Banco Santander") são detidas pelo Grupo Santander. Umas das afiliadas do Grupo Santander nos concedeu licença para o uso de tais marcas. Todas as marcas relevantes para os nossos negócios estão registradas, ou já tiveram seu pedido de registro apresentado ao INPI, por nós ou pelo Grupo Santander. Somos titulares dos nomes de domínio principais usados em nossos negócios, incluindo:

(1) www.santanderbrasil.com.br;

(2) www.bancosantander.com.br;

(3) www.bsantander.com.br;

(4) www.corretorasantander.com.br;

(5) www.realsantander.com.br; e

(6) www.santander.com.br.

Concorrência

Nas últimas décadas, o Sistema Financeiro Brasileiro passou por importantes mudanças estruturais, acompanhando a evolução do cenário econômico do país, tendo desenvolvido sólidos arcabouços regulatórios e de supervisão financeira.

A consolidação do setor financeiro brasileiro no passado recente, com a fusão de grandes bancos e a privatização de bancos estatais, levou ao aumento da concorrência no sistema bancário e financeiro nacional. Segundo o Banco Central do Brasil, em dezembro de 2014 havia 130 bancos múltiplos, 22 bancos comerciais e 14 bancos de investimento, além de diversas corretoras, empresas de financiamento e outras instituições financeiras operando no país. Entre 2012 e 2014, a economia brasileira cresceu menos que nos anos anteriores, enquanto a inadimplência, a inflação e a desvalorização do real aumentaram. O governo brasileiro, com o intuito de fomentar o crescimento econômico, estimulou a disponibilidade de crédito através dos bancos públicos, que reduziram significativamente as taxas de concessão e aumentaram a oferta, mantendo o ritmo de crescimento do crédito dos últimos anos. Tais bancos estatais passaram a oferecer crédito com uma significante queda de taxas de juros. Os bancos privados acompanharam a redução das taxas, porém, devido à alta inadimplência, aumentaram o rigor na seleção dos clientes, o que levou a um período de domínio dos bancos públicos. Com essas medidas, houve uma redução das margens e dos spreads, enquanto o risco de crédito aumentou.

Hoje, há cinco instituições financeiras que encabeçam o mercado brasileiro em volume de ativos: Santander Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Juntas, as cinco respondem por 76% do mercado de crédito e 81% do mercado de captações disponíveis no país em dezembro de 2014, de acordo com o Banco Central do Brasil e com as demonstrações financeiras dos bancos mencionados acima.

Transformação da Indústria

Atualmente, a indústria bancária brasileira vem buscando se adaptar ao cenário econômico pós-crise financeira global, um processo de transformação que trouxe importantes mudanças para o modelo bancário do país.

Uma dessas mudanças aconteceu no mix de produtos dos bancos. Com o aumento da inadimplência e as mudanças regulatórias que aumentaram as exigências de capital, os principais bancos vêm migrando suas carteiras de crédito dos produtos com maior spread (e consequentemente, maior risco) para os de menor risco (e consequentemente, menor spread). Da mesma forma, os bancos vêm mudando a composição de suas receitas, saindo das margens financeiras (sujeitas ao risco de inadimplência) para as tarifas (não sujeitas ao risco de inadimplência).

Outra mudança relevante é a redução dos spreads bancários. O governo, através dos bancos públicos, estimulou a redução das taxas de juros de alguns produtos como forma de fomentar a demanda por crédito, fazendo com que as demais instituições diminuíssem seus spreads para manter a competitividade no mercado.

Como consequência dessas mudanças, os bancos passaram a focar esforços e investimentos na melhoria da eficiência, de modo a compensar, pelo menos parcialmente, as perdas de receita com a mudança no mix e a redução das taxas de spread.

Setor Público

Apesar das seguidas privatizações e consolidações ocorridas no setor bancário, o governo brasileiro ainda controla bancos comerciais, ambos no âmbito federal e estadual. Além do seu papel relevante na concessão de crédito (com 51% do mercado) e na captação de depósitos (com 48% do mercado), os bancos estatais também funcionam como agências de desenvolvimento regional, tendo uma presença forte em mercados como o crédito à habitação e o crédito agrícola.

As três principais instituições financeiras controladas pelo governo federal são:

- Banco do Brasil, um banco de serviço completo, que oferece uma vasta gama de produtos bancários para os setores público e privado. É o principal agente financeiro do governo brasileiro;

- Caixa Econômica Federal, um banco de serviço completo, envolvida principalmente na captação de depósitos, no financiamento habitacional e nos projetos de infraestrutura urbana; e

- BNDES, um banco de desenvolvimento, que oferece financiamentos direcionados de médio e longo prazo para o setor privado brasileiro, especialmente no setor industrial. Ele trabalha com financiamentos diretos e indiretos, através de repasses a outras instituições financeiras públicas ou privadas.

Setor Privado

Nós consideramos que duas grandes instituições financeiras se sobressaem como nossas principais concorrentes no mercado: Bradesco e Itaú Unibanco. Ambas têm marcas estabelecidas e capacidade de distribuição sólida em todo o país, competindo em todos os setores de atuação bancária. Além disso, também enfrentamos a concorrência de bancos locais e regionais em produtos de banco comercial nos seus nichos específicos. No segmento Global de Atacado, nossos concorrentes são instituições financeiras globais focadas em serviços de banco de investimento, que ocupam esse papel como resultado de sua experiência em operações estruturadas e complexas, bem como de suas redes de distribuição na Europa, na América do Norte e na Ásia.

Market Share

A tabela a seguir mostra a participação de mercado dos principais competidores em 2014:

	Santander Brasil	Bradesco	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
		(Em percentagem)		
Ativos totais[1]	8,2	11,2	16,1	17,8
Empréstimos totais[2]	8,1	11,5	13,6	22,8
Depósitos totais[2]	7,9	12,0	13,4	24,8
À vista[2]	6,3	16,4	13,4	30,5
Poupança[2]	5,1	12,2	15,2	21,2
A prazo[2]	9,5	11,2	11,4	29,0
Fundos mútuos de investimento[3]	5,7	16,7	15,4	19,3
Varejo[3]	7,4	9,0	12,1	13,0

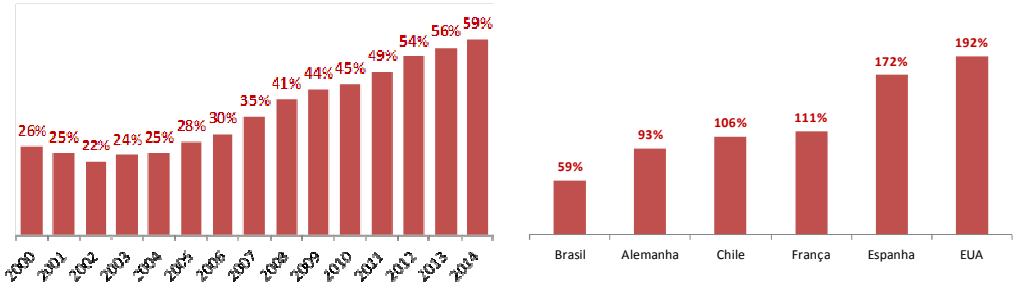
(1) De acordo com o relatório do Banco Central do Brasil referente aos 50 maiores bancos brasileiros (Dezembro de 2014).
(2) De acordo com o Banco Central do Brasil, reportado e apresentado em conformidade com o GAAP brasileiro (Dezembro de 2014).
(3) De acordo com a ANBIMA (Dezembro de 2014).

Mercado de Crédito no Brasil

A penetração do crédito na economia brasileira vem tendo um crescimento constante desde 2002, embora ainda esteja aquém do observado em economias desenvolvidas ou emergentes. Porém, durante uma década em que o crédito mais que dobrou em relação ao PIB, o ritmo de crescimento arrefeceu em 2013 e 2014.

Participação do Crédito Total no PIB*

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)



* Dados de 2013 para todos os países, exceto o Brasil (2014).

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE.

O mercado de crédito no Brasil é composto por duas modalidades de empréstimos:

- crédito obrigatório ou direcionado, que possui taxas de juros controladas pelo governo e regulamentações legais para captação e destinação de recursos; e

- crédito livre, que não tem restrição de taxa de juros, fonte ou aplicação dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2014, do total de R$3.022 bilhões de crédito no Brasil, 52,2% consistia em créditos livres. Desses, 49,8% eram empréstimos para pessoas físicas e 50,2% empréstimos para empresas.

	2014	2013	2012
	(em bilhões de Reais)		
Total de Crédito	**3.022**	**2.715**	**2.368**
Crédito direcionado	1.443	1.207	969
Crédito livre	1.579	1.508	1.399
Pessoa Jurídica (Corporativo)	793	763	707
Pessoa Física (Varejo)	786	745	692

Fonte: Banco Central do Brasil

Crédito ao Varejo

Segundo o Banco Central do Brasil, o volume de créditos ao consumidor cresceu a uma taxa média composta (CAGR) de 9,0% ao ano entre abril de 2011 e dezembro de 2014, chegando a R$785,9 bilhões, ou 26,0% do total de empréstimos no Brasil.

A tabela abaixo mostra a evolução dos principais produtos negociados com pessoas físicas:

	2014	2013	2012	Variação entre 31 de dezembro de 2014 vs. 31 de dezembro de 2013
	(em bilhões de R$, exceto porcentagens)			
Cheque especial	23,0	20,2	20,2	5,0%
Consignado	252,0	221,8	188,9	13,6%
Crédito pessoal	102,2	97,6	90,2	4,5%
Cartões de crédito (Rotativo e Parcelado)	41,6	36,1	34,2	15,0%

	2014	2013	2012	Variação entre 31 de dezembro de 2014 vs. 31 de dezembro de 2013
Bens de consumo (excluindo automóveis)	12,0	11,6	10,5	5,3%
Automóveis.....	184,2	192,8	193,2	(4,4%)
Leasing.....	3,3	7,9	17,9	(58,0%)
Financiamento Imobiliário (apenas PF)	432,5	341,5	255,4	26,7%
Outros.....	363,2	322,0	265,4	13,5%
Total.....	**1.414,0**	**1.251,5**	**1.075,8**	**13,0%**

Fonte: Banco Central do Brasil

Historicamente, o custo para aquisição de empréstimos livres no Brasil sempre foi alto, devido a pouca competição entre os bancos e ao alto volume de inadimplência. Por ser descontado diretamente da folha de pagamento, o crédito Consignado possui taxas menores e riscos mais baixos que as demais formas de crédito livre para pessoa física, o que o transformou em uma alternativa mais segura e atraente e fomentou o crescimento de 13,6% no ano de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, empréstimos Consignados representavam aproximadamente 17,8% do mercado de créditos de PF no Brasil. Em 31 de dezembro de 2014, nós tínhamos 4,5% do mercado de Consignado, de acordo com o Banco Central do Brasil.

O mercado de financiamento para aquisição de veículos tem taxas de juros muito competitivas e o acesso a uma fonte atraente de captação representa um diferencial. Dessa forma, o mercado vem sendo dominado pelos grandes bancos de varejo, que tomaram gradualmente a participação dos braços financeiros das montadoras de automóveis. Por ser garantida pelos bens financiados, essa modalidade de empréstimo costuma ter taxas de atraso menores que outras linhas de crédito livre. Porém, em 2012, a inadimplência dos financiamentos de veículos aumentou consideravelmente devido ao formato adotado – basicamente empréstimos de longo prazo, com entradas baixas e pouco rigor na concessão do crédito – levando os principais concorrentes a aumentar o rigor na concessão do crédito e fazendo com que as concessões reduzissem –4,4% em 2014. Em 31 de dezembro de 2014 nós detínhamos a liderança do mercado de financiamento de automóveis, com 13,2% de participação, segundo o Banco Central do Brasil.

O mercado de cartões de crédito tem taxas de inadimplência relativamente altas e, consequentemente, taxas de juros mais elevadas que outras modalidades de crédito livre. Esse mercado é dominado pelos grandes bancos de varejo, que operam suas próprias bandeiras associadas às bandeiras internacionais (MasterCard e Visa). Em maio de 2013, o Banco Central do Brasil passou a regulamentar os serviços de pagamentos eletrônicos. A expectativa é que essa supervisão traga uma redução dos riscos das transações eletrônicas, além de aumentar a concorrência nesse mercado, diminuindo seus custos. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos 11,0% do mercado de cartões de crédito, segundo o Banco Central do Brasil

O mercado de financiamento Habitacional e Imobiliário, após décadas de estagnação, encontra-se em pleno desenvolvimento no país. De acordo com o Banco Central do Brasil, a representatividade do saldo de crédito imobiliário frente ao PIB nacional passou de 5,3% em dezembro de 2011 para 9,8% em dezembro de 2014. O déficit habitacional do país (8,53% em 2012, segundo o IPEA) vem diminuindo gradativamente devido às mudanças estruturais na economia e aos estímulos do governo, incluindo:

- incentivos e isenções fiscais para a construção civil;
- diminuição do risco das construtoras através do oferecimento de garantias sobre imóveis;
- aumento da garantia aos compradores por meio de um sistema tributário especial, que separa os bens das construtoras daqueles pertencentes ao projeto de construção específico; e
- simplificação e intensificação da aplicação de leis de execução hipotecária.

Os financiamentos habitacionais e imobiliários representam aproximadamente 30,6% do total de créditos de pessoas físicas do país, segundo o Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2014, nossa participação no mercado era de 4,9%.

Crédito Corporativo

Segundo o Banco Central do Brasil, o volume de créditos negociados com Pessoas Jurídicas cresceu a uma taxa média composta (CAGR) de 11,6% ao ano entre abril de 2011 e dezembro de 2014, chegando a R$1,6 trilhões, ou 53,2% do total de empréstimos no país. Os principais produtos para Pessoa Jurídica são os empréstimos do BNDES, que respondem por 19,7% do total de crédito concedido no país, e Capital de Giro, que responde por 13,1%.

No período de alta inflação, as linhas de crédito de longo prazo para as empresas brasileiras eram raras, o que levou a um baixo nível de alavancagem corporativa no país. Contudo, segundo dados do Banco Central do Brasil, o volume de crédito corporativo aumentou significativamente de R$186,7 milhões em dezembro de 2000 para R$1,6 bilhão em dezembro de 2014, o que representou uma taxa média composta (CAGR) de 16,6%.

Gestão de Ativos

Segundo a ANBIMA, a indústria de gestão de ativos do Brasil cresceu a uma taxa média composta (CAGR) de 13,1% entre janeiro de 2008 e setembro de 2014, chegando a R$2,6 trilhões de patrimônio nos fundos de investimento do país. Os Fundos de Varejo representam 15,1% desse total, com R$387,0 bilhões. Os maiores participantes do setor de gestão de ativos no Brasil são os grandes conglomerados financeiros. Seus principais clientes são os investidores institucionais, tais como fundos de pensão, seguradoras e clientes de private banking.

A constante evolução da indústria de fundos de investimento vem encorajando os participantes do mercado a adotar melhores práticas de governança corporativa e a aumentar a transparência na administração de fundos de investimentos. Além disso, a indústria também se beneficiou de fatores macroeconômicos, tais como:

- estabilidade econômica do Brasil e, aumento das receitas disponíveis e poupança;
- expansão nos mercados de seguros e de fundos de pensão privados, influenciada, em parte, pelo crescimento de produtos como planos de previdência privada, que aumentaram o volume de ativos administrados pelo setor de fundos mútuos brasileiro;
- melhoria da classificação de crédito dos emissores brasileiros; e
- expansão no acesso a produtos financeiros oferecidos pela Internet.

REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO

A estrutura básica institucional do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme alterada, a "Lei da Reforma Bancária". A Lei da Reforma Bancária criou o Conselho Monetário Nacional ("CMN"), órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, de câmbio e de crédito, bem como por regular as instituições integrantes do sistema financeiro.

Principais Órgãos Reguladores

O CMN

O CMN supervisiona as políticas monetárias, de crédito, orçamentárias, fiscais e da dívida pública do Brasil. O CMN é composto pelo presidente do Banco Central do Brasil, pelo Ministro do Planejamento e pelo Ministro da Fazenda e presidida pelo Ministro da Fazenda. Nos termos da Lei da Reforma Bancária, o CMN tem autorização para regulamentar as operações de crédito das instituições financeiras brasileiras, regular a moeda brasileira, supervisionar as reservas brasileiras em ouro e cambiais, determinar as políticas brasileiras de poupança e investimentos e para regulamentar os mercados de capitais brasileiros com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Nesse âmbito, o CMN também supervisiona as atividades do Banco Central do Brasil e da CVM.

O Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil é responsável pela implementação das políticas do CMN relacionadas a controle cambial e de crédito, regulamentação das instituições financeiras brasileiras inclusive quanto a exigências de capital mínimo e depósito compulsório, divulgação das operações realizadas por instituições financeiras, bem como de suas informações financeiras e monitoramento e regulamentação de investimentos estrangeiros no Brasil. O Banco Central do Brasil possui comitês para tratar de questões específicas dentre os quais destaca-se o Comitê de Política Monetária ("Copom") o qual tem o objetivo de adotar medidas para cumprir as metas de inflação definidas pelo CMN, estabelecendo as diretrizes de política monetária. A atuação do Copom no controle de metas para inflação inclui definir a meta da Taxa SELIC (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e publicar relatórios sobre a conjuntura econômica e financeira do País e projeções para a taxa de inflação.

A CVM

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") é responsável pela implementação das políticas formuladas pelo CMN relacionadas a valores mobiliários com a função de regulamentar, desenvolver, controlar e inspecionar o mercado de valores mobiliários e seus participantes (companhias com valores mobiliários negociados no mercado, fundos de investimento, investidores, agentes financeiros, como custodiantes de títulos e valores mobiliários, gestores de ativos, auditores independentes, consultores e analistas de títulos e valores mobiliários).

Entidades autorreguladoras

O mercado financeiro e de capitais brasileiro também está sujeito à regulamentação de entidades autorreguladoras que estão divididas por campo de atuação. As entidades autorreguladoras incluem, entre outras, a Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBIMA, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, a Associação Brasileira de Companhias Abertas – ABRASCA e a BM&FBOVESPA.

Principais Limitações e Obrigações de Instituições Financeiras

Em conformidade com os principais padrões de regulamentação internacionais, as instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a uma série de limitações e obrigações. De um modo geral, tais limitações e obrigações se referem à oferta de crédito, à concentração de risco, a investimentos, procedimentos operacionais, empréstimos e outras operações em moeda estrangeira, à administração de recursos de terceiros e microcrédito. As principais restrições e exigências para atividades bancárias estabelecidas pela legislação e regulamentação em vigor incluem as seguintes:

- Nenhuma instituição financeira pode operar no Brasil sem a aprovação prévia do Banco Central do Brasil. Além disso, os bancos estrangeiros devem ter autorização expressa por meio de decreto presidencial para operar no Brasil.

- Uma instituição financeira brasileira não pode deter participação acionária direta ou indireta em qualquer sociedade localizada no Brasil ou no exterior sem a prévia autorização do Banco Central do Brasil. Além disso, o objeto social da sociedade na qual a instituição financeira investe deve ser complementar ou subsidiário às atividades realizadas pela instituição financeira. Apenas não dependem dessa aprovação prévia (i) as participações acionárias tipicamente realizadas nas carteiras de investimentos de bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e bancos múltiplos com carteiras de investimento ou de fomento e (ii) participações acionárias temporárias não registradas como ativos permanentes da instituição financeira.

- Instituições financeiras brasileiras devem submeter à aprovação prévia do Banco Central do Brasil os documentos societários que regem sua organização e operação, incluindo, sem limitação, aqueles relacionados a aumentos de capital, transferência de sede, abertura, transferência ou encerramento de filiais (seja no Brasil ou no exterior), eleição de membros de órgãos estatutários, e qualquer reorganização societária ou alteração na composição de seu controle acionário.

- Instituições financeiras brasileiras devem cumprir requisitos de capital mínimo e de depósito compulsório, e devem observar certos limites operacionais.

- Uma instituição financeira brasileira não pode possuir imóveis, exceto imóveis que ela ocupar e sujeita a determinadas limitações impostas pelo CMN. No caso em que uma instituição financeira receba imóveis, por exemplo como pagamento de uma dívida, essas propriedades devem ser vendidas no prazo de um ano, exceto se autorizado de outra forma pelo Banco Central do Brasil.

- Instituições financeiras brasileiras devem observar princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos.

- Uma instituição financeira brasileira não pode emprestar mais do que 25% de seu Patrimônio de Referência para uma única pessoa ou grupo.

- Uma instituição financeira brasileira não pode conceder empréstimos e adiantamentos a sociedades das quais ela participe com mais de 10% do capital da sociedade, a sociedades que ela controle, seja direta ou indiretamente, e que estejam sujeitas ao controle comum da instituição financeira em questão ou a indivíduos ou sociedades que participem com mais de 10% do capital da instituição financeira. Da mesma forma, os empréstimos ou adiantamentos não podem ser concedidos aos diretores executivos, membros do conselho de administração ou Conselho Fiscal a determinados membros das famílias de tais indivíduos, ou às sociedades nas quais tais indivíduos mantenham participação de mais de 10%.

- A gestão de ativos de terceiros deve ser segregada de outras atividades e seguir a regulamentação emitida pela CVM.

- O valor total dos recursos aplicados em ativos permanentes das instituições financeiras não podem ultrapassar 50% do seu patrimônio líquido ajustado.

- Instituições financeiras brasileiras devem cumprir com as regulamentações de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

- Instituições financeiras brasileiras devem implementar políticas e procedimentos internos para controlar seus sistemas de informações financeiras, operacionais e de administração e sua conformidade com todas as regulamentações aplicáveis.

- Instituições financeiras brasileiras devem implementar uma política de remuneração para conselheiros e diretores compatível com as suas políticas de gerenciamento de risco. No mínimo 50% da remuneração variável deverá ser paga em ações ou instrumentos com base em ações e, no mínimo 40% da remuneração variável, deverá ser diferida para pagamento futuro por no mínimo três anos.

- A Lei da Reforma Bancária e regulamentação específica promulgada pelo CMN prevê a imposição de penalidades a instituições financeiras em determinadas situações em que as exigências, controles e requisitos aplicáveis não foram observados. Além disso, o Banco Central do Brasil poderá cancelar a autorização da instituição financeira para operar, caso o Banco Central do Brasil identifique, a qualquer momento, em relação a uma determinada instituição financeira: (i) não desempenho habitual das operações consideradas essenciais às instituições financeiras, (ii) inatividade operacional, (iii) não localização no endereço informado ao Banco Central do Brasil, (iv) não envio para o Banco Central do Brasil por mais de quatro meses, sem justificativa aceitável, das demonstrações financeiras consolidadas exigidas pelas regulamentações em vigor e (v) descumprimento do plano de negócios. O cancelamento de uma autorização para funcionamento de instituição financeira somente pode ocorrer após a instauração e curso do processo administrativo apropriado pelo Banco Central do Brasil.

Além disso, como parte do Grupo Santander e devido à natureza global de nossa organização, nós estamos sujeitos às normas internacionais relacionadas.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Adequação e Alavancagem de Capital – Basileia

Exigências Atuais

O Banco Central do Brasil supervisiona o sistema bancário brasileiro, de acordo com as orientações do Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária ("Comitê da Basileia") e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo da Basileia II ("Basileia II"), o qual foi implementado no Brasil recentemente, e o Acordo da Basileia III ("Basileia III"), que suplementa e altera o Basileia II e está para ser implementado. Com essa finalidade, os bancos fornecem ao Banco Central do Brasil as informações necessárias para que ele realize suas funções de supervisão, as quais incluem a supervisão das alterações da solvência e a adequação do capital dos bancos.

O princípio mais importante que pauta as diretivas constantes do Basileia II e do Basileia III é que os recursos próprios de um banco precisam cobrir seus principais riscos, incluindo o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional.

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas à medição de capital e a normas baseadas em uma relação entre risco ponderado e ativo. Os parâmetros dessa metodologia assemelham-se à estrutura internacional de medições mínimas de capital adotadas pelo Basileia II, exceto por determinadas diferenças (por exemplo, o Basileia II exige que os bancos tenham um coeficiente de capital proporcional aos ativos ponderados pelo risco de no mínimo 8,0%, enquanto as normas brasileiras atuais exigem capital mínimo de 11,0% dos ativos ponderados pelo risco). O capital regulatório das instituições financeiras brasileiras é composto por dois níveis. O capital de Nível I é representado pelo patrimônio líquido mais determinadas reservas e renda, e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central Brasileiro. O capital de Nível II é representado pelas reservas de reavaliação, reservas para contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinada dívida subordinada e instrumentos híbridos, e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de títulos disponíveis para venda.

Basileia III

Em 16 de dezembro de 2010, o Comitê do Basileia emitiu a estrutura da Basileia III, o qual complementava e alterava a Basileia II. A Basileia III inclui requisitos mínimos de capital mais altos e novas exigências de capital de conservação e contracíclicos, medidas de capital baseadas em risco revisadas e a introdução de um novo índice de alavancagem e dois padrões de liquidez. Assim como ocorreu com outras diretivas da Basileia, a estrutura de Basileia III não será implementada automaticamente, mas de forma gradativa por cada país através de legislação ou regulamentação a ser imposta sobre os bancos domésticos daquele país. A Basileia III está sendo atualmente implementada no Brasil e espera-se que sua implementação seja concluída em 1º de janeiro de 2022, de acordo com o cronograma internacional acordado.

O capital regulatório continuará sendo composto de dois níveis.

O capital de Nível I deverá alcançar o índice mínimo de 6,0% (conforme cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil), dividido em duas partes: (i) Capital Principal composto principalmente por capital corporativo e reservas de lucros (ações, quotas, reservas e renda auferida) de no mínimo 4,5% e (ii) Capital Complementar (certas reservas, renda obtida e dívida híbrida e instrumentos de capital autorizados pelo Banco Central do Brasil). Com o intuito de melhorar a qualidade do capital de instituições financeiras, a Basileia III restringe a aceitação de instrumentos financeiros que não demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas e exige a redução dos ativos que, em determinadas situações, poderiam comprometer o valor do capital da instituição financeira em decorrência da baixa liquidez dos instrumentos, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração de valor.

Os instrumentos híbridos atuais e a dívida subordinada, aprovados pelo Banco Central do Brasil como exigência de capital complementar ou de Nível II devem ser mantidos, caso eles também cumpram os requisitos Basileia III, incluindo as cláusulas de conversão obrigatória em capital ou de baixa mediante a ocorrência de eventos-gatilho previstos na regulamentação. Os instrumentos que não estejam em conformidade com as normas Basileia III deverão ser gradualmente reduzidos até janeiro de 2022.

Em conformidade com os padrões da Basileia III, o Banco Central do Brasil instituiu o Adicional de Capital Principal que corresponde aos seguintes capitais adicionais (buffers): (i) capital de conservação (fixo), para auxiliar na absorção de perdas; e (ii) capital contracíclico (variável), para lidar com os riscos do ambiente macroeconômico. Os capitais de conservação e contracíclico criam reservas adicionais de capital para serem utilizadas em períodos de estresse. De acordo com a regulamentação do CMN, o Banco Central do Brasil possui poderes para estabelecer a porcentagem do Capital Principal Adicional exigido observados certos limites mínimos e máximos previamente estabelecidos pelo CMN, sendo os limites finais mínimo e máximo de 2,5% e 5%, respectivamente, do índice de risco-ativo ponderado. Em 29 de dezembro de 2014, o Banco Central do Brasil estabeleceu que o valor do Adicional de Capital Principal deverá começar em 0,625% do risco-ativo ponderado a partir de 1º de janeiro de 2016, e deverá subir para 1,25% em 1º de janeiro de 2017, 1,875% em 1º de janeiro de 2018 e 2,5% em 1º de janeiro de 2019.

O índice de capital mínimo Basileia III aumentará dos 11% atuais para o máximo de 13%. O índice total será calculado pela soma de duas partes: o Capital Regulatório e o Adicional de Capital Principal (composto pelo capital de conservação e pelo capital contracíclico).

As normas Basileia III também preveem a implementação de um índice de alavancagem calculado pela divisão do capital de Nível I pela exposição total de um banco. Ademais, no início de 2015, o Banco Central do Brasil emitiu uma nova regulamentação que rege o cálculo e o reporte da taxa de alavancagem das instituições financeiras brasileiras, em conformidade com as regras de Basileia III, que entrarão em vigor em outubro de 2015.

Em 2015, o CMN e do Banco Central do Brasil também emitiram um conjunto de regras para a implementação no Brasil do índice de liquidez de curto prazo (*liquidity coverage ratio* ou "LCR"), um índice de liquidez de curto prazo. O objetivo do LCR é demonstrar que as instituições financeiras têm ativos líquidos suficientes para serem aprovadas em um cenário de estresse com duração de um mês. De acordo com as regras promulgadas recentemente, os maiores bancos brasileiros serão obrigados a manter um LCR de pelo menos 60% a partir de outubro de 2015. Este percentual vai aumentar 10% ao ano, até atingir 100% em 2019.

Além disso, de acordo com o calendário internacional faseado para a implementação da Basileia III, o Banco Central do Brasil também vai estabelecer em 2015 um índice de liquidez de longo prazo para controlar a posição de caixa dos bancos.

A tabela a seguir apresenta uma estimativa do cronograma de implementação das principais alterações relacionadas à adequação de capital e alavancagem esperados em decorrência da Basileia III, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil:

Parâmetros	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**A partir de 2019**
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível 1	5,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Patrimônio de Referência.....	11,0%	11,0%	11,0%	9,9%	9,3%	8,6%	8,0%
Capital de Conservação.....	-	-	-	0,6%	1,3%	1,9%	2,5%
Capital Contra cíclico.....	-	até 0,6%	até 1,3%	até 1,9%	até 2,5%	até 2,5%	até 2,5%

Além disso, para permitir a implementação da estrutura da Basileia III no Brasil, foram feitas determinadas alterações legislativas. Entre outras, a Lei nº 12.838 promulgada em 9 de julho de 2013 concedeu poderes ao Banco Central do Brasil para limitar o pagamento dos dividendos pelas instituições financeiras em caso de desconformidade com os

requisitos de capital próprio definidos pelo CMN.

Outras Leis e Regulamentações Aplicáveis

Conglomerado Prudencial

Desde de janeiro de 2014, as instituições financeiras devem apresentar ao Banco Central do Brasil com periodicidade mensal e semestral, demonstrações financeiras consolidadas com base no conglomerado prudencial do qual a instituição financeira é parte, as quais embasam o cálculo capital regulamentar exigido das instituições brasileiras. O conglomerado prudencial inclusive dados relativos às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, administradoras de consórcio, instituições de pagamento e sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, como sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo, localizadas no País ou no exterior, bem como outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham a participação societária em referidas entidades por objeto social exclusivo.

Requisitos de Reserva e Compulsório

Atualmente, o Banco Central do Brasil impõe uma série de requisitos de reservas compulsórias. As instituições financeiras devem depositar essas reservas junto ao Banco Central do Brasil. Este usa as referidas exigências de reserva como um mecanismo para controlar a liquidez do sistema financeiro brasileiro. As reservas impostas a depósitos a prazo, à vista e de poupança representam quase que a totalidade do valor que deve ser depositado no Banco Central do Brasil.

Depósitos a Prazo. O Banco Central do Brasil impõe um requisito de reserva de 20% em relação aos depósitos a prazo. As instituições financeiras devem depositar um valor equivalente ao excedente de (i) R$3 bilhões para instituições financeiras com capital consolidado de Nível I abaixo de R$2 bilhões, (ii) R$2 bilhões para as instituições financeiras com capital consolidado de Nível I entre R$2 bilhões e R$5 bilhões; (iii) R$1 bilhão para instituições financeiras com capital consolidado de Nível 1 entre R$5 bilhões e R$15 bilhões e (iv) zero para as instituições financeiras com Patrimônio de Referência acima de R$15 bilhões.

Depósitos à Vista. Como regra geral, o Banco Central do Brasil impõe uma exigência de reserva de 45% com relação aos depósitos à vista.

Depósitos de Poupança. O Banco Central do Brasil impõe uma exigência de reserva de 15% com relação aos depósitos de poupança. Além disso, um mínimo de 65% do valor total dos depósitos em contas poupança deve ser usado para financiar o setor habitacional.

Requisitos de Depósito Adicional. O Banco Central do Brasil estipula, ainda, um requisito de reserva adicional sobre os depósitos levantados pelos bancos múltiplos, bancos de investimentos, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, companhias de crédito, financiamento e investimento, companhias de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimos. Essas instituições devem depositar semanalmente a soma total dos seguintes valores: (i) 11% da média matemática dos fundos de depósitos a prazo e outros valores específicos sujeitos aos requisitos de reserva; e (ii) 10% da média matemática dos fundos das contas poupança, sujeito ao requisito de reserva. Esses valores devem ser descontados de: (i) R$3 bilhões para instituições financeiras com capital consolidado de Nível I abaixo de R$2 bilhões, (ii) R$2 bilhões para as instituições financeiras com capital consolidado de Nível I entre R$2 bilhões e R$5 bilhões; (iii) R$1 bilhão para instituições financeiras com capital consolidado de Nível 1 entre R$5 bilhões e R$15 bilhões e (iv) zero para as instituições financeiras com Patrimônio de Referência acima de R$15 bilhões. Ao final de cada dia, o saldo de tal conta deve ser equivalente a 100% do requisito de reserva adicional.

Exigências de Composição de Ativos

Os ativos permanentes (definidos como propriedades e equipamento que não sejam aqueles constantes de operações de arrendamento comercial, investimentos não consolidados e taxas diferidas) das instituições financeiras brasileiras não podem exceder 50% do seu patrimônio líquido ajustado, calculada de acordo com os critérios estabelecidos pelo

Banco Central do Brasil.

As instituições financeiras brasileiras não podem ter mais de 25,0% do seu Patrimônio de Referência alocado a operações de crédito, de arrendamento mercantil, bem como garantias concedidos a um mesmo cliente ou grupo de clientes agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse econômico. Adicionalmente, as instituições financeiras brasileiras devem respeitar um limite de exposição de 25,0% do seu Capital Regulatório com relação a operações de subscrição ou investimentos em valores mobiliários emitidos pela mesma entidade, suas coligadas, controladores ou controladas. As transações de recompra realizadas no Brasil estão sujeitas a limites de capital operacional com base no Patrimônio de Referência da instituição financeira, ajustado de acordo com as regulamentações do Banco Central do Brasil. Uma instituição financeira pode realizar transações de recompra em um valor de até trinta vezes seu Patrimônio de Referência. Dentro desse limite, as transações de recompra, que envolvem valores mobiliários privados não podem exceder cinco vezes o Patrimônio de Referência. Os limites sobre as transações de recompra, que envolvem valores mobiliários garantidos pelas autoridades governamentais brasileiras variam de acordo com o tipo de valor mobiliário envolvido na transação e com o risco percebido do emitente, conforme seja determinado pelo Banco Central do Brasil.

A regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil com relação à classificação e avaliação de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – incluindo valores mobiliários governamentais – de propriedade de instituições financeiras, com base na estratégia de investimento da instituição financeira, determina que os valores mobiliários e derivativos devem ser classificados em três categorias: (i) para negociação;(ii) disponível para venda; e (iii) mantido até o vencimento.

Os valores mobiliários "para negociação" e "disponíveis para venda" devem ser avaliados a preço de mercado com efeitos sobre a renda e o patrimônio líquido, respectivamente. Os valores mobiliários classificados como "mantidos até o vencimento" são registrados a custo amortizado. Os derivativos são avaliados a preço de mercado e registrados como ativo e passivo no balanço patrimonial. As alterações no valor de mercado dos derivativos em geral são reconhecidas na receita com determinadas modificações, caso estes sejam designados como hedges e se qualifiquem para a contabilidade de hedge nos termos das regulamentações emitidas pelo Banco Central do Brasil. Os valores mobiliários e os derivativos do portfólio "mantido até o vencimento" podem ter hedge para finalidades contábeis, porém o aumento ou a diminuição no seu valor como derivado do método contábil de ajuste ao preço de mercado não deve ser levado em conta.

Sistema Brasileiro de Pagamentos e Compensação

As normas para a compensação de pagamentos no Brasil são fundamentadas nas diretrizes adotadas pelo Banco Internacional de Compensações (BIS) e pelo atual Sistema Brasileiro de Pagamentos e Compensação (“SPB”). O Banco Central do Brasil e a CVM (em relação às transações com valores mobiliários) têm o poder de regulamentar e supervisionar o sistema. Integram o SPB os sistemas de compensação de cheques, de compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e de crédito, de transferência de fundos e de outros ativos financeiros, de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, de compensação e de liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros, e outros, chamados coletivamente de Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF), bem como os arranjos e as instituições de pagamento.

No âmbito do SPB, o Banco Central do Brasil opera o Sistema de Transferência de Reservas (STR) e a SELIC. O STR é um sistema de transferência de fundos com liquidação bruta em tempo real, o que significa que as transferências são realizadas no momento do processamento, uma a uma, e estão sujeitas à existência de saldo na conta debitada. O STR é composto por instituições financeiras, câmaras de compensação e liquidação e a Secretaria do Tesouro Nacional. A SELIC é um sistema que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e ao registro e à liquidação de operações com esses títulos.

Além de serem liquidadas por intermédio do STR, transferências interbancárias de fundos também são liquidadas por intermédio do Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf), do Sistema de Liquidação Diferida das Transferências de Ordens de Crédito (Siloc), e da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), que também integram o SPB.

Tratamento de Dívidas em Atraso

O Banco Central do Brasil exige que as instituições financeiras classifiquem as transações de crédito de acordo com seu nível de risco de crédito e façam provisões de acordo com o nível atribuído a cada transação. Essas classifica-

ções de crédito serão determinadas de acordo com os critérios estabelecidos periodicamente pelo Banco Central do Brasil, relacionados às condições do devedor e do garantidor, e os termos da transação. Sempre que houver várias transações de crédito envolvendo o mesmo cliente, grupo econômico ou grupo de sociedades, o risco de crédito deve ser determinado pela análise da transação de crédito em específico desse cliente ou grupo que represente o maior risco de crédito para a instituição financeira.

As transações de crédito de até R$50.000 podem ser classificadas pelo método de avaliação próprio da instituição financeira ou de acordo com o número de dias de atraso da transação em questão, o que for mais rigoroso. As classificações de crédito precisam ser analisadas (i) mensalmente, em caso de atraso no pagamento de qualquer parcela do principal ou dos juros, de acordo com as classificações máximas de risco; (ii) a cada seis meses, em caso de transações que envolvam o mesmo cliente, grupo econômico ou grupo de sociedades, cujo valor exceda 5% do patrimônio líquido ajustado da instituição financeira em questão; e (iii) anualmente, em todas as circunstâncias, exceto no caso de transações de crédito com um cliente cuja responsabilidade total seja menor do que R$50.000, sendo que essa classificação pode ser revista conforme as disposições acima. Esse limite de R$50.000 pode ser alterado pelo Banco Central do Brasil periodicamente.

As previsões legais mencionadas acima não são aplicáveis às nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras do IRFS, as quais refletem os critérios descritos na seção “Item 5. Análise e Perspectiva da Situação Financeira e Operacional – A. Resultados Operacionais – Políticas Críticas de Contabilização – Perdas com Redução ao Valor Recuperável em Ativos Financeiros”.

Informações Sobre Desempenho de Crédito - Cadastro Positivo

A legislação brasileira regula bancos de dados que contêm informações de desempenho de crédito de pessoas físicas e jurídicas. O fornecimento de informações desses bancos de dados está sujeito à solicitação ou autorização expressa dos correspondentes clientes da instituição.

Regras dos Acionistas sobre a Cobrança de Tarifas Bancárias

A cobrança de taxas e comissões bancárias é amplamente regulamentada por meio de normas que buscam padronizar a cobrança de taxas bancárias e os custos das transações de crédito para pessoas físicas. De acordo com essas normas, os serviços bancários para pessoas físicas são divididos nos quatro grupos seguintes: (i) serviços essenciais; (ii) serviços prioritários; (iii) serviços especiais; e (iv) serviços específicos ou diferenciados. Os bancos não podem cobrar taxas em troca do fornecimento de serviços essenciais para pessoas físicas em relação a contas correntes, como (i) fornecimento de cartão de débito; (ii) fornecimento de dez cheques por mês para os correntistas que atenderem aos requisitos de uso de cheques, de acordo com as normas aplicáveis; (iii) fornecimento de um segundo cartão de débito (exceto em caso de perda, roubo, danos e outros motivos não ocasionados pelo banco); (iv) até quatro saques por mês, os quais podem ser feitos em qualquer agência do banco, utilizando cheques ou em terminais de caixas eletrônicos; (v) fornecimento de até dois extratos descrevendo as transações realizadas durante o mês, obtidos nos terminais de caixas eletrônicos; (vi) consultas pela internet; (vii) até duas transferências mensais de fundos entre contas mantidas no mesmo banco, em uma agência, por meio de terminais de caixa eletrônico ou pela internet; (viii) compensação de cheques, e (ix) fornecimento de um extrato consolidado descrevendo para cada mês as taxas cobradas em relação ao ano anterior, relativas às contas correntes e contas poupança.

Determinados serviços prestados a pessoas físicas em relação às contas poupança também são classificados na categoria de serviços essenciais e, portanto, estão isentos do pagamento de taxas. O CMN proíbe que os bancos cobrem taxas pelo fornecimento de serviços essenciais relacionados às contas correntes e contas poupança, quando os clientes concordarem em acessar e usar suas contas somente por meio eletrônico. No caso das referidas contas correntes e de poupança exclusivamente eletrônicas, os bancos estão autorizados a cobrar as taxas pelo fornecimento de serviços essenciais somente quando o cliente optar voluntariamente por obter o serviço pessoal nas agências do banco ou nos locais de atendimento ao cliente.

Os serviços prioritários são aqueles prestados às pessoas físicas em relação a contas correntes, transferência de fundos, transações de crédito, arrendamento, cartões de crédito padrão, transações de câmbio no balcão para a compra ou venda de moeda estrangeira em relação à viagem internacional e registros, estando sujeitos à cobrança de taxas pelas instituições financeiras somente se o serviço e sua nomenclatura estiverem listados na regulamentação. Os bancos co-

merciais devem ainda oferecer a seus clientes pessoa física um "pacote padronizado" de serviços prioritários com conteúdo definido, bem como a opção do cliente adquirir serviços individuais, em vez de aderirem ao pacote.

A cobrança de taxas em troca do fornecimento de serviços especiais (incluindo, entre outros, os serviços relacionados a crédito rural, mercado de câmbio e empréstimo de fundos do sistema financeiro da habitação) é regida por disposições específicas encontradas nas leis e regulamentações relacionadas a tais serviços. A regulamentação autoriza as instituições financeiras a cobrarem taxas pela realização de serviços específicos, ficando estabelecido que o correntista ou usuário deve ser informado sobre as condições de uso e pagamento ou a taxa e o método de cobrança definidos em contrato. Alguns dos serviços específicos são, dentre outros, (i) aprovação de assinaturas; (ii) administração dos fundos de investimentos; (iii) aluguel de cofres; (iv) serviços de entrega expressa; (v) custódia e serviços de corretagem; (vi) aval de dívidas de clientes (endosso ou garantia) e (vii) câmbio, entre outros.

Cabe ainda destacar: (i) proibição de cobrança de taxas nos casos de alteração de contratos de adesão, exceto no caso de substituição de ativos em transações de arrendamento mercantil, e de liquidação antecipada ou amortização, cancelamento ou rescisão; (ii) proibição de inclusão de serviços relacionados a cartões de crédito e outros serviços não sujeitos às taxas nos pacotes de serviços que incluem serviços prioritários, especiais e/ou diferenciados, (iii) a exigência de que a subscrição de pacotes de serviços deve ser feita por meio de contrato separado; (iv) a exigência de que as informações prestadas ao cliente em relação a um pacote de serviços devem incluir o valor de cada serviço incluso no pacote, o número de vezes que cada serviço pode ser utilizado por mês e o preço total do pacote; (v) a exigência de que os extratos bancários anuais de um cliente devem identificar de forma separada os juros por atraso, as multas e outros custos cobrados sobre empréstimos e transações de arrendamento; (vi) a exigência de que as taxas de registro não podem ser cobradas cumulativamente; (vii) a exigência de que as taxas sobre utilização do limite de conta podem ser cobradas, no máximo, uma vez durante um período de 30 dias.

Além disso, as regulamentações do CMN estabelecem que todos os débitos relacionados à cobrança de taxas devem ser cobrados de uma conta bancária somente se houver fundos suficientes para cobrir esses débitos na referida conta e proibir assim os saques do limite de conta causados pela cobrança das taxas bancárias. Além disso, uma notificação com antecedência mínima de 30 dias deve preceder qualquer aumento ou criação de taxas (exceto se relacionados aos serviços de cartão de crédito, em cujo caso a notificação é exigida com antecedência mínima de 45 dias), enquanto que as taxas relacionadas a serviços prioritários e ao "pacote padronizado" podem ser aumentadas apenas após 180 dias da data do último aumento (exceto quando relacionadas a serviços de cartão de crédito, quando uma notificação com antecedência mínima de 365 dias é exigida), enquanto que as reduções podem ocorrer a qualquer momento.

Cartões de Crédito

A regulamentação bancária também possui normas específicas relativas à cobrança de tarifas de cartões de crédito, a publicação de informações nas faturas de cartões e a obrigatoriedade de fornecer um pacote de serviços básicos na oferta de cartões de crédito aos clientes. Detentores de cartão de crédito devem pagar mensalmente um mínimo de 15% sobre os saldos pendentes do cartão de crédito. Este pagamento mínimo não se aplica aos cartões de crédito cujo pagamento é realizado por meio do desconto direto na folha de pagamento.

Instituições e Arranjos de Pagamento

Em 2013 foi instituída no Brasil uma estrutura legal e regulatória para o setor de pagamentos, nos termos da qual o CMN e o Banco Central do Brasil agora possuem poderes para regulamentar os mecanismos, agentes e operações dos pagamentos.

A regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil, que entrou em vigor em maio de 2014, estabelece, dentre outros aspectos: (i) sistemas de controles internos e prevenção de riscos relacionados a direitos do consumidor e prevenção de crimes de lavagem de dinheiro a serem observadas pelas instituições de pagamento e instituidores de arranjos de pagamento; (ii) os procedimentos para incorporação, organização, autorização e funcionamento das instituições de pagamento, bem como transferência de controle acionário, sujeita à aprovação prévia pelo Banco Central do Brasil; (iii) exigências de capital; (iv) definição dos arranjos de pagamento excluídos do SPB; e (v) regras relativas às contas de pagamento, as quais são divididas em contas pré-pagas e contas pós-pagas e requerem a alocação da totalidade do saldo em uma conta específica no Banco Central do Brasil ou títulos públicos federais.

Portabilidade de Operações de Crédito

Em 2013, o Banco Central do Brasil regulamentou a possibilidade de clientes de instituições financeiras transferirem suas operações de crédito de uma instituição para outra. A regulamentação que entrou em vigor em maio de 2014 estabeleceu normas específicas para essas transferências, incluindo, entre outras, exigência de que o valor e o prazo da operação na instituição financeira recebendo a operação não podem ser superiores ao saldo devedor e ao prazo na operação original. A regulamentação autorizou, entretanto, a alteração da taxa de juros da operação.

Regulamentações de Combate à Lavagem de Dinheiro

De acordo com a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro brasileira, constitui crime ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, bem sua utilização em atividade econômica ou financeira e a participação de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que suas atividades principais ou secundárias são dirigidas à prática destes atos.

A Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro brasileira criou ainda o Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF"), o qual opera subordinado ao Ministério das Finanças. A finalidade do COAF é investigar, examinar, identificar e impor penalidades administrativas em relação a quaisquer atividades suspeitas ou ilegais relacionadas à lavagem de dinheiro no Brasil. O COAF é composto por um presidente indicado pelo Ministro das Finanças e indicado pelo Presidente da República e por oito membros do conselho, um dos quais é indicado por cada uma das seguintes entidades: (i) o Banco Central do Brasil, (ii) a CVM, (iii) o Ministério das Relações Exteriores, (iv) a SUSEP, (v) a Secretaria da Receita Federal Brasileira, (vi) a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (vii) o Departamento de Polícia Federal e (viii) a Agência Brasileira de Inteligência. O mandato do presidente e dos outros membros do conselho é de três anos.

A legislação brasileira de combate à lavagem de dinheiro estabelece que as instituições financeiras devem, dentre outros:

- manter registros atualizados relativos a seus clientes permanentes (incluindo seus dados cadastrais, declarações de propósito e natureza das transações, sua capacidade financeira, bem como verificação da caracterização de clientes como indivíduos expostos politicamente);

- adotar políticas, procedimentos e controles internos preventivos;

- registrar as transações que envolvam moeda brasileira e estrangeira, títulos, metais ou quaisquer outros ativos que possam ser convertidos em dinheiro, incluindo registros específicos de emissões ou recargas de cartões pré-pagos;

- manter registros das transações ou grupos de movimentação de fundos realizados por pessoas físicas ou jurídicas pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado financeiro em valor total superior a R$10.000 em um mês de calendário ou que revelem um padrão de atividade que sugira um esquema para evitar identificação, controle e registro;

- revisar as transações ou propostas, cujas características possam indicar intenções criminosas;

- manter registros de cada transferência de fundos relacionada a, entre outras, (a) depósitos, transferências e cheques e (b) a emissão de cheques e ordens de pagamento em montantes que excedam R$1.000; e

- notificar a autoridade pertinente dentro de prazos que variam entre um dia útil a partir da transação proposta a cinco dias úteis a partir do fim do mês civil de qualquer transação que seja considerada suspeita pela instituição financeira.

As instituições financeiras brasileiras devem comunicar ao COAF, na forma determinada pelo Banco Central do Brasil, até o dia útil seguinte àquele em que forem verificadas quaisquer das seguintes transações, propostas ou realiza-

das:

- operações realizadas ou serviços prestados cujo valor seja igual ou superior a R$10.000 e que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a existência de indícios dos crimes previstos na Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro brasileira;

- operações realizadas ou serviços prestados que, por sua habitualidade, valor ou forma, poderiam objetivar burlar os mecanismos de identificação, controle e registro;

- operações realizadas por ou os serviços prestados a, qualquer que seja o valor, pessoas que reconhecidamente tenham perpetrado ou intentado perpetrar atos terroristas ou neles participado ou facilitado o seu cometimento, bem como a existência de recursos pertencentes a ou por eles controlados direta ou indiretamente ou por entidades pertencentes ou controladas, direta ou indiretamente, pelas estas pessoas, bem como por pessoas e entidades atuando em seu nome ou sob seu comando; e

- quaisquer atos suspeitos de financiamento do terrorismo.

Essas comunicações devem ser realizadas sem que seja dada ciência aos envolvidos.

Os registros referenciados acima devem ser mantidos pelo prazo de cinco a dez anos, dependendo da natureza das informações, a partir do fim do relacionamento com o cliente.

O não cumprimento de qualquer das obrigações indicadas acima pode sujeitar a instituição financeira e seus executivos e diretores a penalidades que variam de multas (não superiores a 200% do montante da transação ou do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação ou ao valor de R$20 milhões) até a declaração de inelegibilidade de seus executivos e diretores para o exercício de qualquer cargo em uma instituição financeira e/ou o cancelamento da licença de operação da instituição financeira.

Oficiais do governo e auditores da Receita Federal Brasileira também podem inspecionar os documentos, livros e registro financeiro de uma instituição em determinadas circunstâncias.

As instituições financeiras devem ainda manter registros específicos das operações em espécie (depósito, saque, saque por meio de cartão pré-pago ou pedido de provisionamento para saque) de forma a permitir a identificação de depósito em espécie, saque em espécie, saque em espécie por meio de cartão pré-pago ou pedido de provisionamento para saque, de valor igual ou superior a R$100 mil ou que apresente indícios de ocultação ou dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação ou da propriedade de bens, direitos e valores, bem como emissão de cheque administrativo, TED ou de qualquer outro instrumento de transferência de fundos contra pagamento em espécie, de valor igual ou superior a R$100.000.

Lei Anticorrupção Brasileira

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a nova lei anticorrupção brasileira (a "Lei Anticorrupção Brasileira") entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014. Essa lei tem por objetivo cumprir com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em decorrência da ratificação de diversos tratados de anticorrupção, bem como atender as demandas da população pela criação de mecanismos mais efetivos de combate à corrupção no âmbito da administração pública. A Lei Anticorrupção Brasileira estabelece que pessoas jurídicas terão responsabilidade objetiva – i.e., independente de culpa ou dolo – por atos praticados contra a administração pública em seu interesse ou benefício. Embora conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, essa Lei abrange não apenas a prática de atos de corrupção, mas também a prática de outros atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira.

Empresas que violem as disposições da Lei Anticorrupção Brasileira estarão sujeitas a penalidades severas, algumas das quais poderão ser impostas por meio de procedimentos administrativos e outras somente através dos canais judiciais. A Lei Anticorrupção brasileira também cria um programa de leniência nos termos do qual admissão das violações e colaboração pelas empresas podem resultar em uma redução de multas e de outras sanções.

Pessoas Politicamente Expostas

As instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil devem adotar determinadas ações e ter determinados controles para estabelecer relacionamentos de negócios e acompanhar transações financeiras de clientes que sejam considerados pessoas politicamente expostas. Os procedimentos internos desenvolvidos e implementados para este propósito por instituições financeiras devem ser estruturados de forma a permitir a identificação das pessoas politicamente expostas, bem como a origem dos fundos envolvidos nas transações de tais clientes. Uma opção é verificar a compatibilidade entre as transações do cliente e o patrimônio declarado no arquivo de tal cliente.

Pessoas politicamente expostas são agentes públicos e seus familiares imediatos, cônjuges, parceiros e filhos adotivos que ocupem ou tenham ocupado um cargo, emprego, ou função pública importantes nos últimos cinco anos no Brasil ou em outros países, territórios e jurisdições estrangeiras.

Sigilo Bancário

As instituições financeiras e as instituições de pagamento brasileiras devem ainda manter o sigilo das operações e serviços bancários prestados a seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais as informações sobre clientes, serviços ou transações das instituições financeiras e das instituições de pagamento brasileiras podem ser divulgadas a terceiros são:

- a divulgação de informações com o expresso consentimento das partes interessadas;
- a troca de informações entre as instituições financeiras para fins de registro;
- o fornecimento a agências de referência de crédito das informações com base em dados dos registros de emitentes de cheques bancários sacados de contas sem fundos suficientes e de devedores em atraso; e
- quanto à ocorrência ou suspeita de que atos ilegais criminais ou administrativos foram realizados, caso em que as instituições financeiras e as companhias de cartões de crédito podem fornecer às autoridades pertinentes as informações relacionadas a tais atos criminosos quando necessário para a investigação de tais atos.

A Lei Complementar 105/01 também permite que o Banco Central do Brasil ou a CVM troquem informações com autoridades governamentais estrangeiras, desde que um tratado específico tenha sido previamente assinado.

Exigências de Auditoria

A legislação e as regulamentações da CMN, CVM e BM&FBOVESPA determinam que as demonstrações financeiras periódicas das instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes (pessoas físicas ou pessoas jurídicas) que são registrados junto à CVM e que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e que as demonstrações financeiras devem ser apresentadas juntamente com um parecer de auditor independente.

Como resultado do trabalho de auditoria, o auditor independente deve preparar os seguintes relatórios: (i) relatório de auditoria, emitindo um parecer relativo às demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, incluindo em relação à conformidade com as regulamentações financeiras emitidas pela CMN e pelo Banco Central do Brasil; (ii) relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controle interno, incluindo em relação aos sistemas de processamento de dados eletrônicos e gerenciamento do risco, comprovando quaisquer deficiências identificadas; (iii) relatório de inobservância com disposições regulatórias, em relação àquelas que têm ou que podem vir a ter impactos significativos sobre as demonstrações financeiras ou sobre as operações da instituição financeira auditada e (iv) relatório limitado de garantia, analisando o Relatório Anual e de Sustentabilidade do Santander Brasil de acordo com as diretrizes e exigências da Global Reporting Inititative (GRI); e (v) quaisquer outros relatórios exigidos pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pela BM&FBOVESPA. Os relatórios emitidos pelos auditores independentes devem estar disponíveis para consulta mediante solicitação pelas autoridades supervisoras.

O auditor independente e o Comitê de Auditoria, quando instalado, individualmente ou em conjunto, devem comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil, a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por, em até três dias úteis da identificação da respectiva ocorrência:

- inobservância de normas legais e regulamentares, que coloque em risco a continuidade da instituição financeira auditada;
- fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição financeira auditada;
- fraudes relevantes perpetradas por funcionários da instituição financeira auditada ou por terceiros;
- erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações financeiras da instituição financeira auditada.

A diretoria da instituição financeira deverá obrigatoriamente comunicar o auditor independente e o Comitê de Auditoria, se instalado, da ocorrência de quaisquer destas situações.

A regulamentação do CMN exige ainda que as instituições financeiras e determinadas outras entidades com patrimônio de referência igual ou maior do que R$1 bilhão criem um órgão corporativo designado o "comitê de auditoria".

Para obter maiores informações a respeito do comitê de auditoria, vide “Item 6. Conselheiros, Diretoria e Funcionários - C. Práticas do Conselho de Administração – Comitês de Assessoramento ao Conselho – Comitê de Auditoria”.

Política de Responsabilidade Socioambiental

Em 28 de abril de 2014, o CMN editou uma nova regulamentação que estabelece as diretrizes para a implementação de políticas de responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras brasileiras (“Políticas de Responsabilização”). As Políticas de Responsabilização devem orientar as ações sociais e ambientais das instituições financeiras brasileiras na condução de seus negócios, sua relação com seus clientes e outros usuários de seus produtos e serviços. As Políticas de Responsabilização também devem orientar o relacionamento das instituições financeiras com o seus funcionários e com quaisquer outras pessoas afetadas pelas atividades da instituição financeira. Além disso, as Políticas de Responsabilização devem prover a gestão dos riscos sociais e ambientais (que, de acordo com o Banco Central do Brasil, é uma das várias categorias de risco a que as instituições financeiras estão expostas). As instituições financeiras são obrigadas a ter uma Política de Responsabilização e um plano de ação para orientar a sua execução concluída até 28 de fevereiro de 2015, para as instituições financeiras obrigadas a implementar o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (“ICAAP”), ou 31 julho de 2015 para o restante instituições financeiras.

Nós, como instituição financeira obrigada a implementar o ICAAP, já desenvolvemos nossa nova Política de Responsabilização Socioambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CMN para as instituições financeiras brasileiras.

Defesa do Consumidor

Os relacionamentos entre os consumidores e as instituições financeiras são regidos pela Lei nº 8078, datada de 11 de setembro de 1990 (o “Código de Proteção ao Consumidor Brasileiro”), que concede aos consumidores determinados direitos e define medidas a serem observadas pelos fornecedores, as quais devem ser cumpridas pelas instituições financeiras. O Código de Proteção ao Consumidor determina como direitos do consumidor, entre outros, o auxílio ou a facilitação na defesa dos direitos do consumidor, incluindo pela inversão do ônus da prova a seu favor e a possibilidade de revisão judicial das disposições contratuais consideradas abusivas.

Além disso, a regulamentação bancária estabelece procedimentos que devem ser observados pelas instituições financeiras ao contratar qualquer operação, bem como ao prestar serviços. Nós podemos destacar os seguintes exemplos de tais procedimentos:

- fornecimento tempestivo das informações necessárias para permitir o processo de livre escolha e tomada de decisão pelo cliente e pelo usuário, incluindo direitos, deveres, responsabilidades, custos ou vantagens, penali-

dades e possíveis riscos ao realizar uma transação ou prestar um serviço;

- fornecimento tempestivo, ao cliente ou usuário, contratos, recibos, declarações, consultoria e outros documentos relacionados às transações e serviços, assim como a possibilidade de cancelar tempestivamente os contratos;

- formalização de um instrumento adequado que preveja os direitos e obrigações para abertura, uso e manutenção de uma conta de pagamento pós-paga;

- encaminhamento de um instrumento de pagamento à residência do cliente ou usuário, ou possibilitar o respectivo instrumento apenas mediante solicitação ou autorização expressas; e

- identificação dos usuários finais beneficiários dos pagamentos ou da transferência em extratos ou faturas do pagador, incluindo nas situações em que o serviço de pagamento envolva a participação das instituições nos diferentes acordos de pagamento.

Ouvidoria

As instituições financeiras e outras entidades que estão autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil devem ter uma ouvidoria para facilitar a comunicação entre as instituições e seus clientes e para cumprir a legislação de defesa do consumidor, bem como o aperfeiçoamento de produtos e serviços ao cliente. As instituições que fazem parte de um grupo financeiro estão autorizadas a estabelecer um departamento de ouvidoria para atender a todo o grupo. O diretor responsável pela ouvidoria deve elaborar um relatório a cada seis meses e sempre que um evento substancial seja identificado de acordo com as instruções do Banco Central do Brasil.

Regulamentação da Indústria de Fundos de Investimentos

Os fundos de investimento estão sujeitos à regulamentação e supervisão do CMN e da CVM e, em determinadas questões específicas, do Banco Central do Brasil. Os fundos de investimentos podem ser administrados pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de poupança, bancos de investimentos, companhias de crédito, financiamento e investimento e pelas companhias de corretagem e distribuição dentro de determinados limites operacionais.

Os fundos de investimentos podem investir em qualquer tipo de instrumento financeiro disponível nos mercados financeiro e de capitais incluindo, por exemplo, instrumentos de renda fixa, ações, debêntures e produtos derivativos, ficando estabelecido que, além da denominação do fundo, uma referência ao tipo pertinente de fundo deve ser incluída.

Os fundos de investimentos não podem:

- ter mais do que 10% de seu patrimônio líquido investido em títulos de um único emissor que seja uma companhia aberta (e não seja uma instituição financeira), seus controladores, controladas e afiliadas, ou outro fundo de investimentos; e

- ter mais do que 20% de seu patrimônio líquido investido em títulos emitidos por uma instituição financeira (incluindo o gestor do fundo), seus controladores, controladas e afiliadas.

Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras

As empresas corretoras e distribuidoras fazem parte do sistema financeiro nacional e estão sujeitas a regulamentação e supervisão do CMN, do Banco Central do Brasil e da CVM. As corretoras devem ser credenciadas pelo Banco Central do Brasil e são as únicas instituições no Brasil autorizadas a negociar na bolsa de valores. As corretoras e distribuidoras podem agir como subscritoras na oferta pública de títulos e podem se envolver na corretagem de câmbio em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras e distribuidoras não podem executar operações que possam ser qualificadas como concessão de empréstimos a seus clientes, incluindo a cessão de direitos com exceções limitadas; cobrar comissões de seus clientes

relacionadas às transações de títulos durante a distribuição primária; adquirir imóveis que não sejam para seu uso próprio; ou obter empréstimos em instituições financeiras, exceto por (i) empréstimos para a aquisição de bens para uso em relação ao objeto social da empresa ou (ii) empréstimos cujo valor não exceda duas vezes o patrimônio líquido da empresa em questão.

Mercado de Câmbio

As transações envolvendo a venda e compra de moeda estrangeira no Brasil podem ser realizadas apenas pelas instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio. No momento, não há limites às posições cambiais compradas ou vendidas em moeda estrangeira para bancos autorizados a operar no mercado de câmbio. Outras instituições dentro do sistema financeiro nacional não estão autorizadas a deter posições vendidas de câmbio, embora não haja limites em relação às posições cambiais compradas.

O Banco Central do Brasil impõe um limite para a exposição líquida das instituições financeiras brasileiras, e de suas afiliadas, a ativos e dívida sujeitos à moeda estrangeira e flutuação do ouro. Atualmente, o limite equivale a 30% do patrimônio líquido ajustado da instituição.

As penalidades devido ao descumprimento dos limites da posição em moeda estrangeira variam da venda compulsória de moeda estrangeira até a revogação da autorização para operar no mercado de câmbio.

Em 16 de dezembro de 2013, o Banco Central Brasileiro emitiu uma série de normas que substituíram o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (“RMCCI”) do Banco Central do Brasil em 3 de fevereiro de 2014. Essas normas destinam-se a otimizar e simplificar a regulamentação que envolve o mercado de câmbio, o capital brasileiro no exterior e o capital estrangeiro no Brasil que anteriormente eram contemplados pelo RMCCI. As novas normas cambiais também visam prever situações que não eram contempladas nas regulamentações anteriores.

Investimento Estrangeiro em Instituições Financeiras Brasileiras

A constituição brasileira permite que pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras somente invistam em ações com poder de voto de instituições financeiras brasileiras se tiverem a autorização específica do Presidente da República com base em interesse nacional ou reciprocidade. Um decreto datado de 13 de novembro de 1997, emitido em relação ao Banco Meridional do Brasil S.A. (nosso antecessor legal) permite 100% de participação estrangeira em nosso capital social. Investidores estrangeiros podem adquirir as ações emitidas pelo Santander Brasil em virtude desse decreto. Além disso, investidores estrangeiros podem adquirir ações de instituições financeiras brasileiras sem direito a voto, negociadas publicamente negociadas em bolsa de valores ou certificados de depósitos de valores mobiliários oferecidos no exterior, representando ações sem autorização específica.

Ademais, a constituição brasileira proíbe que instituições financeiras estrangeiras abram novas filiais ou subsidiárias no Brasil, salvo quando devidamente autorizadas pelo Presidente da República e pelo Banco Central do Brasil. Uma instituição financeira estrangeira devidamente autorizada a operar no Brasil através de uma filial ou subsidiária está sujeita às mesmas regras, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer instituição financeira brasileira.

Correspondentes Bancários

As instituições financeiras são autorizadas a prestar serviços específicos a clientes, incluindo serviços prestados a consumidores, através de outras entidades. Estas entidades são chamadas “correspondentes bancários” e o relacionamento entre a instituição financeira e o correspondente bancário é regulamentada por norma específica emitida pelo CMN e está sujeito à supervisão do Banco Central do Brasil.

Regulamentação de Filiais

É necessária autorização do Banco Central do Brasil para operações de filiais ou subsidiárias de instituições financeiras brasileiras, mediante o cumprimento de determinados requisitos de prazo de operação, níveis de capital e patrimônio líquido e apresentação de estudo de viabilidade econômica e financeira.

Também é necessária autorização prévia do Banco Central do Brasil para: (i) alocar novos recursos a filiais ou subsidiárias no exterior; (ii) subscrever aumentos de capital, direta ou indiretamente, em subsidiárias no exterior; (iii) aumentar a participação acionária, direta ou indiretamente, em subsidiárias no exterior; e/ou (iv) efetuar fusões ou cisões, direta ou indiretamente, de subsidiárias no exterior.

O Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras poderão instalar os seguintes estabelecimentos no Brasil (i) agências, (ii) postos de atendimento (teller's booths), (iii) postos de atendimento eletrônico (caixas eletrônicos), e (iv) unidades administrativas separadas, ficando ressalvado que, para os itens (i) a (iii), a conformidade com exigências de capital mínimo e limites operacionais são necessários.

Regulamentação Bancária das Ilhas Cayman

Os bancos e sociedades fiduciárias que desejam realizar negócios a partir das Ilhas Cayman devem ser licenciados pela Autoridade Monetária das Ilhas Cayman em conformidade com a Lei de Bancos e Sociedades Fiduciárias (Versão de 2009) (a "Lei de Bancos e Sociedades Fiduciárias"), independentemente se os negócios serão efetivamente conduzidos nas Ilhas Cayman.

Pela Lei de Bancos e Sociedades Fiduciárias, existem duas categorias principais de licença bancária: uma licença de categoria "A", que permite negócios bancários locais e offshore ilimitados, e uma licença de categoria "B", que permite principalmente negócios bancários no exterior. O titular de uma licença de categoria "B" pode manter um escritório nas Ilhas Cayman e realizar negócios com outras licenciadas e sociedades offshore, mas, salvo sob circunstâncias limitadas, não poderão realizar negócios bancários localmente com o público ou com residentes das Ilhas Cayman. Temos uma licença de categoria "B" ilimitada.

Não existem exigências específicas de coeficiente ou liquidez na Lei de Bancos e Sociedades Fiduciárias, mas a Autoridade Monetária das Ilhas Cayman espera o cumprimento de práticas bancárias prudentes, e a Lei de Bancos e Sociedades Fiduciárias impõe uma exigência de patrimônio líquido mínimo de valor igual a CI$400.000 (ou, no caso de licenciadas portando uma licença de categoria "B" restrita ou uma licença fiduciária restrita, CI$20.000).

Regulação Financeira Americana - Volcker Rule

Em 21 de julho de 2010, os Estados Unidos da América promulgaram o *Dodd-Frank Act* (a "Lei Dodd-Frank"), a qual prevê uma ampla estrutura para alterações regulatórias significativas que se estendem a quase todas as áreas da regulação financeira dos EUA. A Volcker Rule, prevista na Lei Dodd-Frank, proíbe as "entidades bancárias" de se envolverem em determinadas formas de investimento em carteira própria (proprietary trading) ou de promover ou investir em determinados fundos multimercado, em cada caso sujeitas a determinadas exceções de limites. A Volcker Rule entrou em vigor em 21 de julho de 2012 e em 10 de dezembro de 2013 os regulamentadores dos EUA emitiram normas finais implementando a Volcker Rule. As normas finais também limitam a capacidade das entidades bancárias e de suas afiliadas de realizarem determinadas operações com os fundos cobertos com os quais elas ou suas afiliadas tenham determinados relacionamentos. As normas finais ainda contêm exclusões e determinadas isenções para criação de mercado, hedging, subscrição, negociação com obrigações do governo dos EUA e de agências governamentais, bem como determinadas obrigações de governos estrangeiros, operação exclusivamente fora dos Estados Unidos, além de permitir a retenção de determinadas participações acionárias em determinados tipos de fundos. As normas finais que implementam a Volcker Rule estenderam o período para que todas as entidades bancárias se adaptassem à Volcker Rule e implementassem um programa de conformidade até 21 de julho de 2015. Em dezembro de 2014, o Conselho de Ministros da Receita Federal dos Estados Unidos emitiu uma ordem para prorrogação do período de conformidade geral do Volcker Rule até 21 de julho de 2016 para investimentos em e relacionados a fundo restritos (covered funds) e outros fundos estrangeiros existentes até 31 de dezembro de 2013 ("legado de fundos restritos"), e declarou sua intenção de conceder uma extensão de um ano do período de conformidade até então estabelecido, passando ele para 21 de julho de 2017, para que as "entidades bancárias" possam ajustar suas participações em seus legados de fundos restritos. Esta extensão do período de conformidade não se aplica à proibição da Volcker Rule com relação à atividade de investimento em carteira própria, nem a quaisquer investimentos em fundos restritos realizado após 31 de dezembro de 2013. Entidades bancárias como o Santander Espanha devem adequar suas atividades e investimentos globais às exigências da Volcker Rule até o fim do período de conformidade. O Santander Espanha está avaliando como as normas finais que implementam a Volcker Rule afetarão seus negócios, incluindo o Santander Brasil, e está desenvolvendo e implementando planos para a conformidade dos negócios afetados.

Regulação Antitruste

De acordo com a Lei antitruste brasileira, atos de concentração deverão ser previamente submetidos ao CADE para a aprovação, se os seguintes critérios forem cumpridos: (i) no mínimo um dos grupos envolvidos na negociação tiver registrado receitas brutas anuais ou volume de negócios igual ou superior a R$750 milhões, no Brasil, no ano anterior à transação; e (ii) no mínimo outro grupo tiver registrado receitas brutas anuais ou volume de negócios igual ou superior a R$75 milhões, no Brasil, no ano anterior à transação. O fechamento de uma transação antes de sua aprovação pelo CADE sujeitará as partes a multas que variam de R$60 mil a R$60 milhões.

O Banco Central do Brasil também examina determinadas reestruturações corporativas e outros atos envolvendo duas ou mais instituições financeiras, não apenas considerando seus efeitos potenciais sobre o sistema financeiro e sua estabilidade, mas também eventuais impactos potenciais relacionados à concentração de mercado e concorrência. Quando da aprovação da operação, o Banco Central do Brasil poderá estipular determinadas restrições e exigir que as instituições financeiras celebrem um contrato de controle de concentração de mercado, que estipulará os termos e condições do compartilhamento do ganho de eficiência resultante do ato.

Leis de Insolvência Referentes às Instituições Financeiras

As instituições financeiras estão sujeitas aos procedimentos estabelecidos pela Lei 6.024 de 13 de março de 1974 (“Lei 6.024”), que estabelece as disposições aplicáveis em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial por parte do Banco Central do Brasil, bem como aos processos de falência.

A intervenção e liquidação extrajudicial ocorrem quando o Banco Central do Brasil determina que a instituição financeira está em condições financeiras ruins ou mediante a ocorrência de eventos que possam afetar a situação dos credores. Tais medidas são impostas pelo Banco Central do Brasil para evitar a falência da entidade.

Intervenção

Uma intervenção pode ser realizada a critério do Banco Central do Brasil nos seguintes casos:

- risco para os credores devido à má administração;
- violação consistente das leis ou regulamentações bancárias brasileiras; ou
- se a intervenção é uma alternativa possível à liquidação da instituição financeira.

A partir da data de sua determinação, a intervenção deverá automaticamente suspender a exigibilidade das obrigações a pagar, evitar a rescisão antecipada ou vencimento de quaisquer obrigações previamente contratadas; e congelar os depósitos existentes na data na qual a intervenção foi decretada.

A intervenção cessará se as partes interessadas se comprometerem a continuar as atividades econômicas da instituição financeira, apresentando as necessárias garantias, conforme determina o Banco Central do Brasil, quando a situação da entidade for regularizada, conforme determina o Banco Central do Brasil; ou quando a liquidação extrajudicial ou falência da entidade for decretada.

A intervenção também pode ser decretada mediante solicitação da administração de uma instituição financeira.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial é um processo administrativo decretado pelo Banco Central do Brasil (exceto instituições financeiras controladas pelo governo federal brasileiro) e realizado por um liquidante indicado pelo Banco Central do Brasil. A medida extraordinária visa encerrar as atividades da instituição financeira afetada, liquidando seus ativos e pagando suas obrigações, como em uma falência decretada judicialmente. O Banco Central do Brasil liquidará extrajudicialmente uma instituição financeira se:

- a situação econômica ou financeira da instituição correr risco, particularmente quando a instituição deixa de cumprir suas obrigações em seus vencimentos, ou mediante a ocorrência de um evento que poderia indicar um estado de insolvência nos termos das normas da Lei de Falências;

- a administração violar de forma grave a leis, regulamentações ou normas bancárias brasileiras;

- a instituição sofrer um prejuízo que submeta seus credores não privilegiados e não garantidos a sério risco; e/ou

- mediante revogação da autorização para operar, a instituição não iniciar os procedimentos de liquidação ordinária no prazo de noventa dias ou, quando iniciados, o Banco Central do Brasil determinar que o ritmo da liquidação pode prejudicar os credores da instituição.

Um pedido de liquidação poderá ser realizado em bases razoáveis pelos executivos da respectiva instituição financeira ou pelo interventor indicado pelo Banco Central do Brasil no procedimento de intervenção.

O decreto de liquidação extrajudicial deverá: (i) suspender as ações ou executar os direitos e interesses relacionados aos bens patrimoniais da entidade que está sendo liquidada, enquanto nenhuma outra ação ou execução possa ser realizada durante a liquidação, (ii) acelerar as obrigações da entidade; e (iii) interromper os prazos prescricionais em relação às obrigações assumidas pela instituição.

Os procedimentos de liquidação extrajudicial podem ser encerrados:

- por decisão discricionária do Banco Central do Brasil no caso em que as partes envolvidas se comprometam a administrar a instituição financeira após o fornecimento das garantias necessárias; ou

- quando as contas finais do interventor forem entregues e aprovadas e subsequentemente registradas nos registros públicos pertinentes; ou

- quando convertidos em liquidação ordinária; ou

- quando houver a declaração de falência de uma instituição financeira.

Regime de Administração Especial Temporária – RAET

Além dos procedimentos de intervenção descritos acima, o Banco Central do Brasil também pode estabelecer o RAET, nos termos da Lei 9.447 datada de 14 de março de 1997, combinada à Lei 6.024, a qual é uma forma menos rígida de intervenção do Banco Central do Brasil em instituições financeiras privadas e públicas não federais, a qual permite que as instituições continuem operando normalmente. O RAET pode ser decretado em caso de uma instituição que:

- entre continuamente em operações repetidas que estejam contra as políticas econômicas ou financeiras definidas em lei federal;

- em frente a uma escassez de ativos;

- não cumpra com as normas de reservas compulsórias;

- revele a existência de obrigações ocultas;

- experimente a ocorrência de situações que causem a intervenção nos termos da legislação vigente;

- tenha administração negligente ou fraudulenta; ou

- realize atividades que peçam uma intervenção.

O principal objetivo de um RAET é auxiliar a recuperação da condição financeira da instituição sob administração especial e, portanto, evitar a intervenção e/ou liquidação. Portanto, o RAET não afeta os negócios, operações, obrigações ou direitos regulares da instituição financeira, a qual continua operando no curso normal dos negócios.

Não existe um prazo mínimo para um RAET, o qual cessa mediante a ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) aquisição pelo governo federal brasileiro do controle da instituição financeira, (ii) reestruturação corporativa, incorporação, desdobramento, fusão ou transferência da participação majoritária da instituição financeira, (iii) decisão por parte do Banco Central do Brasil ou (iv) declaração de liquidação extrajudicial da instituição financeira.

Lei de Falências

A Lei 11.101 (a "Lei de Falências"), regulamenta as reorganizações judiciais, as reorganizações extrajudiciais e a falência de pessoas físicas e jurídicas que ocorreu desde 2005 e aplica-se a instituições financeiras apenas em relação às questões que não sejam regulamentadas especificamente pelos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial, descritos acima.

Pagamento de Credores em uma Liquidação ou Falência

No caso de liquidação extrajudicial ou falência de uma instituição financeira, os credores são pagos de acordo com suas prioridades e privilégios. Os créditos anteriores ao pedido são pagos proporcionalmente na seguinte ordem: créditos trabalhistas; créditos garantidos; créditos fiscais; créditos com privilégios especiais; créditos com privilégios gerais; créditos não garantidos; multas contratuais e penalidades pecuniárias por violação de leis administrativas ou criminais, incluindo aquelas de natureza fiscal; e créditos subordinados.

A legislação em vigor confere imunidade contra penhor de depósitos compulsórios mantidos por instituições financeiras junto ao Banco Central do Brasil. Tais depósitos não podem ser penhorados em ações por parte de credores gerais do banco para pagamento das dívidas, e exige que os ativos de qualquer banco insolvente financiados por empréstimos feitos por bancos estrangeiros em linhas de financiamentos mercantis sejam usados para pagar os montantes devidos nos termos de tais linhas, preferencialmente àqueles montantes devidos aos credores em geral de tal banco insolvente.

Fundo Garantidor de Crédito – FGC

A finalidade do FGC é garantir o pagamento dos recursos depositados nas instituições financeiras em caso de intervenção, liquidação, falência ou insolvência. O FGC é financiado por contribuições ordinárias realizadas pelas instituições financeiras no valor de até 0,0125% do valor total de saldos em aberto das contas correspondentes às obrigações garantidas, e certas contribuições especiais, conforme determinado. O atraso na realização dessas contribuições é sujeito a uma multa de 2% sobre o valor da contribuição.

O valor total de crédito na forma de depósitos à vista, depósitos em poupança, depósitos a prazo, depósitos mantidos em contas bloqueadas para transações com cheques (para o registro e controle de recursos relativos à prestação de serviços de pagamento de salário, rendimento, aposentadoria), letras de câmbio, letras imobiliárias, letras hipotecárias, carta de crédito imobiliário e contratos de recompra e revenda, cujos objetos sejam os instrumentos emitidos após 8 de março de 2012 por uma sociedade do mesmo grupo devidos a cada cliente por uma instituição financeira (ou por instituições financeiras do mesmo grupo financeiro) será garantido pelo FGC até o máximo de R$250.000 por cliente. Quando os ativos do FGC atingirem 2% dos valores totais que eles garantem, o CMN poderá suspender temporariamente ou reduzir a contribuição das instituições financeiras para o FGC. O volume de depósitos que as instituições financeiras podem aceitar com a garantia concedida pelo FGC será reduzido em 20% a cada ano a partir de janeiro de 2012 até janeiro de 2016, encerrando assim tal seguro em 2016.

Tributação

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O IRPJ é calculado à taxa de 15,0%, mais uma sobretaxa de 10,0% que incide sobre os lucros que excederem o montante de R$240.000 por ano e a CSLL é calculada a uma taxa de 15,0% para as instituições financeiras e 9,0% para as companhias, após ajustes a serem determinados pela legislação fiscal.

Os passivos e ativos de impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre a base contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, perdas fiscais e ajustes ao valor justo de valores mobiliários e instrumentos derivativos.

De acordo com os requisitos das regulamentações atuais, a realização esperada dos ativos de imposto diferido se baseia em projeções de resultados futuros e em um estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander.

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 (Artigos 37 e 38), que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas calculados na determinação da receita líquida, não tiveram nenhum efeito para a finalidade de determinação do lucro tributável de uma pessoa jurídica que tenha optado pelo Regime Tributário de Transição (RTT) usado para a finalidade fiscal das regulamentações em vigor em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos fiscais da adoção de tais normas são registrados, para fins contábeis, no ativo e passivo diferido correspondentes.

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 estabelece o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para 2014 ou 2015, dependendo da opção de cada contribuinte. A referida Lei veio finalmente disciplinar os efeitos tributários decorrentes da adoção pelo Brasil dos critérios internacionais de contabilidade (IFRS).

Imposto sobre Serviços (ISS)

Cada Município e o Distrito Federal são responsáveis por definir a taxa atual aplicável do ISS, a qual é cobrada sobre o valor dos serviços onde o Grupo tenha filiais ou centros administrativos. As alíquotas variam de 2,0% a 5,0% e dependem da natureza do serviço.

Alíquotas de PIS e COFINS

O PIS e a COFINS devidos por instituições financeiras e entidades assemelhadas, conforme definido em lei, são devidos às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. Incidem de forma cumulativa sobre o faturamento, entendido como a totalidade das receitas operacionais auferidas pela pessoa jurídica, deduzidas despesas pontuais, como, por exemplo, as despesas incorridas com captações de recursos.

As entidades não financeiras são tributadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,6% do PIS e da COFINS, respectivamente e estão sujeitas a incidência não cumulativa que, consiste na dedução de determinados dispêndios da base de cálculo do tributo, tal como admitido pela legislação.

Alterações Recentes na Legislação Fiscal Federal Brasileira

Em 14 de maio de 2014, a Lei nº 12.973 (a "Lei Fiscal de 2014") foi publicada, alterando a legislação fiscal com relação a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Lei Fiscal de 2014 trata dos seguintes assuntos, dentre outros:

- os efeitos fiscais relacionados ao IFRS;
- a revogação do Regime Tributário Transitório –– RTT, o qual foi implementado para neutralizar temporariamente os efeitos fiscais relacionados ao IFRS até a edição da Lei Fiscal de 2014;
- a avaliação de sociedades controladas usando o método de avaliação patrimonial, incluindo novos dispositivos para o tratamento fiscal aplicável ao ágio ou ao deságio oriundo do investimento em tais entidades;
- o regime fiscal aplicável a lucros, dividendos e juros sobre capital próprio pago por sociedades brasileiras;
- criação de um novo regime para sociedades controladas por estrangeiros– regras CFC– e os consequentes efeitos fiscais decorrentes da renda obtida no exterior por subsidiárias brasileiras ou afiliadas; e

- uma nova base fiscal para o PIS e COFINS para instituições financeiras que inclui as receitas de atividades principais de tais sociedades.

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

O IOF é um tributo cobrado sobre operações de crédito, de câmbio, de seguros e com títulos e valores mobiliários e é aplicado às seguintes operações e de acordo com as seguintes alíquotas:

Operação[(1)]	**Alíquota Máxima por Lei**	**Alíquota Atual**
Crédito concedido por instituições financeiras e entidades não financeiras	1,5%	Até 0,0041% ao dia para empréstimos contratados por pessoas jurídicas e 0,0082% ao dia por pessoas físicas. Aplica-se uma alíquota adicional de 0,38% em ambos os casos.
Transações relativas a títulos e valores mobiliários[(2)]	1,5% ao dia	0,5% ao dia para determinados fundos de investimento 0% sobre operações com participação acionária e determinados valores mobiliários de dívida, tais como debêntures e certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) 1% ao dia sobre operações com renda fixa derivadas de títulos públicos ou privados, e fundos de investimentos em renda fixa limitados a determinadas porcentagens do rendimento obtido do investimento, regressiva em razão do prazo da aplicação, até atingir zero no 30º dia da data do investimento 0% sobre a cessão de valores mobiliários para permitir a emissão de Depositary Receipts (DRs) no exterior
Transações relativas a derivativos	25%	0% sobre o valor nominal da compra e venda ajustada ou do vencimento do contrato de derivativo financeiro no país que resulte individualmente em maior exposição de câmbio sobre uma posição devedora 0% sobre contratos de derivativos para proteger contra riscos inerentes à flutuação de preço de câmbio resultante de contratos de exportação assinados por uma pessoa física ou jurídica que resida ou seja domiciliada no país 0% sobre outras operações com contratos de derivativos não expressamente mencionados pela lei tributária
Operações de seguro realizadas por seguradoras	25%	2,38% para seguro saúde 0,38% para seguro de vida 7,38% para outros tipos de seguro

Operações de câmbio[2]	25%	0,38% (regra geral) 6,38% sobre operações com cartões de crédito a partir de 27 de abril de 2011 6,38% sobre saques no exterior com uso de cartões de crédito ou de débito a partir de 28 de dezembro de 2013 6,38% sobre aquisição de cheques de viagens ou carregamento de cartão internacional pré-pago a partir de 28 de dezembro de 2013 0% para remessa de recursos relacionados a empréstimos obtidos no exterior (independente do prazo) e para a entrada de recursos relacionados a empréstimos obtidos no exterior para prazos superiores a 360 dias. 6% para remessas do exterior relacionadas a empréstimos que permanecerão no Brasil por prazos menores que ou iguais a 360 dias. 0% para operações interbancárias 0% para operações de câmbio relacionadas à saída de receitas do Brasil para a remessa de juros sobre o capital próprio e dividendos a serem recebidos por investidores estrangeiros 0% para operações de câmbio, inclusive por meio de operações de câmbio simultâneas, para a entrada de recursos de investidores estrangeiros nos mercados financeiros e de capital brasileiros, exceto os investimentos de renda variável em bolsas de valores e compras de ações como parte de uma oferta pública inicial, bem como investimentos em determinados fundos privados de participação, não estão sujeitos à taxa do IOF 0% para operações de câmbio, inclusive por meio de operações de câmbio simultâneas para a entrada de recursos de investidores estrangeiros para fins de exigências iniciais ou adicionais de margem em relação a operações em bolsas de valores 0% para operações de câmbio para a saída de recursos investidos por investidores estrangeiros nos mercados financeiros e de capital brasileiros 0% para operações de câmbio para a entrada e saída de recursos investidos por investidores estrangeiros, inclusive por meio de operações de câmbio simultâneas, em certificados de depósitos de valores mobiliários, conhecidos como Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários ou BDRs. 0.38% para operações simultâneas de câmbio efetuadas em ou após 1º de dezembro de 2011, para o ingresso de recursos de investidores estrangeiros derivados da conversão de investimentos diretos no Brasil feitos em conformidade com a Lei 4.131/62 em investimentos em ações negociáveis em bolsa 0% para receitas relacionadas à exportação de operações de bens e serviços

(1) As operações mencionadas na tabela destinam-se somente a fins de ilustração e não refletem uma lista extensa de operações sujeitas ao IOF.

(2) Existem algumas isenções ou casos específicos em que a alíquota aplicável é zero.

FATCA

A *Foreign Account Tax Compliance Act* (“FATCA”) tornou-se lei nos Estados Unidos em 18 de março de 2010. A legislação exige que instituições financeiras estrangeiras (“FFIS”) (tais como o Santander Brasil) celebrem um acordo FFI e concordem em identificar e fornecer à Receita Federal dos Estados Unidos ("IRS") informações acerca de contas mantidas por cidadãos americanos e determinadas entidades estrangeiras de propriedade de norte-americanos ou que, de outra forma, são tributados a 30% de imposto retido na fonte sobre seus pagamentos. Além disso, FFIS que celebraram um acordo FFI serão obrigadas a reter tributos sobre pagamentos feitos às FFIS que não celebraram um acordo FFI, titulares de conta que cujas informações são insuficientes para classificá-lo como correntistas americano ou não, e titulares de contas nos Estados Unidos que não concordem com os reportes realizados pelas FFIS à IRS.

Em 23 de setembro de 2014, o Brasil e os Estados Unidos anunciaram que firmaram um acordo intergovernamental (“IGA”) para melhorar o cumprimento internacional das obrigações fiscais e para implementar o FATCA. O IGA estabelece um intercâmbio bilateral anual automático de informações com as autoridades fiscais dos Estados Unidos. Nos termos deste acordo, as instituições financeiras brasileiras serão obrigadas a fornecer determinadas informações sobre seus correntistas norte-americanos para as autoridades fiscais brasileiras (Receita Federal do Brasil), que vai compartilhar essa informação com a IRS. O IGA somente produzirá efeitos no Brasil depois de ser aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pela presidente do Brasil.

O cumprimento com a exigida identificação, retenção e obrigação de comunicação requer um investimento significativo na estrutura de compliance e reporte de uma FFI. Continuamos a acompanhar de perto os desenvolvimentos relativos FATCA e estamos coordenando a sua aplicação com todas as autoridades competentes.

Divulgação conforme o Artigo 219 da lei de redução de ameaça do Irã e de direitos humanos da Síria

De acordo com o Artigo 219 da Lei de Redução de Ameaça do Irã e de Direitos Humanos da Síria de 2012, que acrescentou o Artigo 13(r) à Lei de Bolsas de 1934, e suas alterações posteriores (“Lei de Bolsas”), um emitente é obrigado a divulgar em seus relatórios anuais ou trimestrais, conforme for aplicável, se ele ou qualquer uma de suas afiliadas conduziu intencionalmente em determinadas atividades, transações ou negociações em relação ao Irã ou com pessoas ou empresas designadas de acordo com determinadas Ordens do Executivo. A divulgação é, em geral, exigida mesmo quando as atividades, transações ou negociações foram conduzidas em conformidade com as leis aplicáveis.

As seguintes atividades são divulgadas em resposta à Cláusula 13(r) a respeito de afiliadas do Santander Brasil no Grupo Santander:

(a) O Santander UK mantém contas poupança e corrente para três clientes residentes no Reino Unido que no momento são designados pelos Estados Unidos como terroristas. As contas de cada cliente foram bloqueadas após a designação do cliente e permaneceram bloqueadas e inativas durante todo o ano de 2014. Nenhuma receita foi gerada pelo Santander UK com essas contas. A conta bancária aberta para um desses clientes foi fechado no quarto trimestre de 2014.

(b) Um cidadão iraniano, residente no Reino Unido, que está atualmente designado pelos Estados Unidos nos termos das Regulamentações Iranianas de Sanções Financeiras e de Não-Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("NPWMD"), detinha uma hipoteca com o Santander UK que foi emitida antes de qualquer referida designação. Nenhum saque posterior foi feito (ou seria permitido) nessa hipoteca, apesar de continuarmos a receber as parcelas de amortização. Em 2014, a receita total a respeito da hipoteca foi de aproximadamente £2.580, enquanto os lucros líquidos não foram significativos com relação aos lucros gerais do Santander UK. O Santander UK não pretende celebrar

nenhum novo relacionamento com esse cliente e quaisquer desembolsos serão feitos somente de acordo com as sanções aplicáveis. Esse mesmo cidadão iraniano também detém duas contas de investimento no Santander Asset Management UK Limited, parte do Santander Group. As contas permaneceram bloqueadas durante todo o durante 2014. Os retornos do investimento estão sendo reinvestidos automaticamente, e nenhum desembolso foi feito para o cliente. A receita total do Santander Group a respeito das contas de investimento foi de aproximadamente £250, enquanto os lucros líquidos em 2013 não foram significativos, comparados aos lucros gerais do Santander Spain em bases consolidadas.

(c) Adicionalmente, durante o terceiro trimestre de 2014, o Santander UK identificou dois clientes adicionais. Um nacional do Reino Unido designado pelos Estados Unidos sob o programa de sanções NPWMD mantinha uma conta comercial. Nenhuma transação foi realizada e a conta foi fechada no quarto trimestre de 2014. Nenhuma receita ou lucro foi gerado. Um segundo nacional do Reino Unido designado pelos Estados Unidos por terrorismo manteve uma conta pessoal e uma conta de cartão de crédito pessoal, ambas as quais foram fechadas no terceiro trimestre. Embora tenham ocorrido transações na conta corrente durante o terceiro trimestre de 2014, receitas e lucros gerados foram insignificantes. Nenhuma transação ocorreu com o cartão de crédito.

Além disso, o Grupo Santander tem determinados créditos de exportação concedidos e garantias de cumprimento junto ao Bank Mellat, os quais estão incluídos na Lista de Pessoas Bloqueadas e Cidadãos Especialmente Designados da Agência de Controle de Ativos no Exterior do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América. O Santander Spain firmou duas linhas de crédito bilateral em fevereiro de 2000 no valor total do principal de €25,9 milhões. Ambas as linhas de crédito venceram em 2012. Além disso, em 2005 o Santander Spain participou de um consórcio de linhas de crédito para o Bank Mellat de €15,5 milhões, que vence em 6 de julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Santander era credor de €2,3 milhões nos termos dessa linha de crédito.

O Bank Mellat está inadimplente nos termos de todos esses contratos nos últimos anos e o Santander Spain tem sido e espera continuar sendo pago por todos os valores vencidos por agências oficiais de crédito à exportação, as quais seguram entre 95% e 99% dos valores em aberto nos termos dessas linhas de crédito. Nenhum fundo foi estendido pelo Santander Spain nos termos dessas linhas de crédito desde que foram concedidas.

O Grupo Santander também tem determinadas garantias de cumprimento legadas em benefício do Bank Sepah e do Bank Mellat (cartas de crédito em garantia às obrigações – seja nos termos dos documentos de concorrência ou nos termos de acordos contratuais – de contratados que participaram de concorrências públicas no Irã) que existiam anteriormente a 27 de abril de 2007. Entretanto, caso algum dos contratados não cumpra suas obrigações os termos das concorrências públicas, o Grupo Santander não poderia pagar quaisquer valores devidos ao Bank Sepah ou Bank Mellat, porque tais pagamentos estariam congelados nos termos do Regulamento do Conselho (UE) nº 961/2010.

O total das operações descritas acima resultou em receitas brutas de aproximadamente €41.000 e perda líquida de aproximadamente €80.500 para o Grupo Santander em no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, todas como resultado do pagamento pelas agências de crédito à exportação e não por qualquer entidade iraniana. O Grupo Santander adotou medidas significativas para retirar-se do mercado iraniano, como fechamento de seu escritório de representação no Irã e cessação de todas as atividades bancárias naquele país, incluindo relacionamentos como correspondente, aceite de depósitos de entidades iranianas e emissão de cartas de crédito à exportação, exceto pelas transações concedidas descritas acima. O Grupo Santander não tem permissão contratual para cancelar esses acordos sem (i) pagar o valor garantido – pagamento esse que estaria congelado, conforme foi explicado acima (no caso de garantia de cumprimento), ou (ii) cancelar os valores pendentes que lhe são devidos (no caso de créditos à exportação). Dessa forma, o Grupo Santander pretende continuar fornecendo as garantias e deter esses ativos, de acordo com a política da companhia e com as leis aplicáveis.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações do Santander Brasil apresentadas a seguir foram incluídas para fins analíticos, tendo sido extraídas e devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas contidas neste documento assim como o “Item 5. Análise Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

Os valores médios incluídos no balanço patrimonial foram calculados com base na média dos saldos mensais em 13 datas: em 31 de dezembro do ano anterior e dos saldos de final de mês dos 12 meses subsequentes. Os dados médios da demonstração de resultado e do balanço patrimonial e outras informações estatísticas foram elaborados em uma base

anual consolidada. Acreditamos que os valores médios aqui apresentados refletem, em todos os aspectos relevantes, nossa situação financeira e os resultados das operações nas datas e nos períodos especificados.

As informações estatísticas selecionadas apresentadas a seguir incluem informações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010 extraídas de demonstrações financeiras auditadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) conforme emitidas pelo IASB. Vide "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações" e "Item 3. Informações Relevantes – 3.A Dados Financeiros Selecionados".

Balanço Médio e Taxas de Juros

As tabelas a seguir apresentam nossos balanços e taxas de juros médios para cada um dos exercícios apresentados. Nas tabelas abaixo e nas tabelas sob os títulos "Variação da Receita de Juros Líquida — Análise de Volume e Taxas" e "Ativos — Ativos Remunerados — Taxa de Remuneração", (i) informamos os saldos médios brutos, antes da compensação com as nossas provisões para perdas de crédito, exceto pelos valores dos ativos totais médios, os quais incluem essa compensação; e (ii) todos os valores médios foram calculados com base nos saldos de final de mês, o que não é significativamente diferente de ter usado médias diárias. Paramos de contabilizar juros sobre empréstimos quando eles ultrapassam 60 dias vencidos. Todos os nossos empréstimos com juros não contabilizados estão incluídos na tabela sob o título "Outros ativos".

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de								
	2014			**2013**			**2012**		
	Saldo Médio	**Juros**	**Taxa Média**	**Saldo Médio**	**Juros**	**Taxa Média**	**Saldo Médio**	**Juros**	**Taxa Média**
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens**)**								
Ativo e Receita de Juros									
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	58.129	5.952	10,2%	54.966	6.797	12,4%	57.249	5.731	10,0%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	34.933	4.115	11,8%	34.605	751	2,2%	25.177	1.042	4,1%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	215.524	37.084	17,2%	200.060	35.737	17,9%	187.060	38.735	20,7%
Instrumentos de dívida	88.968	10.419	11,7%	65.699	6.529	9,9%	61.012	6.082	10,0%
Outros ativos remunerados	-	1.354	—	-	1.403	—	-	1.070	-
Total de ativos remunerados por juros	**397.554**	**58.924**	**14.8%**	**355.329**	**51.217**	**14,4%**	**330.498**	**52.661**	**15,9%**
Instrumentos de patrimônio	3.314	222	6,7%	2.753	81	3,0%	2.224	94	4,2%
Participações em coligadas	1.073	-	-	799	-	-	444	-	-
Total de ativos remunerados	**401.940**	**59.146**	**14,7%**	**358.881**	**51.298**	**14,3%**	**333.166**	**52.754**	**15,8%**
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	3.088	-	-	3.326	-	-	4.793	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	1.638	-	-	2.777	-	-	2.792	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável	(13.750)	-	-	(14.198)	-	-	(12.647)	-	-
Outros ativos	49.301	-	-	48.316	-	-	43.383	-	-
Ativo tangível	6.725	-	-	6.227	-	-	5.316	-	-
Ativo intangível	29.625	-	-	29.955	-	-	31.340	-	-
Total de ativos médios	**478.560**	**59.146**	**12,4%**	**435.286**	**51.298**	**11,8%**	**408.143**	**52.754**	**12,9%**
Passivo e Despesa de Juros									
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de Instituições de Crédito	42.563	3.216	7,6%	34.673	1.774	5,1%	38.421	1.585	4,1%
Depósitos de clientes	195.177	18.079	9,3%	183.234	13.517	7,4%	167.863	13.494	8,0%

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de								
	2014			2013			2012		
	Saldo Médio	Juros	Taxa Média	Saldo Médio	Juros	Taxa Média	Saldo Médio	Juros	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)								
Obrigações por títulos e valores mobiliários	67.376	6.347	9,4%	59.711	4.355	7,3%	47.604	3.662	7,7%
Dívidas subordinadas	13.523	1.319	9,8%	9.764	810	8,3%	11.440	1.011	8,8%
Outros passivos financeiros remunerados	-	2.415	-	-	2.281	-	-	1.217	-
Total de passivos remunerados por juros	**318.639**	**31.377**	**9,8%**	**287.382**	**22.738**	**7,9%**	**265.322**	**20.970**	**7,9%**
Depósitos de Instituições de Crédito	164	-	-	176	-	-	197	-	-
Depósitos de clientes - depósitos à vista	13.404	-	-	12.907	-	-	11.797	-	-
Outros passivos	67.536	-	-	53.906	-	-	52.906	-	-
Participações não controladoras	344	-	-	266	-	-	29	-	-
Patrimônio líquido	78.474	-	-	80.650	-	-	77.886	-	-
Total de passivos e patrimônio líquido médios	**478.560**	**31.377**	**6,6%**	**435.286**	**22.738**	**5,2%**	**408.143**	**20.969**	**5,1%**

Variação da Receita de Juros Líquida — Análise de Volume e Taxas

As tabelas a seguir apresentam a variação em nossa receita de juros líquida, considerando as variações no volume médio e as variações na taxa média do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Calculamos as variações de volume com base na movimentação dos saldos médios durante o período e as variações de taxa com base nas oscilações ocorridas nas taxas de juros incidentes sobre a média dos ativos remunerados e a média dos passivos remunerados. Alocamos as variações causadas por mudanças ocorridas tanto no volume quanto na taxa em relação ao volume. As tabelas e notas de rodapé a seguir deverão ser lidas em conjunto com nossas observações feitas em “Balanços e Taxas de Juros Médios”.

	Em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014/2013			Em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013/2012		
	Aumento (redução) devido a variações de					
	Volume	Taxa	Variação Líquida	Volume	Taxa	Variação Líquida
	(em milhões de R$)					
Receitas com Juros e Similares						
Ativos remunerados						
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	374	(1.219)	(845)	(236)	1.302	1.065
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	7	3.357	3.364	308	(599)	(291)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.694	(1.347)	1.347	2.568	(5.566)	(2.998)
Instrumentos de dívida	2.587	1.303	3.890	(466)	(18)	447
Outros ativos remunerados	(49)	-	(49)	333	-	333
Total de ativos remunerados por juros	**5.613**	**2.093**	**7.707**	**3.438**	**(4.882)**	**(1.443)**
Instrumentos de Patrimônio	19	122	141	19	(32)	(12)
Total de ativos remunerados	**5.632**	**2.216**	**7.848**	**3.458**	**(4.913)**	**(1.456)**
Despesas com Juros e Similares						
Passivos remunerado						
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	465	976	1.442	(165)	354	189
Depósitos de clientes	927	3.636	4.563	1.182	(1.159)	23
Obrigações por títulos e valores mobiliários	609	1.383	1.992	892	(199)	693
Dívidas subordinadas	350	159	509	(142)	(59)	(200)

Outros passivos remunerados	134	-	134	1.064	-	1.064
Total de passivos remunerados	**2.485**	**6.154**	**8.639**	**2.831**	**(1.062)**	**1.768**

Ativo

Ativos Remunerados — Taxa de Remuneração

A tabela abaixo analisa a média dos nossos ativos remunerados, receita de juros e dividendos sobre participações societárias e a receita de juros líquida, além de indicar nossos rendimentos brutos, rendimentos líquidos e a taxa de remuneração para cada um dos períodos indicados. As tabelas e notas de rodapé a seguir deverão ser lidas em conjunto com as nossas observações feitas em "Balanços e Taxas de Juros Médios".

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)		
Média de ativos remunerados	401.940	358.881	333.166
Juros e dividendos de participações societárias [(1)]	59.146	51.298	52.754
Receita de juros líquida	27.547	28.479	31.691
Rendimento bruto[(2)]	14,7%	14,3%	15,8%
Rendimento líquido (3)	6,9%	8,0%	9,5%
Taxa de remuneração (4)	4,9%	6,4%	7,9%

(1) Total de ativos remunerados somados aos dividendos de empresas contabilizadas pelo método de equivalência (instrumentos de capital próprio).
(2) Rendimento bruto é o saldo de "Dividendos e Juros ao Capital" divididos por "Média dos ativos remunerados".
(3) Rendimento Liquido é o saldo de "Receitas com juros líquidas" divididas por "Média de ativos remunerados".
(4) Taxa de remuneração é a diferença entre a taxa média de "Total de ativos remunerados" e a taxa média de "Total de passivos remunerados".

Retorno sobre Patrimônio Líquido e Ativos

A tabela a seguir apresenta nossos índices financeiros selecionados nos períodos indicados.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
ROA: Retorno sobre o ativo médio total	1,2%	1,3%	1,3%
ROE: Retorno sobre o patrimônio líquido total médio	7,3%	7,3%	7,1%
ROE (ajustado): Retorno sobre o patrimônio líquido total médio excluindo ágio[(1)]	11,3%	13,1%	13,3%
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	16,4%	18,5%	19,1%
Distribuição de Resultados[(2)]	27,1%	44,1%	49,0%

(1) "Líquido médio do patrimônio líquido excluindo o ágio como percentual do ativo total médio excluindo ágio" é uma medida financeira não-GAAP, que ajusta "Retorno sobre o patrimônio líquido médio" para excluir o ágio decorrente da aquisição do Banco Real, em 2008. Veja "Item 3. Informações Importantes-3A. Dados Financeiros Selecionados –Informações consolidadas selecionadas "para uma reconciliação do" líquido médio do patrimônio líquido excluindo o ágio como percentual do ativo total médio excluindo ágio "para" Retorno sobre o patrimônio líquido médio "'.
(2) Índice de distribuição de dividendos (dividendos declarados por ação dividido pelo lucro líquido por ação).

Ativos remunerados (além de empréstimos)

A tabela a seguir mostra a combinação percentual de nossa média de ativos remunerados nos exercícios indicados. Esta tabela deverá ser lida em conjunto com as nossas observações feitas em "Balanços e Taxas de Juros Médios".

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de		
2014	**2013**	**2012**

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	14,6%	15,5%	17,3%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	8,8%	9,7%	7,6%
Empréstimos e adiantamento a clientes	54,2%	56,3%	56,6%
Instrumentos de dívida	22,4%	18,5%	18,5%
Total de ativos remunerados	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

As tabelas a seguir mostram os nossos recursos de curto prazo depositados em outros bancos, em cada uma das datas indicadas.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
	(em milhões de R$)		
Depósito a prazo	4.819	4.443	8.720
Operações compromissadas reversas	2.408	19.602	3.616
Depósitos em garantia	8.170	7.422	7.574
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	12.398	14.609	9.921
Outras contas	1.264	135	163
Total	**29.059**	**46.212**	**29.993**

Investimentos em títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil dos títulos e valores mobiliários foi de R$124 bilhões (representando 23,8% do total de ativos do período). Os títulos públicos totalizaram R$103 bilhões, ou 83,7%, do total de títulos e valores mobiliários do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Para maiores detalhes sobre como foram avaliados nossos investimentos em valores mobiliários, veja as notas explicativas 6 e 7 às nossas demonstrações financeiras.

As tabelas a seguir mostram os valores contábeis de nossos títulos e valores mobiliários por tipo e domicílio da contraparte, em cada uma das datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
	(em milhões de R$)		
Instrumentos de dívida			
Títulos do governo – Brasil	103.598	51.619	57.189
Títulos do governo - outros países	13.428	12.134	8.866
Outros títulos de dívida	3.685	4.151	4.030
Total de instrumentos de dívida	**120.711**	**67.904**	**70.085**
Instrumentos de patrimônio			
Ações de empresas nacionais	1.339	1.124	914
Ações de empresas estrangeiras	8	149	0
Fundos de investimento e ações	1.601	1.726	1.718
Total de instrumentos de patrimônio	**2.948**	**2.999**	**2.632**
Total de títulos e valores mobiliários	**123.659**	**70.903**	**72.717**

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco não possuía um valor mobiliário de um único emissor ou de um grupo de empresas relacionadas cujo valor patrimonial acumulado ou valor de mercado que representava um valor de 10,0% do nosso patrimônio líquido, a não ser por títulos públicos, que representavam 135% do nosso patrimônio líquido. O valor total de nossos títulos de dívida era de aproximadamente 153% do patrimônio líquido.

A tabela a seguir analisa os vencimentos e a média ponderada de nossos títulos de dívida (antes das perdas por não recuperação) em 31 de dezembro de 2014. Os rendimentos sobre as obrigações isentas de imposto não foram calculados em base equivalente de impostos, pois o efeito desse cálculo não seria relevante.

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Vencimento em 1 ano	**Vencimento entre 1 e 5 anos**	**Vencimento entre 5 e 10 anos**	**Vencimento após 10 anos**	**Total**
			(em milhões de R$)		
Instrumentos de dívida.....					
Títulos do governo - Brasil.....	32.183	44.607	22.690	4.118	103.598
Outros Instrumentos de Dívida.....	3.912	6.967	5.879	355	17.113
Total de Instrumentos de Dívida.....	**36.095**	**51.574**	**28.569**	**4.473**	**120.711**

(1) A taxa media para instrumentos de dívidas é de 410,5%.

Carteira de Créditos

Em 31 de dezembro de 2014, o total de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes era de R$249,1 bilhões (47,9% do total de nossos ativos). O valor líquido depois da provisão para perdas de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes era de R$235 bilhões em 31 de dezembro de 2014 (45,3% de nossos ativos totais). Além de empréstimos, tínhamos em aberto, em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010, R$98,6 bilhões, R$100,5 bilhões, R$106,8 bilhões, R$98,6 bilhões e R$93,5 bilhões respectivamente, de compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros.

Tipos de Empréstimos

Praticamente todos os nossos empréstimos são concedidos a tomadores residentes no Brasil e são denominados em reais. Na tabela a seguir são analisados os nossos empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo títulos compromissados), por tipo de empréstimo, em cada uma das datas indicadas. Para cada categoria de empréstimo, mantemos políticas específicas de gestão de risco em linha com os padrões do Grupo Santander, que também é acompanhado e monitorado por nosso Conselho de Administração por meio do Comitê de Risco. Nossos processos de aprovação de crédito para cada categoria de empréstimo é estruturado primordialmente de acordo com nossa segmentação de negócios. Vide “Item 11- Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco – Risco de Crédito” para informações sobre nossas políticas de aprovação de crédito para Varejo e Atacado.

Possuímos uma carteira de empréstimos diversificada, sem concentração específica ultrapassando 9,4% do total de empréstimos.

	Em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$)				
Comercial, de instituição financeira e industrial [(1)].....	133.087	113.571	103.209	94.922	78.101
Crédito Imobiliário - construção [(2)].....	10.283	9.497	7.789	6.280	5.392
Crédito Imobiliário – financiamentos [(2)].....	21.581	16.058	12.318	10.018	6.698
Empréstimos parcelados a pessoas físicas [(3)].....	81.893	84.312	83.243	76.459	60.251
Leasing financeiro [(4)].....	2.266	2.768	4.182	6.506	10.116
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto [(5)]	**249.111**	**226.206**	**210.741**	**194.184**	**160.558**
Perdas por recuperação ao valor recuperável (*impairment*)....	(13.421)	(13.474)	(13.967)	(11.118)	(9.192)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido.	**235.690**	**212.732**	**196.773**	**183.066**	**151.366**

(1) Inclui basicamente empréstimos a pequenas e médias empresas, ou PMEs, em nosso segmento de Banco Comercial, de GB&M, a corporações e empreendimentos comerciais no segmento de Banco Global de Atacado. Os principais produtos oferecidos a PMEs nesta categoria incluem empréstimos rotativos, limite de cheque especial, empréstimos parcelados, capital de giro e financiamento de equipamentos. A aprovação de crédito para PMEs é baseada na receita, atividade econômica e cobertura de garantia do cliente em ferramentas de pontuação de crédito interna e externa. As garantias em empréstimos comerciais, financeiros e industriais a PMEs em geral incluem recebíveis, gravames, penhores, garantias reais e hipotecas, com cobertura que variam de 100,0% a 150,0% do valor

financiado, dependendo do perfil de risco. A nossos clientes de Banco Global de Atacado são oferecidos vários produtos de empréstimo, desde produtos bancários corporativos típicos (empréstimos parcelados, capital de giro e empréstimos para financiamento de equipamentos) a produtos mais sofisticados (operações com derivativos e de mercados de capitais). Os clientes desse segmento tendem para empresas de maior porte e a aprovação de crédito é baseada na solvência do cliente, conforme avaliação efetuada por equipes especializadas na análise de risco, considerando, entre outros fatores, receitas e histórico de crédito de cada cliente. As políticas de subscrição para essa categoria de empréstimos aos nossos clientes de Banco Global de Atacado estão focadas no tipo de garantia prestada. Determinados empréstimos (produtos do BNDES) em geral são garantidos por gravames sobre o equipamento ou maquinário financiado, ainda que garantias adicionais possam ser prestadas.

(2) Inclui financiamento imobiliário a pessoas físicas. As políticas de aprovação de crédito são determinadas mediante consulta ao tipo de produto de empréstimo sendo oferecido, o tipo e a localização do imóvel, a receita ou rendimento da empresa ou cliente que está solicitando o empréstimo e as informações sobre pontuação de crédito internas e externas. Todos os financiamentos concedidos nesta categoria são garantidos pelo imóvel financiado. Os índices entre o valor do imóvel e do financiamento são em geral limitados a 80,0% e a média do índice entre o valor do imóvel e do financiamento para novos empréstimos é de aproximadamente 54,0% a 60,0%. Além disso, o crédito imobiliário também inclui financiamento para construção, principalmente incorporadoras que são PMEs e clientes corporativos de nosso segmento de Banco Global de Atacado. Os empréstimos dessa categoria são geralmente garantidos por hipotecas e recebíveis, ainda que garantias adicionais possam ser prestadas como segurança adicional.

(3) Consiste basicamente de empréstimos parcelados pessoais sem garantia (inclusive créditos consignados, os quais são automaticamente deduzidos da folha de pagamentos do cliente), empréstimos rotativos, limite de cheque especial, financiamento ao consumidor e cartões de crédito. A aprovação de crédito nesta categoria é baseada nos rendimentos da pessoa física, no índice de endividamento e em modelos de pontuação de crédito internos e externos. A aprovação de crédito, em muitos tipos de empréstimo, é baseada em modelos de pontuação automática, com limites de crédito pré-estabelecidos com base em pontuação. Por exemplo, o valor de empréstimo máximo no caso de empréstimos rotativos e de limite de cheque especial pode variar entre 60,0% e 240,0% dos rendimentos mensais da pessoa física, a depender do produto e segmento específico e da pontuação de crédito.

(4) Inclui basicamente financiamento e arrendamento de automóveis a pessoas físicas. A aprovação de crédito é baseada tanto no modelo de pontuação automática utilizando pontuação de crédito externa quanto na avaliação feita pela equipe da agência, seguindo nossas políticas de gestão de risco. O veículo financiado é a garantia do empréstimo concedido.

(5) Inclui saldo devedor (ativos financeiros) de todos os créditos e empréstimos concedidos por nós, inclusive operações em *money market* por meio de contrapartes centrais, exceto créditos de qualquer categoria em nome de instituições de crédito ou aqueles representados por valores mobiliários.

Vencimento

A tabela a seguir apresenta uma análise, por vencimento, de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo de empréstimo em 31 de dezembro de 2014.

	Vencimento							
	Menos de 1 ano		**de 1 a 5 anos**		**mais de 5 anos**		**Total**	
	Saldo	**% do Total**	**Saldo**	**% do Total**	**Saldo**	**% do Total**	**Saldo**	**% do Total**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)							
Comercial, de instituição financeira e industrial.....	93.989	62,3	35.343	44,2	3.756	20,6	133.087	53,4
Créditos imobiliários.....	6.299	4,2	12.099	15,1	13.467	73.9	31.865	12,9
Empréstimos parcelados a pessoas físicas.....	49.449	33,2	31.454	39,3	990	5,4	81.893	33,2
Leasing financeiro.....	1.216	0,8	1.044	1,3	5	0,0	2.266	0,9
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto.....	**150.954**	**100,0**	**79.940**	**100,0**	**18.218**	**100,0**	**249.111**	**100,0**

Empréstimos a Juros Pré-Fixados e Pós-Fixados

A tabela a seguir apresenta os nossos empréstimos a juros fixos e variáveis, em 31 de dezembro de 2014.

	Empréstimos a juros fixos e variáveis com vencimento							
	Menos de 1 ano		**de 1 a 5 anos**		**Mais de 5 anos**		**Total**	
	Saldo	**% do Total**	**Saldo**	**% do Total**	**Saldo**	**% do Total**	**Saldo**	**% do Total**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)							

Juros fixos…….	110.542	73,2	58.429	73,1	3.679	20,2	172.649	69,3
Juros variáveis…….	40.412	26,8	21.511	26,9	14.539	79,8	76.462	30,7
Total……	**150.954**	**100,0**	**79.940**	**100,0**	**18.218**	**100,0**	**249.111**	**100,0**

Créditos em Aberto no Exterior

A tabela a seguir apresenta, nos períodos indicados, o valor total dos nossos créditos em aberto no exterior (que consistem em empréstimos, depósitos remunerados em outros bancos, aceites e outros ativos monetários em moeda que não a moeda local da agência onde o item está registrado). Os créditos em aberto no exterior não incluem empréstimos em moeda local contraídos por subsidiárias de bancos no exterior, à medida que esses empréstimos são realizados em moeda local ou cobertos por hedge. Desse modo, eles não incluem a maioria dos empréstimos de nossa agência em Cayman, que estão totalmente cobertos por hedge.

	Em 31 de dezembro de					
	2014		2013		2012	
	Saldo	% do Total de Ativos	Saldo	% do Total de Ativos	Saldo	% do Total de Ativos
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Países OCDE[1]						
Austria	36	—	481	0,1	664	0,2
Espanha	217	—	629	0,1	—	—
Estados Unidos	8.094	1,6	3.383	0,7	3.606	0,9
Holanda	12.556	2,4	8.990	2,0	6.439	1,5
Outros países OCDE [2]	626	0,1	1.940	0,4	229	0,1
Total OCDE	**21.529**	**4,1**	**15.423**	**3,4**	**10.938**	**2,6**
Países fora da OCDE						
Países Latino Americanos[2]	128	—	667	0,1	29	—
Ilhas Cayman	825	0,2	1.093	0,2	3.320	0,8
Outros[2]	267	0,1	730	0,2	298	0,1
Total não OCDE	**1.220**	**0,2**	**2.490**	**0,5**	**3.647**	**0,9**
Total	**22.749**	**4,4**	**17.913**	**4,0**	**14.585**	**3,5**

(1) Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

(2) O valor total em aberto em um único país nesta categoria não ultrapassa 0,75% do total de nossos ativos.

A tabela a seguir apresenta os valores de créditos em aberto no exterior em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 por tipo de devedor, quando os créditos em aberto no país do devedor ultrapassem 0,75% do total de nossos ativos.

	Governo	Bancos e Outras Instituições Financeiras	Comercial e Industrial	Outros	Total
	(em milhões de R$)				
2012					
Estados Unidos	203	3.336	67	-	3.606
Holanda	-	10	6.429	-	6.439
Ilhas Cayman	-	-	3.100	220	3.320
Total	**203**	**3.346**	**9.596**	**220**	**13.365**
2013					
Estados Unidos	-	2.350	647	-	2.997
Holanda	-	33	8.956	-	8.989
Ilhas Cayman	-	-	304	503	807
Total	**-**	**2.383**	**9.907**	**503**	**12.793**

	Governo	Bancos e Outras Instituições Financeiras	Comercial e Industrial	Outros	Total
			(em milhões de R$)		
2014					
Estados Unidos	-	8.023	71	-	8.094
Holanda	-	21	12.535	-	12.556
Ilhas Cayman	-	-	510	53	563
Total	**-**	**8.044**	**13.116**	**53**	**21.213**

Movimentações em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir analisa as movimentações de nossas provisões para perdas de crédito nos períodos indicados. Para uma discussão mais detalhada das movimentações das provisões para perdas por não recuperação, vide a seção "Item 5. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - A – Resultados Operacionais - Resultados Operacionais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício em 31 de dezembro de 2013 - Perdas com redução ao valor recuperável com Ativos Financeiros" e "– Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2013 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2012 – Perda com Redução do Valor Recuperável em Ativos Financeiros".

	Em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
			(em milhões de R$)		
Saldo no início do exercício	13.641	**14.042**	**11.180**	**9.192**	**10.070**
Perdas por não recuperação contra o resultado do exercício	12.049	14.356	18.004	11.191	9.051
Baixas de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(12.126)	(14.757)	(15.142)	(9.203)	(9.929)
Saldo no final do exercício	**13.563**	**13.641**	**14.042**	**11.180**	**9.192**
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.421	13.473	13.967	11.118	9.192
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	142	168	75	62	-
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo(1)	855	456	1.528	1.809	818

(1) Perdas com redução ao valor em ativos financeiros líquidos, conforme nossas demonstrações financeiras consolidadas, refletem as provisões líquidas para perdas de crédito deduzidas de recuperações de empréstimos previamente baixados.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de recuperações, provisões líquidas e baixas contra a provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, por tipo de tomador, nos exercícios indicados.

	Em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
			(em milhões de R$)		
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo [(1)]	**855**	**456**	**1.528**	**1.809**	**818**
Comercial, de instituições financeiras e industrial	185	122	456	353	88
Crédito Imobiliário	81	78	64	65	69
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	560	215	960	1.331	635
Leasing financeiro	29	41	48	60	26
Perdas com redução do valor recuperável lançadas em resultado referente ao exercício [(1)]	**12.049**	**14.356**	**18.004**	**11.191**	**9.051**

Comercial, de instituições financeiras e industrial.....	4.875	5.186	5.776	2.943	3.098
Crédito imobiliário.....	38	126	149	98	71
Empréstimos parcelados a pessoas físicas.....	6.867	8.803	11.795	7.972	5.780
Leasing financeiro.....	268	241	284	178	102
Baixas de saldos de perdas contra provisão para perdas com redução do valor recuperável registradas.....	**(12.126)**	**(14.757)**	**(15.142)**	**(9.203)**	**(9.929)**
Comercial, de instituições financeiras e industrial.....	(4.494)	(3.195)	(4.992)	(2.470)	(3.209)
Crédito imobiliário.....	(97)	(177)	(48)	(37)	(42)
Empréstimos parcelados a pessoas físicas.....	(7.337)	(11.093)	(9.855)	(6.484)	(6.509)
Leasing financeiro.....	(199)	(292)	(247)	(212)	(169)

(1) Perdas com redução ao valor em ativos financeiros líquidos, conforme nossas demonstrações financeiras consolidadas, refletem as provisões líquidas para perdas de crédito deduzidas de recuperações de empréstimos previamente baixados.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa, por tipo de devedores e o percentual de empréstimos em cada categoria como uma parcela dos empréstimos totais, na data indicada.

	Em 31 de dezembro de					
	2014	**% do total da carteira**	**2013**	**% do total da carteira**	**2012**	**% do total da carteira**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)					
Tomadores.....						
Comercial, financeiro e industrial.....	6.906	50,9	6.524	50,2	4.532	49,0
Créditos imobiliários.....	170	1,3	229	11,3	281	9,5
Empréstimos parcelados a pessoas físicas.....	6.275	46,3	6.745	37,3	9.035	39,5
Leasing financeiro.....	212	1,6	143	1,2	194	1,9
Total.....	**13.563**	**100,0**	**13.641**	**100,0**	**14.042**	**100,0**

Carteira de Renegociação

O montante de renegociação de operações de crédito no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R$13,9 bilhões em comparação a R$14,0 bilhões para o mesmo período de 2013, uma redução de R$92 milhões ou 0,7%. Nesta carteira estão incluídos os contratos de crédito que foram prorrogados e/ou modificados para permitir o seu recebimento em condições acordadas com os clientes, inclusive as renegociações de operações anteriormente classificadas com baixadas a prejuízo.

A carteira de renegociação estava coberta por provisões em 50,7% em dezembro de 2014 e 50,3% em dezembro de 2013. Estes níveis são considerados adequados às características destas operações.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de nossa carteira gerencial de renegociação por tipo de cliente, nossas provisões para perdas por não recuperação e o nosso índice de cobertura nas datas indicadas:

	2014	**2013**
Carteira de Renegociação por tipo de cliente.....	**(em milhões de R$, exceto percentagem)**	
Comercial, de instituição financeira e industrial.....	6.368	6.497
Créditos Imobiliários.....	-	1
Empréstimos parcelados a pessoas físicas.....	7.093	7.042
Leasing financeiro.....	457	470
Total.....	**13.918**	**14.010**
Provisões para perdas não recuperáveis.....	**7.051**	**7.049**
Índice de cobertura.....	**50,7%**	**50,3%**

Os saldos considerados como não recuperáveis tem a apropriação de seus juros suspensa, quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros sobre os valores nas datas indicadas no acordo inicial, após serem levadas em conta as garantias recebidas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos.

Ativos Não Recuperáveis

A tabela a seguir mostra os nossos ativos não recuperáveis, excluindo o risco-país.

	Em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)				
Ativos não recuperáveis					
Ativos vencidos e outros ativos não recuperáveis [(1)]..	14.011	14.022	16.057	13.073	9.348
Créditos inadimplentes como percentual do total de empréstimos.....	5,7%	6,2%	7,6%	6,7%	5,8%
Baixa líquida de cancelamentos como percentual do total de empréstimos.....	4,9%	6,5%	7,2%	4,7%	6,2%
Baixa líquida de cancelamentos como percentual da média de empréstimos.....	5,3%	6,8%	7,5%	5,2%	6,7%

(1) Incluem em 31 de dezembro de 2014, R$3.959 milhões em empréstimos de liquidação duvidosa (2013 - R$1.744 milhões, 2012 - R$1,087 milhões, 2011 - R$689 milhões e 2010 – R$927 milhões) que não estavam vencidos.

Evolução de Ativos Não Recuperáveis

Os ativos não recuperáveis diminuíram 0,08%, ou R$11,0 milhões, para R$14.011 bilhões em 31 de dezembro de 2014 comparado com R$14.022 bilhões em 31 de dezembro de 2013. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo o total de recuperação, apresentou queda de 0,57%, ou R$77 milhões, para R$13.563 bilhões em 31 de dezembro de 2014 comparado com R$13.641 bilhões em 31 de dezembro de 2013. Compensando estes efeitos, foram recuperados R$855 milhões de empréstimos anteriormente baixados como prejuízo em 31 de dezembro 2014 e R$456 milhões em 31 de dezembro 2013.

A tabela a seguir mostra a movimentação de nossos ativos não recuperáveis nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$)				
Saldo no início do exercício.....	**14.022**	**16.057**	**13.073**	**9.348**	**9.900**
Adições líquidas.....	12.116	12.722	18.126	12.928	9.377
Baixas.....	(12.126)	(14.757)	(15.142)	(9.203)	(9.929)
Saldo ao final do exercício.....	**14.011**	**14.022**	**16.057**	**13.073**	**9.348**

Ativos Não Recuperáveis por Tipo de Cliente

As tabelas a seguir mostram as mudanças em nossas ações prejudicadas de acordo com o tipo de clientes, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de	
	2014	**2013**
	(em milhões de R$)	
Comercial, financeiro e industrial.....	6.737	6.410
Crédito Imobiliário.....	375	316

Empréstimos parcelados para pessoas físicas.....	6.839	7.167
Leasing financeiro.....	60	129
Total.....	**14.011**	**14.022**

Comercial, financeiro e industrial

Os ativos não recuperáveis nas carteiras de empréstimos comercial, financeira e industrial totalizaram R$6.737 milhões em 31 de dezembro de 2014, mostrando um crescimento de R$327 milhões, ou 5,1%, comparado com 2013. O aumento dos ativos não recuperáveis nesta carteira, foi ocasionado principalmente pela desaceleração do crescimento da economia brasileira, cujo PIB ficou abaixo das expectativas iniciais. Em 2014 a economia brasileira foi negativamente impactada pelas medidas adotadas pelo Governo Brasileiro, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa SELIC de 10% em 31 de dezembro de 2013 para 11,75% em 31 de dezembro de 2014 em resposta a inflação apresentada durante o ano e também para atenuar a desvalorização da moeda brasileira em virtude das incertezas da situação brasileira.A tendência observada em 2014 foi consistente com a tendência observada em 2013, quando as medidas governamentais direcionadas ao controle da inflação também levaram a aumentos nos custos de produção de nossos clientes industriais e afetaram negativamente sua capacidade de honrar suas dívidas. Apesar do aumento dos ativos não recuperáveis, os índices de inadimplência seguiram diminuindo em 2014. Este comportamento foi ocasionado principalmente devido às medidas adotadas pelo Banco desde o final de 2012, relacionadas principalmente com a readaptação dos empréstimos com exigência de maior nível de garantias e revisão das práticas de cobrança oferecendo a nossos clientes a oportunidade de negociar a reestruturação de suas dividas. Essas e outras ações em 2013 ajudaram na melhora da qualidade dessa carteira de crédito.

Crédito Imobiliário

Os ativos não recuperáveis na carteira de empréstimo de créditos imobiliários totalizaram R$375 milhões em 31 de Dezembro de 2014, apresentando um crescimento de R$59 milhões, ou 18,6%, comparado com 2013. O aumento do saldo dos ativos não recuperáveis foi ocasionado substancialmente pelo crescimento da carteira de crédito, que apresentou incremento de 24,7% em 2014. Apesar do aumento dos ativos não recuperáveis, a taxa de inadimplência na carteira de crédito imobiliário atingiu 1,17% em 31 de dezembro de 2014, uma redução de 6 pontos base em relação a 31 de dezembro de 2013. Em geral, a queda na taxa de inadimplência ocorreu principalmente devido à melhoria na qualidade desta carteira de crédito, como consequência da mudança no mix de nossa carteira desde o final de 2012, com um aumento dos créditos com garantias hipotecárias, que consideramos um produto estratégico devido ao menor risco de inadimplência.

Empréstimos Parcelados a Pessoas Físicas

Os ativos não recuperáveis da carteira de empréstimos parcelados a pessoas físicas atingiram R$6.839 milhões em 31 de dezembro de 2014, com redução de 4,8%, ou R$328 milhões comparado com 2013. A diminuição dos ativos não recuperáveis é reflexo das medidas adotadas pelo Banco desde o final de 2012 para gerenciar as taxas de inadimplência nessa carteira, que incluíram a adaptação de limites de crédito para novos clientes, desenvolvimento de novos modelos de empréstimo com melhora no “predictive scoring” e campanhas de recuperação para oferecer a clientes inadimplentes condições de empréstimos ajustadas para ajudá-los a cumprir com suas obrigações de pagamento. Embora a economia brasileira continue apresentando perspectivas desfavoráveis quanto ao seu crescimento, à manutenção do desemprego em níveis considerados baixos e o continuo ganho real de renda da população têm contribuído positivamente para a redução das taxas de inadimplência desta carteira.

Leasing

Os ativos não recuperáveis na carteira de leasing financeiro totalizaram R$60 milhões em 31 de dezembro de 2014, com redução de 46%, ou R$68 milhões, em comparação ao mesmo período do ano passado, principalmente devido à redução de empréstimos nessa carteira, alinhados com a tendência no mercado de redução no financiamento de automóveis a pessoas físicas. Essa tendência também foi observada em 2013, quando os ativos não recuperáveis na carteira de leasing financeiro diminuíram 48,2%, ou R$120 milhões, em comparação ao mesmo período de 2012.

Metodologia para provisão de perdas com empréstimos

A metodologia de perdas para empréstimos do Banco captura a aceleração da inadimplência de forma eficiente, devido aos seus modelos internos de rating, baseados nos dados de comportamento dos clientes e fontes externas de ratings disponíveis que atualizam a Probabilidade de Perda, ou PD, (a probabilidade de o tomador do empréstimo não honrar o principal e/ou pagamento de juros), usada para estimar nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

A PD é mensurada utilizando-se um horizonte de tempo de um ano, ou seja, ela quantifica a probabilidade de inadimplência do devedor no próximo ano. Um empréstimo está em atraso se/ou o principal ou o juros estiver vencido em 90 dias ou mais ou nas hipóteses nas quais não haja inadimplência, mas haja dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos de liquidação duvidosa subjetiva).

Adicionalmente à Probabilidade de Perda (PD), o Banco faz o gerenciamento de sua carteira de crédito, concedendo empréstimos a tomadores que apresentem maiores volumes de garantias associadas aos empréstimos e também atua constantemente no fortalecimento de sua área de recuperação de crédito. Essas e outras ações combinadas, são responsáveis por garantir a adequação dos parâmetros da LGD, (a perda decorrente da hipótese de inadimplência do tomador em honrar o principal e/ou pagamento de juros).

O cálculo da LGD está baseado nas perdas líquidas de empréstimos não honrados, levando-se em conta as garantias associadas à transação, as receitas e despesas relacionadas com o processo de recuperação e, ainda, o tempo de inadimplência.

A metodologia de perdas para empréstimos também considera o período de identificação da perda, que é o tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação da evidencia objetiva dessa perda por parte do Banco. Em outras palavras, representa o horizonte de tempo desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva dessa perda.

Antes de ocorrer à baixa para prejuízo (que só é feita depois de concluído todos os esforços de recuperação), nós provisionamos o saldo remanescente do empréstimo de forma a cobrir totalmente nossas perdas. Assim, entendemos que a nossa metodologia de perdas para empréstimos é desenvolvida para atender suas métricas de risco e captar empréstimos que poderiam tornar-se ativos não recuperáveis.

Por fim, os empréstimos originados em 2014 e 2013 possuem uma maior proporção de empréstimos com níveis mais altos de garantia ou melhorias de crédito, conforme exigido nas normas atualizadas da concessão de crédito do Banco, que, portanto, requer um menor nível de provisionamento.

Empréstimos vencidos menores que 90 dias mas não classificados como não recuperáveis

A tabela a seguir apresenta nossos empréstimos vencidos menores que 90 dias mas não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de			
	2014	**% do total**	**2013**	**% do total**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Comercial, financeiro e industrial	4.580	45,5	5.208	44,0
Crédito Imobiliário	6.096	23,2	6.841	23,7
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	8.974	30,9	9.651	31,2
Leasing financeiro	93	0,5	231	1,1
Total(*)	**19.743**	**100,0**	**21.933**	**100,0**

(*) Refere-se exclusivamente a empréstimos vencidos entre 1 e 90 dias

Índices de Ativos Não Recuperáveis

As tabelas a seguir mostram o índice de nossos ativos não recuperáveis em relação ao risco de crédito total calculável, e o nosso índice de cobertura nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de

	2014	2013	2012	2011	2010
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)				
Risco de crédito calculável [1]	288.445	257.420	238.807	216.756	183.121
Ativos não recuperáveis	14.011	14.022	16.057	13.073	9.348
Provisão para perdas de crédito	13.563	13.641	14.042	11.180	9.192
Índices					
Ativos não recuperáveis sobre Risco de crédito calculável	4,9%	5,4%	6,7%	6,0%	5,1%
Índice de cobertura[2]	96,8%	97,3%	87,3%	85,5%	98,3%
Perdas líquidas	(11.194)	(13.900)	(16.476)	(9.382)	(8.233)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	-	(218)	-	-	(0,9)
Total de perdas com ativos financeiros (líquidas)	(11.194)	(14.118)	(16.476)	(9.382)	(8.234)

(1) Risco de crédito computável é uma medida não-GAAP. Risco de crédito computável é a soma dos valores de custo amortizados de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo ativos não recuperáveis).
(2) Provisões para ativos não recuperáveis como porcentual dos ativos não recuperáveis.

Ativos não circulantes para venda

A tabela a seguir mostra a movimentação de ativos não circulantes mantidos para venda nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)		
Saldo no início do exercício	**324**	**315**	**223**
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos	757	51	113
Alienações	(103)	(42)	(30)
Outros	-	-	9
Saldo no final do exercício, bruto	**978**	**324**	**315**
Provisão para perdas por não recuperação (*impairment)*	(48)	(50)	(149)
Provisão como percentual dos ativos executados	4,9%	15,3%	47,5%
Saldo no final do exercício	**930**	**275**	**166**

Passivos

Depósitos

Os principais componentes de nossos depósitos são depósitos à vista, depósitos a prazo e de aviso prévio, e depósitos interfinanceiros nacionais e internacionais. Os nossos clientes de varejo são a nossa principal fonte de depósitos à vista, a prazo e de aviso prévio.

Nas tabelas a seguir é feita uma análise de nossos depósitos nos períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de,		
	2014	2013	2012
	(em milhões de R$)		
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito			
Depósitos a prazo	42.045	30.510	26.077
Depósitos à vista	162	251	48
Operações compromissadas	21.468	3.271	8.949
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados (1)	961	373	559
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	20.507	2.898	8.390
Total Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	**63.674**	**34.032**	**35.074**

	Em 31 de dezembro de,		
	2014	2013	2012
	(em milhões de R$)		
Depósitos de clientes			
Contas correntes	15.507	15.585	13.585
Cadernetas de poupança	37.939	33.589	26.857
Depósitos a prazo	91.552	81.350	84.586
Operações compromissadas	75.645	69.632	63.567
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados (1)	46.699	41.853	35.736
Operações Lastreadas com Títulos Públicos (1)	28.946	27.779	27.831
Total de Depósitos de clientes	**220.644**	**200.156**	**188.595**
Total de depósitos	**284.318**	**234.188**	**223.669**

(1) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A tabela abaixo mostra o vencimento de depósitos a prazo (exceto os depósitos interfinanceiros) no valor de US$100.000 ou superior nas datas indicadas. Depósitos de clientes em importâncias maiores podem constituir uma fonte de recursos menos estável do que os depósitos à vista e de poupança.

	Em 31 de dezembro de 2014	
	Nacional	Internacional
	(em milhões de R$)	
Inferior a 3 meses	2.631	6.617
3 a 6 meses	24.994	1.162
6 a 12 meses	2.738	561
Acima de 12 meses	5.374	73
Total	**35.737**	**8.413**

Empréstimos a Curto Prazo

A tabela a seguir apresenta nossos empréstimos de curto prazo constituídos por títulos do governo brasileiro que vendemos por meio de operações compromissadas para fins de financiamento de nossas operações.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014		2013		2012	
	Valor	Taxa Média	Valor	Taxa Média	Valor	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)					
Títulos vendidos por meio de operações compromissadas						
Em 31 de dezembro	97.113	10,7%	72.879	10,8%	72.516	10,6%
Média durante o período	80.337	10,7%	77.241	10,7%	70.723	11,1%
Saldo máximo ao final do mês	96.844		84.004		75.759	
Total de empréstimos de curto prazo no final do exercício	**97.113**		**72.879**		**72.516**	

4C. Estrutura Organizacional

O Grupo Santander controla direta e indiretamente o Santander Brasil através do Santander Espanha, da Sterrebeeck B.V. (“Sterrebeeck”), do Grupo Empresarial Santander, S.L., e da Santander Insurance Holding S.L., e, os quais são subsidiárias controladas. Em 31 de dezembro de 2014, o Santander Espanha detém, direta e indiretamente, 88,3%

(não incluindo as ações detidas pelo Banco Madesant – Sociedade Unipes do nosso capital votante.

O Santander Espanha fechou dezembro de 2014 como o maior banco da zona do euro com capitalização no mercado de €88.041 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido atribuído totalizou €5.816 milhões, 39,3% maior que no ano anterior, e manteve dividendos aos acionistas em €0,60 por ação. O Grupo Santander opera principalmente na Espanha, Reino Unido e outros países europeus, Brasil e em outros países latino-americanos e Estados Unidos, oferecendo uma ampla gama de produtos financeiros. Na América Latina detêm participações majoritárias em bancos na Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, Porto Rico e Uruguai. Em 31 de dezembro de 2014, o Santander Brasil contribuiu com 19,0% do lucro atribuído às áreas operacionais do Grupo Santander.

A tabela a seguir apresenta o nome, país de constituição ou residência e proporção de participação nas nossas principais subsidiárias, de acordo com o IFRS:

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	**Atividade**	**País de Residência**	**Participação %**	
			Direta	**Indireta**
Banco Bandepe S.A. ……..	Banco	Brasil	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil …..	Leasing	Brasil	78,57%	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	Brasil	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	Brasil	100,00%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. ...	Microcredito	Brasil	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A.	Outras atividades	Brasil	96,52%	96,52%
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.....	Distribuidora	Brasil	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.....	Corretora	Brasil	99,99%	100,00%
Santander Participações S.A	Holding	Brasil	100,00%	100,00%
GetNet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.....	Outras atividades	Brasil	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	100,00%	100,00%
Mantiq Investimentos Ltda.	Outras atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC.....	Financeira	Espanha	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros.....	Corretora de Seguros	Brasil	60,65%	60,65%
Controlada pela Sancap.....				
Santander Capitalização S.A. …….	Capitalização	Brasil	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.....	Holding	Brasil	-	100,00%
Controlada pela Santander Serviços S.A.....				
Webcasas S.A…….	Outras atividades	Brasil	-	100,00%
Controlada pela Aymoré CFI				
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda.....	Outras atividades	Brasil	-	50,00%
Controlada pela SGS GetNet				
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda.....	Outras atividades	Brasil	-	100,00%
Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.....	Outras atividades	Brasil	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.....	Outras atividades	Brasil	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.....	Outras atividades	Brasil	-	100,00%
Transacciones Eletrónicas Pos Móvil S.A.....	Outras atividades	Brasil	-	100,00%
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A.....	Outras atividades	Brasil	-	50,00%
Companhia Brasileira Pagamentos de Direitos de Finanças Estrangeiras Diversificados[(a)]……	Securitização	Ilhas Cayman	-	(a)

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	País de Residência	Participação %	
			Direta	Indireta
Santander FIC FI Contrato I Referenciado DI[(a)]	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Financial Curto Prazo[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)
Santander Paraty QIF PLC[(a)].....	Fundo de Investimento	Brasil	-	(a)

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, e não há participação societária.

4D. Imobilizado

Operamos quatro grandes centros administrativos operacionais de nossa propriedade. Adicionalmente, mantemos 430 propriedades para atividades de nossa rede bancária e 1.650 propriedades alugadas para o mesmo fim. Além disso, em 2014, abrimos e concluímos a migração de nossas operações para o nosso novo centro de dados localizado em Campinas, que também é um imóvel de nossa propriedade. Para informações sobre a localização das nossas agências, vide "Item 4. Informações sobre a Companhia – B. Visão Geral do Negócio – Rede de Distribuição". Nossa sede está localizada na Torre São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235 – Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, Brasil.

ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS

Não aplicável.

ITEM 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

5A. Resultados Operacionais

A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e o resultado das operações deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e as respectivas notas explicativas, e com as informações financeiras apresentadas na seção intitulada "Item 3. Informações Relevantes – Dados Financeiros Selecionados" incluídos em outra parte deste relatório anual. A preparação das demonstrações financeiras consolidadas incluídas nesta seção exigiu a adoção de premissas e estimativas que provocam impacto nos valores do ativo, passivo, receitas e despesas relativas aos exercícios sociais e períodos citados, estando sujeitas a determinados riscos e incertezas. Nossos resultados futuros poderão variar substancialmente daqueles aqui previstos em razão de vários fatores que afetam nosso negócio incluindo, entre outros, os mencionados nas seções "Considerações sobre Perspectivas e Projeções" e "Item 3. Informações Relevantes – D. Fatores de Risco", e outros fatores discutidos em outra parte deste relatório anual. Nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 são elaboradas de acordo com IFRS e os pareceres de nossos Auditores Independentes estão inclusos no "Item 18 Demonstrações Financeiras".

O Ambiente Macroeconômico Brasileiro

No primeiro semestre de 2011, o Banco Central do Brasil começou a focar em medidas para controlar o crescimento econômico e a inflação no Brasil. No meio do ano, quando a economia global começou a apresentar sinais de incerteza, o governo e o Banco Central do Brasil reverteram esse curso e começaram a implementar medidas para estimular a economia, incluindo a redução de taxas de juros. Em dezembro de 2011, em novos esforços para aumentar a liquidez do sistema bancário, o Banco Central do Brasil anunciou mudanças para diminuir o retorno de uma parte das reservas exigidas, quando estes recursos não são utilizados por bancos para comprar carteiras de crédito de bancos menores, ou Letras Financeiras, ou usadas em empréstimos interbancários.

Em 2012, em um ambiente desafiador de mercado, a economia desacelerou substancialmente (com crescimento do PIB de 1,0%) , o que resultou em um impacto direto na qualidade de crédito no Brasil. Como consequência, o sistema financeiro sofreu um aumento nas proporções globais de inadimplência, impulsionado pincipalmente pelos empréstimos a pessoas físicas. Os esforços do governo e do Banco Central do Brasil para aumentar a liquidez e estimular a economia continuaram em 2012, com medidas adicionais como a redução do compulsório sobre depósitos a prazo e depósitos à vista e canalização de liquidez para bancos menores.

Em 2013, o ritmo de crescimento econômico se manteve lento (com crescimento do PIB de 2,3%), enquanto que a qualidade de crédito no Brasil melhorou, especialmente em empréstimos para pessoas físicas. O índice de inadimplência diminuiu, revertendo a tendência de aumento no ano de 2012, em comparação com 2011, atingindo 3,0% em 31 de dezembro de 2013, em comparação aos 3,7% em 2012, e a taxa de desemprego atingiu índices historicamente baixos. Em 2014, o crescimento do PIB foi de 0,1%.

Outros Fatores que Afetam a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

Como um banco brasileiro, somos significativamente influenciados pelo cenário econômico do Brasil. O quadro a seguir inclui os principais dados da economia brasileira nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
Crescimento do PIB[(1)]	0,1%	2,7%	1,8%
CDI[(2)]	10,8%	8,0%	8,4%
TJLP[(3)]	5,0%	5,0%	5,7%
Taxa SELIC[(4)]	11,75%	10,0%	7,25%
Valorização (desvalorização) do Real em relação ao Dólar	13,4%	14,6%	8,9%
Taxa de câmbio para venda (no final do período)	2,66	2,34	2,04
Taxa média de câmbio R$ por US$1,00[(5)]	2,36	2,17	1,95
Inflação (IGP-M)[(6)]	3,7%	5,5%	7,8%
Inflação (IPCA)[(7)]	6,41%	5,9%	5,8%

Fontes: BNDES, Banco Central do Brasil, FGV e IBGE.

(1) Série Revisada. Fonte: IBGE.
(2) A taxa CDI é a taxa diária média de depósito interbancário no Brasil (ao final de cada mês e anualmente).
(3) Representa a taxa de juros utilizada pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (ao final do período).
(4) Taxa de juros básica paga aos titulares de alguns títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados na SELIC (ao final do período).
(5) Média das taxas de câmbio de venda no último dia de cada mês durante o período.
(6) Taxa de inflação calculada pelo Índice Geral de Preços - Mercado- IGP-M, calculado pela FGV.
(7) Taxa de inflação calculada pelo índice de Preços ao Consumidor – Amplo - IPCA calculado pelo IBGE.

Taxas de Juros

A normalização das condições de liquidez local e o aumento da inflação em 2010 levaram a autoridade monetária brasileira a aumentar a SELIC em 375 pontos-base entre abril de 2010 e julho de 2011, quando a taxa SELIC alcançou 12,50%. Contudo, a persistência das incertezas no cenário internacional combinado com os primeiros sinais de desaceleração da atividade econômica doméstica levaram o Banco Central do Brasil a retomar o processo de flexibilização das

condições monetárias em agosto de 2011. Assim, a taxa SELIC foi reduzida em 525 pontos-base entre agosto de 2011 e dezembro de 2012. Em 10 de outubro de 2012, a taxa SELIC era 7,25% (o nível mais baixo da história). Em 2013, o Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de aperto monetário devido à resistência da inflação em torno de 6% e os potenciais riscos de aceleração da inflação devido à tendência de depreciação cambial e a melhora da atividade econômica. A taxa SELIC foi elevada em 275 pontos bases (bps), o qual elevou a taxa SELIC para 10,0% em 27 de novembro de 2013, última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do ano. A taxa SELIC continuou a aumentar em 2014, chegando a 11,75% em dezembro de 2014. Em 21 de janeiro de 2015, a taxa SELIC foi aumentada para 12,25%, alcançando 12,75% em 3 de março de 2015. Em abril de 2015, a taxa SELIC era 13,25%.

A tabela a seguir apresenta a taxa SELIC mínima, máxima, média e de final de período desde 2009, conforme declarado pelo Banco Central do Brasil.

Ano	Mínima	Máxima(1)	Média[(2)]	Final do período
2010	8,75	10,75	10,00	10,75
2011	11,00	12,50	11,71	11,00
2012	7,25	10,50	8,46	7,25
2013	7,25	10,00	8,44	10,00
2014	10,00	11,75	11,02	11,75

(1) Taxa Máxima do final do mês.
(2) Média das taxas ao final de cada mês durante o período.

Nossos ativos são predominantemente corrigidos a taxas fixas, enquanto nosso passivo é corrigido a taxas flutuantes. A consequente exposição a altas nas taxas de juros do mercado é compensada pela utilização de *hedges* de fluxo de caixa para a conversão de taxas variáveis em taxas fixas, mas ainda mantemos certa exposição às oscilações das taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 100 pontos-base na curva de rendimento teria resultado em uma queda de R$490 milhões na receita de juros líquida sobre o período de um ano.

Volume e Qualidade de Crédito

Entre 2010 e 2011, a carteira total de crédito cresceu ao ritmo anual médio de 20,0%, neste mesmo período o comprometimento de renda das famílias era de 20,2% e no final de 2011 a taxa de inadimplência da pessoa física era de 7,7%. Em 2012, o desaquecimento da economia doméstica, o aumento do comprometimento de renda das famílias para 22,5% e a elevação da taxa de inadimplência da pessoa física para 8% ocasionaram a desaceleração do ritmo de crescimento da carteira de crédito para 16,4%. O quadro de redução do ritmo de expansão da carteira total de crédito continuou em 2013 e 2014, mesmo com a forte expansão da carteira dos bancos públicos. A carteira total de credito cresceu 14,6% e 11,3% em 2013 e 2014, respectivamente. A taxa de inadimplência PF recuou para 6,5%, enquanto o comprometimento de renda das famílias caiu para 21,2% no final do ano.

A relação entre o total da carteira de crédito em relação ao PIB aumentou de 35,4% em dezembro de 2007 para 58,9% em dezembro de 2014. Embora este seja um dos maiores níveis já registrados no Brasil, continua consideravelmente baixo em comparação a outras economias.

	2014	2013	2012
	(em bilhões de Reais)		
Crédito Total(*)	3.022	2.715	2.368
Crédito direcionado	1.443	1.207	969
Crédito livre	1.579	1.508	1.399
dos quais:			
Pessoa Jurídica	793	763	706
Pessoa Física (varejo)	786	745	693

(*)Alguns dados podem estar sujeitos a revisão pelo Banco Central do Brasil.
Fonte: Banco Central do Brasil

Taxas de câmbio

Nossa política é manter uma exposição limitada em moeda estrangeira, buscando o casamento de ativos e passivos em moeda estrangeira, tanto quanto possível, inclusive através da utilização de instrumentos derivativos. Em 2014, registramos perdas com câmbio no valor de R$3.636 bilhões. Em 2013 e 2012, registramos ganhos com câmbio no valor de R$551 milhões. Essas perdas ou ganhos resultaram do efeito da variação do valor do dólar frente ao real em nossos ativos e passivos em instrumentos denominados em dólar. Essas perdas e ganhos com variação cambial foram compensadas em grande parte em cada ano pela perda ou ganho correspondente em derivativos realizados para *hedge* dessa exposição. Tais perdas e ganhos são registrados nas "Variações cambiais (líquidas)".

A moeda brasileira experimentou, nas últimas décadas, variações frequentes e substanciais em relação ao dólar e a outras moedas estrangeiras. Recentemente, o real era cotado a R$1,566 por US$1,00 em agosto de 2008. Primeiramente, como resultado da crise nos mercados financeiros globais, o real depreciou cerca de 31,9% contra o dólar, encerrando 2008 a R$2,337 por US$1,00. Em 2009 e 2010, o real apreciou frente ao dólar e atingiu R$1,666 por US$1,00 no final de 2010. Durante 2011, o real voltou a depreciar e em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio era R$1,876 por US$ 1,00. Ao longo de 2012, 2013 e 2014, o real continuou depreciando e em 31 de dezembro de 2014, a taxa de câmbio era de R$2,656 por US$1,00.

Inflação

A adoção do sistema de metas para a inflação em 1999 permitiu a redução da inflação no Brasil (medida pelo IPCA, Índice de Preços ao Consumidor calculado pelo IBGE). Nos últimos anos a inflação tem oscilado dentro do intervalo de flutuação estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. A meta, que ainda está em efeito, está fixada pela primeira vez no patamar de 4,5% desde 2005 com um intervalo de tolerância de 2% para cima e para baixo dessa meta.

A crise financeira global do final de 2008 contribuiu para conter a inflação em 2009. Contudo a retomada do crescimento da demanda doméstica e o aumento dos preços de commodities resultaram na elevação da inflação ao patamar de 5,9% em 2010. Em 2011, a inflação do preço ao consumidor aumentou para 6,5%, impulsionada principalmente por um aumento de 9,0% nos preços de serviços. Em 2012, a inflação de preços ao consumidor desacelerou timidamente para 5,8% principalmente devido ao efeito de redução de impostos sobre os preços de bens duráveis. A inflação ficou em 5,9%, em 2013, devido à elevada inflação dos preços de serviços de 8,7% e de alimentos de 8,5% e apesar da desaceleração acentuada da inflação de preços regulados, tais como transporte urbano, energia elétrica e telefonia. No entanto, em 2014, a inflação de preços administrados aumentou, elevando a inflação ao consumidor para 6,4%. No início de 2015, como resultado da inércia, o impacto do reajuste das tarifas e do repasse da variação cambial, a inflação ao consumidor alcançou um patamar bem acima do teto da meta, somando inflação de 7,7% no acumulado de 12 meses até fevereiro, o maior já registrado desde maio de 2005 e bem acima da meta de inflação do Banco Central do Brasil de 4,5%.

Exigências de Reservas e Créditos

As exigências de reservas e créditos pelo Banco Central do Brasil tem um efeito significativo nos resultados operacionais das instituições financeiras no País. O aumento ou a diminuição dessas exigências podem causar impacto sobre nossos resultados, limitando ou ampliando os valores disponíveis para as operações comerciais de crédito.

Durante o ano de 2014, o percentual de depósitos compulsórios aumentou de 44% para 45%.

Ademais, a parcela de compulsório de recursos a prazo que está sujeita a não receber remuneração foi alterada para 60% do recolhimento. De acordo com a regra vigente, a partir de agosto de 2015 todo o recolhimento passa a receber remuneração.

A tabela a seguir mostra as exigências de reservas e créditos às quais estamos sujeitos para cada categoria de financiamento:

Produto	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	Forma exigida para as reservas	Juros
Depósitos à vista				
Crédito rural [(1)]	34,0%	34,0%	Empréstimos	6,5% a.a.
Microcrédito [(2)]	2,0%	2,0%	Empréstimos	Taxa Cap.: 2% a.m.
Exigências de reservas	44,0%	45,0%	Caixa	Zero

Produto	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	Forma exigida para as reservas	Juros
Exigências de reservas adicionais	0,0%	0,0%	Caixa	SELIC
Financiamento livre [3]	20,0%	19,0%		
Contas de poupança				
Crédito Imobiliário	65,0%	65,0%	Empréstimos	Cap.: TR + 12% a.a.
Exigências de reservas [4]	20,0%	20,0%	Caixa	TR + 6,17% a.a., ou TR + 70,0% da meta da SELIC
Exigências de reservas adicionais	10,0%	10,0%	Caixa	SELIC
Financiamento livre [3]	5,0%	5,0%		
Depósitos a Prazo				
Exigências de reservas	20,0%	20,0%		
Em espécie ou outros instrumentos [5]	5,4%	12,0%	Caixa ou outros instrumentos	Sem remuneração para caixa
Em espécie	14,6%	8,0%	Caixa	SELIC
Exigências de reservas adicionais	11,0%	11,0%	Caixa	SELIC
Financiamento livre [3]	69,0%	69,0%		

(1) Os Créditos Rurais são créditos concedidos aos agricultores com o montante de R$5,0 bilhões e R$6,2 bilhões em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.
(2) Os microcréditos são créditos a negócios muito pequenos, com R$268,0 milhões e R$287,6 milhões em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.
(3) Financiamento livre é a quantia a ser utilizada livremente para outras finalidades em cada categoria de financiamento.
(4) Com a publicação da Circular 3.596/2012, ocorreu mudança na regra de cálculo de juros recebidos em exigências de reservas de depósitos de Poupança. A partir de 31 de maio de 2012, sempre que a meta da taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., utiliza-se TR + 70,0% da Meta da SELIC, caso contrário, utiliza-se a regra anterior, TR + 6,17% por ano.
(5) Outros instrumentos correspondem a financiamento de motocicletas e determinados ativos (principalmente Carteiras de Crédito e Letras Financeiras) de instituições financeiras elegíveis de acordo com a Circular 3.569 de dezembro de 2011.

Impostos

Vide "Item 4. Informações sobre a Companhia – B. Visão Geral do Negócio – Regulamentação e Supervisão – Tributação".

Hedging dos Investimentos no Exterior

Operamos uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos nossos clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do real sobre os investimentos estrangeiros não são dedutíveis. O tratamento fiscal resulta em volatilidade na linha de imposto de renda em nossa demonstração do resultado. Essa assimetria é compensada através de posições de derivativos em dólar norte-americano futuro, que geram ganhos ou perdas, dependendo da desvalorização ou valorização do real, que é a estratégia do Banco para proteger o resultado depois de impostos. A reconciliação da nossa alíquota efetiva com relação à alíquota estatutária é estabelecida na nota 23b das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Ágio do Banco Real

Registramos um ágio no valor de R$27 bilhões em decorrência de nossa aquisição do Banco Real em 2008. De acordo com o IFRS, somos obrigados a analisar pelo menos uma vez ao ano a potencial redução no valor recuperável do ágio, ou quando tiver qualquer indício de perda do valor recuperável. Em 2014, 2013 e 2012, avaliamos a redução no valor recuperável do ágio com base em técnicas de valor presente líquido. O "Valor em uso" é utilizado para o teste de recuperabilidade e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio

e outras; (ii) performance e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. Essas estimativas envolvem a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva. A realização do ágio no nível da entidade Santander Brasil é considerada remota também pela administração em virtude de a possibilidade de perda na imparidade ou alienação somente ser aplicável à entidade como um todo e, de acordo com as características da combinação de negócios realizada, não é possível separar e identificar o negócio adquirido originalmente. Portanto, a amortização do ágio relativo a impostos gera uma diferença permanente na apuração do imposto de renda e sem registro do passivo fiscal diferido.

Principais Suposições:	**2014**	**2013**	**2012**
Base de avaliação	***(Valor em uso: fluxos de caixa)***		
Período das projeções de fluxos de caixa [(1)]	5 anos	5 anos	10 anos
Taxa de crescimento[(2)]	7,0%	7,0%	6,0%
Taxa de desconto [(3)]	14,4%	14,8%	15,0%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
(2) A taxa de crescimento é baseada em um crescimento real de 2% a.a. adicionando a esta uma inflação anual de longo prazo.
(3) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos (CAPM).

Realizamos um teste de sensibilidade na análise de potencial redução no valor recuperável do ágio levando em consideração as principais premissas, passíveis de mudança razoável, conforme exigido pelo IFRS. Consequentemente, aplicamos esse teste considerando a taxa de desconto como a premissa principal sujeita à mudança razoável e não identificamos nenhuma perda com redução ao valor recuperável do ágio.

Fatores que Afetam a Comparabilidade dos Resultados de Nossas Operações

Planos para Otimizar nossa Estrutura de Capital

Em 26 de setembro de 2013, anunciamos que, para otimizar a nossa estrutura de capital, nosso Conselho de administração submeteu uma proposta para otimizar a estrutura de capital regulamentar do Santander Brasil para aprovação dos acionistas ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, consistente com as recentes regras de capital e alinhado com a estratégia de nossos negócios e plano de crescimento. O Plano de Otimização do PR foi composto dos seguintes itens: (i) uma distribuição de capital para os acionistas do Santander Brasil, no valor total de R$6 bilhões, sem redução no número de ações; (ii) a emissão de instrumentos de capital estrangeiro para compor Nível I e Nível II de capital regulamentar do Santander Brasil; e (iii) um programa de bonificação de ações e um ajuste na composição das Units, seguido por um grupamento de ações (*inplit*), com o objetivo de eliminar a negociação em centavos de reais.

Distribuição de Capital

Em 1º de novembro de 2013, a proposta de distribuição de capital aos acionistas foi aprovado na Assembleia Geral de Acionistas. Em janeiro de 2014, as condições para que sejamos capazes de efetuar a distribuição de capital (ou seja, final do período de oposição de credores quirografários, a aprovação pelo Banco Central do Brasil e arquivar as atas da reunião na JUCESP) estavam satisfeitos. A distribuição do capital próprio aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, com ações e Units do Banco que passaram a ser negociadas a ex-direitos para a distribuição de capital desde 15 janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão de Dólares Americanos - denominados Notas fora do Brasil em um montante de R$6 bilhões (as “Notas”). A emissão de notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I do Capital, são:

- Valor Nominal: US$1,247 bilhões, equivalente a R$3 bilhões;
- Taxa de Juros: 7,375% a.a.;
- Vencimento: As Notas de Nível I são perpétuas;
- Frequência de pagamento de juros: juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril, 2014;
- Discrição: o Santander Brasil pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado, sem direito a acumulação e esta suspensão não poderá ser considerado como um evento de default; e
- Subordinação: em caso de insolvência, a liquidação financeira das Notas está subordinado a todos os instrumentos de capital de Nível II.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II do Capital, são:

- Valor Nominal: US$1,247 bilhões, equivalente a R$3 bilhões;
- Taxa de Juros: 6,0% a.a.;
- Vencimento: as Notas de Nível II têm vencimento em 29 de janeiro de 2014; e
- Frequência de pagamento de juros : juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a emissão de notas que compunham o Nível I e Nível II do capital regulatório do Banco desde a data de emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações (Inplit)

Com o objetivo de eliminar as negociações em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentando a liquidez e reduzindo os custos de transações das mesmas, nossos acionistas aprovaram em 18 de março de 2014, (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para nossos acionistas, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resultou em uma bonificação de cinco ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante a capitalização de reservas no quantidade de R$172 milhões; e (ii) um grupamento de ações (inplit) da totalidade de nossas ações ordinárias e preferenciais na proporção de 1:55, de modo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais corresponderia posteriormente a uma ação ordinária e uma ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB11) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. A bonificação de ações e o grupamento de ações foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta de Permuta

Em 29 de abril de 2014, Santander Espanha, nosso controlador indireto, anunciou sua intenção de lançar a Oferta de Permuta Brasileira e a Oferta de Permuta Americana. Como resultado da transação, continuamos a ser uma empresa listada, embora nós mudamos do segmento Nível 2 para o segmento tradicional na BM&F BOVESPA.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, em que os seguintes itens foram aprovados: (a) a saída do Banco do segmento Nível 2; e (b) a nomeação de NM Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Roth-Schild") para preparar um relatório de avaliação para os efeitos da Oferta de Permuta Brasileira e a Oferta de Permuta Americana e a consequente saída do segmento Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Santander Brasil anunciou ao mercado que o laudo de avaliação preparado por Rothschild tinha sido devidamente apresentado nessa data com (i) a CVM; (ii) a BM&FBOVESPA; e (iii) a SEC. Na mesma data, o Santander Brasil também anunciou ao mercado que o pedido de registro da Oferta de Permuta Brasileira havia sido devidamente registrado junto à CVM.

Em 2 de outubro de 2014, o conselho de administração do Santander Brasil emitiu um parecer sobre a Oferta de Permuta Brasileira e a Oferta de Permuta Americana e o Santander Brasil arquivou junto à SEC a sua posição em relação à proposta de transação por meio de uma Schedule 14D- 9. Em 16 de outubro, 2014, o Santander Espanha e Santander Brasil divulgaram ao mercado um ajuste da relação de troca prevista no edital, publicado em 18 de setembro de 2014. A relação de troca, e, consequentemente, a quantidade de BDRs que cada acionista tinha direito, foram ajustados de 0,70 BDR para cada Unit, e 0,35 BDR para cada ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada ação, seja ordinária ou preferencial, tendo em vista a compensação declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa "Santander Dividendo Elección", com uma *record date* de 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro 2014, o Santander Brasil em conjunto com o Santander Espanha comunicou ao mercado os resultados da Oferta de Permuta Brasileira e da Oferta de Permuta Americana, ou seja, o Santander Espanha adquiriu 1.640.644 ações e 517.827.702 Units, que representam, em conjunto, 13,65% do capital social da Santander Brasil, aumentando assim a participação do Grupo Santander no Santander Brasil para 88,30% (não incluindo as ações detidas pelo Banco Madesant - Sociedade Unipessoal) do seu capital social total (88,87% das ações ordinárias e 87,71% das ações preferenciais, considerando também as ADRs representativas de Units adquiridas nos Estados Unidos). Como consequência da Oferta de Permuta Brasileira e da Oferta de Permuta Americana, as ações do Santander Brasil não se encontram mais listadas no segmento Nível 2, e agora estão listadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA.

Incorporação da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. pela GetNet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Em 31 de julho de 2014, o Santander Brasil completamos a aquisição das operações da GetNet, que foi anunciado em 4 de abri de 2014. Para maiores informações desta transação, por favor veja “Item 4. Informações da Companhia— A. Histórico e Desenvolvimento da Companhia—Eventos Importantes— Aquisição da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações Eletrônicas H.U.A.H. S.A”

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2014, os acionistas da GetNet e SGS aprovaram a incorporação da GetNet pela SGS sob os termos do Protocolo de Incorporação da GetNet SGS (“O Protocolo”) datado como 29 de agosto de 2014.

De acordo com o Protocolo, a SGS recebeu o valor contábil de todos os ativos, direitos e obrigações da GetNet totalizando R$42.895, que foi extinguida e sucedida pela SGS GetNet em totalidade de direitos e obrigações via uma fusão da GetNet em SGS. Considerando que todas as ações emitidas pela GetNet eram detidas pela SGS, não foi feito nenhum incremento de capital da SGS após a aprovação da fusão, e os ativos líquidos da GetNet foram registrados na SGS GetNet em contrapartida com uma conta de investimento.

A implementação da fusão da GetNet representa um passo importante na simplificação, integração e consolidação na captura e processamento de atividades do Grupo Santander em seus negócios de adquirência no Brasil. A nova estrutura irá fornecer uma maior flexibilidade na gestão dos negócios com uma nova e mais completa abordagem comercial e um aumento nos ganhos operacionais.

A fusão da GetNet foi baseada no balanço patrimonial de 31 de julho de 2014, especialmente preparado para o propósito da fusão e qualquer variação ocorrida entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014 foram contabilizados pela SGS GetNet.

Venda da Gestora de Fundos de Investimento e das Carteiras Geridas

Em 17 de dezembro de 2013, concluímos a venda da nossa gestora de ativos, por meio da alienação de todas as ações da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“DTVM”), empresa controlada por nós. As atividades de gestão de ativos realizadas pela DTVM foram então segregadas em uma nova gestora de ativos criados para este propósito exclusivo. O preço de venda foi de R$2.243 milhões, gerando um ganho de capital após a dedução dos impostos de R$1.205 milhões.

Permaneceremos como o administrador dos fundos e responsável pelas atividades de distribuição, recebendo, para tanto, remuneração em linha com as práticas de mercado. Como administrador dos fundos, continuaremos responsáveis pela administração dos fundos, realizando os serviços direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento e manu-

tenção dos fundos. Adicionalmente, continuaremos realizando as atividades de venda e distribuição. Não realizaremos a gestão dos fundos ou tomaremos decisões de investimento, as quais serão praticadas pela nova gestora.

Referida operação está inserida no contexto da parceria global estabelecida entre Santander Espanha e duas das maiores empresas de private equity do mundo, a Warburg Pincus e General Atlantic. Como parte dessa aliança , o Santander Espanha passou a deter 50% de uma holding chamada Santander Asset Management, que integra os negócios do Grupo Santander de gestão de ativos em onze países (incluindo o Brasil), com os restantes 50% das ações pela Santander Asset Management detida pela Warburg Pincus e General Atlantic.

O lucro líquido do negócio de asset management foi de R$74 milhões em 2011, R$55 milhões em 2012, e aproximadamente R$55 milhões em 2013 até a data da venda.

Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (nova denominação social do Santander Seguros S.A.)

Em 5 de outubro de 2011, nós concluímos a venda da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (nova denominação social da Santander Brasil Seguros S.A.) para as seguintes sociedades: (i) Zurich Santander Insurance America S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS). Em 8 de junho de 2012, a Susep aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Zurich Santander Holding (Spain), S.L., sociedade holding com sede na Espanha, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e (ii) o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R$2.741.102 mil (recebido em 5 de outubro de 2011). Em 10 de maio de 2013 o preço de compra e venda final foi definido pelas partes no valor de R$2.744.990 mil. Em 3 de setembro de 2013, o Banco Santander concluiu a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei das Sociedades por Ações Brasileira.

Os ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R$24.731.463 mil, representados principalmente por R$21.551.422 mil de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, privados e cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL). Os passivos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R$22.349.428 mil, representados principalmente por R$21.278.718 mil de passivos por contratos de seguros - provisão técnica para operações de seguro e previdência privada. O ganho reconhecido nesta operação foi de R$424.292 mil, registrado na rubrica resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas.

A operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da operação, distribuímos exclusivamente os produtos de seguros, durante os próximos 25 anos, através de nossa rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da operação. Como resultado destes contratos, recebemos uma remuneração relativa, equivalente à praticada antes da operação. A operação visa fomentar e fortalecer nossa atuação no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a nossa capacidade de distribuição.

Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Geral

Nossas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. A discussão a seguir descreve as áreas que exigem maior julgamento ou envolvem um maior grau de complexidade na aplicação das políticas contábeis, e estimativas que atualmente afetam nossa situação financeira e resultados operacionais. As estimativas contábeis feitas nesses contextos exigem que a administração faça suposições sobre assuntos que são altamente incertos. Nesse sentido, se a administração decide mudar essas estimativas, ou mesmo se mudanças nessas estimativas ocorrerem de período para período, essas estimativas contábeis podem ter um impacto significativo sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

A administração baseia suas estimativas e julgamentos na experiência histórica e em vários outros fatores e circunstâncias, que acreditam ser razoáveis. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas se os pressupostos e as condições mudarem. Julgamentos ou mudanças nas premissas são submetidos ao comitê de auditoria, ao comitê de compliance e para os nossos órgãos reguladores, e são apresentadas nas notas explicativas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nós registramos os ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial como instrumentos financeiros classificados entre as categorias de “valor justo por meio do resultado”, “títulos disponíveis para venda”, e todos os derivados registrados pelo justo valor justo. O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido para vender um ativo, ou pago para transferir um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração, independentemente se o preço é diretamente observável ou estimado utilizando outra técnica de valoração.

Ao estimar o valor justo, o banco deve levar em consideração as características do ativo ou passivo se os participantes do mercado levarem essas características em consideração , ao precificar o ativo ou o passivo na data de mensuração. Essa transação assumida estabelece o preço para vender o ativo ou para transferir o passivo, na ausência desse fator, o preço é estabelecido baseado em técnicas de avaliação comumente utilizadas pelos mercados financeiros.

Utilizamos instrumentos financeiros derivativos tanto para negociação como para outros fins. Os principais tipos de derivativos que utilizamos são os swaps de taxas juros, contratos de taxas futuros, opções e futuros de taxas de juros, contratos de câmbio a termo, contratos futuros de câmbio, opções de câmbio, swaps de moeda, swap cambial com cupom, futuros de índice de ações, opções de ações e swaps de ações. O valor justo de um derivativo padrão é calculado com base nas cotações públicas de mercado. O valor justo dos derivativos no mercado de balcão é calculado pela soma do seu fluxo de caixa futuro descontado a valor presente na data de mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), com base nas técnicas de valoração normalmente utilizadas pelos mercados financeiros, conforme a seguir:

- O método do valor presente para avaliação de instrumentos financeiros de cobertura estática (especialmente contratos a termo e swaps), empréstimos e adiantamentos. Estimativas de fluxos de caixa futuros são descontadas utilizando as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis. As curvas de taxa de retorno são, em geral, dados observáveis de mercado.

- O modelo Black-Scholes para a avaliação de instrumentos financeiros de cobertura dinâmica (especialmente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados). Alguns dados observáveis de mercado são utilizados neste modelo Black-Scholes para gerar variáveis, tais como spreads em leilões, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, conforme o caso.

- O método do valor presente e o modelo Black-Scholes são utilizados na avaliação de instrumentos financeiros expostos a riscos de taxa de juros, tais como futuros de taxa juros, caps e floors. Os principais dados aplicados para esses modelos são os dados observáveis de mercado, incluindo curvas de taxa de retorno apropriadas, volatilidade, correlações e taxas de câmbio.

- Utilizamos modelos dinâmicos similares àqueles aplicados no cálculo de risco da taxa de juros , com o objetivo de medir o risco de crédito dos instrumentos lineares (tais como passivos e derivativos de taxa fixa). No caso de instrumentos não lineares expostos ao risco da carteira de crédito (como os derivativos de crédito), a probabilidade de inadimplência é determinada por meio do modelo Standard Gaussian Copula. Os principais dados utilizados para determinar os custos subjacentes dos créditos para derivativos de risco de crédito são os spreads de crédito cotados, e as correlações entre derivativos de créditos cotados de vários

emissores. O cálculo do valor justo exige certas estimativas e projeções. Caso não estejam disponíveis publicamente os preços de mercado, o valor justo é calculado por meio da aplicação de modelos de precificação amplamente aceitos e que consideram os preços contratuais dos instrumentos financeiros subjacentes, curvas de juros, condições contratuais, dados de mercado observáveis e outros fatores relevantes. O uso de diferentes estimativas ou premissas nesses modelos de precificação pode resultar em uma avaliação diferente daquela registrada em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Vide nota explicativa 2d (iii) às nossas demonstrações financeiras consolidadas contém informações adicionais sobre as técnicas de avaliação utilizadas por nós, assim como os detalhes sobre as principais premissas e projeções aplicadas nesses modelos, e a sensibilidade da avaliação dos instrumentos financeiros às mudanças nas principais premissas utilizadas.

Perdas pelo valor recuperável de ativos financeiros

Com relação à provisão para perdas por redução ao valor recuperável do risco de crédito, foram avaliados todos os contratos de empréstimos. Os empréstimos de maior valor material são avaliados individualmente para constituição da provisão, enquanto os empréstimos de menor valor material são avaliados coletivamente agrupando as características de risco de crédito semelhantes.

Para mensurar a perda pela redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados individualmente, são consideradas as condições do devedor, tais como a sua situação económica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, gestão, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como as características dos ativos, tais como a sua natureza e propósito, tipo, suficiência e nível de liquidez, garantias e montante total do crédito, bem como baseado na experiência histórica de avaliação do valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para mensurar a perda pela redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente, são segregados os ativos financeiros em grupos, considerando as características e semelhança do risco de crédito, em outras palavras, de acordo com o segmento, o tipo de ativos, garantias e outros fatores associados como a experiência histórica de avaliação do valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

A perda pela redução ao valor recuperável é calculada utilizando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição na inadimplência ou "EAD" é a valor da exposição ao risco na data da inadimplência do devedor. De acordo com o IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição corrente, conforme relatado no balanço.

- PD (probabilidade de default) é a probabilidade de o devedor não cumprir as obrigações de pagamento do principal e/ou dos juros. PD é mensurada utilizando um horizonte temporal de um ano; ou seja, ela quantifica a probabilidade de o devedor inadimplir no próximo ano. Um empréstimo está em inadimplência tanto para o principal como para os juros vencidos por 90 dias ou mais, ou o mesmo para um empréstimo vigente há dúvidas quanto à solvência da contraparte (créditos de liquidação duvidosa).

- Perda por inadimplência, ou "LGD", é a perda resultante no caso de inadimplência. Além da probabilidade de default (PD), faz-se a gestão da carteira à procura de empréstimos que os devedores vão expor maiores volumes de garantias relativas às operações e também atua constantemente fortalecendo sua área de recuperação de crédito. Estas e outras ações combinadas são responsáveis por garantir a adequação dos parâmetros de LGD (perda resultante do evento de inadimplência por parte do devedor de honrar o pagamento do principal e/ou o pagamento dos juros). O cálculo de LGD baseia-se recuperações de empréstimos inadimplentes, considerando as garantias associadas com os empréstimos, as receitas e despesas associadas ao processo de recuperação e o tempo de inadimplência.

- Período de identificação da perda (loss identification period), ou “LIP”, é o tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação da evidencia objetiva dessa perda por parte do Banco. Ou seja, representa o horizonte de tempo desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva dessa perda.

Além disso, antes de recuperar o empréstimo vencido (o que só é feito depois de ter completado todos os esforços de recuperação) registramos provisões para o saldo remanescente do empréstimo para que nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa cubra totalmente as nossas perdas. Assim, entendemos que nossa metodologia de provisão para devedores foi desenvolvida para atender as métricas de risco e capturar empréstimos que poderiam ter perdas por redução ao valor recuperável.

Perda com Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

Determinados ativos, tais como ativos intangíveis, incluindo ágio pela expectativa de rentabilidade futura, investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, ativos financeiros não avaliados pelo valor justo por meio do resultado e outros ativos estão sujeitos a uma revisão por perda com redução ao seu valor recuperável. Nós registramos as perdas com redução ao valor recuperável quando há evidência objetiva de desvalorização, ou de que o custo dos ativos pode não ser recuperado.

A avaliação do que constitui a perda com redução ao valor recuperável é definida com base nos seguintes modelos:

Nós testamos a redução no valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura, anualmente ou, mais frequentemente, quando os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, tais como alterações adversas nas condições de negócios do banco ou nos dados observáveis de mercado, indicam que esses ativos podem sofrer desvalorização. A determinação valor recuperável utilizado na avaliação da perda requer preços de negócios comparáveis, o valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação de todos estes fatores, exigindo que a administração faça julgamentos subjetivos e premissas. Os eventos ou fatores que podem afetar essas projeções de forma significativa incluem, entre outros, concorrência, comportamento dos clientes, atrito com clientes, alterações na tendência de aumento das receitas, estruturas de custos e tecnologia, variações nas taxas de desconto e condições específicas do setor ou do mercado. Em caso do reconhecimento desta perda para o ágio por expectativa de rentabilidade futura, não haverá a possibilidade de reversão em um período subsequente (como resultado do teste do valor recuperável do ágio para 2013 e 2012, o valor recuperável do caixa gerado não representa deterioração). O reconhecimento da perda com redução ao valor recuperável é aplicável quando ocorrerem mudanças significativas nas principais estimativas utilizadas para avaliar os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa (valor recuperável inferior ao valor contábil). Baseado nos pressupostos acima, não foi identificado perda com redução ao valor recuperável do ágio em 2013 e 2014.

Dado o nível de incerteza relacionado com essas premissas, os nossos diretores realizaram análises de sensibilidade usando razoavelmente possíveis alterações nas premissas fundamentais em que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa se baseia, a fim de confirmar que os valores recuperáveis ainda excedem os valores contábeis.

Todos os títulos de dívida e instrumentos de patrimônio (com exceção daqueles registrados pelo valor justo através do resultado) estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável periodicamente. O valor contábil é revisado com o objetivo de determinar quando a ocorre perda com desvalorização.

A avaliação da desvalorização engloba informações quantitativas e qualitativas. Com relação aos títulos de dívida, essas informações incluem as perdas com crédito reais e as estimadas, de acordo com a taxa de inadimplência, dados de mercado sobre perdas incorridas (estimadas) e outras indicações de que o emissor talvez não cumpra os prazos de pagamento. Os instrumentos de patrimônio são desvalorizados quando a Administração julga que, em razão de uma queda substancial ou prolongada no valor justo para níveis abaixo do preço de compra, há evidências suficientes para crer que o custo de aquisição pode não ser recuperado. “Substancial” e “prolongada” são interpretados caso a caso dependendo das participações societárias específicas.

Após a perda por redução do valor recuperável do instrumento de dívida ou instrumentos de capital, o valor considerado como perda efetiva é reconhecido no resultado do exercício. Além disso, não identificamos qualquer redução do valor recuperável de ativos tangíveis em 2014 e 2013 (ver notas explicativas 13 e 12, respectivamente, de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas).

Plano de Benefícios Pós Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas, como entidades patrocinadoras, pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

Estas contribuições são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefícios pós-emprego que não é um plano de contribuição definida e é apresentado na nota explicativa 21. Para este tipo de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é prover os benefícios acordados com os empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios vão custar mais do que o esperado.

Para plano de benefício definido, a alteração do IAS 19 estabeleceu modificações fundamentais na contabilização e divulgação de benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como mudanças nos critérios para reconhecimento de juros convencionais dos ativos do plano (valorização baseada na taxa de desconto do passivo atuarial).

A adoção dessa nova política contábil implica, fundamentalmente, no pleno reconhecimento contábil do passivo no registro de perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidos anteriormente, em contraste com o registro no patrimônio líquido (Demonstração do Resultado Abrangente).

Principais definições:

- O valor presente da obrigação de benefício definido é o valor presente dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado no período corrente e em períodos anteriores, sem a dedução de quaisquer ativos do plano.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido, menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço patrimonial quando se enquadram nas seguintes características: (i) os ativos do fundo são suficientes para satisfazer todo plano de benefícios do empregado ou de obrigações do patrocinador; ou (ii) os ativos serão devolvidos à entidade patrocinadora, a fim de reembolsá-la pelos benefícios já pagos aos empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são as mudanças no valor presente da obrigação de benefícios definidos resultante de: (a) ajustes de experiência (os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e aquilo que realmente ocorreu); e (b) os efeitos de alterações nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefícios definidos resultante do serviço do empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido para o serviço de empregados em períodos anteriores decorrentes de uma mudança no plano ou reduções no número de empregados cobertos.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de “Despesas de juros e encargos similares” e "Provisões (líquidas)".

Os planos de benefícios definidos são registrados com base em estudo atuarial, conduzido anualmente por uma consultoria externa, ao final de cada ano, para ser efetivo para o período subsequente.

Resultados Operacionais relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Sumário

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, nós reportamos um lucro líquido consolidado de R$5,7 bilhões, uma diminuição de 2,4% se comparado a 2013. Essa variação reflete, principalmente, uma queda de R$2.063 milhões no resultado de operações descontinuadas (sobretudo devido à venda a DTVM em 2013). Excluindo o efeito das operações descontinuadas, o lucro líquido das operações continuadas aumentou 50.8% em 2014.

Mudanças nos nossos índices de inadimplência estão em linha com a tendência de queda do índice no sistema financeiro, particularmente entre os "private banks", iniciada em 2012 e mantida durante o ano de 2014, como evidenciado pelo decréscimo no nosso índice de inadimplência over 90, de 6,2% em dezembro de 2013, para 5,6% em dezembro de 2014 (queda de 0,6%).

O índice de cobertura atingiu 96,8% em 31 de dezembro de 2014, uma queda de 0,5% em comparação a 97,3% em 31 de dezembro de 2013.

Nossa carteira de crédito total cresceu 10,1% de R$226,2 bilhões em 31 de dezembro de 2013 para R$249,1 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Crédito a pessoa física e pessoa jurídica apresentaram crescimento de R$3.369 milhões e R$20.203 milhões, respectivamente, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao mesmo período de 2013. O crescimento do crédito para o segmento de pessoa física foi implementado por um aumento de 34,4% em crédito imobiliário. O crescimento do crédito de 23,6% no segmento pessoa jurídica foi positivamente impactado pelas variações cambiais.

Depósitos do Banco Central do Brasil e de Instituições de Crédito, somados aos depósitos de clientes, aumentaram 21,4% para R$284,3 bilhões em 31 de dezembro de 2014, comparados a R$234,2 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

Nosso índice de eficiência foi de 38,9% em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 1,1% em relação a 38,8% em 31 de dezembro de 2013. Nosso índice de adequação de capital da Basileia, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, foi de 17,5%, em 31 de dezembro de 2014.

Resultados Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido para os anos de 2014 e 2013.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	**2013**	**% Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Receita líquida com juros	27.229	28.479	(4,4)%	(1.251)
Receitas de instrumentos de patrimônio	222	81	n.d.	141
Resultado de equivalência patrimonial	91	91	(0,3)%	(0)
Receitas de tarifas e comissões líquidas	8.766	8.100	8,2%	665
Ganhos /perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças cambiais (líquidas)	(887)	(595)	49,2%	(293)
Outras receitas (despesas) operacionais	(470)	(445)	5,8%	(26)
Total de receitas	**34.950**	**35,713**	**(2,1)%**	**(763)**
Despesas administrativas	(13.942)	(13.850)	0,7%	(91)
Depreciação e amortização	(1.362)	(1.252)	8,8%	(110)
Provisões (líquidas)	(2.036)	(2.693)	(24,4)%	657
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(11.272)	(14.118)	(20,2)%	2.846
Perdas com outros ativos (líquidas)	4	(345)	n.d.	348
Outros ganhos/perdas não financeiros	101	563	(82,0)%	(462)
Lucro Operacional antes da tributação	**6.443**	**4.018**	**60,4%**	**2.425**
Imposto de renda	(736)	(234)	n.d.	(502)
Lucro Líquido de Operações em continuidade	**5.708**	**3.785**	**50,8%**	**1.923**
Operações descontinuadas	-	2.063	n.d.	(2.063)

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	2013	% Diferença	Diferença
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Lucro líquido consolidado do exercício.....	**5.708**	**5.848**	**(2,4)%**	**(140)**

O lucro líquido consolidado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foi de R$5,7 bilhões, uma diminuição de 2,4% comparado a 2013.

Esta variação em nosso lucro consolidado foi principalmente devida a:

- Uma redução de 20,2%, ou R$2.846 milhões em perdas com ativos financeiros (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, principalmente como consequência da melhora na qualidade de nossa carteira de crédito, em linha com as tendências de mercado; e

- Um aumento de R$665 milhões em receitas de tarifas e comissões (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em decorrência, sobretudo, do aumento de R$374 milhões em receitas de cartões de débito e crédito e um incremento de R$89 milhões em receitas de recebimento de serviços.

Estes aumentos foram parcialmente compensados por:

- Uma redução de R$2.063 milhões em operações descontinuadas no exercício encerrado de 31 de dezembro de 2014 em comparação com o exercício findo de 2013, principalmente devido, a ganhos com a venda da DTVM em 2013, que não ocorreu em 2014. Para mais informações, vide "-Fatores que Afetam a Comparabilidade de Nossos Resultados Operacionais – Venda da Santander Brasil Asset Management"; e

- Uma diminuição de 4,4% ou R$1.251 milhões na receita líquida com juros no exercício encerrado de 31 de dezembro de 2014, comparado com o mesmo período de 2013, devido principalmente a uma redução do nosso spread médio da carteira, que esta associada à mudança do mix de nossa carteira, pelo crescimento de produtos de baixo risco (por exemplo: crédito imobiliário e crédito consignado).

Receita líquida com juros

A receita líquida com juros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R$27.229 milhões, com uma diminuição de 4,4% ou R$1.251 milhões em relação a R$28.479 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. As receitas de operações de crédito caíram R$1.069 milhões ou 5,0% durante o ano, principalmente em função da redução do nosso spread médio da carteira, que esta associada à mudança do mix de nossa carteira, pelo crescimento de produtos de baixo risco (por exemplo: crédito imobiliário e crédito consignado).

A média total dos ativos remunerados em 2014 alcançou R$401,9 bilhões, um crescimento de 12,0% ou R$43 milhões contra R$358,9 bilhões no ano encerrado em 31 de dezembro 2013. As principais causas desse crescimento foram: o aumento de R$23,3 bilhões na média de instrumentos da dívida e um incremento de R$15,8 bilhões na média de empréstimos e outros valores com instituições de créditos e adiantamentos a clientes, em linha com as tendências de mercado. O rendimento líquido (receita líquida com juros dividida pela média total dos ativos remunerados) foi de 6,9% em 2014, comparado com 8,0% em 2013, ou seja, um decréscimo de 1,1%.

A média do total dos passivos remunerados em 2014 foi de R$318,6 bilhões, um crescimento de 10,9% ou R$31 bilhões em comparação aos R$287,4 bilhões em 2013. Esse aumento foi decorrente principalmente do crescimento de R$12 bilhões em depósitos de clientes, e R$8 bilhões em depósitos de instituições de crédito e R$8 bilhões em obrigações por títulos e valores mobiliários, em linha com as tendências de mercado.

Finalmente, a taxa de remuneração (que é a diferença entre o rendimento bruto em ativos remunerados e o custo médio dos passivos remunerados), em 2014 foi de 4,9%, 1,5% inferior à de 2013, cuja taxa foi de 6,4%.

Receitas de instrumentos de patrimônio

As receitas de instrumentos de patrimônio para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R$222 milhões, um aumento de R$141 milhões em relação a R$81 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Este aumento foi principalmente devido aos recebimentos de dividendos de ativos financeiros disponíveis à venda durante o ano de 2014.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R$91 milhões, permanecendo estável desde 31 de dezembro de 2013.

Receita de Tarifas e Comissões Líquidas

Receita de tarifas e comissões líquidas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, totalizaram R$8.766 milhões, um crescimento de 8,2 % ou R$665 milhões em relação aos R$8.100 milhões registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esse crescimento deve-se, principalmente, ao aumento de R$374 milhões em receitas com cartões de crédito e débito e um incremento de R$89 milhões em receitas com recebimento de serviços.

Receitas de cartões de crédito e débito totalizaram R$2.314 milhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representa um crescimento de 19,3% em relação ao exercício encerrado 31 de dezembro de 2013, devido, principalmente, ao crescimento no volume de transações de cartão de crédito e débito e a aquisição da GetNet. Para mais informações, com as considerações da aquisição da GetNet, vide "-Fatores que Afetam a Comparabilidade de Nossos Resultados Operacionais – Aquisição da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. para GetNet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.". Nossa base de cartões de crédito apresentou uma redução de 3,9% e nosso número de cartões de débito emitidos cresceu 10,7% no exercício encerrado em 2014, resultando em um total de 56,6 milhões de cartões emitidos.

Receitas recebimento de serviços totalizaram R$741 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 13,7% em comparação ao mesmo período de 2013. Tal variação foi devida principalmente ao crescimento das operações de cash management.

A tabela a seguir reflete o desdobramento da receita líquida de tarifas e comissões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	**2013**	**% Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Tarifas Bancárias.....	2.428	2.423	0,2%	5
Recebimento de Serviços.....	741	652	13,7%	89
Venda de Seguros e Capitalização.....	1.999	1.978	1,1%	21
Fundos de Investimento e Previdência.....	973	994	(2,1)%	(21)
Cartão de Crédito e Débito.....	2.314	1.940	19,3%	374
Mercado de Capitais.....	494	416	18,8%	78
Financiamento Comércio Exterior.....	476	393	21,3%	84
Impostos sobre serviços.....	(375)	(369)	1,6%	(6)
Outras.....	(285)	(326)	(12,7)%	41
Total.....	**8.766**	**8.100**	**8,2%**	**665**

Ganhos/Perdas com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) e Diferenças Cambiais (líquidas)

Os ganhos/perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças cambiais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram perdas de R$887 milhões, um aumento de R$293 milhões em relação às perdas de R$595 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação é explicada pelas despesas de R$175 milhões de operações de derivativos, incluindo nossos resultados de hedge dos investimentos no exterior, e menores ganhos de R$129 milhões referentes aos ativos com renda variável que foram parcialmente compensados por menores resultados de R$24 milhões relacionados a atividades com o mercado. Para maiores informações vide "Outros Fatores que Afetam Nossa Condição Financeira e Resultados Operacionais – Hedge em Investimentos Estrangeiros".

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas/despesas operacionais referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram despesas de R$470 milhões, um crescimento de R$26 milhões comparados às despesas de R$445 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram de R$13.942 milhões, um aumento de R$91 milhões em comparação com as despesas de R$13.850 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

As despesas de pessoal aumentaram R$158 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente a maiores despesas com remuneração direta e benefícios, relativo ao impacto do nosso acordo coletivo de trabalho, compensadas parcialmente pela diminuição das despesas com treinamentos e outras despesas de pessoal.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	**2013**	**% da Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Remuneração direta.....	4.512	4.315	4,6%	198
Previdência social.....	1.203	1.169	2,9%	34
Benefícios.....	1.093	1.051	4,0%	42
Treinamento.....	99	135	(26,7)%	(36)
Outras despesas de pessoal.....	296	376	(21,2)%	(80)
Total.....	**7.203**	**7.046**	**2,2%**	**158**

Outras despesas administrativas diminuíram R$66 milhões, de R$6.805 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$6.738 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução foi principalmente devido, a menores despesas com comunicações, imóveis, instalações e materiais e ajudas de custo e despesas de viagem, parcialmente compensados por outras despesas administrativas.

O índice de eficiência, que calculamos como sendo o total de despesas administrativas dividido pela receita total, aumentou para 39,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 quando comparado com 38,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir mostra as outras despesas administrativas para cada um dos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	**2013**	**% Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Serviços técnicos especializados.....	2.005	1.991	0,7%	15
Imóveis, instalações e materiais	1.209	1.248	(3,1)%	(39)
Tecnologia e sistemas.....	1.106	1.110	(0,3)%	(3)
Publicidade.....	467	461	1,2%	6
Comunicações.....	501	573	(12,6)%	(72)
Ajudas de custo e despesas de viagem.....	141	171	(17,4)%	(30)
Serviços de vigilância e transporte de valores.....	574	570	0,6%	3
Outras despesas administrativas	735	681	7,9%	54
Total.....	**6.738**	**6.805**	**(1,0)%**	**(66)**

Depreciação e amortização

Despesas de depreciação e amortização para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R$1.362 milhões, um aumento de R$110 milhões em relação as despesas de R$1.252 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da amortização de nossos sistemas tecnológicos.

Provisões (líquidas)

Provisões principalmente incluem provisões para reclamações fiscais, cíveis e especialmente trabalhistas. Provisões (líquidas) totalizaram R$2.036 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R$657 milhões comparados a R$2.693 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esta diminuição foi principalmente devida a redução de R$233 milhões de provisões fiscais e despesas que ocorreram no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 de R$420 milhões que não ocorreram em 2014 (R$988 milhões em despesas para estabelecer um fundo para cobrir o impacto de projetos que visam a melhoras da produtividade e eficiência operacional, parcialmente compensados por ganhos de R$568 milhões referentes ao parcelamento e pagamento a vista de débitos tributários e previdenciários).

Perdas com redução ao valor recuperável com Ativos Financeiros (Líquidas)

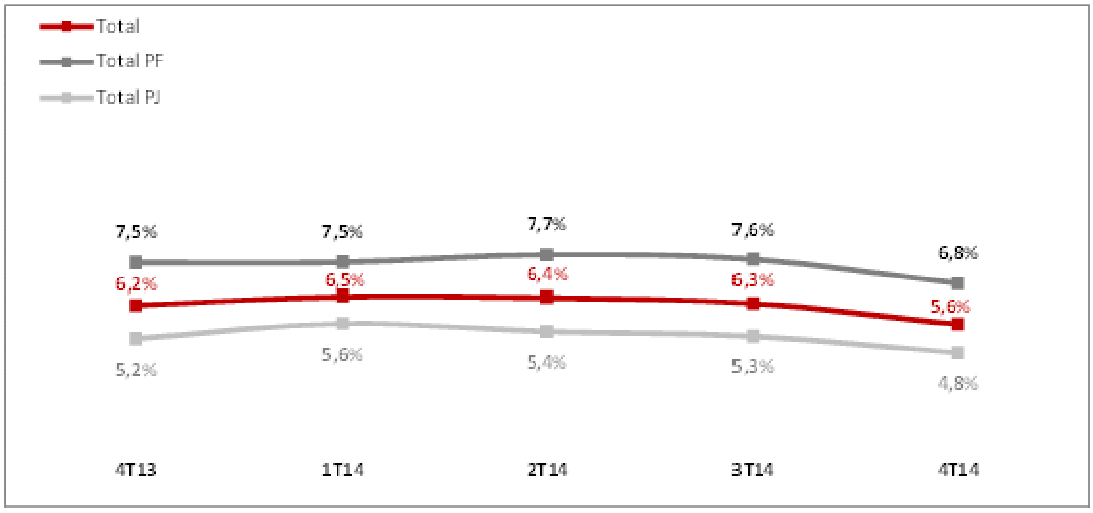
Nossa carteira de risco de crédito calculável apresentou um crescimento de R$31,0 bilhões em 31 de dezembro de 2014, ou 12,0% em relação ao mesmo período de 2013, enquanto que os ativos não recuperáveis diminuíram 0,1%, ou R$11 milhões. Houve uma queda de 59 pontos base no índice de inadimplência comparado com o mesmo período do ano anterior. As despesas líquidas para provisão para perdas com créditos em 2014 diminuíram 19,5% em relação a 2013 (R$13,9 bilhões), contabilizando R$11,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014.

A tabela a seguir mostra a proporção de nossos ativos não recuperáveis do total de risco de crédito calculável e o nosso índice de cobertura em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

	Em 31 de dezembro de	
	2014	**2013**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)	
Risco de crédito calculável [(1)]	288.445	257.420
Ativos não recuperáveis	14.011	14.022
Provisão para perdas de crédito	13.563	13.641
Índices	-	-
Ativos não recuperáveis versus Risco de crédito calculável	4,9%	5,4%
Índice de cobertura [(2)]	96,8%	97,3%
Perdas com empréstimos e financiamentos	11.194	13.900
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado [(3)]	-	(218)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(11.194)	(14.118)

(1) Risco de crédito computável é uma medida não-GAAP. Risco de crédito computável é a soma dos valores de custo amortizados de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo ativos não recuperáveis).
(2) Provisões para ativos não recuperáveis como percentual dos ativos não recuperáveis.
(3) Corresponde aos registros de perdas de caráter permanente nos valores a realizar dos títulos e valores mobiliários classificados como "títulos disponíveis para venda" reconhecidos atualmente em "Ganhos com ativos financeiros (líquidos)"

O gráfico a seguir mostra o índice de nossos ativos não recuperáveis por risco de crédito desde o quarto trimestre de 2013 até o quarto trimestre de 2014:



Ativos Não Recuperáveis por Tipo de Cliente

A tabela a seguir apresenta os ativos não recuperáveis por tipo de cliente em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Em 31 de dezembro de	
	2014	**2013**
	(em milhões de R$)	
Comercial, de instituições financeiras e industrial	6.737	6.410
Crédito Imobiliário	375	316
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	6.839	7.167
Leasing financeiro	60	129
Total	**14.011**	**14.022**

Para mais informações sobre a evolução das perdas não recuperáveis na nossa carteira de crédito e sobre a nossa metodologia para a constituição para perdas com empréstimos com respeito às seguintes carteiras de crédito, vide "Item 4. Informação sobre a empresa – B. Visão Geral do Negócio - Informações estatísticas Selecionadas – Evolução Ativos não recuperáveis- Ativos não recuperáveis – Metodologia para provisões para perdas de crédito"

Comercial, Financeiro e Industrial

Os ativos não recuperáveis nas carteiras de empréstimos comercial, financeira e industrial totalizaram R$6.737 milhões em 31 de dezembro de 2014, mostrando um crescimento de R$327 milhões, ou 5,1%, comparado com 2013.

O aumento dos ativos não recuperáveis nesta carteira foi ocasionado principalmente pela desaceleração do crescimento da economia brasileira, cujo PIB em 2014 ficou abaixo das expectativas iniciais.

Em 2014 a economia brasileira foi negativamente impactada pelas medidas adotadas pelo Governo Brasileiro: o Banco Central do Brasil aumentou a taxa SELIC de 10,0% em 31 de dezembro de 2013 para 11,75%, em 31 de dezembro de 2014 em resposta a inflação durante e também para mitigar a desvalorização da moeda brasileira como uma das consequências das incertezas da situação do país.

Tendências observadas em 2014 foram consistentes com a tendência observada em 2013, quando as medidas governamentais direcionadas ao controle da inflação também levaram a aumentos nos custos de produção de nossos clientes industriais e afetaram negativamente sua capacidade de honrar suas dívidas.

Apesar do aumento dos ativos não recuperáveis, os índices de inadimplência continuaram diminuindo em 2014. Este comportamento foi ocasionado principalmente devido às medidas adotadas pelo Banco Santander Brasil desde o final de 2012, primeiramente relacionadas com a reavaliação dos limites dos empréstimos com exigência de maior nível de garantias e revisão das práticas de cobrança em relação aos nossos tomadores de empréstimos onde nós oferecemos a alguns clientes a oportunidade de negociar a reestruturação de suas dividas. Essas e outras ações nos ajudaram a melhorar a qualidade desta carteira de crédito.

Crédito Imobiliário

Os ativos não recuperáveis na carteira de empréstimo de créditos imobiliários totalizaram R$375 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um crescimento de R$59 milhões, ou 18,6%, comparado com 2013.

O aumento do saldo dos ativos não recuperáveis foi ocasionado substancialmente pelo crescimento desta carteira de crédito, que apresentou incremento de 24,7% em 2014. Apesar do aumento dos ativos não recuperáveis, a taxa de inadimplência na carteira de crédito imobiliário atingiu 1,17% em 31 de dezembro de 2014, uma redução de 6 pontos base em relação a 31 de dezembro de 2013.

Em geral, a queda na taxa de inadimplência ocorreu principalmente devido à melhoria na qualidade desta carteira de crédito, como consequência da mudança no mix de nossa carteira, que vem ocorrendo desde o final de 2012, com um aumento dos créditos com garantias hipotecárias, que consideramos um produto estratégico devido ao menor risco de inadimplência.

Empréstimos parcelados para pessoas físicas

Os ativos não recuperáveis da carteira de empréstimos parcelados a pessoas físicas atingiram R$6.839 milhões em 31 de dezembro de 2014, com redução de 4,6%, ou R$328 milhões, comparado com 2013.

A redução dos ativos não recuperáveis é reflexo das medidas adotadas pelo Banco Santander Brasil desde o final de 2012 para gerenciar as taxas de inadimplência nessa carteira, que incluíram a adaptação de limites de crédito para novos clientes, desenvolvimento de novos modelos de empréstimo com melhora no “predictive scoring” e campanhas de recuperação para oferecer a clientes inadimplentes condições de empréstimos ajustadas para ajudá-los a cumprir com suas obrigações de pagamento.

Embora a economia brasileira continue apresentando perspectivas desfavoráveis quanto ao seu crescimento, baixos níveis de desemprego e o aumento contínuo do ganho real de renda da população têm contribuído positivamente para a redução das taxas de inadimplência desta carteira.

Leasing Financeiro

Os ativos não recuperáveis na carteira de leasing financeiro totalizaram R$60 milhões em 31 de dezembro de 2014, com redução de 53%, ou R$68 milhões, em comparação ao mesmo período do ano passado, principalmente devido à redução de empréstimos nessa carteira, alinhados com a tendência no mercado de redução no financiamento de automóveis a pessoas físicas. Essa tendência também foi observada em 2013, quando os ativos não recuperáveis na carteira de leasing financeiro diminuíram 48,2%, ou R$120 milhões, em comparação ao mesmo período de 2012.

Perdas com Outros Ativos (Líquidas)

Perdas com outros ativos (líquidas) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizaram ganhos de R$4 milhões, principalmente em decorrência de perdas de R$350 milhões relacionados a amortizações de software ocorridas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 que não ocorreram no mesmo período de 2014.

Outros ganhos/perdas não financeiros

Outros ganhos/perdas não financeiros foram ganhos de R$101 milhões durante o exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2014, uma redução de R$462 milhões em relação aos ganhos de R$563 milhões durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, principalmente devido a menores ganhos relacionados aos a bens ativos não de uso e receitas não financeiras , de R$378 milhões gerados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 que não ocorreram em 2014 (ganhos de R$290 milhões referentes ao aumento de capital da Webmotors e ganhos de R$88 milhões com a venda de imóveis para o Fundo Imobiliário Mútuo Santander).

Imposto de renda

As despesas com imposto de renda incluem imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (que são contribuições sociais devidas em algumas receitas líquidas de algumas despesas). As despesas com impostos atingiram R$736 milhões no ano de 2014, um aumento de R$502 milhões comparado a R$234 milhões ao ano de 2013. Há algumas diferenças permanentes relevantes que impactam a alíquota de imposto, incluindo: juros sobre capital próprio, amortização do ágio e a valorização cambial em investimentos no exterior. A alíquota de imposto vigente está prevista na nota explicativa 23b das demonstrações financeiras consolidadas.

Resultados Operacionais por Segmento relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido para os anos encerrados de 2014 e 2013 para cada um de nossos segmentos operacionais:

Banco Comercial

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	**2013**	**% Diferença**	**Diferença**
		(em R$ milhões, exceto porcentagens)		
Receita líquida com juros	25.042	26.328	(4,9)%	(1.286)
Receitas de instrumentos de patrimônio	222	81	n.d.	141
Resultado de equivalência patrimonial	91	91	(0,3)%	(0)
Receitas de tarifas e comissões líquidas	7.749	7.241	7,0%	508
Ganhos /perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças cambiais (líquidas)	(1.480)	(1.316)	12,4%	(164)
Outras receitas (despesas) operacionais	(451)	(422)	6,9%	(29)
Total de receitas	**31.173**	**32.003**	**(2,6)%**	**(830)**
Despesas com pessoal	(6.598)	(6.456)	2,2%	(142)
Outras despesas administrativas	(6.493)	(6.547)	(0,8)%	54
Depreciação e amortização	(1.226)	(1.134)	8,2%	(92)
Provisões (líquidas)	(2.030)	(2.740)	(25,9)%	710
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(10.710)	(13.837)	(22,6)%	3.126
Perdas com outros ativos (líquidas)	14	(344)	(104,1)%	358
Outros ganhos/perdas não financeiros	101	563	(82,0)%	(462)
Lucro Operacional antes da tributação	**4.231**	**1.510**	**180,2%**	**2.721**
Operações descontinuadas	**-**	**2.063**	**n.d.**	**(2.063)**

Lucro Operacional antes da tributação do segmento Banca Comercial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R$4,2 bilhões, um aumento de R$2.7 bilhões em relação a R$1,5 bilhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Esta variação foi principalmente devido a:

- Uma redução de 22,6%, ou R$3.126 milhões em perdas com ativos financeiros (líquidas) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, se comparado com ao exercício encerrado de 31 de dezembro de 2013, principalmente como consequência da melhora na qualidade de nossa carteira de crédito, em linha com as tendências de mercado.

- Um aumento de 7,0%, ou R$508 milhões, em receitas de tarifas e comissões líquidas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado com o mesmo período de 2013, devido, principalmente a ganhos de R$370 milhões em receitas relativas ao volume de transações com cartões de crédito e débito, um aumento

de R$87 milhões em receitas de serviços de recebimento e a aquisição da GetNet. Para mais informações vide - "-Item 4. Informações da Companhia – História e Desenvolvimento da Companhia – Eventos Importantes – Aquisição da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A.."

Estes ganhos foram parcialmente compensados pela redução de 4,9%, ou R$1.286 milhões na receita líquida com juros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Receitas com operações de financiamento diminuíram devido a uma redução do nosso spread médio da carteira, que esta associada à mudança do mix de nossa carteira, pelo crescimento de produtos de baixo risco (por exemplo: crédito imobiliário e crédito consignado).

Banco Global de Atacado

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	**2013**	**% Diferença**	**Diferença**
	(em R$ milhões, exceto porcentagens)			
Receita líquida com juros	2.186	2.151	1,6%	35
Receitas de tarifas e comissões líquidas	1.017	859	18,3%	158
Ganhos /perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças cambiais (líquidas)	593	722	(17,8)%	(129)
Outras receitas (despesas) operacionais	(20)	(23)	(15,8)%	4
Total de receitas	**3.777**	**3.709**	**1,8%**	**67**
Despesas com pessoal	(606)	(590)	2,7%	(16)
Outras despesas administrativas	(245)	(258)	(4,8)%	12
Depreciação e amortização	(136)	(118)	15,0%	(18)
Provisões (líquidas)	(6)	47	(112,3)%	(53)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(561)	(281)	99,5%	(280)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(10)	(1)	n.d.	(9)
Lucro Operacional antes da tributação	**2.212**	**2.508**	**(11,8)%**	**(296)**
Operações descontinuadas	—	—	—	—

O Lucro Operacional antes da tributação do segmento Banco Global de Atacado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foi de R$2,2 bilhões uma redução de 11,8% ou R$296 milhões de R$2,5 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Esta variação foi principalmente devido a:

- Um aumento de 99,5% ou R$280 milhões com perdas com ativos financeiros (líquidas), principalmente devido a uma deterioração em certas operações do Banco Global de Atacado; e

- Uma diminuição de 17,8%, ou R$129 milhões, em ganhos /perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças cambiais (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado com o mesmo período do ano de 2013, principalmente devido a menores ganhos com as atividades de market making e operações de tesouraria para os nossos clientes.

- Essa variação foi parcialmente compensada por um crescimento de 18,3% ou R$158 milhões em receitas de tarifas e comissões líquidas, se comparado ao mesmo período de 2013, principalmente devido à um aumento nas comissões para produtos do mercado de capitais.

Resultados Operacionais relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

Em 17 de dezembro de 2013, noticiamos ao mercado a venda da nossa gestora de ativos, por meio da alienação de todas as ações da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM"), empresa controlada por nós. As atividades de gestão de ativos realizadas pela DTVM foram então segregadas em uma nova gestora de ativos criada para este propósito exclusivo. O preço de venda foi de R$2.243 milhões, gerando um ganho de capital após a dedução dos impostos devidos equivalente R$1.205 milhões (pós dedução dos custos). Para

mais informações, veja “Fatores que Afetam a Comparabilidade de Nossos Resultados – Venda da Asset Management”.

Permaneceremos como o administradores dos fundos e responsáveis pelas atividades de distribuição, recebendo, para tanto, remuneração em linha com as práticas de mercado. Referida operação está inserida no contexto da parceria global estabelecida entre Santander Espanha e duas das maiores empresas de private equity do mundo, a Warburg Pincus e General Atlantic.

Devido à venda dos negócios da Asset Management, nós revisamos a segmentação de nossos negócios e concluímos que seria mais apropriado incorporar ambos os segmentos de seguros e gestão de ativos ao segmento de Banco Comercial. Tal mudança tem impacto retrospectivo nos períodos reportados neste documento.

Sumário

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, nós reportamos um lucro líquido consolidado de R$5,8 bilhões, um aumento de 6,5% se comparado a 2012. As perdas com ativos financeiros caíram 14,3%, ou R$2,4 bilhões, para R$14,1 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R$16,5 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, como consequência da queda nos índices de inadimplência em 2013.

As mudanças nas nossas taxas de inadimplência estão em linha com a tendência de queda do índice de inadimplência do sistema financeiro, principalmente a dos “private banks”, iniciada em 2012 e mantida em 2013, como evidenciado pelo decréscimo no nosso índice de inadimplência over 90, de 7,6% em dezembro de 2012, para 6,2% em dezembro de 2013 (queda de 1,4%).

O índice de cobertura atingiu 97,3% em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 9,9% em comparação a 87,4% em 31 de dezembro de 2012.

Nossa carteira de crédito total cresceu 7,3% de R$210,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012 para R$226,2 bilhões em 31 de dezembro de 2013. Crédito a pessoa física e crédito a pessoa jurídica apresentaram o crescimento mais acentuado, com aumentos de R$4.163 milhões e R$14.843 milhões, respectivamente, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao mesmo período de 2012. O crescimento do crédito para o segmento de Pessoa Física deveu-se a um aumento de 30,3% em crédito imobiliário e 5,8% em cartões de crédito. O segmento Pessoa Jurídica cresceu 21,0%, sendo favorecido pela variação da taxa de câmbio.

Depósitos do Banco Central do Brasil e de Instituições de Crédito aumentaram 4,7% para R$234,2 bilhões em 31 de dezembro de 2013 comparado a R$223,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012.

Nosso índice de eficiência foi de 38,8% em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 3,1% em relação a 35,7% em 31 de dezembro de 2012.

Nosso índice de adequação de capital da Basileia em 31 de dezembro de 2013 foi de 19,2% de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. De acordo com as novas regras de Capital regulatório no Brasil, o valor do ágio para o cálculo da base de capital será deduzido da base e capital de acordo com o “phase-in” de implementação da Basileia III no Brasil , o qual será finalizado até 2019. Para mais informações vide “Item 4. B. Visão geral do Negócio- regulamentação e supervisão- Adequação de Capital e Alavancagem –Basileia”

Resultados Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido para os anos de 2013 e 2012.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2013	**2012**	**% Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Receita líquida com juros.....	28.479	31.587	(9,8)%	(3.108)
Receitas de instrumentos de patrimônio.....	81	94	(13,3)%	(12)
Resultado de equivalência patrimonial.....	91	73	24,6%	18
Receitas de tarifas e comissões líquidas.....	8.100	7.610	6,4%	491

Ganhos /perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças cambiais (líquidas).....	(595)	(170)	n.d.	(425)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(445)	(623)	(28,6)%	179
Total de receitas.....	**35.713**	**38.570**	**(7,4)%**	**(2.858)**
Despesas administrativas.....	(13.850)	(13.773)	0,6%	(78)
Depreciação e amortização.....	(1.252)	(1.201)	4,3%	(51)
Provisões (líquidas).....	(2.693)	(2.057)	30,9%	(636)
Perdas com ativos financeiros (líquidas).....	(14.118)	(16.476)	(14,3)%	2.358
Perdas com outros ativos (líquidas).....	(345)	(38)	n.d.	(306)
Outros ganhos/perdas não financeiros.....	563	449	25,5%	115
Lucro Operacional antes da tributação.....	**4.018**	**5.475**	**(26,6)%**	**(1.457)**
Imposto de renda.....	(234)	(37)	n.d.	(197)
Lucro Líquido de Operações em continuidade.....	**3.785**	**5.438**	**(30,4)%**	**(1.653)**
Operações descontinuadas.....	2.063	55	n.d.	2.008
Lucro líquido consolidado do exercício.....	**5.848**	**5.493**	**6,5%**	**355**

O lucro líquido consolidado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi de R$5,8 bilhões, um aumento de 6,5% se comparado a 2012.

A variação foi principalmente devida a:

- Uma queda de 14,3%, ou R$2.358 milhões em Perdas com Ativos Financeiros (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, principalmente como consequência da melhora na qualidade de nossa carteira de crédito.

- Um aumento de R$2.008 milhões em operações descontinuadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, principalmente em decorrência da venda da Santander Brasil Asset management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. (Para mais informações vide “Item 4. Informações sobre a Companhia - Eventos Importantes - Venda da Gestora de Fundos de Investimento e das Carteiras Geridas).

Parcialmente compensados por:

- Uma queda de 9,8%, ou R$3.108 milhões em Receita Líquida com Juros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em comparação a 31 de dezembro de 2012, principalmente devido a menores spreads, por sua vez explicados pelo aumento da participação de produtos com spreads menores e menor risco na carteira de crédito.

- Crescimento de 30,9% ou R$636 milhões nas provisões líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2012. Tal aumento é decorrente principalmente de despesas de R$988 milhões referentes à constituição de um fundo destinado a cobrir impactos de projetos que visam à melhora da produtividade e eficiência operacionais, parcialmente compensado por ganhos de R$568 milhões relacionados ao parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários.

Receita líquida com juros

A Receita líquida com juros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R$28.479 milhões, uma queda de 9,8% ou R$3.108 milhões em relação a R$31.587 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As receitas de operações de crédito caíram R$2.212 milhões ou 9,2% em doze meses principalmente em função do aumento da participação de produtos com menores spreads e menor risco na carteira de crédito.

A média total dos ativos remunerados em 2013 alcançou R$358,9 bilhões, um crescimento de 7,7% ou R$26 bilhões contra R$333,2 bilhões no ano encerrado em 31 de dezembro 2012. As principais causas desse crescimento foram: (i) aumento de R$22,0 bilhões na média de empréstimos e adiantamentos a clientes. O rendimento líquido (receita líquida com juros dividida pela média total dos ativos remunerados) foi de 8,0% em 2013, um decréscimo de 1,5% comparado com 9,5% em 2012.

A média do total dos passivos remunerados em 2013 foi de R$287,4 bilhões, um crescimento de 8,3% ou R$22 bi-

lhões em comparação aos R$265,3 bilhões em 2012. Esse aumento foi decorrente principalmente do crescimento de R$12 bilhões em obrigações por títulos e valores mobiliários e R$15 bilhões em depósitos de clientes, parcialmente compensados por R$4 bilhões em depósitos de instituições de crédito.

Finalmente, a taxa de remuneração (que é a diferença entre o rendimento bruto em ativos remunerados e o custo médio dos passivos remunerados), no ano encerrado em 2013 foi de 6,4%, 1,5 ponto percentual inferior à de 2012, cuja taxa foi de 7,9%.

Receitas de instrumentos de patrimônio

As receitas de instrumentos de patrimônio para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R$81,0 milhões, uma queda de 13,3% em relação a R$94,0 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R$91 milhões, um crescimento de R$18 milhões em relação a R$73 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta variação reflete principalmente o crescimento nos resultados da Tecnologia Bancária S.A., nossa subsidiaria especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário e da Webmotors S.A, nossa subsidiaria que opera uma plataforma de negociação online de automóveis.

Receita de Tarifas e Comissões Líquidas

Receita de Tarifas e Comissões Líquidas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, totalizaram R$8.100 milhões, um crescimento de 6,4 % ou R$491 milhões em comparação aos R$7.610 milhões registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esse crescimento deve-se, principalmente, ao aumento em comissões de cartões de crédito e débito e de produtos de seguros e capitalização.

Receitas de cartões de crédito e débito totalizaram R$1.940 milhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representa um crescimento de 18,3% em relação ao exercício encerrado 31 de dezembro de 2012, devido, principalmente, ao crescimento no volume de transações de cartão de crédito e maiores receitas de serviços de adquirência. Nossa base de cartões de crédito apresentou crescimento de 7,6% e a base de cartões de débito cresceu 11,1% no exercício encerrado em 2013, resultando em um total de 53,2 milhões de cartões emitidos.

Receitas de venda de produtos de Seguros e Capitalização totalizaram R$1.978 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 21,2% em comparação ao mesmo período de 2012. Tal variação foi devida principalmente ao crescimento de produtos de seguro de vida e acidente pessoal.

A tabela a seguir reflete o desdobramento da receita líquida de tarifas e comissões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	**2012**	**% Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Tarifas Bancárias.....	2.423	2.545	(4,8)%	(123)
Recebimento de Serviços.....	652	581	12,2%	71
Venda de Seguros e Capitalização.....	1.978	1.631	21,2%	347
Fundos de Investimento e Previdência.....	999	1.089	(8,3)%	(90)
Cartão de Crédito e Débito.....	1.940	1.640	18,3%	300
Mercado de Capitais.....	416	398	4,4%	18
Financiamento Comércio Exterior.....	393	336	16,9%	57
Impostos sobre serviços.....	(374)	(353)	6,0%	(21)
Outras.....	(326)	(258)	26,1%	(68)
Total.....	**8.100**	**7.610**	**6,4%**	**491**

Ganhos/Perdas com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) e Diferenças Cambiais (líquidas)

Os ganhos/perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Diferenças Cambiais para o exercício encerrado

em 31 de dezembro de 2013 foram perdas de R$595 milhões, um aumento de R$425 milhões em relação às perdas de R$170 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação é explicada principalmente por maiores despesas em transações de derivativos utilizados para o hedge do risco de variação cambial nas nossas agências no exterior – (Para maiores informações veja o "Item 5 – Receita Operacional e Financeira e Prospectos. A. Resultados Operacionais – Outros Fatores que Afetam Nossa Condição Financeira e Resultados Operacionais"), parcialmente compensados por R$208 milhões de receitas de atividades com o mercado.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas/despesas operacionais referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram despesas de R$445 milhões, uma queda de R$179 milhões comparado às despesas de R$623 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Despesas administrativas

As Despesas Administrativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram de R$13.850 milhões, um aumento de R$78 milhões em comparação com as despesas de R$13.773 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

As Despesas de Pessoal caíram R$41 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, devido principalmente a menores despesas com indenizações trabalhistas, parcialmente compensadas pelo impacto do nosso acordo coletivo de trabalho.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	**2012**	**% da Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Remuneração direta.....	4.315	4.304	0,3%	11
Previdência social.....	1.169	1.177	(0,6)%	(8)
Benefícios.....	1.051	983	6,9%	68
Treinamento.....	135	141	(3,9)%	(6)
Outras despesas de pessoal.....	376	483	(22,1)%	(107)
Total.....	**7.046**	**7.086**	**(0,6)%**	**(41)**

Outras despesas administrativas cresceram R$118 milhões, de R$6.686 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$6.805 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. O aumento deve-se, principalmente, a serviços técnicos especializados, imóveis, instalações e matérias, parcialmente compensados por outras despesas administrativas.

A taxa de eficiência, que calculamos como sendo o total de despesas administrativas dividido pela receita total, alcançou 38,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 35,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir mostra as outras despesas administrativas para cada um dos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	**2012**	**% da Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Serviços técnicos especializados.....	1.991	1.719	15,8%	272
Imóveis, instalações e materiais.....	1.248	1.171	6,6%	77
Tecnologia e sistemas.....	1.110	1.074	3,3%	35
Publicidade.....	461	499	(7,5)%	(37)
Comunicações.....	573	573	(0,1)%	(0)
Ajudas de custo e despesas de viagem.....	171	175	(2,2)%	(4)

Serviços de vigilância e transporte de valores.....	570	563	1,3%	7
Outras despesas administrativas.....	681	912	(25,3)%	(231)
Total.....	**6.805**	**6.686**	**1,8%**	**118**

Depreciação e amortização

Despesas de depreciação e amortização para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram de R$1.252 milhões, um aumento de R$51 milhões se comparado a despesas de R$1.201 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função da amortização de nossos sistemas tecnológicos.

Provisões (líquidas)

Provisões incluem principalmente provisões para reclamações fiscais, cíveis e especialmente trabalhistas. Provisões (líquidas) totalizaram R$2.693 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R$636 milhões quando comparados a R$2.057 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Este aumento é decorrente principalmente de despesas de R$988 milhões referentes à constituição de um fundo destinado a cobrir impactos de projetos que visam à melhora da produtividade e eficiência operacional, parcialmente compensado por ganhos de R$568 milhões relacionados ao parcelamento e pagamento a vista de débitos tributários e previdenciários.

Perdas com redução ao valor recuperável com Ativos Financeiros (Líquidas)

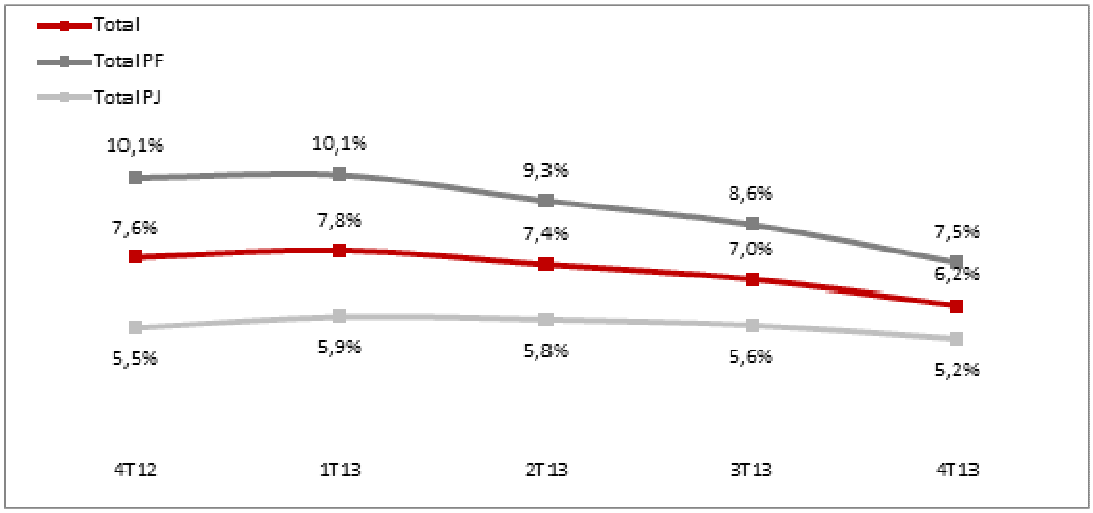
Nossa carteira de risco de crédito calculável apresentou um crescimento de R$18,6 bilhões, em 31 de dezembro de 2013, ou 7,8% em relação ao mesmo período de 2012, enquanto que os ativos não recuperáveis diminuíram 12,7%, ou R$2 bilhões. Consequentemente houve uma queda de 130 pontos base no índice de inadimplência comparado com o mesmo período do ano anterior. As despesas líquidas para provisão para perdas com créditos em 2013 diminuíram 15,6% em relação a 2012 (R$16,4 bilhões), contabilizando R$13,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir mostra o índice de nossos ativos não recuperáveis com relação ao risco de crédito calculável total e o nosso índice de cobertura em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

	Em 31 de dezembro de	
	2013	**2012**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)	
Risco de crédito calculável[(1)].....	257.420	238.807
Ativos não recuperáveis.....	14.022	16.057
Provisões para perdas de crédito.....	13.641	14.042
Índices		
Ativos não recuperáveis versus Risco de crédito calculável.	5,4%	6,7%
Índice de cobertura [(2)].....	97,3%	87,3%
Perdas com empréstimos e recebíveis.....	(13.900)	(16.476)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado [(3)].....	(218)	-
Perdas líquidas com ativos financeiros.....	(14.118)	(16.476)

(1) Risco de crédito computável é uma medida não-GAAP. Risco de crédito computável é a soma dos valores de custo amortizados de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo ativos não recuperáveis).
(2) Provisões para ativos não recuperáveis como percentual dos ativos não recuperáveis.
(3) Corresponde aos registros de perdas de caráter permanente nos valores a realizar dos títulos e valores mobiliários classificados como “títulos disponíveis para venda” reconhecidos atualmente em “Ganhos com ativos financeiros (líquidos)”

O gráfico a seguir mostra o índice de nossos ativos não recuperáveis por risco de crédito desde o quarto trimestre de 2012 até o quarto trimestre de 2013:



Ativos Não Recuperáveis por Tipo de Cliente

A tabela a seguir apresenta os ativos não recuperáveis por tipo de cliente em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Em 31 de dezembro de	
	2013	**2012**
	(em milhões de R$)	
Comercial, Financeiro e Industrial.....	6.410	6.157
Crédito Imobiliário.....	316	283
Empréstimos parcelados a pessoas físicas.....	7.167	9.368
Leasing Financeiro.....	129	249
Total.....	**14.022**	**16.057**

Para mais informações sobre a evolução das perdas não recuperáveis na nossa carteira de crédito e sobre a nossa metodologia para a constituição para perdas com empréstimos com respeito às seguintes carteiras de crédito, vide “Item 4. Informação sobre a empresa – B. Visão Geral do Negócio - Informações estatísticas Selecionadas – Evolução Ativos não recuperáveis- Ativos não recuperáveis – Metodologia para provisões para perdas de crédito”.

Comercial, Financeiro e Industrial

Os ativos não recuperáveis nas carteiras de empréstimos comercial, financeiro e industrial totalizaram R$6.410 milhões em 31 de dezembro de 2013, mostrando um crescimento de R$253 milhões, ou 4,1%, comparado com o mesmo período do ano anterior.

O aumento dos ativos não recuperáveis nesta carteira, foi ocasionado principalmente pela desaceleração do crescimento da economia brasileira, cujo PIB de 2,3% em 2013 ficou abaixo das expectativas iniciais.

Em 2013 a economia brasileira foi negativamente impactada pelas medidas adotadas pelo governo brasileiro durante o ano. Em 2013, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa SELIC de 7,25% em 31 de dezembro de 2012 para 10,0% em 31 de dezembro de 2013 em resposta à inflação no primeiro semestre do ano e também para mitigar a desvalorização da moeda brasileira em virtude das incertezas dos mercados internacionais causadas pelas medidas políticas na economia europeia e norte americana.

A tendência observada em 2013 foi consistente com a tendência observada em 2012 e 2011, quando as medidas governamentais direcionadas ao controle da inflação também levaram a aumentos nos custos de produção e afetaram negativamente a capacidade de nossos clientes industriais de honrar suas dívidas.

Apesar do aumento dos ativos não recuperáveis, temos tido uma redução nos índices de inadimplência desde o

segundo trimestre de 2013. Este comportamento foi ocasionado principalmente devido às medidas adotadas pelo Banco no final de 2012, relacionadas principalmente com a readaptação de limites dos empréstimos com exigência de maior nível de garantias e revisão das práticas de cobrança oferecendo para alguns clientes a oportunidade de negociar a reestruturação de suas dividas. Estas e outras ações em 2013 ajudaram a melhorar a qualidade desta carteira de crédito.

Crédito Imobiliário

Os ativos não recuperáveis na carteira de empréstimo de créditos imobiliários totalizaram R$316 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um crescimento de R$33 milhões, ou 11,6%, comparado com 2012.

O aumento do saldo dos ativos não recuperáveis foi ocasionado substancialmente pelo crescimento da carteira de crédito, que apresentou incremento de 27,1% em 2013. Apesar do aumento dos ativos não recuperáveis, o índice de inadimplência na carteira de crédito imobiliário atingiu 1,24% em 31 de dezembro de 2013, uma redução de 17 pontos base em relação a 31 de dezembro de 2012.

Em geral, a queda no índice de inadimplência ocorreu principalmente devido à melhoria na qualidade desta carteira de crédito, como consequência da mudança no mix de nossa carteira no final de 2012, com um aumento dos empréstimos imobiliários com garantias, que consideramos um produto estratégico devido ao menor risco de inadimplência.

Empréstimos parcelados para pessoas físicas

Os ativos não recuperáveis da carteira de empréstimos parcelados a pessoas físicas atingiram R$7.167 milhões em 31 de dezembro de 2013, com redução de 23,5%, ou R$2.201 milhões comparado com 2012, com um aumento na parcela de empréstimos garantidos por hipotecas, os quais nós consideramos um produto estratégico devido ao baixo risco de inadimplência.

A redução dos ativos não recuperáveis é reflexo das medidas adotadas pelo Banco no final de 2012 para gerenciar as taxas de inadimplência nessa carteira, que incluíram a adaptação de limites de crédito para novos clientes, o desenvolvimento de novos modelos de empréstimo com melhoras na classificação de previsibilidade (*predictive scoring*) e campanhas de recuperação para oferecer a clientes inadimplentes ajustes nas condições de empréstimos para ajudá-los a cumprir com suas obrigações de pagamento.

Embora a economia brasileira continue apresentando perspectivas desfavoráveis quanto ao seu crescimento, baixos níveis de desemprego e o continuo ganho real de renda da população têm contribuído positivamente para a redução das taxas de inadimplência desta carteira.

Leasing Financeiro

Os ativos não recuperáveis na carteira de leasing financeiro totalizaram R$129 milhões em 31 de dezembro de 2013, com redução de 48,2%, ou R$120 milhões, em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à redução de empréstimos nessa carteira, alinhados com a tendência no mercado de redução no financiamento de automóveis a pessoas físicas. Esta tendência também foi observada em 2012, quando os ativos não recuperáveis na carteira de leasing financeiro diminuíram 38,7%, ou R$157 milhões, em comparação ao mesmo período de 2011.

Perdas com Outros Ativos (Líquidas)

Perdas com outros ativos (líquidas) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram perdas de R$345 milhões, principalmente em decorrência de perdas de R$254 milhões relacionados a software, dados a obsolescência e descontinuidade de tais sistemas.

Outros ganhos/perdas não financeiros

Outros ganhos/perdas não financeiros foram ganhos de R$563 milhões durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R$115 milhões com relação aos ganhos de R$449 milhões durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, principalmente devido a R$290 milhões referentes ao aumento de capital da

Webmotors e a um aumento de R$154 milhões em ganhos relacionados a bens ativos não de uso, parcialmente compensados por menores ganhos com a venda de imóveis para o Fundo Imobiliário (R$335 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a R$88 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012).

Imposto de renda

As despesas com imposto de renda incluem imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (que são contribuições sociais devidas em algumas receitas líquidas de algumas despesas). As despesas com imposto de renda atingiram R$234 milhões no exercício encerrado em 2013, um aumento de R$197 milhões quando comparada a R$37 milhões para o exercício de 2012. Há algumas diferenças permanentes relevantes que impactam a alíquota de imposto, incluindo: juros sobre capital próprio, amortização do ágio e a valorização cambial em investimentos no exterior. A alíquota de imposto vigente está prevista na nota explicativa 22b das demonstrações financeiras consolidadas.

Operações Descontinuadas

Operações Descontinuadas incluem: os resultados e a venda da Asset management. Operações Descontinuadas alcançaram R$2.063 milhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R$2.008 milhões quando comparado a R$55 milhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função dos ganhos com a venda da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Resultados Operacionais por Segmento para o Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em Comparação com o Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

A tabela a seguir apresenta os resultados operacionais para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para cada um de nossos segmentos operacionais.

Banco Comercial

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	**2012**	**% de Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Receita líquida com juros	26.328	29.470	(10,7)%	(3.142)
Resultado de instrumentos de patrimônio	81	94	(13,3)%	(12)
Resultado de equivalência patrimonial	91	73	24,6%	18
Receita de tarifas e comissões líquidas	7.241	6.870	5,4%	371
Ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros (líquidos) e variações cambiais (líquidas)	(1.316)	(650)	102,6%	(667)
Outras receitas/despesas operacionais	(422)	(600)	(29,7)%	178
Total de receita	**32.003**	**35.257**	**(9,2)%**	**(3.254)**
Despesas com pessoal	(6.456)	(6.546)	(1,4)%	90
Outras despesas administrativas	(6.547)	(6.461)	1,3%	(86)
Depreciação e amortização	(1.134)	(1.091)	3,9%	(42)
Provisões (líquidas)	(2.740)	(2.062)	32,9%	(678)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.837)	(16.404)	(15,6)%	2.567
Perdas com outros ativos (líquidas)	(344)	(38)	n.d.	(305)
Outros ganhos (perdas) não financeiros	563	449	25,5%	115
Lucro antes da tributação	**1.510**	**3.103**	**(51,3)%**	**(1.593)**
Operações descontinuadas	**2.063**	**55**	**n.d.**	**2.008**

O lucro antes da tributação atribuído ao segmento do Banco Comercial no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R$1.510 milhões, uma diminuição de R$1.593 milhões, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Esta variação deve-se principalmente a:

- Uma queda de 10,7% ou R$3.142 milhões em receita líquida com juros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 se comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Receitas de operações de crédito caíram R$2.212 milhões, ou 9,2% durante o ano, principalmente em função do aumento da participação de produtos com menores spreads e menor risco na carteira de crédito.

- Um aumento de 102,6% ou R$667 milhões, em ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros (líquidos) e variações cambiais (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 se comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação é explicada principalmente por maiores despesas em transações de derivativos utilizados para o hedge do impacto de variação cambial em nossas filiais no exterior.

- Um aumento de 32,9%, ou R$678 milhões em provisões (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Tal aumento é decorrente principalmente de despesas de R$988 milhões referentes à constituição de um fundo destinado a cobrir impactos de projetos que visam à melhora da produtividade e eficiência operacionais, parcialmente compensado por ganhos de R$568 milhões relacionados ao parcelamento e pagamento a vista de débitos tributários e previdenciários.

Parcialmente Compensados por:

- Uma queda de 15,6%, ou R$2.567 milhões, em perdas com ativos financeiros (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, principalmente como consequência da melhora na qualidade de nossa carteira de crédito.

- Um crescimento de 5,4% ou R$371 milhões em tarifas líquidas e receitas de comissões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, principalmente devido ao aumento no volume de transações de cartão de crédito e maiores receitas de serviços de adquirência.

Banco Global de Atacado

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	**2012**	**% de Diferença**	**Diferença**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Receita líquida com juros	2.151	2.117	1,6%	34
Receita de tarifas e comissões líquidas	859	740	16,1%	119
Ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros (líquidos) e variações cambiais (líquidas)	722	480	50,4%	242
Outras receitas/despesas operacionais	(23)	(24)	(2,2)%	1
Total de receita	**3.709**	**3.313**	**11,9%**	**396**
Despesas com pessoal	(590)	(541)	9,1%	(49)
Outras despesas administrativas	(258)	(225)	14,4%	(33)
Depreciação e amortização	(118)	(109)	8,0%	(9)
Provisões (líquidas)	47	6	n.d.	42
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(281)	(72)	n.d.	(209)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(1)	-	n.d.	(1)
Lucro antes da tributação	**2.508**	**2.372**	**5,8%**	**137**
Operações descontinuadas	**----**	**----**	**----**	**----**

O lucro antes da tributação do segmento do Banco Global de Atacado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R$2,5 bilhões, um aumento de 5,8%, ou R$137 milhões em relação a R$2,4 bilhão do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Esta variação deve-se principalmente a:

- Um aumento de 16,1%, ou R$119 milhões, em Receita de tarifas e comissões líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado com o mesmo período de 2012, devido principalmente a um aumento em comissões para cash management e garantias.

- Um aumento de 50,4%, ou R$242 milhões em ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros (líquidos) e variações cambiais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, principalmente devido a receitas de R$208 milhões de operações de tesouraria para nossos clientes.

Este aumento foi compensado por um acréscimo de R$209 milhões em perdas com ativos financeiros (líquidas), refletindo a deterioração da nossa carteira de crédito do segmento de Banco Global de Atacado.

Novos procedimentos contábeis

As seguintes normas entraram em vigor e foram adotadas pelo Santander Brasil em 2014:

- Alterações do IAS 32, Instrumentos Financeiros: Apresentação –Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – Estas alterações introduzem uma série de esclarecimentos adicionais para os requerimentos das normas em função da possibilidade de compensar um ativo financeiro e um passivo financeiro. Especificamente, prevê que ativos e passivos financeiros podem apenas ser compensados se, no momento proposto, a entidade que pretenda efetuar a compensação tem o direito legal de compensar os valores reconhecidos e este direito não está dependente de um acontecimento futuro.

- Alterações do IAS 36, Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Divulgação de Valores Recuperáveis por Ativos Não Financeiros – Estas alterações eliminam a exigência de apresentação de certas divulgações sobre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa e introduz a obrigação de divulgar informações sobre o valor recuperável de ativos para os quais uma perda por impairment foi reconhecida ou revertida durante o período.

- Alterações do IAS 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Novação de Derivativos e Continuação da contabilidade de cobertura – Estas alterações introduzem uma exceção à aplicação da descontinuação da contabilidade de cobertura para renovações em que, como consequência de leis ou regulamentos, a contraparte original do instrumento de cobertura é substituída por um ou mais contrapartes centrais, como câmaras de compensação, desde que algumas outras alterações no instrumento de cobertura sejam limitadas àquelas que são necessárias para efetuar tal substituição da contraparte.

- Alteração do IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações – Incentivou a melhoria das divulgações qualitativas no contexto de requerimento de divulgações quantitativas para auxiliar os usuários na comparação das Demonstrações Financeiras.

- Alterações dos IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Estas alterações preveem uma exceção às regras de consolidação do IFRS 10 para controladora, que são incluídas na definição de entidades de investimento.

- IFRIC 21, Taxas Governamentais – Aborda o momento de reconhecer a responsabilidade decorrente da obrigação de pagamento de imposto ao governo. A interpretação define impostos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em um pagamento de imposto, como definido pela legislação. A interpretação fornece instruções sobre como diferentes regimes fiscais deveriam ser registrados e esclarece que o uso de uma vantagem econômica ou problemas de continuidade na preparação de demonstrações financeiras não implicam em uma obrigação presente da companhia em pagar um tributo cujo fato gerador ocorrerá em uma operação futura.

A aplicação das normas e interpretações contábeis supracitadas não têm quaisquer efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras

Além disso, na data de preparação destas demonstrações, as seguintes normas contábeis com data de vigência superior a 31 de dezembro de 2014 estavam vigentes.

- Alterações no IAS 19, Benefícios aos Empregados: Planos de Benefício Definido - Contribuições dos empregados (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de julho de 2014, com aplicação antecipada permitida) – Estas alterações permitem deduzir as contribuições do empregado do custo do serviço no mesmo período em que são pagos, desde que sejam cumpridos determinados requisitos, sem a necessidade de fazer cálculos para atribuir redução para cada ano de serviço. A aplicação desta norma contábil não terá qualquer efeito relevante sobre as demonstrações financeiras do Santander Brasil.

Por fim, na data de preparação destas demonstrações, as seguintes normas contábeis e interpretações, que entrarão em vigência após 31 de dezembro de 2014, ainda não foram adotadas.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:

- Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

- Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”.

- Contabilidade de hedge: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de hedge do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS 39. Os três métodos de contabilização de hedge existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: hedge de fluxo de caixa, hedge do valor justo e hedge de investimentos líquidos em operações no exterior).

A adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas no que se refere à atual classificação em categorias dos instrumentos financeiros e à atual metodologia de mensuração de impairment, que é baseada no reconhecimento da perda a partir do evento de crédito ocorrido.

IFRS 15, Receitas de contratos com clientes (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de janeiro de 2017) – Esta é uma nova norma de reconhecimento de receitas de contratos com clientes. Ela substitui as seguintes normas e interpretações atualmente vigentes: IAS 18, Receita; IAS 11, Contratos de Construção; IFRIC 13, Programas de Fidelidade do Cliente; IFRIC 15, Contratos de Construção de Imóveis; IFRIC 18, Transferência de Ativos de Clientes; e SIC-31, Receita - Transações de Permuta envolvendo Serviços de Publicidade. Sobre IFRS 15, uma entidade reconhece receita de acordo com o princípio central de normas aplicadas aos cinco passos seguintes: identificar o(s) contrato(s) com o cliente; identificar as obrigações de desempenho contidas no contrato; determinar o preço da transação; alocar o preço da transação para as obrigações identificadas no contrato; e, reconhecer receita quando (ou como) a entidade satisfaz a obrigação de desempenho.

- Alterações do IAS 16 e IAS 38, Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de janeiro de 2016. Aplicação antecipada permitida) – Estas alterações esclarecem que quando um item de imobilizado ou um ativo intangível é contabilizado usando o modelo de reavaliação, o valor contábil bruto do ativo é ajustado de forma que seja consistente com a reavaliação d o valor contábil deste ativo, assim a depreciação acumulada ou amortização é igual à diferença entre o

valor contábil bruto e o valor contábil após a reavaliação do ativo (após ter em conta as eventuais perdas por impairment).

- Alterações do IAS 16 e IAS 41, Plantas Hospedeiras (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de julho de 2014, com aplicação antecipada permitida) - De acordo com estas alterações, as plantas dessa natureza estão agora dentro do âmbito da IAS 16 e devem ser contabilizados da mesma forma como imobilizado, em vez de seu valor justo.

- Alterações da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas – Estas alterações permitem o uso do método da equivalência patrimonial como uma opção nas demonstrações financeiras individuais de uma entidade para a contabilização de investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

- Alterações das IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento em conjunto – Estas alterações estabelecem que um ganho ou perda deve ser reconhecido pelo seu montante integral quando a transação envolve ativos que constituem um negócio (se o negócio está alojado em uma subsidiária ou não). Quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, um ganho ou perda parcial é reconhecida, mesmo que esses ativos estão alojados em uma subsidiária. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

- Alterações do IFRS 11 - A Contabilização de Participações em Empreendimentos Conjuntos (Joint Ventures) (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de janeiro de 2016. Aplicação antecipada permitida.) – Estas alterações especificam como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitui um negócio.

- Alterações dos IFRSs. Ciclo 2010-2012 (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de julho de 2014) – Estas alterações introduzem pequenas alterações às IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

- Alterações dos IFRSs. Ciclo 2011-2013 (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de julho de 2014) – Estas alterações introduzem pequenas alterações às IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

- Alterações dos IFRSs. Ciclo 2012-2014 (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1° de julho de 2016) - Estas alterações introduzem pequenas alterações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

Estamos analisando os efeitos possíveis destas novas normas e interpretações.

Todas políticas contábeis e mensuração de base com efeito nas demonstrações financeiras consolidadas para 2014 foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras.

5B. Liquidez e Recursos de Capital

Nossa estratégia de administração de ativos e passivos é definida pelo Comitê Financeiro, que opera segundo as estritas diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Grupo Santander. O Comitê Financeiro estabelece nossas estratégias de captação, o balanço patrimonial estrutural, as posições de taxa de juros e gerência de capital. O Comitê Financeiro do banco também estabelece e coordena políticas de preços de transferência, administração de ativos ponderados pelo risco, exposição econômica do capital, administração de capital regulatório local, tomada de decisão quanto à emissão de instrumentos de capital, e apetite por riscos.

De acordo com o modelo do Grupo Santander, todas as subsidiárias devem ser independentes em termos de liquidez e capital. Além disso, nossa política geral de gestão de ativos e passivos tem como objetivo manter a proximidade de vencimentos, taxa de juros e exposições de moeda. Sujeitos às nossas políticas internas de administração de riscos, procuramos manter liquidez adequada para cumprir com nossas obrigações financeiras atuais e futuras e capitalizar negócios e oportunidades de mercado à medida que apareçam.

A maior parte da nossa liquidez é originada em mercado local, e mantemos uma carteira de títulos públicos de alta qualidade para a gestão de liquidez. A reserva legal obrigatória consome uma parte significativa das captações no Bra-

sil, veja em "Item 4 – Informações da Companhia – B. Visão Geral do Negócio - Regulamentação e Supervisão – Requisitos de Reserva e Compulsório". Em nossa opinião, nossos atuais níveis de liquidez e de capital de giro são suficientes para as exigências atuais.

Devido às nossas fontes estáveis e diversificadas de captação de recursos, que incluem uma grande base de depósito de clientes no mercado local e um grande número de bancos correspondentes, com os quais mantemos relações de longo prazo, historicamente não tivemos problemas de liquidez.

Liquidez e Captações

As condições e perspectivas de mercado e as exigências do Banco Central do Brasil para depósitos compulsórios e testes de stress determinam nossos níveis mínimos de liquidez. Controlamos, gerenciamos, e avaliamos nossa liquidez, analisando os níveis atuais e esperados de liquidez, estruturando as fontes de financiamento para atingir a melhor diversidade em termos de vencimento, instrumentos, moedas, mercados, assim como definindo planos de contingência. O objetivo é garantir que tenhamos liquidez suficiente para honrar nossos compromissos tendo em vista as condições do mercado, nossas necessidades institucionais e oportunidades de mercado.

As tabelas a seguir apresentam a composição dos recursos consolidados nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
	(em milhões de R$)		
Depósitos de Clientes	**220.644**	**200.156**	**188.595**
Conta corrente	15.507	15.585	13.585
Poupança	37.939	33.589	26.857
Depósitos a prazo	91.552	81.351	84.586
Operações compromissadas	75.645	69.631	63.566
Operações Lastreadas com Títulos Privados (1)	46.699	41.852	35.736
Operações Lastreadas com Títulos Públicos (1)	28.946	27.779	27.831
Depósitos do Banco Central do Brasil e instituições de crédito	**63.674**	**34.032**	**35.074**
Depósitos a prazo	42.045	30.510	26.077
Depósitos à vista	162	251	48
Operações compromissadas	21.468	3.271	8.949
Operações Lastreadas com Títulos Privados (1)	961	373	559
Operações Lastreadas com Títulos Públicos (1)	20.507	2.898	8.389
Total de depósitos	**284.318**	**234.188**	**223.669**
Títulos de dívida	**70.355**	**65.301**	**54.013**
Letras de Crédito do Agronegócio	1.903	1.682	2.009
Letras Financeiras do Tesouro	33.998	28.222	25.320
Letras de Crédito Imobiliário	22.669	17.077	11.237
Valores Mobiliários emitidos no exterior	11.785	18.319	15.447
Instrumentos de Dívida Elegíveis para Compor Capital	6.773		
Dívida Subordinada	**7.294**	**8.906**	**11.919**
Total de Captação	**368.740**	**308.395**	**289.601**

(1) Referem-se, principalmente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Depósitos

Depósitos de Clientes

Nosso saldo de depósitos de clientes foi de R$220,6 bilhões em 31 de dezembro de 2014, R$200,2 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$188,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 59,8%, 64,9% e 65,1% do nosso total de captações, respectivamente.

Conta Corrente

Nosso saldo de depósitos em conta corrente foi de R$15,5 bilhões em 31 de dezembro de 2014, R$15,6 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$13,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 5,5%, 6,7% e 6,1% do total de depósitos, respectivamente.

Depósitos de Poupança de Clientes

Nosso saldo de depósitos de poupança de clientes foi de R$37,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014, R$33,6 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$26,9 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 13,3%, 14,3% e 12,0% do total de depósitos, respectivamente.

Depósitos a Prazo de Clientes

Nosso saldo de depósitos a prazo de clientes foi de R$91,6 bilhões em 31 de dezembro de 2014, R$81,4 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$84,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 32,2%, 34,7% e 37,8% do total de depósitos, respectivamente.

Depósitos de Clientes - Operações Compromissadas

Mantemos uma carteira de instrumentos de dívida dos setores público e privado brasileiros, a qual é utilizada para obtenção de recursos de curto prazo (overnight) junto a outras instituições financeiras ou fundos de investimento mediante a venda desses títulos com compromisso simultâneo de recompra. Devido à natureza de curto prazo (overnight) dessa fonte de recursos, essas transações são voláteis e compostas, em geral, de títulos públicos brasileiros e de operações compromissadas com lastro em debêntures. Os títulos vendidos nos termos de contratos de recompra cresceram para R$75,6 bilhões em 31 de dezembro de 2014, de R$69,6 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$63,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 26,6%, 29,7% e 28,4% do total dos depósitos, respectivamente.

Depósitos do Banco Central do Brasil e Instituições de Crédito

Nosso saldo de depósitos do Banco Central do Brasil e instituições de crédito foi de R$63,7 bilhões em 31 de dezembro de 2014, R$34,0 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$35,1 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 22,4%, 14,5% e 15,7% do total de depósitos, respectivamente.

Inclui, também, Obrigações por Empréstimos e Repasses Nacionais:

- *Obrigações por empréstimos*. Temos relações com bancos de todo o mundo, fornecendo linhas de crédito atreladas a moedas estrangeiras (tanto dólar dos EUA como uma cesta de moedas estrangeiras). Nós aplicamos os recursos destas operações, principalmente em concessões de crédito atreladas ao dólar norte-americano e, em particular, a operações de financiamento ao comércio.

- *Repasses Nacionais.* Atuamos no repasse de instituições públicas, principalmente do BNDES e FINAME, para os quais atuamos como agente financeiro. O financiamento dessas fontes no Brasil representa um método de fornecer empréstimos de longo prazo com taxas médias de juros competitivas para alguns setores da economia. Empréstimos desses fundos são alocados pelo BNDES por meio de bancos para setores específicos direcionados para o desenvolvimento econômico. Esse tipo de empréstimo é conhecido como "repasse". No âmbito deste acordo, tomamos emprestados recursos do BNDES ou FINAME, a subsidiária de financiamento de equipamentos do BNDES, e repassamos os fundos para o setor específico da economia. Estes empréstimos são geralmente concedidos a taxas abaixo das taxas médias de mercado e têm uma maturidade média de até cinco anos. Como os fundos repassados são geralmente casados e/ou financiados por empréstimos de uma agência do governo federal, não assumimos qualquer risco de taxa de juros ou risco de descasamento de prazos, nem cobramos juros a uma margem fixa sobre os custos dos fundos. No entanto, retemos o risco de crédito comercial do mutuário e, portanto, temos poder discricionário na decisão de crédito e aplicação dos critérios de crédito. Este tipo de financiamento não é afetado por exigências de depósitos compulsórios. O repasse é geralmente garantido, embora isto não seja exigido pelos termos do repasse.

Outros Recursos

Títulos de Dívida

Nosso saldo em títulos de dívida foi de R$70,4 bilhões em 31 de dezembro de 2014, R$65,3 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R$54,0 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 19,1%, 21,2% e 18,7% de todos os nossos recursos, respectivamente.

As letras financeiras são instrumentos alternativos de captação de recursos disponíveis para bancos que podem ser caracterizados como sênior ou subordinada para fins de regulamentação de adequação de capital. De acordo com a Resolução do CMN 4.123 de 23 de agosto de 2012, seu prazo mínimo deve ser de 24 meses e deve ser emitido por um valor mínimo de R$300.000 para transações subordinadas e R$150.000 para transações seniores.

Nosso saldo de valores mobiliários emitidos no exterior foi de R$11,8 bilhões em 31 de dezembro de 2014 sob o programa Medium Term Notes – MTN e outros valores mobiliários.

Dívida Subordinada

Em 31 de dezembro de 2014 nossa dívida subordinada incluía R$7.294 bilhões em certificados de depósitos emitidos por nós no mercado local em várias emissões com taxas de juros médias, indexadas ao CDI ou IPCA. No ano, houve queda de R$1.612 bilhões em relação ao volume de dívida subordinada apresentada em 31 de dezembro de 2013, devido aos vencimentos ocorridos no período.

Gestão de Capital

Nossa gestão de capital é baseada em princípios conservadores e no monitoramento contínuo dos itens que afetam o nosso nível de solvência; é obrigatório o cumprimento da regulamentação vigente de adequação de capital estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Em outubro de 2013 passou a vigorar no Brasil as novas exigências de capital regulatório do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). O requerimento mínimo do índice de Basileia atualmente permanece em 11%, a exigência do capital de nível I, 5,5%, dividido em capital principal de pelo menos 4,5%, que consiste principalmente de capital social e reservas de lucros, incluindo ações, Units, reservas e rendimentos auferidos, e capital adicional que consiste principalmente de determinadas reservas, receitas auferidas e instrumentos híbridos e instrumentos como capital autorizado pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com as novas regras de capital regulamentar, o valor do ágio passou a ser deduzido da base de capital de acordo com o "phase-in" para implementação de Basileia III no Brasil, que será concluída em 2019. Caso os requerimentos de Basileia III fossem totalmente implementados na presente data, o banco manteria um ratio de capital regulamentar adequado sob as regras de BIS III e do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2014, nosso índice de Basileia, de acordo com o Banco Central do Brasil, foi de 17,5%. Para mais informações, ver “Item 4-Informações da Companhia-B. Visão Geral de Negócio – Regulamentação e Supervisão – Adequação e Alavancagem de Capital – Basileia”.

	Em 31 de dezembro de					
	2014		2013		2012	
	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)					
Capital de Nível 1	58.592	16,1%	63.595	18,4%	65.213	19,3%
Capital Principal	55.229	15,2%	63.595	18,4%	—	—
Adicional de Nível 1	3.364	—	—	—	—	—
Capital de Nível 2	4.971	1,4%	2.701	0,8%	5.070	1,5%
Capital de Nível 1 e 2	63.563	17,5%	66.296	19,2%	70.283	20,8%
Capital Regulatório Exigido(1)	**40.010**	**n.a.**	**37.936**	**n.a.**	**37.131**	**n.a.**

(1) Inclui riscos de capital exigido de crédito, mercado e operacional.

5C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, etc.

Nós não temos nenhuma política ou projetos significativos relacionados a pesquisa e desenvolvimento, e não possuímos patentes ou licenças relevantes.

5D. Informações Sobre Tendência

A lista abaixo relaciona, em nossa visão, as mais importantes tendências, incertezas e eventos que são razoavelmente prováveis de ter impacto substancial em nossas vendas ou receitas líquidas, resultado recorrente, lucratividade, liquidez ou recursos de capital, ou que tornariam nossas informações financeiras divulgadas não necessariamente indicativas dos resultados operacionais ou da condição financeira futuros:

- Problemas financeiros em determinados países na Europa podem levar a outra crise financeira internacional. Se isso ocorrer, o crescimento do PIB brasileiro em períodos futuros pode ser negativamente diminuído, e, consequentemente, nosso portfólio de crédito pode não crescer ou mesmo diminuir e nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa cresceriam;

- Aumentos da inflação que possam causar um aumento na taxa de juros e redução no crescimento da expansão das atividades de crédito;

- Volatilidade e instabilidade de mercado contínuas que poderiam afetar nossas receitas;

- Regulamentações restritivas ou intervenções governamentais no mercado bancário que possam afetar nossas margens e/ou crescimento do crédito;

- Adoção de regras de alteração de capital regulatório mais restritivas como resposta às crises financeiras potenciais ou condições macroeconômicas gerais;

- Diminuição da liquidez no mercado de capitais nacional;

- Políticas tributárias que poderiam reduzir nossa lucratividade; e

- Controles de flutuação da moeda e taxas de câmbio que podem impactar de forma adversa os investidores internacionais.

Para obter informações adicionais, vide "Item 3. Informações Relevantes - D. Fatores de Risco", onde apresentamos os riscos que enfrentamos em nossos negócios que podem afetar nossas atividades comerciais, resultados operacionais ou liquidez.

5E. Acordos Não Registrados em Balanço Patrimonial

Nós celebramos diversas espécies de acordos não registrados em balanço patrimonial no curso normal de nossos negócios, incluindo linhas e cartas de crédito e garantias financeiras.

Instrumentos Financeiros e Garantias relacionados a Empréstimos

Nós utilizamos linhas e cartas de crédito e instrumentos de garantia financeira para atender às demandas de financiamento de nossos clientes. O valor contratual desses instrumentos financeiros representa o risco de crédito máximo, se a contraparte sacar efetivamente o depósito ou cumprirmos nossa obrigação nos termos da garantia, e a contraparte posteriormente se tornar inadimplente segundo os termos do contrato. A maior parte desses compromissos e garantias expira sem que a contraparte efetivamente efetue saques da linha de crédito ou ocorra inadimplência. Por isso, o valor contratual total desses instrumentos não representa sua exposição de crédito ou suas exigências de financiamento futuras. Além disso, certos compromissos, relacionados principalmente a financiamentos a clientes, podem ser cancelados, a nosso critério, mediante notificação.

O “valor potencial máximo de pagamentos futuros” representa os valores nominais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes garantidas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. Na realidade, o valor potencial máximo de pagamentos futuros excede significativamente as perdas inerentes.

A tabela a seguir estabelece o valor potencial máximo dos futuros pagamentos sob as garantias de crédito e financeiras.

	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em milhões de R$)		
Passivos Contingentes			
Garantias financeiras e outras fianças	38.386	30.428	27.117
Créditos documentários	948	785	946
Total dos passivos contingentes	**39.334**	**31.214**	**28.063**

Nós também administramos alguns fundos que não são registrados contabilmente, conforme demonstrados abaixo pelos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em milhões de R$)		
Fundos de Investimento	4.592	4.404	104.461
Ativos sob gestão (1)	—	—	9.393
Total	**4.592**	**4.404**	**113.854**

(1) Em 2013, foi realizada a venda do segmento de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset. Ver "A – Resultados Operacionais – Fatores que Afetam a Comparabilidade de nossos Resultados".

Finalmente, nós mantivemos sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que não são registrados contabilmente. Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, nós mantivemos sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R$398,5, R$66,7 milhões e R$79,7 milhões, respectivamente.

5F. Obrigações Contratuais

Nossas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2014 são resumidas da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Total	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
		(em milhões de R$)			
Obrigações Contratuais					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (1)	63.674	51.458	8.331	2.229	1.655
Depósitos de clientes	220.644	139.140	68.867	12.767	130
Títulos de Dívida	70.355	48.383	19.969	1.907	95
Passivos subordinados	3.411	—	—	—	3.411
Dívidas Subordinadas (2)	7.294	199	118	347	6.626
Pagamento de Juros Contratuais (3)	47.870	13.238	23.037	7.611	3.984
Total	**413.248**	**252.418**	**120.322**	**24.861**	**15.901**

(1) Inclui R$2.955 milhões de operações compromissadas com vencimento em 2 de janeiro de 2014.
(2) A tabela acima exclui o fictício e qualquer pagamento de juros relacionado a nossos instrumentos Nível 1 perpétuos cujos juros são discricionários conforme descrito no Item 5A.
(3) Calculado para todos os Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, títulos de dívida Negociáveis, dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis para Compor o Capital (Nível 1) assumindo uma taxa de juros constante baseada em informações de 31 de dezembro de 2013 durante o tempo de todos os vencimentos a aquelas obrigações com

vencimentos de mais de cinco anos tem uma validade média de dez anos.

A tabela acima não reflete os montantes que podemos ter de pagar com relação a instrumentos derivativos. Os montantes pagáveis dependerão dos movimentos dos mercados financeiros. O valor justo total de todos os nossos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2014 era R$449,7 milhões, comparáveis a R$1.177 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Além disso, arrendamos diversos imóveis mediante contratos padrão de arrendamento de imóveis, os quais podem ser cancelados a nosso critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Os pagamentos mínimos futuros totais de arrendamentos operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2014 eram de R$2.522 milhões, sendo que R$654,9 milhões vencem em até um ano, R$1.497,2 milhões de um até cinco anos e R$369,9 milhões acima de cinco anos. Adicionalmente, temos contratos com vencimento indeterminado que totalizam R$0,1 milhões por mês.

ITEM 6. CONSELHEIROS, DIRETORIA E FUNCIONÁRIOS

6A. Conselho de Administração e Diretoria Executiva

De acordo com o Estatuto Social da Companhia somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é o nosso órgão de fiscalização, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na legislação vigente. Já a Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão do Banco.

Nosso Conselho de Administração do Banco é composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 12 (doze) membros, dos quais ao menos 20% (vinte por cento) deverão ser membros independentes. O Conselho de Administração possui um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por deliberação majoritária de votos em Assembleia Geral de Acionistas.

Nossa Diretoria Executiva é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 75 (setenta e cinco) membros, dos quais um é indicado como Diretor Presidente (CEO) da Companhia, e os demais são nomeados como Diretores Vice-Presidentes Executivos Seniores, Diretores Vice-Presidentes Executivos, Diretor de Relações com Investidores, Diretores Executivos e Diretores sem Designação Específica. Alguns de nossos Diretores também são membros da Diretoria e/ou do Conselho de Administração de nossas subsidiárias.

De acordo com a legislação brasileira, a eleição de cada membro do Conselho de Administração e da própria Diretoria Executiva deverá ser homologada pelo Banco Central do Brasil.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e datas de nascimento dos membros atuais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva:

Membros do Conselho de Administração:

Nome	Posição	Data de Nascimento
Sergio Agapito Lires Rial.....	Presidente	28 de julho de 1960
Jesús Maria Zabalza Lotina……	Vice-Presidente	16 de abril de 1958
Conrado Engel	Conselheiro	30 de maio de 1957
José Antonio Alvarez Alvarez.....	Conselheiro	6 de janeiro de 1960
José Maria Nus Badia(*)	Conselheiro	9 de fevereiro de 1950
José de Paiva Ferreira.....	Conselheiro	1º de março de 1959
Álvaro Antonio Cardoso de Souza.....	Conselheiro Independente	5 de setembro de 1948
Celso Clemente Giacometti	Conselheiro Independente	13 de outubro de 1943
Marília Artimonte Rocca.....	Conselheiro Independente	31 de janeiro de 1973
Viviane Senna Lalli	Conselheiro Independente	14 de junho de 1957

(*) Esta nomeação ainda não foi aprovada pelo Banco Central do Brasil

Membros da Diretoria Executiva da Companhia:

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Jesús Maria Zabalza Lotina……....	Diretor Presidente	16 de abril de 1958
Conrado Engel .....…….	Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior	30 de maio de 1957
José de Paiva Ferreira……..	Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior	1º de março de 1959
Angel Santodomingo Marttel……..	Diretor Vice-Presidente Executivo	16 de novembro 1965
Antonio Pardo de Santayana Montes……..	Diretor Vice-Presidente Executivo	5 de novembro de 1971
Carlos Alberto López Galán	Diretor Vice-Presidente Executivo	6 de novembro de 1962
Carlos Rey de Vicente.....	Diretor Vice-Presidente Executivo	20 de fevereiro de 1974
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano	Diretor Vice-Presidente Executivo	20 de agosto de 1968
João Guilherme de Andrade So Consiglio.....	Diretor Vice-Presidente Executivo	7 de dezembro de 1968
Juan Sebatián Moreno Blanco.....	Diretor Vice-Presidente Executivo	17 de dezembro 1964
Manoel Marcos Madureira.....	Diretor Vice-Presidente Executivo	30 de dezembro de 1951
Oscar Rodriguez Herrero	Diretor Vice-Presidente Executivo	4 de outubro de 1971
Fernando Diaz Roldán ……	Diretor Executivo	7 de outubro de 1965
Jose Alberto Zamorano Hernandez	Diretor Executivo	9 de maio de 1962
José Roberto Machado Filho	Diretor Executivo	25 de agosto de 1968
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos……...	Diretor Executivo	23 de janeiro de 1966
Amancio Acúrcio Gouveia.....	Diretor	31 de março de 1963
Ana Paula Nader Alfaya.....	Diretor	7 de agosto de 1971
Cassio Schmitt	Diretor	23 de abril de 1971
Cassius Schymura.....	Diretor	19 de fevereiro de 1965
Ede Ilson Viani	Diretor	5 de setembro de 1967
Eduardo Müller Borges.....	Diretor	12 de setembro de 1967
Flávio Tavares Valadão	Diretor	1º de julho de 1963
Gilberto Duarte de Abreu Filho.....	Diretor	7 de agosto de 1973
Javier Rodríguez de Colmenares Álvarez……..	Diretor	1º de abril de1977
Jamil Habibe Hannouche	Diretor	23 de junho de1960
Jean Pierre Dupui	Diretor	23 de setembro de 1968
Luiz Felipe Taunay Ferreira.....	Diretor	18 de março de 1967
Mara Regina Lima Alves Garcia	Diretor	28 de dezembro de 1966
Marcelo Zerbinatti.....	Diretor	5 de fevereiro de 1974
Marcio Aurelio de Nobrega	Diretor	23 de agosto de 1967
Mauro Adolfo Libert Westphalen.....	Diretor	9 de julho de 1968
Mauro Cavalcanti de Albuquerque.....	Diretor	9 de julho de 1968
Mauro Siequeroli.....	Diretor	24 de março de 1957
Nilton Sergio S.Carvalho	Diretor	1º de janeiro de 1957
Ramón Sanchez Díez	Diretor	29 de outubro de 1968
Reginaldo Antonio Ribeiro	Diretor	19 de maio de 1969
Roberto de Oliveira Campos Neto	Diretor	28 de junho de 1969
Ronaldo Yassuyuki Morimoto	Diretor	5 de maio de 1977
Sergio Antonio Borriello…….……	Diretor	15 de abril de 1964
Sergio Gonçalves.....	Diretor	7 de agosto de 1956
Thomas Gregor Ilg	Diretor	12 de setembro de 1968
Vanessa de Souza Lobato Barbosa……...	Diretor	24 de dezembro de 1968

Encontram-se abaixo as biografias de nossos Membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Membros do Conselho de Administração:

***Sérgio Agapito Lires Rial*.** O Sr. Rial é brasileiro e nasceu em 28 de julho de 1960. Foi Diretor Presidente da Marfrig Global Foods S.A., e integra o Conselho de Administração da Cyrela Brazil Realty S.A. . Inclui em sua trajetória profissional a posição de vice-presidente executivo e CFO mundial da Cargill, integrando também o Conselho de Administração daquela empresa, onde atuou por 9 anos. Foi diretor administrativo do Banco de Investimentos Bear Stearns & Co., em Nova Iorque, diretor do ABN AMRO Bank e integrante do Conselho de Administração do ABN AMRO Bank na Holanda, além de membro do Conselho de Administração da Mosaic Fertlizers. Ele se graduou em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Economia pela Universidade Gama Filho, além de possuir MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC – São Paulo) e especializações pela Harvard Business School, pela universidade de Wharton e pelo INSEAD, na França.

Jesús Maria Zabalza Lotina. O Sr. Zabalza é espanhol e nasceu em 16 de abril de 1958. É formado em Engenharia Industrial e sempre atuou no mercado bancário. Em 1982 iniciou sua carreira no Banco Vizcaya, ocupando a posição de

Diretor de várias unidades em Cádiz, Granada, Sevilha e Zaragoza. Seis anos depois, passou ao cargo de Diretor da Região de Burgos, no BBVA. Seguiu sua carreira ocupando os cargos de maior responsabilidade no BBV e em seguida no Banco Hipotecário e Caixa Postal, chegando a ocupar a posição de Diretor Geral em ambas as entidades, já enquadradas em Argentaria. A partir de 1996, trabalhou por seis anos em La Caixa, em Madrid, como Diretor Adjunto, onde foi responsável pela condução do processo de expansão a partir da Cataluña, sendo também membro do Comitê de Direção. Em 2002 assumiu o cargo de Diretor Geral do Banco Santander e da Divisão América Latina. Ocupou também os cargos de Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander Chile e de membro do Conselho de Administração do Santander México. De 2002 a 2010 ocupou os cargos de Presidente do Conselho de Administração do Santander Colômbia e do Bancorp, em Porto Rico. Também é Vice-Presidente da Associação Espanhola de Executivos de Finanças (AEEF). Atualmente, ocupa os cargos de Diretor Presidente e também de Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração; Presidente do Conselho de Administração da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A., membro do Conselho de Administração da Universia Brasil S.A.

***Conrado Engel*.** O Sr. Engel é brasileiro e nasceu em 30 de maio de 1957. É formado em engenharia aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA. Ele iniciou sua carreira em 1981 como trainee na gerência do Citibank S.A., onde trabalhou durante sete anos. De 1992 a 1997, foi o diretor responsável pelos negócios relacionados a cartões de crédito do Banco Nacional-Unibanco. Em 1998, foi eleito CEO da Financeira Losango. Em outubro de 2003, tornou-se responsável pelo setor de varejo do HSBC no Brasil e foi um dos membros de seu comitê executivo até o final de 2006. De janeiro de 2007 a maio de 2009, ele foi responsável pelo setor de varejo do HSBC na região Pacífico-asiática, em Hong Kong. Em maio de 2008, foi nomeado gerente geral do grupo e assumiu o cargo de CEO do HSBC Brasil em junho de 2009, onde permaneceu até março de 2012. No Santander Brasil ele atua como Vice-Presidente Executivo Sênior, responsável pelos nossos negócios de varejo. Também é membro do Comitê de Riscos do Banco, Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Diretor Presidente da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e membro do Conselho de Administração da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

José Antonio Alvarez Alvarez. O Sr. Alvarez é espanhol e nasceu em 6 de janeiro de 1960. É formado em Ciências Econômicas e em Administração de Empresas pela Universidad Santiago de Compostela na Espanha e tem um MBA pela Faculdade de Administração da Universidade de Chicago. Ele começou no Santander Espanha em 2002 como chefe de gerenciamento financeiro e em novembro de 2004 foi eleito Diretor Financeiro. Ele atuou como diretor financeiro do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. na Espanha de 1999 a 2002 e como diretor financeiro do Corporación Bancaria de España, S.A. (Argentaria) de 1995 a 1999. Também atuou como diretor financeiro no Banco Hipotecario, S.A. na Espanha de 1993 a 1995 e vice-presidente de Finanpostal Gestión Fondos de Inversión y Pensiones de 1990 a 1993 e exerceu cargos no Banco de Crédito Industrial e no Instituto Nacional de Indústrias. Foi membro do conselho de administração do Banco de Crédito Local S.A. de 2000 a 2002 e presidente do Comitê de Supervisão da Federação Europeia de Bancos de 2009 a 2012. Atualmente, é CEO do Grupo Santander, membro do conselho de administração do Santander Brasil e do Santander Consumer Finance, S.A., membro do conselho de supervisão do Banco Zachodni WBK S.A., membro do conselho de supervisão do Santander Consumer Bank AG e do Santander Consumer holding GmbH, e membro do conselho de supervisão do Santander Holdings USA, Inc. até janeiro de 2015.***José Maria Nus Badía.*** O Sr. Badía é espanhol e nasceu em 9 de fevereiro de 1950. Ele atua como Diretor de Riscos no Banco Santander, S.A. e tem sido seu Vice-Presidente Executivo Senior desde 19 de janeiro de 2015. O Sr. Nus Badía atuou como Vice-Presidente Executivo de Riscos, Chefe do Departamento de Planejamento Estratégico da Divisão de Risco de março de 2014 a janeiro de 2015, quando passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior. Ele também exerceu o cargo de Vice-Presidente Executivo do Santander UK Operations do Banco Santander, S.A. e como Diretor de Riscos e Conselheiro Executivo no Santander UK plc de 17 de março de 2011 a 1 de março de 2014. Ele foi ainda Vice-Presidente Executivo para Risco na Argentaria and Bankinter, e membro do Conselho de Administração do Banco de Vitoria, Banco de Negocios Argentaria, Banco de Credito Local e Banco de Alicante. Ele uniu-se ao Santander UK em 2010 como Conselheiro Executivo e Diretor de Risco. Ele atuou como Conselheiro Executivo e Diretor de Riscos do Banco Banesto. Anteriormente, ele foi Diretor de Riscos do Banco Español de Credito, S.A., onde ele era um membro do Conselho de Administração e da Diretoria. Ele tem sido um Conselheiro Executivo na Alliance & Leicester plc desde 17 de março de 2011. Ele é também um membro do Conselho da Societat Catalana d'Economia.***José de Paiva Ferreira.*** O Sr. Paiva é português, nascido em 1º de março de 1959. Pós-graduado em Administração de Empresas pela FGV, possui MBA pela The Wharton School of the University of Pennsylvania. Atua no mercado financeiro há mais de 40 anos. Ingressou no Banco Bradesco em 1973 e ocupou diversos cargos. Posteriormente, passou a integrar o Banco Geral do Comércio, Noroeste e Santander Brasil, onde foi VP Executivo responsável em diversos períodos pelas áreas de Negócios, RH, Operações, Tecnologia, Patrimônio,

Produtos, Marketing, Cartões de Crédito, Seguros, Leasing e Rede de Agências. De 2000 a 2001 ocupou o cargo de Diretor de e-Business da América Latina na Divisão Americana do Santander Central Hispano. No final de 2001 retornou ao Brasil para trabalhar no Banco Banespa como VP Executivo responsável pelas áreas de Meios. A partir de 2003 assumiu a Vice Presidência Executiva de Marketing, Produtos e Negócios de Varejo do Santander Brasil. Em 2008 assumiu a Presidência do Santander Brasil até o inicio da integração com o Banco Real. A partir da integração jurídica passou à condição de Vice-Presidente Executivo Sênior responsável pela área de Varejo. Em março de 2011 passou a exercer a função de Conselheiro do Santander Brasil e passou a integrar o Conselho de Administração do grupo empresarial com sede em Los Angeles, Califórnia EUA, que tem como atividades principais inovações tecnológicas, e ele também atuou como Vice-Presidente Executivo Sênior, sendo responsável por diversos negócios do grupo. Atualmente, c é membro do nosso Conselho de Administração e desde julho de 2013 ocupa o cargo de Vice-Presidente Executivo Sênior, sendo responsável pelas áreas de RH, Organização, Patrimônio, Processos, Operações, Tecnologia e Custos. Também é diretor da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., Presidente do Conselho de Administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, membro do Conselho de Administração da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A., e da Mantiq Investimentos Ltda.

Álvaro Antonio Cardoso de Souza. O Sr. Souza é português e nasceu em 5 de setembro de 1948. Possui graduação em Economia e Administração de Empresas pela Universidade Católica de São Paulo e participou de diversos cursos de especialização em universidades americanas, como a Universidade de Pittsburgh e a Wharton Business School. Atualmente, é Diretor da AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda.; Presidente do Conselho do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e conselheiro das seguintes empresas e entidades: WWF International Board of Trustees, WWF-Brasil, Duratex S/A, AMBEV e Grupo Libra. Sr. Souza é Conselheiro Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi Diretor Geral do Banco de Investimentos Crefisul e Presidente do Citibank/Brasil. Nos Estados Unidos, foi responsável global pelo Private Bank. Sr. Souza foi também Presidente do Conselho do Citibank na Suíça, Presidente do Conselho do Banco Crefisul e Presidente do Conselho da Credicard no Brasil, além de participar do Conselho do Citibank Equity Investments (Argentina). Sr. Souza foi Consultor Sênior do Citibank para a América Latina até aposentar-se em Setembro de 2003. Foi Presidente do Banco ABC-Roma, uma afiliada do Grupo Globo e foi membro do Conselho de várias empresas brasileiras, como Celbrás, Ultraquímica, SPCI Computadores, Signature Lazard, Banco Triângulo, CSU Cardsystems e Gol Linhas Aéreas. Foi também membro do Conselho da Mastercard International e Presidente da Câmara Americana de Comércio em São Paulo.

***Celso Clemente Giacometti*.** O Sr. Giacometti é brasileiro e nasceu em 13 de outubro de 1943. É Membro Independente do nosso conselho de administração, bem como membro dos seguintes comitês: Auditoria, Remuneração e Nomeação, Governança Corporativa e Sustentabilidade e Risco. É Presidente do Conselho Fiscal/Comitê da Auditoria da Ambev S.A. Trabalhou na Arthur Andersen, tornando-se sócio em 1974 e ocupando a posição de CEO das operações brasileiras de 1985 a 2000. Prestou serviços no conselho de administração e comitês de auditoria das Lojas Marisa S.A., Tarpon Investments, TIM Participações, Sabó Autopeças e Votorantim Indústrias. Atuou como membro do Conselho Fiscal da CTEEP/ISA – Transmissão Paulista. Também foi CEO da Souto Vidigal, empresa holding e escritório familiar, de 2004 a 2006. É sócio-gerente da Giacometti Serviços Profissionais Ltda. O Sr. Giacometti também é um dos cofundadores e ex-membro do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) e atual membro da Comissão de Governança e Nomeação do IBGC. Ele é membro do CAF – Comitê de fusões e aquisições. É bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia São Luís e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto. Outros cursos de especialização – Yale, Insead e IMD.

Marília Artimonte Rocca. A Sra. Marília Rocca é brasileira e nasceu em 31 de janeiro de 1973. Graduou-se em administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e possui MBA em administração pela Columbia Business School, Nova York. Participou do Programa Executivo – Família nos Negócios na Harvard Business School, em Boston. A Sra. Rocca começou sua carreira no departamento de operações do Wall-Mart Brasil, e trabalhou na empresa desde sua instalação inicial no Brasil até 1998. Administrou organizações do terceiro setor durante seis anos e também foi co-fundadora e diretora geral da Endeavor Brasil, ONG líder em empreendedorismo de alto impacto, e da Fundação Brava, organização voltada à promoção da gestão pública. Iniciou e desenvolveu parte do Escritório Familiar das famílias Lemann, Sicupira e Telles. Atualmente, é Vice-Presidente da TOTVS e é sócia da Mãe Terra e Fibraxx, empresas do setor de produtos naturais e orgânicos, onde trabalhou de 2007 a 2012. Ela foi membro dos conselhos de administração da TOTVS de 2001 a 2012, e da Endeavor Brasil de 2005 a 2012. Foi ainda membro do Conselho de Administração do Grupo IBMEC (atual Insper) de 2004 a 2008, tendo sido nomeada membro do Comitê de Avaliação Externa da Insper. Foi escolhida para o programa Henry Crown Fellowship do Aspen Institute, de que participa desde

2006. Em 2011, recebeu o Prêmio Cláudia na categoria de negócios. Ela é membro do nosso Conselho de Administração desde 2012, e, desde 2013, também é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Santander Brasil.

Viviane Senna Lalli. A Sra. Senna é brasileira e nasceu em 14 de junho de 1957. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e especializada em Psicologia Profunda. De 1981 a 1996 atuou na área de psicologia clínica como psicoterapeuta de adultos e crianças, e como formadora de terapeutas em Psicologia Profunda. Em 1994, fundou o Instituto Ayrton Senna, que tem como missão a produção e aplicação em escala de conhecimento e inovação em educação integral de crianças e jovens. A Sra. Senna é também membro dos seguintes Conselhos e Comitês: Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); Conselhos Consultivos da FEBRABAN e Citibank Brasil; Conselho de Educação da CNI e FIESP; Energias do Brasil (EDP), ADVB, World Trade Center (WTC) e "Todos pela Educação"; Comitê de Remuneração e Nomeação do Santander Brasil; Comitês de orientação e investimentos sociais do banco Itaú-Unibanco.

Membros da Diretoria Executiva da Companhia:

Jesús Maria Zabalza Lotina. Vide "Membros do Conselho de Administração."

Conrado Engel. Vide "Membros do Conselho de Administração."

José de Paiva Ferreira. Vide "Membros do Conselho de Administração."

Angel Santodomingo Martell. O Sr. Santodomingo é espanhol e nasceu em 16 de novembro de 1965. Ele é formado em Ciências Econômicas e Administrativas com especialização em Finanças pela Universidade I.C.A.D.E. de Madrid, e um CFA (*Chartered Financial Analyst*) pela *CFA Society of the United States*. Como um de nossos Vice-Presidentes Executivos, ele ocupa o cargo de Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores. Ele iniciou a sua carreira no Grupo Santander em 2005 como Chefe de Desenvolvimentos Internacionais e Asset Management e depois se tornou globalmente responsável pela área de relações com investidores. Ele trabalhou como Diretor do Grupo Fortis e Banesto Bolsa. Ele também trabalhou na Usera y Morenés S.V.B (Sociedade de Valores y Bolsa) e Arthur Andersen (Deloitte). De 1996 a 2008, ele ocupou a posição de CEO da *CFA Society* na Espanha, onde atuou como membro fundador desta instituição sem fins lucrativos, focada em servir aqueles que detém a certificação do CFA e de 2009 a 2014 ocupou a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação Espanhola de Relações com Investidores – A.E.R.I..

Antônio Pardo de Santayana Montes. O Sr. Pardo de Santayana é espanhol e nasceu em 5 de novembro de 1971. É formado em Economia e Direito pela ICADE, Universidade Pontifícia Comillas. Como um de nossos Vice-Presidentes Executivos, é responsável pela área de gestão de riscos, tendo exercido antes as funções de Diretor da área de Recuperação de Crédito e Diretor de Riscos Atacado e do Santander Financiamentos. Ele foi um consultor da PricewaterhouseCoopers de 1995 a 1998, analista de risco sênior para o Santander Central Hispano/Santander Investment de 1998 a 2000 e gerente sênior da Monitor Company de 2000 a 2005 e retornou ao Grupo Santander em 2005 como Diretor Adjunto da área de Riscos de Atacado, onde permaneceu até 2009, quando veio trabalhar no Brasil. É também diretor executivo da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

Carlos Alberto López Galán. O Sr. Galán é espanhol e nasceu em 6 de novembro de 1962. É bacharel em Economia pela Universidad Autónoma de Madri na Espanha, e Mestre em Mercados Financeiros pela Universidad Pontifícia Comillas, na Espanha. Como um dos nossos vice-presidentes executivos, é responsável pela área financeira. Iniciou no Grupo Santander como analista em 1986, e em 1995 se tornou responsável pela controladoria do Santander Financial Products. De julho de 1997 a janeiro de 1999, atuou como vice-presidente do Santander Investment, no México. Atuou também, de julho de 1999 a agosto de 2006, como diretor financeiro e diretor de operações do Saantander México. Atuou como membro do conselho de administração do Grupo Financeiro Santander Serfin e das seguintes sociedades: Altec (atualmente Isban), Universia, Proaquanima, Banco Santander Serfin, Casa de Bolsa, Afore S.S., Gestora S.S. e Aseguradora S.A. Atuou como diretor financeiro do Santander Brasil entre 2006 e 2014. Ele também é Presidente do Banco Bandepe S.A., diretor executivo da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e diretor administrativo da Norchem Participações e Consultoria S.A. Além disso, é membro do conselho de administração do Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Ele também é Diretor da Santander Brasil Estableciemiento Financeiro de Crédito S.A.; membro suplente do Conselho de Administração da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI BRASIL e da

Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil; bem como membro efetivo do Conselho de Administração da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e da Mantiq Investimentos Ltda.

Carlos Rey de Vicente. O Sr. Rey de Vicente é espanhol e nasceu em 20 de fevereiro de 1974. Formou-se em Direito, em 1997, pela Universidad Complutense de Madrid, tendo ingressado no Colégio de Advogados de Madrid em 1997. Em 2010 ingressou no Banco Santander Espanha, onde era responsável pela estratégia e planejamento dos Bancos Santander México, Chile, Argentina, Puerto Rico, Uruguai, Peru e Colômbia. De 2001 a maio de 2010, o Sr. Rey de Vicente exerceu a função de sócio na empresa McKinsey & Co., onde era responsável por liderar inúmeros projetos de consultoria estratégica. Suas atividades sempre se concentraram nas matérias bancárias e de seguradoras, além de atuar na gestão de equipes. Anteriormente, exerceu a função de advogado em dois escritórios, sendo que em um deles foi fundador e sócio, cujas matérias focais eram de seguros e responsabilidade civil. Atualmente, o Sr. Rey de Vicente ocupa o cargo de Vice-Presidente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A., sendo responsável pela área de Estratégia, Qualidade e Assuntos Corporativos. Também é membro do Conselho de Administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

Ignacio Domínguez-Adame Bozzano. O Sr. Bozzano é espanhol e nasceu em 20 de agosto de 1968. É formado em Ciências Econômicas e de Negócios com especialização em Finanças pela Universidad Complutense de Madri. Tem MBA pela Universidade de Houston. Ingressou no Grupo Santander em 1994, inicialmente desenvolvendo atividades na área de Global Banking & Markets e com foco em M&A, Project Finance e Leveraged Finance. De agosto de 2006 a fevereiro de 2007, prestou serviços como Diretor Administrativo do Banco Santander Central Hispano, SCH Investimento (Espanha), onde era responsável pela área de transações estruturadas. De fevereiro de 2007 a abril de 2009, prestou serviços como Diretor Administrativo do Banco Santander Central Hispano. De 1991 a 1992, trabalhou no departamento de análise de investimento da Dragados y Construcciones S.A. (Espanha). Como um de nossos vice-presidentes executivos, ele é responsável pelas nossas operações globais de atacado (wholesale banking), inclusive Global Banking & Markets. É também diretor executivo da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., diretor da Santander Participações S.A.

João Guilherme de Andrade So Consiglio. O Sr. Consiglio nasceu em São Paulo, em 7 de dezembro de 1968. É formado em Economia pela Universidade de São Paulo e tem Post Laurea pela Universitá Degli Studi di Genova, Itália, Facoltá de Economia e Commercio. Como Diretor Vice-Presidente Executivos, é atualmente responsável pelos clientes corporativos. Foi economista da Bunge (Serfina S.A. Adm. e Participações) de 1990 a 1994, gerente do departamento econômico da Santista Corretora S.A. CVM de 1994 a 1995 e está no Banco Santander Brasil e/ou ABN Amro/Banco Real desde 1995. Começou na área de clientes corporativos como Business Manager. Assumiu, então, funções da área de desenvolvimento corporativo e participações societárias até 2005, quando se tornou responsável pela Diretoria de desenvolvimento e gestão de produtos no Brasil. Tornou-se responsável por produtos de transações globais no Brasil em 2008, e em 2010 assumiu suas responsabilidades atuais. Ele atuou como membro do conselho de administração da CBSS (Visa Vale) até 2008, e como membro do conselho de administração da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP e membro do Conselho Superior da FUNCEX até 2010. Também é membro do conselho de administração da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil e Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil e representante do Banco Santander no Conselho de Administração e Conselho Consultivo da Associação BRAIN – Brasil Investimentos & Negócios.

Juan Sebastián Moreno Blanco. O Sr. Blanco nasceu em 17 de dezembro de 1964, na Espanha. Formou-se em Administração de Empresas, pela University of Houston – Houston, TX. De 1987 a 1994, trabalhou na empresa Bakinter como Diretor Comercial, responsável pela área Comercial, bem como pelo segmento de empresas do Banco Santander. De 1994 à 1997, trabalhou como Diretor de Projetos no sistema financeiro para o México e Brasil, na empresa Booz, Allen & Hamilton, no México. Ingressou no Grupo Santander em 1997, onde atuou como Diretor Executivo de Empresas de Instituições e, após, tornou-se Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, no Banco Santander México, sendo responsável pelas atividades da área de Produtos do Banco. Em 2006, passou a ser responsável pelos segmentos de Grandes Empresas, Empresas, Institucionais e Alta Renda nos países da América Latina, além de responder pelas áreas de produtos para os países da América Latina (Comex, Cash Management, Consignado etc.). De 2008 a 2010, exerceu a função de Diretor Presidente (CEO) do Banco Santander – Puerto Rico. A partir de 2010, ocupou a função de Vice-Presidente da área Comercial do Banco Santander México, sendo responsável pelas áreas de negócios. Nessa época, foi ainda: Membro do Comitê de Administração; Comitê de Direção; ALCO; Comitê Financeiro e Comitê de Riscos. Como Vice-Presidente Executivo, ele é responsável pela área comercial do Banco.

Manoel Marcos Madureira. O Sr. Madureira é brasileiro e nasceu em 30 de dezembro de 1951. Possui bacharelado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Taubaté, em São Paulo, e especialização em Administração pela Tokyo International Center, no Japão. De 1976 a 2005 atuou no setor automobilístico, onde desempenhou as funções de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Fiat Automóveis e Mercedes Benz do Brasil. De 1998 a 2005 foi Vice-Presidente da Associação de Fabricantes de Veículos Automotores e Presidente da Associação de Engenharia Automotora. Em 2006 foi eleito Vice-Presidente de Assuntos Corporativos do Santander Brasil e em 2007 assumiu a Vice-Presidência da Federação Brasileira de Bancos. Em 2008 foi transferido para o Grupo Santander Espanha para atuar como Diretor de Comunicação da América Latina, onde permaneceu até setembro de 2012. Em outubro de 2012 retornou ao Brasil para assumir a função de Diretor Executivo da Comunicação Corporativa e dos departamentos de Relações Institucionais do Santander Brasil e atualmente é o Vice-Presidente Executivo, responsável pelas áreas de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade. O Sr. Madureira também é, Diretor Executivo da Universia Brasil S.A.

Oscar Rodriguez Herrero. O Sr. Rodriguez é espanhol e nasceu em 4 de outubro de 1971. É bacharel em Administração de Empresas pelo Colégio Universitário de Estúdios Financieros, em Madri, Espanha, e tem MBA pela Kellogg School of Management, da Northwestern University, em Chicago, Illinois. Como um de nossos Diretores Vice-Presidentes Executivos, é o responsável pela área de novos negócios, incluindo a joint-venture com o Banco Bonsucesso. Entre 2006 e 2014, foi Diretor Vice-Presidente Executivo de gestão de risco do Banco Santander Brasil responsável pela gestão e controle dos riscos de crédito varejo e atacado, riscos de mercado e risco operacional. Ele trabalhou como analista de risco de crédito para os negócios no Brasil, Chile e Argentina do Santander Investment, baseado na Espanha, de 1994 a 1998. Foi consultor na McKinsey & Co nos Estados Unidos e na Espanha de 2000 a 2004. O Sr. Rodriguez também atuou como diretor de risco de crédito das áreas de atacado e corporativa do Santander Brasil de 2004 a 2006. Atualmente, ele é diretor-presidente da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, diretor executivo do Banco Bandepe S.A., da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., diretor do Santander Participações S.A., da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Santander Brasil Advisory Services S.A. Também é membro do Conselho de Administração da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil, Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, da Light Serviços de Eletricidade S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Mantiq Investimentos Ltda.

Fernando Díaz Roldán. O Sr. Roldán é espanhol e nasceu em 7 de outubro de 1965. Possui bacharelado em física e especialização em física aplicada pela Universidade Autônoma de Madrid. Possui também pós-graduação em administração pela IESE Business School, Universidad de Navarra. O Sr. Roldan iniciou sua carreira na Hewlett Packard. De 1996 a 2001 trabalhou para empresas de TI como: British Life SAE, Rhône-Poulenc Rorer e Ibéria SA SITEL Teleservices. Em 2001 fez parte do Grupo Endesa, onde atuou como diretor geral/diretor de operações da Mundívia e diretor de infraestrutura corporativa da divisão de telecomunicações e sistemas. Em 2006, foi convidado a ingressar no Grupo Santander como Diretor de Serviços Corporativos na Produban Serviços de Informática S.A., onde passou a dirigir os serviços de produção para as unidades de negócios Globais do Grupo (Global Banking & Markets, Asset Management, Seguros e Cartões de Crédito), bem como projetos corporativos e centros de competência. Em 2008, liderou a operação da Produban no Brasil, como Diretor Executivo. Participou ativamente na integração dos Bancos Santander e Banco Real e ainda foi responsável pela operação da infraestrutura tecnológica para o Grupo Santander do Brasil, Chile e Argentina. No final de 2012 e em exercício desde então, assumiu a área de tecnologia do Santander Brasil como CIO – *Chief Information Officer*.

José Alberto Zamorano Hernandez. O Sr. Zamorano é espanhol e nasceu em 9 de maio de 1962. É formado em Administração pela Universidad Complutense de Madrid. Em 1991, o Sr. Zamonarno iniciou sua carreira no Grupo Santander como Gerente da área de Auditoria Interna, de 1995 a 2002, onde era responsável pela Auditoria de riscos de crédito em unidades regionais da Galícia, Alicante e Castilla La Mancha. De 2002 a 2005, foi Superintendente de Auditoria Interna do Santander Brasil e de 2005 a 2010 foi o Diretor Executivo responsável pela Auditoria Interna no Grupo Financeiro Santander México. Como um de nossos diretores executivos, o Sr. Zamorano é responsável por nossa área de auditoria interna, desde 2011.

José Roberto Machado Filho. O Sr. Machado é brasileiro e nasceu em 25 de agosto de 1968. É bacharel em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas, Economia e Finanças pela Universidade de São Paulo. O Sr. Machado foi engenheiro da Keumkang Limited de 1990 a 1991, gerente de câmbio de 1992 a 1995 e gerente de mesa de operações de mercados emergentes de 1992 a

1996 do Banco CCF Brasil S.A. Também foi diretor executivo do Banco Rabobank Internacional Brasil S.A. de 1998 a 2003 e foi diretor executivo do Banco Real de 2003 a 2009. Atualmente, ele é responsável pela Rede Comercial do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Ele também é diretor executivo do Banco Bandepe S.A. e Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., além de ser Diretor na CETIP.

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos. A Sra. Maria Eugênia é brasileira e nasceu em 23 de janeiro de 1966. É formada em Economia pela Universidade da Bahia com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas. Como uma de nossas diretoras executivas, é responsável pela área de Segmentos Particulares (Private Banking, Select, Van Gogh e Pessoa Física), Investimentos e Seguradora (Gestão de Patrimônio). Ademais, é diretora presidente do Santander Brasil Advisory Services S.A. e da SANCAP Investimentos e Participações S.A.

Amancio Acúrcio Gouveia. O Sr. Gouveia é brasileiro e nasceu em 31 de março de 1963. É formado em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula. Como um de nossos diretores, ele é responsável por operações financeiras e tem sido gerente de controle contábil do Grupo Santander desde 2001. Foi gerente de auditoria na KPMG até 1991, gerente contábil do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1991 a 1999, gerente-supervisor do BankBoston Banco Múltiplo S.A. de 1999 a 2001. Também é diretor da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, diretor executivo da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Santander Capitalização S.A, Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., Banco Bandepe S.A., Evidence Previdência S.A e da SANCAP Investimentos e Participações S.A. Também é administrador da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda., membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de São Paulo e membro efetivo do conselho fiscal da Redentor Energia S.A.

Ana Paula Nader Alfaya. A Sra. Nader é brasileira e nasceu em 7 de agosto de 1971. Formou-se em publicidade e propaganda pela Universidade Paulista, em São Paulo, e tem pós-graduação em comunicações pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. De 1996 a 1997, atuou como Gerente de Marketing e Comunicações Internas do Unibanco. Trabalhou como Gerente de Comunicações de Cartão de Crédito de 1997 a 1998 do BankBoston e, depois disso, como Gerente de Estratégia e Marketing de Planejamento de 1998 a 2000, ainda no BankBoston. Trabalhou como Gerente de Planejamento e Gerente de Pesquisa de 2000 a 2003 no ABN AMRO, e Gerente de Marketing em Varejo de 2003 a 2004. No mesmo ano tornou-se superintendente do Departamento de Marketing Estratégico para varejo. De 2005 a 2010 trabalhou como superintendente executiva do Departamento de Marca, Pesquisa e Marketing, desde 2011 atuoa como Superintendente Executiva Sênior do departamento de Marca e Marketing e desde 2012 como Diretora de Marcas e Marketing.

Cássio Schmitt. O Sr. Schmitt é brasileiro e nasceu em 23 de abril de 1971. É formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e mestre em Administração de Empresas (MBA) pela Sloan School of Business, Massachusetts Institute of Technology (MIT). Ele foi economista da Tesouraria do Banco de Crédito Nacional S.A. de 1995 a 1996, e economista sênior do UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1996 a 1999. Foi gerente da equipe de financiamento estruturado do UBS Warburg em 2000, superintendente de financiamento de projetos do UNIBANCO de 2001 a 2003 e superintendente de relações corporativas do Escritório de Representação do UNIBANCO em Nova York pelo período de 2003 a 2004. Atuou como superintendente da equipe de M&A/Financiamento de Projetos do Santander Brasil em 2004, e se tornou responsável por financiamento de projetos no Brasil em 2005, assumindo também as áreas de financiamento de aquisições e empréstimos sindicalizados em 2010. De 2011 a 2012, passou a ser responsável pela área de Riscos para clientes de GB&M, e até 2014 foi responsável pela área de Global Transaction Banking (GTB). Atualmente, ele é o Diretor do Santander Brasil responsável pelos Negócios de Recuperação de Crédito.

Cassius Schymura. O Sr. Schymura é brasileiro e nasceu em 19 de fevereiro de 1965. É formado em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e tem MBA pela Fundação Dom Cabral. Como um de nossos diretores, é responsável pela área de Cartões e Adquirência. Foi gerente de produtos de investimento do Banco Nacional S.A. de 1989 a 1991, gerente de produtos e marketing da Cardway Processamento de 1991 a 1994, gerente de produtos do Cartão Nacional de 1994 a 1996, gerente supervisor de marketing e produtos do Unicard Banco Múltiplo S.A. de 1996 a 1999, associado Sênior da Booz Allen & Hamilton em 1999, membro do Conselho e Diretor-Presidente da Idéiasnet S.A. de 2000 a 2001, e gerente geral da SOFTCORP de 2001 a 2004 e atua no Grupo Santander desde 2004. Ele também é diretor representante da ABECS, Diretor Presidente da Santander Securities Services Brasil Participações S.A e membro do Conselho de Administração da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Ede Ilson Viani. O Sr. Viani é brasileiro e nasceu em 5 de setembro de 1967. É formado em contabilidade e possui MBA pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. Foi auditor do Banco Itaú S.A, de 1986 a 1990, e ingressou no BankBoston S.A. como auditor sênior. Trabalhou no Bank Boston por 17 anos, atuando em seguida na qualidade de Diretor de Risco de Crédito para empresas de médio e grande porte. Ele ingressou no Santander Brasil em 2007 na qualidade de Diretor para o setor bancário voltado a pequenas e médias empresas e foi responsável pela Gestão de Risco do setor bancário de varejo de julho de 2010 a 2014. Como um de nossos Diretores, ele é atualmente responsável pelos Negócios Corporativos, sendo responsável por todos os segmentos: segmentação, produtos, valor de oferta e atividade comercial.

Eduardo Müller Borges. O Sr. Borges é brasileiro e nasceu em 12 de setembro de 1967. É formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele faz parte do Grupo Santander desde 2005, sendo responsável pela área de Mercados de Crédito dentro do GB&M, a qual inclui as áreas de financiamento de projetos, aquisições, empréstimos bancários sindicalizados, mercado de capitais e investimentos de capital próprio do banco em projetos de energia renovável. Ele foi gerente de comércio exterior e, então, gerente sênior de mercados de capitais internacionais do First National Bank of Boston, São Paulo, de 1993 a 1996, e vice-presidente do departamento de empréstimos sindicalizados do BankBoston Robertson Stephens Inc. em Boston, Massachutsetts, de 1996 a 1999. Além disso, foi diretor do BankBoston Banco Múltiplo S.A., de 1999 a 2000, e vice-presidente do departamento de Mercado de Capitais do Banco JP Morgan S.A., de 2000 a 2002. Atuou de 2002 a 2004 na qualidade de vice-presidente do departamento de mercados de capitais do Santander Brasil, como diretor do ING Bank N.V. São Paulo de 2004 a 2005, e desde então voltou a trabalhar no Santander. Ademais, trabalha no Santander desde 2005. Atualmente, é membro do Comitê do Global Banking & Markets no Brasil.

Flávio Tavares Valadão. O Sr. Valadão é brasileiro e nasceu em 1º de julho de 1963. É formado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia Mauá e em Ciências Contábeis e Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Ademais, é mestre em engenharia elétrica pela Universidade de Lille, na França. Como um de nossos Diretores, é responsável pela área de Finanças Corporativas do Santander. Foi Diretor Financeiro Corporativo do Banco Paribas de 1990 a 1998. Ingressou no Banco ABN Amro Real em 1998.

Gilberto Duarte de Abreu Filho. O Sr. Abreu é brasileiro e nasceu em 7 de agosto de 1973. É formado em Engenharia Industrial pela Universidade de São Paulo e possui MBA pelo Massachussets Institute of Technology, em Massachusetts. Na qualidade de um de nossos Diretores, é atualmente responsável pelos Negócios Imobiliários. Antes de ingressar no Santander Brasil, o Sr. Abreu era gerente sênior na McKinsey & Company, administrando projetos nas áreas financeira e de varejo. Também é Diretor Presidente da Webcasas S.A., vice presidente da ABECIP e membro do Conselho de Administração da CIBRASEC.

Javier Rodriguez de Colmenares y Alvarez. O Sr. Rodriguez de Colmenares é natural da Espanha, nascido em 1º de abril de 1977. Formou-se pela Universidade Pontificia Comillas (ICADE), em Madri, nos cursos de Direito, Economia e Administração de Empresas e cursou o Mestrado em Banca de Investimento e Mercados Financeiros pela Escola de Finanças do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). Em 2001 ingressou no BBVA no Departamento de Project Finance dentro da Área de Mercado de Capitais e em 2005 ingressou no Grupo Santander para exercer o cargo de Vice-Presidente, sendo responsável global (Europa, América Latina e América do Norte) dos setores de TMT (Telecom) e Logística da Área de Financiamentos Estruturados dentro do Banco de Investimento (Santander Investment, depois Global Banking & Markets). Posteriormente, tornou-se responsável pelo setor de infraestruturas no Global Infrastructure Group na mesma unidade, e depois foi promovido como chefe global do Project & Acquisition Finance de todo o grupo Santander, baseado em Madrid. Em novembro de 2009 foi nomeado Diretor Global de Riscos de Financiamentos e Produtos Estruturados (Derivativos) na Divisão de Riscos do Grupo, atuando como membro permanente do Comitê Global de Riscos de Atacado, do Comitê de Assurances e Produtos Estruturados, além do Comitê Global de Sustentabilidade, presidido pelo CEO do Grupo Santander. Como um de nossos Diretores, é responsável pela Área de Riscos do Banco de Atacado (Santander Global Banking & Markets).

Jamil Habibe Hannouche. O Sr. Hannouche é brasileiro e nasceu em 23 de junho de 1960. Estudou Engenharia Mecânica pela Universidade Mogi das Cruzes - UMC, especializado em Finanças pela Faculdade Dom Cabral, é mestre em gestão de empresas no IBMEC, além de ser mestre em Pedagogia na Dom Domenico. Como um de nossos diretores, é responsável pela área de universidades, incluindo a gestão da Universia Brasil S.A. Ele foi diretor no Banco Nacional S.A., de 1983 a 1995, e diretor do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A, de 1995 a 2000.

Jean Pierre Dupui. O Sr. Dupui é brasileiro e nasceu em 23 de setembro de 1968. Possui bacharelado em Economia e especialização pela University of Boston, Estados Unidos. Atualmente é responsável pelo Corporate & Investment Bank (CIB) do Santander Brasil. De 1992 a 1998 trabalhou no departamento de finanças estruturadas e comerciais do Grupo Lloyds TSB, em São Paulo e Londres. De 1998 a 2001 trabalhou no departamento de finanças estruturadas do Citigroup Brasil. De 2001 a 2004 trabalhou para a BBVA Brasil no departamento de mercados de capital de dívidas. De 2004 a 2006 foi diretor financeiro do Citigroup em Nova York e São Paulo. Iniciou sua carreira no Grupo Santander em 2006, onde assumiu o departamento de mercados de crédito do Santander Brasil. De 2009 a 2012 foi responsável por serviços bancários de operações globais do Banco Santander em Madrid.

Luiz Felipe Taunay Ferreira. O Sr. Taunay é brasileiro e nasceu em 18 de março de 1967. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e em economia pela Universidade de São Paulo, além de ser mestre em economia pela Universidade de São Paulo. O Sr. Taunay também possui certificado internacional de analista financeiro (CFA). Na qualidade de um de nossos diretores, trabalha no departamento de relações com investidores. Foi operador do Banco ING Brasil de 1994 a 1996, chefe de gestão de risco de mercado de derivativos de ações do ING Barings, Londres, de 1996 a 1998. Ingressou no Banco Real em 1998 e trabalha para o Grupo Santander desde então. Neste período foi responsável, principalmente, pelo departamento de risco de mercado no Brasil e na américa Latina, passando a ser responsável também pelo departamento de "Asset & Liability management". Atualmente, é diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., e do Banco Bandepe S.A..

Mara Regina Lima Alves Garcia. A Sra. Garcia é brasileira e nasceu em 28 de dezembro de 1966. É formada em direito pela FMU - Faculdades Metropolitanas, é pós-graduada em Direito Financeiro pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e possui mestrado em Direito Econômico Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Ela foi gerente jurídica do Banco Inter-Atlântico S.A, de 1996 a 2000, e advogada sênior do Banco Itaú BBA S.A, de 2000 a 2006. Ela ingressou no Santander Brasil em 2006 como Superintendente Executiva do departamento jurídico da área de atacado. Como uma de nossas diretoras, é responsável pela área de assuntos corporativos, jurídico e compliance. Também é diretora executiva do Banco Bandepe S.A., membro do comitê da FEBRABAN e da ABBI.

Marcelo Zerbinatti. O Sr. Zerbinatti é brasileiro e nasceu em 5 de fevereiro de 1974. É formado em Administração de Empresas pela FMU – SP e pós-graduado em Negociação pela Fundação Getúlio Vargas. Além disso, é mestre em Planejamento pela PUC-SP. Ele trabalhou no Banco Bradesco S.A. entre 1988 e 1992 como Chefe de Serviço, no Bank Boston, de 1992 a 1994, como Coordenador de Câmbio, no Banco Real, de 1994 a 2006, como Superintendente de Projetos. De 2006 a 2008 ocupou o cargo de Superintendente Executivo de O&M, responsável por Processo e Gerenciamento de Mudanças; a partir de 2008, passou a coordenar o Escritório de Integração e, em 2011, passou a ocupar o cargo de Diretor da Área de Organização, Tecnologia e Processos, área esta que se passou a chamar de Organização e Eficiência, a partir de 2012. A partir de outubro/2013, assumiu a Diretoria de Planejamento Estratégico. De 2015 em diante tornou-se responsável pelo departamento de qualidade e experiência do consumidor.

Marcio Aurelio de Nobrega. O Sr. Nobrega é brasileiro e nasceu em 23 de agosto de 1967. Formado em Administração de Empresas e Economia pela Faculdade Santana, com extensão executiva pelo IESE Business School. Como um de nossos diretores, é responsável pelas áreas de tecnologia e operações para Negócios Globais e Asset Management Back Office. Ingressou no Banco Real em 1982 e trabalha para o Santander Brasil desde então. Também é diretor da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e da Santander Securities Services Brasil Participações S.A.

Mário Adolfo Libert Westphalen. O Sr. Westphalen é brasileiro e nasceu em 9 de julho de 1968. Formou-se em Engenharia Elétrica, pela Universidade de Brasília em 1992. Iniciou sua carreira no mercado de telecomunicações, no qual serviu por mais de cinco anos como Diretor da autotrac S.A., Qualcomm Inc. e Piquet Participações. Em 1998 atuou como Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. De 1999 a 2001, exerceu a função de Consultor Sênior na K2 Achievements Consultoria. De 2001 a 2003 atuou como Diretor Executivo e Sócio da empresa Concrete Solutions, empresa que presta serviços de TI. A partir de 2004 ingressou no Banco Santander (Brasil) S.A., onde atuou como Superintendente de Patrimônio e Facilities até 2007, a partir de quando passou a exercer a função de Superintendente Executivo Sênior de Recursos Corporativos, até o ano de 2009. De 2010 a 2013 atuou como Diretor de Operações no Santander Global Facilities – SGF, nos Estados Unidos da América, sendo Responsável pela estruturação e operação da Subsidiária da Empresa nos Estados Unidos,. Como um de nossos diretores, é

responsável pela Diretoria de Custos, Organização e Eficiência.

Mauro Cavalcanti de Albuquerque. O Sr, Cavalcanti é brasileiro nascido em 03 de outubro de 1969. Formou-se em engenharia na BSc Engineering, University of Exeter, na Inglaterra em 1991, e concluiu MBA na IMD Lausanne, Suiça, no ano de 2003. Iniciou sua carreira no BankBoston, passando pelos cargos de trainee, gerente de operações de *hedge* e gerente de correspondentes bancários, de 1992 a 1994. Nos anos de 1995 e 1996, foi *trader* e atuou na venda estruturada de derivativos no JP Morgan, em São Paulo e Nova York. Foi contratado, nos anos de 1997 e 1998, pelo BancBoston Securities, Inc., para realizar atividades de estruturação de empréstimos na América Latina. Faz parte do Grupo Santander Brasil desde 1999, atuando como executivo nas áreas de vendas corporativas, tesouraria, divisão internacional, Project Finance e Global Transaction Banking. Na qualidade de Diretor do Banco Santander Brasil, é responsável pela área de Global Transaction Banking. Também é conselheiro da Câmara Interbancária de Pagamentos.

Mauro Siequeroli. O Sr. Siequeroli é brasileiro e nasceu em 24 de março de 1957. É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas com pós-graduação em recursos industriais e administração geral também pela Fundação Getúlio Vargas. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de recursos corporativos. Foi diretor de operações do Banco Crefisul S.A. de 1985 a 1994, diretor de operações e posteriormente de produtos do Banco BMC de 1995 a 1998, diretor de operações do Banco Bandeirantes S.A. de 1999 a 2000 e ingressou no Grupo Santander Brasil em 2001. Atualmente, é também diretor executivo da Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros.

Nilton Sergio Silveira Carvalho. O Sr. Nilton Carvalho é brasileiro e nasceu em 1º de janeiro de 1957. Possui bacharelado em engenharia de produção elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial. O Sr. Carvalho iniciou no setor bancário em 1981. De 1981 a 2005 trabalhou no Unibanco em vários departamentos diferentes. De 2005 a 2008, trabalhou como diretor de operações da Olé Financiamentos. Durante 2008, até setembro de 2009 foi responsável pela área de Organização do Santander. De outubro de 2009 a outubro de 2012, foi responsável pela estrutura de operações da Aymoré Financiamentos. Atualmente, como Diretor do Santander Brasil, ele é responsável pelo departamento de Operações, e também exerce a função de Diretor Executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., da Santander Capitalização S.A. e da Evidence Previdência S.A., membro do Conselho de Administração da Tecnologia Bancária S.A. – TECBAN, conselheiro suplente da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI CFI e da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, além de exercer a função de membro do Conselho de Administração da Webmotors e de administrador da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

Ramón Sanchez Díez. O Sr. Díez é espanhol e nasceu em 29 de outubro de 1968. Ele é formado em Economia pela Universidad Autónoma de Madrid e possui formação pelo Programa de Gestão Avançada, pela University of Pennsylvania Wharton School. Como um de nossos diretores, é responsável pelos negócios que envolvem clientes de Folha de Pagamento. Atuou como analista financeiro e gerente de portfólio, para o Banco Santander, filial de Nova de York, de 1992 a 1997 e como diretor de estratégia e análise para bancos latino-americanos do Santander, em Madrid, durante os anos de 1997 a 2003. Foi diretor de estratégia e relações com investidores no Santander Brasil de 2004 a 2006, além de ter sido o responsável pela área de Aquisição de Clientes, durantes os anos de 2007 e 2009, e, de 2009 a 2011, foi responsável pelos canais de varejo (call center, internet, mobile e canais de ATM) e, antes de ocupar a sua atual posição, foi responsável pelo planejamento comercial e de comunicação do varejo. O Sr. Diez presidiu a Câmara de Comércio da Espanha no Brasil, entre 2006 e 2009.

Reginaldo Antonio Ribeiro. O Sr. Ribeiro é brasileiro e nasceu em 19 de maio de 1969. É formado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista e possui MBA pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, Universidade de São Paulo. Na qualidade de um de nossos diretores, é responsável pelos assuntos fiscais, estratégias de planejamento fiscal e processos de reorganização societária. Atuou como gerente da Arthur Andersen Consultoria Fiscal Financeira S/C Ltda, de 1990 a 2001. Ele foi membro do conselho fiscal da Companhia Energética de São Paulo e AES TIETÊ no período de 2002 a 2006. Ele é membro da diretoria das seguintes companhias: Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros, Aquanima Brasil Ltda. e Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros; e diretor da Santander Participações S.A., Santander Securities Services Brasil Participações S.A., Santander Brasil Advisory Services S.A, Norchem Participações e Consultoria S.A.

Roberto de Oliveira Campos Neto. O Sr. Neto é brasileiro e nasceu em 28 de junho de 1969. Formado em Economia e pós-graduado em Economia com especialização em Finanças pela Universidade da Califórnia, em Los

Angeles (UCLA). Trabalhou no Banco Bozano Simonsen de 1996 a 1999 nos cargos de Operador de Derivativos de Juros e Câmbio (1996), Operador de Dívida Externa (1997), Operador da área de Bolsa de Valores (1998) e Executivo da Área de Renda Fixa Internacional (1999). De 2000 a 2003, trabalhou como Chefe da Área Internacional e de Renda Fixa no Santander Brasil. Em 2004 ocupou o cargo de Gerente de Portfólios na Claritas. Ingressou no Santander em 2005 para atuar como operador e em 2006 foi Head da mesa Trading. Em 2010, assumiu as áreas de Proprietary Trading (negociação com o próprio capital) e Market Making Local & International. Atualmente, é responsável por toda a área de Tesouraria.

Ronaldo Yassuyuki Morimoto. O Sr. Morimoto é brasileiro e nasceu em 5 de maio de 1977. Possui bacharelado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Ele é responsável pela área de ALM (Gestão de Ativos e Passivos) / Gestão Financeira. Também é vice-presidente do Banco Bandepe S.A. e diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Ingressou no Santander Brasil em 2001, trabalhando em diferentes áreas, tais como Governos e Instituições, Produtos, Finanças e Contabilidade, Projeto Basileia II e Controle Financeiro em Atacado. Iniciou sua carreira no Banco América do Sul na área de risco de crédito em 1998, trabalhou no Citibank S.A. entre 1998 e 2000 e na AT&T América Latina de 2000 a 2001.

Sergio Antonio Borriello. O Sr. Borriello é brasileiro e nasceu em 15 de abril de 1964. Formou-se em 1987, em Ciências Contábeis, pela Pontifícia Universidade Católica – PUC – SP. Está atualmente cursando graduação em Finanças pela FGV e em Filosofia. Iniciou a sua carreira em 1982, na KPMG Peat Marwick, onde atuou durante 5 anos até atingir o nível sênior de auditor contábil. De 1987 a 1998 trabalhou no Citibank N.A., onde atuou em diversas áreas de finanças, como Impostos, Políticas Contábeis e Informações Gerenciais (MIS). De 1993 a 1996 atuou na área de Riscos de Tesouraria e foi chefe da mesa de reais, de 1996 a 1998 passou a atuar na área de finanças, como Controller. De 1998 a 2002, trabalhou no Citibank N.A. – Colômbia, como CFO onde obteve responsabilidade adicionais sobre as áreas de Auditoria Interna, Compliance e Riscos de Mercado/Liquidez. De 2002 a 2004 trabalhou no ABN AMRO Bank, onde atuou como CFO de Negócios, sendo responsável por todas as unidades de negócios da Companhia. Além disso, foi responsável por Políticas Contábeis, e pela implantação do projeto de IFRS e US GAAP. Nos anos de 2005 a 2008, atuou no Banco IBI, onde atuou como CFO, e, adicionalmente, ocupou cargo estatutário, homologado pela SUSEP. De 2012 a 2013 exerceu o cargo de diretor estatutário, na Tecnisa S.A., (TCSA3) onde foi responsável pela implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC). Como um de nossos diretores, o Sr. Borriello atua como Diretor responsável pela área de Meios de Tecnologia e Operações para a Área de Finanças e Riscos além de acumular as funções de CDO (Chief Data Officer).

Sérgio Gonçalves. O Sr. Gonçalves é brasileiro e nasceu em 7 de agosto de 1956. É formado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, com MBA Executivo Internacional pela Universidade de São Paulo - USP. Desde novembro de 2000, ele é um de nossos diretores e é hoje responsável pela área de Empresas, Governos & Instituições. Atuou por 16 anos (de 1979 a 1994) no Banco Crefisul, associado ao Citibank, como diretor do Corporate Banking. De 1995 a 2000, foi diretor de produtos do Banco Nossa Caixa (atualmente, Banco do Brasil S.A.).

Thomas Gregor Ilg. O Sr. Thomas Gregor Ilg é brasileiro e nasceu em 12 de setembro de 1968. Ele é formado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e tem diploma de pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (CEAG). Ele atua no mercado financeiro há quase 25 anos, incluindo 14 anos no Banco Santander e 10 anos no The First National Bank of Boston, no qual ingressou como trainee nas áreas de Riscos e Negócios. No Banco Santander foi responsável pela área de Corporate Banking até o início de 2007, quando assumiu um projeto para a implantação de uma área na Tesouraria para distribuição de derivativos para clientes Empresas, Private Banking e Rede. Ao final de 2008 assumiu a gestão da área de Riscos Corporate, e, atualmente, é o Diretor responsável pela área de Riscos Varejo.

Vanessa de Souza Lobato Barbosa. A Sra. Barbosa é brasileira e nasceu em 24 de dezembro de 1968. Formou-se na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Administração de Empresas e é pós-graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Marketing. De 1992 a 1995 exerceu a função de Gerente Regional de Marketing para o Banco Nacional. Trabalhou no Unibanco, em Recife, de 1995 a 1999, onde foi responsável por diferentes agências na cidade do Recife. Em 1999 iniciou a sua carreira no Banco Santander, onde atuou como Gerente Geral da Agência de Recife. De 2001 a 2006 atuou como Superintendente Regional, sendo responsável por uma das Regionais do Varejo, com sede em Belo Horizonte englobando os estados de Minas Gerais, Goiás, incluindo Brasília, além dos Estados da Região Nordeste. De 2006 à 2013, a Sra. Barbosa se tornou Superintendente Executiva de Rede,

sendo responsável por uma das Redes do Varejo no Brasil, especificamente Rede nomeada “SPI Centro Sul”, com base em Campinas, estado de São Paulo, englobando cidades importantes, como Campinas, Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba, Limeira e Americana. Como uma de nossas diretoras, é atualmente responsável pelo departamento de Recursos Humanos.

Não temos conhecimento de quaisquer acordos ou entendimentos com os principais acionistas, clientes, fornecedores ou quaisquer outras pessoas, por meio do qual qualquer pessoa tenha sido selecionada para os cargos de diretoria ou do conselho de administração.

6B. Remuneração

Remuneração dos Conselheiros, Diretores Executivos e Membros do Comitê de Auditoria

Nossos acionistas estabelecem, em sua Assembleia Geral Ordinária, a remuneração máxima total anual do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A remuneração do Comitê de Auditoria é estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira, as sociedades são obrigadas a divulgar a remuneração mais alta, mais baixa e média do Conselho Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, sem indicar nenhum nome individual. Entretanto, os Membros do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF, do qual fazemos parte, obtiveram uma liminar em 02 de março de 2010 autorizando a não divulgação dessas informações.

A Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2014 estabeleceu para 2014 a remuneração total anual para nossos Conselheiros e Diretores Executivos no valor total de até R$300 milhões (trezentos milhões). A reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2014 aprovou a remuneração do Comitê de Auditoria no valor total de R$3.0 milhões (três milhões) para o período de 12 (doze) meses contados a partir de 18 de março de 2014. No período findo de 12 meses, os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva do Banco Santander Brasil, receberam ao todo aproximadamente R$178.8 milhões (cento e setenta e oito milhões e oitocentos mil) por seus serviços. No mesmo período, os Membros do Comitê de Auditoria do Santander Brasil receberam o somatório de aproximadamente R$2.3 milhões (dois milhões e trezentos mil) em remuneração. O total das contribuições relativas à previdência privada para Diretoria Executiva em 2014 foi de R$3.8 milhões (três milhões e duzentos mil).

A remuneração máxima total dos Membros da Diretoria Executiva inclui os valores a pagar nos termos do nosso programa de renda variável, cujos critérios de concessão e pagamento variam de acordo com as atividades realizadas pelas diferentes áreas e, dessa forma, poderá variar de acordo com o departamento e atividades realizadas por cada Membro. De acordo com a Legislação Brasileira, a Remuneração Variável é necessária ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição financeira. Pelo menos 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável deve ser paga em ações ou instrumento baseado em ações e pelo menos 40% (quarenta por cento) da remuneração variável deve ser diferida para pagamento futuro por pelo menos 03 (três) anos. Estas regras são efetivas a partir de 1º janeiro de 2012.

De acordo com aprovação de Conselho de Administração na reunião realizada em 23 de dezembro de 2009, avalizamos os Conselheiros e Diretores Executivos e os membros do Comitê de Auditoria contra ações que venham a surgir durante o período em que ocuparem suas respectivas funções, as quais se relacionem exclusivamente a custas processuais ou administrativas e a honorários advocatícios, exceto nos casos de má-fé, negligência grave, conduta dolosa, ou má administração por parte dos Diretores ou Diretores Executivos. Este aval também foi divulgado ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de Remuneração e Nomeação.

Plano de Remuneração

A Companhia possui três Programas de Remuneração de Longo Prazo: Programa de Diferimento, Programa de Incentivo de Longo Prazo Local (Plano de Opção de Compra, ou “SOP” e o Plano de Desempenho das Ações ou “PSP”) e o Programa de Incentivo de Longo Prazo Global (PI09, PI10/PI11/PI12 /PI13 e Pl14).

São elegíveis a estes planos os Membros da Diretoria Executiva, e executivos que ocupam posições chave. Os Planos têm uma duração de três anos, promovendo um comprometimento dos participantes com os resultados de longo prazo. Os Membros do Conselho de Administração participam dos referidos Planos somente se exercerem cargos na Diretoria Executiva, caso contrário, os membros do conselho não são elegíveis para nenhum desses planos.

Programa de Diferimento

Nossos Programas de Diferimento estão disponíveis para os Diretores Estatutários, Executivos com cargos de Gerência e outros funcionários elegíveis. Como parte do programa de Diferimento, receberão parte da remuneração variável em um período de três anos.

Os objetivos do Programa de Diferimento são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do Financial Stability Board, ou "FSB", acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander Brasil ao dos participantes do plano (a fim de atingir crescimento sustentável e recorrente, lucratividade nos negócios do Santander Brasil e reconhecer a contribuição dos participantes); (iii) promover a retenção dos participantes; e (iv) promover o nosso desempenho e proteger os interesses dos acionistas, por meio de compromissos de longo prazo.

De acordo com as Leis Brasileiras, os pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Diferimento, estão sujeitos ao cancelamento ou restituição total ou parcial, nas hipóteses de: (i) performance financeira insatisfatória da companhia (resultado financeiro auditado inferior ao definido no plano de negócios da companhia ou prejuízo no período); (ii) inobservância de políticas internas, sobretudo as políticas de gerenciamento de riscos (com a necessidade de reclassificação de operações ou revisão de provisões); (iii) mudança substancial na condição financeira da companhia, exceto se decorrentes de alterações nas normas contábeis (prejuízo, perda financeira) e/ou (iv) variações significativas do patrimônio de referência da companhia.

Renovamos e atualizamos nossos Programas de Diferimento a cada ano. A partir de 2014, temos quatro planos em vigor: um para cada ano fiscal de 2011, 2012, 2013 e 2014. Em 31 de dezembro de 2014, registramos um total de despesas de R$91.910 milhões (noventa e um milhões, novecentos e dez mil) em relação ao nosso Programa de Diferimento comparado ao total de despesas de R$81.215 milhões (oitenta e um milhões, duzentos e quinze mil) em 2013.

Programa Diferimento – 2014

Em 2014, os nossos planos estão divididos em dois programas:

- *Coletivo Identificado:* Diretores Estatutários e Executivos. Diretores Estatutários e Executivos que assumem riscos significativos para o Banco e são responsáveis pelas áreas de controle. A compensação diferida será paga 50% (cinquenta por cento) em dinheiro, indexada a 100% (cem por cento) do CDI, e 50% (cinquenta por cento) em ações.

- *Coletivo não Identificado – Funcionários.* São elegíveis a este programa os empregados de nível gerencial e alguns outros funcionários. A compensação diferida será pago 100% (cem por cento) em dinheiro, indexado a 100% (cem por cento) do CDI.

Programa Diferimento – 2012 e 2013

Em 2012 e 2013, os nossos planos estão divididos em dois programas:

- *Coletivo Identificado: Diretores Estatutários e Executivos*. Diretores Estatutários e Executivos que assumem riscos significativos para o Banco e são responsáveis pelas áreas de controle. A compensação diferida será paga 50% (cinquenta por cento) em dinheiro, indexada a 100% (cem por cento) do CDI, e 50% (cinquenta por cento) em ações.

- • *Coletivo não Identificado – Funcionários*. São elegíveis a este programa os empregados de nível gerencial e alguns outros funcionários. A compensação diferida será pago 100% (cem por cento) em dinheiro, indexado a 110% (cento e dez por cento) do CDI.

Programa Diferimento – 2011

Nosso plano de 2011 é dividido em três programas:

- *Coletivo Identificado.* O programa se destina a Membros do Comitê Executivo e outros Executivos que administram riscos significativos para o Banco e são responsáveis por controles internos. A compensação

diferida será pago 50% (cinquenta por cento) em dinheiro, indexada a 100% (cem por cento) do CDI, e 50% (cinquenta por cento) em ações.

- *Coletivo Não Identificado – Diretores Estatutários:* Os Diretores elegíveis para esse programa incluem os Diretores Estatutários que não são participantes no programa Coletivo Identificado. A compensação Diferida será paga 100% (cem por cento) em Units da Companhia.

- *Coletivo Não Identificado – Funcionários.* As pessoas elegíveis para este programa incluem funcionários gerentes e alguns outros. A compensação diferida será paga 100% (cem por cento) em espécie, indexada a 120% (cento e vinte por cento) do CDI.

Planos de Incentivo de Longo Prazo Local

No programa de Incentivo de Longo Prazo Local, temos dois planos diferentes para os beneficiários: O Plano de Opção de Compra (SOP), e do Plano de Desempenho das Ações (PSP). O SOP é plano de opção de compra de ações de nossa Companhia para os administradores sênior e o PSP é um plano de Incentivo para os Executivos de todas as nossas áreas. O objetivo destes planos é manter o comprometimento dos nossos colaboradores para resultados de Longo Prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, registramos despesas “pro rata” de R$8.898 milhões (cinco milhões, novecentos e setenta e dois mil) em relação ao Plano SOP e R$2.692 milhões (oito milhões, quarenta e dois mil) em relação ao Plano PSP. Durante o período, registramos um ganho em despesas devido a flutuações no valor de mercado no Plano PSP no valor de R$1.471 milhões (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil), modo consolidado.

Plano de Opção de Compra–SOP (Stock Options)

Nosso Plano de Opção de Compra consiste em plano de opção de compra de ações de três anos de nossas Units. O período para exercer as opções é de dois anos. O volume equivalente a um terço das Units resultantes do exercício de opções não pode ser vendido pelo participante durante um período de um ano a partir da data de exercício. Os participantes do plano deverão permanecer na Companhia durante a vigência do plano para serem elegíveis ao exercício das opções sobre suas Units correspondentes.

Incentivo de Longo Prazo – SOP 2012

Em 3 de fevereiro de 2010, nossos Acionistas aprovaram a concessão do Plano SOP 2012 com o período de exercício entre 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2014. O numero de Units exercíveis deste plano, estão determinados a (i) 50% (cinquenta por cento) do atingimento está associado ao Retorno Total para o Acionista (“RTA”), e (ii) 50% (cinquenta por cento) com base na comparação entre o lucro líquido versus lucro orçado. As opções emitidas apresentaram o preço de opção de R$23,50 (vinte e três e cinquenta) por Unit. Em 31 de dezembro de 2014, havia opções em circulação correspondentes a um máximo de 4.903.767 (quatro milhões, novecentos e três mil e setecentos e sessenta e sete) Units nos termos desse plano.

Incentivo de Longo Prazo – SOP 2013

Em 25 de outubro de 2011, nossos acionistas aprovaram a concessão do Plano SOP 2013, com o período de exercício entre 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2016. O número de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinado de acordo com o resultado do Retorno Total para o Acionista (“RTA”) e a quantidade de Units que podem ser exercidas poderá ser reduzida se as metas do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (“RORAC”) não forem atingidas com base em uma comparação entre o desempenho realizado e orçado em cada exercício. As opções emitidas no plano têm um preço de opção de R$14,31 (catorze e trinta e um) por Unit. Em 31 de Dezembro de 2014, havia opções em circulação de acordo com o plano correspondentes a um máximo de 1.028.425 (um milhão, vinte e oito mil e quatrocentos e vinte e cinco) Units.

Incentivo de Longo Prazo – SOP 2014

Em 29 de abril de 2013, nossos acionistas aprovaram a concessão do Plano SOP 2014, com o período de exercício entre 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao

Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. As opções emitidas no plano têm um preço de opção de R$14,43 (catorze e quarenta e três) por Unit. Em 31 de dezembro de 2014, havia opções em circulação de acordo com o plano correspondente a um máximo de 10.238.623 (dez milhões, duzentos e trinta e oito mil e seiscentos e vinte e três) Units.

Plano Local – PSP (Performance Share)

O PSP consiste na remuneração baseada em ações e em dinheiro, lançado em um ciclo de três anos.

PSP – PI14

Em 3 de fevereiro de 2010, nossos acionistas aprovaram o plano PSP-PI14. Sob este plano, os participantes recebem 50% (cinquenta por cento) da compensação em ações, mas liquidadas em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em Units, atrelado aos indicadores RTA e orçamento do lucro. Em 31 de dezembro de 2014, havia 0 (zero) Units em circulação referente ao PI14.

PSP – 2013

Em 29 de abril de 2013 nossos acionistas aprovaram o Plano - PSP 2013. No âmbito deste plano, os participantes recebem 100% (cem por cento) da remuneração em Units. A quantidade destas Units poderá ser reduzida, caso os objetivos de retorno do RoRWA não sejam atingidos em comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2014, havia 2.563.416 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentos e dezesseis) Units em circulação neste plano.

Valor Justo e Parâmetros de Performance dos Planos "SOP" e "PSP"

Para a contabilização dos planos foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, utilizando os parâmetros de desempenho para calcular as ações a serem concedidas. Esses parâmetros estão associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizados no encerramento de cada período.

Classificação de RTA - SOP

Classificação de Retorno Total ao Acionista	SOP(1)	SOP Entrega 2014(3)	SOP 2013 (2)
	(% de Ações Passíveis de Exercício)		
1°	50%	100%	100%
2°	35%	75%	75%
3°	25%	50%	50%
4°	0%	25%	0%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do lucro líquido versus lucro orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução (RORAC).
(3) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por riscos (RoRWA).

Classificação de RTA - PSP

Classificação de Retorno Total ao Acionista	PSP (Pl12, Pl13 e Pl14) (1)	PSP 2013 (2)

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Classificação de Retorno Total ao Acionista	PSP (Pl12, Pl13 e Pl14) (1)	PSP 2013 (2)
	(% de Ações Passíveis de Exercício)	
1°	50%	100%
2°	35%	75%
3°	25%	50%
4°	0%	0%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do lucro líquido versus lucro orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA).

Método de Avaliação – SOP

	SOP	SOP Entrega 2014	SOP 2013
	Black-Scholes		Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	3 anos	3 anos	3 anos
Período de exercício médio	5 anos	5 anos	3,72 anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R$5,96	R$6,45	R$7,19

Método de Avaliação – PSP

	PSP 2013	PI14 - PSP	PI13 – PSP	PI12 PSP
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

Plano de Incentivo de Longo Prazo Global

No programa Global, temos seis planos que já foram executados. Para cada ciclo, um número máximo de ações do Santander Espanha está determinado de acordo com o cumprimento dos indicadores de desempenho determinado na regulamentação dos planos.

O Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, em assembleia realizada em 26 de março de 2008, aprovou a política de Incentivos de Longo Prazo destinada aos executivos do Santander Espanha e do Grupo Santander (exceto o Banesto). Essa política prevê a remuneração ligada ao desempenho das ações do Santander Espanha, de acordo com aquilo que foi estabelecido na Assembleia Geral Ordinária.

Esse plano de incentivo plurianual é liquidado em ações do Santander Espanha. Os beneficiários do plano são os Diretores Executivos e outros Membros da Administração Sênior, juntamente com quaisquer outros Executivos do Banco, conforme determinado pelo Conselho de Administração ou, quando por ele delegado, pelo Comitê Executivo.

O Plano Global envolve ciclos de 03 (três) anos de entrega de ações aos beneficiários. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior ao I-06 e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros 02 (dois) ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de 02 (dois) anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 03 (três) anos (PI10,PI11,PI12,PI13 e

PI14).

Para cada ciclo, um número máximo de ações é estabelecido para cada beneficiário que permanecer no Banco durante a vigência do plano. As metas, as quais, se atingidas, determinarão o número de ações a serem entregues, foram definidas mediante a comparação do desempenho do Santander Espanha com o desempenho do grupo de Instituições Financeiras usadas como referência e atreladas a dois parâmetros, a saber: Retorno Total ao Acionista (RTA) e Crescimento no Lucro por Ação (LPA).

O número final de ações a serem entregues será determinado em cada um dos ciclos pelo grau de atingimento das metas no terceiro aniversário do início de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, no qual será considerado o segundo aniversário), e as ações serão entregues dentro de um período máximo de sete meses a partir do final do ciclo.

No final de cada ciclo, o RTA e o Crescimento do LPA serão calculados para o Santander Espanha e a cada uma das companhias de referência, e os resultados serão classificados em ordem crescente. Cada um dos dois critérios (RTA e o Crescimento do LPA) serão ponderado na proporção de 50% (cinquenta por cento) no cálculo dos percentuais das ações a serem entregues, com base na seguinte escala e de acordo com a posição relativa do Santander Espanha na classificação entre as Instituições Financeiras de referência:

Posição do Santander Espanha na Classificação do RTA	Percentual de Quantidade Máxima de Ações a Serem Entregues	Posição do Santander Espanha na Classificação do Crescimento do LPA	Percentual de Quantidade Máxima de Ações a Serem Entregues
1º ao 5º.....	100,0%	1º ao 5º	100,0%
6º.....	82,0%	6º	82,0%
7º.....	65,0%	7º	65,0%
8º.....	47,5%	8º	47,5%
9º.....	30,0%	9º	30,0%
10º e abaixo.....	0,0%	10º e abaixo	0,0%

Qualquer companhia do grupo de referência que seja adquirida por outra companhia, cujas ações deixem de ser negociadas ou deixem de existir será excluída do grupo de referência e ajustes no critério das posições e premiações serão feitas. Em caso de tal evento ou de evento de natureza semelhante, a comparação com o grupo de referência será realizada de forma que, para cada uma das medidas consideradas (RTA e Crescimento do LPA), a porcentagem máxima de ações será entregue se o Santander Espanha classificar-se dentro do primeiro quartil (incluindo o 25º percentil) do grupo de referência. Nenhuma ação será entregue se o Santander Espanha classificar-se abaixo da média (50º percentil), 30% (trinta por cento) do valor máximo das ações será entregue se o Santander Espanha se classificar na média (50º percentil). O método da interpolação linear será usado para calcular a porcentagem correspondente para as posições entre a média e o primeiro quartil (25º percentil) sem incluir as duas posições.

A partir do plano PI12 o número de ações a serem concedidas está relacionado a somente um parâmetro de performance, o RTA, que é integralmente ponderado na porcentagem de ações a serem distribuídas.

Em 2014 foi criado um plano global de incentivo de longo prazo para o grupo de executivos incluídos no Coletivo Identificado (Plano Global CRD-IV). O indicador que será usado para mensurar o atingimento dos targets será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos 15 (quinze) principais concorrentes globais do Grupo. O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa (2015) e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Para apuração do programa, se estabelece um atingimento de forma tal que para concorrer a 100% (cem por cento) do plano, é preciso que o Grupo Santander esteja posicionado acima da media dos competidores globais, conforme tabela abaixo. Esta mensuração será realizada considerando o RTA entre janeiro e dezembro de 2014.

Posição RTA	% Atingido
1º to 8º.....	100,0%
9º to 12º.....	50,0%
13º to 16º	0,0%

Para pagamento das parcelas de 1/3 (um terço) do valor apurado, será apurado o RTA conforme tabela abaixo. O posicionamento acumulado do Grupo Santander no ranking de RTA, será mensurado considerando o acumulado até o ano anterior a cada pagamento.

Posição RTA	% A Pagar
1º to 4º	100,0%
5º	87,5%
6º	75,0%
7º	62,5%
8º	50,0%
9º to 16º	0,0%

Cada executivo tem um objetivo em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o objetivo será convertido em ações do Grupo Santander que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com um lock up de 1 (um) ano depois de cada entrega.

Valor Justo de Mercado

O valor justo de mercado dos Planos de Ações por Desempenho (PI10, PI11, PI12, PI13 e PI14) foi calculado da seguinte forma:

- Supôs-se que os beneficiários não rescindirão o contrato de trabalho com o Banco durante a vigência de cada plano.

- O valor justo de mercado do percentual de 50% (cinquenta por cento) que está atrelado à posição do RTA relativa do Santander Espanha foi calculado na data de concessão com base no relatório fornecido por peritos externos, cuja avaliação foi conduzida usando o modelo de avaliação de Monte Carlo, após realizar 10.000 (dez mil) simulações para apurar o RTA de cada uma das companhias do grupo de referência, levando em consideração as variáveis apresentadas abaixo. Os resultados (cada um dos quais representa a entrega de um volume de ações) são classificados em ordem decrescente mediante o cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros livre de risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada [(1)]	15,7%	19,3%	42,4%	49,6%	51,3%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,2%	3,5%	4,9%	6,3%	6,1%
Taxa de juros livre de risco (Rendimento dos Títulos do Tesouro com cupom zero) durante o prazo do plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(1) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

A aplicação do modelo de simulação resulta em valores percentuais de 42,7%, (quarenta e dois e sete por cento) no caso do PI09, 42,3%, (quarenta e dois e três por cento) no caso do PI10, 44,9%,(quarenta e quatro e nove por cento) no caso do PI11 e 52,4% (cinquenta e dois e quatro por cento) no caso do PI12, que serão aplicados ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor das opções concedidas, a fim de determinar o custo segundo os livros da parte do incentivo que é baseada no RTA. Como essa avaliação refere-se a condições de mercado, ela não poderá ser ajustada após a data da concessão.

A estimativa de consecução de outorga para o CRD-IV, conforme simulação do método Monte Carlo é de 36,3% (trinta e seis e três por cento). Para chegar nesse resultado foram utilizadas as seguintes hipóteses:

	2 anos	3 anos	4 anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,1%	10,8%	9,5%
Volatilidade Santander	32,7%	34,7%	36,9%

	2 anos	3 anos	4 anos
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros Livre de Risco	1,7%	2,1%	2,5%
Correlação	55%	55%	55%

No período findo em 31 de dezembro de 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R$7.491 milhões (sete milhões, quatrocentos e noventa e um mil) referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a "Outras Obrigações - Provisão para pagamentos baseados em ações".

O plano PI14 finalizou em junho2014. As metas não foram atingidas e, em consequência sem exercício.

Rescisão de Contrato

Os contratos de trabalho têm prazo indeterminado. A rescisão do vínculo empregatício pelo não cumprimento de obrigações ou voluntariamente não confere aos executivos o direito a nenhuma remuneração financeira.

6C. Práticas do Conselho de Administração

Os membros de nosso Conselho de Administração são eleitos por nossos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, para mandatos de dois anos (os membros podem ser reeleitos). Já os membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, também para mandatos de dois anos, com direito a reeleição.

Os atuais Conselheiros da Companhia foram eleitos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ocorridas nos dias 29 de abril de 2013 e nas Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas nos dias 3 de junho de 2013, 1º de novembro de 2013 e 30 de abril de 2014, e terão mandatos vigentes até a primeira Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 2015.

Os atuais membros da Diretoria Executiva da Companhia foram eleitos das reuniões do Conselho de Administração ocorridas nos dias 28 de maio de 2013, 25 de junho de 2013, 29 de julho de 2013, 26 de setembro de 2013, 30 de dezembro de 2013, 29 de janeiro de 2014, 26 de março de 2014, 28 de abril de 2014, 24 de setembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, sendo que todos os eleitos terão mandatos vigentes até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrerá após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

O Conselho de Administração ser reúne ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano e extraordinariamente sempre que requerido. Os Diretores Executivos se reúnem sempre que requerido pelo Diretor-Presidente da Companhia ou pelo Diretor por ele designado.

O Conselho de Administração possui um Regimento Interno que o regula, o qual foi aprovado por referido órgão no dia 29 de dezembro de 2009. O referido documento poderá ser consultado pelos acionistas por meio do site: www.santander.com.br/ri e www.santander.com.br/acionistas, seção “Governança Corporativa—Regimento Interno do Conselho de Administração”.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações brasileira, a adoção de um Conselho Fiscal permanente por nós, como uma sociedade de capital aberto, é facultativa. Nosso Estatuto Social prevê a possibilidade de um conselho fiscal não permanente, cuja instalação pode ser realizada mediante a solicitação dos acionistas que representam pelo menos um décimo das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto. Atualmente, não temos um conselho fiscal instalado. O conselho fiscal constitui órgão independente eleito pelos acionistas para o fim de supervisionar as atividades da administração e dos auditores independentes. As responsabilidades do conselho fiscal são estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações Brasileira e abrangem supervisão da observância, pela administração, das leis e do estatuto social, emissão de parecer sobre os relatórios anuais e trimestrais da companhia e certas questões submetidas à aprovação dos acionistas e convocação de assembleias gerais em alguns casos e inclusão na pauta dessas Assembleias Gerais de questões específicas adversas.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Comitê de Auditoria

De acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o comitê de auditoria é um órgão estatutário independente do conselho de administração, criado por deliberação dos acionistas. Os membros do comitê de auditoria poderão ser membros do conselho de administração, contanto que atendam a certas exigências de independência. Todos os membros do nosso comitê de auditoria atendem a tais exigências de independência. Ademais, nos termos da lei brasileira, a função de contratar auditores independentes constitui direito reservado do conselho de administração. Consequentemente, como especificado na Seção 3 (a)(58) do Exchange Act, nosso conselho de administração funciona como comitê de auditoria para fins de aprovar qualquer contratação de nossos auditores independentes para prestar serviços relativos ou não à auditoria prestados às nossas subsidiárias ou a nós. Com exceção a esse aspecto, nosso comitê de auditoria desempenha as funções dos comitês de auditoria de sociedades norte-americanas. Para mais informações, vide "Item 16D. Isenções das Normas de Registro em Bolsa de Valores para os Comitês de Auditoria".

Nosso comitê de auditoria é composto por no mínimo 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, nomeados pelo nosso conselho de administração, dentre outras pessoas, membros ou não do Conselho de Administração, desde que atendidas as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício de seus respectivos cargos, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo seus mandatos de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 4 (quatro) vezes consecutivas, completando um tempo de mandato máximo de 5 (cinco) anos. Não obstante, um dos membros do comitê de auditoria deverá ser designado coordenador deste comitê, e ao menos um membros deve apresentar comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria (especialista financeiro).

Nosso comitê de auditoria possui como principais funções:

- recomendar ao Conselho de Administração, a contratação ou a substituição da auditoria independente;
- revisar as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, parecer do auditor independente, bem como quaisquer outros materiais financeiros ou relatórios da administração enviados a órgão reguladores;
- avaliar o cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- avaliar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis;
- receber e analisar os relatórios exigidos pelos órgãos regulatórios no que concerne às atividades da Ouvidoria, realizadas nas datas base de 30 de junho e 31 de dezembro, ou sempre que se considerar necessário.

Os atuais membros do comitê de auditoria são o Sr. Celso Clemente Giacometti, Sra. Elidie Palma Bifano, o Sr. Graham Charles Nye, na qualidade de membro técnico qualificado, e o Sr. René Luiz Grande, que exerce a função de coordenador do referido comitê, todos com prazo de mandato vigente por um ano, contado a partir de 18 de março de 2014.

Encontram-se, abaixo, as biografias dos Membros do Comitê de Auditoria:

Celso Clemente Giacometti. Vide – "Membros do Conselho de Administração".

René Luiz Grande. O Sr. Grande é brasileiro e nasceu em 19 de abril de 1953. Formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com Especialização em Sistema Financeiro Nacional pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Foi funcionário do Banco Central do Brasil, aprovado em concurso público, desde junho de 1975, e trabalhou no departamento de Supervisão e Inspeção do Sistema Financeiro Nacional. Enquanto trabalhava no Banco Central do Brasil, ele assumiu diversas funções, entre elas a de analista de 1975 a 1978; assistente técnico de 1978 a

1989; supervisor de fiscalização de 1989 a 1999; gerente técnico de 1999 a 2003 e chefe adjunto do departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Financeiros de 2003 a 2011. Antes de trabalhar no Banco Central do Brasil, ele ocupou o cargo de chefe de Recursos Humanos da Companhia Brasileira de Embalagens Metálicas BRASILATA de 1973 a 1975.

Elidie Palma Bifano. A Sra. Bifano é brasileira e nasceu em 16 de maio de 1947. Possui bacharelado em Direito e Ciências Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, obtido em 1969. Possui especialização em Direito Tributário pela USP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP e mestrado e doutorado em Direito Tributário, pela Pontifícia Universidade de São Paulo - PUCSP. De 1974 a 2012 trabalhou na PricewaterhouseCoopers – PwC, onde foi sócia do departamento de consultoria fiscal por mais de 20 anos. Desde junho de 2012 é sócia da Mariz Oliveira e Siqueira Campos Advogados. A Sra. Bifano é também Professora de estudos de pós-graduação da USP, PUCSP, Fundação Getúlio Vargas- FGV, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e Instituto Brasileiro de Direito Tributário- IBDT. Há mais de 18 anos atua como Vice-Presidente Financeira (CFO) da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, e faz parte do Conselho do IBDT e do Conselho Editorial da Revista de Direito Tributário Internacional da Editora Quartier Latin.

Graham Charles Nye. O Sr. Nye é brasileiro e nasceu no dia 30 de abril de 1960. Ele é bacharel em Administração e Contabilidade pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Ele é contador juramentado, membro do Institute of Chartered Accountants Of Scotland. De 1982 a 2013 trabalhou na PricewaterhouseCoopers – PwC, onde atuou como sócio na área de práticas de apoio e garantias de operação de serviços financeiros por 17 anos, dos quais 15 anos permaneceu em São Paulo, Brasil. Durante a sua carreira na PwC, trabalhou e residiu em Budapeste (Hungria), Lisboa (Portugal), Londres (Inglaterra) e Aberdeen (Escócia).

Comitê de Remuneração e Nomeação

Em atendimento à Resolução expedida pelo Banco Central do Brasil, CMN nº 3.921 de 25 de novembro de 2010, no dia 7 de fevereiro de 2012, nossos acionistas aprovaram a criação do Comitê de Remuneração e Nomeação em nosso Estatuto Social, que também atua como Comitê de Remuneração e Nomeação para todas as nossas afiliadas e subsidiárias.

O nosso Comitê de Remuneração e Nomeação é composto por no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, nomeados pelo Conselho de Administração dentre pessoas que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo. Ressalte-se que, pelo menos um dos membros não poderá ser administrador da Companhia e os demais poderão ser membros ou não do Conselho de Administração da Companhia, devendo ao menos dois membros serem independentes nos termos do artigo 14, § 3º do Estatuto Social. O Comitê de Remuneração e Nomeação deve ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. Os membros do Comitê de Remuneração e Nomeação terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por até 4 (quatro) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

O Comitê em referência possui como principais funções, as que seguem:

- elaborar a política de remuneração dos diretores executivos da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, benefícios, além de, programas especiais de recrutamento e desligamento;

- propor e recomendar a nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, bem como os membros de outros comitês da Companhia;

- propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos diretores executivos e membros do conselho de auditoria a ser submetido à Assembleia geral, na forma do art. 152 da das Sociedades por Ações Brasileira;

- propor ao Conselho de Administração a remuneração global e variável individual para o Diretor Presidente (CEO) e o Vice-Presidente Executivo;

- analisar a política de remuneração de administradores e do conselho da Companhia em relação às práticas

de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;

- elaborar anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Remuneração e Nomeação, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e

- zelar para que a política de remuneração dos diretores esteja compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição, bem como com o disposto na legislação aplicável e regulamentação divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os atuais membros do Comitê de Remuneração e Nomeação, são: o Sr. Celso Clemente Giacometti, que atua como coordenador, o Sr. Eduardo Nunes Gianini e a Sra. Viviane Senna Lalli, cujos mandatos estão vigentes até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

Celso Clemente Giacometti. Vide "Membros do Conselho de Administração."

Viviane Senna Lalli. Vide "Membros do Conselho de Administração."

Eduardo Nunes Gianini. O Sr. Gianini é brasileiro e possui o título de bacharel em sociologia e política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Ele é contratado como executivo e consultor em assuntos relacionados à Administração de Recursos Humanos há mais de 30 anos. Iniciou sua carreira na Serprofit Ltda., empresa que prestava serviços de terceirização entre 1970 e 1979. De 1979 a 1990 foi gerente de recursos humanos e gerente de qualidade total da Union Carbide do Brasil S.A.. Foi diretor-sócio da Hays do Brasil Consultores Ltda., onde trabalhou de 1991 a 2009. Atualmente é sócio da Gobbet & Gianini Consultores Ltda., com experiência em remuneração de executivos e desenvolvimento organizacional.

Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos é um órgão consultivo que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relacionados às políticas, diretrizes operacionais e metodologias de alocação de capital, gestão de risco e limites de exposição, observada a legislação aplicável.

O Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo que ao menos dois membros deverão ser independentes. Cada membro de referido Comitê terá um mandato de 2 (dois) anos, podendo serem reeleitos, e destituídos a qualquer momento. As reuniões ocorrem ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que requerido pelo seu coordenador.

Os atuais membros do Comitê de Riscos são: os Srs. Álvaro Antônio Cardoso de Souza - Coordenador; Conrado Engel, Celso Clemente Giacometti e René Luiz Grande , todos com mandatos vigentes até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 2015.

Álvaro Antônio Cardoso de Souza. Vide "Membros do Conselho de Administração."

Conrado Engel. *Vide "Membros do Conselho de Administração."*

Celso Clemente Giacometti. Vide "Membros do Conselho de Administração."

René Luiz Grande. Vide "Membros do Comitê de Auditoria."

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade é um órgão consultivo que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração da Companhia em temas relacionados às práticas de governança corporativa e sustentabilidade que reforcem a gestão da Companhia no que tange à transparência e respeito e pela promoção do desenvolvimento sustentável.

O Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo que ao menos dois membros deverão ser independentes. Cada membro de referido Comitê terá um mandato de 2 (dois) anos, podendo serem reeleitos, e destituídos a qualquer momento. As reuniões ocorrem ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que requerido pelo seu coordenador.

Os atuais membros do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade são: os Srs. Celso Clemente Giacometti (que também atua como coordenador), Gilberto Mifano, José Luciano Duarte Penido, e as Sras. Marília Artimonte Rocca e Maria Luíza de Oliveira Pinto e Paiva, todos com mandatos vigentes até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 2015.

Celso Clemente Giacometti. Vide “Membros do Conselho de Administração.”

Marília Artimonte Rocca. Vide “Membros do Conselho de Administração.”

Gilberto Mifano. O Sr. Mifano é brasileiro, nasceu em 11 de novembro de 1949. É formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. É Conselheiro Independente da Cielo S/A e da Acumuladores Moura S/A, membro independente do Comitê de Auditoria da TOTVS S/A e do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Banco Santander Brasil S/A, consultor externo do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura S/A e sócio conselheiro da PRAGMA Patrimônio Ltda. De 2006 a 2012 foi Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi, de 1994 a 2008, Diretor Geral da BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo e da CBLC - Cia Brasileira de Liquidação e Custódia. Nesse período foi responsável, entre outras atribuições, pela criação do Novo Mercado, integração das bolsas de valores brasileiras, desmutualização e abertura de capital da própria BOVESPA. Em seguida, realizou a fusão da BOVESPA com a BM&F quando foi eleito primeiro presidente do conselho da BM&FBOVESPA S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No plano internacional, por cerca de 8 anos, fez parte dos comitês executivos da WFE - Federação Mundial de Bolsas e da FIAB - Federação Ibero-Americana de Bolsas. Anteriormente, foi executivo e diretor de empresas do setor financeiro no Brasil nas áreas de crédito, planejamento, produtos e marketing.

José Luciano Duarte Penido. O Sr. Penido é brasileiro e nasceu em 8 de março de 1948. É formado em Engenharia de Minas pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Iniciou sua carreira na ICOMI – Industria e Comercio de Minérios, na mina de manganês de Serra do Navio, Amapá, onde trabalhou até agosto de 1973. De setembro de 1973 a 1988 trabalhou na SAMITRI, empresa de mineração do Grupo Belgo Mineira, ocupando diversas funções gerenciais de pesquisa mineral, mineração e projetos industriais. De 1989 a 2003 trabalhou na SAMARCO, iniciando como Diretor de Desenvolvimento e como CEO por 12 anos. De 2004 a 2009 foi CEO da VCP – Votorantim Celulose e Papel. Desde 2009 o Sr. Penido assumiu a presidência do Conselho de Administração da FIBRIA, novo nome da VCP após a compra da Aracruz Celulose. O Sr. Penido é também membro independente dos Conselhos de Administração da COPERSUCAR, da QUÍMICA AMPARO YPÊ, e do GRUPO ORTENG – Equipamentos e Sistemas, onde também coordena os Comitês de Pessoas e Remuneração. Desde 2012 o Sr. Penido é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Santander Brasil. Desde Jan/2014 é membro do Comitê Executivo do WBCSD – World Business Council for Sustainable Development. Em suas atividades socioambientais o Sr. Penido é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidencia da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, além de Conselheiro fundador da ONG Rede Cidadã.

Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva. A Sra. Paiva é brasileira, nascida em 14 de julho de 1963. É formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP) e em Recursos Humanos pela Universidade de Michigan. Trabalha como consultora em Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Organizacional. De 2002 a 2012 como uma de nossas Diretoras Executivas, foi responsável pela criação e desenvolvimento da área de Sustentabilidade, dentro da instituição. A Sra. Paiva é envolvida no tema de sustentabilidade há mais de 12 anos. Além disso, ela é membro do Conselho Consultivo do Instituto Akatu e da Rede de Mulheres Brasileiras pela Sustentabilidade e da Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade (ABRAPS). De 1988 a 1994 ela atuou como Gerente de Recursos Humanos no Banco Nacional S.A. De 1995 a 2002 atuou na Diretoria Regional da América Latina e Caribe, em Amsterdam atuou como chefe do departamento global de Recursos Humanos no ABN AMRO.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo é composto pelo Diretor-Presidente da Companhia, bem como pelos Diretores Vice-Presidentes Sêniores e os Diretores Vice-Presidentes Executivos, e possui a função de tomar decisões que dizem respeito às políticas que são aplicadas aos negócios da Companhia, bem como ao Suporte Operacional, Recursos Humanos e alocação de capital. Além disso, referido Comitê também delibera sobre os principais projetos envolvendo tecnologia, infraestrutura e serviços.

Comitê de Divulgação

O Comitê de Divulgação, órgão executivo cuja função é aconselhar a Companhia com relação às comunicações, tanto internas, quanto externas, principalmente no que refere aos fatos relevantes, comunicados ao mercado, avisos aos acionistas, deliberações do Conselho de Administração, comunicações internas e demandas de press enquires e press releases. Referido Comitê será composto por 5 (cinco) membros, sendo eles: o Diretor de Relações com Investidores, que será o presidente do Comitê; o Vice Presidente de Assuntos Corporativos; o Vice Presidente de Marca, Marketing, Comunicação, Interatividade e Sustentabilidade; o Diretor de Assuntos Corporativos e o Diretor responsável pelo relacionamento com investidores.

6D. Funcionários

Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos 49.309 (quarenta e novel mil, trezentos e nove) funcionários permanentes em período integral. A tabela a seguir apresenta a análise do número de nossos funcionários permanentes em período integral na data indicada.

	Em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
Funcionários Administrativos.....	8.976	6.776	7.271
Funcionários das Áreas Comerciais	40.333	42.845	46.721
Total	49.309	**49.621**	**53.992**

Nós fornecemos um pacote de benefícios competitivo, o que contribui para o engajamento, atração e retenção de nossos funcionários. Para garantir a competitividade, comparamos nosso pacote anual de benefício com as práticas e tendências de mercado. As políticas são desenvolvidas e oferecidas contemplando as necessidades de nossos funcionários. Também temos uma política de fornecer formação contínua aos nossos colaboradores, permitindo-lhes aprimorar suas habilidades e criar uma equipe mais eficiente, comprometida com os valores do grupo.

Nós temos um plano de participação nos lucros com os nossos colaboradores com base em metas pré-determinadas para o nosso funcionamento anual e resultados financeiros. Como resultado, se atender ou exceder determinados objetivos, nossos funcionários podem compartilhar em nosso desempenho financeiro. Veja "–B. Remuneração".

Nós oferecemos também aos nossos funcionários um plano de previdência privada com contribuição definida no qual os funcionários podem optar por contribuir com parte de seus salários e no qual nós também podemos fazer contribuições em nome dos funcionários. Esse plano fornece benefícios para aposentadoria, incapacidade e morte. O SantanderPrevi é o único plano de previdência privada aberto no momento para novas inscrições. A maior parte de nossos funcionários atuais está inscrita junto ao plano SantanderPrevi. Em 31 de dezembro de 2014, 42.566 (quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis) participantes estavam inscritos nesse plano, perfazendo o valor total sob gerenciamento de aproximadamente R$2.3 bilhões (dois bilhões e trezentos milhões). Para mais informações sobre nossos planos de previdência, vide nota 21 (vinte e um) de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

O Sindicato dos Bancários do Brasil representa a maioria de nossos funcionários. No caso em que haja um conflito potencial com nossos funcionários e/ou com o Sindicato dos Bancários, as negociações são realizadas pela FENABAN. A cada ano, geralmente no mês de setembro, todos os bancos brasileiros têm um período de negociação coletiva para revisão das estruturas de salários. Durante esse período, o Sindicato dos Bancários Brasileiro negocia os salários dos funcionários de bancos dentro do escopo do Acordo Coletivo dos Bancos Brasileiros com a FENABAN.

Desde a aquisição de nossos Bancos predecessores por nosso acionista indireto Santander Espanha, nós não temos sofrido perdas significativas devidas a greves e nosso gerenciamento acredita ter boas relações com nossos funcionários.

6E. Titularidade de Ações

A tabela a seguir apresenta os nomes de nossos conselheiros e diretores executivos que detinham ações do Santander Brasil em 31 de dezembro de 2014:

Acionista	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias em Circulação	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais em Circulação	Percentual do Capital Social Total
Amancio Acurcio Gouveia	26.229	(1)	26.229	(1)	(1)
Ana Paula Nader Alfaya	10.998	(1)	10.999	(1)	(1)
Antonio Pardo de Santayana Montes	35.388	(1)	35.388	(1)	(1)
Carlos Alberto López Galán	64.968	(1)	64.968	(1)	(1)
Carlos Alberto Seiji Nomoto[2]	7.665	(1)	7.665	(1)	(1)
Carlos Rey de Vicente	28.135	(1)	28.135	(1)	(1)
Cassio Schmitt	35.278	(1)	35.278	(1)	(1)
Cassius Schymura	23.774	(1)	23.774	(1)	(1)
Celso Clemente Giacometti	1	(1)	0	(1)	(1)
Conrado Engel	124.659	(1)	124.659	(1)	(1)
Ede Ilson Viani	45.151	(1)	45.151	(1)	(1)
Eduardo Müller Borges	60.863	(1)	60.863	(1)	(1)
Fernando Diaz Roldan	9.995	(1)	9.995	(1)	(1)
Flavio Tavares Valadão	83.868	(1)	83.868	(1)	(1)
Gilberto Duarte de Abreu Filho	45.041	(1)	45.041	(1)	(1)
Ignacio Dominguez Adame Bozzano	76.778	(1)	76.778	(1)	(1)
Jamil Habibe Hannouche	20.720	(1)	20.720	(1)	(1)
Javier Rodriguez De Colmenares y Alvarez	17.596	(1)	17.596	(1)	(1)
Jean Pierre Dupui	36.799	(1)	36.799	(1)	(1)
Jesus Maria Zabalza Lotina	121.759	(1)	121.759	(1)	(1)
João Guilherme de Andrade So Consiglio	133.278	(1)	133.278	(1)	(1)
Jose Alberto Zamorano Hernandez	25.033	(1)	25.033	(1)	(1)
José Antonio Alvarez Alvarez	1	(1)	0	(1)	(1)
José de Paiva Ferreira	39.078	(1)	39.077	(1)	(1)
José Manuel Tejon Borrajo[3]	1	(1)	0	(1)	(1)
José Roberto Machado Filho	63.932	(1)	63.932	(1)	(1)
Luiz Felipe Taunay Ferreira	36.510	(1)	36.510	(1)	(1)
Manoel Marcos Madureira	32.987	(1)	32.987	(1)	(1)
Mara Regina Lima Alves Garcia	16.951	(1)	16.951	(1)	(1)
Marcelo Zerbinatti	18.380	(1)	18.380	(1)	(1)
Marcio Aurelio de Nobrega	45.803	(1)	45.803	(1)	(1)
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos	45.011	(1)	45.011	(1)	(1)
Mario Adolfo Libert Westphalen	990	(1)	990	(1)	(1)
Mauro Siequeroli	18.648	(1)	18.648	(1)	(1)
Nilton Sergio Silveira Carvalho	13.646	(1)	13.646	(1)	(1)
Oscar Rodriguez Herrero	45.749	(1)	45.749	(1)	(1)
Ramón Sanchez Díez	14.236	(1)	14.236	(1)	(1)
Reginaldo Antonio Ribeiro	30.310	(1)	30.310	(1)	(1)
Roberto de Oliveira Campos Neto	281.946	(1)	281.946	(1)	(1)
Ronaldo Yassuyuki Morimoto	75.103	(1)	75.103	(1)	(1)
Sérgio Antônio Borrielo	14.291	(1)	14.291	(1)	(1)
Sergio Gonçalves	17.651	(1)	17.651	(1)	(1)
Thomas Gregor ILG	21.434	(1)	21.434	(1)	(1)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa	15.183	(1)	15.183	(1)	(1)
Viviane Senna Lalli	1	(1)	0	(1)	(1)
Funcionários	2.215.730	0.06%	2.239.079	0.06%	0.06%

(1) Detém menos do que 0,01%.
(2) Não mais um diretor.
(3) Não mais um conselheiro.

As ações detidas por membros de nosso conselho de administração e de nossa diretoria executiva não têm direitos de voto distintos das ações detidas por nossos demais acionistas.

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

7A. Principais Acionistas

Em 31 de dezembro de 2014, o Santander Espanha detinha uma participação direta e indireta, por meio de suas subsidiárias, Grupo Empresarial Santander, S.L., Sterrebeeck B.V. e Santander Insurance Holding, S.L., de aproximadamente 88,30% do nosso capital social total (não incluindo as ações detidas pelo Banco Madesant – Sociedade Unipessoal).

A tabela a seguir apresenta a titularidade de nossas ações ordinárias e ações preferenciais em 31 de dezembro de 2014.

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Porcentagem de Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Porcentagem de Ações Preferenciais	Total de Ações	Porcentagem sobre o Capital Social Total
			(em milhares, exceto porcentagens)			
Grupo Empresarial Santander SL.....	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeeck.....	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Santander Insurance Holding SL.....	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Banco Santander, S.A.....	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
Qatar Holding, LLC.....	207.812	5,1%	207.812	5,3%	415.624	5,2%
Ações em Tesouraria.....	29.612	0,7%	29.612	0,7%	59.224	0,7%
Funcionários (1).....	4.098	0,1%	4.121	0,1%	8.219	0,1%
Outros acionistas minoritários.....	189.107	5,2%	216.888	6,2%	405.995	5,7%
Total[(2)].....	**3.869.850**	**100,00%**	**3.730.990**	**100,00%**	**7.600.840**	**100,00%**

(1) Inclui membros da alta administração. Veja "Administração – E. Titularidade de Ações".
(2) Inclui 950 ações ordinárias, 950 ações preferenciais, totalizando 1.900 ações no total detidas pelo Banco Madesant – Sociedade Unipessoal, uma subsidiária do Santander Espanha engajada em atividades de *market making*.

O total de ADRs detidos por investidores norte-americanos em 31 de dezembro de 2014 é de 37.776.564, não incluindo pessoas físicas ou jurídicas com portfólios inferiores a US$100 milhões, informações que não temos acesso.

Alterações Significativas no Percentual de Participação dos Principais Acionistas

Em 09 de janeiro de 2012, o Grupo Empresarial Santander, S.L. transferiu para o Santander Espanha ADRs representando aproximadamente 5,18% de nosso capital social, como parte de uma reestruturação interna no Grupo Santander, para a transferência de aproximadamente 4,41% de nosso capital social para um terceiro, o qual deveria entregar essa participação aos investidores dos títulos de dívida permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, no montante total de US$2.718.800.000,00, adquiridos por Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l. ("QHL"). A emissão desses títulos de dívida permutáveis pelo Santander Espanha foi objeto de Fato Relevante datado de 29 de outubro de 2010. Em 29 de outubro de 2013, QHL exerceu seus direitos de permuta relativos a esses títulos de dívida permutáveis no montante total de US$2.719 milhões, e como resultado, em 7 de novembro de 2013 Qatar Holding, LLC, empresa controladora da QHL, recebeu do Santander Espanha 190.030.195 ADR de nossa emissão. Portanto, e considerando os 6.431.575 ADR de nossa emissão já detidos direta ou indiretamente pelo Grupo Qatar, ele passou a deter, naquela data, um total de 196.461.770 ADR, que representavam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais de nosso capital social naquele momento. Para mais informações, ver nota 24 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Durante os anos de 2012 e 2013, o Grupo Empresarial Santander, S.L. e o Santander Espanha realizaram uma

série de operações de vendas de ADRs. Como resultado, o Santander Espanha, direta ou indiretamente, passou a deter, em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 75,68% de nosso capital social votante e aproximadamente 74,86% de nosso capital social total e nossas ações disponíveis para negociação (free float) passou a ser de aproximadamente 24,61% do capital social total.

Em 29 de abril de 2014, o Santander Espanha, nosso controlador indireto, anunciou sua intenção de lançar ofertas voluntárias de permuta no Brasil e nos Estados Unidos para a aquisição de até a totalidade de nossas ações que não fossem de titularidade do Grupo Santander, as quais representavam cerca de 25% do nosso capital social, com a entrega em pagamento de BDRs ou ADRs representativos de ações ordinárias do Santander Espanha.

Em 30 de outubro de 2014, foram concluídas as ofertas voluntárias de permuta no Brasil e nos Estados Unidos. Como resultado dessas ofertas, a participação do Grupo Santander aumentou para 88,3% do nosso capital social total (não incluindo as ações detidas pelo Banco Madesant – Sociedade Unipessoal). Também em decorrência da oferta no Brasil, nossas Units deixaram de ser listadas no Segmento Nível 2 da BM&FBOVESPA e passaram a ser negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA.

Para informações adicionais, veja “Item 4.—Informações sobre a Companhia—A. Histórico e Desenvolvimento da Companhia—Eventos Importantes—Oferta Voluntária de Permuta do Santander Espanha para Adquirir Nossas Ações não detidas pelo Grupo Santander.”

Subscrição de Títulos de Nível 1 e Nível 2

Em assembleia de acionistas realizada em 1º de novembro de 2013, como parte do plano para otimização do nosso capital, nossos acionistas aprovaram: (i) a distribuição de capital próprio para os nossos acionistas, como resultado de uma redução de capital no montante total de R$6 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão de instrumentos de dívida no exterior para compor nosso capital regulatório de Nível 1 e de Nível 2; e (iii) um programa de bonificação de ações e um ajuste na composição das Units, seguido de um grupamento de ações, com o objetivo de eliminar as ações cotadas a centavos.

A distribuição de títulos de Nível 1 e de Nível 2 foi concluída em 29 de janeiro de 2014. Emitimos US$1.247.712.527, valor principal total de 7,375% títulos subordinados perpétuos de Nível 1 e US$ 1.247.712.527, valor principal total de 6,000% títulos subordinados de Nível 2 com vencimento em 29 de janeiro de 2024. Os títulos de Nível 1 e de Nível 2 foram oferecidos diretamente aos titulares das nossas ADRs, bem como aos titulares de nossas Units e de nossas ações ordinárias e preferenciais.

Direitos de Voto dos Principais Acionistas

Nossos principais acionistas não têm direitos de voto diferentes de outros acionistas. Vide “Item 10. Informações Adicionais - B. Estatuto Social — Direitos das Ações Ordinárias e Preferenciais”.

7B. Operações com Partes Relacionadas

Temos uma política escrita referente operações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que se destina a assegurar que todas as transações abrangidas pela política são realizados com base em nossos interesses e nossos acionistas. A política define o poder de aprovar determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras também são aplicadas a todos os nossos diretores, administradores, empregados e subsidiárias. Além disso, as operações com partes relacionadas também estão incluídas no programa de auditoria regularmente desenvolvido por nossa auditoria interna, bem como sujeitas à supervisão de nossos auditores independentes.

Atualmente efetuamos, e esperamos no futuro efetuar periodicamente, operações financeiras e comerciais com nossas subsidiárias e afiliadas e aquelas do Grupo Santander. Temos linhas de crédito a vencer com o Grupo Santander e suas instituições financeiras afiliadas em todo o mundo. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e depósitos captados junto ao Grupo Santander representavam aproximadamente 1,9% de nossa captação total. Além disso, celebramos periodicamente determinadas operações com o Grupo Santander e outras partes relacionadas com relação à prestação de serviços de consultoria e publicidade. Tais operações são conduzidas em bases estritamente comerciais, com base em termos e condições que se aplicariam a transações com terceiros.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são feitas durante o curso normal dos negócios em bases estritamente comerciais de acordo com condições similares, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e envolvem operações com partes não relacionadas sem maior risco realizadas durante o curso normal dos negócios e não possuem outras desvantagens. A discussão a seguir descreve todas as nossas operações com partes relacionadas relevantes.

Em 17 de dezembro de 2013, concluímos a venda do nosso negócio de gestão de ativos para uma afiliada do Santander Espanha, por meio da disposição de todas as ações da Santander Brasil Asset. O preço de venda foi de R$2.243 milhões, gerando um ganho após impostos de capital de R$1.205 milhões (após a dedução de custos). Veja o "Item 5 – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais -A. Resultados Operacionais –Fatores que Afetam a Comparabilidade de Nossos Resultados- Venda da Gestora de Fundos de Investimento e das Carteiras Geridas".

No segundo trimestre de 2012, nós, por intermédio de nossa subsidiária na Espanha, adquirimos, das Filiais de Nova York e Londres do Banco Santander S.A., uma carteira de contratos, incluindo financiamento e crédito para exportação e importação, referentes a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, totalizando US$119 milhões, equivalentes a R$181 milhões (com utilização de taxa de câmbio dos dias em que houveram operações). Essas operações foram concluídas com atenção à nossa política de operações com partes relacionadas, inclusive com a obtenção de aprovação por nosso Conselho de Administração.

Plataforma de Tecnologia da Informação

Celebramos determinados contratos com certas afiliadas do Grupo Santander (Ingeniería de Software Bancário S.L. (Espanha), ISBAN S.A. (Chile), Produban Servicios Informáticos Generales S.L. (Espanha), ISBAN S.A. (Brasil) e Produban Serviços de Informática S.A. (Brasil)) com relação à terceirização de determinados produtos e serviços relativos à nossa plataforma de TI, incluindo o desenvolvimento de software, armazenamento e processamento de dados. Acreditamos que a prestação desses serviços é feita em condições de mercado, em condições substancialmente similares àquelas disponíveis a partir de outros fornecedores disponíveis no mercado. Em 2014 e 2013, as afiliadas do Grupo Santander receberam aproximadamente R$676 milhões e R$673 milhões, respectivamente, com relação aos produtos e à prestação dos serviços acima referidos. Além disso, essas afiliadas são responsáveis pela administração de todos os contratos de tecnologia com terceiros. Vide "Item 4. Informações sobre a Companhia - B. Visão Geral do Negócio – Tecnologia e Infraestrutura".

Serviços de Suprimentos

Celebramos contratos com a Aquanima Brasil Ltda., uma afiliada do Grupo Santander, que presta serviços de suprimentos (agenciamento de compras, suprimentos online, terceirização e consultoria) para o Santander Brasil. O volume agregado entre o Santander Brasil e outros clientes permite aquisições conjuntas de grupos de clientes diferentes. Os contratos com a Aquanima Brasil Ltda. foram celebrados em condições de mercado. Pagamos para a Aquanima Brasil Ltda. aproximadamente R$23 milhões em 2014 e em 2013.

Outras Operações com Partes Relacionadas

De tempos em tempos realizamos operações de concessão e tomada de empréstimos para capitalizar nossas operações e outras transações variadas com as diversas entidades do Grupo Santander, em observância às restrições sobre empréstimos ou adiantamentos impostos pela legislação brasileira. A tabela a seguir demonstra o saldo devido a nós por tais entidades (ativos) em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as quantias devidas por nós a tais entidades (passivos) nas mesmas datas. A tabela também demonstra as quantias recebidas (receita) e pagas (despesas) para tais entidades nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Todas as referidas operações com empresas do Grupo Santander são efetuadas em condições de mercado e em condições substancialmente similares as disponíveis a outros participantes do mercado.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezenbro de 2013		
	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)
			(in thousands of R$)			
Ativos	**11.033.229**	**1.880.176**	**546.856**	**11.869.737**	**1.106.698**	**217.445**
Derivativos para Negociação, líquidos	**(98.286)**	**—**	**(87.161)**	**(74.519)**	**—**	**(271.527)**
Santander Spain	(98.286)	—	—	(74.519)	—	—
Santander Benelux, S.A., N.V.	—	—	381.956	—	—	(91.959)
Abbey National Treasury Services Plc	—	—	(871)	—	—	(61.885)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado	—	—	(468.246)	—	—	(117.683)
Empréstimos e outros valores devidos de instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira	**10.913.872**	**—**	**2.787**	**11.935.149**	**—**	**39.329**
Santander Spain(3(5)(6)	10.913.872	—	—	11.935.149	—	—
Banco Santander Totta, S.A.	—	—	2.787	—	—	1.167
Abbey National Treasury Services Plc	—	—	—	—	—	18.998
Santander Benelux, S.A., N.V.	—	—	—	—	—	19.162
Banco Santander, S.A. – México	—	—	—	—	—	2
Empréstimos e outros valores devidos a clientes	**—**	**10.340**	**631.149**	**—**	**—**	**446.590**
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	—	—	630.694	—	—	43.865
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	—	—	—	—	—	402.725
Webmotors S.A.	—	10.340	—	—	—	—
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	—	—	455	—	—	—
Empréstimos e Outros Valores Devidos de Instituições de Crédito - Outros(1)	**11.900**	**1.867.750**	**81**	**9.007**	**1.105.765**	**3.053**
Santander Spain	11.900	—	—	9.007	—	—
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	—	1.867.138	—	—	1.105.425	—
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	—	612	—	—	340	—
Santander Brasil Asset	—	—	—	—	—	3.053

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezenbro de 2013		
	Controladora(1)	**Empresas Controladas em Conjunto**	**Outras Partes Relacionadas (2)**	**Controladora(1)**	**Empresas Controladas em Conjunto**	**Outras Partes Relacionadas (2)**
			(in thousands of R$)			
Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.						
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado.....	—	—	81	—	—	3.053
Outros Ativos	**205.743**	**2.086**	**—**	**100**	**933**	**—**
Santander Spain.....	205.743	—	—	100	—	—
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil.....	—	2.086	—	—	933	—
Passivo	**(7.374.698)**	**(161.871)**	**(613.062)**	**(1.242.870)**	**(165.005)**	**(723.748)**
Depósitos de Instituições de Crédito.....	**(416.969)**	**(19.186)**	**(286.348)**	**(130.451)**	**(31.738)**	**(444.141)**
Santander Spain(4).....	(416.969)	—	—	(130.451)	—	—
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	—	—	—	(170.914)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil.....	—	(15.699)	—	—	(21.473)	—
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado.....	—	—	(261.865)	—	—	(258.548)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	—	—	(7.741)	—	—	(13.986)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil.....	—	(3.487)	-	—	(10.265)	—
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	(16.472)	—	—	—
Others	—	—	—	—	—	(693)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	**(6.082)**	—	—	**(20.413)**	—	—
Santander Spain (7).....	**(6.082)**	—	—	(20.413)	—	—
Depósitos de Clientes	—	**(142.685)**	**(271.753)**	—	**(133.267)**	**(273.531)**
ISBAN Brasil S.A	—	—	(70.449)	—	—	**(101.391)**
Produban Serviços de Informática S.A.....	—	—	(41.646)	—	—	(48.110)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.....	—	—	(49.526)	—	—	(84.117)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	—	—	(89.830)	—	—	(27.062)
Webmotors S.A.	—	(142.685)	—	—	(133.267)	—

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezenbro de 2013		
	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)
			(in thousands of R$)			
Others	—	—	(20.302)	—	—	(12.851)
Outros Passivos – Dividendos e Bônus a Pagar	**(538.233)**	**—**	**(47.674)**	**(1.089.328)**	**—**	**(5.735)**
Santander Spain	(25.084)	—	—	(410.283)	—	—
Grupo Empresarial Santander S.L.(1)	(134.413)	—	—	(410.283)	—	—
Santander Insurance Holding S.L.	—	—	(403)	—	—	(721)
Sterrebeeck B.V.(1)	(378.736)	—	—	(679.045)	—	—
Banco Madesant – Sociedade Unipessoal S.A.	—	—	(55)	—	—	(365)
Santusa Holding, S.L.	—	—	(47.216)	—	—	(4.649)
Outras Obrigações	**(7.719)**	**—**	**(7.287)**	**(2.678)**	**—**	**(341)**
Santander Spain	(7.719)	—	—	(2.678)	—	—
Isban Brasil S.A.	—	—	—	—	—	(103)
Produban Serviços de Informática S.A.	—	—	(441)	—	—	(70)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	—	—	(35)	—	—	(35)
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	(6.,811)	—	—	(117)
Others	—	—	—	—	—	(16)
Instrumento de Dívida Elegível de Capital	**(6.405.695)**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**
Santander Spain (2)(7)	(6.405.695)	—	—	—	—	—

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram realizados no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolveram riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentaram outras desvantagens.

(1) O Santander Brasil é controlado diretamente pelo Santander Espanha e, indiretamente, por suas subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L., Sterrebeeck B.V. e Santander Insurance Holding, S.L.

(2) Refere-se as subsidiárias do Santander Espanha.

(3) Em 31 de dezembro de 2014, refere-se a disponibilidades no valor de R$410.193 (2013 - R$188.449 e 2012 - R$83.027).

(4) Em 31 de dezembro 2014, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R$416.969 (2013 - R$130.451, com vencimento até outubro de 2018 e juros entre 0,56% e 14,03%a.a. e 2012 - R$154.635, com vencimento até janeiro de 2015 e juros entre 0,39% e 5,82%a.a.).

(5) Em 30 de dezembro de 2014, refere-se a aplicações em moeda estrangeira, notadamente aplicações overnight pela nossa agência Grand Cayman com a agência New York do Santander Espanha, com vencimento em 02 de janeiro de 2015 e juros de até 0,17 % a.a. mantidas (2013 – R$10.438.660, com vencimento em 2 de janeiro de 2014 e juros de 0,17% a.a. e 2012 – R$9.445.842, com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros entre 0,17% e 0,10% a.a.).

(6) Refere-se a emissões de Eurobonds do Santander Brasil e de sua agência Grand Cayman, com vencimentos entre 18 de março de 2014 e 13 de fevereiro de 2017 e juros entre 2,34% a.a e 8,00% a.a.

(7) Refere-se a parcela adquirida pelo controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)	Controlado-ra(1)	Empresas Con-troladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)
			(in thousands of R$)			
Resultado	**(650.181)**	**147.917**	**(359.553)**	**(292.372)**	**104.353**	**1.717.420**
Receitas com Juros e Similares - Emprésti-mos e outros valores devidos por institui-ções de crédito	**11.523**	**117.531**	**9**	**15.303**	**64.373**	**220**
Santander Spain	11.523	—	—	15.303	—	—
Abbey National Treasury Services Plc	—	—	5	—	—	25
Companhia de Crédito, Financiamento e Inves-timento RCI Brasil	—	117.531	—	—	64.373	—
Santander Benelux, S.A., N.V.	—	—	4	—	—	195
Depesas com Juros e Similares – Depósitos de Clientes	—	**(14.187)**	**(20.064)**	**—**	**(7.119)**	**(8.837)**
ISBAN Brasil S.A	—	—	(7.342)	—	—	(4.419)
Produban Serviços de Informática S.A.	—	—	(3.075)	—	—	(2.944)
Webmotors S.A	—	(14.187)	—	—	(7.119)	—
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	—	—	(8.528)	—	—	—
Others	—	—	(1.119)	—	—	(1.474)
Despesas com Juros e Encargos Similares – Depósitos de Institui-ções de Crédito	**(125)**	**(5.669)**	**(62.396)**	**(25.897)**	**(3.227)**	**(19.669)**
Santander Spain	(125)	—	—	(25.897)	—	—
Companhia de Crédito, Financiamento e Inves-timento RCI Brasil	—	(5.669)	—	—	(3.227)	—
Real Fundo de Investimen-to Multimercado Santil-lana Credito Privado	—	—	(51.313)	—	—	(19.669)
Santander Asset Manage-ment, S.A. SGIIC	—	—	(11.083)	—	—	-
Despesas com Juros e Encargos Similares – Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	**(364)**	—	—	**(786)**	**—**	**—**
Santander Spain	(364)	—	—	(786)	—	—
Receitas (Despesas) de tarifas e comissões	**(40.549)**	**27.704**	**170.733**	**(49.335)**	**26.265**	**142.543**
Santander Spain	—	—	—	(49.335)	—	—
Companhia de Crédito, Financiamento e Inves-timento RCI Brasil	—	21.899	—	—	13.925	—
Companhia de Arrenda-mento Mercantil RCI Brasil	—	4.038	—	—	4.045	—
Santander Spain	(40.549)	—	—	—	-	—
Webmotors S.A.	—	1.767	—	—	8.295	—
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	—	—	36.799	—	—	31.158
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência	—	—	130.836	—	—	111.385

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)	Controlado-ra(1)	Empresas Con-troladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)
			(in thousands of R$)			
S.A.						
Others	—	—	3.098	—	—	—
Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos finan-ceiros (líquidos) e va-riações cambiais (lí-quidas)	**(969.507)**	**22.538**	**477.107**	**(231.543)**	**24.061**	**313.661**
Santander Spain	(969.507)	—	—	(231.543)	—	—
Santander Benelux, S.A., N.V.	—	—	473.512	—	—	319.708
Real Fundo de Investimen-to Multimercado Santil-lana Crédito Privado	—	—	(15.355)	—	—	(16.120)
Abbey National Beta Investments Limited	—	—	16.117	—	—	4.015
Companhia de Crédito, Financiamento e Inves-timento RCI Brasil	—	22.538	—	—	19.546	—
Webmotors S.A.	—	—	—	—	4.515	—
Others	—	—	2.833	—	—	6.058
Despesas Administrati-vas e Amortização	—	—	**(903.073)**	**(114)**		**(750.188)**
Santander Spain	—	—	-	(114)	—	—
ISBAN Brasil S.A.	—	—	(396.611)	—	—	(351.750)
Produban Serviços de Informática S.A.	—	—	(213.703)	—	—	(207.068)
ISBAN Chile S.A.	—	—	(2.461)	—	—	—
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	—	—	(49.783)	—	—	(31.886)
Produban Servicios Infor-máticos Generales, S.L	—	—	(26.230)		—	(24.144)
TECBAN—Tecnologia Bancária S.A.	—	—	(129.057)	—	—	(112.227)
Konecta Brazil Outsourc-ing Ltda.	—	—	(51.033)	—	—	(14.402)
Aquanima Brasil Ltda.	—	—	(24.075)	—	—	—
Others	—	—	(10.120)	—	—	(8.711)
Outras Despesas Admi-nistrativas – Despesas com Doações	—	—	**(21.869)**	**—**	**—**	**(20.168)**
Santander Cultural	—	—	(4.929)	—	—	(1.789)
Fundação Santander	—	—	(3.440)	—	—	(4.103)
Instituto Escola Brasil	—	—	(1.500)	—	—	(2.276)
Fundação Sudameris	—	—	(12.000)	—	—	(12,000)
Ganhos (perdas) em ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinu-adas	—	—	—	**—**	**—**	**2.059.858**
Capital Riesgo Global, SCR (Espanha) (3)	—	—	—	—	—	47.161
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (4)	—	—	—	—	—	2.007.838

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Controladora(1)	Empresas Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)	Controlado-ra(1)	Empresas Con-troladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas (2)
			(in thousands of R$)			
Santander Brasil Asset Management Distribui-dora de Títulos e Valo-res Mobiliários S.A.	—	—	—	—	—	4.859
Instrumento de Dívida Elegível de Capital.	**348.841**	—	—	**—**	**—**	—
Santander Spain.	348.841	—	—	—	—	—

(1) O Santander Brasil é controlado diretamente pelo Santander Espanha, e indiretamente por suas subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L., Sterrebeeck B.V e Santander Insurance Holding S.L.
(2) Refere-se às subsidiárias do Santander Espanha.
(3) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações S.A.
(4) Refere-se ao ganho na venda da Santander Brasil Asset e das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas.

7C. Participação de Peritos e Advogados

Não aplicável.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Vide “Item 18. Demonstrações Financeiras”, o qual contém nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, elaboradas de acordo com as IFRS.

Processos Judiciais

Somos parte de processos administrativos e judiciais decorrentes do curso normal de nossos negócios. As principais categorias de processos administrativos e judiciais às quais estamos sujeitos incluem:

- ações administrativas e judiciais relativas a tributos;
- ações administrativas e indenizatórias por danos relacionados aos direitos do consumidor, em particular com relação a cartões de crédito, contas-corrente, cobrança e empréstimos;
- ações envolvendo disputa relacionadas a contratos e instrumentos dos quais somos parte, inclusive reclamações relacionadas a quebra de contrato e indexação em moeda estrangeira;
- ações cíveis, principalmente de depositantes e associações civis, incluindo ações individuais e ações coletivas contestando os ajustes monetários determinados pelos planos econômicos governamentais instituídos para combater a inflação durante os anos 1980 e 1990;
- ações relativas à privatização do Banespa;
- ações coletivas envolvendo contratos e liquidação de dívidas junto ao setor público; e
- processos instaurados por funcionários, ex-funcionários, associações e sindicatos relativos a supostas violações de direitos trabalhistas.

De acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, provisões são registradas para

processos administrativos e judiciais quando o risco de perda é provável e não registramos provisões quando o risco de perda é possível ou remoto. Em casos em que exista um litígio, registramos uma provisão com nossa estimativa para perda provável com base nos dados históricos de processos semelhantes. Além disso, registramos provisões (i) caso a caso com base na análise e parecer legal dos consultores jurídicos interno e externo ou (ii) considerando a média histórica de perdas em determinadas categorias de ações. Devido às provisões estabelecidas e aos pareceres jurídicos fornecidos, acreditamos que qualquer passivo relacionado a tais ações ou processos que façamos parte, individual ou consolidado, não teremos um efeito substancial adverso sobre nossa condição financeira ou resultados de nossas operações.

Em 31 de dezembro de 2014, nossos processos judiciais e administrativos classificados como risco de perda provável (fiscais, trabalhistas, cíveis e obrigações legais) totalizavam aproximadamente R$7,3 bilhões e tinham sido provisionados, e nossos processos judiciais e administrativos classificados como risco de perda possível (fiscais, trabalhistas e cíveis) totalizavam aproximadamente R$13,1 bilhões.

Litígios Fiscais

Em dezembro de 2013, o Santander Brasil e suas coligadas aderiram ao programa governamental fiscal e de anistia instituído pela Lei nº 12.865/13 (artigos 17 e 39).

A principal ação judicial incluída no programa foi a ação em nome do Banco Real, sucedido por nós, que pleiteava o afastamento da aplicação da Lei nº 9.718/98 referente a deduções relativas ao PIS e COFINS . Referida ação judicial, abrangia fatos geradores das contribuições sociais ao PIS e COFINS ocorridos no período de setembro de 2006 a abril de 2009, e esse processo possuía decisão desfavorável no Tribunal Regional Federal. O Santander Brasil e suas Coligadas seguem discutindo judicialmente a aplicação da Lei nº 9.718/98. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis desses casos incluídos no REFIS foram registrados no momento da adesão ao programa através do pagamento de passivos fiscais contingentes no montante de R$2.054 milhões, através de pagamento (R$1.390 milhões) e da conversão em depósitos em garantia (R$155 milhões). O ganho registrado em 2014, foi de R$505 milhões, antes de tributos.

Em junho e novembro de 2014, aderimos a outro programa governamental de anistia fiscal, o REFIS (*Programa de Recuperação Fiscal*). Incluímos diversas ações administrativas e judiciais nesse programa. Os casos de maior relevância incluídos por nós no REFIS referem-se à questão da dedutibilidade de certas contingências fiscais, nos quais discute-se a correta interpretação da Lei 8.981/95 e da Lei 8.541/92 (relativas ao imposto de renda e contribuição social). Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos no REFIS foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R$412,6 milhões, nas demonstrações financeiras consolidadas. Os efeitos após tributos não foram relevantes.

Somos parte de diversos processos administrativos e judiciais de caráter fiscal. Em 31 de dezembro de 2014, nossos litígios classificados como risco de perda provável eram de aproximadamente R$1,8 bilhão totalmente provisionados, e nossos litígios com risco de perda possível totalizavam aproximadamente R$12,4 bilhões.

Os principais processos judiciais relacionados a obrigações fiscais inteiramente provisionados como obrigações são:

- *PIS/COFINS*. Ajuizamos medidas judiciais visando invalidar alguns dispositivos da Lei 9.718/1998, de acordo com a qual o PIS e COFINS devem incidir sobre todas as receitas de pessoas jurídicas. Antes da promulgação das referidas disposições, que já foram afastada em inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, o PIS e o COFINS eram tributados apenas sobre o faturamento relativo a receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, o Supremo Tribunal Federal emitiu uma decisão, aplicável apenas ao Santander Brasil, reconhecendo jurisdição sobre o recurso relacionado ao PIS e negando sua jurisdição sobre o recurso relacionado ao COFINS. Ambos os recursos haviam sido ajuizados pelas autoridades fiscais brasileiras. A decisão final do Supremo Tribunal Federal ainda está pendente. Em 31 de dezembro de 2014, tais reivindicações totalizavam R$10.464 milhões e estão totalmente provisionadas.

- *Aumento da alíquota da CSLL.* Impetramos mandado de segurança visando afastar o aumento de alíquota da CSLL imposta pela Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota da CSLL de 9,0%, entretanto, essa Lei estabeleceu a alíquota da CSLL de 15,0%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo a esse mandado de segurança totalizava R$1.358 milhão e está totalmente provisionado.

Os principais processos judiciais e administrativos, com risco de perda provável, em discussão são:

- *Isonomia de alíquotas.* Ingressamos com medidas judiciais contestando a aplicação de aumento na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ou "CSLL" de 18,0% para instituições financeiras, aplicáveis até 1998, comparado com a alíquota da CSLL de 8,0% para instituições não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia fiscal. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relacionado a essa reivindicação totalizava R$54 milhões e está totalmente provisionado.

- *Impostos sobre serviços para instituições financeiras*. Alguns municípios exigem o pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS sobre certas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Nesses casos, discutimos na esfera administrativa e judicial o pagamento do ISS. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo a esses procedimentos totalizava R$722 milhões e está totalmente provisionado.

- *Contribuição à previdência social.* Estamos envolvidos em processos administrativos e judiciais que se referem à cobrança de contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que acreditamos não possuírem natureza salarial. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo a esses procedimentos totalizava R$442 milhões e está totalmente provisionado.

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível referem-se a processos judiciais e administrativos, envolvendo questões fiscais avaliadas por assessores legais como perdas possíveis, as quais não foram contabilizadas. As principais ações judiciais incluem:

- *Impostos sobre transações bancárias.* Em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto contra nós. Os autos de infração referem-se à cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo nosso antecessor à Santander DTVM durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável em primeira instância perante o CARF. No entanto essa decisão foi reformada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais e fomos considerados passíveis da ação. As decisões foram apeladas e atualmente aguarda-se o julgamento final no CARF. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R$629 milhões cada.

- *Perdas em operações de crédito*. Contestamos os lançamentos fiscais emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil alegando que a dedução de perdas em operações de crédito das bases do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da CSLL supostamente não atenderam às exigências pertinentes das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R$668 milhões.

- *Contribuição Previdenciária – Participação nos Lucros e Resultados – "PLR".* Estamos envolvidos em processos administrativos e judiciais decorrentes de autuações fiscais, que visam cobrar contribuições previdenciárias sobre os pagamentos de participação nos lucros e resultados. As autoridades fiscais alegam que os pagamentos feitos por nós não atenderam os requisitos da lei. Contra esses autos de infração foram interpostos os recursos cabíveis, pois entendemos que foram adotados todos os procedimentos previstos na legislação aplicável para caracterizar a natureza dos pagamentos. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo a esses autos de infração era de aproximadamente R$1.099 milhões.

- *IRPJ e CSLL –Ganho de Capital*. A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois

Par)) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. Somos responsáveis por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$246 milhões.

- *Amortização do Ágio da aquisição do Banco Real* – Em outubro de 2014, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Santander Brasil no valor total de R$1.063 bilhões para exigir os pagamentos de imposto de renda e contribuição social referentes ao período de 2009. O argumento utilizado pela Receita Federal do Brasil é que o ágio amortizado antes da nossa fusão com o Banco Real não pode ser deduzido. Nós apelamos ao CARF em 21 de setembro de 2014. Consideramos nosso risco de perda nesse caso como sendo possível.

- *Amortização do Ágio da Aquisição do Banco Sudameris* - Em novembro de 2014 recebemos um auto de infração no valor de R$196 milhões referente à dedução da amortização do ágio da aquisição do Banco Sudameris. Em dezembro de 2012 já havíamos recebido um auto de infração semelhante, no valor de R$239 milhões referente ao período de agosto de 2007 a abril de 2009. Nós apelamos em ambos os casos ao CARF. Consideramos nosso risco de perda nesse caso como sendo possível.

Ações Trabalhistas

Assim como muitas outras instituições bancárias brasileiras, somos parte de processos instaurados por sindicatos ou ações trabalhistas individuais movidas por empregados que, de modo geral, pleiteiam remuneração por horas extras trabalhadas, perda salarial e outros direitos trabalhistas, inclusive processos referentes a reclamações de aposentados sobre benefícios de aposentadoria. Acreditamos que já pagamos ou provisionamos devidamente todos esses potenciais passivos. Adicionalmente, somos réus em reclamações trabalhistas ingressadas por empregados de terceiros que prestaram ou prestam serviços para nós. Os tribunais brasileiros entendem que caso um terceiro prestador de serviços deixar de pagar seus empregados, o empregado tem o direito de reclamar o pagamento diretamente da empresa para a qual os serviços foram prestados. Em 31 de dezembro de 2014, nossas ações trabalhistas com risco de perda provável chegaram a R$2,0 bilhões, que foram provisionados. Nossas ações trabalhistas com risco de perda possível totalizaram R$0,1 bilhão.

Ex-funcionários do Banco do Estado de São Paulo SA, Santander Banespa, Cia. de Arrendamento Mercantil: a reclamação foi ajuizada em 1998 pela associação de funcionários do Banespa aposentados (AFABESP) em nome dos seus membros, pedindo o pagamento de um bônus semestral inicialmente previsto no Estatuto Social da entidade no caso em que a entidade obteve um lucro e que a distribuição desse lucro foram aprovadas pelo conselho de Administração. Os bônus não foram pagos em 1994 e 1995, uma vez que o banco não fazer um lucro e pagamentos parciais de 1996 a 2000, conforme acordado pelo Conselho de Administração, e da cláusula relevante foi eliminado em 2001. Tribunal Regional do Trabalho ordenou a banco para pagar o bônus semestral em setembro de 2005 e o banco entrou com um recurso contra a decisão no Tribunal Superior Emprego ("TST") e, posteriormente, no Supremo Tribunal Federal ("STF"). O TST confirmou a sentença contra o banco, enquanto o STF rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo banco em uma decisão adotada por apenas um dos membros da Corte, assim também preservando a ordem emitida para o banco. Esta decisão foi apelada pelo banco e da associação. Foi dado apenas o recurso interposto pelo banco licença para continuar e será decidido pelo STF em sessão plenária.

Ações Cíveis

Somos parte de ações cíveis por perdas e danos e outros processos cíveis. Estas controvérsias normalmente se enquadram em uma das seguintes categorias típicas para bancos brasileiros: (i) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (ii) ações decorrentes de contratos de empréstimo, (iii) ações de execução; e (iv) ações de indenização por perdas e danos. Em 31 de dezembro de 2014, nossos passivos relacionados a ações cíveis com risco de

perda provável chegaram a R$1,8 bilhão, que foram provisionados, e nossos passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível foram de R$0,6 bilhão. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores médios estatísticos, e na avaliação de sucesso do consultor jurídico. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável a cada caso.

Planos Econômicos

Da mesma forma que os demais bancos do sistema, estamos sujeitos a processos ajuizados por clientes, principalmente depositantes, e a ações civis públicas decorrentes de uma série de alterações legislativas relacionadas ao cálculo da inflação nos anos 1980 e 1990 (“planos econômicos”). Os reclamantes das ações consideram que foram lesados em função da imediata aplicação de tais ajustes. Em abril de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) estabeleceu que o prazo de prescrição para as ações civis públicas é de cinco anos, em conformidade com os pleitos dos bancos, em vez de vinte anos, como defendido pelos reclamantes, o que acreditamos que deva diminuir significativamente o número de ações movidas e os montantes envolvidos. Relativamente ao mérito, as decisões existentes até o momento foram desfavoráveis para os bancos, entretanto alguns casos foram levados para o STJ e para o Supremo Tribunal Federal (“STF”) onde, espera-se que o assunto seja definitivamente decidido. Em agosto de 2010, o STJ proferiu decisão que foi favorável aos poupadores, excluindo, no entanto, da condenação dos bancos um dos “planos”, reduzindo, assim os montantes envolvidos, e confirmando, mais uma vez, a prescrição de cinco anos para as ações civis públicas. Na sequência, o STF proferiu uma decisão suspendendo a tramitação de recursos envolvendo essa matéria até que decida definitivamente o assunto no STF. Embora, o julgamento do assunto tenha se iniciado no STF em novembro de 2013, ainda não foi emitida qualquer decisão sobre o assunto e não é possível prever quando serão proferidas novas decisões tanto pelo STF, quanto pelo STJ.

Outros Processos

Adicionalmente às questões descritas acima, ocasionalmente estamos sujeitos a certas demandas e somos partes em certos procedimentos judiciais relacionados ao curso normal de nossos negócios, incluindo com relação às nossas operações de empréstimo, relacionamento com nossos funcionários e outras relações comerciais e fiscais. Tendo em vista a dificuldade inerente de se prever o resultado de questões judiciais, especialmente quando o reclamante busca valores altos ou indeterminados, ou quando os casos apresentam novas teses jurídicas, ou envolvem um grande número de partes ou estão em fase inicial de prova, não podemos afirmar com propriedade qual será o eventual resultado de tais questões pendentes, ou qual será o prazo de resolução final da questão ou as eventuais perdas, multas ou penalidades resultantes com relação a cada questão pendente. Acreditamos que fizemos provisões adequadas para custos estimados a serem incorridos com relação às diversas reivindicações e processos judiciais, e, acreditamos que os passivos relativos a tais reivindicações e processos não devem ter, no total, um efeito adverso substancial em nossas atividades, situação financeira ou resultados operacionais. Entretanto, em razão das incertezas que envolvem tais demandas e procedimentos, não podemos assegurar que a resolução final de tais questões não excederá significativamente nossas provisões atualmente contabilizadas. Assim, o resultado de uma questão específica poderá ser relevante para nosso resultado operacional de um determinado período, dependendo, entre outros fatores, do volume da perda ou da obrigação imposta e do nível de receita do período.

Os passivos contingentes classificados como risco de perda remota referem-se a processos judiciais e administrativos envolvendo outras questões lançadas por advogados como perda remota, que não foram contabilizadas. As principais ações judiciais são discutidas nos parágrafos a seguir.

Em dezembro de 2008, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco no valor total de R$3,9 bilhões, para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL referentes a 2002 a 2004. As autoridades fiscais entendem que o Santander Brasil não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago quando da aquisição do Banespa. Em 21 de outubro de 2011, o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002 a 2004, anulando integralmente, em decisão unânime, o auto de infração. A Procuradoria da Fazenda Nacional recorreu da decisão para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, em relação ao mérito, mas não em relação a multa agravada e ao ano de 2002, que já havia decaído. O valor do auto foi reduzido, e passou a ser de R$1,8 bilhão. Atualmente aguarda-se julgamento dos Recursos Especiais interpostos pelas partes. Em junho de 2010, a Receita Federal do Brasil emitiu outras autuações no montante total de R$1,4 bilhão, baseados no mesmo conceito das autuações prévias, relativamente ao IRPJ e à CSLL referentes aos anos-base 2005 a 2007. Nestes processos, diferentemente do que ocorreu com o primeiro caso, o CARF não deu provimento aos nossos Recursos Voluntários em

relação ao mérito, apenas em relação a multa, portanto o auto foi reduzido em R$367mihões, passando a ser de R$984 milhões. Atualmente aguarda-se julgamento dos Recursos Especiais interpostos pelo Banco. Em dezembro de 2013, a Receita Federal do Brasil emitiu outro auto de infração, no montante total de R$344 milhões, relativamente ao IRPJ e à CSLL referentes aos ano-base de 2008. O auto foi devidamente impugnado. De acordo com o parecer legal de nossos consultores jurídicos externos, acreditamos que a posição da Receita Federal do Brasil é incorreta, que os argumentos de defesa são bem fundamentados e que o risco de perda é remoto. Por esta razão, não registramos nenhuma provisão para estes casos, tendo em vista que a questão não deve ter impacto em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Impostos sobre ressarcimentos decorrentes de garantias contratuais. A Receita Federal do Brasil emitiu notificações de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de impostos IRPJ e CSLL, dos exercícios fiscais de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador, decorrentes de reembolso por pagamentos feitos por nós e nossas controladas como resultado de passivos contingentes originados das atividades do acionista ex-controlador. A Receita Federal do Brasil entendeu que o valor corresponde a "renda tributável" e não a reembolsos. Em novembro de 2011, o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração. Em fevereiro de 2012, essa decisão foi declarada não sujeita a recurso, de forma que não há passivo fiscal em potencial com relação a essa reivindicação do exercício fiscal de 2002. Em relação ao período-base 2004, tivemos nova decisão favorável no CARF, a qual ainda poderá ser objeto de recurso pela administração fiscal brasileira. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a essa infração eram de aproximadamente R$150 milhões, o risco de perda desses casos é considerado remoto.

Além dos processos acima mencionados, em junho de 2013, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco, como responsável pelo imposto de renda sobre ganho de capital supostamente obtido no Brasil por uma entidade não residente no Brasil, Sterrebeeck BV, como um resultado da incorporação de ações, operação realizada em agosto de 2008. Como resultado da transação acima referida, nós adquirimos a totalidade das ações do Banco Real e da AAB Dois Par mediante a entrega aos acionistas ações de sua emissão, através de um aumento de capital realizado. As autoridades fiscais brasileiras consideram que na operação em questão Sterrebeeck BV obteve ganho de capital sujeito a tributação no Brasil que consiste na diferença entre o valor de emissão das ações recebidas e o custo de aquisição das ações entregues na troca. Recorremos da decisão proferida pela DRJ, que manteve o lançamento e considera, com base no parecer de seus consultores jurídicos externos, que a posição tomada pelas autoridades fiscais brasileiras não é correta, que existem sólidos argumentos de defesa para apelar contra o auto de infração e que, portanto, o risco de perda é remoto. Consequentemente, não reconhecemos qualquer provisão em relação a esse processo.

Agência Ilhas Cayman

Temos uma agência nas Ilhas Cayman com equipe e representantes próprios. A agência Banco Santander S.A. – Cayman Islands é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias (Revisão de 2013), ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", como um banco de Categoria "B" e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman. A agência foi autorizada pelas autoridades locais a atuar como sua própria sede social e está localizada no Edifício Waterfront Centre, 28, North Church Street – 2º andar, George Town, Grand Cayman, Ilhas Cayman, Caixa Postal 10444 - KYI-1004, Telefone: 1-345-769-4401 e Fax: 1-345-769-4601.

Nossa agência nas Ilhas Cayman está atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para nós, que são então estendidas aos nossos clientes para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil. Os resultados das operações da agência Ilhas Cayman são consolidados em nossas demonstrações financeiras.

Política de Dividendos

Regras Gerais

Somos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações Brasileira e por nosso estatuto social a realizar uma

assembleia geral ordinária até, no máximo, o quarto mês após o encerramento de cada exercício social, na qual, entre outros assuntos, nossos acionistas aprovam a destinação do lucro líquido do exercício anterior e a distribuição anual de dividendos. O pagamento de dividendos anuais é realizado com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Nosso estatuto social prevê que um valor igual a, no mínimo, 25,0% de nosso lucro líquido ajustado, deduzidas as alocações para as reservas legal e de contingência, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio em qualquer exercício social. Esse valor representa os dividendos obrigatórios.

Nosso conselho de administração pode declarar dividendos intermediários ou pagar juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas. Adicionalmente, o conselho de administração pode declarar dividendos ou pagar juros sobre capital próprio com base em demonstrações financeiras consolidadas relativas a períodos menores, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda o valor das reservas de capital previstas na legislação societária brasileira. O conselho de administração poderá pagar, ainda, dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio a partir do lucro acumulado ou das reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral. Qualquer pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio poderá ser compensado contra o valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido apurado no exercício social em que forem pagos.

O valor distribuído aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte dos dividendos mínimos obrigatórios. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas um valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre capital próprio, descontado o pagamento do imposto de renda retido na fonte aplicável, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja equivalente a, no mínimo, o valor do dividendo obrigatório mínimo.

A legislação societária brasileira permite, no entanto, que nossos acionistas suspendam a distribuição de dividendos, caso nosso conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição não seria aconselhável considerando nossa situação financeira. Nosso conselho fiscal, se em funcionamento, deve analisar qualquer suspensão de pagamento do dividendo obrigatório. Além disso, nossa administração deverá apresentar um relatório à CVM justificando os motivos para a suspensão. O lucro líquido não distribuído em razão da suspensão será destinado a uma reserva separada e, caso não seja absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído a título de dividendos tão logo nossa situação financeira permita esse pagamento.

Política de Dividendos Atual e Futura

Atualmente recomendamos aos nossos acionistas a distribuição de 50,0% do nosso lucro líquido ajustado anual a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. Nossa política de dividendos futuros e o valor de dividendos futuros e/ou juros sobre capital próprio que decidirmos recomendar aos nossos acionistas para aprovação dependerá de diversos fatores, inclusive, sem se limitar, nosso fluxo de caixa, situação financeira (inclusive posição de capital), planos de investimento, perspectivas, exigências legais, ambiente econômico e outros fatores que considerarmos relevantes na época.

Pagamento de Dividendos

Qualquer detentor de ações registrado na época em que o dividendo for declarado tem o direito de receber dividendos. De acordo com a legislação societária brasileira, em geral os dividendos devem ser pagos no prazo de 60 dias após a data em que forem declarados, a menos que os acionistas deliberem outra data de pagamento, que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que os dividendos tenham sido declarados. De acordo com a legislação societária brasileira, sobre os dividendos não reivindicados não incorrem juros, não são corrigidos pela inflação e podem ser revertidos a nós três anos após terem sido declarados. Nesse sentido, em 30 de abril de 2014, nossos acionistas aprovaram em uma assembleia extraordinária a alteração do prazo de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos especificamente ao ano de 2014 para até 180 dias a partir da data da sua declaração pelo nosso conselho de administração e, em qualquer hipótese, dentro do ano de 2014.

O depositário é o titular registrado das Units subjacentes às ADRs nos registros do agente de registro. As referidas *Units* são mantidas no Brasil por nós, atuando como custodiante, agente do depositário e agente de registro.

Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, se houver, serão efetuados em reais ao custodiante em nome do depositário, o qual irá converter esses recursos financeiros em dólares norte-americanos e fará com que esses dólares sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs. No caso de o custodiante não conseguir converter imediatamente a moeda brasileira recebida como dividendo em dólares norte-americanos, o valor em dólares norte-americanos a ser pago aos detentores de ADRs poderá sofrer desvalorização em relação à moeda brasileira.

As tabelas a seguir mostram os valores pagos aos acionistas em 2014 com base no lucro líquido calculado conforme o BRGAAP. A reconciliação do lucro líquido em BRGAAP para o lucro líquido em IFRS é apresentada na nota 45 das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	**2013**	**2012**
	(em milhões de R$)		
Lucro Líquido calculado em BR GAAP	2.153	1.626	3.187
(-) Reserva Legal	108	81.3	159
(=) Valores Disponíveis para Distribuição	**2.045**	**1.545**	**3.028**
Dividendos Obrigatórios – 25.0%	**511**	**386**	**757**
Juros sobre o Capital Próprio	690	300	1.020
Dividendos	840	2.100	1.650
Total (Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos)	**1.530**	**2.400**	**2.670**
Dividendos distribuídos em excesso aos Dividendos Obrigatórios	**1.019**	**2.013**	**1.913**

Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 2014, declaramos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$1.530 milhões, dos quais R$620 milhão foi pago em 28 de agosto de 2014 e R$910 milhão foi pago em 26 de fevereiro de 2015.

A tabela abaixo apresenta os valores pagos a nossos acionistas nos períodos indicados.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$)				
Dividendos	840	2.100	1.650	1.625	1.780
Juros sobre o Capital Próprio	690	300	1.020	1.550	1.760
Total	**1.530**	**2.400**	**2.670**	**3.175**	**3.540**
Dividendos e juros sobre capital próprio por 1.000 ações (em R$)					
Ações ordinárias	193,26	302,15	335,73	398,43	443,98
Ações preferenciais	212,59	332,36	369,30	438,28	488,34

8B. Mudanças Significativas

Em 2013, houve mudanças significativas nas nossas práticas contábeis devido às Alterações ao IAS 19, Benefícios a Empregados que é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Estas alterações eliminaram o método do "corredor" em que as entidades tinham a opção pelo reconhecimento diferido de uma parcela de ganhos e perdas atuariais, estabelecendo tais ganhos e perdas atuariais devem ser reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido. As alterações incluíram mudanças significativas na apresentação dos componentes de custos relativos à obrigações pós-emprego (custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação) e custo de juros líquido, que devem ser reconhecidos em lucros ou prejuízos e o componente da remensuração (que contemplam basicamente os ganhos e perdas atuariais) devem ser reconhecidas no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes, não podendo ser reclassificado no resultado. De acordo com a IAS 8, estas alterações implicam numa mudança de prática contábil e,

portanto, devem ser aplicadas retroativamente a partir de 1 janeiro de 2013, ajustando os saldos inicias para o período mais antigo apresentado, como se a nova prática contábil tivesse vigente para estes períodos.

ITEM 9. A OFERTA E LISTAGEM

9A. Detalhes da Oferta e Listagem

Informação de Volume e Preço de Mercado

Em 18 de setembro de 2009, nosso Conselho de Administração aprovou a implementação da oferta pública global (doravante denominada "Oferta Global"), que incluiu a emissão de 525.000.000 de *Units* (cada uma representando à época 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais), todas nominativas, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, consistindo da oferta pública inicial simultânea de (i) *Units* no Brasil no mercado de balcão, de acordo com a Instrução CVM 400/2003, e (ii) *Units* no exterior sob a forma de ADRs, representativos de ADRs com registro na SEC, em conformidade com o *Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais).

Em 6 de outubro de 2009, foi fixado o preço da Oferta Global em R$23,50 por Unit e US$13,40 por ADRs. As *Units* são negociadas na BM&FBOVESPA e na NYSE desde 7 de outubro de 2009.

Em 29 de abril de 2014, Santander Espanha, nosso controlador indireto, anunciou sua intenção de lançar ofertas voluntárias de permuta no Brasil e nos Estados Unidos para a aquisição de até a totalidade de nossas ações que não sejam de titularidade do Grupo Santander, as quais representavam cerca de 25% do nosso capital social, com a entrega em pagamento de Brazilian ou American Depositary Receipts (BDRs ou ADRs) representativos de ações ordinárias do Santander Espanha.

Em outubro de 2014, foram concluídas as ofertas voluntárias de permuta no Brasil e nos Estados Unidos. Como resultado dessas ofertas, a participação do Grupo Santander aumentou para 88,30% do nosso capital social total (não incluindo as ações detidas pelo Banco Madesant - Sociedade Unipessoal). Também em decorrência da oferta no Brasil, nossas Units deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA e passaram a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

Para maiores informações, veja "Item 4 – Informações da Companhia – A. História e Desenvolvimento da Companhia – Eventos Importantes - Oferta Voluntária de Permuta do Santander Espanha para Adquirir Nossas Ações não detidas pelo Grupo Santander".

A tabela a seguir demonstra a composição das nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

Free Float:	**BM&FBOVESPA**	**NYSE**
Ações Ordinárias	109.780.729	289.354.867
Ações Preferenciais	137.585.145	289.354.867
Total	**247.365.874**	**578.709.734**

Units, Ações Ordinárias e Preferenciais negociadas na BM&FBOVESPA

A tabela abaixo demonstra o preço máximo, mínimo e o preço de fechamento diário em reais das nossas ações na BM&FBovespa para os períodos indicados.

	Reais por ação – SANB3 (Ações Ordinárias) (*)		
	Máximo	**Mínimo**	**Fechamento**
2010 Anual	0,30	0,17	0,28
2011 Anual	0,25	0,12	0,16
2012 Anual	0,20	0,13	0,15
2013 Anual	0,16	0,11	0,14
1º Trimestre	0,16	0,13	0,15
2º Trimestre	0,16	0,12	0,12

3º Trimestre	0,15	0,11	0,15
4º Trimestre	0,15	0,13	0,14
2014 Anual(1)	8,50	0,10	6,70
1º Trimestre	0,14	0,10	0,12
2º Trimestre(1)	8,18	0,11	7,64
3º Trimestre	8,30	7,31	8,02
4º Trimestre	8,50	6,00	6,70
ÚLTIMOS 6 MESES	8,50	6,00	6,70
Novembro 2014	8,50	6,00	8,00
Dezembro 2014	7,90	6,19	6,70
Janeiro 2015	7,44	6,10	6,50
Fevereiro 2015	8,00	6,26	7,50
Março 2015	8,19	6,90	7,75
Abril 2015 (até 28 de abril)	9,27	7,80	9,27

(1) Em 2 de junho, nós realizamos um grupamento de ações do total emitido de nosso capital na proporção de 55:1 para cada ação ordinária e preferencial.

	Reais por ação – SANB4 (Ações Preferenciais) (*)		
	Máximo	**Mínimo**	**Fechamento**
2010 Anual	0,22	0,16	0,21
2011 Anual	0,19	0,12	0,14
2012 Anual	0,18	0,13	0,13
2013 Anual	0,16	0,11	0,14
1º Trimestre	0,16	0,13	0,14
2º Trimestre	0,15	0,12	0,12
3º Trimestre	0,15	0,11	0,15
4º Trimestre	0,15	0,13	0,14

	Reais por ação – SANB4 (Ações Preferenciais) (*)		
	Máximo	**Mínimo**	**Fechamento**
2014 Anual(1)	8,18	0,10	6,02
1º Trimestre	0,14	0,10	0,11
2º Trimestre(1)	8,18	0,11	7,50
3º Trimestre	8,15	7,00	7,84
4º Trimestre	7,91	5,51	6,02
ÚLTIMOS 6 MESES	8,15	5,51	6,02
Novembro 2014	7,30	5,51	6,79
Dezembro 2014	6,83	6,01	6,02
Janeiro 2015	6,50	5,82	6,02
Fevereiro 2015	6,50	5,80	6,36
Março 2015	6,75	5,91	6,15
Abril 2015 (até 28 de abril)	7,00	6,15	6,88

(1) Em 2 de junho, nós realizamos um grupamento de ações do total emitido de nosso capital na proporção de 55:1 para cada ação ordinária e preferencial.

	BMF&BOVESPA *Units* – SANB11(*)		
	Máximo	**Mínimo**	**Fechamento**
		R$ por ação	
2010 Anual	26,05	17,93	24,85
2011 Anual	22,95	12,51	14,96
2012 Anual	19,70	13,59	14,97
2013 Anual	16,07	12,64	13,98
1º Trimestre	16,07	13,97	14,61
2º Trimestre	15,71	13,17	13,55
3º Trimestre	16,01	12,64	14,94
4º Trimestre	15,74	13,65	13,98
2014 Anual	16,49	10,84	13,46
1º Trimestre	14,45	10,84	12,57
2º Trimestre	16,49	12,15	15,12

	BMF&BOVESPA *Units* – SANB11(*)		
	Máximo	**Mínimo**	**Fechamento**
		R$ por ação	
3º Trimestre	16,46	14,55	15,83
4º Trimestre	16,05	12,29	13,46
ÚLTIMOS 6 MESES	16,46	12,29	13,46
Novembro 2014	15,80	12,29	14,80
Dezembro 2014	14,65	12,30	13,46
Janeiro 2015	13,77	12,21	12,45
Fevereiro 2015	14,70	12,25	14,13
Março 2015	14,78	12,88	14,07
Abril 2015 (até 28 de abril)	16,14	14,13	16,00

ADRs negociadas na NYSE

Nossas ADRs foram listadas e têm sido negociadas na NYSE desde 7 de outubro 2009. Nossas *Units* no exterior, incluindo as *Units* na forma de ADRs representam ADSs registradas na SEC de acordo com *o Securities Act e Exchange Act.*

O contrato de depósito, por meio do qual os ADRs são emitidos, foi celebrado entre nós e o JPMorgan Chase Bank National Association, como depositário, e os titulares de ADRs de tempos em tempos.

Uma vez que parte de nossas ações e ADRs são detidas por representantes, o número dos titulares registrados poderá não ser representativo do número de beneficiários.

	NYSE		
	ADS - BSBR		
	Máximo	**Mínimo**	**Fechamento**
		US$ por ação	
2010 Anual	15,66	9,82	13,60
2011 Anual	13,98	6,73	8,14
2012 Anual	11,30	6,56	7,28
2013 Anual	8,08	5,71	5,97
1º Trimestre	8,08	7,30	7,30
2º Trimestre	7,49	6,11	6,12
3º Trimestre	6,70	5,71	6,70
4º Trimestre	7,17	5,88	5,97
2014 Anual	7,18	4,48	5,02
1º Trimestre	5,98	4,48	5,57
2º Trimestre	7,18	5,47	6,92
3º Trimestre	7,12	6,44	6,54
4º Trimestre	6,57	4,55	5,02
ÚLTIMOS 6 MESES	6,28	4,55	5,02
Novembro 2014	6,28	4,95	5,82
Dezembro 2014	5,75	4,55	5,02
Janeiro 2015	5,28	4,62	4,62
Fevereiro 2015	5,12	4,48	4,98
Março 2015	4,93	4,05	4,41
Abril 2015 (até 28 de abril)	5,59	4,52	5,51

9B. Plano de distribuição

Não se aplica.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

9C. Informações Sobre o Mercado

Nossas *Units*, ações preferenciais e ordinárias, são negociadas na BM&FBOVESPA. A regulamentação dos mercados de valores mobiliários brasileiros que afeta estes títulos é descrito abaixo. Além disso, temos também ADRs que foram listadas e negociadas na NYSE desde 7 de outubro de 2009. Para mais informações, consulte o " -A . Detalhes da Oferta e Listagem".

Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro

O mercado de valores mobiliários brasileiro é regulamentado pela CVM, conforme previsto na Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976, ou a "Lei do Mercado de Capitais Brasileiro" e na legislação societária brasileira, bem como pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil e a CVM são responsáveis pela regulação e supervisão das corretoras de valores mobiliários. O Banco Central do Brasil também regulamenta operações de investimento estrangeiro e de câmbio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CMN, conforme previsto na Lei do Mercado de Capitais Brasileiro e na Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Essas leis e regulamentos estabelecem, entre outras coisas, as exigências de divulgação, sanções penais aplicáveis à negociação e manipulação de preços por insiders, proteção de acionistas minoritários, procedimentos de licenciamento e supervisão de corretoras e governança das bolsas de valores brasileiras.

Segundo a Lei de Sociedades por Ações brasileira, as companhias podem ser abertas, com ações negociadas em bolsa, ou fechadas, cujas ações não são negociadas em bolsa. Todas as companhias abertas devem ser registradas na CVM e estão sujeitas a exigências de divulgação de informações, entre outras exigências regulatórias. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários no mercado de bolsa de valores brasileiro ou no mercado de balcão brasileiro. As ações de companhias abertas também podem ser negociadas de forma privada.

O mercado de balcão é dividido em duas categorias: (i) mercado de balcão organizado, no qual as operações são supervisionadas por entidades autorreguladoras autorizadas pela CVM; e (ii) mercado de balcão não organizado, no qual as operações não são supervisionadas por entidades autorreguladoras autorizadas pela CVM. Em ambos os casos, o mercado de balcão consiste de negociações diretas, fora do mercado de bolsa, por meio de uma instituição financeira registrada na CVM que atua como intermediária. Nenhum requerimento especial, que não seja o registro na CVM (e, no caso dos mercados de balcão organizados, o registro no mercado relevante), é necessário para que os valores mobiliários de uma sociedade aberta sejam negociados nesse mercado.

Para poder ser negociada na BM&FBOVESPA, uma sociedade deverá requerer o registro na CVM e na BM&FBOVESPA.

Negociação na BM&FBOVESPA

No final de 2008, a Bolsa de Valores de São Paulo - BVSP e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia foram incorporadas à BM&FBOVESPA, a qual concentra atualmente todas as atividades de negociação de ações e commodities no Brasil, incluindo serviços de liquidação, compensação e de depositário.

A negociação em bolsa no Brasil é conduzida por membros autorizados. As sessões de negociação no mercado de ações ocorrem todo dia útil, das 10h00 às 17h00 em um sistema eletrônico de negociação denominado Megabolsa. As negociações também são realizadas entre 17h30 e 18h00 em um sistema after market conectado a corretoras de valores tradicionais e àquelas que operam pela Internet. Essas negociações no after market estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços dos valores mobiliários negociados pelos investidores que operam pela Internet.

A negociação de valores mobiliários na BM&FBOVESPA poderá ser suspensa a pedido de uma companhia, em antecipação ao anúncio de fato relevante. A negociação também poderá ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, entre outros motivos, quando houver suspeita de que determinada companhia forneceu informações inadequadas sobre um fato relevante ou respostas inadequadas a alguma consulta feita pela CVM ou pela BM&FBOVESPA.

Além disso, para manter o controle da flutuação no índice BM&FBOVESPA, esta adotou um sistema de interrupção de negociação, “circuit breaker”, de acordo com o qual as sessões de negociação podem ser suspensas por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o índice BM&FBOVESPA ficar abaixo de 10,0% ou 15,0%, respectiva-

mente, em relação aos níveis do índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

Quando os investidores negociam ações na BM&FBOVESPA, a negociação é liquidada em três dias úteis após a data da negociação, sem ajustes no preço de compra. Normalmente, o vendedor é obrigado a entregar as ações na bolsa no terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio de uma câmara de compensação para as transações efetuadas na BM&FBOVESPA, que trata das liquidações multilaterais de obrigações financeiras e operações que envolvam títulos. De acordo com os regulamentos da BM&FBOVESPA, a liquidação financeira é efetuada por meio do sistema de transferência de fundos do Banco Central do Brasil e as transações que envolvam a venda e a compra de ações são liquidadas por meio do sistema de custódia da BM&FBOVESPA. Todas as entregas mediante pagamento final são irrevogáveis.

Práticas de Governança Corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA criou três segmentos especiais de listagem, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa e Novo Mercado, com o objetivo de desenvolver um mercado secundário de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA e incentivar tais companhias a seguirem boas práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados a negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Os regulamentos dos segmentos especiais de listagem foram atualizados em 10 de maio de 2011.

Nossas Units foram inicialmente listadas no segmento Nível 2 da BM&FBOVESPA. No entanto, em decorrência da oferta voluntária de permuta realizada pelo Santander Espanha no Brasil para a aquisição de nossas ações, nossas Units deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA e passaram a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

Dentro da BM&FBOVESPA participamos de um índice de sustentabilidade: o ISE. O ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) é uma referência para os investimentos socialmente responsáveis no Brasil. Para integrar o portfólio composto por 40 empresas, a companhia deve participar de um cuidadoso processo para avaliar o seu desempenho com relação à sustentabilidade, incluindo eficiência econômica, equilíbrio ambiental, práticas sociais e de governança corporativa.

Investimentos em Nossas *Units* por Investidores Não Residentes no Brasil

Os investidores que residem fora do Brasil, inclusive investidores institucionais, podem registrar seus investimentos em valores mobiliários no Brasil como um investimento estrangeiro direto nos termos da Lei nº 4.131/62 ou como um investimento em portfólio nos termos da regulamentação aplicável do CMN e da Instrução CVM 325. Todos os investidores estrangeiros, independentemente de seus investimentos serem registrados como investimentos diretos ou investimentos em portfólio, devem se cadastrar junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esse processo de cadastramento deve ser realizado por um representante legal do investidor no Brasil.

Atualmente, o investimento em portfólio é regulamentado pela Resolução 2.689 do CMN (ou Resolução CMN 2.689). No entanto, em 29 de setembro de 2014, o CMN publicou a nova Resolução 4.373 revisando a regulamentação sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do País. O principal objetivo da nova resolução é facilitar as aplicações de investidores estrangeiros no mercado financeiro e de capitais do Brasil, e respectivas transferências financeiras do exterior para o Brasil e vice-versa, através da simplificação de alguns procedimentos. A nova regulamentação traz, entre outras alterações, a possibilidade de realizar aplicações em moeda nacional mediante recursos mantidos em conta titulada pelo investidor não residente no País ou por meio de ordem de pagamento em reais oriunda do exterior. A nova regulamentação entrará em vigor em 30 de março de 2015, quando será revogada a Resolução CMN 2.689.

Com algumas exceções, a Resolução CMN 2.689 (e, a partir de 30 de março de 2015, a Resolução CMN 4.373) permite que os investidores conduzam qualquer tipo de transação no mercado de capitais brasileiros envolvendo um título negociado em uma bolsa brasileira, mercado de balcão futuro ou mercado de balcão organizado, porém os investidores não podem transferir a titularidade de investimentos feitos nos termos da referida regulamentação para outros investidores não residentes por meio de transações privadas. Os investimentos e remessas para o exterior de ganhos, dividendos, lucros ou outros pagamentos relativos às nossas Units são realizados por meio do mercado de câmbio.

Para mais informações sobre os requisitos para o registro de investimentos estrangeiros em portfólio, vide "Item 10. Informações Adicionais - D. Controles Cambiais - Investimento em Mercados de Capitais".

Por sua vez, de acordo com a Lei 4.131/62, os investidores estrangeiros diretos podem vender suas ações tanto por meio de operações privadas quanto transações em mercado aberto, porém estes investidores estão atualmente sujeitos a um tratamento fiscal menos favorável sobre os respectivos ganhos. Para mais informações sobre investidores estrangeiros diretos, vide "Item 10. Informações Adicionais - D. Controles Cambiais - Investimento Estrangeiro Direto".

A nova Resolução CMN 4.373 também trata dos investimentos de capitais estrangeiros no Brasil por meio do mecanismo de Depositary Receipts ("DRs") e revoga, a partir de 30 de março de 2015, a Resolução 1.927 do CMN que atualmente regulamenta a emissão de recibos depositários em mercados estrangeiros com relação a ações de emissoras brasileiras.

Protocolamos um pedido para a aprovação de emissão das ADRs, nos termos da Resolução 1.927 do CMN, no Banco Central do Brasil e na CVM e recebemos aprovação final em 1º de outubro de 2009.

Se um detentor de ADRs decidir permutar ADRs pelas Units subjacentes, o detentor terá o direito de (i) vender as Units na BM&FBOVESPA e se basear no registro eletrônico do depositário nos cinco dias úteis a contar da data de permuta para obter e remeter dólares norte-americanos para o exterior, mediante a venda pelo detentor de nossas Units, (ii) converter seu investimento em um investimento estrangeiro em portfólio nos termos da Resolução 2.689/00 do CMN (e, a partir de 30 de março de 2015, nos termos da Resolução CMN 4.373), ou (iii) converter seu investimento em um investimento estrangeiro direito nos termos da Lei 4.131/62. Vide "Item 10. Informações Adicionais - E. Tributação - Considerações sobre Imposto no Brasil" para obter uma descrição sobre as implicações fiscais sofridas por um investidor não residente no Brasil que investe em nossas Units no Brasil.

Se um detentor de ADRs desejar converter seu investimento em um investimento estrangeiro em portfólio nos termos da Resolução 2.689/00 do CMN (e, a partir de 30 de março de 2015, nos termos da Resolução CMN 4.373), ou um investimento estrangeiro direto nos termos da Lei 4.131/62, ele deve iniciar o processo de obtenção de seu próprio registro de investidor estrangeiro perante o Banco Central do Brasil ou perante a CVM, conforme o caso, antes de permutar as ADRs por ações ordinárias.

O custodiante está autorizado a atualizar o registro eletrônico de depositário a fim de refletir conversões de ADRs em investimentos estrangeiros em portfólio. Se um detentor de ADRs optar por converter suas ADRs em um investimento estrangeiro direto segundo a Lei 4.131/62, a conversão será efetuada pelo Banco Central do Brasil após o recebimento de uma solicitação eletrônica do custodiante com detalhes da operação. Isso também poderá envolver a necessidade de troca das Units por ações.

Se um investidor estrangeiro direto nos termos da Lei 4.131/62 desejar depositar suas Units no programa de ADR em permuta pelas ADRs, esse investidor será obrigado a apresentar ao custodiante comprovação de pagamento dos impostos sobre ganhos de capital. A conversão será efetuada pelo Banco Central do Brasil após o recebimento de uma solicitação eletrônica do custodiante com detalhes da operação. Isso também poderá envolver a necessidade de troca das Units por ações.

A constituição brasileira somente permite que pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras se possuírem autorização específica do Presidente da República para tanto, baseada em interesse nacional ou reciprocidade. Um Decreto Presidencial emitido em 13 de novembro de 1997, com relação ao Banco Meridional do Brasil S.A. (uma entidade predecessora) permite até 100,0% de participação estrangeira em nosso capital social. Os investidores estrangeiros podem adquirir nossas Units ou ADRs em decorrência do referido decreto. Além disso, os investidores estrangeiros podem adquirir ações sem direito de voto de instituições financeiras brasileiras negociadas em bolsa ou recibos depositários oferecidos no exterior representativos de ações sem direito de voto, sem autorização específica. Vide "Item 4. Informações sobre a Companhia - B. Visão Geral das Atividades – Regulamentação e Supervisão — Investimento Estrangeiro no Brasil - Investimento Estrangeiro em Instituições Financeiras Brasileiras".

9D. Acionistas Vendedores

Não se aplica.

9E. Diluição

Não se aplica.

9F. Despesas da Emissão

Não se aplica.

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

10A. Capital Social

Não se aplica**.**

10B. Estatuto Social

Descrevemos a seguir um resumo das disposições relevantes de nosso estatuto social e da legislação e regulamentação societária e do mercado de capitais brasileiro. Essa descrição não pretende ser exaustiva e baseia-se em nosso Estatuto Social (cuja tradução para o inglês foi arquivada na SEC), bem como na legislação e regulamentação societária e do mercado de capitais brasileiro em vigor.

Registro e Objeto Social

Somos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com a legislação brasileira. Nossos atos constitutivos estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP - sob o NIRE nº. 35300332067.

De acordo com o artigo 4º de nosso estatuto social, nosso objeto social é (1) a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil), bem como operações de câmbio; (2) a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor; (3) a participação no capital de outras sociedades, como sócio ou acionista.

Atuação dos Administradores e Conflitos de Interesses

A Lei das Sociedades por Ações Brasileira impõe aos membros do conselho de administração e diretores o dever de diligência durante a execução de suas funções, bem como o dever de lealdade para com a companhia, além de vedar aos membros do conselho de administração e diretores que atuem com interesses conflitantes ao da companhia. Nesse sentido, é vedado aos membros do conselho de administração e diretores: (i) receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembleia geral; (ii) intervir em qualquer operação da sociedade em que tiver interesse conflitante com o do Banco ou nas deliberações de outros conselheiros sobre a questão; (iii) usar, em benefício próprio ou de outrem as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício do cargo, independente se resultar ou não em prejuízo para a companhia; (iv) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia, visando a obtenção de vantagens, para si ou para outrem; e (v) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir.

Além disso, por sermos uma instituição financeira, estamos sujeitos a certas vedações previstas na Lei 4.595, datada de 31 de dezembro de 1964, incluindo a proibição de concedermos empréstimos ou adiantamentos a nossos membros do conselho de administração e diretores, bem como aos membros dos nossos demais conselhos consultivos, administrativos, fiscais ou semelhantes e respectivos cônjuges.

Adicionalmente a estas disposições, o artigo 10 de nosso estatuto social dispõe que os conselheiros e diretores são impedidos de intervir no estudo, deferimento ou liquidação de negócios ou empréstimos de interesse de sociedade de que sejam sócios ou acionistas com mais de 5% (cinco por cento) do capital social, ou de cuja administração integrem ou tenham integrado até 6 (seis) meses anteriores à sua investidura no cargo de administrador. Por fim, nossa política para transações com partes relacionadas também estabelece procedimentos a serem observados pelos administradores

envolvidos em operações com partes relacionadas e outros potenciais conflitos de interesse.

Direito das Ações Ordinárias e Preferenciais

Cada ação ordinária confere ao titular direito a um voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas, exceto em relação às seguintes matérias:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- Aprovação de contratos celebrados entre nós e nosso acionista controlador, direta ou indiretamente, e contratos de outras sociedades nas quais nosso acionista controlador tenha interesse, sempre que, conforme a lei ou o estatuto social devam ser aprovados em assembleia geral de acionistas; e
- Avaliação de bens destinados ao aumento de capital do Banco.

No tocante à eleição de membros do conselho de administração, a Lei das Sociedades por Ações Brasileira estabelece que os acionistas minoritários de companhias abertas detentores de ações que representem, pelo menos, 15,0% do total das ações com direito a voto, ou os detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com direito a voto restrito que representem, no mínimo, 10,0% do capital social, ou ainda os titulares de ações ordinárias e ações preferenciais que, em conjunto, representem no mínimo 10,0% do capital social, têm o direito de eleger, em votação separada, um membro de nosso conselho de administração. No entanto, esses direitos só poderão ser exercidos pelos detentores de ações que tenham mantido sua posse por um mínimo de três meses antes da data da assembleia geral ordinária. A Lei das Sociedades por Ações Brasileira permite também a adoção do processo de voto múltiplo mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10,0% do nosso capital votante. De acordo com a Instrução CVM 282, datada de 26 de junho de 1998, o percentual para requisição de voto múltiplo para eleição de membros do conselho de administração em companhias abertas com capital social superior a R$100 milhões é de 5%.

Os detentores de ações preferenciais têm os seguintes direitos de acordo com nosso estatuto social:

- Dividendos e juros sobre o capital próprio, em valor 10,0% maior do que o atribuído às ações ordinárias e prioridade na sua distribuição;
- Participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, e nas distribuições de ações bonificadas, resultantes da capitalização de lucros acumulados, reservas ou outros fundos;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução; e
- Direitos de *tag-along*, no caso de alienação de nosso controle, nos mesmos termos e condições estendidos aos nossos acionistas controladores.

As ações ordinárias que não forem de titularidade dos acionistas controladores também conferem a seus detentores direitos de *tag-along* na hipótese de alienação de nosso controle nos mesmos termos e condições concedidos aos nossos acionistas controladores.

A assembleia geral poderá deliberar sobre a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias.

A Lei das Sociedades por Ações Brasileira estabelece que, às ações sem direito a voto ou com direito restrito a voto, incluindo nossas ações preferenciais, deve-se conceder direitos irrestritos ao voto se a sociedade não distribuir, durante três exercícios fiscais consecutivos, nenhum dividendo fixo ou mínimo atribuído a essas ações até que as respectivas distribuições sejam realizadas.

De acordo com o nosso estatuto social, dividendos que não forem reivindicados por acionistas em três anos a contar do início do pagamento dos mesmos prescreverão em benefício do Banco.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações Brasileira, qualquer alteração nas preferências ou que possa ter um efeito financeiro negativo sobre os direitos dos detentores de nossas ações preferenciais, ou qualquer alteração que resulte na criação de uma classe mais favorecida de ações preferenciais, deve ser aprovada por uma deliberação em

uma assembleia geral, e somente se tornará válida e em vigor após a aprovação da maioria de nossos acionistas preferenciais em assembleia geral.

A Lei das Sociedades por Ações Brasileira determina, ainda, que os seguintes direitos dos acionistas não podem ser revogados por nosso estatuto social ou por deliberações tomadas nas assembleias gerais:

- o direito de voto nas assembleias gerais, no caso de detentores de ações ordinárias;
- o direito de participar da distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio e compartilhar os ativos remanescentes em caso de liquidação do Banco;
- o direito de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações em determinadas circunstâncias;
- o direito fiscalizar a administração; e
- o direito de retirada nas circunstâncias estabelecidas pela lei, incluindo nossa fusão ou incorporação e nossa cisão.

Descrição das *Units*

As *Units* são certificados de depósitos de ações representativos de 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, todas elas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. As ações representadas pelas *Units* ficarão registradas em conta de depósito vinculada às *Units* e sua propriedade somente será transferida mediante a transferência das *Units* correspondentes, por ordem escrita de seu titular. Os rendimentos das *Units* e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das *Units* registrado nos livros do próprio Banco, na qualidade de instituição custodiante.

As ações que dão lastro às *Units*, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser penhoradas, gravadas ou a qualquer outro título dadas em garantia pelo titular das *Units*, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão, ou qualquer outro ônus ou gravame.

As *Units* tem forma escritural e são mantidas pelo Banco, na qualidade de instituição custodiante, em conta aberta em nome de seu titular, sendo que a transferência de titularidade ocorre pelo débito à conta de *Units* do vendedor e pelo crédito à conta de *Units* do comprador, de acordo com uma ordem de transferência por escrito do vendedor ou uma autorização judicial ou ordem de transferência, entregue ao Banco. O Banco realizará a guarda de todas as ordens de transferência por escrito encaminhadas pelos detentores das *Units*, bem como das autorizações judiciais ou ordens de transferência. O pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou bonificação em dinheiro será feito mediante pagamento ao próprio Banco, que repassará o valor aos agentes de custódia, que efetuarão pagamento aos detentores de *Units*. O penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras, cláusulas, ônus ou gravames sobre as *Units* deverão ser averbados nos registros do custodiante bem como anotados no extrato da respectiva conta de *Units*.

O Banco fornecerá ao titular das *Units* extrato de sua conta ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano. Do extrato constarão o local e a data de emissão, o nome e qualificação do titular da conta de *Units*, a indicação de se tratar de extrato de conta de *Units*, a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de *Units* ou por ordem escrita deste, o preço do depósito cobrado pelo próprio Banco, se houver, e os locais de atendimento aos titulares de *Units*.

Mediante ordem escrita dada pelo titular da conta de *Units* a uma corretora autorizada pela bolsa de valores na qual as *Units* sejam negociadas, o custodiante bloqueará as *Units* objeto da ordem, e as transferirá ao comprador, após receber aviso da bolsa de valores sobre referida venda.

O titular das *Units* terá o direito de, a qualquer momento, pedir a uma corretora o seu cancelamento e a transferência das ações representadas por estas *Units*. A corretora deverá solicitar ao Banco, como escriturador, a transferência das *Units* para as contas de depósito de ações mantidas pelo custodiante em nome do titular. O titular das *Units* deverá

arcar com quaisquer custos de transferência e cancelamento decorrentes do cancelamento das *Units*. Da mesma forma, o titular poderá solicitar a uma corretora a montagem de *Units* mediante a transferência de ações que em conjunto representem uma Unit, as quais serão registradas pelo custodiante em conta de depósito vinculada às *Units*.

A prerrogativa de cancelamento das *Units* poderá ser suspensa em caso de início de oferta pública de distribuição de *Units*, quer no mercado internacional ou nacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 180 dias. Não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as *Units* que estejam sujeitas a quaisquer ônus ou gravames.

No exercício dos direitos conferidos às ações representadas pelas *Units*, serão observadas as seguintes normas:

- Os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações entregues ao Banco, na qualidade de depositários das ações, serão pagos pelo Banco ao titular das *Units*;

- Competirá exclusivamente ao titular das *Units* o direito de participar das assembleias gerais do Banco e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas do Banco pelas ações representadas pelas *Units*;

- Ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento, ou novas emissões de ações do Banco durante a existência das *Units*, serão observados os seguintes procedimentos:

    (1) Caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas *Units* em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, o Banco debitará as contas de *Units* dos titulares de ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de *Units* a fim de observar a proporção de 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de nossa emissão para cada *Unit*. As ações que forem insuficientes para constituir uma *Unit* serão entregues aos acionistas, na forma de ações propriamente ditas, e não *Units*; e

    (2) Na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas *Units* em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, o custodiante registrará o depósito das novas ações e emitirá novas *Units*, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das *Units*, observada a proporção de 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de nossa emissão representadas por *Units*, sendo que as ações que forem insuficientes para constituir uma *Unit* serão entregues aos acionistas na forma de ações propriamente ditas, e não *Units*.

- No caso de um aumento de capital mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas *Units*, os titulares de *Units* poderão exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas *Units*. O Banco criará novas *Units* no livro de registro de *Units* escriturais e creditará as *Units* aos seus detentores de forma a refletir o novo número de ações ordinárias e ações preferenciais emitidas por nós, observada a proporção vigente entre ações preferenciais e ordinárias para constituir as *Units*, sendo que as ações que forem insuficientes para constituir uma Unit serão entregues aos acionistas em forma de ações, e não *Units*. Não haverá crédito automático de *Units* no caso do exercício de direito de preferência em emissão de valores mobiliários que não ações; e

- Os titulares das *Units* farão jus ao recebimento de quaisquer ações emitidas em decorrência de nossa cisão, fusão ou incorporação.

Assembleias Gerais

Nas assembleias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a deliberar sobre os negócios relativos às atividades do Banco e a tomar as decisões que julgarem convenientes aos interesses do Banco. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em assembleia geral ordinária, as demonstrações financeiras e deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são, em regra, eleitos em assembleias gerais ordinárias, a menos que por alguma situação excepcional precisem ser eleitos em assembleia geral extraordinária.

A assembleia geral extraordinária pode ser realizada a qualquer momento, inclusive em conjunto com a assembleia geral ordinária. Nas assembleias gerais, compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, entre outras matérias: (i) alteração de nosso estatuto social; (ii) eleição e destituição de membros de nosso conselho de administração; (iii) criação de quaisquer reservas de lucros, exceto a reserva legal; (iv) suspensão dos direitos de acionista que houver descumprido obrigação prevista em lei ou em nosso estatuto social; (v) aprovação de incorporação, fusão ou cisão; e (vi) aprovação de dissolução e liquidação, e aprovação dos relatórios preparados pelos liquidantes, bem como a eleição do liquidante e dos membros do conselho fiscal que deve operar durante a fase de liquidação.

Quorum de Assembleias Gerais

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações Brasileira prevê que a assembleia geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do estatuto social, o quórum de instalação em primeira convocação será de, pelo menos, 2/3 das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

A CVM pode autorizar a redução dos quóruns acima, previstos pela Lei das Sociedades por Ações Brasileira, para companhias abertas com ações dispersas no mercado cujas 3 últimas assembleias gerais tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos de metade das ações com direito a voto.

De modo geral, a aprovação de qualquer matéria deve se dar mediante votos de acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembleia geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias presentes à assembleia, sendo que as abstenções não são consideradas para efeito deste cálculo. No entanto, o voto favorável de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária para a aprovação das seguintes matérias, entre outras: (i) redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; (ii) mudança do nosso objeto social; (iii) nossa fusão, cisão ou incorporação; (iv) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações Brasileira); (v) cessação do nosso estado de liquidação; e (vi) nossa dissolução.

Convocação de nossas Assembleias Gerais de Acionistas

A Lei das Sociedades por Ações Brasileira exige que todas as assembleias gerais sejam convocadas por meio de no mínimo três publicações no Diário Oficial do Estado do São Paulo, e em outro jornal de ampla circulação em São Paulo, onde a BM&FBOVESPA está localizada. Nossos editais de convocação são atualmente publicados no Diário Oficial do Estado do São Paulo, o jornal oficial do Estado de São Paulo, bem como no jornal Valor Econômico. A primeira convocação deve ser publicada no máximo 15 dias antes da data da assembleia, e a segunda, no máximo oito dias antes da data da assembleia. Entretanto, em determinadas circunstâncias, mediante solicitação de qualquer acionista, a CVM pode (i) após nos consultar, exigir que a assembleia de acionistas seja adiada para ser realizada em 30 dias a contar do primeiro edital de convocação; e/ou (ii) suspender por até 15 dias a convocação prévia exigida da assembleia geral extraordinária de forma que o acionista solicitante possa se familiarizar e analisar as propostas a serem votadas na assembleia. As convocações deverão conter expressamente a pauta da assembleia (sendo proibido o uso do termo “assuntos gerais”) e os documentos de suporte adequados deverão estar disponíveis para o público por meio do website da CVM a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação.

Local de nossas Assembleias Gerais de Acionistas

Nossas assembleias gerais são realizadas em nossa sede, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, Bloco A, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Lei das Sociedades por Ações Brasileira permite que nossos acionistas realizem assembleias fora da sede em caso de força maior, contanto que as assembleias sejam realizadas na Cidade de São Paulo e a convocação contenha uma indicação clara e precisa acerca do local onde ela deve ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, normalmente, ao nosso Conselho de Administração convocar as assembleias gerais, sem prejuízo de que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos: (i) qualquer acionista, quando nossos administra-

dores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária; (ii) acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de 8 dias, uma assembleia solicitada através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado; (iii) acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de 8 dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do conselho fiscal; e (iv) o conselho fiscal, caso o nosso conselho de administração deixe de convocar a assembleia geral ordinária, sendo que o conselho fiscal poderá também convocar uma assembleia geral extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Condições para Admissão na Assembleia Geral de Acionistas

Os acionistas presentes nas assembleias gerais devem provar a sua condição de acionistas e a titularidade de suas ações com direito de voto, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações Brasileira. Nossos acionistas podem ser representados na assembleia geral por um procurador (incluindo solicitações a um procurador público, de acordo com a Instrução CVM 481, datada de 17 de dezembro de 2009), nomeado no prazo inferior a um ano antes da assembleia, e o referido representante deve ser um acionista, um administrador, um advogado ou, no caso de uma companhia aberta, assim como a nossa, uma instituição financeira. Fundos de investimento podem ser representados por seus respectivos administradores.

Política para a Negociação de Nossos Títulos

Temos uma Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão do Banco que tem por objetivo: (i) coibir e punir as pessoas que tenham acesso e se utilizem de informações privilegiadas em negociações com valores mobiliários de emissão do Banco e (ii) definir regras relacionadas à negociação de valores mobiliários de nossa emissão, de acordo com a Instrução CVM 358, datada de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e com nossas normas internas.

Essa política tem a finalidade de evitar a prática de insider trading (fornecimento de informação privilegiada para que terceiros dela se beneficiem) e promover a transparência na negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Nossa política de negociação estabelece períodos nos quais não deverá haver nenhuma negociação de valores mobiliários de nossa emissão por parte do próprio Banco, de nossos acionistas controladores (diretos ou indiretos), membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal (quando houver um ativo) e de outros órgãos com funções técnicas ou consultivas ou quaisquer outras pessoas que, em virtude de seu cargo, posição ou relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco, tenham acesso a informações privilegiadas. Isso de modo a evitar eventual uso indevido de informações não divulgadas ao público.

Entre outras questões, nossa política estabelece que as pessoas sujeitas a ela devem se abster de comprar ou vender, por elas mesmas ou por meio de seus dependentes diretos ou pelo uso de sociedades controladas direta ou indiretamente, quaisquer títulos emitidos por nós, ou lastreados por eles, bem como seus respectivos derivativos:

(1) Durante os períodos entre a data na qual as referidas pessoas tomaram conhecimento das informações relevantes que podem afetar o valor de nossos valores mobiliários até a data na qual essas informações forem divulgadas ao público, ficando estabelecido que as pessoas sujeitas à política poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia recebidos ou adquiridos no âmbito dos planos de remuneração variável da Companhia, exclusivamente durante um período de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que referidos valores mobiliários passem a estar disponíveis (“vested”), e em que seu respectivo período de restrição (“lock-up”) venha a terminar, para alienação por referidas pessoas, observado o compromisso disposto nos itens abaixo;

(2) No período compreendido entre a decisão tomada por nós de aumentar o capital social, emitir valores mobiliários, distribuir dividendos, bonificar, desdobrar ou agrupar ações e a publicação dos respectivos editais ou anúncios a esse respeito;

(3) Quando houver uma intenção de realizar uma incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reestruturação societária;

(4) No período prévio de 30 dias à divulgação das demonstrações financeiras anuais e semestrais e de nossas

informações financeiras trimestrais, ou "ITR". Contudo, excepcionalmente nos casos de emissões de valores mobiliários de renda fixa pelo próprio Banco, por meio de ofertas públicas no exterior, destinadas à captação de recursos para o Banco no curso ordinário de seus negócios, incluindo notas de médio prazo (medium term notes), emitidas pelo Banco, o período prévio previsto será de 15 (quinze) dias antes da divulgação das demonstrações financeiras do Banco, anuais ou semestrais, e das informações trimestrais (ITR).

Nossa política também estabelece que nossos acionistas controladores, diretores, membros de nosso conselho de administração, membros de nosso conselho fiscal (quando ele estiver ativo) e membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária não poderão negociar títulos de emissão do Banco ou seus respectivos derivativos, no mesmo dia em que o Banco, nossas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum estiverem alienando ações em tesouraria ou adquirindo ações para manutenção em tesouraria, ou ainda enquanto mantiver em aberto ordens de negociação com ações de nossa própria emissão. Entretanto, essa proibição não será aplicável no caso da aquisição ou alienação de ações de nossa emissão pelo próprio Banco ter a finalidade específica de viabilizar o gerenciamento de risco decorrente de nossa atuação como market maker (formador de mercado) de certos fundos de índice.

Direito de Retirada

A Lei das Sociedades por Ações Brasileira confere a nossos acionistas o direito de retirar-se do Banco, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações, no caso de discordar de ou abster-se de votar determinadas deliberações tomadas em assembleia geral.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações Brasileira, o direito de retirada poderá ser exercido nos seguintes eventos, dentre outros previstos em lei: (i) mudança nas preferências, privilégios ou condições de amortização ou resgate conferidos às nossas ações preferenciais, ou a criação de uma nova e mais favorecida classe de ações (no caso, somente o acionista prejudicado por tal alteração ou criação terá o direito de retirada); (ii) nossa cisão (observado o disposto abaixo); (iii) redução do nosso dividendo obrigatório; (iv) mudança do nosso objeto social; (v) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade em situações específicas (conforme descrito abaixo); (vi) nossa participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações Brasileira; (vii) nossa transformação societária; (viii) incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e (ix) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações Brasileira estabelece, ainda, que a cisão de uma companhia ensejará direito de retirada de seus acionistas somente nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da sociedade cindida; (ii) a redução do dividendo obrigatório; ou (iii) a participação em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações Brasileira. Além disso, no caso do Banco passar a participar de um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações Brasileira), caso as ações de tais sociedades (a) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra Bolsa de Valores, conforme definido pela CVM, e (b) tenham dispersão, de forma que nossos acionistas controladores ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da assembleia geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de retirada, os acionistas terão direito a receber o valor patrimonial de suas ações com base no último balanço aprovado pela assembleia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembleia geral.

Resgate de Ações

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações Brasileira, podemos resgatar nossas ações mediante deliberação tomada em uma assembleia por votos que representem pelo menos 50,0% das ações afetadas pelo resgate. O resgate das ações pode ser pago com o lucro acumulado, reservas de lucros ou reservas de capital. Caso o resgate das ações não se aplique a todas as ações, o resgate será feito por sorteio. Se ações de custódia forem escolhidas por sorteio e não houver normas estabelecidas no contrato de custódia, a instituição financeira deverá especificar proporcionalmente as ações a serem resgatadas.

Direitos de Preferência

Nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direito de preferência em qualquer oferta de nossas ações ou bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contado da publicação de aviso aos acionistas referente ao aumento de capital para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Brasileira e o nosso estatuto social, nossos acionistas não têm direito de preferência nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra de ações. Além disso, o nosso conselho de administração poderá excluir o direito de preferência de nossos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

Compra de Ações de nossa Própria Emissão

Nosso estatuto social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra de ações de nossa própria emissão. A decisão de adquirir nossas ações e manter as ações adquiridas em tesouraria ou para cancelá-las não poderá, entre outros: (i) resultar na redução do nosso capital social; (ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definido na regulamentação aplicável), constantes do último balanço; (iii) criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver qualquer prática não-equitativa; (iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos nossos acionistas controladores; ou (v) ser conduzidas durante o curso de uma oferta pública para a compra de nossas ações. Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% das nossas ações em circulação, excluídas as ações de titularidade dos nossos acionistas controladores, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias.

Em 3 de novembro de 2014, nosso conselho de administração aprovou programa de recompra de nossas Units, para cobrir a aquisição de até 44.253.662 Units, representando 44.253.662 ações ordinárias e 44.253.662ações preferenciais, ou de ADRs por nós ou por nossa agência em Cayman, correspondendo, em 31 de outubro de 2014, a aproximadamente 1,16% da totalidade do nosso capital social. O prazo do programa expira em 3 de novembro de 2015.

Qualquer compra de ações de nossa emissão por nós deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço superior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM (e exceto para exercer opções de ações anteriormente concedidas a nossa administração). Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Podemos cancelar nosso registro de companhia aberta, sendo que, para tanto, nossos acionistas controladores devem obrigatoriamente realizar uma oferta pública para aquisição de todas as nossas ações em negociação no mercado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Brasileira e com as regulamentações expedidas pela CVM. O preço mínimo da oferta deve ser pelo menos igual ao valor econômico de nossas ações, de acordo com avaliação a ser realizada por uma empresa especializada utilizando qualquer método de cálculo aceito e reconhecido ou qualquer outro critério definido pela CVM.

O laudo de avaliação deve ser preparado por um avaliador especializado e experiente que seja independente do Banco, de nossa equipe administrativa e dos nossos acionistas controladores, escolhido pelo conselho de administração. O proponente arcará com os custos relativos à preparação do laudo de avaliação.

Alienação do controle

O nosso estatuto social estabelece que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a realizar uma oferta pública de aquisição de todas as ações detidas por nossos demais acionistas, ordinárias ou preferenciais, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Essa oferta ainda será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações que venha resultar na alienação do nosso controle, e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle sobre nós.

Exigência de Divulgação de Informações

Na qualidade de companhia aberta, devemos cumprir as exigências de divulgação de informações estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações Brasileira e pela CVM.

Publicação de Informações Periódica e Eventuais

A regulamentação aplicável a companhias abertas brasileiras emitida pela CVM, incluindo a Instrução CVM 358, preveem uma série de informações periódicas e eventuais que devemos divulgar. Entre tais informações estão, por exemplo, nossas demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios da administração e relatórios dos auditores independentes, nosso formulário de informações financeiras padronizadas – DFP, nosso formulário de informações trimestrais – ITR e nosso formulário de referência.

De acordo com a Instrução CVM 480, datada de 7 de dezembro de 2009, o formulário de referência deve ser arquivado na CVM anualmente, até 5 meses contados da data de encerramento do exercício fiscal na forma descrita na regulamentação. O formulário de referência deverá ser atualizado previamente à realização de uma oferta pública, bem como mediante a ocorrência de determinados eventos previstos na regulamentação que alterem as informações ali descritas, no prazo de 7 dias úteis do fato originador da respectiva alteração. Este documento contém informações completas relativas ao Banco englobando, de forma geral, os assuntos tratados neste relatório anual.

A Instrução 457 da CVM de 13 de julho de 2007, conforme alterada (“Instrução 457 da CVM”) estabelece que também estamos sujeitos à divulgação das nossas demonstrações financeiras consolidadas com base nas *International Financial Accounting Standards*, ou IFRS, dentro de 4 meses após o final de cada período do relatório. As demonstrações financeiras mencionadas na Instrução 457 da CVM devem ser divulgadas em sua totalidade, juntamente com (i) o relatório da administração, (ii) nota explicativa declarando expressamente e sem reservas que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as IFRS e os GAAP brasileiros, e (3) o parecer dos auditores independentes. Em um período não superior a 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação brasileira para divulgação de nossas informações trimestrais, devemos: (i) divulgar nossas informações trimestrais integralmente traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) divulgar nossas demonstrações financeiras ou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, acompanhadas do parecer de análise dos auditores independentes.

Divulgação de Informações sobre Negociações Realizadas por Nossos Administradores e Pessoas Ligadas

Nossos diretores, membros de nosso conselho de administração, conselho fiscal, se instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária devem nos informar os valores mobiliários que detenham de emissão do próprio Banco, de nossas sociedades controladoras e controladas, quando forem companhias abertas, e os derivativos e outros valores mobiliários a eles referenciados, bem como as negociações com tais valores mobiliários. Esta obrigação de divulgação inclui também os valores mobiliários detidos pelos cônjuges, companheiros e qualquer dependente das pessoas acima mencionadas, bem como as sociedades por eles controladas direta ou indiretamente. O Banco fica obrigado a enviar tais informações à CVM e à BM&FBOVESPA no prazo de até dez dias após o final do mês no qual ocorram alterações nas posições detidas ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas acima indicadas (incluindo nome da pessoa compradora dos valores mobiliários, sua quantidade e características, a forma, o preço e a data da negociação).

Divulgação de Informações sobre Nossos Acionistas com Participação Relevante

A Instrução CVM 358 estabelece que (a) quaisquer acionistas controladores, diretos ou indiretos, (b) acionistas com direito de eleger nossos membros do conselho de administração e membros do conselho fiscal, bem como (c) qualquer pessoa ou grupo de pessoas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse que atingir participação direta ou indireta que corresponda a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do nosso capital social devem nos enviar as seguintes informações: (i) nome e qualificação do comprador das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, uma declaração do comprador de que não pretende alterar a composição de nosso controle ou nossa estrutura administrativa; (iii) a quantidade de ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição de ações ou opções de compra, por classe e espécie, já detidos, direta ou indiretamente, pelo comprador ou pessoa a ele ligada; (iv) a quantidade de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo comprador ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; (v) indicação de quaisquer acordos regulando exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão; e (vi) se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País para os efeitos do artigo 119 da Lei das Sociedades por Ações Brasileira.

As pessoas mencionadas no parágrafo acima também devem nos informar sempre que suas respectivas participações aumentem em 5%, sejam reduzidas atingindo 5% ou diminuam em 5%.

Nosso diretor de relações com investidores é responsável por enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA assim que forem recebidas.

Divulgação de Fatos Relevantes

A Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e a Instrução CVM 358 estabelecem que devemos divulgar qualquer decisão de nosso acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que possa influir: (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão ou valores mobiliários a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular desses valores mobiliários.

São exemplos de fatos relevantes: a assinatura de acordos de acionistas, a transferência de controle da companhia, uma incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas, alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia, desdobramento ou grupamento de ações, entre outros.

Nosso diretor de relações com investidores é o responsável pela divulgação ao mercado de quaisquer fatos relevantes.

A regulamentação aplicável permite, em caráter excepcional, que solicitemos à CVM tratamento confidencial de determinados fatos relevantes, quando nossa administração acreditar que a divulgação do respectivo fato ao público possa resultar em consequências adversas para o Banco.

10C. Contratos Relevantes

Nos dois anos imediatamente anteriores à publicação deste relatório anual, não fizemos parte de nenhum contrato fora do curso normal de seus negócios, que fosse materialmente relevante para nós.

10D. Controles Cambiais

Investimento Estrangeiro no Brasil

Investimento Estrangeiro Direto

O investimento estrangeiro direto no Brasil é regido pelas Leis nº 4.131 e nº 4.390 promulgadas em 3 de setembro de 1962 e 29 de agosto de 1964, respectivamente, e suas alterações posteriores. Um investidor estrangeiro direto, segundo a Lei 4.131/62, deverá:

- Registrar-se como investidor estrangeiro direto no Banco Central do Brasil;

- Obter um número de identificação de contribuinte das autoridades tributárias brasileiras;
- Nomear um representante tributário no Brasil; e
- Nomear um representante no Brasil para entrega de citação com relação a ações com base na Lei das Sociedades por Ações Brasileira.

O capital estrangeiro deve ser registrado no Banco Central do Brasil por meio do Registro Declaratório Eletrônico - Investimento Externo Direto em 30 dias a partir da entrada dos recursos no Brasil nos termos da Lei nº 4.131. O registro do capital estrangeiro é obrigatório para a remessa de lucros ao exterior, repatriação do capital e registro de reinvestimentos. Os investimentos sempre devem ser registrados na moeda estrangeira em que forem efetivamente denominados, ou em moeda nacional, se os fundos tiverem como origem uma conta de não residente regularmente mantida no Brasil.

Em 28 de dezembro de 2006, a Lei 11.371 permitiu o registro do capital estrangeiro investido em sociedades brasileiras ainda não devidamente registradas e não sujeitas a outros tipos de registro. Para fins do referido registro, o valor do capital estrangeiro em Reais a ser registrado deve estar comprovado nos registros contábeis da referida empresa brasileira e ser registrado anteriormente ao último dia útil do ano civil subsequente durante o qual a sociedade se torna obrigada a registrar o capital.

Além desse registro, o investimento estrangeiro não está sujeito a aprovações ou autorizações governamentais, e não há exigências referentes a investimento mínimo ou participação local no capital (exceto em casos bastante limitados, como instituições financeiras, seguradoras e outras entidades sujeitas a normas específicas). No entanto, a participação estrangeira é limitada (ou seja, sujeita a aprovações) ou proibida em diversos setores.

Os investimentos estrangeiros em moeda devem ser canalizados oficialmente por meio de instituições financeiras devidamente autorizadas a operar no mercado de câmbio. A moeda estrangeira deve ser convertida em moeda nacional e vice-versa, mediante a assinatura dos respectivos contratos de câmbio. Os investimentos estrangeiros também podem ser feitos por meio de aportes de ativos e equipamentos destinados à produção local de bens e serviços.

Investimento em Mercados de Capitais

Os investidores residentes no exterior, incluindo investidores institucionais, podem adquirir valores mobiliários no Brasil em bolsa de valores brasileira, desde que observem as exigências de registro previstas na regulamentação aplicável do CMN e na Instrução 325 da CVM.

Atualmente, o investimento por investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do País é regulamentado pela Resolução 2.689 do CMN (ou Resolução CMN 2.689). No entanto, em 29 de setembro de 2014, o CMN publicou a nova Resolução 4.373 revisando a regulamentação sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do País. O principal objetivo da nova Resolução é facilitar as aplicações de investidores estrangeiros no mercado financeiro e de capitais do Brasil, e respectivas transferências financeiras do exterior para o Brasil e vice-versa, através da simplificação de alguns procedimentos. A nova regulamentação traz, entre outras alterações, a possibilidade de realizar aplicações em moeda nacional mediante recursos mantidos em conta titulada pelo investidor não residente no País ou por meio de ordem de pagamento em reais oriunda do exterior. A nova regulamentação entrará em vigor em 30 de março de 2015, quando será revogada a Resolução CMN 2.689.

Com algumas exceções limitadas, os investidores sujeitos à Resolução 2.689 do CMN (e, a partir de 30 de março de 2015, à Resolução CMN 4.373) podem realizar qualquer espécie de transação nos mercados de capitais brasileiros que envolva título negociado em mercado de bolsa, mercado futuro ou mercado de balcão organizado, mas não podem transferir a titularidade dos investimentos sujeitos à referida regulamentação a outros investidores estrangeiros por meio de transações privadas. Os investimentos e as remessas ao exterior de ganhos, dividendos, lucros ou outros pagamentos de ações preferenciais do Santander Brasil são feitos por meio do mercado de câmbio comercial.

De acordo com a Resolução 2.689 do CMN (e, a partir de 30 de março de 2015, a Resolução CMN 4.373), o investidor residente no exterior deve:

- Nomear no mínimo um representante no Brasil que será responsável por cumprir as exigências de regis-

tro e apresentação de relatórios e procedimentos de apresentação de relatórios ao Banco Central do Brasil e à CVM. Atualmente, se o representante for uma pessoa física ou uma sociedade não financeira, o investidor também deverá nomear uma instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil que deverá ser individual e coletivamente responsável pelas obrigações do representante. A partir de 30 de março de 2015, o representante deverá ser necessariamente uma instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

- registrar-se como investidor estrangeiro na CVM;
- constituir um ou mais custodiantes autorizados pela CVM;
- registrar o investimento estrangeiro no Banco Central do Brasil;
- nomear um representante tributário no Brasil; e
- obter o CNPJ perante as autoridades federais brasileiras.

Valores mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros nos termos da referida regulamentação deverão ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários por investidores estrangeiros é, em geral, restrita a operações que envolvam valores mobiliários listados em bolsas de valores brasileiras ou negociados em mercados de balcão organizados autorizados pela CVM.

10E. Tributação

O sumário abaixo descreve os efeitos fiscais no Brasil e nos Estados Unidos decorrentes da propriedade e da alienação de Units ou ADRs, mas não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que podem ser relevantes para a propriedade e da alienação de Units ou ADRs. O sumário baseia-se nas leis e nas normas fiscais do Brasil e dos Estados Unidos em vigor na data deste documento, as quais estão sujeitas a alterações.

Apesar de atualmente não haver tratado de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países tiveram discussões que podem culminar nesse tratado. Não é possível assegurar, porém, se ou quando tal tratado começará a vigorar, ou comentar como ele poderia afetar os Detentores Norte-Americanos (conforme abaixo definido) de Units ou ADRs. Os detentores em potencial de Units ou ADRs devem pedir orientação a seus próprios consultores fiscais quanto às consequências, nas suas circunstâncias específicas, da aquisição, da propriedade e da alienação de Units ou ADRs.

Considerações Fiscais Brasileiras

A discussão abaixo resume os principais efeitos fiscais no Brasil relacionados à aquisição, troca, titularidade e alienação de Units ou ADRs por um detentor não domiciliado no Brasil para fins tributários, ou "Detentor Não Residente". Essa discussão se baseia nas leis brasileiras vigentes, as quais estão sujeitas às alterações, com possíveis efeitos retroativos e diferenças de interpretações. Qualquer alteração nessas leis pode mudar os efeitos descritos abaixo.

As consequências tributárias descritas abaixo não levam em conta os efeitos de qualquer tratado fiscal ou de reciprocidade de tratamento fiscal firmado pelo Brasil e outros países Esta discussão também não aborda quaisquer efeitos fiscais segundo as leis tributárias de qualquer estado ou localidade do Brasil.

A descrição abaixo não tem por objetivo constituir uma análise completa de todos os efeitos fiscais relativos à aquisição, troca, titularidade e alienação de nossas Units ou ADRs. Os detentores de Units ou ADRs e compradores em potencial deverão consultar seus consultores fiscais com relação às consequências de posse e alienação de nossas Units ou ADRs tendo em vista as suas circunstâncias de investimento específicas.

Imposto de renda

Dividendos

Os dividendos pagos por uma empresa brasileira, como é o nosso caso, inclusive dividendos de ações e outros dividendos pagos a um Detentor Não residente, não estão sujeitos, no Brasil, a imposto de renda retido na fonte, na medida em que esses valores estiveram relacionados aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996. Os dividendos relativos aos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 podem estar sujeitos à retenção de imposto de renda no Brasil a alíquotas variadas, de acordo com o exercício em que os lucros foram gerados.

Juros sobre o capital próprio

A Lei 9.249, datada de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permite que as empresas brasileiras, como é o nosso caso, distribua aos acionistas juros sobre o capital próprio e trate tais pagamentos como despesas dedutíveis na apuração do imposto de renda pessoa jurídica no Brasil e também da contribuição social sobre lucro; sujeito aos limites descritos abaixo. Essas distribuições podem ser pagas em dinheiro. Para fins de imposto, esses juros são limitados à média diária da Taxa de Juros de Longo Prazo ou TJLP, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil periodicamente, e o valor da dedução não pode exceder o maior entre:

- 50,0% do lucro líquido (após a dedução de contribuição social sobre o lucro líquido mas antes de considerar provisão para imposto de renda e juros sobre o patrimônio líquido) no período relativo à ocorrência do pagamento; e

- 50,0% do nosso lucro acumulado.

O pagamento de juros sobre o capital próprio a um Detentor Não Residente está sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, ou de 25% para pessoas físicas ou pessoa jurídica domiciliadas em um “Paraíso Fiscal” (ou seja, país em que não há imposto de renda ou o imposto de renda é inferior a 17% ou a legislação impõe restrições à divulgação da composição acionária ou da titularidade do investimento). Esses pagamentos poderão ser incluídos, pelo valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório, conforme discussão acima - “Política de Dividendos”.

As distribuições de participação sobre o patrimônio líquido a detentores Não Residentes poderão ser convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para fora do Brasil, sujeitas aos controles cambiais aplicáveis, se o investimento for registrado no Banco Central do Brasil.

Ganhos de Capital

(i) Tributação de Ganho de Capital Obtido no País em uma Transação Não Conduzida na Bolsa de Valor Brasileira (ou assemelhada)

De acordo com a Lei nº 10.833/03, os ganhos reconhecidos em uma alienação de ativos localizados no Brasil, tais como nossas Units, por um detentor Não Residente, poderiam estar sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil. Essa regra se aplica independentemente de a alienação ser conduzida no Brasil ou no exterior independente da alienação ser feita a uma pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil.

Como uma regra geral, os ganhos de capital realizado resultantes de uma alienação de Units representam a diferença positiva entre o valor apurado na alienação das Units e o respectivo custo de aquisição dessas Units.

O imposto de renda sobre estes ganhos devem ser deduzidos na fonte e haverá uma variação da alíquota do imposto em função do domicílio do Detentor Não Residente:

- Se o Detentor Não Residente não estiver localizado em um Paraíso Fiscal, a alíquota do imposto será de 15,0%;

- Se o Detentor Não Residente estiver localizado em um Paraíso Fiscal, a alíquota do imposto será de 25,0%.

O imposto deverá ser retido e pago pelo adquirente ou, nos casos em que o comprador e o vendedor estiverem domiciliados no exterior, um representante legal será eleito para o pagamento do imposto.

(ii) Tributação do Ganho Líquido obtido no País em uma Operação Realizada em Bolsa de Valores Brasileira (ou assemelhada).

Ademais, incidirá imposto de renda sobre os ganhos líquidos realizados por um Detentor Não Residente sobre a alienação de Units em bolsa de valores brasileira, commodities ou bolsas futuras (ou bolsas similares). A alíquota do imposto dependerá da modalidade de investimento feito pelo Detentor Não Residente no Banco Central do Brasil assim como a localização do beneficiário:

- Ganhos líquidos obtidos por um Detentor Não Residente que (i) tenha registrado seu investimento no Banco Central no Brasil segundo as regras do Conselho Monetário Nacional – Resolução 2.689 ("Detentor Registrado") e (ii) não seja um Residente em Paraíso Fiscal: sujeito a imposto de renda a uma alíquota de zero por cento; e

- Ganhos líquidos obtidos por um Detentor Não Residente que não é um Detentor Registrado ou ainda seja residente em Paraíso Fiscal (Detentor Registrado ou não) estão sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de 15%. Nesse caso, o imposto de renda retido na fonte de 0,005% será aplicado pela instituição intermediária (ou seja, a corretora) que receber a ordem diretamente do Detentor Não Residente, o qual poderá posteriormente ser compensado contra 15% do imposto de renda devido sobre o ganho líquido que será recolhido por um representante fiscal no Brasil do Detentor Não Residente.

Outros ganhos realizados sobre a alienação das Units não conduzida em bolsa de valores ou conduzida em mercado de balcão estão sujeitos às mesmas regras descritas no item "(i) Tributação do Ganho de Capital Realizado no País em uma operação não realizada em Bolsa de Valores Brasileira (ou assemelhada)".

Os ganhos realizados por um Detentor Não Residente sobre a alienação de direitos de preferência detidos em ações estarão sujeitos a imposto de renda brasileiro, de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda de Units ou ADRs.

(iii) Redução de Capital

Na hipótese de redução de capital por uma empresa brasileira, como é o nosso caso, a diferença positiva entre o valor recebido pelo Detentor Não Residente e o custo de aquisição dos títulos e valores mobiliários será tratada como ganho de capital resultante da venda ou da troca de ações não realizada em uma bolsa de valores brasileira descrita acima em (i) e está, portanto, sujeita à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15% para um Detentor Não Residente não localizado em Paraíso Fiscal ou de 25% para um Detentor Não Residente localizado em Paraíso Fiscal.

Venda de ADRs

De acordo com a Cláusula 26 da Lei 10.833, a venda de bens localizados no Brasil por Detentores Não Residentes quer para um residente no Brasil ou para outros Detentores Não Residentes está sujeita a imposto de renda no Brasil. Nosso entendimento é que as ADRs não se qualificam como bens localizados no Brasil e, assim, não devem estar sujeitas a imposto de renda no Brasil. Uma vez que a norma regulatória mencionada no Artigo 26 da Lei 10.833 é recente e genérica e não foi testada nos tribunais administrativos ou judiciais, não temos como garantir o resultado final dessa discussão.

Ganhos na troca de ADRs por Units

Os Detentores Não Residentes podem trocar ADRs pelas Units objeto, vender as Units em bolsa de valores brasileira e enviar para o exterior o produto da venda dentro de cinco dias úteis a contar da data da troca ou venda (com base no registro eletrônico do depositário). Devido ao fato de que não há cálculo de ganhos de capital obtidos no país, a referida transação não está sujeita a imposto de renda.

Na ocasião do recebimento das Units objeto em troca de ADRs, os Detentores Não Residentes também poderão optar por registrar no Banco Central do Brasil o valor em dólares norte-americanos dessas Units como um investimento estrangeiro em carteira segundo a Resolução nº 2689/00 do CMN, que dará a eles o direito ao tratamento fiscal aplicável aos Detentores Registrados mencionados acima.

Alternativamente, o Detentor Não Residente também tem o direito de registrar no Banco Central do Brasil o valor em dólares norte-americanos dessas Units como um investimento estrangeiro direto de acordo com a Lei 4.131/62, caso

em que a respectiva venda estaria sujeita ao tratamento fiscal aplicável a operações realizadas por um Detentor Não Residente que não seja um Detentor Registrado.

Ganhos na troca de Units por ADRs

O depósito de Units na troca por ADRs por um Detentor Não Residente pode estar sujeito a imposto de renda brasileiro sobre ganhos de capital se o custo de aquisição das Units for inferior ao preço de mercado da referida Unit.

A diferença entre o custo de aquisição e o preço médio das Units, é considerada como ganho de capital sujeito a imposto de renda à alíquota de 15% ou 25% para residentes em Paraíso Fiscal. Se um Detentor Não Residente for um investidor estrangeiro direto nos termos da Lei nº 4.131/62 e desejar depositar suas Units no programa de ADR em troca de ADRs, ele será obrigado a apresentar ao custodiante comprovação, se aplicável, do pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital à alíquota de 15% ou, no caso de Residente em Paraíso Fiscal, alíquota de 25%.

No entanto, argumenta-se a impropriedade de retenção de imposto na fonte sobre esta transação, por que: (i) a venda de Units é inexistente; e (ii) a transação é registrada em bolsa de valores. Haja vista a incerteza dessas duas posições, recomendamos que consulte seus assessores tributaristas.

Imposto sobre Operações de Câmbio (IOF)

O Imposto sobre operações de câmbio ("IOF Câmbio") é devido sobre conversão de moeda nacional em moeda estrangeira e vice-versa. Atualmente, a alíquota geral do IOF câmbio é de 0,38% para maior parte das operações cambiais.

No entanto, diferentes alíquotas poderão ser aplicadas na entrada de recursos no Brasil por investimentos realizados por Detentores Não Residentes nos mercados brasileiros financeiros e de capitais de acordo com os regulamentos emitidos pelo CMN 2.689/00 (Resolução 2689"). Essas alíquotas são:

(i) investimentos em mercados financeiros e de capitais (Renda Fixa), constituição de margem garantida, operações com derivativos com rendimento pré-determinado, inclusive as operações simultâneas: zero (de 4 de junho de 2013);

(ii) investimento em títulos de renda variável negociados em bolsa de valores, commodities e futuros, aquisição de ações em ofertas públicas ou subscrição de ações, contanto que pertençam a empresas autorizadas a negociar na bolsa de valores: zero;

(iii) aplicação em fundos de investimento em participações (FIP), fundos de investimento em empresas emergentes (FIEE) e fundos de investimento em ações desses fundos (FIC-FIP e FIC-FIEE): zero;

(iv) operações de câmbio simultâneas resultantes de cancelamento de recibos de depósito para a aquisição de ações negociadas na bolsa de valores: zero;

(v) retorno sobre investimentos no capital próprio brasileiro e mercados financeiros: zero;

(vi) distribuição de juros sobre capital e dividendos: zero;

(vii) investimento nos BDRs: zero; e

(viii) Investimento em papéis vinculados a projetos de investimento, que cumpram os requisitos previstos no artigo 1º da Lei nº 12.431/2011: zero

Conforme disposto em Lei, o governo brasileiro poderá aumentar qualquer uma das alíquotas a qualquer tempo, até 25%. Entretanto, qualquer aumento de alíquotas somente será aplicável a operações futuras.

Imposto sobre Operações Financeiras envolvendo Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (IOF TVM)

A legislação brasileira exige a cobrança de um Imposto sobre Operações envolvendo Títulos e Valores Mobiliários, conhecido como "IOF/Títulos".

Atualmente, a alíquota IOF sobre títulos de renda fixa tem uma alíquota diária de 1% limitada a 96% da renda gerada pelos títulos, sobre o valor de resgate, ou o valor recebido da cessão ou renegociação. A alíquota é reduzida para zero a partir do trigésimo dia.

A alíquota do IOF/Títulos aplicável a operações de títulos de renda variável, levando em consideração àqueles negociados em bolsas, commodities ou mercados futuros que envolvem ações ou Units compostas por ações é reduzida a zero.

O IOF sobre operações com derivativos cambiais foi estabelecido pelo Decreto nº 7.563 de 16 de setembro de 2011, a uma alíquota de 1% sobre o valor nocional da compra/venda ajustada ou o vencimento do contrato de derivativo financeiro no país que, individualmente, resultar em aumento da exposição cambial (short). Entretanto, de acordo com o Decreto 8.027 de 12 de junho de 2013, a alíquota foi reduzida a zero.

Outros Impostos Brasileiros

O imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD) é aplicável à transferência de quaisquer bens ou direitos por doação ou herança. A transferência de ações, ou Units compostas de ações que estão no exterior para pessoas que são domiciliadas no Brasil está sujeita à tributação. Se as ações estiverem no Brasil e forem transferidas para um não residente, também haverá a incidência do ITCMD nos casos em que o doador estiver no Brasil e o beneficiário for domiciliado no exterior. O ITCMD é um imposto estadual e a alíquota máxima é de 8%.

Considerações de Imposto de Renda Federal Norte-Americano para Pessoas Norte-Americanas

O sumário a seguir descreve os efeitos substanciais do imposto de renda federal dos Estados Unidos relativos à titularidade e à alienação de ADRs ou Units, que, todavia, não pretende abordar de forma abrangente todas as considerações fiscais que possam ser relevantes para que uma pessoa em particular decida comprar esses títulos e valores mobiliários. Esse resumo não abrange consequências de "Imposto de contribuição Medicare" e é aplicável somente a Detentores Norte-Americanos (conforme definido abaixo) que detenham ADRs ou Units como ativos de capital para fins de imposto federal norte-americano e não abrange classes especiais de detentores, tais como:

i. Determinadas instituições financeiras;

ii. Seguradoras;

iii. Corretoras e negociadores de títulos e valores mobiliários que utilizem um método de marcação a mercado de contabilidade fiscal;

iv. Pessoas que detenham ADRs ou Units como parte de uma operação de hedge, straddle, operação de conversão ou operação integrada;

v. Detentores cuja "moeda funcional" não seja o dólar norte-americano;

vi. Detentores responsáveis pelo imposto mínimo alternativo;

vii. Pessoas jurídicas isentas, inclusive "contas de aposentadoria individuais" e "Roth IRAs";

viii. Sociedades em comandita ou outras pessoas jurídicas classificadas como sociedades em comandita para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos;

ix. Detentores que tenham ou sejam considerados detentores de 10% ou mais de nossas ações com direito de voto; ou

x. Pessoas detentoras de ADRs ou Units com relação a uma negociação ou atividades conduzidas fora dos Estados Unidos.

Se uma pessoa jurídica classificada como sociedade em comandita para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos detiver Units ou ADRs, o tratamento fiscal federal dos Estados Unidos em relação a um sócio dependerá normalmente da situação do sócio e das atividades da sociedade em comandita. As sociedades em comandita detentoras

de Units ou ADRs e os sócios dessas sociedades devem pedir orientação a seus consultores fiscais a respeito dos efeitos específicos do imposto de renda federal dos Estados Unidos sobre a detenção e alienação de Units ou ADRs.

O sumário tem como base o Código da Receita Federal de 1986, conforme alterado (o "Código"), pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e Regulamentos do Tesouro, sejam eles definitivos, temporários e propostos, todos na data deste instrumento, sendo que alterações em qualquer um deles poderão afetar os efeitos fiscais aqui descritos - possivelmente com efeito retroativo. Além disso, este sumário é fundamentado, em parte, nas declarações prestadas pelo depositário e presume que cada obrigação estabelecida ou de outro modo prevista no contrato de depósito ou em qualquer outro documento relacionado será cumprida de acordo com seus termos. Os Detentores Norte-Americanos devem pedir orientação a seus consultores fiscais a respeito dos efeitos do imposto de renda federal dos Estados Unidos sobre a aquisição, a propriedade e a alienação de ADRs ou Units em circunstâncias específicas.

Conforme empregado neste instrumento, "Detentor Norte-Americano", para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, significa um proprietário beneficiário de ADRs ou Units, que seja:

(1) pessoa física cidadã ou residente nos Estados Unidos;

(2) sociedade ou outra pessoa jurídica tributável como sociedade, estabelecida ou constituída nos termos das leis dos Estados Unidos, de qualquer um de seus estados ou do Distrito de Colúmbia;

(3) uma propriedade cuja renda está sujeita à tributação de renda federal norte-americana independentemente de sua fonte; ou

(4) truste, se (a) um tribunal nos Estados Unidos tiver competência para exercer a supervisão primária sobre sua administração e uma ou mais pessoas norte-americanas tiverem poderes para controlar todas as decisões importantes do truste, ou (b) o truste tiver feito uma opção válida segundo os regulamentos do Tesouro aplicáveis para ser tratado como pessoa norte-americana.

Em geral, para fins de imposto de renda dos Estados Unidos, os Detentores Norte-Americanos de ADRs serão tratados como proprietários de Units subjacentes representadas pelas referidas ADRs. De acordo, nenhum ganhou ou perda será reconhecido se um Detentor Norte-Americano trocar as ADRs pelas Units subjacentes representadas pelas referidas ADRs.

O Tesouro dos Estados Unidos expressou preocupação de que partes a quem as ações depositárias americanas são liberadas antes da entrega de ações ao depositário (uma prática nomeada como "pré-liberação") ou os intermediários na cadeia de propriedade entre os Detentores Norte-americanos e a emitente dos títulos e valores mobiliários objeto das ações depositárias americanas possam tomar medidas inconsistentes com a habilitação de créditos fiscais estrangeiros pelos Detentores Norte-americanos de ações depositárias americanas. Essas medidas também seriam inconsistentes com o pedido de alíquota fiscal preferencial, descrito abaixo, aplicável aos dividendos recebidos por determinados detentores não pessoa jurídica. Consequentemente, a capacidade de crédito dos impostos brasileiros e a disponibilidade de alíquota preferencial para dividendos recebidos por determinados detentores não corporativos, cada um descrito abaixo, podem ser afetadas pelos atos praticados por essas partes ou intermediários.

Tributação de Distribuições

Distribuições pagas sobre nossas Units ou ADRs (inclusive distribuições a acionistas tratadas como juros sobre capital próprio para fins fiscais brasileiros e valores retidos relativos a tributos brasileiros), exceto certas distribuições proporcionais de nossas ações ordinárias, serão tratadas como dividendos na medida do valor pago a partir de nossas receitas ou lucros atuais ou acumulados (conforme determinado de acordo com os princípios de imposto de renda federal dos Estados Unidos). Devido ao fato de não mantermos cálculos de nossos ganhos e lucros segundo os princípios de imposto de renda federal dos Estados Unidos, espera-se que as distribuições sejam, em geral, reportadas aos Detentores Norte-Americanos como dividendos. Esses dividendos serão incluídos no lucro de um Detentor Norte-Americano na data do recebimento do dividendo pelo Detentor Norte-Americano (ou no caso das ADRs, pelo depositário), e não serão elegíveis, em geral, para "dedução recebida de dividendos" permitida para sociedades que recebem dividendos de pessoas jurídicas nacionais nos termos do Código. O valor da distribuição será equivalente ao valor em dólares norte-americanos dos reais recebidos, calculados por referência à taxa de câmbio vigente na data em que a distribuição é recebida, (que, para Detentores de ADRs norte-americanos, será a data em que a distribuição é recebida pelo depositá-

rio), quer o depositário ou Detentor Norte-Americano converta ou não converta quaisquer reais recebidos em dólares norte-americanos naquele momento. Caso o dividendo seja convertido em dólares norte-americanos na data de recebimento, geralmente não será exigido que um Detentor Norte-americano reconheça ganho ou perda cambial em relação à receita de dividendos. Um Detentor Norte-americano poderá obter ganho ou perda cambial se o dividendo for convertido em dólares norte-americanos após a data de recebimento. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da conversão de reais para dólares norte-americanos serão tratados como lucro ou prejuízo ordinário, conforme o caso, do Detentor Norte-americano e geralmente serão de fonte norte-americana.

Sujeita a limitações aplicáveis, a discussão acima sobre preocupações expressadas pelo Tesouro Norte-Americano e a discussão das normas da sociedade de investimento estrangeiro passivo, de acordo com a lei vigente, dividendos pagos a respeito de nossas ADRs para determinados Detentores Norte-Americanos não corporativos serão tributáveis a alíquotas preferenciais de ganho de capital de longo prazo. Os Detentores Norte-Americanos não corporativos devem consultar seus consultores fiscais a respeito da disponibilidade dessas alíquotas favoráveis em suas circunstâncias específicas.

Venda ou Alienação Diversa de ADRs ou Units

Subordinados à discussão das regras de companhia de investimento estrangeiro passivo abaixo, o ganho ou a perda realizada por Detentores Norte-Americanos sobre a venda ou troca de ADRs ou Units estará sujeita ao imposto de renda federal dos Estados Unidos como ganho ou perda de capital em montante equivalente à diferença entre a base tributária ajustada do Detentores Norte-Americanos nas ADRs ou Units e o montante realizado sobre a alienação, em qualquer que seja o caso, conforme determinado em dólares norte-americanos. Esse ganho ou essa perda serão ganhos ou perdas de capital em longo prazo, na medida em que o período de detenção pelos Detentores Norte-Americanos das ADRs ou Units ultrapassar um ano. De maneira geral o ganho ou a perda, se houver, ocorrerão na fonte norte-americana para fins de crédito fiscal estrangeiro. A dedutibilidade das perdas de capital está sujeita a certas restrições. O ganho de capital em longo prazo de Detentores Norte-Americanos do tipo pessoa física geralmente é tributado em alíquotas preferenciais. Na hipótese de retenção de um imposto brasileiro sobre a venda ou outra modalidade de alienação das ADRs ou Units, um montante dos Detentores Norte-Americanos realizado incluirá o montante bruto dos produtos da venda ou alienação antes da dedução do imposto brasileiro. Vide “—Considerações Tributárias Brasileiras” para uma descrição das circunstâncias que ensejam a tributação pelo Brasil de uma alienação.

Deduções Estrangeiras

Sujeito a certas restrições geralmente aplicáveis, podendo variar em função das circunstâncias dos Detentores Norte-Americanos, e sujeito à discussão acima a respeito das preocupações manifestadas pelo Tesouro Norte-Americano, um Detentor Norte-Americano terá direito a um crédito contra a obrigatoriedade do imposto de renda federal dos Estados Unidos para os impostos de renda brasileiros retidos dos dividendos sobre as ADRs ou Units. Um Detentor Norte-Americano estará autorizado a utilizar essas deduções estrangeiras para compensar somente a parte de sua obrigação tributária dos Estados Unidos imputável à renda de fonte estrangeira. Esta restrição sobre impostos estrangeiros qualificados para crédito é calculada separadamente em relação a classes específicas de renda. Além disso, um Detentor Norte-Americano deve satisfazer as exigências de um período de detenção mínimo a fim de qualificar-se e requerer a dedução estrangeira para impostos estrangeiros retidos sobre os dividendos.

Como os ganhos de um Detentor Norte-Americano oriundos da venda ou troca de ADRs ou Units geralmente serão tratados como renda de fonte norte-americana, esta restrição pode fazer com que o Detentor Norte-Americano seja excluído da habilitação ao crédito para todos ou parte de impostos estrangeiros incidentes sobre tais ganhos. Os Detentores Norte-Americanos devem consultar seus consultores fiscais para definir se os impostos brasileiros podem ser creditados contra a obrigação de imposto de renda federal dos Estados Unidos do Detentores Norte-Americanos sobre renda de fonte estrangeira de outras fontes. Em vez de habilitar-se ao crédito, um Detentores Norte-Americanos, a seu critério, pode deduzir os aludidos impostos de renda brasileiros de algum modo passíveis de credito computando o imposto tributável, sujeito às restrições geralmente aplicáveis nos termos da legislação dos Estados Unidos. A opção pela dedução de impostos estrangeiros em lugar de habilitar-se às deduções estrangeiras aplica-se a todos os impostos estrangeiros pagos ou acumulados no ano da tributação.

O imposto IOF/Câmbio brasileiro obrigatório em relação às compras de Units (conforme discutido acima na seção “—Considerações Fiscais Brasileiras”), não será tratado como um imposto estrangeiro creditável para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Os Detentores Norte-Americanos deverão pedir orientação a seus consultores

fiscais em relação à possibilidade dos impostos serem dedutíveis para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

As regras que regem os créditos fiscais estrangeiros são complexas e, portanto, os Detentores Norte-Americanos devem pedir orientação a seus próprios consultores fiscais para determinar se estão sujeitos a quaisquer regras especiais que limitam sua capacidade de fazer uso efetivo desses créditos fiscais estrangeiros.

Regras para Sociedade de Investimento Estrangeiro Passivo.

Com base nos regulamentos propostos pelo Tesouro, os quais devem entrar em vigor para os exercícios fiscais com início após 31 de dezembro de 1994, acreditamos que não somos uma companhia de investimento estrangeiro (passive foreign investment company - "PFIC") com relação a nosso exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2013. No entanto, pelo fato de que talvez as normas propostas pelo Tesouro não possam ser concluídas em sua forma atual, devido ao fato de a aplicação dos regulamentos propostos não estarem totalmente claras e a composição de nosso rendimento e ativos variar com o passar do tempo, não há como garantir que não seremos uma PFIC referente a qualquer exercício fiscal. Entretanto, a determinação de nossa qualificação como PFIC é feita anualmente e com base na composição de nosso rendimento e ativos (inclusive, entre outros, pessoas jurídicas em que nossa participação é de no mínimo 25%) e na natureza de nossas atividades.

Se fossemos uma PFIC para qualquer exercício fiscal durante qual um Detentor Norte-Americano detivesse nossas ADRs ou Units, qualquer ganho reconhecido por um Detentor Norte-Americano em uma venda ou outra alienação de ADRs ou Units seria alocado proporcionalmente sobre o período de detenção das ADRs ou Units do Detentor Norte-Americano. Os valores alocados para o exercício fiscal da venda ou outra troca e para qualquer exercício fiscal antes que nos tornemos uma PFIC seriam tributados como lucro ordinário. O valor alocado a todos os outros exercícios fiscais estariam sujeitos ao imposto à alíquota máxima em vigor para pessoas físicas ou jurídicas para o exercício em questão, conforme apropriado, e a cobrança de juros incidiria sobre o passivo fiscal resultante referente a cada um dos exercícios fiscais. Além disso, a parcela de qualquer distribuição relativa às ADRs ou Units superior a 125% da média das distribuições anuais sobre ADRs ou Units recebidas pelo Detentor Norte-Americano durante os três exercícios anteriores ou o período de manutenção do Detentor Norte-Americano, o que for menor, estará sujeita à tributação conforme descrito acima. Determinadas opções podem estar disponíveis de modo a resultar em tratamentos alternativos (como tratamento de marcação a mercado) das ADRs ou Units. Os Detentores Norte-Americanos devem pedir orientação a seus consultores fiscais para determinar se qualquer dessas opções está disponível e, em caso afirmativo, quais os efeitos dos tratamentos alternativos em suas circunstâncias específicas.

Se formos uma PFIC em qualquer exercício fiscal, um Detentor Norte-Americano poderá ser obrigado a apresentar um relatório ao Internal Revenue Service ("IRS") contendo as informações que o Departamento do Tesouro vier a exigir.

Além disso, se formos uma PFIC em um exercício fiscal em que efetuarmos o pagamento de um dividendo ou no exercício fiscal anterior, as alíquotas de dividendos preferenciais discutidas acima a respeito de determinados dividendos pagos a detentores não corporativos não será aplicável.

Prestação de Informações e Retenção de Garantia de Imposto

O pagamento de dividendos e das receitas de vendas efetuados nos Estados Unidos ou por meio de determinados intermediários financeiros norte-americanos está sujeito, em geral, à apresentação de informações, e poderá estar sujeito à retenção de garantia de imposto, a menos que (i) o Detentor Norte-Americano seja um beneficiário isento, ou (ii) no caso de retenção de garantia de imposto, ele forneça um número de identificação de contribuinte correto e certifique que não está sujeito a essa retenção. O valor de qualquer retenção de garantia de imposto de um pagamento a um Detentor Norte-Americano será permitido na forma de crédito a ser feito contra a obrigação de imposto de renda federal dos Estados Unidos do Detentor Norte-Americano e poderá conceder a ele direito a restituição, desde que as informações exigidas sejam fornecidas oportunamente ao IRS.

10F. Dividendos e Agentes de Pagamento

Não se aplica**.**

10G. Declaração de Peritos

Não se aplica**.**

10H. Documentos Disponibilizados

Estamos sujeitos aos requisitos de informações da Lei da Bolsa de Valores, exceto que, como emitentes estrangeiros não estamos sujeitos às normas para procurações ou às normas de divulgação de lucros por oscilações de curto prazo da Lei da Bolsa de Valores. De acordo com esses requisitos estatutários, registramos ou fornecemos relatórios e outras informações junto à SEC. Os relatórios e outras informações registrados ou fornecidos por nós junto à SEC podem ser inspecionados e copiados nos recursos de referência pública mantidos pela SEC no endereço Room 1024, 100 F Street, N.E., Washington, D.C. 20549. Cópias desse material também podem ser inspecionadas no escritório da NYSE localizado em 11 Wall Street, New York, New York 10005, onde nossas ADSs estão listadas. Além disso, a SEC mantém um site contendo informações registradas eletronicamente junto a ela e que podem ser acessadas pela Internet em http://www.sec.gov.

Também protocolamos demonstrações financeiras consolidadas e outros relatórios periódicos na CVM localizada na Rua Sete de Setembro, 111, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 20159-900, Brasil. A CVM mantém um website na Internet que contém relatórios e outras informações sobre emitentes, assim como nós, que protocolam eletronicamente na CVM. O endereço desse website é http://www.cvm.gov.br. Também protocolamos demonstrações financeiras consolidadas e outras informações periódicas na BM&FBOVESPA. O endereço do website da BM&FBOVESPA é http://www.bovespa.com.br.

10I. Informações de Subsidiárias

Não se aplica.

ITEM 11. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO

Aspectos Gerais

Para gerenciar os riscos de nossas operações, incorporamos as funções globais de gestão de risco do Grupo Santander em vários níveis de nossa organização. Determinados membros de nossa equipe de gestão de risco são destacados do Grupo Santander para assegurar uma abordagem consistente de gestão de risco global por meio da implementação de políticas de gestão de risco em todas as áreas, inclusive risco financeiro, de crédito e de mercado. Além disso, comitês presididos pela alta administração supervisionam nossos relatórios de risco em cada uma dessas áreas. Limites de risco e exposições em jurisdições locais são adicionalmente sujeitos à aprovação do Grupo Santander.

Os relatórios de administração de risco fornecidos à nossa alta administração são gerados principalmente pelo departamento de controle e pelo departamento de consolidação de risco com base nos bancos de dados correspondendo a cada departamento. De forma similar, os relatórios para a alta administração das entidades financeiras e filiais estrangeiras do Grupo Santander são gerados principalmente pelos departamentos de controle de risco de cada uma dessas entidades e filiais.

A apresentação das informações da gestão de risco para a alta administração tem como intuito melhorar o entendimento e gerenciamento dos riscos presentes para os órgãos competentes e filiais do Grupo Santander. Esses relatórios são direcionados à diferentes públicos dentro da própria alta administração do Grupo Santander, suas entidades financeiras, ou suas filiais estrangeiras, dependendo do tipo de informações que cada tipo de relatório destaca. As informações podem ser transmitidas para a alta administração por meio de nossa ferramenta de emissão de relatórios de risco Intranet, por e-mail ou por apresentações ao vivo.

As informações, análises e decisões também são distribuídas por meio dos canais descritos abaixo, promovendo a comunicação entre as áreas no Banco e no processo de administração de risco:

i. E-mails de departamentos internos, que permitem a troca de informações nos grupos e áreas;

ii. Reuniões periódicas (departamentais, mensais, trimestrais, externas, convenções), que permitem a troca de informações regular em pessoa;

iii. Portal de regulamentos, que é um portal interno na nossa intranet, onde mantemos nossas atuais políticas de administração de risco;

iv. E-mail;

v. Videoconferências e teleconferências com o Santander Espanha; e

vi. Comitês de risco, inclusive o Comitê de Risco Executivo para o Brasil, o Comitê de Administração de Risco, comitês de risco centralizados (tais como o Comitê de Risco Superior para Varejo e o Comitê Territorial), comitês descentralizados (tais como o Comitê de Rede) e instâncias descentralizadas para administração comercial (incluindo os Comitês de Filiais).

As informações são preparadas em um esforço para melhorar a administração de risco e são classificadas como informações padrão ou não padrão:

i. Informações padrão: incluem informações e relatórios gerados regularmente e com conteúdo fixo, sujeito a revisões, que estão disponíveis para a alta administração para diferentes áreas alvo, dependendo do tipo de informação incluída em cada relatório. Essas informações são usadas para o conhecimento facilitado sobre uso de crédito, avaliação de instrumentos e os resultados gerados, além das análises necessárias para administrar esses riscos e otimizar o capital. Cada relatório pode ter uma apresentação distinta com base nas diretrizes de acordo com as quais ele é preparado.

ii. Informações Não Padrão: incluem apresentações e outras informações preparadas para nossa alta administração em uma base ad hoc ou mediante solicitação específica e tratam de tópicos específicos que não estão incluídos nos relatórios padrão. Quando a solicitação de determinadas informações se tornam mais regulares, esse relatório se torna padrão e é gerado automaticamente. As informações padrão entregues para nossa alta administração se destinam a facilitar o entendimento de todos os riscos pelos quais o departamento de administração de risco é responsável.

Informações Quantitativas. As informações quantitativas incluem métricas de risco que permitem que nossa alta administração analise melhor as situações, tendências e desenvolvimentos em cada segmento, atividade ou carteira, em relação aos cenários planejados ou limites definidos, com ênfase em quaisquer cenários que se enquadram fora desses limites. As informações quantitativas são desenvolvidas principalmente para analisar a liquidez e riscos de mercado e riscos de solvência. As informações relacionadas à liquidez e risco de mercado incluem, entre outros itens, mensurações de posições, avaliações a preço de mercado, análises de sensibilidade, análises de volume, medidas de gaps de liquidez e modelos de risco-país, impactos de riscos nos resultados, riscos econômicos, simulações de teste de stress e backtesting. As informações relacionadas a riscos de solvência incluem, entre outros itens, medidas de exposição de crédito, eventos anormais, mensurações de ativos de liquidação duvidosa, impactos de riscos de solvência em nossos resultados, medidas de perda prevista, simulações de teste de stress, e outras informações relacionadas a riscos econômicos e de mercado.

Informações Qualitativas. As informações qualitativas incluem eventos internos e externos em relação ao ambiente econômico, ambiente financeiro ou competitivo, e uma avaliação e análise das causas e consequências ou consequências previsíveis desses eventos. Essas também incluem medidas usadas para preparar esses modelos.

A frequência com a qual as informações quantitativas e qualitativas de gestão de riscos são preparadas é determinada pelo tipo de informações fornecidas, conforme a seguir:

<u>Informações diárias:</u>

i. risco de liquidez e mercado: inclui informações em limites de tesouraria (VaR, posições, sensibilidade de livros lineares e não lineares) e principais alterações na carteira de tesouraria; e

ii. risco de solvência: foco em alterações acentuadas ou aquelas que envolvam variações significativas na evolução dos negócios e seu ambiente.

<u>Informações semanais:</u>

i. focam na geração de informações de alto nível atualizadas em diferentes segmentos (focadas em risco de solvência) ou carteiras (focadas em risco de mercado), bem como um resumo dos fatos pertinentes e alterações previstas a curto prazo;

ii. são geradas por nossa alta administração, inclusive presidente e vice-presidentes de varejo, riscos e finanças, e um membro independente de nosso conselho de administração, recebem um relatório semanal a respeito dos riscos de mercado; e

iii. são elaboradas a partir de nossas políticas e estrutura de administração de risco globalmente e são validadas pelo mercado local e pelas áreas de risco de solvência.

Informações mensais:

i. risco de liquidez e mercado: facilitam a análise da situação atual de diferentes atividades, inclusive riscos estruturais e de taxa de juros. Também incluem uma análise detalhada de medidas de contraste e cenários de stress; e

ii. risco de solvência: facilitam uma avaliação da situação atual em diferentes segmentos, comparados às situações orçadas e uma análise das causas de desvios. Elas introduzem a classificação de risco com uma base de análise.

As informações mensais geralmente são mais detalhadas do que as informações semanais.

Comitês de Gestão de Riscos

A tabela a seguir descreve nossos principais comitês de riscos de crédito e de mercado no Brasil, a responsabilidade e os membros de cada comitê e a frequência que cada um ocorre.

Comitê	Responsabilidades	Membros	Frequência de Reuniões
Comitê de Risco Executivo (focado em gestão de carteiras)	• Aprovar a tolerância ao risco que será proposta para o conselho de administração do Banco; • Monitorar as carteiras e garantir a conformidade com a tolerância ao risco e orçamento do Santander Brasil; e • Monitorar o mercado para identificar riscos e oportunidades que devem ser administrados.	CEO Diretores Vice-Presidente Executivos que são membros do Comitê Executivo	Mensal
Comitê de Risco Executivo (foco em clientes)	• Analisar e aprovar o risco de crédito e de mercado nas operações de clientes de Atacado (Empresas e GB&M), bem como limites e produtos de tesouraria e propostas de restruturação e pagamento. • Aplicar as políticas de risco do Grupo localmente de uma forma compatível com os objetivos das áreas comerciais;	Diretores Vice-Presidente Executivos de Gestão de Risco no Brasil e diretores que se reportam a ele Membros convidados: Auditores, Diretores de Compliance	Três vezes por semana

- Tratar de questões gerais relacionadas ao risco de mercado, limites internacionais, risco-país, operações bancárias globais, empresas e clientes de varejo;

- Receber atualizações mensais sobre alterações nas políticas comerciais e de risco que impactam as margens líquidas, margens brutas, provisões para contas de liquidação duvidosa e o plano para administração de crédito, bem como quaisquer outras questões relacionadas à administração de risco;

- Aprovar os planos de administração de crédito; e

- Revisar as observações e recomendações feitas periodicamente por órgãos reguladores e auditores internos e externos.

O Comitê Executivo de Crédito é o fórum de decisão local com representantes da Alta Gestão do Banco, entre eles o CEO do Grupo, o VPE de Riscos e os demais membros da Comissão Executiva. As principais atribuições são a definição do apetite de risco, o acompanhamento das carteiras de crédito e do mercado, bem como das recomendações formuladas pelo regulador local, encaminhando ao Conselho de Administração os temas que excedam sua alçada. Cada comitê de gerenciamento de riscos possui determinados poderes e níveis de aprovação, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. As decisões são colegiadas e definidas através dos comitês de crédito, o que garante o contraste de opiniões.

Risco de Crédito

O Santander Brasil segue o modelo do Grupo Santander, que se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da alta administração. O Banco opera de acordo com a cultura de risco do Grupo Santander e segue as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Um dos seus princípios em relação à gestão de risco é a independência das áreas de negócios, o que proporciona autonomia para realizar uma gestão de riscos apropriada. Outra característica do seu modelo de crédito é o envolvimento direto da alta direção nas tomadas de decisão através dos comitês de crédito. Nosso processo de aprovação de crédito, particularmente a aprovação de novos empréstimos e monitoramento de riscos, são estruturados de acordo com nossa classificação de clientes e produtos, em torno de nosso segmento de varejo e atacado.

Empréstimos no Varejo

Nos nossos serviços bancários de varejo, solicitações de crédito feitas por pessoas físicas são analisadas por um sistema de aprovação de crédito aplicando vários tipos de processos dependendo do histórico de crédito do cliente e o tipo de crédito solicitado. Para solicitações de crédito padrão, a aprovação é geralmente feita em nossas agências baseada em um processo automático e padronizado. Quando a solicitação do cliente é submetida à aprovação de crédito, coletamos informações cadastrais e de crédito sobre o cliente, inclusive sua profissão, nível de renda, restrições financeiras internas e externas, histórico de crédito, endividamento atual e o relacionamento mantido conosco. Com base nesses dados e no tipo de crédito solicitado, nosso sistema de classificação de crédito automaticamente designa uma classificação de crédito fundamentada em um modelo de pontuação e em nossas políticas de gestão de risco. Utilizamos nossos modelos estatísticos em duas fases diferentes: na fase de “admissão” e de “gestão”. O modelo de pontuação de crédito de admissão é usado quando um cliente está iniciando um relacionamento conosco, enquanto que

o modelo de pontuação comportamental é usado quando o cliente já possui um relacionamento conosco por um período estabelecido em nossas políticas de gestão de risco. Essa política nos permite avaliar nossos atuais clientes com uma análise mais completa do que se aplicássemos um modelo puro de pontuação para todos os clientes.

Para produtos de financiamento oferecidos para PMEs, o processo de aprovação de risco de crédito pode ter como base um sistema de pontuação automática, de acordo com as políticas de crédito, e/ou ser aprovada e analisada individual e manualmente, fundamentada na credibilidade do cliente, em conformidade com o respectivo nível de autoridade de aprovação de risco de crédito respectivos. Essa análise preliminar também gera uma classificação de crédito tendo como base nossos modelos internos. Informações adicionais, tais como as características do produto de financiamento oferecido, inclusive termos e condições relacionados e garantias reais concedidas correspondentes, são também levadas em conta como parte do processo de aprovação.

Os limites pré-aprovados são concedidos para linhas de crédito a um determinado cliente Pessoa Física ou a PME com base na credibilidade e no porte, de acordo com nossos critérios de pontuação. Aprovação de crédito por meio de nossas agências é permitida por uma equipe autorizada conforme parâmetros estabelecidos. Os limites de crédito são gerenciados baseados no desempenho do cliente, avaliando seu perfil de risco.

As autorizações de crédito são estabelecidas através de políticas que definem as regras e responsabilidades de cada membro de cada comitê. Estabelecemos procedimentos e autorizamos determinados órgãos a aprovar solicitações de crédito em valores superiores aos delegados para as agências (tanto para clientes pessoas físicas quanto para PME). Tais aprovações são feitas seguindo a aplicação do modelo de pontuação pertinente e a análise individualizada pelo órgão autorizado.

A tabela a seguir apresenta as pessoas físicas ou órgãos corporativos autorizados a realizar concessões de crédito aos tomadores de varejo para valores específicos:

Autorização Exigida	**Valor**
Agência(1).....	Até R$2 milhões
Centros de Decisão(2).....	Até R$10 milhões
Comitê de Risco Institucional(3).....	Até R$15 milhões
Comitê Superior de Riscos de Varejo(4).....	Até R$60 milhões
Comitê Superior de Riscos(5).....	Até US$70 milhões
Comitê Executivo de Riscos Brasil(6).....	Até €100 milhões

(1) Para pessoas físicas, o valor máximo é R$2 milhões para crédito imobiliário e R$150 mil para demais operações. Para PMEs, o valor máximo é de R$500 mil.
(2) Membros dos centros de decisão de risco incluem superintendentes e outros representantes da área de risco.
(3) Membros do comitê de riscos institucional incluem um superintendentes de riscos de varejo e outros representantes da área de risco.
(4) Membros do comitê superior de riscos de varejo inclui o diretor de riscos de varejo.
(5) Membros do comitê superior de riscos incluem o diretor de riscos de atacado, diretores de riscos de varejo, diretor de risco de mercado, diretor de cobrança e representantes de cada departamento de risco.
(6) CEO do Santander Brasil, diretor vice-presidente executivo responsável por riscos, diretores de riscos de atacado, varejo e solvência, e diretores vice-presidente executivos das áreas de negócios do Santander (atacado e varejo).

Empréstimos de Atacado

Para conceder empréstimos para nossos clientes de serviços bancários de atacado, o processo de aprovação é determinado para cada classe de clientes e produtos separadamente. As solicitações de crédito feitas por nossos clientes do segmento GB&M (Global Banking & Markets), um grupo de entidades, são aprovadas pelo Comitê Superior de Riscos ou pelo Comitê Executivo de Riscos Brasil. Solicitações de crédito feitas por nossos clientes corporativos/Segmento Corporate (companhias com receitas anuais superiores a R$80 milhões) devem ser aprovadas pelos Comitês de crédito pertinentes.

Autorização Exigida	**Valor Clientes do Segmento *Corporate* (GB&M)**	**Valor Clientes do Segmento *Corporate***

Comitê de Aprovação Regional	n.a.	Até R$6 milhões
Comitê Regional de Risco de Atacado	n.a.	Até R$15 milhões
Comitê de Riscos Territorial	n.a.	Até R$40 milhões
Comitê GB&M Local	Até US$20 milhões	n.a.
Comitê Superior de Riscos[1]	Até US$40 milhões	Até US$70 milhões
Comitê Executivo de Riscos Brasil [2]	Até €100 milhões	Até €100 milhões

(1) Membros do Comitê Superior de Riscos incluem, entre outros, os Diretores de Atacado, Varejo, Risco de Mercado, Recuperações e representantes dos departamentos de Risco.

(2) CEO do Santander Brasil, diretor vice-presidente executivo responsável por riscos/Brasil, diretores de riscos de atacado, varejo e solvência, e diretores vice-presidente executivos das áreas de negócios do Santander (atacado e varejo)

Monitoramento de Crédito

As linhas de Crédito para clientes de serviços bancários de varejo (empresas) são analisadas semanalmente. Linhas de crédito para clientes de varejo (pessoas físicas) são analisadas diariamente, com base na classificação de crédito do cliente. Esse processo permite melhorias na exposição de crédito de clientes que tenham apresentado uma boa qualidade de crédito. Avisos específicos são automaticamente gerados, com antecedência, no caso da deterioração da qualidade de crédito de um cliente. Neste caso, um processo de redução de risco de crédito, projetado para impedir a inadimplência, tem início com a identificação do problema de solvência do cliente (gastos e outros compromissos financeiros) e o cliente é abordado pelo gerente de relacionamento. Por exemplo, avisos com antecedência são automaticamente gerados para PMEs, e o desempenho delas é monitorado mensalmente. Além disso, a situação financeira de cada empresa é discutida por comitês específicos, na presença da área comercial, com o objetivo de melhorar continuamente a qualidade de nossa carteira de crédito.

As linhas de crédito para clientes do segmento atacado e sua qualidade de crédito são analisadas anualmente. Existe o processo de monitoramento e qualquer questão específica em relação à qualidade do crédito de um cliente específico, um sistema de monitoramento de clientes conhecido como FEVE (Firmas em Vigilância Especial) é utilizado, com possíveis ações a serem tomadas segundo as seguintes categorias: “monitorar”, “reduzir exposição”, “afiançar” ou “cancelar”. Nesses casos, o cliente será analisado trimestral ou semestralmente.

Negócios de Recuperação

A área de Negócios de Recuperação é responsável por toda a nossa carteira inadimplente. A área tem como papel definir, executar e acompanhar as estratégias e performances relacionadas às carteiras de clientes inadimplentes, buscando garantir o máximo de eficiência na recuperação e considerando todas as determinações legais.

A área utiliza ferramentas estatísticas para estudar o comportamento de clientes traçando estratégias mais assertivas de recuperação. Uma das ferramentas utilizadas é a pontuação comportamental utilizada para estudar o desempenho dos diversos grupos, visando à recuperação do negócio e a redução de custos e atingir objetivos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco tendo a sua cobrança mais intensificada.

Os canais de atuação são definidos como “Mapa de Responsabilidade”, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor de risco - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias. Contatos diários via central de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, envio de cartas de cobrança, além de contatos através da rede de agências são ferramentas utilizadas para a recuperação de crédito. Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias com valores mais expressivos. Utilizamos agências externas e advogados para cobrar clientes de alto risco. Essas agências recebem uma taxa de sucesso por quaisquer valores recuperados.

Frequentemente executamos vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras de crédito acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim obter ótimos preços no mercado.

Comitê de Administração de Ativos e Passivos

Nossa estratégia de administração de ativos e passivos é definida pelo Comitê Financeiro, que opera segundo as

estritas diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Grupo Santander. Os membros do Comitê Financeiro incluem nosso Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Tesoureiro, Vice-Presidente Executivo de Gestão de Risco, Vice-Presidente Sênior de Operações Banco de Atacado, Vice-Presidente Sênior de Banco de Varejo, Diretor de ALM e Economista-Chefe, entre outros. O Comitê Financeiro estabelece nossa estratégia de financiamento, posição estrutural de taxa de juros do balanço patrimonial e administração de capital. Ele usa vários índices de risco para monitorar o impacto de condições de mercado, inclusive sensibilidades do valor de mercado e margem de taxas de juros. Outras atividades do Comitê Financeiro incluem o estabelecimento de políticas de preços de transferência, administração de ativos ponderados pelo risco e exposição econômica do capital, administração de capital regulatório local e tomada de decisão sobre emissões de instrumentos de capital, cada um dos quais devendo estar em linha com as diretrizes e os limites do Grupo Santander.

Risco de Mercado

Tipos de risco de mercado

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é a possibilidade que a variação nas taxas de juros possa impactar negativamente o valor de um instrumento financeiro, um portfólio ou o Grupo como um todo. Nós estamos expostos a risco de taxa de juros sempre que houver um descasamento entre os ativos e os passivos sensíveis à taxa de juros, juntamente com as eventuais coberturas que possam ter sido utilizadas através de derivativos financeiros. O risco de taxa de juros surge através de ambos nossos tipos de atividades, negociação e não-negociação.

Risco de taxa câmbio

Risco de taxa câmbio é a sensibilidade do valor de uma posição em moeda diferente da moeda base (no nosso caso, reais) para uma potencial variação na taxa de câmbio. Nós estamos expostos ao risco de câmbio devido ao descasamento entre os ativos, passivos e derivativos financeiros em outras moedas, tanto em resultados de negociação quanto em resultados inerentes do próprio negócio. Posições em aberto de moedas também podem ocorrer nos livros de não-negociação, que tem origem em nossos investimentos em subsidiárias estrangeiras (Agência de Cayman, por exemplo), filiais e seus financiamentos em moedas estrangeiras. Nossa principal exposição cambial de não-negociação é em Dólar Americano, que, de acordo com nossa política, é convertida para reais dentro dos limites estabelecidos.

Risco de preço de ações

O risco de preço de ações é a sensibilidade do valor de nossas posições abertas no mercado de ações a movimentos adversos nos preços ou em expectativas futuras de pagamentos de dividendos. Entre outros instrumentos, isto afeta nossas posições de ações, índices de ações e derivativos que tenham ações ou índices de ações como ativo objeto (opções e swaps de ação). Nós temos exposições de ações abertas tanto nos livros de negociação quanto no livro de não-negociação.

Risco de commodities

O risco de commodities é o risco que provém da variação de preço dos mesmos. Atualmente, o Banco Santander não opera commodities, com exceção do ouro, o qual é negociado através de derivativos.

Risco de volatilidade

Risco de volatilidade é o risco ou sensibilidade do valor de um portfólio a variações na volatilidade dos fatores de risco: taxas de juros, taxas de câmbio, preço de ações e preço de commodities. Esse risco é proveniente de instrumentos financeiros que têm a volatilidade como uma variável em seu modelo de valoração.

Outros tipos de risco de mercado, para os quais a sua cobertura de risco é mais complexa. São os seguintes:

Risco de correlação

Risco de correlação é a sensibilidade do valor de um portfólio a variações na relação entre fatores de risco, sejam do mesmo tipo (por exemplo, entre duas taxas de câmbio) ou de diferentes naturezas (por exemplo, entre uma taxa de

juros e um índice de ação).

Risco de liquidez de mercado

Risco de liquidez de mercado é o risco do Banco não conseguir sair ou fechar uma posição a tempo, sem impactar os preços de mercado ou o custo de negociação. Este risco pode ser causado por uma redução no número de market makers ou investidores institucionais, negociação de grandes volumes de operações, instabilidade no mercado e aumentos de concentração em alguns produtos e/ou moedas específicas. A profundidade de mercado é o principal driver para liquidez em nossos portfólios de negociação, apesar de nossa política ser negociar os ativos mais líquidos. Nosso risco de liquidez também ocorre em nossas atividades de não-negociação devido a descasamentos de vencimentos entre os ativos e passivos, em sua maioria nas atividades de varejo.

Risco de pré-pagamento ou cancelamento

Quando em algumas operações o contrato permite, explitamente ou implicitamente, o cancelamento antes da data de vencimento sem que haja negociação, há um risco que o fluxo de caixa tenha que ser reinvestido a taxa mais baixa. Este tipo de risco afeta principalmente empréstimos.

Risco de subscrição

Ocorre quando uma instituição é responsável pela colocação de títulos ou qualquer outro tipo de dívida no mercado de capitais, se comprometendo parcialmente ou em sua totalidade a colocação dos títulos emitidos pela empresa junto ao mercado.

Uso de derivativos na gestão de risco de mercado

Utilizamos derivativos tanto em atividades mantidas para negociação quanto não mantidas para negociação. Os derivativos mantidos para negociação são utilizados para eliminar, reduzir ou modificar o risco das carteiras mantidas para negociação (risco de taxa de juros, taxa de câmbio e preço das ações) e para a prestação de serviços financeiros aos clientes. Nossas principais contrapartes (além dos clientes) nessas atividades são instituições financeiras e a BM&FBOVESPA. Entre os nossos principais instrumentos derivativos estão os swaps de taxas de juros, futuros de taxas de juros, contratos de câmbio a termo, futuros de câmbio, opções de câmbio, swaps de cupom cambial, futuros de índices de ações, opções de ações e opções de taxa de juros. Utilizamos derivativos também em atividades não mantidas para negociação, para gestão do risco da taxa de juros e risco de câmbio resultante das atividades de gestão de ativos e passivos. Nas atividades não mantidas para negociação, utilizamos derivativos sem opção de taxas de juros e câmbio. Não negociamos derivativos de crédito uma vez que não há mercado para esses derivativos no Brasil.

Atividades sujeitas a risco de mercado

Nossa área de risco de mercado é responsável pela mensuração, controle e monitoramento de risco com relação às operações onde o risco para o nosso negócio surge como resultado de alterações em fatores de mercado. Risco de mercado surge devido a alterações e potencial volatilidade em taxas de juros, taxas de conversão, preços de ações e preços de commodities, bem como devido a risco de liquidez dos vários produtos e mercados em que operamos.

Os parágrafos a seguir resumem os principais riscos de mercado a que estamos expostos:

Negociação

Inclui serviços financeiros para os nossos clientes, compra e venda, e posições principalmente em produtos de renda fixa, ações e câmbio. Nosso portfólio de negociação consiste em nossas posições proprietárias em instrumentos financeiros mantidos com a intenção se beneficiar com as diferenças atuais e/ou expectativas futuras entre os preços de compra e o de venda. Este portfólio também inclui instrumentos financeiros das áreas de market making e de vendas. Como consequência da negociação de títulos de renda fixa, ações e moedas, nós estamos expostos aos fatores de riscos inerentes a esses produtos. Nós também estamos expostos a risco de volatilidade quando produtos não-lineares são utilizados.

Não-Negociação (estrutural/banking)

Constituída por riscos de mercado inerentes ao balanço, excluindo as posições de negociação. São eles:

i. Risco estrutural de taxa de juros: tem origem nos descasamentos nos vencimentos e reprecificação de todos os ativos e passivos.

ii. Risco estrutural de taxa de câmbio / cobertura de resultados: risco de taxa de câmbio ocorre quando a moeda na qual o investimento foi feito é diferente de real (R$) em empresas ou filiais do Banco Santander. Além disso, coberturas cambias para os resultados futuros gerados em moedas diferentes do real (R$) também são feitas.

iii. Risco estrutural de preço de ações: envolve investimentos via participações em empresas financeiras e não-financeiras que não estão consolidadas, assim como os portfólios disponíveis para a venda que possuem ações em sua posição.

Governança Corporativa de Riscos de Mercado

Nosso Conselho de Administração é responsável pela definição de nossas políticas, procedimentos e limites referentes aos riscos de mercado, inclusive dos negócios que devemos contratar e manter. O comitê de risco monitora nosso desempenho geral à luz dos riscos assumidos. Juntamente com os comitês locais e globais de ativos e passivos, cada unidade de risco de mercado calcula e monitora nossos riscos de mercado e liquidez e apresenta aos comitês de ativos e passivos os valores apurados para uso na gestão de tais riscos.

O risco de mercado é disciplinado e controlado por meio de certas políticas, definidas em nosso manual de políticas de gestão de riscos de mercado e liquidez (descrito adiante), e de estruturas que definem limites específicos para nossa exposição a riscos de mercado, as quais se baseiam em limites globais definidos para todo o Grupo Santander. Além disso, periodicamente, elabora-se e revisa-se uma lista de produtos autorizados.

Essas políticas, procedimentos e limites ao risco de mercado são aplicáveis a todas as unidades, negócios ou carteiras suscetíveis ao risco de mercado, e se baseiam em 5 pilares básicos, vitais para o correto gerenciamento de risco de mercado:

i. Mensuração, análise e controle dos Riscos de mercado e liquidez;

ii. Cálculo, análise, explicação e conciliação dos resultados;

iii. Definição, captura, validação e distribuição dos dados de mercado;

iv. Aprovação de limites, produtos e ativos objetos;

v. Consolidação da informação.

Por sua vez, o gerenciamento de risco de mercado tem como guia os seguintes princípios básicos:

i. Envolvimento da Alta Administração;

ii. Independência das funções de risco do negócio;

iii. Clara definição de poderes;

iv. Mensuração do risco;

v. Limitação dos riscos;

vi. Análise e controle das posições de risco;

vii. Estabelecimento de políticas e procedimentos de risco;

viii. Metodologias de avaliação de risco.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Estrutura de Limites de Riscos de Mercado

A estrutura de limites de riscos de mercado representa a disposição ao risco do Banco e é alinhada com nossas políticas globais de gestão do risco de mercado, as quais abrangem todas as nossas unidades de negócios, e serve para:

i. Identificar e definir as principais espécies de riscos incorridos de forma consistente com nossa estratégia de negócios;

ii. Quantificar e relatar para nossos segmentos de negócios os níveis e perfis de risco adequados, em consonância com a avaliação dos riscos pela Alta Administração, a fim de evitar que nossos segmentos de negócios assumam riscos indesejados;

iii. Proporcionar flexibilidade aos nossos segmentos de negócios na definição oportuna e eficiente de posições de riscos sensíveis às mudanças no mercado e às nossas estratégias de negócios e sempre dentro de níveis de risco aceitáveis para o Grupo Santander;

iv. Permitir às pessoas e equipes que originarem novos negócios que assumam riscos de forma prudente, de modo a favorecer a obtenção dos resultados orçados;

v. Definir alternativas de investimento, limitando a redução do patrimônio;

vi. Definir a gama de produtos e ativos subjacentes em que cada unidade de tesouraria pode operar, levando em conta nossos modelos e sistemas de avaliação de riscos e nossas ferramentas de liquidez. Isso ajuda a restringir o risco de mercado na administração de negócios e na estratégia de riscos definida.

As políticas globais de gestão de risco de mercado definem nossa estrutura de limites de riscos, enquanto o comitê de riscos revisa e aprova tais políticas. Os administradores da unidade de negócios gerenciam suas atividades dentro desses limites.

A estrutura de limite de riscos abrange tanto nossa carteira mantida para negociação quanto nossa carteira mantida não para negociação e inclui limites aos instrumentos de renda fixa, ações, câmbio e outros instrumentos derivativos.

Os limites considerados globais dizem respeito ao nível das unidades de negócios. Até o momento, as restrições do sistema impedem os limites durante o dia. Nossas unidades de negócios devem observar continuamente os limites aprovados. Os possíveis excessos demandam uma série de medidas executadas pela unidade global de funções de riscos de mercado, entre as quais: (i) implementar sugestões e controles de redução de riscos, em função do rompimento de limites “alarmantes”; e (ii) adotar medidas executivas, exigindo que os tomadores de riscos fechem posições para reduzir os níveis de riscos.

Os limites de risco de mercado utilizados no Santander são definidos para diferentes métricas visando cobrir todas as atividades sujeitas a risco de mercado através de diversas perspectivas, aplicando critérios conservadores. Os principais são:

Limites de Negociação

Limites deVaR;

i. Limites de posição equivalente e/ou nominal;

ii. Limites de sensibilidade a taxas de juros;

iii. Limites de Vega;

iv. Limites de risco de entrega, controlado pelas posições vendidas em renda fixa e ações;

v. Limites que visam reduzir o volume de perdas efetivas ou proteger o resultado acumulado:

- Loss trigger
- Stop loss

Limites Estruturais

i. Risco estrutural de taxa de juros do balance:
   - Limite de sensibilidade da margem líquida para um horizonte temporal de 1 ano;
   - Limite de sensibilidade do valor de mercado do patrimônio líquido.

ii. Risco estrutural de taxa de câmbio na posição de cada moeda;

iii. Risco de liquidez: Limites definidos com base em diversos cenários de estresse.

Ferramentas Estatísticas de Risco de Mercado

Localmente são utilizadas uma variedade de modelos estatísticos e matemáticos, incluindo VaR, simulações históricas e testes de estresse para mensurar, monitorar, reportar e gestionar riscos de mercado. Tais números, produzidos localmente, também servem como entrada para algumas atividades globais como para o cálculo do resultado sobre o capital ajustado ao risco, ou "RORAC", e para alocar capital econômico para as diversas atividades com o intuito de mensurar o RORAC de tais atividades.

Atividades de Negociação

- VaR: O VaR, na forma como o calculamos, é uma estimativa da perda máxima esperada do valor de mercado de uma determinada carteira, durante o prazo de um dia, com intervalo de confiança de 99,0%. Nossa metodologia padrão baseia-se na simulação histórica (520 dias) e é calculada por revaloração completa. Para refletir a volatilidade recente do mercado no modelo, nosso valor de VaR é o máximo entre o percentil 1,0% e o percentil ponderado 1,0% da distribuição simulada dos lucros e prejuízos, onde o primeiro aplica o mesmo peso para todas as observações e o segundo aplica um fator de decaimento exponencial, dando um maior peso para as observações mais recentes. Esta metodologia faz com que o VaR reaja rapidamente a volatilidades de mercado reduzindo a probabilidade de exceções de *backtesting*. Utilizamos as estimativas do VaR para alertar a Alta Administração sempre que as perdas estatisticamente estimadas em nossas carteiras ultrapassarem os níveis prudentes.

  Premissas e limitações: Nossa metodologia do VaR deve ser interpretada à luz das seguintes limitações: (i) o período de tempo de um dia pode não refletir integralmente o risco de mercado das posições que não possam ser liquidadas ou protegidas por hedge dentro de um dia; e (ii) atualmente apuramos o VaR no fechamento dos negócios, e as posições mantidas para negociação podem mudar substancialmente durante o dia de negociação.

  Medidas de Calibração: Para calibrar nosso modelo VaR, utilizamos o *back testing*, que é uma análise comparativa entre as estimativas do VaR e o resultado líquido diário (resultado teórico gerado adotando-se a premissa da variação diária marcada a mercado da carteira e considerando-se somente a oscilação das variáveis de mercado). A finalidade desses testes é verificar e mensurar a precisão dos modelos utilizados para calcular o VaR.

- VaR Estressado: a metodologia de cálculo é a mesma aplicada para o VaR, com 2 diferenças: (i) Período histórico de observação dos fatores de risco: o VaR Estressado usa uma janela de 250 dados, ao invés de 520 como no VaR; (ii) Para se obter o VaR Estressado, diferentemente de quando calculamos o VaR a partir do máximo entre o percentil uniformemente distribuído e o com decaimento exponencial, o decaimento não é utilizado, sendo aplicado diretamente o percentil uniformemente distribuído. Todos os outros aspectos com relação à metodologia e os *inputs* necessários para o cálculo do VaR Estressado são os mesmos utilizados para o VaR. Com relação à definição do período de observação, a equipe de Metodologia analisou o histórico de uma série de fatores de risco de mercado que foram escolhidos baseados em um critério técnico levando em conta as posições mais relevantes da carteira.

- Testes de Estresse: é uma técnica de simulação, que consiste em estimar os potenciais impactos no resultado aplicando diferentes cenários de estresse para todos os portfólios de negociação e considerando as mesmas suposições por fator de risco. Esses cenários podem replicar eventos históricos ou cenários hipotéticos que não

correspondam a eventos passados. Esses resultados são analisados ao menos mensalmente e, juntamente com o VaR, possibilita uma análise mais completa do perfil de risco.

- Sensibilidade: as métricas de sensibilidade de risco de mercado são aquelas que estimam a variação (sensibilidade) do valor de mercado de um instrumento ou de uma carteira ante uma variação em cada fator de risco. Essa métrica pode ser obtida a partir de aproximações analíticas através de derivadas parciais ou através de revaloração completa do instrumento ou da carteira.

Atividades de Não-Negociação

- Gap de taxa de juros de ativos e passives: análise de gaps de taxa de juros com foco nas alterações no valor de mercado do ativo, passivo e itens fora do balanço. Facilita uma representação básica da estrutura do balanço e permite a detecção de risco de taxa de juros por concentração de vencimentos. É também uma ferramenta útil para estimar o impacto de eventuais movimentos da taxa de juros sobre a margem líquida de juros ou de capital próprio. Todas as operações contabilizadas no balanço e itens fora do balanço devem ser representadas por seus fluxos e analisados em termos de reprecificação e vencimento. No caso daqueles itens que não têm uma maturidade contratual, um modelo interno de análise é usado e são feitas estimativas de sua duração e sensibilidade.

- Sensibilidade da margem de juros líquida (NIM): A sensibilidade da margem financeira mede a mudança no curto e médio prazo nos acréscimos esperados ao longo de um horizonte de 12 meses, em resposta a uma mudança na curva de juros. A curva de rendimento é calculado através da simulação da margem financeira, tanto para um cenário de uma mudança na curva de rendimento, bem como para o cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

- Sensibilidade do valor patrimonial (MVE): Sensibilidade do valor patrimonial mede o risco de taxa juros implícita no patrimônio líquido (capital) ao longo de toda a vida da operação em função do efeito que uma mudança nas taxas de juros tem sobre os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros. Esta é uma medida adicional para a sensibilidade da margem de juros líquida.

- Value at risk (VaR): O VaR para a atividade de balanço e carteiras de investimento é calculado com o mesmo padrão como para negociação e de simulação histórica, com um nível de confiança de 99,0% e prazo de um dia.

- Análise de cenários de teste de stress: Aplicamos três cenários de stress: seis desvios-padrão para cima e para baixo dos fatores de risco e um cenário abrupto em que os fatores de risco são aumentados em 50,0% acima e abaixo dos níveis atuais. Estes cenários são aplicados nas operações do balanço, obtendo o impacto no patrimônio líquido, bem como as projeções de receita líquida de juros para o ano.

- Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à nossa capacidade de financiar os nossos compromissos a preços de mercado, bem como a realização de nossos planos de negócio com fontes de financiamento estáveis. As medidas utilizadas para controlar o risco de liquidez são o gap de liquidez, cenários de stress e planos de contingência.

  i. Gap de liquidez: O gap de liquidez fornece informações sobre os fluxos de caixa contratuais e esperados e saídas para um determinado período de tempo, para cada uma das moedas em que operamos. Mede a necessidade ou o excesso de fundos em uma data específica e reflete o nível de liquidez mantido em condições normais de mercado.

  ii. Análise de cenário e plano de contingência: O plano de contingência inclui as atividades locais e externas, e consiste em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas tomadas em tempos de crise de liquidez. Usando a análise de cenários históricos e simulações de impactos na liquidez do banco define-se planos de ações e contingências para estabelecer papéis e responsabilidades e nível mínimo para acionar o plano de contingência. Cada unidade deve preparar independentemente o seu plano de contingência. Adicionalmente, este plano de contingência é enviado à matriz periodicamente. O documento pode ser atualizado com mais ou menos frequência, dependendo das condições de liquidez do mercado.

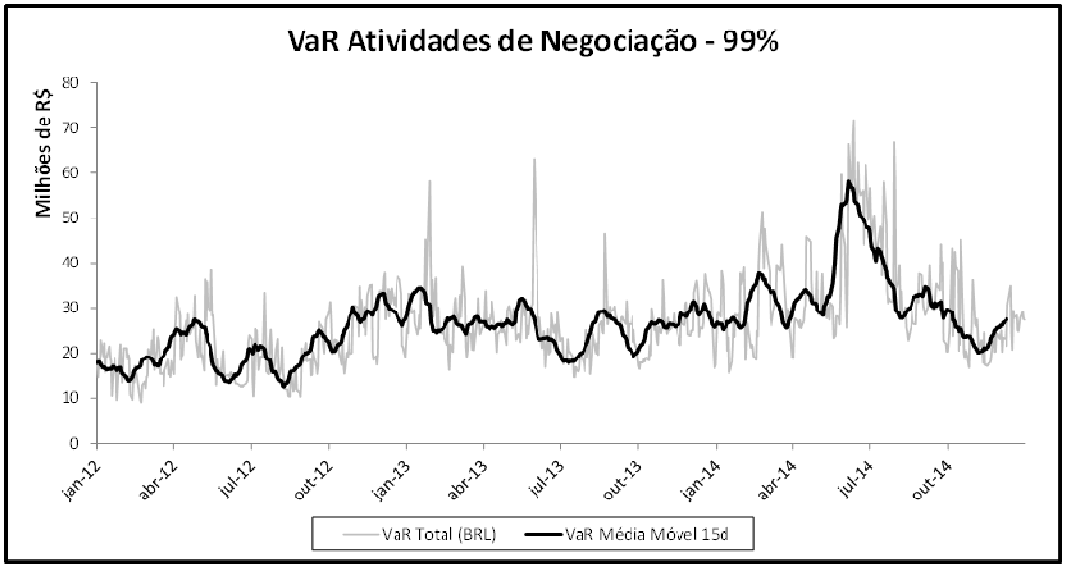
(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Análise Quantitativa

Atividades de Negociação

Análise quantitativa do VaR diário em 2014

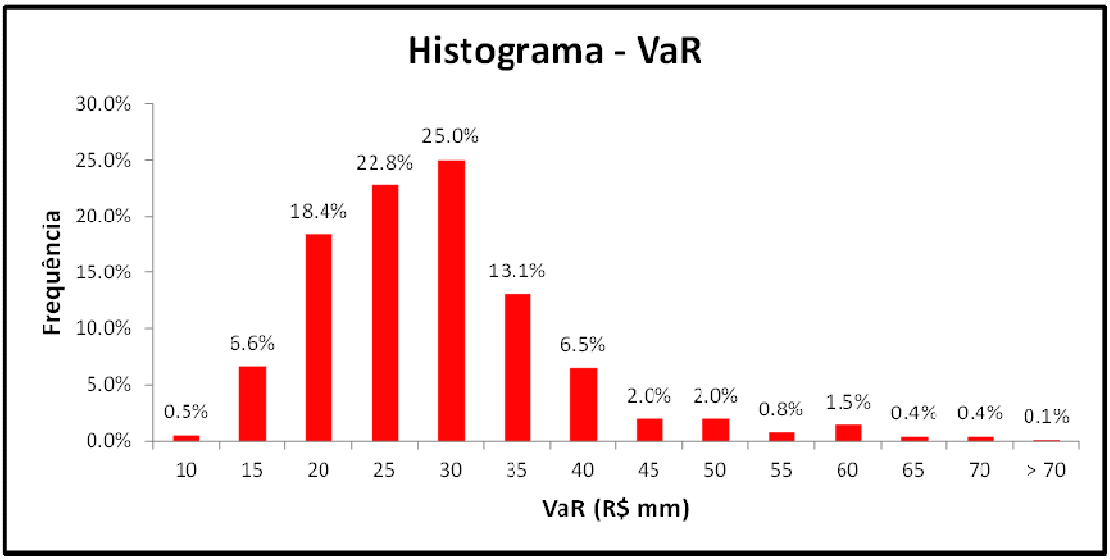
O gráfico a seguir mostra nosso desempenho em relação ao risco referente às atividades mantidas para negociação nos mercados financeiros em 2014, medido pelo VaR diário (99% de nível de confiança, 1 dia de horizonte temporal).



O VaR em 2014 variou entre R$15,7 milhões e R$71,7 milhões (o mais alto dos últimos anos). Como comparação, o VaR em 2013 variou entre R$14,7 milhões e R$63,1 milhões. O VaR manteve-se estável durante 2014, apresentando um aumento em junho e junho devido a posições significativas em taxa de juros de curto prazo. Para o fechamento de 2014 o VaR foi impulsionado por exposições em taxa de juros e com níveis reduzidos em exposições à renda variável e ao câmbio.

O histograma abaixo apresenta a distribuição do risco médio em termos de VaR entre 2013 e 2014, onde podemos observar um acúmulo de dias com VaR entre R$20 milhões e R$35 milhões (79% da distribuição).

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)



VaR por Fator de Risco

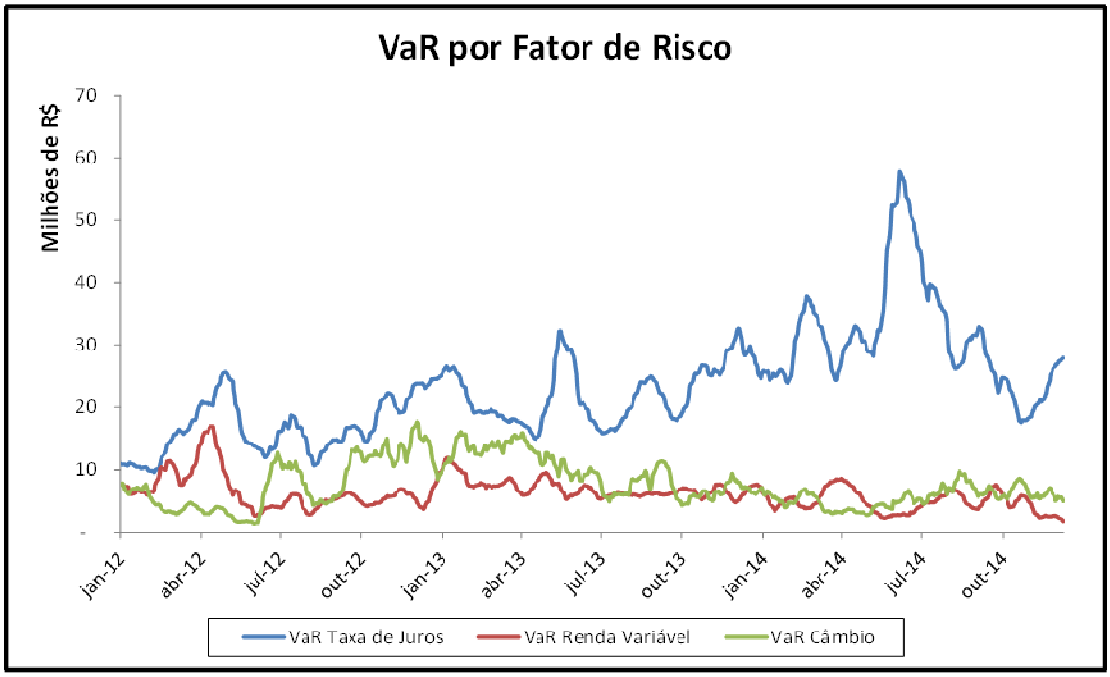
Os valores de risco mínimo, máximo, médio e no encerramento do exercício de 2013, em termos de VaR, foram os seguintes:

em Milhões de R$		2014			
	dez-13	Mínimo	Médio	Máximo	dez-14
VaR de Negociação	17.41	15.66	32.34	71.69	27.38
Efeito de Diversificação	(23.36)	(0.63)	(8.93)	(31.15)	(1.78)
VaR de Taxa de Juros	17.09	14.47	30.95	67.60	26.48
VaR de Renda Variável	8.05	0.75	4.75	12.13	0.75
VaR de Câmbio	15.63	1.08	5.58	23.11	1.92

O VaR médio de 2014 foi de R$32,3 milhões, com a maior parte do risco alocado em estratégias de taxa de juros. O banco não assumiu grandes posições em renda variável nem em câmbio, mas foi muito ativo no mercado de renda fixa.

O risco médio dos três principais fatores, taxas de juros, preços das ações e taxas de câmbio, foram de R$31,0 milhões, R$4,8 milhões e R$5,6 milhões, respectivamente, com um efeito de diversificação negativo médio de R$8,9 milhões. O diagrama a seguir mostra a evolução do VaR por grupo de risco (99% de nível de confiança, 1 dia de horizonte temporal e média móvel de 15 dias).

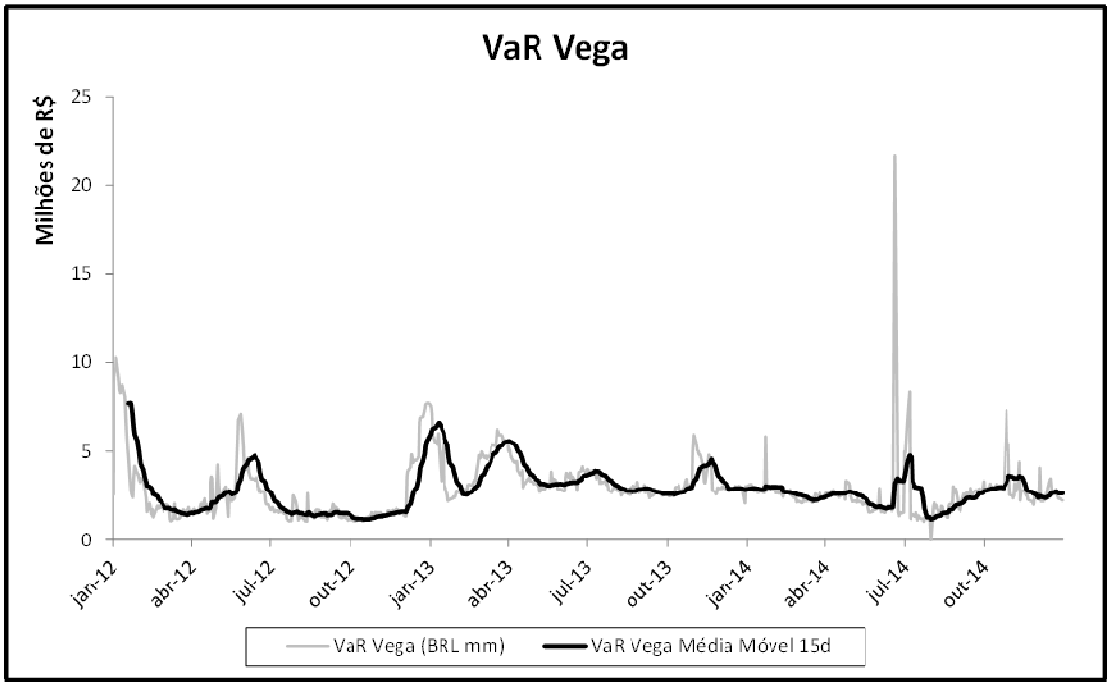
(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)



Gerenciamento de risco para derivativos estruturados

Nossa atividade em derivativos estruturados é basicamente focado em desenvolver produtos de investimento e cobertura de risco para clientes. O gerenciamento dessa carteira tem como princípio assumir o menor risco possível. Essas operações podem incluir opções de câmbio, de ações e de taxa de juros e, em sua maioria, para a carteira de clientes.

O gráfico abaixo apresenta o histórico do VaR Vega de nossa carteira de produtos estruturados dos últimos 3 anos, que apresentou uma média de R$2,9 milhões. De forma geral, os períodos de maior alta estão relacionados com aumentos significativos de volatilidade dos mercados.



Análise de Cenários

Diferentes cenários de estresse foram analisados em 2014. O cenário de quebra de correlação gerou os resultados apresentados na sequência.

Hipótese de Pior Cenário

A tabela a seguir mostra, em 31 de dezembro de 2014, as perdas máximas diárias para cada fator de risco (renda fixa, ações e moedas), em um cenário que parte das volatilidades históricas e supõem-se a variação dos fatores de risco em +/-3 e +/-6 desvios padrões diários. Desse conjunto de cenários, obtêm-se um quadro de resultados do teste de estresse, onde a maior perda por fator de risco é identificada. A somatória das maiores perdas de cada fator de risco gera a Hipótese de Pior Cenário, considerando a quebra de correlação entre os fatores de risco.

Teste de Estresse de Pior Cenário

	Câmbio	Taxa de Juros	Renda Variável	Total
		(em milhões de R$)		
Total Negociação	(99,0)	(2,1)	(1,3)	(102,4)

O teste de estresse mostra que o prejuízo econômico sofrido pelo grupo no resultado marcação a mercado, caso este cenário tivesse se materializado no mercado, seria de R$102,4 milhões.

Atividade de não-negociação

Análise quantitativa do Risco de Taxas de Juros em 2014

Moedas Convertidas

No final de 2014, a sensibilidade da margem de juros líquida em um ano, a um aumento paralelo de 100 pontos base na curva de juros local, foi R$490 milhões.

Além disso, no final de 2014, a sensibilidade do patrimônio líquido ao aumento de 100 pontos base em paralelo nas curvas de rendimento foi de R$1.846 milhões.

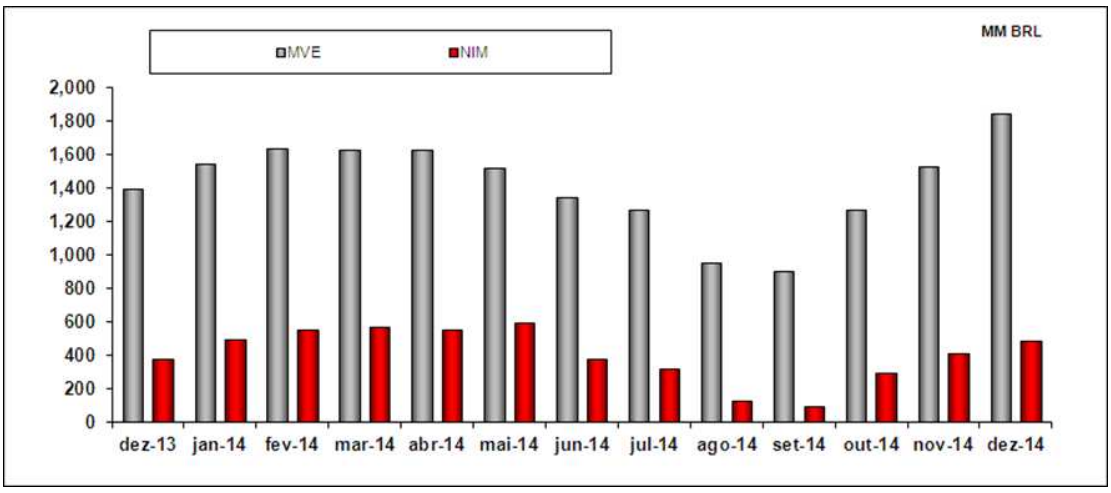
Gap estrutural

A tabela a seguir mostra o descasamento de nossos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 (em milhões de R$).

	TOTAL	0-1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	3-5 ANOS	> 5 ANOS	Não sensível
Gap estrutural					(em milhões de R$)				
Mercado monetário	207.689	68.561	15.399	8.331	19.574	42.790	20.722	30.275	6.509
Empréstimos	234.161	58.439	25.165	28.886	40.474	46.025	10.483	15.150	5.026
Ativo permanente	20.083	0	0	0	0	0	0	0	20.083
Outros	156.071	90.101	44	23	9	0	0	0	65.892
Total de ativos	**618.003**	**217.101**	**40.608**	**37.240**	**60.057**	**88.815**	**31.205**	**45.425**	**97.510**
Mercado monetário	-194.675	-140.085	-1.748	-4.180	-9.653	-21.217	-16.854	-9.101	0
Depósitos	-191.138	-124.630	-7.185	-3.714	-9.046	-17.526	-6.649	-7.101	-15.287
Ações e outros	-232.190	-100.339	-10.019	-4.511	-3.211	-1	0	-5.092	-113.863
Total de passivos	**-618.003**	**-365.054**	**-18.952**	**-12.404**	**-21.910**	**-38.744**	**-23.503**	**-21.293**	**-129.150**
Descompasso no balanço	**0**	**-147.953**	**21.656**	**24.835**	**38.147**	**50.071**	**7.702**	**24.132**	**-31.640**
Descompasso não declarado na balanço	**0**	**-44.482**	**-1.171**	**22.478**	**19.364**	**-3.139**	**4.892**	**2.055**	**0**
Total do descompasso estrutural	**0**	**-192.435**	**20.485**	**47.313**	**57.511**	**46.932**	**12.594**	**26.186**	**-31.640**
Descompasso acumulado	**0**	**-192.435**	**-171.949**	**-124.636**	**-67.125**	**-20.192**	**-7.598**	**18.588**	**-13.052**

O risco de taxa de juros de nossas carteiras de não negociação, medido pela sensibilidade da margem líquida a um movimento paralelo de 100 pontos básicos, aumentou de R$115 milhões em 2014, obtendo o nível máximo de R$601 milhões em Maio. A sensibilidade do valor de mercado aumentou R$468 milhões ao longo de 2014, obtendo o nível máximo de R$1.846 milhões em abril. As principais ocorrências durante 2014, que influenciaram as variações de sensibilidade foram às compras e vendas de títulos públicos da carteira de não negociação.

O gráfico a seguir mostra a sensibilidade à margem líquida de juros, ou "NIM" e valor patrimonial, ou "MVE", durante cada mês em 2014.



Risco de Juros por moeda em 31de dezembro de 2014

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

Abaixo a tabela com distribuição dos ativos e passivos dividida por moeda para a data de 31 de dezembro de 2014 (Em R$ milhões):

	TOTAL	0-1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	3-5 ANOS	> 5 ANOS	Não sensível
Gaps em Moeda Local									
Mercado Monetário	**169.036**	**57.284**	**15.139**	**8.190**	**15.226**	**37.314**	**15.953**	**15.762**	**5.016**
Interbancário	4.027	2.668	772	278	1.475	220	2	0	0
Disponibilidades / Compulsório	33.800	19.914	1.166	694	1.704	3.514	1.316	1.464	4.028
Títulos	131.208	34.702	13.201	7.219	12.047	33.580	14.636	14.298	989
Empréstimos	**197.982**	**49.630**	**19.479**	**18.660**	**29.691**	**44.841**	**10.269**	**15.010**	**6.344**
Creditos	189.163	41.604	19.339	18.214	29.265	43.480	10.263	14.995	6.051
Trade Finance	8.819	8.026	140	445	426	1.361	6	16	292
Ativo Permanente	**19.921**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**19.921**
Outros	**77.751**	**16.724**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**61.027**
Total do Ativo	**464.690**	**123.638**	**34.618**	**26.850**	**44.916**	**82.155**	**26.222**	**30.773**	**92.308**
Mercado Monetário	**-159.318**	**-139.632**	**-578**	**-1.416**	**-4.868**	**-9.022**	**-2.627**	**-2.563**	**0**
Interbancário	-72.013	-71.623	-65	-620	-752	-340	0	0	0
Emissões	-87.305	-68.009	-513	-796	-4.117	-8.681	-2.627	-2.563	0
Depósitos	**-182.618**	**-118.015**	**-6.025**	**-3.714**	**-8.575**	**-17.336**	**-6.575**	**-7.091**	**-15.287**
Ações e outros	**-122.754**	**-11.422**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-5.092**	**-111.009**
Patrimonio	-56.171	0	0	0	0	0	0	0	-56.171
Trade Finance	-292	0	0	0	0	0	0	0	-292
Outros	-66.290	-11.422	0	0	0	0	0	-5.092	-54.546
Total do Passivo	**-464.690**	**-269.069**	**-6.603**	**-5.130**	**-13.443**	**-26.358**	**-9.202**	**-14.746**	**-126.296**
Fora- Balanço Gap	**510**	**13.658**	**-2.869**	**2.637**	**-11.948**	**-6.054**	**3.454**	**1.625**	**0**
Gap	**510**	**-131.774**	**25.146**	**24.358**	**19.525**	**49.742**	**20.475**	**17.651**	**-33.989**

	TOTAL	0-1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	3-5 ANOS	> 5 ANOS	Não sensível
Gaps em Moeda Estrangeira									
Mercado Monetário	**38.653**	**11.277**	**260**	**140**	**4.348**	**5.476**	**4.769**	**14.513**	**1.493**
Interbancário	11.082	11.082	0	0	0	0	0	0	0
Disponibilidades / Compulsório	1.488	0	0	0	0	0	0	0	1.488
Títulos	26.082	194	260	140	4.348	5.476	4.769	14.513	5
Empréstimos	**36.179**	**8.809**	**5.686**	**10.226**	**10.783**	**1.184**	**214**	**139**	**-1.318**
Creditos	367	21	40	100	63	108	26	10	0
Trade Finance	35.811	8.789	5.646	10.126	10.720	1.076	187	130	-1.318
Ativo Permanente	**162**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**162**
Outros	**78.319**	**73.377**	**44**	**23**	**9**	**0**	**0**	**0**	**4.866**
Total do Ativo	**153.313**	**93.463**	**5.990**	**10.390**	**15.141**	**6.660**	**4.983**	**14.652**	**5.203**
Mercado Monetário	**-35.357**	**-453**	**-1.170**	**-2.764**	**-4.785**	**-12.195**	**-14.227**	**-6.537**	**0**
Interbancário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Emissões	-35.357	-453	-1.170	-2.764	-4.785	-12.195	-14.227	-6.537	0
Depósitos	**-8.520**	**-6.615**	**-1.160**	**0**	**-471**	**-190**	**-74**	**-9**	**0**
Ações e outros	**-109.436**	**-88.916**	**-10.019**	**-4.511**	**-3.211**	**-1**	**0**	**0**	**-2.854**
Patrimonio	-2.493	0	0	0	0	0	0	0	-2.493
Trade Finance	-22.851	-5.143	-10.019	-4.511	-3.211	-1	0	0	-43
Outros	-84.092	-83.774	0	0	0	0	0	0	-318
Total do Passivo	**-153.313**	**-95.985**	**-12.349**	**-7.275**	**-8.467**	**-12.386**	**-14.301**	**-6.547**	**-2.854**
Fora- Balanço Gap	**-510**	**-58.140**	**1.698**	**19.841**	**31.312**	**2.916**	**1.438**	**430**	**0**
Gap	**-510**	**-60.661**	**-4.661**	**22.955**	**37.986**	**-2.810**	**-7.880**	**8.535**	**2.349**

Risco de Mercado: Análise do VaR Consolidado

A tabela a seguir mostra nosso VaR diário total em 30 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, subdividido entre a carteira mantida para negociação e a carteira estrutural (não mantida para negociação). Os dados do VaR referentes às atividades mantidas para negociação e não mantidas para negociação do Santander Brasil foram somados, assim desconsiderando o efeito de diversificação.

	2014				2013
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Final**	**Final**
	(em milhões de R$)				
Negociação	15,6	32,3	71,7	27,4	17,4
Não-Negociação	245,5	451,6	614,4	605,4	539,4
Efeito de diversificação	-	-	-	-	-
Total	**261,1**	**483,9**	**686,1**	**632,8**	**556,8**

Nota: Os valores de VaR das carteiras de negociação e não negociação foram somados, desconsiderando, assim, o efeito da diversificação.

Nossas estimativas de VaR diário de risco da taxa de juros, de risco da taxa de câmbio e de risco do preço das ações são apresentadas abaixo.

Risco de Taxa de Juros

	2014				2013
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Final**	**Final**
	(em milhões de R$)				
Risco de Taxa de Juros					
Negociação	14,5	30,9	67,6	26,5	17,1
Não-Negociação	245,5	451,6	614,4	605,4	539,4
Efeito de diversificação	-	-	-	-	-
Total	**260,0**	**482,6**	**682,0**	**631,9**	**556,5**

Nota: Os valores de VaR das carteiras de negociação e não negociação foram somados, desconsiderando, assim, o efeito da diversificação.

Risco de Taxa de Câmbio

	2014				2013
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Final**	**Final**
	(em milhões de R$)				
Risco de Taxa de Câmbio					
Negociação	1,1	5,6	23,1	1,9	15,6
Não-Negociação	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Efeito de diversificação	-	-	-	-	-
Total	**1,1**	**5,6**	**23,1**	**1,9**	**15,6**

Nota: Os valores de VaR das carteiras de negociação e não negociação foram somados, desconsiderando, assim, o efeito da diversificação.

Risco de Renda Variável

	2014				2013
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Final**	**Final**
	(em milhões de R$)				
Risco de Renda Variável					
Negociação	0,7	4,8	12,1	0,8	8,0
Não-Negociação	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Efeito de diversificação	-	-	-	-	-
Total	**0,7**	**4,8**	**12,1**	**0,8**	**8,0**

Nota: Os valores de VaR das carteiras de negociação e não negociação foram somados, desconsiderando, assim, o efeito da diversificação.

A tabela a seguir mostra as estimativas de nosso VaR diário por atividade.

	2014				2013
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**31/Dez**	**31/Dez**
	(em milhões de R$)				
Negociação					
Risco de taxa de juros	14,5	30,9	67,6	26,5	17,1
Risco de taxa de câmbio	1,1	5,6	23,1	1,9	15,6
Risco de renda variável	0,7	4,8	12,1	0,8	8,0
Sub Total Negociação	**16,3**	**41,3**	**102,8**	**29,2**	**40,8**
Não-negociação					
Risco de taxa de juros	245,5	451,6	614,4	605,4	539,4
Risco de renda variável	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Risco de taxa de câmbio	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Sub Total Não-negociação	245,5	451,6	614,4	605,4	539,4
Total (Trading + Non-Trading)	**261,8**	**492,9**	**717,2**	**634,6**	**580,2**
Risco de taxa de juros	260,0	482,6	682,0	631,9	556,5
Risco de taxa de câmbio	1,1	5,6	23,1	1,9	15,6
Risco de renda variável	0,7	4,8	12,1	0,8	8,0

Nota: Os valores de VaR das carteiras de negociação e não negociação foram somados, desconsiderando, assim, o efeito da diversificação.

Riscos Operacionais

Perdas por risco operacional podem ocorrer por deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas ou até mesmo por eventos externos como desastres naturais, terrorismo, roubo e vandalismo.

Para alcançar os objetivos de Riscos Operacionais, o Santander Brasil conta com as seguintes estruturas organizacionais, pertencentes à estrutura de governança corporativa:

- Comitê Operacional de Riscos Operacionais: um Comitê sênior independente com poder decisório e responsável por contribuir na definição de nossas estratégias e diretrizes para gestão e controle de riscos operacionais, tecnológicos e o programa de continuidade de negócios;

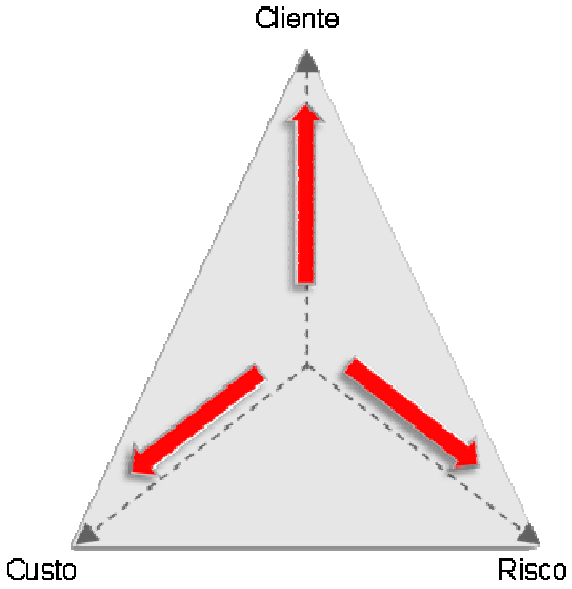
- Fórum de Riscos Operacionais: um Fórum operacional independente responsável por tratar e direcionar

temas ao CORO que precisam de decisão estratégica e/ou diretriz para a gestão e controle de riscos operacionais, tecnológicos e o programa de continuidade de negócios; e

- Superintendência de Riscos Não Financeiros: responsável por controlar e assegurar a solidez das práticas de gestão de riscos operacionais e tecnológicos em toda a organização, além de implantar e disseminar a cultura, definir as metodologias, normas, políticas, ferramentas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para um efetivo e eficiente gerenciamento e controle do risco operacional, adicionalmente tem o papel de atuar na continuidade dos negócios para situações de contingências. Auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e otimizar a execução das atividades diárias. Também contribui na prevenção e redução de perdas de risco operacional e implementação das boas práticas, assim como assegurar que estamos em conformidade aos requerimentos regulatórios.

- Em 2014 o Santander Brasil adaptou sua estrutura, organização e administração da gestão e controle de RO, visando adequar-se ao Modelo das Linhas de Defesa para aprimorar a evolução da gestão e controle do Risco Operacional, bem como caminhar às melhores práticas.

Objetivos



- Contribuir para a estratégia de gestão de riscos do Banco e aspectos regulatórios local e externos.
- Disseminar cultura corporativa de Gestão e Controle dos Riscos Operacionais, Controles Internos, com "Accountability"
- Contribuir para os objetivos e sustentabilidade do Negócio e fortalecimento da imagem do Santander
- Prover insumos e ferramentas para a tomada de decisão, alinhada ao apetite de risco
- Assegurar a continuidade dos negócios e aumentar a resiliência da Organização
- Reduzir e Prevenir riscos e perdas, melhorando o perfil de risco
- Contribuir na melhora da eficiência dos custos, eventos e riscos assumidos.

Todos os funcionários do Banco são responsáveis pelo risco operacional inerente às suas atividades

Risco Socioambiental

Temos um sistema de gestão de risco socioambiental para o segmento de Atacado do Santander. Neste sistema, os credores que possuem limites de crédito e/ou risco de crédito acima de R$1 milhão são analisados em relação a aspectos socioambientais como terrenos contaminados, desmatamento ilegal, violações trabalhistas e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de aplicação de penalidades legais. Em 2014, analisamos aproximadamente 1.700 pessoas jurídicas do segmento atacado, incluindo cerca de 34 novos projetos, para esses tipos de riscos. Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Engenharia de Saúde e Segurança e Engenharia Química monitora as práticas sociais e ambientais de nossos clientes, enquanto nossos analistas financeiros avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. Além disso, os clientes do segmento de Atacado, quando iniciam seu relacionamento comercial com o Banco, são avaliados em relação a aspectos socioambientais pela área responsável pela aceitação de novos clientes. Nossa atividade de monitoramento foca na preservação do nosso capital e reputação no mercado. A área

de Risco Socioambiental conta com a ajuda de uma ferramenta própria, que otimiza e padroniza o processo de análise, o que leva a um monitoramento mais preciso a respeito dos clientes. Nossa atividade de monitoramento foca na preservação do nosso capital e reputação no mercado. Treinamos constantemente nossas áreas de crédito e comercial sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para empresas. As áreas responsáveis pela contratação de qualquer fornecedor deve identificar potencias riscos socioambientais e oportunidades. Os fornecedores devem cumprir com os padrões requeridos pela legislação ambiental e trabalhista.

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

12A. Títulos de Dívida

Não se aplica.

12B. Bônus de Subscrição e Direitos

Não se aplica.

12C. Outros Valores Mobiliários

Não se aplica.

12D. Descrição dos *American Depositary Receipts*

Taxas e Despesas

O depositário poderá cobrar de cada pessoa a quem forem emitidas ADSs, inclusive, entre outros, emissões mediante depósito de *Units*, emissões relativas às distribuições de *Units*, direitos e outras distribuições, emissões relativas à dividendos em ações ou desdobramento de ações declarado pela Companhia ou emissões de acordo com uma fusão, troca de títulos ou qualquer outra operação ou evento que afete as ADSs ou os títulos depositados, e cada pessoa que apresentar ADSs para retirada de títulos depositados na forma permitida pelo contrato de depósito ou cujos ADRs forem cancelados ou reduzidos por qualquer outra razão, o valor de US$5,00 para cada 100 ADSs (ou qualquer parte delas) emitidas, entregues, reduzidas, canceladas ou devolvidas, conforme o caso. O depositário poderá vender (mediante venda pública ou particular) títulos suficientes e bens recebidos com relação a uma distribuição de *Units*, direitos e/ou outra distribuição anterior a esse depósito para pagamento desse encargo.

Os seguintes encargos adicionais deverão ser incorridos pelos detentores de ADR, por qualquer parte que depositar ou retirar *Units* ou por qualquer parte que apresentar ADSs ou para a qual ADSs forem emitidas (incluindo, entre outros, a emissão de acordo com um dividendo em ações ou um desdobramento de ações declarado por nós ou uma troca de ações a respeito dos ADRs ou dos títulos depositados ou uma distribuição de ADSs), o que for aplicável:

- uma taxa de US$1,50 por ADR para transferências de certificações ou de registro direto de ADRs;
- uma taxa de US$0,05 por ADS para qualquer distribuição em dinheiro efetuada de acordo com o contrato de depósito;
- uma taxa de US$0,05 por ADS por ano civil (ou parte dele) pelos serviços prestados pelo depositário referentes à administração de nosso programa de ADRs (taxa essa que poderá ser cobrada periodicamente durante cada ano civil e será avaliada em relação aos detentores de ADRs na data de registro ou nas datas de registro definidas pelo depositário durante cada ano civil e que será paga da maneira descrita na disposição seguinte);
- qualquer outro encargo devido por qualquer depositário, agente do depositário, inclusive, entre outros, o custodiante, ou os agentes dos agentes do depositário em relação à entrega das *Units* da Companhia ou outros títulos depositados (encargo esse que será cobrado dos detentores registrados de ADRs da Companhia na data de registro ou datas de registro estabelecidas pelo depositário e será devido, a critério exclusivo do depositário, mediante a cobrança desses detentores registrados ou dedução desse encargo de um ou mais dividendos em dinheiro ou outras distribuições em dinheiro);

- uma taxa referente à distribuição de títulos (ou à venda de títulos com relação a uma distribuição), taxa essa em um valor equivalente à taxa de assinatura e entrega de ADSs que teria sido cobrada como resultado do depósito desses títulos (considerando todos esses títulos como se fossem *Units*), porém tais títulos ou produtos líquidos em dinheiro provenientes de sua venda são, em vez disso, distribuídos pelo depositário aos detentores com direito a eles;

- impostos sobre transferência de ações ou outros impostos e encargos governamentais;

- encargos de transmissão eletrônica, telex e fax incorridos mediante solicitação do detentor;

- taxas de transferência ou registro referentes ao registro de transferência de títulos depositados em qualquer livro de registro aplicável com relação ao depósito ou retirada de títulos depositados;

- despesas do depositário com relação à conversão de moeda estrangeira em dólares norte-americanos; e

- taxas e despesas conforme incorridas pelo depositário (inclusive, entre outras, despesas incorridas em relação ao cumprimento de normas de controle cambial ou qualquer lei ou regulamento referente a investimento estrangeiro) na entrega de títulos depositados ou de outra forma com relação ao cumprimento pelo depositário ou seu custodiante das leis, normas ou regulamentos aplicáveis.

Pagaremos todos os demais encargos e despesas do depositário e de qualquer agente do depositário (exceto o custodiante) em conformidade com os contratos celebrados periodicamente entre a Companhia e o depositário. As taxas descritas acima poderão ser modificadas periodicamente.

Pagamentos Diretos e Indiretos

JP Morgan Chase Bank, N.A., ou JP Morgan, na qualidade de depositário, concordou em reembolsar algumas despesas razoáveis incorridas por nós em virtude do programa de ADRs. Em certas circunstâncias, incluindo a rescisão do programa, seremos obrigados a pagar ao J.P. Morgan os valores reembolsados em períodos anteriores.

Os reembolsos incluem pagamentos diretos (taxas contábeis e honorários advocatícios relacionados à preparação do Formulário 20-F e às exigências contínuas da SEC de conformidade e listagem, taxas de listagem, despesas de relações com os investidores, despesas de propaganda e relações públicas e taxas pagáveis à Broadridge e a outras prestadoras de serviço a respeito da distribuição de materiais impressos para os detentores de ADR beneficiários na Depositary Trust Corporation, tais como as informações relacionadas a assembleias de acionistas e cartões de instrução de voto relacionados) e pagamentos indiretos (despesas de terceiros pagas diretamente e taxas renunciadas).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, recebemos aproximadamente US$4,3 milhões de reembolso do J.P. Morgan.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

PARTE II

ITEM 13. INADIMPLÊNCIAS, ATRASOS DE DIVIDENDOS E FALHAS

Nada a reportar

ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Nenhuma.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

15A. Controles e Procedimentos de Divulgação

Em 31 de dezembro de 2014, sob a supervisão e participação de nossa gestão, incluindo nossos CEO, CFO e o Diretor de Contabilidade, realizamos uma avaliação da eficácia dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no artigo 13a-15(e) do Exchange Act). Conforme descrito abaixo, existem limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controle, incluindo procedimentos e controles de divulgação. Portanto, controles e procedimentos de divulgação eficazes podem fornecer apenas garantias razoáveis de alcançar seus objetivos de controle.

Com base em tal avaliação, nosso CEO, CFO e o Diretor de Contabilidade concluíram que nossos procedimentos e controles de divulgação são eficazes para garantir que as informações que devem ser divulgadas por nós, de acordo com o Exchange Act, são (i) registradas, processadas, resumidas e reportadas dentro dos prazos especificados nas normas e formulários da SEC e (ii) acumuladas e comunicadas à nossa gestão, incluindo nosso CEO, CFO e o Diretor de Contabilidade, quando apropriado, o que permite decisões tempestivas em relação à divulgação exigida.

Em adição a isso e de acordo com o requerimento legal (Resoluções 2.554/98 e 3.380/06 e Circular 3.467/09), produzimos e emitimos um relatório interno em 19 de março de 2015, de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil relativos à efetividade do ambiente de controles internos.

15B. Relatório anual da administração sobre controle interno e sobre relatórios financeiros

Nossa gestão é responsável por estabelecer e manter um adequado controle interno sobre a emissão de relatórios financeiros, tal como definido na Regra 13a-15 (f) do *Exchange Act*.

Nosso controle interno sobre a emissão de relatórios financeiros é um processo desenvolvido por, ou sob a supervisão dos, nossos principais gestores executivos e gestores financeiros e efetuados pelo nosso conselho de administração, diretores e outros funcionários, para fornecer garantias razoáveis em relação à confiabilidade da emissão de relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras consolidadas para efeitos externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos. Para nós, os princípios contábeis geralmente aceitos referem-se às normas da IFRS.

Nosso controle interno sobre a emissão de relatórios financeiros inclui as políticas e procedimentos que:

- correspondem à manutenção dos registros que, com detalhes razoáveis e precisão, refletem as transações e disposições dos nossos ativos;

- fornecem garantias razoáveis de que as transações são registradas conforme necessário para preparar as demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e que nossas receitas e despesas estão sendo feitas somente em conformidade com as autorizações de nossa gestão e diretores; e

- fornecem garantias razoáveis de prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, uso ou disposição não autorizados de nossos ativos que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Devido à suas limitações inerentes, controles internos na emissão de relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar falhas. Além disso, projeções de qualquer avaliação da eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de os controles se tornarem inadequados devido às mudanças nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa deteriorar-se.

Adaptamos nosso controle interno na emissão de relatórios financeiros com os mais rigorosos padrões internacionais e em conformidade com as orientações definidas pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") em seu Internal Control – Integrated Framework 2013 (Documento de Gerenciamento de Risco Empresarial – Estrutura Integrada). Essas orientações foram ampliadas e instaladas nas empresas do grupo, aplicando uma metodologia comum e padronizando os procedimentos de identificação de processos, riscos e controles, baseados no documento de Gerenciamento de Risco Empresarial – Estrutura Integrada.

Gerenciamento de riscos - estrutura integrada

O processo de documentação nas nossas empresas tem sido constantemente dirigido e monitorado por uma equipe de coordenação global, que define as orientações para o seu desenvolvimento e supervisiona sua execução na unidade local.

A estrutura geral é consistente, atribuindo aos gestores responsabilidades específicas sobre a estrutura e a eficácia dos processos relacionados direta e indiretamente com a produção das demonstrações financeiras consolidadas, bem como os controles necessários para mitigar os riscos inerentes a esses processos.

Sob a supervisão e com a participação da nossa gestão, incluindo o nosso CEO, o nosso CFO e o nosso Diretor de Contabilidade, realizamos uma avaliação da eficácia do nosso controle interno sobre a emissão de relatórios financeiros de 31 de dezembro de 2014, com base na estrutura estabelecida pelo COSO.

Com base nessa avaliação, que ocorreu em 30 de março de 2015, a gestão considera que os controles internos para emissão dos relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014 são efetivos com base nesse critério.

15C. Relatório de auditoria da empresa de contabilidade pública registrada

O relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, nossa firma de Contabilidade Pública Registrada, datado de 30 de março de 2015, certificou a efetividade de nosso Controle Interno sobre os relatórios financeiros de 31 de dezembro de 2014. Vide "Item 18- Demonstrações Financeiras".

15D. Mudanças no controle interno sobre a emissão de relatórios financeiros

Não ocorreram mudanças nos controles internos sobre os relatórios financeiros durante o período coberto por este relatório anual que afetou ou é razoavelmente provável afetar de forma significativa nosso controle interno sobre os relatórios financeiros.

ITEM 16. [RESERVADO]

ITEM 16A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

O conselho de administração determinou que um dos membros de nosso comitê de auditoria, Sr. Graham Charles Nye, é o "Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria", e cumpre com os requisitos estabelecidos pela SEC e pela NYSE. Ele, assim como os demais membros do comitê de auditoria, é considerado membro independente nos termos da regulamentação aplicável brasileira e às regulamentações da SEC e da NYSE.

Para mais detalhes sobre o comitê de auditoria, vide "Item 6. Conselheiros, Diretoria e Funcionários - C. Práticas do Conselho de Administração – Comitês de Assessoramento ao Conselho – Comitê de Auditoria".

ITEM 16B. Código de Ética

O Código de Ética (o "Código"), elemento central da Governança de Compliance, é dirigido aos membros do conselho de administração e todos os funcionários e estagiários ("Sujeitos ao Código") das empresas integrantes do Santander Brasil. Nele são definidos os princípios que devem guiar tanto o comportamento pessoal quanto profissional

dos Sujeitos ao Código. Os Sujeitos ao Código devem conhecer o Código, observando e defendendo seu cumprimento. Para tanto, os Sujeitos ao Código estão obrigados a participar de todas as ações de treinamento às quais forem convocados para o adequado conhecimento de seu conteúdo. A atuação dos Sujeitos ao Código deve ser orientada por princípios éticos e regras de conduta que sejam coerentes com os valores da empresa.

O Código contribui para estabelecer um padrão de relacionamento respeitoso e transparente, com o objetivo de cumprir as obrigações assumidas pelo Santander Brasil com seus clientes, funcionários, acionistas, parceiros, reguladores e toda a sociedade. O Código deve ser referência, ainda, para o cumprimento dos deveres legais e para a manutenção dos relacionamentos comerciais estabelecidos com base na confiança dos clientes e parceiros.

O texto integral do Código está disponível em nosso *website* (www.santander.com.br/ri).

ITEM 16C. Honorários e Serviços dos Principais Auditores

O saldo de "Outras Despesas Administrativas - Relatórios Técnicos" inclui os honorários pagos pelas empresas consolidadas (detalhadas no Apêndice I das Demonstrações Financeiras Consolidadas incluídas neste relatório anual) para os respectivos auditores, Deloitte Touche Tohmatsu, conforme apresentado a seguir:

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro,	
	2014	**2013**
	(em milhões de R$)	
Auditoria das demonstrações financeiras das empresas auditadas pela Deloitte (constantes no escopo da consolidação)	10,4	12,7
Relacionados a Auditoria	1,3	—
Impostos	0,1	1,3
Outros	0,4	0,4
Total	**12,2**	**14,4**

Os serviços comissionados dos nossos auditores atendem os requerimentos de independência estipulados pelo Banco Central do Brasil e as regulamentações da CVM e pela Lei Sarbanes-Oxley de 2002, e eles não envolvem a execução de nenhum trabalho que é incompatível com as funções do auditor.

Se formos requeridos a contratar uma firma de auditoria para serviços relacionados à auditoria, estes serviços têm que ser pré-aprovados pelo comitê de auditoria, assim como qualquer taxa paga por nós às firmas de auditoria.

ITEM 16D. Isenções das Normas de Listagem para os Comitês de Auditoria

Segundo as normas da NYSE e da SEC para companhias listadas, devemos observar a Regra 10A-3 do *Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais - Normas de Listagem para os Comitês de Auditoria). A Regra 10A-3 dispõe que devemos constituir um comitê de auditoria composto por membros do conselho de administração, que atenda as exigências especificadas nas normas de listagem ou, então, designar e instituir um conselho fiscal ou órgão semelhante para executar as funções do comitê de auditoria, com base na isenção geral dos comitês de auditoria de emissores privados estrangeiros estabelecida na Regra 10A-3(c) (3) do *Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais).

De acordo com as regras do Banco Central do Brasil, instituímos um órgão semelhante ao comitê de auditoria do conselho de administração de uma empresa norte-americana, denominado "comitê de auditoria".

Nosso comitê de auditoria observa a legislação brasileira e desempenha todas as funções de um comitê de auditoria previstas na Regra 10A-3. Conforme disposto na lei brasileira, nosso conselho de administração e o comitê de auditoria são órgãos estatutários distintos. Além disso, segundo a lei brasileira, a função de contratar auditores independentes é um poder reservado exclusivamente ao conselho de administração de uma companhia. Nosso comitê de auditoria recomenda, de acordo com o caso, a contratação ou substituição dos auditores independentes e nosso conselho de administração atua como comitê de auditoria para fins da nomeação desses auditores independentes. Celso Clemente Giacometti é o único membro do conselho de administração que também é membro do comitê de auditoria.

Com exceção desses aspectos, o comitê de auditoria do Santander Brasil é comparável a um comitê de auditoria

do conselho de administração e desempenha as mesmas funções de uma empresa nos EUA. Nosso comitê de auditoria é capaz de atuar de forma independente na assunção das responsabilidades de um comitê de auditoria dispostas na Lei Sarbanes-Oxley, atende as exigências de isenção da Regra 10A-3(c)(3) e, portanto, está em conformidade com a Regra 10A-3 do *Securities Exchange Act* (Lei de Mercado de Capitais).

ITEM 16E. Compra de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

A tabela a seguir reflete compras de nossas ações, incluindo sob a forma de ADSs, por nós ou nossas afiliadas em 2014.

Banco Santander (Brasil) S.A. – Programa de Recompra de UNITS

2013	Número Total de *Units* Adquiridas	Preço Médio Pago por *Unit* em US$	Número Total de *Units* Adquiridas como Parte de Planos ou Programas de Anúncio Público (1)	Número Máximo (ou Valor em Dólar Aproximado) das *Units* que Ainda podem ser Adquiridas em Planos ou Programas
1º a 31 de janeiro	300.000	11.273860	300.000	—
1º a 28 de fevereiro	2.817.000	11.370924	2.817.000	—
1º a 31 de março	1.300.000	11.532532	1.300.000	—
1º a 30 de abril	—	—	—	—
1º a 31 de maio	—	—	—	—
1º a 30 de junho	—	—	—	—
1º a 31 de julho	—	—	—	—
1º a 31 de agosto	—	—	—	—
1º a 30 de setembro	—	—	—	—
1º a 31 de outubro	—	—	—	—
1º a 30 de novembro	2.058.300	14.155739	2.058.300	—
1º a 31 de dezembro	949.700	13.477208	949.700	—
Total	**7.425.000**	**—**	**7.425.000**	**—**

(1) O Programa de Recompra de Units ou ADRs, conforme aprovado pelo nosso conselho de administração e divulgado em 3 de novembro de 2014.

Banco Santander (Brasil) S.A. – Programa de Recompra de ADRs

2013	Número Total de *Units* Adquiridas	Preço Médio Pago por *Unit* em US$	Número Total de *Units* Adquiridas como Parte de Planos ou Programas de Anúncio Público (1)	Número Máximo (ou Valor em Dólar Aproximado) das *Units* que Ainda podem ser Adquiridas em Planos ou Programas
1º a 31 de janeiro	—	—	—	—
1º a 28 de fevereiro	2.894.724	4,875076923	2.894.724	—
1º a 31 de março	1.897.150	4,96021	1.897.150	—
1º a 30 de abril	—	—	—	—
1º a 31 de maio	—	—	—	—
1º a 30 de junho	—	—	—	—
1º a 31 de julho	—	—	—	—
1º a 31 de agosto	—	—	—	—
1º a 30 de setembro	—	—	—	—
1º a 31 de outubro	—	—	—	—
1º a 30 de novembro	1.540.344	5,4906	1.540.344	—
1º a 31 de dezembro	—	—	—	—
Total	**6.332.218**	**—**	**6.332.218**	**—**

(1) O Programa de Recompra de Units ou ADRs, conforme aprovado pelo nosso conselho de administração e divulgado em 3 de novembro de 2014.

ITEM 16F. Mudança na Contabilidade Independente do Requerente

Sem alterações**.**

ITEM 16G. Governança Corporativa

Em dezembro de 2012, fundamentalmente em resposta às exigências da Autoridade Bancária Europeia, o Santander Espanha adotou uma nova estrutura para sua governança corporativa (*Marco de Gobierno Interno del Grupo Santander*). O objetivo desta estrutura é organizar e padronizar práticas de governança corporativa do Santander Espanha e de suas subsidiárias mais importantes, incluindo o Santander Brasil, de forma a melhorar a capacidade do Santander Espanha em gerenciar os riscos decorrentes das operações do Grupo Santander ao redor do mundo.

Os três pilares de referida estrutura são: (i) um modelo organizacional baseado em funções sujeitas à governança interna, (ii) termos de referência, segundo os quais o Santander Espanha exerce controle e fiscalização sobre suas subsidiárias e participa de decisões específicas, na qualidade de acionista majoritária e (iii) modelos corporativos que estabelecem diretrizes comuns para a gestão e controle das subsidiárias do Santander Espanha, levando-se em consideração a autonomia local. Em geral, referida estrutura se propõe a implementar mudanças organizacionais e procedimentais ao invés de impor resultados específicos e substantivos.

De acordo com seus próprios termos, a estrutura como um todo tem como premissa a autonomia jurídica e financeira das controladas e não autoriza o Santander Espanha a suplantar os processos decisórios de suas subsidiárias. Além disso, cada um dos três pilares da estrutura está expressamente sujeito aos requisitos legais locais. Aprovamos a adoção desta estrutura de governança corporativa em maio de 2013, sujeito à primazia das leis brasileiras e regulamentos aplicáveis e das limitações por eles impostas, como as regras de sigilo bancário, bem como à primazia das nossas práticas de governança corporativa, incluindo as nossas políticas para as transações com partes relacionadas e para divulgação de atos e fatos relevantes.

Como resultado da primazia conferida aos requisitos legais locais na própria estrutura e nas nossas resoluções que a adotaram, nós não pretendemos que a adoção dessa estrutura de governança corporativa afete a nossa capacidade de cumprir com as normas de governança corporativa aplicáveis, incluindo as regras da SEC e da NYSE aplicáveis a emissores privados estrangeiros.

De acordo com a Seção 303A.11 do Manual de Companhias Listadas da NYSE, somos obrigados a fornecer um resumo dos pontos significativos nos quais as nossas práticas de governança corporativa diferem daquelas exigidas para companhias residentes dos Estados Unidos, nos termos dos padrões de listagem da NYSE. A Seção 303A do Manual das Companhias Listadas da NYSE estabelece alguns requisitos de governança corporativa que uma companhia deve respeitar para estar listada na NYSE. No entanto, isenções de muitos dos requisitos estão disponíveis para emissores privados estrangeiros, como nós. Como um emissor privado estrangeiro, estamos autorizados a (e iremos) seguir as práticas do nosso país de origem, ao invés dos padrões de governança corporativa estabelecidos pela NYSE que estivermos isentos.

A discussão das diferenças significativas entre os padrões de governança corporativa brasileiros que regem nossas práticas e os padrões da NYSE aplicáveis a empresas norte-americanas segue abaixo. Ela inclui apenas uma breve descrição de nossas práticas de governança corporativa.

Principais Diferenças entre as Práticas de Governança Corporativa Brasileiras e Norte-Americanas

Estamos sujeitos às normas de listagem de governança corporativa da NYSE. Como emissor privado estrangeiro, as normas aplicáveis a nós são consideravelmente diferentes das normas aplicadas a companhias listadas dos Estados Unidos. Nos termos das normas da NYSE, somos obrigados apenas: (i) a ter comitê ou comissão de auditoria, de acordo com isenção aplicável disponível a emitentes privados estrangeiros que atenderem certas exigências conforme discutido abaixo, (ii) a fornecer pronta certificação de nosso diretor-presidente a respeito de qualquer não cumprimento substancial de qualquer norma de governança corporativa, (iii) a submeter uma confirmação por escrito assinada anualmente à NYSE e afirmações intermediárias por escrito cada vez que ocorrer uma mudança no conselho ou em quaisquer comitês sujeitos ao Artigo 303A das normas da NYSE, e (iv) a fornecer breve descrição das diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e práticas de governança corporativa da NYSE que devem ser seguidas pelas companhias listadas dos Estados Unidos. A discussão das diferenças significativas entre

nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas das companhias listadas norte-americanas segue abaixo, conforme exigido para emitentes privados estrangeiros pela Norma 303A.11 da NYSE.

Maioria de Conselheiros Independentes

As normas da NYSE requerem que a maioria do conselho consista em conselheiros independentes. Por sermos uma companhia cuja maioria das ações com direito a voto são beneficamente detidas por outra pessoa jurídica (Santander Espanha), não somos obrigados a cumprir esta norma. A independência é definida por vários critérios, inclusive inexistência de relacionamento substancial entre o conselheiro e a companhia listada. Segundo os padrões de listagem do Nível 2 da BM&FBOVESPA, nosso conselho de administração deve ter, pelo menos, cinco membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes, conforme determinado de acordo com o Artigo 14 de nosso estatuto social. Atualmente, quatro membros do Conselho de Administração são considerados independentes, de acordo com os critérios das normas de listagem do Nível 2 da BM&FBOVESPA. Ainda, a legislação societária brasileira, o Banco Central do Brasil e a CVM estabelecem normas que exigem que os conselheiros atendam certas exigências de qualificação e tratam da remuneração, dos deveres e das responsabilidades dos diretores executivos e conselheiros da companhia, bem como das restrições aplicáveis a eles. Embora acreditemos que essas normas forneçam garantias adequadas de que nossos conselheiros são independentes e cumprem com as exigências de qualificação necessárias de acordo com a legislação brasileira, acreditamos que essas normas nos permitiriam ter conselheiros que não passariam de outro modo no teste para independência de conselheiro estabelecido pela NYSE. A legislação societária brasileira requer que nossos conselheiros sejam eleitos por nossos acionistas em assembleia geral ordinária. Atualmente, todos os nossos conselheiros são eleitos por nossos acionistas após a recomendação do Comitê de Remuneração e Nomeação.

Sessões Executivas

As normas da NYSE requerem que os conselheiros não pertencentes à administração se reúnam regularmente em sessões executivas agendadas sem a presença da administração. A legislação societária brasileira não tem disposição semelhante. De acordo com a qual, até um terço dos membros do conselho de administração pode ser eleito entre os membros da administração. Nosso presidente, Sr. Jesús Maria Zabalza Lotina, e os Diretores Vice-Presidente Executivos Sêniores, Srs. José de Paiva Ferreira e Conrado Engel, são membros de nosso conselho de administração. Não há exigência para que os conselheiros que não são membros da administração se reúnam regularmente sem a presença da administração. Como consequência, os conselheiros que não são membros da administração em nosso conselho, em regra, não se reúnem em sessão executiva.

Comitês

As normas da NYSE requerem que as companhias listadas tenham um comitê de nomeação/governança corporativa e um comitê de remuneração compostos inteiramente por conselheiros independentes e regidos por um estatuto escrito que trate da finalidade requerida do comitê e detalhe suas responsabilidades requeridas. Como uma companhia cuja maioria das ações com direito a voto são detidas por outro grupo, não somos obrigados a cumprir esta norma. As responsabilidades do comitê de nomeação/governança corporativa incluem, entre outras coisas, identificar e selecionar candidatos a membros do conselho qualificados e desenvolver conjunto de princípios de governança corporativa aplicável à companhia. As responsabilidades do comitê de remuneração, por sua vez, incluem, entre outras coisas, analisar metas corporativas pertinentes à remuneração do diretor-presidente, avaliar seu desempenho, aprovar seu nível de remuneração e recomendar planos de remuneração, de remuneração de incentivo e de remuneração paga em ações aos diretores executivos que não o presidente do conselho.

A regulamentação do CMN exige que tenhamos um comitê de remuneração composto de, no mínimo, 3 membros. Criamos um comitê de remuneração e nomeação, órgão cuja função é assessorar nosso conselho de administração em questões relacionadas (i) à eleição dos membros do conselho de administração, comitê de auditoria e diretoria executiva, (ii) ao plano sucessório, (iii) às políticas de remuneração fixa e variável e benefícios, e (iv) ao plano de incentivo de longo prazo.

Vide "Item 6. Conselheiros, Diretoria e Funcionários - C. Práticas do Conselho”.

De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração acumulada de nossos conselheiros e diretores executivos é definida por nossos acionistas.

Comitê de Auditoria e Exigências Adicionais do Comitê de Auditoria

As normas da NYSE requerem que as companhias listadas tenham um comitê de auditoria (i) composto de no mínimo três conselheiros independentes, todos com bons conhecimentos financeiros, (ii) que atenda às normas da SEC relativas a comitês de auditoria de companhias listadas, (iii) que tenha pelo menos um membro com qualificação em contabilidade ou administração financeira, e (iv) que seja regido por estatuto escrito que trate da finalidade requerida do comitê e detalhe suas responsabilidades requeridas.

A regulamentação do CMN exige que tenhamos um comitê de auditoria composto de, pelo menos, três membros independentes. O comitê de auditoria é eleito pelo conselho de administração. A Regra 10A-3 da SEC estabelece que a listagem de títulos de emitentes privados estrangeiros será isenta das exigências de comitê de auditoria, caso o emissor cumpra determinadas exigências. Nosso comitê de auditoria nos permite cumprir as exigências determinadas pela SEC. Vide "Item 16D. Isenções das Normas de Listagem para os Comitês de Auditoria".

Aprovação pelos Acionistas de Planos de Remuneração em Ações

As normas da NYSE requerem que seja dada aos acionistas a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração em ações e nas respectivas revisões substanciais, com exceções limitadas. De acordo com a legislação societária brasileira, os acionistas devem aprovar todos os planos de opção de ações. Além disso, qualquer emissão de novas ações que exceder nosso capital social autorizado está sujeita à aprovação dos acionistas. Nossos acionistas não têm a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração em ações.

Diretrizes de Governança Corporativa

As normas da NYSE requerem que as companhias listadas adotem e divulguem diretrizes de governança corporativa. Cumprimos as diretrizes de governança corporativa previstas na legislação brasileira aplicável. As diretrizes de governança corporativa aplicáveis a nós nos termos da lei brasileira são consistentes com as diretrizes estabelecidas pela NYSE.

De acordo com as melhores práticas de diretrizes de governança corporativa, em 22 de setembro de 2010, nosso conselho de administração aprovou uma política que regulamenta transações com partes relacionadas, a qual foi objeto de revisão em 26 de setembro de 2012. Essa política fornece normas que visam garantir que todas as decisões, em particular aquelas que envolvam partes relacionadas e outras situações com potencial de conflito de interesses, sejam alinhadas com nossos interesses e os de nossos acionistas. A política se aplica a todos os funcionários e conselheiros e diretores executivos do Santander Brasil.

Código de Conduta e Ética Comercial

As normas da NYSE requerem que as companhias listadas adotem e divulguem o código de conduta e ética comercial aos conselheiros, diretores e funcionários, e prontamente divulguem qualquer isenção do código por conselheiros ou diretores executivos. A legislação brasileira aplicável não estabelece exigência semelhante. Em 27 de fevereiro de 2009, adotamos um Código de Ética que regulamenta a conduta de nossos gerentes, diretores e conselheiros com relação à divulgação e controle de informações financeiras e contábeis e o acesso, por sua parte, a informações confidenciais e não públicas. Sua última revisão deu-se em 28 de maio de 2013. Nosso Código de Ética cumpre as exigências da Lei Sarbanes-Oxley e as normas da NYSE.

Departamento de Auditoria Interna

As normas da NYSE requerem que as companhias listadas mantenham um departamento de auditoria interna para fornecer à administração e ao comitê de auditoria avaliações contínuas do processo de gestão de risco e sistema de controle interno da companhia.

Nosso departamento de auditoria interna atua de forma independente para conduzir exames, análises, vistorias e levantamento de fatos metodologicamente estruturados para avaliar a integridade, suficiência, eficácia, eficiência e economia dos processos dos sistemas de informação e controles internos relacionados à nossa administração de risco. O departamento de Auditoria Interna informa continuamente o comitê de auditoria. No cumprimento de seus deveres, o departamento de auditoria interna tem acesso a todos os documentos, registros, sistemas, localidades e profissionais

participantes das atividades sob análise.

Website

Nossos códigos de governança corporativa estão disponíveis ao público em nosso website em português e inglês, os quais não fazem parte deste relatório anual, em www.santander.com.br sob o título “Relações com Investidores - Governança Corporativa”.

ITEM 16H. Divulgação relativa à Segurança de Minas

Não se aplica.

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities and Exchange Commission - SEC em 30 de abril de 2015. Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução livre em português, prevalece a versão original em inglês.)

PARTE III

ITEM 17. Demonstrações Financeiras

Nós respondemos ao Item 18 em vez deste item.

ITEM 18. Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas estão registradas como parte deste relatório anual. Vide páginas F-1 a F-94.

ITEM 19. ANEXOS

(a) Lista das Demonstrações Financeiras

	Pagina
Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	F-1
Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes acerca de controles internos	F-2
Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012	F-3
Demonstrações Consolidadas do Resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012	F-5
Demonstrações Consolidadas de Receitas e Despesas Reconhecidas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012	F-7
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012	F-8
Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012	F-9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012	F-10

(b) Lista de Anexos.

Número do Anexo	Descrição
1.1	Tradução para o inglês do Estatuto Social do Santander Brasil alterado e consolidado em 23 de janeiro de 2015 (incorporado por referência à nossa Declaração de Registro no Formulário F-6 (registro n° 001-34476) registrado junto à SEC em 23 de janeiro de 2015).
2.1	Contrato de Depósito firmado entre o Santander Brasil, JPMorgan Chase Bank. N.A., como depositário dos detentores de tempos em tempos de *american depositary shares* emitidas nos termos deste, incluindo o formulário de recibo de *american depositary shares* (incorporado por referência à nossa Declaração de Registro no Formulário F-6 (registro nº 333-162027) registrado junto à SEC em 21 de setembro de 2009).
2.2	Alteração nº 1 ao Contrato de Depósito datado de 10 de fevereiro de 2011 firmado entre o Santander Brasil, JPMorgan Chase Bank. N.A. como depositário dos detentores de tempos em tempos de *american depositary shares* emitidas nos termos deste (incorporado por referência como Anexo (a)(2) de nossa Declaração de Registro no Formulário F-6 (registro nº 333-172167) registrado junto à SEC em 11 de fevereiro de 2011).
2.3	Escritura Subordinada datada de 29 de janeiro de 2014, entre Santander Brasil e Bank of New York Mellon, como trustee (incorporado por referência ao nosso relatório anual Formulário 20-F (registro nº 001-34476) registrado junto à SEC em 30 de abril de 2014).
2.4	Primeira Escritura Suplementar, datada de 29 de janeiro de 2014, entre Santander Brasil e Bank of New York Mellon, como agente fiduciário, agente pagador, agente de transferência e agente de registro (incorporado por referência ao nosso relatório anual Formulário 20-F (registro nº 001-34476) registrado junto à SEC em 30 de abril de 2014).
2.5	Segunda Escritura Suplementar, datada de 29 de janeiro de 2014, entre Santander Brasil e Bank of New York Mellon, como agente fiduciário, agente pagador, agente de transferência e agente de registro (incorporado por referência ao nosso relatório anual Formulário 20-F (registro nº 001-34476) registrado junto à SEC em 30 de

abril de 2014).

4.1 Plano de Opção para compra de Certificado de Depósito de Ações do Santander Brasil (incorporado por referência como Anexo 1 de nosso Formulário 6-K/A registrado junto ao SEC em 6 de janeiro de 2010).

4.2 Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações ("Units") do Santander Brasil (incorporado por referência ao Anexo III para nosso Formulário 6-K (arquivo nº. 001-34476) arquivado junto à SEC em 27 de setembro de 2011).

4.3 Planos de Bônus Diferidos relacionados a 2011 (incorporado por referência ao Anexo I para nosso Formulário 6-K (arquivo nº. 001-34476) arquivado junto à SEC em 09 de janeiro de 2012).

4.4 Planos de Bônus Diferidos relacionados a 2012 (incorporado por referência ao Anexo I para nosso Formulário 6-K (arquivo nº. 001-34476) arquivado junto à SEC em 15 de janeiro de 2013).

4.5 Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações ("Units") do Santander Brasil (incorporado por referência ao Anexo III para nosso Formulário 6-K (arquivo nº. 001-34476) arquivado junto à SEC em 04 de abril de 2013).

4.6 Planos de Bônus Diferidos relacionados a 2013 (incorporado por referência ao Anexo I para nosso Formulário 6-K (arquivo nº. 001-34476) arquivado junto à SEC em 01 de maio de 2013).

8.1 Lista de Subsidiárias (incorporada por referência ao Apêndice I de nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas arquivadas com este Formulário 20-F).

11.1 Tradução para o inglês do Código de Ética do Santander Brasil.

12.1 Certificação da Seção 302 pelo Diretor Presidente.

12.2 Certificação da Seção 302 pelo Diretor Financeiro.

13.1 Certificação da Seção 906 pelo Diretor Presidente.

13.2 Certificação da Seção 906 pelo Diretor Financeiro.

15.1 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.



Demonstrações Financeiras Consolidadas Preparadas de Acordo com as Normas de Contabilidade Internacional IFRS

Banco Santander (Brasil) S.A.

31 de Dezembro de 2014

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE **Pág.**

• Relatório dos Auditores Independentes			F- 1
• Balanços Patrimoniais Consolidados			F- 3
• Demonstrações Consolidadas do Resultado			F- 5
• Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente			F- 7
• Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido			F- 8
• Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa			F- 9
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas:			
Nota	**1**	Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações	F- 10
Nota	**2**	Práticas contábeis e critérios de apuração	F- 12
Nota	**3**	Mudança no escopo de consolidação	F- 31
Nota	**4**	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	F- 33
Nota	**5**	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	F- 33
Nota	**6**	Instrumentos de dívida	F- 34
Nota	**7**	Instrumentos de patrimônio	F- 34
Nota	**8**	Instrumentos financeiros derivativos e posições vendidas	F- 35
Nota	**9**	Empréstimos e adiantamentos a clientes	F- 44
Nota	**10**	Ativos não correntes mantidos para venda	F- 47
Nota	**11**	Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos	F- 47
Nota	**12**	Ativo tangível	F- 50
Nota	**13**	Ativo intangível - Ágio	F- 52
Nota	**14**	Ativo intangível - Outros ativos intangíveis	F- 53
Nota	**15**	Outros ativos	F- 54
Nota	**16**	Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	F- 54
Nota	**17**	Depósitos de clientes	F- 54
Nota	**18**	Obrigações por títulos e valores mobiliários	F- 55
Nota	**19**	Dívidas subordinadas	F- 57
Nota	**20**	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	F- 58
Nota	**21**	Outros passivos financeiros	F- 58
Nota	**22**	Provisões	F- 59
Nota	**23**	Ativos e passivos fiscais	F- 70
Nota	**24**	Outras obrigações	F- 72
Nota	**25**	Outros Resultados Abrangentes	F- 72
Nota	**26**	Participações de não-controladoras	F- 74
Nota	**27**	Patrimônio líquido	F- 75
Nota	**28**	Lucro por Ação	F- 80
Nota	**29**	Índices operacionais	F- 81
Nota	**30**	Receitas com juros e similares	F- 81
Nota	**31**	Despesas com juros e similares	F- 82
Nota	**32**	Receitas de instrumentos de patrimônio	F- 82
Nota	**33**	Receitas de tarifas e comissões	F- 82
Nota	**34**	Despesas de tarifas e comissões	F- 83
Nota	**35**	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	F- 83
Nota	**36**	Variações cambiais (líquidas)	F- 83
Nota	**37**	Outras receitas (despesas) operacionais	F- 83
Nota	**38**	Despesas com pessoal	F- 84
Nota	**39**	Outras despesas administrativas	F- 88
Nota	**40**	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	F- 89
Nota	**41**	Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	F- 89
Nota	**42**	Outras divulgações	F- 89
Nota	**43**	Segmentos operacionais	F- 97
Nota	**44**	Transações com partes relacionadas	F- 99
Nota	**45**	Gestão do risco	F- 109
Nota	**46**	Informações complementares - Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido	F- 124
Nota	**47**	Eventos subsequentes	F- 126
ANEXO I		SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	F- 126
Relatório da Administração			F- 128
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras			
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes			

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1.981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Telefone: (11) 5186-1000
Fac-símile: (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., controladas e entidades de propósito específico ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, do Banco Santander (Brasil) S.A., suas controladas e entidades de propósito específico em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB".

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA") mencionada na nota explicativa nº 41.j) como informações complementares, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

© 2015 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2014	2013	2012
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	**4**	**55.903.848**	**51.714.210**	**55.535.240**
Ativos Financeiros para negociação		**56.013.603**	**30.218.787**	**31.638.269**
Instrumentos de dívida	6	47.106.811	22.840.499	26.646.708
Instrumentos de patrimônio	7	391.656	477.577	428.589
Derivativos	8	8.515.136	6.900.711	4.562.972
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado		**996.694**	**1.298.296**	**1.228.318**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	-	112	5.065
Instrumentos de dívida	6	93.900	105.850	124.187
Instrumentos de patrimônio	7	902.794	1.192.334	1.099.066
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		**75.164.342**	**46.287.082**	**44.148.620**
Instrumentos de dívida	6	73.510.698	44.957.272	43.044.570
Instrumentos de patrimônio	7	1.653.644	1.329.810	1.104.050
Empréstimos e Recebíveis		**264.607.746**	**258.777.511**	**226.957.041**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	28.917.397	46.043.184	29.913.132
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	235.690.349	212.734.327	196.774.297
Instrumentos de dívida	6	-	-	269.612
Derivativos Utilizados como *Hedge*	**8**	**212.552**	**322.817**	**156.163**
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	**10**	**929.948**	**274.730**	**165.710**
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	**11**	**1.023.461**	**1.063.803**	**472.093**
Créditos Tributários	**23**	**23.019.696**	**22.060.488**	**21.496.743**
Correntes		2.981.696	2.862.789	3.538.238
Diferidos		20.038.000	19.197.699	17.958.505
Outros Ativos	**15**	**5.066.726**	**5.084.668**	**5.600.727**
Ativo Tangível	**12**	**7.071.036**	**6.885.927**	**5.938.228**
Ativo Intangível		**30.221.258**	**29.064.376**	**29.270.711**
Ágio	13	28.270.955	27.217.565	27.217.565
Outros ativos intangíveis	14	1.950.303	1.846.811	2.053.146
Total do Ativo		**520.230.910**	**453.052.695**	**422.607.863**

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2014	2013	2012
Passivos Financeiros para Negociação		**19.569.791**	**13.554.306**	**5.351.736**
Derivativos	8	8.284.360	5.417.795	5.111.553
Posições vendidas		11.285.431	8.136.511	240.183
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		**392.186.593**	**329.700.620**	**306.976.206**
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	16	63.674.201	34.032.289	35.073.626
Depósitos de clientes	17	220.644.019	200.155.677	188.594.930
Obrigações por títulos e valores mobiliários	18	70.355.249	65.300.548	54.012.018
Dívidas subordinadas	19	7.294.077	8.906.144	11.919.151
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	6.773.312	-	-
Outros passivos financeiros	21	23.445.735	21.305.962	17.376.481
Derivativos Utilizados como *Hedge*	**8**	**893.902**	**628.983**	**281.545**
Provisões	**22**	**11.127.444**	**10.892.388**	**12.774.966**
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares		3.869.728	3.043.311	5.260.700
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		7.257.716	7.849.077	7.514.266
Passivos Fiscais		**12.423.002**	**11.693.338**	**13.784.464**
Correntes		12.110.582	10.069.745	10.219.083
Diferidos	23	312.420	1.623.593	3.565.381
Outras Obrigações	**24**	**5.346.885**	**4.927.758**	**4.302.820**
Total do Passivo		**441.547.617**	**371.397.393**	**343.471.737**
Patrimônio Líquido	**27**	**80.105.041**	**83.339.506**	**79.921.205**
Capital social		56.806.384	62.634.585	62.634.585
Reservas		20.594.135	17.673.134	14.644.576
Ações em tesouraria		(445.501)	(291.707)	(170.562)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(950.000)	-	-
Lucro do exercício atribuível à controladora		5.630.023	5.723.494	5.482.606
Menos: dividendos e remuneração		(1.530.000)	(2.400.000)	(2.670.000)
Outros Resultados Abrangentes		**(1.801.921)**	**(1.973.305)**	**(1.022.209)**
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		**78.303.120**	**81.366.201**	**78.898.996**
Participações não-Controladoras	26	380.173	289.101	237.130
Total do Patrimônio Líquido		**78.683.293**	**81.655.302**	**79.136.126**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**520.230.910**	**453.052.695**	**422.607.863**

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto valores por ação)

	Nota explicativa	2014	2013	2012
Receitas com juros e similares	30	58.923.916	51.217.046	52.643.537
Despesas com juros e similares	31	(31.695.404)	(22.737.825)	(21.056.577)
Receita Líquida com Juros		**27.228.512**	**28.479.221**	**31.586.960**
Receitas de instrumentos de patrimônio	32	222.302	81.286	93.734
Resultado de equivalência patrimonial	11	91.096	91.342	73.322
Receitas de tarifas e comissões	33	11.853.838	10.741.623	9.610.855
Despesas de tarifas e comissões	34	(3.087.952)	(2.641.167)	(2.000.929)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	35	2.748.163	(1.145.887)	(548.200)
Ativos financeiros para negociação		2.270.059	(2.599.638)	(1.456.070)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(77.624)	44.000	238.208
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		512.190	1.406.375	655.838
Outros		43.538	3.376	13.824
Variações cambiais (líquidas)	36	(3.635.599)	551.059	378.033
Outras receitas (despesas) operacionais	37	(470.477)	(444.888)	(623.493)
Total de Receitas		**34.949.883**	**35.712.589**	**38.570.282**
Despesas administrativas		(13.941.816)	(13.850.360)	(13.772.733)
Despesas com pessoal	38	(7.203.442)	(7.045.610)	(7.086.356)
Outras despesas administrativas	39	(6.738.374)	(6.804.750)	(6.686.377)
Depreciação e amortização		(1.362.129)	(1.251.916)	(1.200.875)
Ativo tangível	12	(872.749)	(726.989)	(724.990)
Ativo intangível	14	(489.380)	(524.927)	(475.885)
Provisões (líquidas)	22.b	(2.036.237)	(2.692.818)	(2.056.606)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(11.271.605)	(14.118.071)	(16.475.596)
Empréstimos e recebíveis	9.c	(11.193.571)	(13.899.789)	(16.475.596)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	7	(78.034)	(218.282)	-
Perdas com outros ativos (líquidas)		3.751	(344.580)	(38.352)
Outros ativos intangíveis	14	(5.123)	(285.862)	-
Outros ativos		8.874	(58.718)	(38.352)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	40	86.846	459.890	501.006
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	41	14.636	103.523	(52.201)
Lucro Operacional Antes da Tributação		**6.443.329**	**4.018.257**	**5.474.925**
Imposto de renda	23	(735.553)	(233.596)	(37.014)
Lucro Líquido das Operações em Continuidade		**5.707.776**	**3.784.661**	**5.437.911**
Lucro de Operações Descontinuadas	43	-	2.063.463	55.313
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		**5.707.776**	**5.848.124**	**5.493.224**
Lucro atribuível à Controladora		5.630.023	5.723.494	5.482.606
Lucro atribuível às participações não-controladoras	26	77.753	124.630	10.618

Lucro por Ação (em Reais) 28

Com Operações Continuadas e Descontinuadas	2014	2013	2012
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	709,69	719,89	689,29
Ações preferenciais	780,66	791,87	758,22
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	709,40	719,60	688,87
Ações preferenciais	780,34	791,56	757,75
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	2.733.205	2.777.835	2.660.901
Ações preferenciais	2.896.818	2.945.659	2.821.705
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	2.733.184	2.777.813	2.660.871
Ações preferenciais	2.896.839	2.945.681	2.821.735

Com Operações Continuadas			
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	709,69	460,35	682,34
Ações preferenciais	780,66	506,38	750,57
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	709,40	460,16	681,92
Ações preferenciais	780,34	506,18	750,11
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	2.733.205	1.776.356	2.634.056
Ações preferenciais	2.896.818	1.883.675	2.793.237
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	2.733.184	1.776.342	2.634.026
Ações preferenciais	2.896.839	1.883.689	2.793.267

Com Operações Descontinuadas			
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	-	259,54	6,95
Ações preferenciais	-	285,49	7,65
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	-	259,43	6,95
Ações preferenciais	-	285,38	7,64
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	-	1.001.479	26.845
Ações preferenciais	-	1.061.984	28.468
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	-	1.001.471	26.845
Ações preferenciais	-	1.061.992	28.468

Média Ponderada das ações em circulação - Básico			
Ações ordinárias	3.851.278	3.858.717	3.860.354
Ações preferenciais	3.710.746	3.719.858	3.721.493
Média Ponderada das ações em circulação - Diluído			
Ações ordinárias	3.852.823	3.860.239	3.862.679
Ações preferenciais	3.712.291	3.721.380	3.723.817

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	2014	2013	2012
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	**5.707.776**	**5.848.124**	**5.493.224**
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados para Lucro Líquido:	**720.473**	**(2.143.158)**	**533.969**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**545.239**	**(2.232.616)**	**800.471**
Ajuste ao valor de mercado	841.725	(2.456.005)	1.976.989
Valores transferidos para a conta de resultado	(39.746)	(1.406.375)	(655.983)
Imposto sobre renda	(256.740)	1.629.764	(520.535)
Hedges de fluxo de caixa	**175.234**	**89.459**	**(266.502)**
Ajuste ao valor de mercado	278.645	(53.682)	(467.880)
Valores transferidos para a conta de resultado	26.597	289.318	(163)
Imposto sobre renda	(130.008)	(146.177)	201.541
Hedge de investimento líquido	**(181)**	**(398.759)**	**(303.410)**
Hedge de investimento líquido	(301)	(664.597)	(505.683)
Imposto sobre renda	120	265.838	202.273
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	**181**	**398.758**	**303.410**
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	181	398.758	303.410
Outros Resultados Abrangentes que não serão Reclassificados para Lucro Líquido:	**(549.089)**	**1.187.695**	**(1.314.228)**
Planos de Benefícios Definidos	**(549.089)**	**1.187.695**	**(1.314.228)**
Planos de Benefícios Definidos	(912.636)	1.984.545	(2.185.708)
Imposto sobre renda	363.547	(796.850)	871.480
Total do Resultado Abrangente	**5.879.160**	**4.892.661**	**4.712.965**
Atribuível à controladora	5.801.407	4.772.397	4.714.477
Atribuível às participações não-controladoras	77.753	120.264	(1.512)
Total	**5.879.160**	**4.892.661**	**4.712.965**

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

		Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
									Outros Resultados Abrangentes						
	Nota explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Total	Disponíveis para venda	Plano de Benefício Definido	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011		**62.634.585**	**10.031.388**	**(112.768)**	**-**	**7.739.204**	**(3.175.000)**	**77.117.409**	**960.199**	**(1.222.226)**	-	**7.947**	**76.863.329**	**18.960**	**76.882.289**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**-**	**-**	**5.482.606**	**-**	**5.482.606**	**800.471**	**(1.302.098)**	**303.410**	**(569.912)**	**4.714.477**	**(1.512)**	**4.712.965**
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	7.739.204	-	-	(7.739.204)	-	**-**	-		-	-	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	(3.175.000)	-	-	-	505.000	**(2.670.000)**	-		-	-	**(2.670.000)**	-	**(2.670.000)**
Pagamento baseado em ações	38.b	-	49.611	-	-	-	-	**49.611**	-		-	-	**49.611**	-	**49.611**
Ações em tesouraria	27.d	-	-	(57.794)	-	-	-	**(57.794)**	-		-	-	**(57.794)**	-	**(57.794)**
Resultados de ações em tesouraria	27.d	-	(41)	-	-	-	-	**(41)**	-		-	-	**(41)**	-	**(41)**
Outros		-	(586)	-	-	-	-	**(586)**	-		-	-	**(586)**	219.682	**219.096**
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - ajustado		**62.634.585**	**14.644.576**	**(170.562)**	**-**	**5.482.606**	**(2.670.000)**	**79.921.205**	**1.760.670**	**(2.524.324)**	**303.410**	**(561.965)**	**78.898.996**	**237.130**	**79.136.126**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**-**	**-**	**5.723.494**	**-**	**5.723.494**	**(2.232.617)**	**1.367.353**	**398.758**	**(309.300)**	**4.947.688**	**120.264**	**5.067.952**
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	5.482.606	-	-	(5.482.606)	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	(2.670.000)	-	-	-	270.000	**(2.400.000)**	-	-	-	-	**(2.400.000)**	-	**(2.400.000)**
Pagamento baseado em ações	38.b	-	41.378	-	-	-	-	**41.378**	-	-	-	-	**41.378**	-	**41.378**
Ações em tesouraria	27.d	-	-	(121.145)	-	-	-	**(121.145)**	-	-	-	-	**(121.145)**	-	**(121.145)**
Resultados de ações em tesouraria	27.d	-	(716)	-	-	-	-	**(716)**	-	-	-	-	**(716)**	-	**(716)**
Outros		-	175.290	-	-	-	-	**175.290**	-	(175.290)	-	-	**-**	(68.293)	**(68.293)**
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**62.634.585**	**17.673.134**	**(291.707)**	**-**	**5.723.494**	**(2.400.000)**	**83.339.506**	**(471.947)**	**(1.332.261)**	**702.168**	**(871.265)**	**81.366.201**	**289.101**	**81.655.302**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**-**	**-**	**5.630.023**	**-**	**5.630.023**	**545.239**	**(549.089)**	**181**	**175.053**	**5.801.407**	**77.753**	**5.879.160**
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	5.723.494	-	-	(5.723.494)	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	(2.400.000)	-	-	-	870.000	**(1.530.000)**	-	-	-	-	**(1.530.000)**	-	**(1.530.000)**
Pagamento baseado em ações	38.b	-	(89.339)	-	-	-	-	**(89.339)**	-	-	-	-	**(89.339)**	-	**(89.339)**
Ações em tesouraria	27.d	-	-	(153.748)	-	-	-	**(153.748)**	-	-	-	-	**(153.748)**	-	**(153.748)**
Reestruturação do Capital		(5.828.201)	(185.312)	(46)	-	-	-	**(6.013.559)**	-	-	-	-	**(6.013.559)**	-	**(6.013.559)**
Resultados de ações em tesouraria	27.d	-	(4.926)	-	-	-	-	**(4.926)**	-	-	-	-	**(4.926)**	-	**(4.926)**
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		-	-	-	(950.000)	-	-	**(950.000)**	-	-	-	-	**(950.000)**	-	**(950.000)**
Outros		-	(122.916)	-	-	-	-	**(122.916)**	-	-	-	-	**(122.916)**	13.319	**(109.597)**
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**56.806.384**	**20.594.135**	**(445.501)**	**(950.000)**	**5.630.023**	**(1.530.000)**	**80.105.041**	**73.292**	**(1.881.350)**	**702.349**	**(696.212)**	**78.303.120**	**380.173**	**78.683.293**

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota Explicativa	2014	2013	2012
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido consolidado do exercício		**5.707.776**	**5.848.124**	**5.493.224**
Ajustes ao lucro		**12.323.505**	**15.256.698**	**16.506.772**
Depreciação do ativo tangível	12	872.749	726.989	724.990
Amortização do ativo intangível	14	489.380	524.927	475.885
Perdas com outros ativos (líquidas)		(3.751)	344.580	38.352
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		13.307.842	16.810.889	18.532.202
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(101.482)	(563.413)	(448.805)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	11	(91.096)	(91.342)	(73.322)
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	23.d	(2.055.872)	(2.537.771)	(2.785.070)
Operações descontinuadas		-	1.174	2.773
Outros		(94.265)	40.665	39.767
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		**(90.665.172)**	**(27.387.896)**	**(23.480.323)**
Reservas no Banco Central do Brasil		2.063.056	3.239.600	11.046.168
Ativos financeiros para negociação		(25.794.816)	1.449.177	(1.736.773)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado		223.568	(96.489)	(562.949)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(29.116.008)	(5.645.404)	1.879.461
Empréstimos e recebíveis		(38.070.720)	(27.121.769)	(30.821.128)
Outros ativos		29.748	1.129.892	(3.019.907)
Operações descontinuadas		-	(342.903)	(265.195)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		**69.113.699**	**29.205.900**	**7.021.290**
Passivos financeiros para negociação		6.010.910	8.202.570	304.448
Passivo financeiro ao custo amortizado		61.706.449	21.359.301	4.411.101
Outros passivos		1.396.340	(697.700)	2.040.546
Operações descontinuadas		-	341.729	265.195
Impostos pagos	**23.a**	**(573.684)**	**(1.198.409)**	**(2.137.965)**
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		**(4.093.876)**	**21.724.417**	**3.402.998**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Investimentos		**(2.418.133)**	**(2.572.009)**	**(1.989.428)**
Aumento/ Aquisição de capital de participações em coligadas e empreendimentos em conjunto		-	(206.101)	-
Ativo tangível		(1.838.284)	(1.773.009)	(1.447.401)
Ativo intangível		(579.849)	(592.899)	(542.027)
Alienação		**(738.422)**	**255.885**	**432.906**
Subsidiárias, entidades controlas em conjunto e coligadas	3.a	55.493	43.455	-
Ativo tangível	12	216.750	139.113	420.134
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisicão		(1.085.470)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		74.805	73.317	12.772
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		**(3.156.555)**	**(2.316.124)**	**(1.556.522)**
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Redução de capital	27.e	(6.000.000)	-	-
Emissão de Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20	6.000.000	-	-
Pagamentos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20	(291.241)	-	-
Emissão de ações de participação em controlada		-	-	370.999
Aquisição de ações próprias	27	(167.307)	(121.145)	(57.794)
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	18	53.187.121	45.575.270	36.376.139
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio		(2.196.101)	(2.046.360)	(2.495.328)
Pagamentos de dívida subordinada	19	(2.495.283)	(3.823.280)	-
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	18	(55.388.115)	(40.549.791)	(25.440.219)
Aumento/decréscimo de participações em não-controladoras		13.319	(72.659)	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		**(7.337.607)**	**(1.037.965)**	**8.753.797**
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)		**(14.588.038)**	**18.370.328**	**10.600.273**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**37.988.008**	**19.617.680**	**9.017.407**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**23.399.970**	**37.988.008**	**19.617.680**
Componentes do caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	4	9.786.013	3.533.344	4.114.775
Empréstimos e outros valores	5	13.613.957	34.454.664	15.502.905
Total de caixa e equivalentes de caixa		**23.399.970**	**37.988.008**	**19.617.680**
Transações não monetárias				
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		337.840	163.261	112.697
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos		690.000	1.450.000	1.202.825
Informações complementares				
Juros recebidos		58.461.650	50.467.302	54.198.128
Juros pagos		31.004.745	21.738.114	22.232.253

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em dois segmentos (nota 43): Banco Comercial e Banco de Atacado Global, os quais operam com as carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento e de câmbio, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e corretagem de valores mobiliários e administração de consórcios. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

Os Balanços Patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e as respectivas Demonstrações Consolidadas do Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa para os 3 exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho da Administração na reunião realizada em 30 de março de 2015.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC).

Adoção de novas normas e interpretações

Em 2014, o Banco adotou uma série de IFRS's novos e revisados emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são obrigatórios para o efetivo exercício que começa em ou após 1 de Janeiro de 2014:

• Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação – adicionou orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros.

• IAS 36 – Impairment de ativos – adicionou orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

• IAS 39 – Impairment de ativos – adicionou orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar *hedge accounting* se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

• Alteração do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Incentivou a melhoria das divulgações qualitativas no contexto de requerimento de divulgações quantitativas para auxiliar os usuários na comparação das Demonstrações Financeiras.

• Investimentos: Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - estas alterações preveem uma exceção às regras de consolidação do IFRS 10 para controladora, que se enquadram na definição de entidades de investimento.

• IFRIC 21 – Taxas do Governo - Endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação. A interpretação disponibiliza instruções de como diferentes acordos tributários devem ser contabilizados e, principalmente esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica ou questões de continuidade na preparação das demonstrações financeiras não implicam em uma obrigação presente da companhia em pagar um tributo cujo fato gerador ocorrerá em uma operação futura.

Os pronunciamentos acima mencionados não tiveram impactos nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Normas e Interpretações que entrarão em vigor após 31 de Dezembro de 2014:

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2014 e ainda não foram adotadas pelo Banco:

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:

I. Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

II. Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”.

III. Contabilidade de *hedge*: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de *hedge* do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS 39. Os três métodos de contabilização de *hedge* existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* do valor justo e *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior).

O Banco entende que a adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo.

• IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em Maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. A norma em IFRS específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são principalmente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na nota 2-e.
- Provisão para perdas sobre créditos são discutidos em detalhes na nota 2-i.
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos tangíveis e intangíveis) são discutidos em detalhes na nota 2-n e 2-o.
- Mensuração do ágio apurado na combinação de negócios em detalhes na nota 2-o.
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na nota 2-n, 2-o e 12, 13 e 14.
- Outros ativos são discutidos em detalhes na nota 2-l e 2-p.
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2-r.
- Benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota 2-x.
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2-aa.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referencia para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais do Banco as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Qualquer mudança nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto), coligadas e empreendimentos em Conjunto

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de politicas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento do Banco na coligada. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

iii. Entidades de propósito específico

Quando o Banco constitui entidades de propósito específico ou detém participação societária nelas para permitir que seus clientes tenham acesso a determinados investimentos ou para a transferência de riscos ou para outros fins, o Banco avalia, utilizando critérios e procedimentos próprios e considerando a legislação vigente, se há controle (conforme a definição anterior) e, portanto, se essas entidades devem ser consolidadas. Esses critérios e procedimentos levam em conta, entre outros fatores, os riscos e as recompensas retidos pelo Banco e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco. Essas entidades incluem os veículos com propósito específico de securitização, os quais são integralmente consolidados se for constatado, conforme a análise anteriormente mencionada, que o Banco continua a exercer controle sobre eles.

iv. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com o IFRS 3, “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

• O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.

• Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.

• O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota explicativa 3, possui uma descrição das transações mais significativas ocorridas em 2014.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

• Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (nota 11).

• Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 22).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantidos para venda” ou se forem referentes a “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados como *hedge* ” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge* .

• Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja para eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou ambos que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado") estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

• Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

• "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil": saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.

• "Empréstimos e recebíveis": inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.

• "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.

• "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.

• "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.

• "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica.

• "Derivativos": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de *hedge.*

• "Derivativos utilizados como *hedge*": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge*).

• "Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos": inclui os investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou associadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas").

• Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

• "Depósitos do Banco Central do Brasil": depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.

• "Depósitos de instituições de crédito": depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.

• "Depósitos de clientes": inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.

• "Obrigações por títulos e valores mobiliários": inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.

• "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting.*

• "Posições vendidas": inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

• "Dívidas subordinadas": valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.

• "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.

• "Derivativos utilizados como *hedge*": inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge*).

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos encontram-se descritos na nota 20.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos *hedges* .

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

Mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração.

Nível 1: Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.
Nível 2: Mensuração do valor justo são os derivados de outros insumos além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros para negociação, Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Passivos financeiros para negociação

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.
Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e de 2012, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2014 Total
Ativos financeiros para negociação	**53.609.580**	**2.394.494**	**9.529**	**56.013.603**
Instrumentos de dívida	46.491.597	615.213	-	47.106.810
Instrumentos de patrimônio	293.634	88.493	9.529	391.656
Derivativos	6.824.349	1.690.788	-	8.515.137
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	**18.091**	**227.172**	**751.431**	**996.694**
Instrumentos de dívida	-	93.900	-	93.900
Instrumentos de patrimônio	18.091	133.272	751.431	902.794
Ativos financeiros disponíveis para venda	**55.258.281**	**19.328.573**	**577.488**	**75.164.342**
Instrumentos de dívida	54.380.246	19.130.453	-	73.510.699
Instrumentos de patrimônio	878.035	198.120	577.488	1.653.643
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	**128.106**	**84.446**	**-**	**212.552**
Passivos financeiros para negociação	**18.308.961**	**1.260.830**	**-**	**19.569.791**
Derivativos	7.023.531	1.260.830	-	8.284.361
Posições vendidas	11.285.430	-	-	11.285.430
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	**808.953**	**84.949**	**-**	**893.902**

Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2013 Total
Ativos financeiros para negociação	**28.193.318**	**2.022.142**	**3.327**	**30.218.787**
Instrumentos de dívida	22.394.344	446.155	-	22.840.499
Instrumentos de patrimônio	473.202	1.048	3.327	477.577
Derivativos	5.325.772	1.574.939	-	6.900.711
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	**753.893**	**210.242**	**334.161**	**1.298.296**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	112	-	112
Instrumentos de dívida	-	105.850	-	105.850
Instrumentos de patrimônio	753.893	104.280	334.161	1.192.334
Ativos financeiros disponíveis para venda	**33.962.431**	**11.811.180**	**513.471**	**46.287.082**
Instrumentos de dívida	33.146.090	11.811.180	-	44.957.270
Instrumentos de patrimônio	816.341	-	513.471	1.329.812
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	**293.546**	**29.271**	**-**	**322.817**
Passivos financeiros para negociação	**11.934.099**	**1.620.207**	**-**	**13.554.306**
Derivativos	3.797.588	1.620.207	-	5.417.795
Posições vendidas	8.136.511	-	-	8.136.511
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	**608.478**	**20.505**	**-**	**628.983**

Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2012 Total
Ativos financeiros para negociação	**29.693.009**	**1.939.296**	**5.964**	**31.638.269**
Instrumentos de dívida	26.439.345	207.364	-	26.646.709
Instrumentos de patrimônio	428.589	-	-	428.589
Derivativos	2.825.075	1.731.932	5.964	4.562.971
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	**724.551**	**124.187**	**379.580**	**1.228.318**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.065	-		5.065
Instrumentos de dívida	-	124.187	-	124.187
Instrumentos de patrimônio	719.486	-	379.580	1.099.066
Ativos financeiros disponíveis para venda	**33.148.388**	**10.874.055**	**126.177**	**44.148.620**
Instrumentos de dívida	32.225.141	10.819.430	-	43.044.571
Instrumentos de patrimônio	923.247	54.625	126.177	1.104.049
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	**80.256**	**75.907**	**-**	**156.163**
Passivos financeiros para negociação	**3.178.163**	**2.169.437**	**4.136**	**5.351.736**
Derivativos	2.937.980	2.169.437	4.136	5.111.553
Posições vendidas	240.183	-	-	240.183
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	**158.899**	**122.646**	**-**	**281.545**

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2014 e 2013 para o nível 3:

Em milhares de Reais	Valor Justo 2013	Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2014
Ativos financeiros para negociação	3.327	2	6.200	-	-	9.529
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	334.161	(13.480)	395.420	35.330	-	751.431
Ativos financeiros disponíveis para venda	513.471	18.378	45.639	-	-	577.488

Em milhares de Reais	Valor Justo 2012	Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2013
Ativos financeiros para negociação	5.963	-	3.327	-	(5.963)	3.327
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	379.580	23.737	(69.965)	809	-	334.161
Ativos financeiros disponíveis para venda	126.178	(35.818)	54.516	380.567	(11.972)	513.471
Passivos financeiros para negociação	4.136	-	-	-	(4.136)	-

Em milhares de Reais	Valor Justo 2011	Transferência para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 2012
Ativos financeiros para negociação	-	-	5.963	5.963
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	339.164	40.416	379.580
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	230.036	(103.858)	126.178
Passivos financeiros para negociação	-	-	4.136	4.136

Em 2012, o Banco Santander realizou um estudo, onde os métodos foram reavaliados por produtos, que resultou na reclassificação de alguns instrumentos financeiros, principalmente, Títulos do Governo Brasileiro que tiveram sua classificação alterada de nível 2 para nível 1.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Operações de *hedge*

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.
Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

c. O investimento líquido em uma operação no exterior (“*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior”).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (“efetividade prospectiva”).

b. Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (“efetividade retrospectiva”).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

Variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.

c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

i) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

• Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).

• Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

• Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e

• Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como “Perdas com ativos financeiros (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Os ativos financeiros considerados como não recuperáveis tem a apropriação de seus juros suspensa, quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Para todos os ativos considerados como não recuperáveis, quaisquer recebimentos provenientes desses empréstimos são utilizados no reconhecimento dos juros acumulados e o restante, se houver, é aplicado na amortização do valor do principal desses empréstimos.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

• Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;

• Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e

• As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

• Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

• Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto a redução ao valor recuperável não são incluídos em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

• Exposição à inadimplência ou “EAD” é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário.

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.

• Probabilidade de inadimplência, ou “PD”, é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento no ano seguinte. O empréstimo será inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

• Perda por inadimplência, ou “LGD”, é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

• Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes”.

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada permanente, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

iv. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda do valor recuperável de instrumentos de patrimônio mensurados pelo custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

As perdas no valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

j) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes” (“Depósitos do Banco Central do Brasil”, “Depósitos de instituições de crédito” ou “Depósitos de clientes”).
Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

k) Contabilização de leasings

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, todos os tipos de leasings financeiros possuem valores residuais garantidos, e a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido – que é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e recebíveis” no balanço patrimonial consolidado.

A receita financeira decorrente desses contratos é creditado a conta “Receitas com juros e similares” na demonstração do resultado consolidada de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

ii. Leasings operacionais

Em leasings operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as entidades consolidadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica “Ativo tangível” (nota 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de leasings operacionais é reconhecida pelo método linear na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração consolidada do resultado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de leasing, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica “Outras despesas administrativas” em suas demonstrações consolidadas do resultado.

l) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

m) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2014, 2013 e 2012 é informada na nota 42-d.

n) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (*hardware*) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente os valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

o) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou *softwares* desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, “Combinação de Negócios”.

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *software* , bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

p) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), listas de clientes, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de listas de clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso das listas de clientes adquiridas relacionadas a compra das “folhas de pagamento” é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estas análises são revisados tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

q) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o banco aceita um risco significante – que não seja risco financeiro - de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Provisões matemáticas de benefícios a conceder são reconhecidas baseados em contribuições efetuadas sobre o regime financeiro de capitalização. As provisões matemáticas para benefícios a conceder representa garantias sobre planos de lucros continuados na qual são reconhecidos através de cálculos atuariais para o tradicional plano de pensão (PGBL) e Vida Garantidos de Benefícios Livres (VGBL).

Todos os métodos de valorização utilizados pelas subsidiárias são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinada pelo órgão regulador local ou baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro são definidos pela administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significante relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira do Banco.

Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

s) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

t) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "outros passivos" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

u) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

v) Garantias

v.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros recebidos no início das transações e os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica “Provisões - Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões” no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos risco de crédito através da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. O Banco revisa periodicamente sua política de garantias, através de parâmetros técnicos, normativos e também da sua base histórica, para determinar se a garantia é juridicamente exercível e exequível.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

w) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado. A nota 42-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (asset management e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado.

x) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como “Despesas com juros e similares” na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota explicativa 22.c. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a nova versão do IAS 19 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

y) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo de serviço, obrigações por morte de cônjuge ou invalidez antes da aposentadoria, que dependam do tempo de serviço do funcionário para com a entidade, e outros itens similares, são tratados para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 22).

z) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

aa) Imposto de renda

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido calculada à alíquota de 15% para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; e de 9% para entidades não financeiras.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “Correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “Diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “Correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “Diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 23.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

ab) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

• Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.

• Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

• Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

• Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil” e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, as atividades operacionais do Banco Santander.

3. Mudança no escopo de consolidação

a) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (atual denominação social da Santander Getnet)

Em 7 de abril de 2014, o Banco Santander comunicou ao mercado a compra da empresa Getnet (“Transação”), por meio de sua controlada SGS, parceira do Banco Santander no desenvolvimento das atividades de adquirência e processamento de pagamentos via cartões de débito e crédito.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da SGS no valor de R$1.173.503, passando dos atuais R$16.000 para R$1.189.503, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R$1.156.263 em moeda corrente nacional e R$17.240 mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da SGS, elevando assim a participação do Banco Santander na Getnet S.A. de 50,0% para 88,5%.

Em 31 de julho de 2014, a SGS adquiriu a totalidade das ações de emissão da Getnet S.A. O valor da aquisição correspondeu a R$1.156,3 milhões (R$1.089,1 milhões pagos e R$67,2 milhões a pagar) sendo que o ativo intangível foi estimado em R$1.064,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, com a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation* - PPA), o ativo intangível totalizou R$1.039,3 milhões.

De acordo com o IFRS 3 - Combinação de Empresas, reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data de aquisição, com base no acervo contábil em 31 de julho de 2014, que correspondeu a uma mais valia no ativo imobilizado no montante de R$48.882. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$74.064.

A contabilização inicial do PPA foi feita, conforme resumo abaixo:

Resumo dos valores apurados:

Patrimônio Líquido 31-07-14	42.895
Mais valia (1)	74.064
Valor contábil ajustado	**116.959**
Preço de compra	1.156.263
Ágio	**1.039.304**

(1) Registrado na rubrica Ativo Tangível.

Na AGE realizada em 31 de agosto de 2014, foi a aprovada a incorporação da Getnet pela SGS, nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014 (Incorporação).

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil, permitindo ainda a consolidação para todos os fins comerciais, contábeis e financeiros.

Pelo Protocolo, a Getnet S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R$42.895, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet era de propriedade da Getnet S.A., não houve aumento do capital social da Getnet S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios minoritários da Getnet S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R$950 milhões.

Ainda no dia 31 de agosto de 2014, os acionistas da SGS aprovaram a alteração da denominação social da companhia para Getnet S.A.

b) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, o Banco publicou Comunicado ao Mercado para informar aos seus acionistas que foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em fase de aprovação pelo Bacen). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander, S.A. (Espanha), fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha deterá 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente 50% da sociedade holding.

A conclusão da Operação de venda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

c) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset (“Operação”), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de *private equity*, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R$2.008 milhões antes dos impostos (Efeito tributário de R$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”).

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

d) Constituição de subsidiária no exterior

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.(Santander EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica – grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior – e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

O processo de aprovação da constituição da subsidiária perante os órgãos reguladores (Bacen, Ministério de Economia y Hacienda da Espanha e Banco de España) foi concluído em 28 de março de 2012. A integralização do capital social da subsidiária foi realizada no montante equivalente a €748 milhões.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	**9.786.013**	**3.533.344**	**4.114.775**
Sendo:			
Caixa	3.525.864	3.533.344	4.114.775
Aplicações no mercado aberto	6.260.149	-	-
Aplicações no mercado aberto (1)	16.212.907	12.793.443	17.337.140
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil (2)	**29.904.928**	**35.387.423**	**34.083.325**
Total	**55.903.848**	**51.714.210**	**55.535.240**

(1) Compreende operações compromissadas com compromisso de revenda, de longo prazo e não consideradas como equivalente de caixa.
(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Bacen com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Classificação:			
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	112	5.065
Empréstimos e recebíveis	28.917.397	46.043.184	29.913.132
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	29.059.676	46.211.607	29.988.338
Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) (nota 9.c)	(142.279)	(168.423)	(75.206)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	**28.917.397**	**46.043.296**	**29.918.197**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	**29.059.676**	**46.211.719**	**29.993.403**
Tipo:			
Aplicações em depósito a prazo (2)	4.818.894	4.442.671	8.719.825
Operações compromissadas (1) (2)	2.407.741	19.602.697	3.616.002
Depósitos judiciais	8.170.504	7.422.359	7.573.599
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior (2)	12.398.350	14.608.963	9.921.309
Outras contas	1.264.187	135.029	162.668
Total	**29.059.676**	**46.211.719**	**29.993.403**

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Moeda:			
Real	15.469.912	35.828.923	21.803.005
Dólar norte-americano	12.180.659	9.131.549	7.782.694
Euro	1.371.277	1.248.077	406.064
Libra esterlina	12.656	2.070	446
Outras moedas	25.172	1.100	1.194
Total	**29.059.676**	**46.211.719**	**29.993.403**

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.
(2) Inclui R$13.613.957 (2013 - R$34.454.664 e 2012 - R$15.502.905) de transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor, consideradas equivalentes de caixa.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	47.106.811	22.840.499	26.646.708
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	93.900	105.850	124.187
Ativos financeiros disponíveis para venda	73.510.698	44.957.272	43.044.570
Empréstimos e recebíveis	-	-	269.612
Total	**120.711.409**	**67.903.621**	**70.085.077**
Tipo:			
Títulos do governo - Brasil (1)	103.598.096	51.618.879	57.188.916
Debêntures e Notas promissórias	13.428.165	12.134.183	8.866.474
Outros títulos de dívida	3.685.148	4.150.559	4.029.687
Total	**120.711.409**	**67.903.621**	**70.085.077**
Moeda:			
Real	114.257.666	65.664.839	69.214.546
Dólar norte-americano	6.453.743	2.238.782	870.531
Total	**120.711.409**	**67.903.621**	**70.085.077**

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Em 31 de dezembro de 2014, inclui R$72.884.242 (2013 - R$29.134.247 e 2012 - R$25.650.177) de instrumentos de dívida vinculadas a operações compromissadas, R$8.859.309 (2013 - R$4.722.191 e 2012 - R$1.487.183) vinculados a depósitos compulsórios no Banco Central, R$7.588.094 (2013 - R$6.188.885 e 2012 - R$8.146.345) vinculados a garantia de operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa (BM&FBovespa) e R$3.111.724 (2013 - R$2.726.887 e 2012 - R$3.228.030) vinculados a depósitos judiciais e outras garantias.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	391.656	477.577	428.589
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	902.794	1.192.334	1.099.066
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.653.644	1.329.810	1.104.050
Total	**2.948.094**	**2.999.721**	**2.631.705**
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	1.338.776	1.124.152	913.719
Ações de empresas estrangeiras	8.401	149.109	349
Fundos de investimentos (1)	1.600.917	1.726.460	1.717.637
Total	**2.948.094**	**2.999.721**	**2.631.705**

(1) Composto, principalmente, por investimento em ações.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	**477.577**	**428.589**	**448.209**
Adições/Baixas (Líquidas)	(73.963)	49.491	(20.026)
Ajustes decorrentes de avaliação	(11.958)	(503)	406
Saldo no final do exercício	**391.656**	**477.577**	**428.589**

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	**1.192.334**	**1.099.066**	**374.519**
Adições/Baixas (Líquidas)	(289.540)	93.268	724.547
Saldo no final do exercício	**902.794**	**1.192.334**	**1.099.066**

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	**1.329.810**	**1.104.050**	**1.307.847**
Adições/Baixas (Líquidas)	307.917	428.274	(201.249)
Ajustes decorrentes de avaliação	15.917	15.849	(2.548)
Redução ao Valor Recuperável (1)	-	(218.363)	-
Saldo no final do exercício	**1.653.644**	**1.329.810**	**1.104.050**

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período na rubrica "Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado".

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como *Hedge*

	2014	2013	2012
Ativo			
Swap - Diferencial a Receber	5.538.082	5.567.911	4.092.378
Prêmios de Opções a Exercer	628.851	500.886	297.124
Contratos a Termo e Outros	2.560.755	1.154.731	329.633
Total	**8.727.688**	**7.223.528**	**4.719.135**
Passivo			
Swap - Diferencial a Pagar	6.552.166	4.217.405	4.327.209
Prêmios de Opções Lançadas	569.011	690.743	456.172
Contratos a Termo e Outros	2.057.085	1.138.630	609.717
Total	**9.178.262**	**6.046.778**	**5.393.098**

Resumo por Categoria

			2014
Negociação	**Valor Referencial**	**Curva**	**Mercado**
Swap		**(806.706)**	**(332.734)**
Ativo	**284.533.034**	**67.310.058**	**67.713.764**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	70.772.781	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais (1)	83.317.134	66.825.563	67.425.070
Indexados em Índices de Preços e Juros	31.603.343	484.495	288.694
Moeda Estrangeira	98.810.878	-	-
Outros	28.898	-	-
Passivo	**285.339.739**	**(68.116.764)**	**(68.046.498)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	101.623.563	(30.850.783)	(30.163.786)
Taxa de Juros Pré - Reais	16.491.571	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	31.118.848	-	-
Moeda Estrangeira (1)	136.072.590	(37.261.712)	(37.879.212)
Outros	33.167	(4.269)	(3.500)
Opções	**240.746.222**	**(5.613)**	**59.840**
Compromissos de Compra	**116.184.661**	**460.152**	**628.851**
Opções de Compra Dólar	3.942.457	221.951	331.533
Opções de Venda Dólar	1.767.822	31.194	49.704
Opções de Compra Outras	**56.931.274**	**119.424**	**153.976**
Mercado Interfinanceiro	51.308.444	91.567	118.061
Outras (2)	5.622.830	27.857	35.915
Opções de Venda Outras	**53.543.108**	**87.583**	**93.638**
Mercado Interfinanceiro	49.105.277	29.788	1.335
Outras (2)	4.437.831	57.795	92.303
Compromissos de Venda	**124.561.561**	**(465.765)**	**(569.011)**
Opções de Compra Dólar	4.239.625	(280.478)	(428.681)
Opções de Venda Dólar	1.774.640	(22.637)	(25.163)
Opções de Compra Outras	**54.354.491**	**(102.394)**	**(103.436)**
Mercado Interfinanceiro	53.571.293	(64.873)	(72.078)
Outras (2)	783.198	(37.521)	(31.358)
Opções de Venda Outras	**64.192.805**	**(60.256)**	**(11.731)**
Mercado Interfinanceiro	60.555.093	(32.098)	(1.950)
Outras (2)	3.637.712	(28.158)	(9.781)
Contratos de Futuros	**302.239.388**	**-**	**-**
Posição Comprada	**105.230.874**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	6.888.319	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	94.307.498	-	-
Moeda Estrangeira	3.897.223	-	-
Índice (3)	137.834	-	-
Outros	-	-	-
Posição Vendida	**197.008.514**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	50.378.949	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	57.355.214	-	-
Moeda Estrangeira	15.845.107	-	-
Índice (3)	8.418	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	249.203	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	73.171.623	-	-
Contratos a Termo e Outros	**46.406.749**	**1.853.827**	**503.670**
Compromissos de Compra	**20.552.988**	**(1.195.416)**	**270.611**
Moedas	20.302.193	(1.446.211)	19.677
Outros	250.795	250.795	250.934
Compromissos de Venda	**25.853.761**	**3.049.243**	**233.059**
Moedas	25.708.788	3.290.737	474.273
Outros	144.973	(241.494)	(241.214)

Resumo por Categoria

			2013
Negociação	**Valor Referencial**	**Curva**	**Mercado**
Swap		**724.783**	**1.656.672**
Ativo	**178.606.316**	**17.535.192**	**18.755.675**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	48.684.752	16.464.230	17.210.663
Taxa de Juros Pré - Reais (1)	36.600.526	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.519.189	-	-
Moeda Estrangeira	76.750.555	1.043.589	1.497.546
Outros	51.294	27.373	47.466
Passivo	**177.881.533**	**(16.810.409)**	**(17.099.003)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	32.220.522	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	52.396.615	(15.796.089)	(15.930.641)
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.533.509	(1.014.320)	(1.168.362)
Moeda Estrangeira (1)	75.706.966	-	-
Outros	23.921	-	-
Opções	**234.782.478**	**(84.844)**	**(189.857)**
Compromissos de Compra	**111.750.290**	**431.770**	**500.886**
Opções de Compra Dólar	3.815.905	108.122	178.192
Opções de Venda Dólar	1.407.427	36.455	39.582
Opções de Compra Outras	**45.136.315**	**202.542**	**211.330**
Mercado Interfinanceiro	43.304.479	88.525	149.768
Outras (2)	1.831.836	114.017	61.562
Opções de Venda Outras	**61.390.643**	**84.651**	**71.782**
Mercado Interfinanceiro	57.052.006	43.746	9.022
Outras (2)	4.338.637	40.905	62.760
Compromissos de Venda	**123.032.188**	**(516.614)**	**(690.743)**
Opções de Compra Dólar	3.507.854	(204.056)	(314.271)
Opções de Venda Dólar	772.847	(16.514)	(20.075)
Opções de Compra Outras	**63.515.372**	**(180.324)**	**(267.640)**
Mercado Interfinanceiro	61.871.607	(106.328)	(214.387)
Outras (2)	1.643.765	(73.996)	(53.253)
Opções de Venda Outras	**55.236.115**	**(115.720)**	**(88.757)**
Mercado Interfinanceiro	51.288.888	(44.524)	(12.019)
Outras (2)	3.947.227	(71.196)	(76.738)
Contratos de Futuros	**123.646.819**	**-**	**-**
Posição Comprada	**41.654.829**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	3.772.361	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	29.099.344	-	-
Moeda Estrangeira	8.167.914	-	-
Índice (3)	598.874	-	-
Outros	16.336	-	-
Posição Vendida	**81.991.990**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	30.021.614	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	10.266.576	-	-
Moeda Estrangeira	18.179.682	-	-
Índice (3)	64.008	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	23.460.110	-	-
Contratos a Termo e Outros	**26.308.836**	**418.810**	**16.101**
Compromissos de Compra	**14.198.260**	**(244.539)**	**(92.565)**
Moedas	13.147.558	(244.539)	(92.565)
Outros	1.050.702	-	-
Compromissos de Venda	**12.110.576**	**663.349**	**108.666**
Moedas	11.711.716	660.462	105.756
Outros	398.860	2.887	2.910

		2012	
Negociação	**Valor Referencial**	**Curva**	**Mercado**
Swap		**(116.636)**	**(109.449)**
Ativo	**112.138.690**	**15.982.326**	**16.792.479**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	34.842.507	4.335.903	4.981.610
Taxa de Juros Pré - Reais [1]	16.341.376	11.646.423	11.810.869
Indexados em Índices de Preços e Juros	14.386.596	-	-
Moeda Estrangeira	46.477.772	**-**	**-**
Outros	90.439	**-**	**-**
Passivo	**112.255.326**	**(16.098.962)**	**(16.901.928)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	30.506.604	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.694.953	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)
Moeda Estrangeira [1]	57.406.818	(10.929.046)	(11.355.697)
Outros	137.455	(47.016)	(34.060)
Opções	**266.060.940**	**(94.067)**	**(159.048)**
Compromissos de Compra	**107.224.381**	**228.378**	**297.124**
Opções de Compra Dólar	1.792.837	44.838	31.993
Opções de Venda Dólar	1.748.915	24.039	24.087
Opções de Compra Outras	**46.244.224**	**86.370**	**45.920**
Mercado Interfinanceiro	45.411.468	51.667	2.289
Outras [2]	832.756	34.703	43.631
Opções de Venda Outras	**57.438.405**	**73.131**	**195.124**
Mercado Interfinanceiro	56.963.540	57.121	185.813
Outras [2]	474.865	16.010	9.311
Compromissos de Venda	**158.836.559**	**(322.445)**	**(456.172)**
Opções de Compra Dólar	1.453.215	(36.653)	(28.003)
Opções de Venda Dólar	1.385.098	(14.684)	(6.036)
Opções de Compra Outras	**83.389.536**	**(152.818)**	**(103.294)**
Mercado Interfinanceiro	81.602.615	(68.927)	(4.241)
Outras [2]	1.786.921	(83.891)	(99.053)
Opções de Venda Outras	**72.608.710**	**(118.290)**	**(318.839)**
Mercado Interfinanceiro	71.156.608	(64.771)	(272.536)
Outras [2]	1.452.102	(53.519)	(46.303)
Contratos de Futuros	**61.247.088**	**-**	**-**
Posição Comprada	**40.376.893**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	2.916.996	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	30.144.684	-	-
Moeda Estrangeira	6.576.093	-	-
Índice [3]	133.917	-	-
Treasury Bonds/Notes	605.203	-	-
Posição Vendida	**20.870.195**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	14.091.511	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	6.556.673	-	-
Moeda Estrangeira	12.414	-	-
Índice [3]	17.926	-	-
Treasury Bonds/Notes	191.671	-	-
Contratos a Termo e Outros	**21.766.014**	**166.807**	**(280.084)**
Compromissos de Compra	**11.046.667**	**(593.458)**	**197.859**
Moedas	11.046.667	(593.458)	197.859
Compromissos de Venda	**10.719.347**	**760.265**	**(477.943)**
Moedas	10.797.139	745.350	(185.614)
Outros	(77.792)	14.915	(292.329)

(1) Em 31 de dezembro de 2012, inclui derivativos de crédito.
(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	2014 Total	2013 Total	2012 Total
Swap	34.476.299	167.649.322	82.407.413	284.533.034	178.606.316	112.138.690
Opções	2.926.932	530.421	237.288.869	240.746.222	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	-	-	302.239.388	302.239.388	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	18.929.070	24.966.021	2.511.658	46.406.749	26.308.836	21.766.014

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	2014 Total	2013 Total	2012 Total
Swap	62.597.399	103.578.880	118.356.755	284.533.034	178.606.316	112.138.690
Opções	147.077.774	90.298.651	3.369.797	240.746.222	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	70.490.674	145.600.162	86.148.552	302.239.388	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	19.296.423	15.766.687	11.343.639	46.406.749	26.308.836	21.766.014

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	Bolsas (1)	Cetip (2)	Balcão	2014 Total	2013 Total	2012 Total
Swap	74.751.055	49.265.689	160.516.290	284.533.034	178.606.316	112.138.690
Opções	225.850.472	14.495.750	400.000	240.746.222	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	302.239.388	-	-	302.239.388	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	-	28.318.669	18.088.080	46.406.749	26.308.836	21.766.014

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

a.5) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, o volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido correspondia a R$607.119 de custo e R$669.507 de valor de mercado e o consumo do patrimônio líquido exigido foi de R$3.585.

a.6) Derivativos Utilizados como Instrumentos de Hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador eram representados como seguem:

Hedge de Risco de Mercado

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	2014 Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*			
Contratos de *Swap*	**(82.636)**	**(80.671)**	**(163.307)**
Ativo	**3.063.742**	**62.296**	**3.126.038**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2) (6)	1.513.959	1.549	1.515.508
Taxa de Juros Pré - Reais (6)	492.205	707	492.912
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (2) (3) (4) (6)	341.737	10.850	352.587
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço (5)	337.352	2.628	339.980
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (1)	353.974	46.092	400.066
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN (7)	24.515	470	24.985
Passivo	**(3.146.378)**	**(142.967)**	**(3.289.345)**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (1)	(1.072.586)	(82.987)	(1.155.573)
Indexados em Índices de Preços e Juros (2)	(1.247.506)	(43.771)	(1.291.277)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (3)	(15.221)	(555)	(15.776)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	(25.975)	(900)	(26.875)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (5)	(373.610)	(2.810)	(376.420)
Taxa de Juros Pré - Reais (6)	(411.480)	(11.944)	(423.424)
Objeto de *Hedge*			
Ativo	**2.177.702**	**119.205**	**2.296.907**
Operação de Crédito	**1.583.835**	**82.368**	**1.666.203**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	907.319	46.947	954.266
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	15.788	(423)	15.365
Indexados em Índices de Preços e Juros	421.144	32.415	453.559
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	24.510	600	25.110
Taxa de Juros Pré - Reais	215.074	2.829	217.903
Títulos e Valores Mobiliários	**593.867**	**36.837**	**630.704**
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	593.867	36.837	630.704
Passivo	**(364.166)**	**(2.826)**	**(366.992)**
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**(364.166)**	**(2.826)**	**(366.992)**
Eurobonds	(364.166)	(2.826)	(366.992)

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	2013 Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*			
Contratos de *Swap*	**38.532**	**(68.228)**	**(29.696)**
Ativo	**2.514.466**	**(562.968)**	**1.951.498**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	1.206.647	(685.468)	521.179
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (2) (3) (4) (6)	498.575	28.638	527.213
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço (5)	330.511	4.603	335.114
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (1)	478.733	89.259	567.992
Passivo	**(2.475.934)**	**494.740**	**(1.981.194)**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (1)	(1.221.704)	(157.150)	(1.378.854)
Indexados em Índices de Preços e Juros (2)	(538.292)	668.433	130.141
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (3)	(26.824)	(1.651)	(28.475)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	(136.522)	(6.783)	(143.305)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (5)	(304.621)	(5.805)	(310.426)
Taxa de Juros Pré - Reais (6)	(247.971)	(2.304)	(250.275)
Objeto de *Hedge*			
Ativo	**2.148.723**	**129.432**	**2.278.155**
Operação de Crédito	**1.614.157**	**90.801**	**1.704.958**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.098.267	106.548	1.204.815
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	26.840	373	27.213
Indexados em Índices de Preços e Juros	104.851	2.104	106.955
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	155.127	(6.948)	148.179
Taxa de Juros Pré - Reais	229.072	(11.276)	217.796
Títulos e Valores Mobiliários	**534.566**	**38.631**	**573.197**
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	534.566	38.631	573.197
Passivo	**(332.147)**	**(2.963)**	**(335.110)**
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**(332.147)**	**(2.963)**	**(335.110)**
Eurobonds	(332.147)	(2.963)	(335.110)

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	2012 Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*			
Contratos de *Swap*	**59.148**	**(147.817)**	**(88.669)**
Ativo	**1.581.458**	**105.351**	**1.686.809**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	1.039.229	5.241	1.044.470
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (2) (3) (4) (6)	255.056	24.302	279.358
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (1)	287.173	75.808	362.981
Passivo	**(1.522.310)**	**(253.168)**	**(1.775.478)**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (1)	(1.070.666)	(185.072)	(1.255.738)
Indexados em Índices de Preços e Juros (2)	(245.530)	(50.678)	(296.208)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (3)	(35.076)	(3.062)	(38.138)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	(171.038)	(14.356)	(185.394)
Objeto de *Hedge*			
Ativo	**1.593.371**	**119.818**	**1.713.189**
Operação de Crédito	**1.229.701**	**83.785**	**1.313.486**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.021.123	93.162	1.114.285
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	35.094	676	35.770
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	173.484	(10.053)	163.431
Títulos e Valores Mobiliários	**363.670**	**36.033**	**399.703**
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	363.670	36.033	399.703

(1) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R$954.266 (2013 - R$1.204.815 e 2012 - R$1.114.285) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R$82.819 (2013 - R$114.891 e 2012 - R$133.273).
(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R$453.559 (31/12/2013 - R$106.955) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R$547.885 (2013 - R$458.306 e 2012 - R$266.430).
(3) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R$15.365 (2013 - R$27.213 e 2012 - R$35.770).
(4) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R$25.110 (2013 - R$148.179 e 2012 - R$163.431).

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R$366.992.

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R$217.903.

Hedge de Fluxo de Caixa

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	2014 Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*			
Contratos de *Swap*	**(409.365)**	**(108.678)**	**(518.043)**
Ativo	**3.820.303**	**128.759**	**3.949.062**
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço (1)	599.818	20.210	620.028
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno (2)	100.804	4.624	105.428
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan (3)	-	-	-
Indexados em Reais (4)	1.278.611	(36.351)	1.242.260
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (5) (6)	935.787	97.890	1.033.677
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (6)	905.283	42.386	947.669
Passivo	**(4.229.668)**	**(237.437)**	**(4.467.105)**
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1) (2) (3)	(2.451.465)	(63.132)	(2.514.597)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais (5)	(104.950)	(15.444)	(120.394)
Indexados em Moeda Estrangeira Estrangeira Pré - Euro (5)	(659.231)	(108.193)	(767.424)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (6)	(487.865)	(40.440)	(528.305)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais (6)	(526.157)	(10.228)	(536.385)

	2014 Valor de Referência	2013 Valor de Referência
Instrumentos de "Hedge"		
Contratos de Futuros	**16.053.248**	**13.115.676**
Moeda Estrangeira - Dólar (7)	16.053.248	13.115.676

Hedge de Fluxo de Caixa

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	2013 Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*			
Contratos de *Swap*	**(166.190)**	**(110.280)**	**(276.470)**
Ativo	**2.863.318**	**50.346**	**2.913.664**
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço (1)	983.011	40.109	1.023.120
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno (2)	97.135	6.867	104.002
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan (3)	58.043	1.131	59.174
Indexados em Reais (4)	1.278.611	(41.887)	1.236.724
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (5)	236.560	28.717	265.277
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (6)	209.958	15.409	225.367
Passivo	**(3.029.508)**	**(160.626)**	**(3.190.134)**
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1) (2) (3) (4)	(2.627.525)	(112.112)	(2.739.637)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5)	(204.096)	(32.980)	(237.076)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (6)	(161.618)	(12.206)	(173.824)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais (6)	(36.269)	(3.328)	(39.597)

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	2012 Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*			
Contratos de *Swap*	**(18.867)**	**(17.846)**	**(36.713)**
Ativo	**818.997**	**60.173**	**879.170**
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço (1)	678.335	53.619	731.954
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno (2)	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan (3)	49.283	(30)	49.253
Passivo	**(837.864)**	**(78.019)**	**(915.883)**
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1) (2) (3)	(837.864)	(78.019)	(915.883)

	2014	2013	2012
Objeto de *Hedge* - Valor da Curva			
Ativo	**17.678.432**	**13.308.608**	**15.538.109**
Empréstimos e Recebíveis - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	15.999.182	12.906.917	15.538.109
Notas Promissórias - NP	-	204.096	-
Operações de Crédito	1.023.468	197.595	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	655.782	-	-
Passivo	**(1.960.197)**	**2.423.571**	**19.607.312**
Eurobonds	(1.960.197)	2.423.571	820.077
Depósitos a prazo	-	-	18.787.235

(1) Operações com vencimento em 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016 (31/12/2013 - operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014, 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016 e 31/12/2012 - operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (31/12/2013 e 31/12/2012 - operação com vencimento em 13 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operações com vencimento em 18 de março de 2015, 18 de setembro de 2015 e 18 de março de 2016 (31/12/2013 - operação com vencimento em 18 de março de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(5) Operações com vencimento em 26 de outubro de 2015 e 1 de abril de 2021 (31/12/2013 - operação com vencimento em 10 de abril de 2018), cujos objetos de "hedge" são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por Título da Dívida Externa Brasileira.

(6) Operações com vencimento entre maio de 2015 a junho de 2021 (31/12/2013 - operações com vencimento em 15 de julho de 2015 e 3 de abril de 2018), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades.

(7) Operação com vencimento em 2 de fevereiro de 2015 (31/12/2013 - operação com vencimento em 31 de janeiro de 2014) e valor atualizado dos instrumentos de R$15.991.293 (31/12/2013 - R$12.904.246), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

No Consolidado, entre julho e setembro de 2014 foram contratadas operações de “hedge” contábil de fluxo de caixa, tendo como objeto de “hedge” certificados de depósitos bancários (CDB). Em outubro de 2014 essa estrutura foi descontinuada. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros já líquido dos efeitos tributários que será reconhecido no resultado e que se encontra destacado no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R$83.399 que será amortizado nos próximos 12 meses.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* e futuros corresponde a um débito no valor de R$77.261 (2013 - corresponde a um débito no valor de R$168.050 e 2012 - corresponde a um débito no valor de R$258.555) está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Hedge de Investimento

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco possui registrada uma operação de hedge de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, com valor referencial de R$2.982.115, com vencimento entre janeiro 2015 a dezembro 2015 e o efeito de R$98.944 da variação cambial contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

a.7) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2014	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.135.366	763.911	1.421.634
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.688.978	2.521.736	3.699.901
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.763.751	3.017.363	3.024.811
Total	**7.588.095**	**6.303.010**	**8.146.346**

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Classificação:			
Empréstimos e recebíveis (1)	235.690.349	212.734.327	196.774.297
Sendo:			
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	249.110.881	226.206.449	210.740.669
Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)	(13.420.532)	(13.472.122)	(13.966.372)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**235.690.349**	**212.734.327**	**196.774.297**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	**249.110.881**	**226.206.449**	**210.740.669**

(1) Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio da sua subsidiaria integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander S.A - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US$29 milhões e US$90 milhões equivalentes a R$60 milhões e R$121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Referidas operações foram celebradas, observando a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, incluindo a aprovação pelo Conselho de Administração.

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Tipo:			
Operações de crédito (1)	245.690.369	223.329.356	208.636.512
Operações compromissadas	6.463	55.339	407.694
Outros recebíveis (2)	3.414.049	2.821.754	1.696.463
Total	**249.110.881**	**226.206.449**	**210.740.669**

(1) Inclui empréstimos, financiamentos, leasing e outros créditos com característica de crédito.
(2) Referem-se substancialmente a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber sem característica de concessão de crédito.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.
Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Por setor devedor:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	133.087.371	113.571.171	103.208.796
Crédito imobiliário - construção	31.864.656	25.554.929	20.106.962
Empréstimos a pessoas físicas	81.893.047	84.312.245	83.243.281
Leasing	2.265.807	2.768.104	4.181.630
Total (1)	**249.110.881**	**226.206.449**	**210.740.669**

(1) Inclui crédito comercial, créditos garantidos, operações compromissadas, arrendamento mercantil - financeiro, outros créditos a prazo e ativos não recuperáveis.

Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	172.649.313	168.304.100	153.505.996
Juros pós-fixados	76.461.568	57.902.349	57.234.673
Total	**249.110.881**	**226.206.449**	**210.740.669**

c) Perdas por não-recuperação

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis” são as seguintes:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Saldo no início do exercício	**13.640.545**	**14.041.578**	**11.179.836**
Perdas por não-recuperação contra o resultado	12.048.587	14.356.099	18.003.906
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	4.875.243	5.186.845	5.776.813
Imobiliário	37.891	125.720	148.847
Empréstimos a pessoas físicas	6.867.258	8.802.651	11.794.298
Leasing	268.195	240.883	283.948
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(12.126.321)	(14.757.132)	(15.142.164)
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	(4.493.800)	(3.194.381)	(4.991.510)
Imobiliário	(96.715)	(177.394)	(48.071)
Empréstimos a pessoas físicas	(7.336.858)	(11.093.001)	(9.855.295)
Leasing	(198.948)	(292.356)	(247.288)
Saldo no final do exercício	**13.562.811**	**13.640.545**	**14.041.578**
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**13.420.532**	**13.472.122**	**13.966.372**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	**142.279**	**168.423**	**75.206**

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	**855.016**	**456.310**	**1.528.310**
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	184.908	123.280	456.160
Imobiliário	80.804	77.672	64.341
Empréstimos a pessoas físicas	559.826	214.764	959.900
Leasing	29.478	40.594	47.909

Considerando os valores reconhecidos em “Perdas por não-recuperação contra o resultado” e as “Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo”, as “Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis” totalizavam R$11.193.569 em 2014, R$13.899.788 em 2013 e R$16.475.925 em 2012.

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como “Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes” e classificados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Saldo no início do exercício	**14.021.777**	**16.057.134**	**13.072.693**
Adições líquidas	12.115.769	12.721.775	18.126.605
Ativos baixados	(12.126.321)	(14.757.132)	(15.142.164)
Saldo no final do exercício	**14.011.225**	**14.021.777**	**16.057.134**

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por idade de vencimento:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	6.056.246	5.785.220	4.567.148
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	3.042.247	3.377.653	5.282.229
6 a 12 meses	4.343.615	4.230.751	5.609.819
12 a 18 meses	398.782	563.207	484.835
18 a 24 meses	88.955	33.988	66.111
Mais de 24 meses	81.380	30.958	46.992
Total	**14.011.225**	**14.021.777**	**16.057.134**

e) Empréstimos vencidos a menos de 90 dias, mas não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

Em milhares de Reais	2014	% do total de empréstimos vencidos a menos de 90 dias	2013	% do total de empréstimos devidos a menos de 90 dias
Comercial, financeiro e industrial	4.579.622	23,20%	5.208.063	23,75%
Imobiliário	6.095.965	30,88%	6.841.305	31,19%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	8.974.454	45,45%	9.651.987	44,01%
Leasing financeiro	93.035	0,47%	231.157	1,05%
Total[(1)]	**19.743.076**	**100,00%**	**21.932.512**	**100,00%**

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos vencidos entre 1 e 90 dias

f) Carteira de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil	2.577.475	3.143.227	4.882.797
Arrendamentos a receber	2.062.375	2.439.551	3.714.457
Valores residuais a realizar [(1)]	515.100	703.676	1.168.340
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.045.227)	(2.394.584)	(3.622.469)
Valores residuais a balancear	(515.100)	(703.676)	(1.168.340)
Imobilizado de arrendamento	5.815.891	7.996.409	11.738.066
Depreciações acumuladas	(3.517.981)	(5.387.661)	(8.242.886)
Ajuste a valor presente	981.962	2.156.908	4.768.240
Perdas em arrendamentos a amortizar	200.972	186.661	171.659
Credores por antecipação de valor residual	(1.235.185)	(2.233.693)	(4.355.504)
Outros valores e bens	3.000	4.513	10.067
Total	**2.265.807**	**2.768.104**	**4.181.630**

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil.

A Receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (Receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos Pagamentos mínimos a receber) é de R$311.668 (2013 - R$375.127 e 2012 - R$701.167).

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Vencidas	35.292	75.723	144.586
A Vencer:			
Até 1 ano	1.270.897	1.617.452	2.504.585
De 1 a 5 anos	1.263.873	1.439.700	2.225.247
Acima de 5 anos	7.413	10.352	8.379
Total	**2.577.475**	**3.143.227**	**4.882.797**

Carteira de arrendamento a valor presente

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Vencidas	32.687	55.037	96.689
A Vencer:			
Até 1 ano	1.199.385	1.537.026	2.353.900
De 1 a 5 anos	1.028.807	1.169.336	1.727.902
Acima de 5 anos	4.928	6.705	3.139
Total	**2.265.807**	**2.768.104**	**4.181.630**

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou a venda de carteira de crédito no montante de R$47.485, com retenção de riscos e benefícios que não foi qualificado para baixa. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente a tais operações cedidas é de R$262.515 (2013 - R$380.736 e 2012 - R$508.714), e R$242.024 (2013 - R$336.040 e 2012 - R$495.467) de “Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos”.

A operação de cessão foi realizada com clausula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e de 2012, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	**324.412**	**315.315**	**223.374**
Execuções de empréstimos	337.840	51.010	112.697
Outros ativos transferidos [1]	418.846	-	-
Alienações [2]	(102.850)	(41.937)	(29.987)
Outros	26	24	9.231
Saldo no final do exercício, bruto [3]	**978.274**	**324.412**	**315.315**
Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)	(48.326)	(49.682)	(149.605)
Provisão como percentual dos ativos executados	4,94%	15,31%	47,45%
Saldo no final do exercício	**929.948**	**274.730**	**165.710**

(1) Em 30 de setembro de 2014, foram transferidos os investimentos nas entidades de energia eólica para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição atual é altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo IFRS 5.
(2) Inclui alienação de edifícios administrativos relacionados.
(3) Refere-se substancialmente a bens imóveis e veículos decorrentes de execuções de empréstimos.

11. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto: quando possuem acordo de acionistas, onde define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

O Banco Santander considera os investimentos classificados como influência significativa as coligadas que possuem indicação de membros da diretoria.

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado)

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	Participação em % 31/12/2014	30/12/2013	31/12/2012
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	Financeira	Brasil	39,89%	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	Securitização	Brasil	13,64%	13,64%	13,64%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)					
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%	-
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1) (4)	Outras Atividades	Brasil	19,81%	20,82%	-
Controle conjunto da Getnet S.A.					
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (1) (5)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	-	-
Influência Significativa do Banco Santander					
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%	21,75%
BW Guirapá I S.A. (2)	Holding	Brasil	-	40,57%	-

	Investimentos 31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Controle conjunto do Banco Santander	**545.110**	**512.999**	**449.427**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	502.894	467.362	413.047
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	23.739	24.254	23.369
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	10.236	10.298	10.285
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	8.241	11.085	2.726
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	**458.444**	**434.993**	**-**
Webmotors S.A. (3)	327.615	316.784	-
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1) (4)	130.829	118.209	-
Controle conjunto da Getnet S.A.	**491**	-	-
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (1) (5)	491	-	-
Influência Significativa do Banco Santander	**19.416**	**115.811**	**22.666**
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	19.416	27.096	22.666
BW Guirapá I S.A. (2)	-	88.715	-
Total	**1.023.461**	**1.063.803**	**472.093**

	Resultados de equivalência patrimonial 01/1 a 31/12/2014	01/1 a 31/12/2013	01/1 a 31/12/2012
Controle conjunto do Banco Santander	**49.094**	**68.973**	**72.246**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	54.414	68.162	68.534
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	4.434	1.225	841
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	179	522	825
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	(2.768)	5.530	2.046
BW Guirapá I S.A. (2)	(7.165)	(6.466)	-
Controle conjunto da Santander Serviços	**40.823**	**16.417**	**-**
Webmotors S.A. (3)	21.539	6.479	-
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1) (4)	19.284	9.938	-
Controle conjunto da Getnet S.A.	**(1.779)**	**-**	**-**
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (1) (5)	(1.779)	-	-
Influência Significativa do Banco Santander	**2.958**	**5.952**	**1.076**
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	2.958	5.952	1.076
Total	**91.096**	**91.342**	**73.322**

			2014
	Ativo	Passivo	Lucro
Controle conjunto do Banco Santander	**9.575.690**	**8.102.926**	**159.601**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	9.316.712	8.049.342	148.644
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	81.395	25.220	8.868
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	98.490	23.444	3.618
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	79.093	4.920	(1.529)
Controle conjunto da Santander Serviços	**1.191.219**	**605.654**	**110.078**
Webmotors S.A. (3)	260.531	20.275	31.097
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1) (4)	930.688	585.379	78.981
Controle conjunto da Getnet S.A.	**8.438**	**11.555**	**(13.380)**
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (1) (5)	8.438	11.555	(13.380)
Influência Significativa do Banco Santander	**156.942**	**67.674**	**13.602**
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	156.942	67.674	13.602
Total	**10.932.289**	**8.787.809**	**269.901**

			2013
	Ativo	Passivo	Lucro
Controle conjunto do Banco Santander	**11.293.794**	**9.308.589**	**232.545**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	9.284.500	8.182.191	154.008
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	1.705.709	1.022.876	69.485
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	102.665	54.158	2.450
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	106.427	31.235	8.605
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	94.493	18.129	(2.003)
Controle conjunto da Santander Serviços	**974.863**	**512.284**	**75.269**
Webmotors S.A. (3)	221.400	11.388	14.410
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1) (4)	753.463	500.896	60.859
Influência Significativa do Banco Santander	**321.479**	**475.839**	**41.777**
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	202.264	77.684	27.367
BW Guirapá I S.A. (2)	119.215	398.155	14.410
Total	**12.590.136**	**10.296.712**	**349.591**

			2012
	Ativo	Passivo	Lucro
Controle conjunto do Banco Santander	**9.251.673**	**7.448.846**	**315.365**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	7.196.107	6.181.629	190.090
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	1.809.185	1.167.533	95.595
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	98.151	51.414	1.681
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	117.905	42.480	9.580
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	30.325	5.790	18.419
Influência Significativa do Banco Santander	**563.279**	**220.522**	**6.401**
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	563.279	220.522	6.401
Total	**9.814.952**	**7.669.368**	**321.766**

b) Variação

As variações no saldo foram as seguintes:

Controle conjunto do Banco Santander	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Saldo no início do período	**947.992**	**449.427**	**398.025**
Mudança de escopo de consolidação (2)	7.165		
Aumento de Capital	-	2.830	-
Adição/ Baixa	(4.393)	418.547	-
Ganhos de Capital	368	-	-
Resultados equivalência patrimonial	88.136	91.674	72.246
Dividendos propostos/recebidos	(35.197)	(14.689)	(20.827)
Outros	(27)	203	(17)
Saldo no final do período	**1.004.044**	**947.992**	**449.427**

Influência Significativa do Banco Santander			
Saldo no início do período	**115.811**	**22.666**	**24.200**
Mudança de escopo de consolidação (2)	(88.715)	-	-
Adição	-	95.000	-
Resultados equivalência patrimonial	2.959	(332)	1.076
Dividendos propostos/recebidos	(10.638)	(1.523)	(2.610)
Saldo no final do período	**19.417**	**115.811**	**22.666**

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.
(2) Em setembro de 2014, o investimento mantido na BW Guirapá I S.A. pelo Banco Santander foi transferido para a Santander Participações e reclassificado para a conta ativos não-correntes mantidos para venda (nota 5).

(3) Em 7 de março de 2014 foi concluída a aquisição, pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda – ME (Compreauto).

(4) No dia 18 de julho de 2014 foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, ("Acionistas"), assinaram em 17 de julho 2014, um novo Acordo de Acionistas da TECBAN ("Novo Acordo de Acionistas"). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TECBAN, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas está sujeita a algumas condições suspensivas, dentre elas, a aprovação dos órgãos reguladores competentes (A Superintendência Geral do CADE publicou no Diário Oficial da União, no dia 23.10.2014, sua decisão pela aprovação da operação sem restrições).
(5) Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil), mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R$17.240, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014. A iZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander, S.A. (Espanha) e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México. Uma das soluções desenvolvidas pela iZettle do Brasil permite aos estabelecimentos comerciais aceitarem pagamentos com cartões, por meio de smartphones ou tablets, através da utilização de uma aplicação gratuita acoplada a um leitor de cartões, convertendo assim o aparelho em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com cartão com foco direcionado para microcomércios e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples. Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado a transferência do investimento detido pelo Banco Santander (5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A.) ao capital social da Getnet S.A.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.
(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2014, 2013 e 2012.

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais

Custo	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**2.447.654**	**1.529.811**	**3.586.081**	**2.832**	**7.566.378**
Adições	272.599	4.586	1.169.292	927	1.447.404
Baixa	(72.188)	(71.962)	(41.473)	-	(185.623)
Transferências	567	498.412	(188.798)	-	310.181
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**2.648.632**	**1.960.847**	**4.525.102**	**3.759**	**9.138.340**
Adições	335.943	75.239	1.329.411	706	1.741.299
Baixa	(32.857)	(48.032)	(29.178)	-	(110.067)
Transferências	68.766	154.883	(242.158)	-	(18.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**3.020.484**	**2.142.937**	**5.583.177**	**4.465**	**10.751.063**
Adições	160.091	431.813	1.246.380	-	1.838.284
Adições decorrentes incorporações	-	67.581	587.049	-	654.630
Baixa	(20.574)	(2.757)	(277.438)	-	(300.769)
Transferências	(386.453)	49.416	(171.866)	-	(508.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.773.548**	**2.688.990**	**6.967.302**	**4.465**	**12.434.305**
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(349.695)**	**(999.911)**	**(1.157.118)**	**-**	**(2.506.724)**
Adições	(59.673)	(242.026)	(423.291)	-	(724.990)
Baixa	42.123	59.006	18.304	-	119.433
Transferências	-	(50.911)	3	-	(50.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(367.245)**	**(1.233.842)**	**(1.562.102)**	**-**	**(3.163.189)**
Adições	(58.480)	(236.731)	(431.778)	-	(726.989)
Baixa	18.657	58.338	14.957	-	91.952
Transferências	-	(29)	(26.397)	-	(26.426)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(407.068)**	**(1.412.264)**	**(2.005.320)**	**-**	**(3.824.652)**
Adições	(59.533)	(332.629)	(480.587)	-	(872.749)
Adições decorrentes incorporações	-	-	(652.155)		(652.155)
Baixa	1.742	6.725	163.105	-	171.572
Transferências	(310)	(1.627)	(152.052)	-	(153.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(465.169)**	**(1.739.795)**	**(3.127.009)**	**-**	**(5.331.973)**
Perdas por não-recuperação (*impairment*):					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(51.348)**	**-**	**-**	**-**	**(51.348)**
Impacto no resultado	14.425	-	-	-	14.425
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(36.923)**	**-**	**-**	**-**	**(36.923)**
Impacto no resultado	(3.561)	-	-	-	(3.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(40.484)**	**-**	**-**	**-**	**(40.484)**
Impacto no resultado	9.188	-	-	-	9.188
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(31.296)**	**-**	**-**	**-**	**(31.296)**
Valor Contábil					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**2.244.464**	**727.005**	**2.963.000**	**3.759**	**5.938.228**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.572.932**	**730.673**	**3.577.857**	**4.465**	**6.885.927**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.277.083**	**949.195**	**3.840.293**	**4.465**	**7.071.036**

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de tangível (2013 o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de tangível e 2012 - R$18.872).

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo o referido ágio e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 43).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Composição/Segmento operacional:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)/Banco Comercial	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Outros/Banco Comercial	1.053.390	-	-
Total	**28.270.955**	**27.217.565**	**27.217.565**

	Banco Comercial		
	2014	**2013**	**2012**
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável		Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos	10 anos
Taxa de crescimento perpétuo	7,0%	7,0%	6,0%
Taxa de desconto (2)	14,4%	14,8%	15,0%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 está apresentada abaixo:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Saldo no início do exercício	**27.217.565**	**27.217.565**	**27.217.565**
Aquisições:			
Getnet S.A./Super (1)	1.053.390	-	-
Saldo no final do exercício	**28.270.955**	**27.217.565**	**27.217.565**

(1) Em 2014, inclui os ágios na aquisição da totalidade das ações de emissão da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A.(Getnet) em 31 de julho de 2014 e o decorrente da aquisição pela Aymoré na empresa Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**2.981.909**	**205.497**	**3.187.406**
Adições	755.249	9.250	764.499
Baixa	(3.962)	-	(3.962)
Transferências	(310.160)	-	(310.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**3.423.036**	**214.747**	**3.637.783**
Adições	523.495	132.697	656.192
Baixa	(78.749)	(2.101)	(80.850)
Transferências	24.739	-	24.739
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**3.892.521**	**345.343**	**4.237.864**
Adições	571.018	11.841	582.859
Adições decorrentes de aquisições	171.071	-	171.071
Baixa	(10.651)	(316)	(10.967)
Transferências	(46.885)	-	(46.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**4.577.074**	**356.868**	**4.933.942**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(985.635)**	**(173.669)**	**(1.159.304)**
Adições	(463.637)	(12.248)	(475.885)
Baixa	-	-	-
Transferências	50.887	-	50.887
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(1.398.385)**	**(185.917)**	**(1.584.302)**
Adições	(504.285)	(20.642)	(524.927)
Baixa	9.128	418	9.546
Transferências	1.615	(6.788)	(5.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(1.891.927)**	**(212.929)**	**(2.104.856)**
Adições	(468.461)	(20.919)	(489.380)
Adições decorrentes de aquisições	(110.193)	-	(110.193)
Baixa	2.155	316	2.471
Transferências	4.153	-	4.153
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(2.464.273)**	**(233.532)**	**(2.697.805)**
Perda por não-recuperação *(impairment)* - TI			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(335)**	**-**	**(335)**
Impacto no resultado	-	-	-
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(335)**	**-**	**(335)**
Impacto no resultado	(285.862)	-	(285.862)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(286.197)**	**-**	**(286.197)**
Impacto no resultado	(5.123)	-	(5.123)
Baixas	5.486	-	5.486
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(285.834)**	**-**	**(285.834)**
Valor Contábil			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**2.024.316**	**28.830**	**2.053.146**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.714.397**	**132.414**	**1.846.811**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.826.967**	**123.336**	**1.950.303**

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item “Outros ativos” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Relacionamento com cliente (1)	946.571	1.377.072	2.749.612
Despesas antecipadas	1.289.624	1.255.046	614.062
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 22.d.5)	783.909	954.325	991.394
Ativo Atuarial (Nota 22.c)	557	898	12.865
Valores a receber de convênios	530.311	399.045	134.007
Outros recebíveis	1.515.754	1.098.282	1.098.787
Total	**5.066.726**	**5.084.668**	**5.600.727**

(1) Em 2013, o saldo apresentado está liquido de provisão para perda não recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R$64.170 registrado na rubrica "Outros Ativos". A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada em decorrência da redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos.

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	63.674.201	34.032.289	35.073.626
Total	**63.674.201**	**34.032.289**	**35.073.626**
Tipo:			
Depósitos à vista (1)	161.538	251.134	47.763
Depósitos a prazo (2)	42.044.680	30.510.143	26.077.164
Operações compromissadas	21.467.983	3.271.012	8.948.699
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	961.359	373.256	559.494
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	20.506.624	2.897.756	8.389.205
Total	**63.674.201**	**34.032.289**	**35.073.626**
Moeda:			
Real	39.519.636	16.242.319	19.385.341
Euro	66.735	497.300	370.544
Dólar norte-americano	24.085.176	17.292.342	15.106.130
Outras moedas	2.654	328	211.611
Total	**63.674.201**	**34.032.289**	**35.073.626**

(1) Contas não remuneradas.
(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.
(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do item “Depósitos de clientes” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	220.644.019	200.155.677	188.594.930
Total	**220.644.019**	**200.155.677**	**188.594.930**
Tipo:			
Depósitos à vista:			
Contas correntes (1)	15.507.604	15.584.719	13.585.488
Cadernetas de poupança	37.938.936	33.589.050	26.856.910
Depósitos a prazo	91.552.181	81.350.739	84.586.047
Operações compromissadas	75.645.298	69.631.169	63.566.485
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	46.699.288	41.851.923	35.735.634
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	28.946.010	27.779.246	27.830.851
Total	**220.644.019**	**200.155.677**	**188.594.930**

(1) Contas não remuneradas.
(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	70.355.249	65.300.548	54.012.018
Total	**70.355.249**	**65.300.548**	**54.012.018**
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	22.669.332	17.077.414	11.236.843
Eurobonds e outros títulos	11.784.701	15.903.376	13.049.920
Letras financeiras (3)	33.998.433	28.222.426	25.320.186
Notas de securitização - MT100 (4)	-	2.247.237	2.236.089
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (2)	1.902.783	1.681.646	2.008.472
Debêntures	-	168.449	160.508
Total	**70.355.249**	**65.300.548**	**54.012.018**

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2014, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2020.
(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 89,3% a 98,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2016.
(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2014, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2025.
(4) As notas emitidas pela Brazil Foreign foram integralmente resgatadas em 4 de dezembro de 2014.

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais **Moeda:**	**2014**	**2013**	**2012**
Real	59.870.381	50.737.739	39.267.849
Dólar norte-americano	9.418.869	13.090.912	13.920.498
Franco Suíço	940.256	1.315.966	679.024
Iuan Renminbi/chi	-	58.044	-
Peso/Chile	101.264	97.887	-
Iene	24.479	-	-
Euro	-	-	144.647
Total	**70.355.249**	**65.300.548**	**54.012.018**

			Juros médios (%)
Moeda:	**2014**	**2013**	**2012**
Real	9,6%	7,2%	8,6%
Dólar norte-americano	3,0%	3,9%	3,9%
Franco Suíço	1,8%	1,0%	3,2%
Iuan Renminbi/chi	0,0%	10,0%	-
Peso/Chile	4,6%	10,0%	-
Euro	-	-	0,6%
Iene	5,6%	-	-
Total	**9,6%**	**7,2%**	**7,3%**

As variações no saldo “Obrigações por títulos e valores mobiliários” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Saldo no início do exercício	**65.300.548**	**54.012.018**	**38.590.423**
Emissões	53.187.121	45.575.270	36.376.139
Pagamentos	(55.388.115)	(40.549.791)	(25.440.219)
Juros (nota 31)	6.347.571	4.355.190	3.662.370
Variação cambial e outros	1.125.481	2.071.089	823.305
Transferência para mantidos para venda	(217.357)	-	-
Outros	-	(163.228)	-
Saldo no final do exercício	**70.355.249**	**65.300.548**	**54.012.018**

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, nenhum desses instrumentos foram convertido em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2014	2013	2012
Eurobonds	mar-11	mar-14	US$	Libor + 2,1%	-	2.813.498	2.452.473
Eurobonds	abr e nov-10	abr-15	US$	4,5%	2.173.398	1.971.183	1.740.005
Eurobonds	jan e jun-11	jan-16	US$	4,3%	2.256.237	2.005.381	1.741.878
Eurobonds	nov-05	nov-13	R$	17,1%	-	-	333.182
Eurobonds	jun-11	dez-14	CHF	3,1%	-	395.378	335.749
Eurobonds	fev e set-12	fev-17	US$	4,6%	3.575.617	3.210.407	2.806.547
Eurobonds (2)	abr-12	abr-16	CHF	3,3%	412.596	404.185	343.275
Eurobonds (2)	mar-13	abr-18	US$	4,5% a 8,4% (1)	892.090	786.587	-
Eurobonds (2)	mar e mai-13	mar-16	R$	8,0%	1.258.363	1.283.821	-
Eurobonds (2)	jun-13	jun-15	CHF	1,1%	339.686	332.147	-
Outras					876.714	2.700.789	3.296.811
Total					**11.784.701**	**15.903.376**	**13.049.920**

(1) A operação possui fluxo de juros composto: até 17 de abril de 2013 igual a 4,5% a.a., no período de 18 de abril de 2013 a 17 de outubro de 2017 igual a 8,4% a.a. e de 18 de outubro de 2017 a 17 de abril de 2018 igual a 7,0% a.a.

(2) Inclui R$1.960.197 (31/12/2013 - R$2.423.572 e 31/12/2012 - R$820.077) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R$1.258.363 indexado em Reais (31/12/2013 - R$1.283.821), R$600.570 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (31/12/2013 - R$983.819 e 31/12/2012 - R$679.025), R$101.264 em Peso Chileno (31/12/2013 - R$97.887 e 31/12/2012 - R$91.767) e R$58.044 em Iuan (31/12/2013 - R$58.044 e 31/12/2012 - R$49.285), e R$364.166 de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, sendo R$339.686 (31/12/2013 - R$332.147) indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço e R$24.480 indexados em moeda estrangeira - YEN.

Em 4 de dezembro de 2014, as notas emitidas pela Brazil Foreign, entidade consolidada nas Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes às séries 2008-1, 2008-2, 2009-2, 2010-1, 2011-1, 2011-2, nos termos dos contratos específicos, foram integralmente resgatadas pelo valor de US$747.219. Em virtude do resgate das referidas notas, a Brazil Foreign está em processo de encerramento.

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2013	2012
Série 2008-1 (1)	mai-08	mar-15	US$	6,2%	150.645	212.565
Série 2008-2 (1) (2)	ago-08	set-17	US$	Libor (6 meses) + 0,8%	940.146	820.758
Série 2009-1 (1)	ago-09	set-14	US$	Libor (6 meses) + 2,1%	40.593	69.730
Série 2009-2 (1)	ago-09	set-19	US$	6,3%	105.135	103.967
Série 2010-1 (1)	dez-10	mar-16	US$	Libor (6 meses) + 1,5%	420.537	513.993
Série 2011-1 (1) (3)	mai-11	mar-18	US$	4,2%	237.020	206.758
Série 2011-2 (1) (4)	mai-11	mar-16	US$	Libor (6 meses) + 1,4%	353.161	308.318
Total					**2.247.237**	**2.236.089**

(1) Encargos pagos semestralmente.

(2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).

(3) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

(4) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

19. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento (1)	Valor (em milhões)	Taxa de juros	2014
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R$1500	105,0% CDI	3.683.128
CDB Subordinado	out-06	set-16	R$850	104,5% CDI	1.990.794
CDB Subordinado	jul-06 a out-06	jul-16 a jul-18	R$447	104,5% CDI	1.080.684
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a mai-18	R$283	CDI (2)	114.050
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a jun-18	R$268	IPCA (3)	425.421
Total					**7.294.077**

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento (1)	Valor (em milhões)	Taxa de juros	2013
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R$1500	105,0% CDI	3.306.909
CDB Subordinado	out-06	set-16	R$850	104,5% CDI	1.788.358
CDB Subordinado	jul-07	jul-14	R$885	104,5% CDI	1.684.508
CDB Subordinado	jul-06 a out-06	jul-16 a jul-18	R$447	104,5% CDI	970.794
CDB Subordinado	jan-07	jan-14	R$250	104,5% CDI	508.655
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a mai-18	R$283	CDI (2)	101.659
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a jun-18	R$268	IPCA (3)	368.401
CDB Subordinado	nov-08	nov-14	R$100	120,5% CDI	176.860
Total					**8.906.144**

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento (1)	Valor (em milhões)	Taxa de juros	2012
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R$1500	105,0% CDI	3.048.617
CDB Subordinado	out-06	set-16	R$850	104,5% CDI	1.649.313
CDB Subordinado	jul-07	jul-14	R$885	104,5% CDI	1.553.537
CDB Subordinado	abr-08	abr-13	R$600	100,0% CDI + 1,3%	1.010.620
CDB Subordinado	abr-08	abr-13	R$555	100,0% CDI + 1,0%	929.321
CDB Subordinado	jul-06 a out-06	jul-16 a jul-18	R$447	104,5% CDI	895.314
CDB Subordinado	jan-07	jan-13	R$300	104,0% CDI	561.379
CDB Subordinado	ago-07	ago-13	R$300	100,0% CDI + 0,4%	524.743
CDB Subordinado	jan-07	jan-14	R$250	104,5% CDI	469.107
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a mai-18	R$283	CDI (2)	461.792
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a jun-18	R$268	IPCA (3)	494.490
CDB Subordinado	nov-08	nov-14	R$100	120,5% CDI	161.101
CDB Subordinado	fev-08	fev-13	R$85	IPCA +7,9%	159.817
Total					**11.919.151**

(1) CDBs Subordinados emitidos pelo Banco Santander, possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.
(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo de “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	Em milhares de Reais			Juros médios (%)		
Moeda:	**2014**	**2013**	**2012**	**2014**	**2013**	**2012**
Real	7.294.076	8.906.144	11.919.151	11,2%	8,5%	8,7%
Total	**7.294.076**	**8.906.144**	**11.919.151**	**11,2%**	**8,5%**	**8,7%**

As variações no saldo de “Dívidas subordinadas” foram as seguintes:

	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	**8.906.144**	**11.919.151**	**10.908.344**
Pagamentos	(2.495.283)	(3.823.280)	-
Juros (nota 31)	883.215	810.273	1.010.807
Saldo no fim do exercício	**7.294.076**	**8.906.144**	**11.919.151**

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dividas subordinadas em cada fim de exercício e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital (nota 27), são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.) [3]	31/12/2014
Nível I [1]	jan-14	prazo (perpétuo)	R$3.000	7,4%	3.361.971
Nível II [2]	jan-14	jan-24	R$3.000	6,0%	3.411.341
Total					**6.773.312**

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2014 foram as seguintes:

	31/12/2014
Saldos no início do período	**-**
Emissão	6.000.000
Juros Nível I [1]	239.931
Juros Nível II [1]	195.541
Variação Cambial / Outros	629.081
Pagamento de juros - Nível I	(191.466)
Pagamento de juros - Nível II	(99.775)
Saldo no final do período	**6.773.312**

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foram registradas em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

21. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Cartões de crédito	19.909.272	14.870.988	12.689.689
Transações pendentes de liquidação	1.106.011	2.916.301	1.791.274
Dividendos a pagar	849.322	1.684.277	1.055.309
Contas de cobrança fiscal - impostos a recolher	676.405	379.174	422.271
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	242.024	336.040	495.467
Outros passivos financeiros	662.701	1.119.182	922.471
Total	**23.445.735**	**21.305.962**	**17.376.481**

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

22. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item “Provisões” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.869.728	3.043.311	5.260.700
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	7.257.716	7.849.077	7.514.266
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	783.909	954.325	991.394
Processos judiciais e administrativos	5.487.882	5.382.320	5.795.027
Sendo:			
Cíveis	1.755.367	1.641.199	1.480.320
Trabalhistas	1.982.393	1.938.355	2.611.852
Fiscais e Previdenciárias	1.750.122	1.802.766	1.705.610
Provisões diversas (1)	985.925	1.512.432	727.845
Total	**11.127.444**	**10.892.388**	**12.774.966**

(1) Em 2013, inclui R$987.600, referente à constituição de fundo para cobrir os impactos dos projetos que visam melhorar a produtividade operacional e a eficiência registrado na rubrica "Provisões (Líquidas)", provisão de Fundo para Compensação de Variações Salariais (FCVS) e outras provisões.

b) Variações

As variações no saldo de “Provisões” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões	Outras Provisões (1)	2014 Total
Saldo no início do exercício	**3.043.311**	**7.849.077**	**10.892.388**
Adições debitadas ao resultado:			
Despesas com juros e similares (nota 31)	318.267	-	318.267
Despesas com pessoal (nota 38.a & 22.c)	21.830	-	21.830
Adições a provisões	(3.833)	2.109.856	2.106.023
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(66.250)	-	(66.250)
Pagamentos a fundos externos	(354.117)	-	(354.117)
Valor utilizado	-	(2.666.217)	(2.666.217)
Outros Resultados Abrangentes	910.859	-	910.859
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	(339)	-	(339)
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	(35.000)	(35.000)
Saldo no fim do exercício	**3.869.728**	**7.257.716**	**11.127.444**

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões	Outras Provisões (1)	2013 Total
Saldo no início do exercício	**5.260.700**	**7.514.266**	**12.774.966**
Adições debitadas ao resultado:			
Despesas com juros e similares (nota 31)	378.904	-	378.904
Despesas com pessoal (nota 38.a & 22.c)	46.341	-	46.341
Adições a provisões	(4.769)	2.697.587	2.692.818
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(44.515)	-	(44.515)
Pagamentos a fundos externos	(315.853)	-	(315.853)
Valor utilizado	-	(3.063.833)	(3.063.833)
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	(2.265.530)	-	(2.265.530)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	(11.967)	-	(11.967)
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	701.057	701.057
Saldo no fim do exercício	**3.043.311**	**7.849.077**	**10.892.388**

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões	Outras Provisões (1)	2012 Total
Saldo no início do exercício	**3.088.593**	**8.269.255**	**11.357.848**
Adições debitadas ao resultado:			
Despesas com juros e similares (nota 31)	278.619	-	278.619
Despesas com pessoal (nota 38.a & 22.c)	42.798	-	42.798
Adições a provisões	(53.124)	2.109.730	2.056.606
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(42.584)	-	(42.584)
Pagamentos a fundos externos	(239.042)	-	(239.042)
Valor utilizado	-	(2.908.432)	(2.908.432)
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	2.185.708	-	2.185.708
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	(268)	-	(268)
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	43.713	43.713
Saldo no fim do exercício	**5.260.700**	**7.514.266**	**12.774.966**

(1) Refere-se, substancialmente, a provisões para riscos fiscais e obrigações legais e processos judiciais e administrativos de ações trabalhistas e cíveis.

c) Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

i. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

- Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

- Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de beneficio, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

- Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

• Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

- Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

- Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde o ano de 2011.

• Outros planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdências, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999. Esse plano está em processo de baixa junto à PREVIC, com previsão de autorização daquele órgão para 2015.

Adicionalmente, o Banco Santander é patrocinador das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Esses planos estão em processo de transferência para o Banesprev, com previsão para ocorrer em 2015, porém dependem de aprovação da PREVIC. Em outubro de 2014 houve a liquidação da reserva matemática de 55 participantes.

ii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial e cálculo dos juros sobre os ativos

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego - 10,9% (2013 - 11,2% e 2012 - 8,7%).
- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares -11,0% (2013 - 11,3% e 2012 - 9,0%).

• Taxa estimada de inflação no longo prazo

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,5% (2013 - 4,5% e 2012 - 4,5%).

• Taxa estimada de aumento nominal dos salários

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 5,0% (2013 - 5,0% e 2012 - 5,0%).

iii. Assistência médica e odontológica

• Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A.

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

• Aposentados pela SantanderPrevi

Para o plano de assistência médica Aposentadoria SantanderPrevi, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

• Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares)

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.
São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

• Aposentados pela Bandeprev

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsidio é de 30%.

• Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios)

Fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

• Seguro de Vida para aposentados do Banco Real

Para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. Possui subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

• Clínica Grátis

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• Plasas

Esse plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar, após aprovação em Assembleia com os participantes foi decidida a sua extinção o que ocorreu em 19 de dezembro 2014.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

A situação de custeio das obrigações de benefício definido de 2014 e últimos 3 anos é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:			
A atuais funcionários	871.376	585.214	1.639.679
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	17.019.976	15.912.616	19.028.670
	17.891.352	**16.497.830**	**20.668.349**
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	16.067.029	15.271.532	17.883.138
Ativos não reconhecidos (1)	(874.305)	(786.377)	(780.922)
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	**2.698.628**	**2.012.675**	**3.566.133**
Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares			
A atuais funcionários	340.123	315.542	747.175
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	5.737.398	5.208.636	6.286.495
	6.077.521	**5.524.178**	**7.033.670**
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	4.906.977	4.629.910	5.473.031
Ativos não reconhecidos (1)	-	(135.470)	(121.064)
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	**1.170.544**	**1.029.738**	**1.681.703**
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	**3.869.172**	**3.042.413**	**5.247.836**
Sendo:			
Provisões atuariais	3.869.728	3.043.311	5.260.700
Ativos atuariais (nota 15)	557	898	12.865

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III, Bandeprev e Plasas.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego 2014	2013	2012
Custos dos serviços correntes (nota 38.a & 22.b)	11.189	25.584	22.708
Custo dos juros (líquido)	134.076	239.264	204.392
Encargos extraordinários:			
Outros movimentos	(3.481)	(4.244)	(25.648)
Custo de aposentadoria antecipada	-	93	8.258
Total	**141.784**	**260.697**	**209.711**

Em milhares de Reais	Outras obrigações similares 2014	2013	2012
Custos dos serviços correntes (nota 38.a & 22.b)	10.606	20.757	20.090
Custo dos juros (líquido)	(384.410)	139.640	74.227
Encargos extraordinários:			
Outros movimentos	(77.165)	(618)	(35.734)
Total	**(450.969)**	**159.779**	**58.583**

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego 2014	2013	2012
Valor presente das obrigações no início do exercício	**16.497.830**	**20.668.349**	**16.580.608**
Custos dos serviços correntes	11.145	25.584	22.708
Custo dos juros	1.770.565	1.721.109	1.659.518
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	-
Benefícios pagos	(1.445.736)	(1.336.124)	(1.308.099)
Perdas (ganhos) atuariais	1.056.019	(4.632.667)	3.693.482
Outros	1.528	51.579	20.132
Valor presente das obrigações no fim do exercício	**17.891.351**	**16.497.830**	**20.668.349**

Em milhares de Reais	2014	Outras obrigações similares 2013	2012
Valor presente das obrigações no início do exercício	**5.524.178**	**7.033.670**	**5.170.920**
Custos dos serviços correntes	10.607	20.757	20.090
Custo dos juros	608.412	615.014	526.079
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	-
Benefícios pagos	(342.936)	(291.221)	(292.145)
Perdas (ganhos) atuariais	279.855	(1.859.513)	1.710.072
Outros	(2.595)	5.471	(101.346)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	**6.077.521**	**5.524.178**	**7.033.670**

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2014	Planos pós-emprego 2013	2012
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**15.271.531**	**17.883.138**	**15.051.746**
Receitas (Despesas) com Juros	1.652.774	1.563.926	1.551.712
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	241.663	(3.178.551)	2.342.632
Contribuições	300.624	294.688	223.260
Sendo:			
Pelo Banco	280.996	243.109	203.520
Por participantes do plano	19.627	51.579	19.740
Benefícios pagos	(1.399.142)	(1.291.645)	(1.308.099)
Variações cambiais e outros itens	(421)	(25)	21.887
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**16.067.029**	**15.271.531**	**17.883.138**

Em milhares de Reais	2014	Outras obrigações similares 2013	2012
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**4.629.910**	**5.473.031**	**4.535.896**
Receitas (Despesas) com Juros	496.373	462.491	463.727
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	187.841	(1.088.686)	694.955
Contribuições	50.468	52.870	70.598
Sendo:			
Pelo Banco	50.468	47.399	65.551
Por participantes do plano	-	5.471	5.048
Benefícios pagos	(319.550)	(269.796)	(292.145)
Variações cambiais e outros itens	(138.065)	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**4.906.977**	**4.629.910**	**5.473.031**

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego 2014
Experiência do Plano	(580.616)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(475.403)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.056.019)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	241.663
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**241.663**

Em milhares de Reais	Outras obrigações similares 2014
Experiência do Plano	(80.468)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(199.387)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(279.855)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	187.841
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**187.841**

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2014	Planos pós-emprego 2013	2012
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	**241.663**	**(3.178.551)**	**2.342.632**

Em milhares de Reais	2014	Outras obrigações similares 2013	2012
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	**187.841**	**(1.088.686)**	**694.955**

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Planos de benefício definido sem cobertura	**878.550**	**836.129**	**890.234**
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	**23.090.769**	**21.061.473**	**26.811.786**

Em 2015, o Banco espera fazer contribuições para custear essas obrigações por valores similares aos efetuados em 2014.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2014	2013	2012
Instrumentos de patrimônio	3,04%	2,10%	2,80%
Instrumentos de dívida	93,94%	96,30%	93,40%
Bens imóveis	0,32%	0,20%	0,50%
Outros	2,70%	1,40%	3,30%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R$1.478 (2013 - R$2.991 e 2012 - R$5.057).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2014 para os próximos dez anos:

Em milhares de Reais	
2015	1.838.337
2016	1.924.985
2017	2.014.398
2018	2.106.492
2019 a 2024	14.675.600
Total	**22.559.812**

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Em milhares de Reais	Sensibilidade (+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	90.431	(31.406)
Efeito sobre o valor Presente das Obrigações	797.418	(673.468)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Planos pós-emprego
	Duração (em Anos)
Banesprev Plano I	11,45
Banesprev Plano II	11,27
Banesprev Plano III	8,60
Banesprev Plano IV	17,34
Banesprev Plano V	8,92
Banesprev Pré-75	9,64
Sanprev I	6,68
Sanprev II	16,75
Bandeprev Básico	9,48
Bandeprev Especial I	6,94
Bandeprev Especial II	6,80
SantanderPrevi	7,15
Meridional	6,65

Planos	Outras obrigações similares
Cabesp	13,97
Lei 9656	28,69
Bandepe	14,51
Clínica Grátis	11,72
Diretores Vitalícios	9,81
Circulares [1]	13,66 e 10,88
Seguro de Vida	8,78

(1) A duração 13,66 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,88 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	2014		2013	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,9%	11,0%	10,7%(1) e 11,2%	10,8%(2) e 11,3%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício	10,9%	11,0%	11,2%	11,3%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Para os planos Banesprev II, V e Pré 75.

(2) Para os planos Cabesp.

d) Provisões para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar a valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

O Banco e suas coligadas aderiram em agosto de 2014 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.996/2014.

A adesão ao programa incluiu a cobrança administrativa decorrente da dedução de despesas com tributos com exigibilidade suspensa e sua atualização na base de cálculo do IRPJ e da CSLL entre os anos de 2006 e 2008. Referida cobrança, pendente de decisão na esfera administrativa, tinha classificação de risco avaliada como perda possível, segundo os assessores jurídicos. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista foram registrados no momento da adesão ao programa através da liquidação financeira no valor de R$412.602 cujo efeito patrimonial, após registrados os ativos fiscais diferidos, foi nulo no resultado líquido .

O Banco e suas empresas controladas aderiram ao final do exercício de 2013 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/13 (artigos 17 e 39).

A adesão ao programa incluiu a ação judicial que pleiteava o afastamento da aplicação da Lei 9.718/98 para o Banco ABN Amro Real, sucedido pelo Banco. Referida ação judicial, abrangia fatos geradores das contribuições sociais ao PIS e COFINS ocorridos no período de setembro de 2006 a abril de 2009, esse processo possuía decisão desfavorável no Tribunal Regional Federal. O Banco e as empresas controladas seguem discutindo judicialmente a aplicação da Lei 9.718/98. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis em 31 de dezembro de 2013, no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista, foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R$2.053.822, através de pagamento de R$1.389.501 e da conversão em renda de depósitos em garantia de R$155.020. Foi registrado no resultado do exercício de 2013 um ganho líquido dos honorários advocatícios de R$504.859, antes dos impostos.

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

• **PIS e COFINS** - R$10.463.919 (2013 - R$8.593.676 e 2012 - R$8.735.925): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

• **Majoração de Alíquota da CSLL** - R$1.357.957 (2013 - R$1.217.935 e 2012 - R$1.103.018): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Banco Santander e sua subsidiárias são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

• **CSLL - Isonomia de Alíquotas** - R$54.111 (2013 - R$52.489 e 2012 - R$51.271): o Banco Santander e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

• **ISS - Instituições Financeiras** - R$722.366 (2013 - R$545.337 e 2012 - R$445.497): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

• **INSS** - R$442.583 (2013 - R$332.259 e 2012 - R$349.855): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

d.2)Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

• **Ações de Caráter Indenizatório:** referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos** - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença, decisão essa que ainda não transitou em julgado. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

d.4) Contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$12,384 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

• **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes -** em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda depende de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo recolhimento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos na última instância do CARF. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a esses processos eram de aproximadamente R$629 milhões cada.

• **Perdas em Operações de Crédito -** o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R$668 milhões.

• **INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) -** o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$1.099 milhões.

• **IRPJ e CSLL - Ganho de Capital -** a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o valor era de aproximadamente R$246 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco no valor total de R$1,063 bilhões para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração no valor de R$435 milhões para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R$121 milhões, excluindo o processo abaixo:

• **Gratificação Semestral ou PLR -** ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R$658 milhões.

d.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$773.304, R$2.520 e R$8.085 (2013 - R$948.074, R$3.299 e R$2.952 e 2012 - R$978.083, R$10.078 e R$3.233), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

23. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	6.443.329	4.018.257	5.474.925
Juros sobre o capital próprio (1)	(690.000)	(300.000)	(1.020.000)
Lucro de operações descontinuadas	-	2.063.463	55.313
Lucros a realizar	(142)	(1.319)	(24.403)
Lucro antes da tributação	**5.753.187**	**5.780.401**	**4.485.835**
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social)	**(2.301.275)**	**(2.312.160)**	**(1.794.334)**
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (2)	**(813.814)**	**(1.065.515)**	**(1.143.825)**
Diferenças permanentes:			
Equivalência patrimonial	36.438	36.537	29.329
Ágio(3)	1.471.590	1.454.794	1.454.778
Variação cambial - filiais no exterior (4)	920.694	1.296.777	804.414
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	29.257	614.293	404.809
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (5)	11.419	11.420	19.308
Outros ajustes	(89.862)	(269.742)	188.507
Imposto de renda e contribuição social	**(735.553)**	**(233.596)**	**(37.014)**
Sendo:			
Impostos correntes	(2.791.425)	(2.771.367)	(2.822.084)
Impostos diferidos	2.055.872	2.537.771	2.785.070
Impostos pagos no exercício	(573.684)	(1.198.409)	(2.137.965)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) A diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva. A administração considera que a possibilidade de perda por impairment ou alienação é remota e somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não sendo possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos por isso não há o registro de passivo fiscal diferido (Nota 46).

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis.

(5) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Lucro antes da tributação	6.443.329	4.018.257	5.474.925
Imposto de renda	735.553	233.596	37.014
Alíquota efetiva (1)	11,42%	5,81%	0,68%

(1) Em 2014, 2013 e 2012, considerando os efeitos da variação cambial sobre as agências no exterior e o hedge econômico, contabilizados em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" (nota 36), a alíquota efetiva teria sido 29,6%, 40,7% e 21,4% respectivamente.

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	**2.009.173**	**2.198.259**	**2.049.282**
Avaliação de títulos disponíveis para venda	756.759	1.225.330	175.057
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	4.666	95.999	194.176
Avaliação de Plano de Beneficio Definido	1.247.748	876.930	1.680.049
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	**(748.528)**	**(914.411)**	**(1.445.903)**
Avaliação de títulos disponíveis para venda	(654.582)	(866.412)	(1.445.903)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(86.675)	(47.999)	-
Avaliação de Plano de Beneficio Definido	(7.271)	-	-
Total	**1.260.645**	**1.283.848**	**603.379**

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens “Créditos tributários diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Ativos Fiscais Diferidos	**20.038.000**	**19.195.626**	**17.956.432**
Sendo:			
Diferenças temporárias (1)	18.333.315	17.131.721	15.002.202
Prejuízo fiscal	1.049.326	1.366.178	2.256.503
CSLL 18%	655.359	697.727	697.727
Imposto a compensar	**-**	**2.073**	**2.073**
Total de créditos tributários diferidos	**20.038.000**	**19.197.699**	**17.958.505**
Passivos fiscais Diferidos	**312.420**	**1.623.593**	**3.565.381**
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	245.471	539.223	1.192.056
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	66.949	1.084.370	2.373.325
Total de passivos fiscais diferidos	**312.420**	**1.623.593**	**3.565.381**

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação (impairment) sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

Não foram registrados créditos tributários no montante de R$272.144 em 2014.

As movimentações dos saldos dos itens “Créditos tributários diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” nos últimos três anos foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2013	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (3)	Aquisição/ Incorporação (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2014
Ativos Fiscais Diferidos	**19.195.626**	**1.807.815**	**105.838**	**(1.187.475)**	**116.196**	**20.038.000**
Diferenças temporárias	17.131.721	2.222.326	105.838	(1.187.475)	60.905	18.333.315
Prejuízo fiscal	1.366.178	(372.143)	-	-	55.291	1.049.326
CSLL 18%	697.727	(42.368)	-	-	-	655.359
Passivos fiscais diferidos	**1.623.593**	**(248.057)**	**124.359**	**(1.187.475)**	**-**	**312.420**
Diferenças temporárias	1.623.593	(248.057)	124.359	(1.187.475)	-	312.420
Total	**17.572.033**	**2.055.872**	**(18.521)**	**-**	**116.196**	**19.725.580**

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Ajuste no resultado - Operações Descontinuadas (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Ativos Fiscais Diferidos	**17.956.432**	**1.895.688**	**(655.143)**	**(1.351)**	**19.195.626**
Diferenças temporárias	15.002.202	2.786.013	(655.143)	(1.351)	17.131.721
Prejuízo fiscal	2.256.503	(890.325)	-	-	1.366.178
CSLL 18%	697.727	-	-	-	697.727
Passivos fiscais diferidos	**3.565.381**	**(642.083)**	**(1.299.705)**	**-**	**1.623.593**
Diferenças temporárias	3.565.381	(642.083)	(1.299.705)	-	1.623.593
Total	**14.391.051**	**2.537.771**	**644.562**	**(1.351)**	**17.572.033**

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Ajuste no resultado - Operações Descontinuadas (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Ativos Fiscais Diferidos	**14.937.544**	**1.969.761**	**1.086.216**	**(37.089)**	**17.956.432**
Diferenças temporárias	12.887.544	1.065.531	1.086.216	(37.089)	15.002.202
Prejuízo fiscal	1.352.273	904.230	-	-	2.256.503
CSLL 18%	697.727	-	-	-	697.727
Passivos fiscais diferidos	**3.748.104**	**(815.309)**	**632.586**	**-**	**3.565.381**
Diferenças temporárias	3.748.104	(815.309)	632.586	-	3.565.381
Total	**11.189.440**	**2.785.070**	**453.630**	**(37.089)**	**14.391.051**

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.
(2) Efeito tributário no resultado referente a Santander Asset.
(3) Em 2014, refere-se ao net dos impostos diferidos, que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	CSLL 18%
2015	4.400.814	224.949	21.769
2016	4.007.073	437.518	98.385
2017	7.338.370	8.820	-
2018	614.948	290.879	195.161
2019	424.230	29.668	225.974
2020 a 2022	878.715	1.534	114.070
2023 a 2024	669.165	55.958	-
Total	**18.333.315**	**1.049.326**	**655.359**

f) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1)	2.444.231	2.127.999	1.966.435
Transações em andamento	631.611	571.901	912.034
Provisão para pagamento baseado em ações	250.062	224.559	210.822
Outros (2)	2.020.981	2.003.299	1.213.529
Total	**5.346.885**	**4.927.758**	**4.302.820**

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.
(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar.

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”, como segue:

- Ganhos (perdas) de reavaliação: incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados à participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como disponíveis para venda (Notas 6 e 7).

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros para Venda em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 é a seguinte:

Em milhares de Reais			2014
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas liquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	137.165	(286.905)	(149.740)	52.557.244
Títulos privados	283.541	(124.230)	159.311	20.953.454
Instrumentos de Patrimônio				
No país	535.849	(472.128)	63.721	1.653.644
Sendo:				
Listado em Bolsa	467.854	(431.239)	36.615	542.188
Não Listado em Bolsa	67.995	(40.889)	27.106	1.111.456
Total	**956.555**	**(883.263)**	**73.292**	**75.164.342**

Em milhares de Reais			2013
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas liquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	11.686	(392.463)	(380.777)	29.615.457
Títulos privados	109.671	(141.782)	(32.111)	15.341.815
Instrumentos de Patrimônio				
No país	367.509	(426.568)	(59.059)	1.329.810
Sendo:				
Listado em Bolsa	330.760	(390.800)	(60.040)	403.295
Não Listado em Bolsa	36.749	(35.768)	981	926.515
Total	**488.866**	**(960.813)**	**(471.947)**	**46.287.082**

Em milhares de Reais			2012
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas liquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	2.283.906	(1.030.507)	1.253.399	30.400.250
Títulos privados	1.135.405	(514.195)	621.210	12.644.320
Instrumentos de Patrimônio				
No país	200.278	(314.217)	(113.939)	1.104.050
Sendo:				
Listado em Bolsa	180.861	(281.419)	(100.558)	340.494
Não Listado em Bolsa	19.417	(32.798)	(13.381)	763.556
Total	**3.619.589**	**(1.858.919)**	**1.760.670**	**44.148.620**

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como disponíveis para venda (títulos de dívida e instrumentos de capital) tem indícios de perda por não recuperação.

Esta avaliação inclui, mas não está limitado a uma análise da seguinte informação: i) a situação econômica e financeira do emissor, alguma inadimplência ou atraso no pagamento, análise de solvência do emissor, a evolução do seu negócio, projeções de curto prazo, as tendências observadas com relação aos seus ganhos e, se aplicável, a sua política de distribuição de dividendos, ii) informações relacionadas ao mercado, tais como mudanças na situação geral da economia, mudanças no setor do emissor que poderia afetar sua capacidade de pagamento; iii) mudanças no valor justo do título analisado e a análise das origens de tais mudanças - se eles são específicos aos títulos ou o resultado da incerteza geral sobre a economia ou o país e iv) relatórios e previsões de analistas independentes e outras fontes independentes do mercado.

No caso de Instrumentos de patrimônio, quando as mudanças no valor justo do instrumento em análise são avaliados, é levado em consideração a duração e a relevância da redução em seu preço de mercado abaixo do custo. No entanto, deve notar-se que o Banco avalia, numa base caso a caso, cada uma das operações que sofreram perdas, e monitora o desempenho dos seus preços, reconhecendo uma perda, caso o valor de recuperação tenha sido diminuído.

Se, após a realização da avaliação acima, o Banco considerar que a presença de um ou mais desses fatores poderia afetar a recuperação do custo do ativo, uma perda do valor recuperável é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no montante da perda de patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação. Além disso, se o Banco não tem a intenção e/ou não é capaz de manter o investimento por um período de tempo suficiente para recuperar o custo, o instrumento é baixado por seu valor justo.

b) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - *Hedge* de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de *hedge* que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

Assim, os valores que apresentam atualmente perdas de valorização serão compensado no futuro por ganhos gerados por instrumentos de *hedge* .

c) *Hedge* de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva (Nota 8).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

O Banco possui registrada uma operação de *hedge* de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, subsidiária independente na Espanha. Assim, valores que representam perdas de valorização serão compensados no futuro por ganhos gerados pelos instrumentos de *hedge.*

26. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica “Participações não-controladoras” está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	408	395	796
Santander Brasil Advisory Services S.A	473	451	442
Brasil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	-	-	2
Getnet S.A.	155.217	56.932	26.633
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros [2]	224.075	231.323	209.257
Total	**380.173**	**289.101**	**237.130**

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Lucro atribuível às participações não-controladoras	**77.753**	**124.630**	**10.618**
Sendo:			
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	17	17	82
Santander Brasil Advisory Services S.A	24	28	70
Getnet S.A.	37.912	49.427	13.573
MS Participações Societárias S.A. [1]	-	-	(2.792)
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros [2]	40.182	74.468	(315)
Outras empresas	(382)	690	-

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica “Participações não-controladoras” está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	**289.101**	**237.130**	**18.960**
Inclusão de empresas (2)	60.744	-	222.507
Dividendos pagos	(47.216)	(104.280)	(2.825)
Lucro atribuível às participações não-controladoras	77.753	124.630	10.618
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	(209)	(6.029)	(12.130)
Valor de Mercado	-	37.650	-
Saldo no encerramento do exercício	**380.173**	**289.101**	**237.130**

(1) Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.
(2) Em 2014 refere-se a participação de não - controladores da Getnet S.A., em 2013 refere-se a Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões noventa milhões novecentos e nove mil e noventa) de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			Ações - mil 2014
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Domiciliados no Brasil	127.192	153.105	280.297
Domiciliados no exterior	3.742.658	3.577.885	7.320.543
Total	**3.869.850**	**3.730.990**	**7.600.840**
(-) Ações em tesouraria	(29.612)	(29.612)	(59.224)
Total em circulação	**3.840.238**	**3.701.378**	**7.541.616**

			Ações - mil 2013
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Domiciliados no Brasil	346.006	372.775	718.781
Domiciliados no exterior	3.523.844	3.358.215	6.882.059
Total	**3.869.850**	**3.730.990**	**7.600.840**
(-) Ações em tesouraria	(18.572)	(18.572)	(37.144)
Total em circulação	**3.851.278**	**3.712.418**	**7.563.696**

			Ações - mil 2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Domiciliados no Brasil	328.725	355.494	684.220
Domiciliados no exterior	3.541.124	3.375.496	6.916.620
Total	**3.869.849**	**3.730.990**	**7.600.840**
(-) Ações em tesouraria	(10.343)	(10.343)	(20.686)
Total em circulação	**3.859.506**	**3.720.647**	**7.580.154**

Para refletir os impactos do Programa de Bonificação e Grupamento de Ações no contexto do Plano de Otimização do Patrimônio de Referência aprovado pela AGE de 18 de março de 2014 e efetivada em 2 de junho de 2014, todas as informações relativas às ações foram ajustadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

		2014		
		Reais por milhares de ações / Units		
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos Intermediários (1) (5)	99.807	12,6008	13,8609	26,4617
Dividendos Intercalares (1) (5)	120.193	15,1745	16,6919	31,8664
Dividendos Intercalares (2) (5)	400.000	50,5005	55,5505	106,0510
Dividendos Intercalares (3) (6)	220.000	27,7738	30,5512	58,3250
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	690.000	87,2120	95,9332	183,1452
Total	**1.530.000**			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2014.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2014.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2014.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2014, ordinárias - R$74,1309, preferenciais - R$81,5442 e Units - R$155,6751 líquidos de impostos.

(5) O valor dos dividendos intermediários e intercalares, serão imputados integralmente aos dividendos complementares e obrigatórios, respectivamente, referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio, serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2014 e serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

		2013		
		Reais por milhares de ações / Units		
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (5)	300.000	37,7153	41,4868	79,2021
Dividendos Intermediários (2) (6)	650.000	81,7268	89,8995	171,6263
Dividendos Intermediários (3) (7)	450.000	56,6816	62,3497	119,0313
Dividendos Intermediários (4) (8)	285.196	35,9422	39,5364	75,4786
Dividendos Intercalares (4) (8)	714.804	90,0840	99,0924	189,1764
Total	**2.400.000**			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R$32,0580 preferenciais - R$35,2638 e Units - R$67,3217 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2013.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013.

(5) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) Do valor dos dividendos intermediários, R$144.473 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e o valor de R$305.527 foi imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 e ambos foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(8) O valor dos dividendos intermediários e intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

			2012	
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (7)	400.000	50,2836	55,3119	5.531,1927
Dividendos Intermediários (2) (8)	490.000	61,6149	67,7764	6.777,6367
Dividendos Intercalares (2) (7)	410.000	51,5553	56,7108	5.671,0837
Juros sobre o Capital Próprio (3) (7)	170.000	21,3766	23,5142	2.351,4250
Dividendos Intermediários (4) (10)	350.000	44,0111	48,4122	4.841,2166
Dividendos Intercalares (4) (9)	150.000	18,8619	20,7481	2.074,8071
Juros sobre o Capital Próprio (5) (9)	450.000	56,5880	62,2468	6.224,6781
Dividendos Intercalares (6) (9)	250.000	31,4378	34,5815	3.458,1545
Total	**2.670.000**			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R$0,8160, preferenciais - R$0,8976 e Units - R$89,7600, líquidos de impostos.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012.
(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012, ordinárias - R$0,3469, preferenciais - R$0,3816 e Units - R$38,1589, líquidos de impostos.
(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2012.
(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012.
(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012, ordinárias - R$0,9183, preferenciais - R$1,0101 e Units - R$101,0139 líquidos de impostos.
(7) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(8) O valor dos dividendos intermediários foram imputado integralmente aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em de 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referentes ao exercício de 2012 e foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(10) O valor dos dividendos intermediários, R$348.950 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e o valor de R$1.050 foi imputado aos dividendos complementares referentes aos exercício de 2012 e ambos foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 24 de agosto de 2014, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 44.253.662 Units, correspondentes e 44.253.662 ações ordinárias e 44.253.662 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2014, a aproximadamente 1,16% do capital social do Banco. Em 31 de outubro de 2014, o Banco Santander possuía 403.565.369 ações ordinárias e 431.369.785 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 3 de novembro de 2014, encerrando-se em 3 de novembro de 2015.

Em 2014, foram adquiridas 7.425.000 Units e pagas 2.717.461 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2014 é de 16.531.177 Units (31/12/2013 - 11.823.638 Units e - 31/12/2012 - 8.610.418), equivalente a R$230.420 (31/12/2013 - R$177.122 e 31/12/2012 - R$134.371). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R$11,01, R$14,23 e R$18,52. Em 2014, foram adquiridas 6.332.218 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.080.565 ADRs, no montante atual de R$215.036 (31/12/2013 - R$114.585 e 31/12/2012 - R$36.191). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US$4,61, US$6,18 e US$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2014 era de R$13,46 por Unit e US$5,02 por ADR. No período findo em 31 de dezembro de 2014, devido ao Plano de Otimização do PR, foram registrados custos de emissão no valor de R$45, totalizando R$445.501 (31/12/2013 - R$291.707) de ações em tesouraria.

Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2014, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R$4.926 (2013 - R$716 e 2012 - R$41), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do PR do Banco Santander (“Plano de Otimização do PR”). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notes

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R$6.000.000. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizada pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US$1.247.713, equivalente a R$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US$1.247.713, equivalente R$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação das mesmas, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 (cinco) ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento (inplit) da totalidade das nossas ações ordinárias e ações preferenciais em uma proporção de 1:55, sendo que para cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais corresponderão a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente e, como resultado, cada Unit (SANB11) será composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial.

Em 23 de abril de 2014, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicar aos acionistas que o Bacen homologou a ata da AGE realizada em 18 de março de 2014, que aprovou a bonificação e grupamento de ações e o ajuste na composição das Units. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não sejam de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. a ser contratada para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que o Laudo de Avaliação elaborado por N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda., foi devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta e o Banco arquivou na U.S. Securities and Exchange Commission a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha publicou Fato Relevante a respeito do Resultado do Leilão da Oferta, realizado em 30 de outubro de 2014. O Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os American Depositary Receipts - ADRs representativos de Units adquiridos na Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

28. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2014	2013	2012
Lucro atribuível à controladora	**5.630.023**	**5.723.494**	**5.482.606**
com operações continuadas	5.630.023	3.660.031	5.427.293
com operações descontinuadas	-	2.063.463	55.313
Lucro por Ação - Operações Continuadas (em reais - R$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R$):			
Ações ordinárias	709,69	460,35	682,34
Ações preferenciais	780,66	506,38	750,57
Lucro líquido atribuído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	2.733.205	1.776.356	2.634.056
Ações preferenciais	2.896.818	1.883.675	2.793.237
Lucro por Ação - Operações Descontinuadas (em reais - R$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R$):			
Ações ordinárias	-	259,54	6,95
Ações preferenciais	-	285,49	7,65
Lucro líquido atribuído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	-	1.001.479	26.845
Ações preferenciais	-	1.061.984	28.468
Média Ponderada das ações em circulação - Básico			
Ações ordinárias	3.851.278	3.858.717	3.860.354
Ações preferenciais	3.710.746	3.719.858	3.721.493

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2014	2013	2012
Lucro atribuível à controladora	**5.630.023**	**5.723.494**	**5.482.606**
com operações continuadas	5.630.023	3.660.031	5.427.293
com operações descontinuadas	-	2.063.463	55.313
Lucro por Ação - Operações Continuadas (em reais - R$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R$):			
Ações ordinárias	709,40	460,16	681,92
Ações preferenciais	780,34	506,18	750,11
Lucro líquido atribuído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	2.733.184	1.776.342	2.634.026
Ações preferenciais	2.896.839	1.883.689	2.793.267
Lucro por Ação - Operações Descontinuadas (em reais - R$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R$):			
Ações ordinárias	-	259,43	6,95
Ações preferenciais	-	285,38	7,64
Lucro líquido atribuído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias	-	1.001.471	26.845
Ações preferenciais	-	1.061.992	28.468
Média Ponderada das ações em circulação - Diluído			
Ações ordinárias	3.852.823	3.860.239	3.862.679
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	1.545	1.522	2.325
Ações preferenciais	3.712.291	3.721.380	3.723.817
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	1.545	1.522	2.324

29. Índices operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. E o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014. O requerimento mínimo de Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelece o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro[1]		
Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Patrimônio de Referência Nível I	58.592.358	63.594.727	65.213.301
Capital Principal	55.228.661	63.594.727	-
Capital Complementar	3.363.697	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	4.970.999	2.701.014	5.069.813
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**63.563.357**	**66.295.741**	**70.283.114**
Patrimônio de Referência Exigido	**40.010.083**	**37.936.111**	**37.131.442**
Parcela de Risco de Crédito [2]	35.527.889	34.199.529	32.409.974
Parcelas de Risco de Mercado [3]	2.807.798	2.047.595	2.951.238
Parcela de Risco Operacional	1.674.396	1.688.987	1.770.230
Índice de Basileia Nível I	**16,1**	**18,4**	-
Índice de Basileia Capital Principal	**15,2**	**18,4**	-
Índice de Basileia	**17,5%**	**19,2%**	**20,8%**

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular 3.644 de 4 de março de 2013.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

30. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2014, 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	**2014**	**2013**	**2012**
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	5.951.667	6.796.728	5.731.269
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	4.114.877	751.248	1.027.615
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.083.942	35.737.244	38.735.467
Instrumentos de dívida	10.419.408	6.529.253	6.081.759
Outros juros	1.354.022	1.402.573	1.067.427
Total	**58.923.916**	**51.217.046**	**52.643.537**

31. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do *hedge* e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2014, 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Depósitos de instituições de crédito	3.216.162	1.774.488	1.585.375
Depósitos de clientes	18.079.417	13.516.868	13.494.019
Títulos de dívida e passivos subordinados :			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	6.347.571	4.355.190	3.662.370
Dividas subordinadas (nota 19)	883.215	810.273	1.010.807
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	435.472	-	-
Planos de previdência (nota 22.b)	318.267	378.904	278.619
Outros juros	2.415.300	1.902.102	1.025.387
Total	**31.695.404**	**22.737.825**	**21.056.577**

32. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica “Receitas de instrumentos de patrimônio” inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros para negociação	52.910	16.608	16.064
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.762	22.004	16.651
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	93.630	42.674	61.019
Total	**222.302**	**81.286**	**93.734**

33. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	572.886	509.850	417.793
Contas à vista	1.364.654	1.380.304	1.683.885
Cartões	3.562.098	3.583.818	2.794.822
Cheques e outros	160.486	181.898	594.172
Ordens de pagamento	303.149	258.421	265.221
Total	**5.963.273**	**5.914.291**	**5.755.893**
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	954.697	970.503	1.051.070
Seguros	1.693.475	1.683.391	1.379.626
Capitalização	275.569	298.654	280.101
Total	**2.923.741**	**2.952.548**	**2.710.797**
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	278.926	207.439	207.318
Negociação de títulos e valores mobiliários	123.731	133.266	120.457
Administração e custódia	91.321	95.592	97.395
Gestão de bens	1.771	2.108	2.182
Total	**495.749**	**438.405**	**427.352**
Outros:			
Cambiais	441.347	384.727	314.009
Garantias financeiras	378.698	321.651	255.544
Outros tarifas e comissões	1.651.030	730.001	147.260
Total	**2.471.075**	**1.436.379**	**716.813**
Total	**11.853.838**	**10.741.623**	**9.610.855**

34. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica “Despesas de tarifas e comissões” mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	1.539.947	1.836.202	1.376.275
Outras tarifas e comissões	1.548.005	804.965	624.654
Total	**3.087.952**	**2.641.167**	**2.000.929**

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

35. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Ativos financeiros para negociação (1)	2.270.059	(2.599.638)	(1.456.070)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (2)	(77.624)	44.000	238.208
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	512.190	1.406.375	655.838
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	528.824	1.418.546	592.955
Instrumentos de patrimônio	(16.634)	(12.171)	63.028
Derivativos de hedge e outros	43.538	3.376	13.824
Total	**2.748.163**	**(1.145.887)**	**(548.200)**

(1) Inclui o *hedge* econômico da posição do Banco em Cayman, agência não autônoma (nota 23).
(2) Incluem o ganho líquido das transações que envolvem títulos de dívida, títulos patrimoniais e derivativos que fazem parte dessa carteira, pois o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

36. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

37. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Outras receitas operacionais	332.343	415.852	395.668
Outras despesas operacionais	(572.539)	(657.080)	(831.370)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(230.281)	(203.660)	(187.791)
Total	**(470.477)**	**(444.888)**	**(623.493)**

38. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Remuneração direta	4.512.303	4.314.508	4.303.627
Encargos	1.203.028	1.169.289	1.176.807
Benefícios	1.092.996	1.050.829	982.886
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22.b)	21.830	46.341	42.798
Contribuições aos fundos de pensões de contribuição definida	65.434	65.422	65.062
Remuneração baseada em ações	74.148	133.224	126.967
Treinamento	98.963	135.043	140.591
Outras despesas de pessoal	134.740	130.954	247.618
Total	**7.203.442**	**7.045.610**	**7.086.356**

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em “Units”, onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em Units.

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013/ SOP 2013	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP, PI14 - PSP[1] % de Ações Passíveis de Exercício	SOP 2014 [2]
1°	100%	50%	100%
2°	75%	35%	75%
3°	50%	25%	50%
4°	-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	*Black&Scholes*	*Black&Scholes*	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de *Vesting*	3 anos	3 anos	3 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R$5,96	R$6,45	R$7,19

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício é de R$15,06 (2013 - R$14,07 e 2012 - R$14,93).

Em 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R$85.898 (2013 - R$43.404 e 2012 - R$44.917), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - *Units* (SOP) e despesa de R$2.692 (2013 - R$5.390 e 2012 - R$6.479), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - *Units* (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R$1.471 "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) - Outros".

	Número de Units	Preço de exercício em Reais	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período de Exercício	Data do Fim do Período de Exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	**29.666.500**					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)	-	2010	Executivos	03/02/10	30/06/12
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)	-	2010	Executivos	03/02/10	30/06/12
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos	03/02/10	30/06/14
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)	-	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000	-	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)	-	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	31/12/13
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2012	Executivos	26/10/11	31/12/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	**25.915.376**					
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(971.238)		2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Exercidas (PI13 - PSP)	(324.760)		2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(86.465)		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.352.431)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	31/12/13
Opções Concedidas (SOP 2013)	12.240.000	14,43	2013	Executivos	02/05/13	31/12/15
Opções Concedidas (PSP 2013)	2.456.000		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.197.255)	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(24.997)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	**35.654.230**					
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(1.536.735)		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(13.300.678)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2013)	(804.121)	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(163.544)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Concedidas (PSP 2013)	295.957		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP)	(4.903.768)	23,50	2010	Executivos	03/02/10	30/06/14
Opções Exercidas (PI14 - PSP)	(180.574)		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(1.230.303)		2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	**13.830.464**					
SOP Entrega 2014	1.028.425	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
SOP 2013	10.238.623	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
PSP 2013	2.563.416		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Total	**13.830.464**					

b.2) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o inicio de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Units	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de	Data final do período de
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	**1.670.701**				
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	2009	Executivos	19/06/09	31/07/12
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	2009	Executivos	19/06/09	31/07/12
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	**1.070.122**				
Opções Canceladas (PI13)	(14.209)	2010	Executivos	01/7/2010	31/07/13
Opções Canceladas (PI14)	(676.228)	2011	Executivos	01/7/2011	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	**379.685**				
Opções Canceladas (PI14)	(379.685)	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Total	**-**				

Em 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R$7.491 (2013 - R$3.215 e 2012 - R$5.215), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a "Outras Obrigações - Provisão para pagamentos baseados em ações", pois são planos liquidados em dinheiro.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b.3) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do Financial Stability Board (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de Fevereiro de 2013.

Em 24 de Abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 3 de Junho de 2013.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em três programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registrados despesas no valor de R$39.364 (2013 - R$11.317 e 2012 - R$16.972), referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R$2.814 (2013 - R$1.781) como despesas de pessoal.

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do “Coletivo Supervisionado”, o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units “SANB11”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registrados despesas no valor de R$10.993 (2013 - R$68.705 e 2012 - R$47.492).

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registrados despesas no valor de R$41.553 (2013 - R$1.193 e 2012 - R$895).

39. Outras despesas administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Imóveis, instalações e materiais	1.209.401	1.247.901	1.171.071
Tecnologia e sistemas	1.106.392	1.109.716	1.074.337
Publicidade	467.096	461.465	498.708
Comunicações	501.419	572.965	573.325
Ajudas de custo e despesas de viagem	140.986	170.782	174.667
Tributos exceto imposto de renda	78.389	88.696	65.374
Serviços de vigilância e transporte de valores	573.697	570.368	563.337
Prêmios de seguros	17.004	14.522	12.003
Serviços técnicos especializados	2.004.874	1.990.547	1.718.899
Relatórios técnicos	404.548	401.467	377.435
Outros serviços técnicos e especializados	1.600.326	1.589.080	1.341.464
Outras despesas administrativas	639.116	577.788	834.656
Total	**6.738.374**	**6.804.750**	**6.686.377**

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado (detalhadas no Anexo I) aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Auditoria das demonstrações contábeis anuais e serviços relacionados a auditoria das empresas auditadas pela Deloitte (incluídas na consolidação)	12.194	14.418	11.135

Serviços prestados por outras firmas de auditoria montam R$6,2 milhões (2013 - R$3,5 milhões e 2012 - R$3,7 milhões).

40. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Ganhos	**87.696**	**460.203**	**501.274**
Alienação de tangíveis [1]	87.696	123.305	352.782
Alienação de investimentos [2] [3]	-	336.898	148.492
Perdas	**(850)**	**(313)**	**(268)**
Alienação de tangíveis	(143)	(313)	(268)
Alienação de investimentos	(707)	-	-
Total	**86.846**	**459.890**	**501.006**

(1) Em 2013 - R$121.391 e 2012 - R$334.593 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.
(2) Em 2012, inclui R$148.492, referentes ao ganho de variação no percentual de participação do Banco pela segregação dos investimentos em participações de natureza temporária (private equity) dos investimentos em negócios relacionados aos serviços complementares aos serviços bancários (Anexo 1).
(3) Em 2013 inclui ganho de R$289.736, referente a operação com a Webmotors (Nota 11.b) e R$47.161, referente alienação da MS Participações ocorrida em novembro de 2013 e perda na alienação da Santander Brasil Asset.

41. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Refere-se, basicamente, ao resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e a provisão do valor recuperável destes bens.

42. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	38.386.017	30.428.391	27.117.592
Garantias financeiras	37.034.862	29.073.448	25.481.319
Garantias de desempenho	565.032	511.028	280.755
Cartas de crédito financeiras	523.608	580.847	1.019.623
Outros	262.515	263.068	335.895
Outras exposições contingentes	948.300	785.111	945.555
Créditos de documentação	948.300	785.111	945.555
Total de passivos contingentes	**39.334.317**	**31.213.502**	**28.063.147**
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis [1]	98.592.601	100.549.513	106.754.302
Total de compromissos	**98.592.601**	**100.549.513**	**106.754.302**
Total	**137.926.918**	**131.763.015**	**134.817.449**

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credit* s) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comercias são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo esta descrito na nota 2.h.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R$325.039 (2013 - R$234.766 e 2012 - R$131.955).

b) Fundos gestionados não registrados no balanço

Os fundos sob gestão do Banco não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Fundos de investimento	4.591.810	4.404.165	104.461.015
Ativos sob gestão [1]	-	-	9.393.269
Total	**4.591.810**	**4.404.165**	**113.854.284**

(1) Em 2013, foi realizada a venda do segmento de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset.

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R$398.499.007 (2013 - R$66.691.116 e 2012 - R$79.719.901).

d) Vencimento residual e taxas de juros médias

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	2014							
	Em milhares de Reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	33.434.065	22.168.842	300.941	-	-	-	55.903.848	10,9%
Instrumentos de dívida	-	15.337.090	20.758.336	34.258.870	17.315.307	33.041.806	120.711.409	10,5%
Instrumentos de patrimônio	2.948.094	-	-	-	-	-	2.948.094	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	14.735.346	1.333.206	4.844.420	1.430.260	466.904	6.107.261	28.917.397	11,5%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.110.511	66.015.934	71.124.998	57.395.636	14.967.223	17.076.047	235.690.349	22,6%
Total	**60.228.016**	**104.855.072**	**97.028.695**	**93.084.766**	**32.749.434**	**56.225.114**	**444.171.097**	**17,0%**
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito [(1)]	182.108	31.587.311	19.689.042	8.331.404	2.228.999	1.655.337	63.674.201	11,1%
Depósitos de clientes [(1)]	54.303.688	59.729.834	25.106.427	68.866.674	12.637.396	-	220.644.019	11,2%
Obrigações por títulos e valores mobiliários [(1)]	-	17.563.577	30.819.783	19.969.449	1.907.628	94.812	70.355.249	10,8%
Dívidas subordinadas	-	-	199.124	6.747.305	347.648	-	7.294.077	11,2%
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	147.165	-	-	-	6.626.147	6.773.312	-
Outros passivos financeiros	60.649	21.614.192	1.430.693	103.355	9.923	226.923	23.445.735	-
Total	**54.546.445**	**130.642.079**	**77.245.069**	**104.018.187**	**17.131.594**	**8.603.219**	**392.186.593**	**10,9%**
Diferença (ativo e passivo)	**5.681.571**	**(25.787.007)**	**19.783.626**	**(10.933.421)**	**15.617.840**	**47.621.895**	**51.984.504**	

							2013 Em milhares de Reais	
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do	38.920.767	11.778.318	1.015.125	-	-	-	51.714.210	9,8%
Instrumentos de dívida	-	2.754.014	6.309.666	21.339.947	22.819.908	14.680.086	67.903.621	9,0%
Instrumentos de patrimônio	2.999.721	-	-	-	-	-	2.999.721	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	7.490.700	28.071.361	478.145	1.073.002	1.491.784	7.438.304	46.043.296	11,0%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.038.989	62.080.061	58.199.577	54.892.176	13.727.561	14.795.963	212.734.327	18,1%
Total	**58.450.177**	**104.683.754**	**66.002.513**	**77.305.125**	**38.039.253**	**36.914.353**	**381.395.175**	**15,6%**
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito [(1)]	323.975	9.668.294	14.162.039	7.026.789	1.565.974	1.285.218	34.032.289	9,7%
Depósitos de clientes [(1)]	49.261.396	49.287.931	26.569.482	59.895.690	14.906.679	234.499	200.155.677	8,1%
Obrigações por títulos e valores mobiliários [(1)]	-	13.057.198	21.314.224	25.334.738	5.392.554	201.834	65.300.548	7,9%
Dívidas subordinadas	-	508.655	1.861.368	6.232.972	303.149	-	8.906.144	8,5%
Outros passivos financeiros	128.479	20.241.811	448.067	27.792	144.733	315.080	21.305.962	
Total	**49.713.850**	**92.763.889**	**64.355.180**	**98.517.981**	**22.313.089**	**2.036.631**	**329.700.620**	**8,3%**
Diferença (ativo e passivo)	**8.736.327**	**11.919.865**	**1.647.333**	**(21.212.856)**	**15.726.164**	**34.877.722**	**51.694.555**	

							2012 Em milhares de Reais	
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	38.198.101	10.205.643	7.131.496	-	-	-	55.535.240	7,3%
Instrumentos de dívida	-	5.607.527	6.430.543	19.424.651	36.226.923	2.395.433	70.085.077	9,6%
Instrumentos de patrimônio	2.631.705	-	-	-	-	-	2.631.705	7,30%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	10.578.691	7.475.012	3.585.485	1.260.606	-	7.018.403	29.918.197	7,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.532.378	57.727.291	55.012.123	51.713.899	12.465.248	24.289.730	210.740.669	20,9%
Total	**60.940.875**	**81.015.473**	**72.159.647**	**72.399.156**	**48.692.171**	**33.703.566**	**368.910.888**	**15,5%**
Passivo:								
Depósitos de instituições de crédito [(1)]	434.853	14.418.896	13.719.558	4.663.551	777.383	1.059.385	35.073.626	8,4%
Depósitos de clientes [(1)]	41.094.568	39.996.790	20.421.839	63.229.707	17.608.936	6.243.090	188.594.930	7,3%
Obrigações por títulos e valores mobiliários [(1)]	-	10.833.946	20.715.152	16.817.641	5.621.656	23.623	54.012.018	7,3%
Dívidas subordinadas	-	721.196	3.006.549	2.336.613	5.587.196	267.597	11.919.151	8,7%
Outros passivos financeiros	254.666	16.795.033	61.924	264.858	-	-	17.376.481	-
Total	**41.784.087**	**82.765.861**	**57.925.022**	**87.312.370**	**29.595.171**	**7.593.695**	**306.976.206**	**6,5%**
Diferença (ativo e passivo)	**19.156.788**	**(1.750.388)**	**14.234.625**	**(14.913.214)**	**19.097.000**	**26.109.871**	**61.934.682**	

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2014	
	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	206.750	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	52.511	1.423.571
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.112.048	-
Empréstimos e recebíveis	35.662.235	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	33.775.217
Total	**43.033.544**	**35.198.788**

Valor equivalente em milhares de reais	2013	
	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	95.974	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	691.203	530.290
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.210.754	-
Empréstimos e recebíveis	24.309.163	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	32.352.778
Total	**27.307.094**	**32.883.068**

Valor equivalente em milhares de reais	2012 Ativo	2012 Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	109.310	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	1.025.541	1.609.662
Ativos financeiros disponíveis para venda	406.900	-
Empréstimos e recebíveis	12.902.249	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	30.434.449
Total	**14.444.000**	**32.044.111**

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais	2014	
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Aplicações no Mercado Aberto (nota 4)	16.212.907	16.212.907
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	28.917.397	28.878.632
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	235.690.349	235.086.295
Total	**264.607.746**	**263.964.927**

Em milhares de Reais	2013	
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Aplicações no Mercado Aberto (nota 4)	12.793.443	12.793.443
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	46.043.184	46.005.357
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	212.734.327	212.734.327
Total	**258.777.511**	**258.739.684**

Em milhares de Reais	2012	
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Aplicações no Mercado Aberto (nota 4)	17.337.140	17.337.140
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	29.913.132	29.906.104
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	196.774.297	196.774.301
Instrumentos de dívida (nota 6)	269.612	269.612
Total	**226.957.041**	**226.950.017**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais	2014	
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	63.674.201	63.698.255
Depósitos de clientes (nota 17) (*)	220.644.019	220.800.026
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	70.355.249	71.058.657
Dívidas subordinadas (nota 19)	7.294.077	7.382.396
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	6.773.312	6.773.312
Outros passivos financeiros (nota 21)	23.445.735	23.445.735
Total	**392.186.593**	**393.158.381**

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Em milhares de Reais	2013	
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	34.032.289	34.033.116
Depósitos de clientes (nota 17) (*)	200.155.677	200.224.854
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	65.300.548	65.768.037
Dívidas subordinadas (nota 19)	8.906.144	9.034.361
Outros passivos financeiros (nota 21)	21.305.962	21.313.528
Total	**329.700.620**	**330.373.896**

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Em milhares de Reais	2012	
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	35.073.626	35.073.722
Depósitos de clientes (nota 17) (*)	188.594.930	188.626.476
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	54.012.018	54.857.848
Dívidas subordinadas (nota 19)	11.919.151	12.115.792
Outros passivos financeiros (nota 21)	17.376.481	17.376.481
Total	**306.976.206**	**308.050.319**

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações financeiras de curto prazo - As aplicações financeiras de curto prazo incluem as aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.
- Operações de crédito – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.
- Depósitos – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por empréstimos de longo prazo – Os valores justos de obrigações por empréstimos de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

g) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2014 é de R$2.521.985, sendo R$654.925 em até 1 ano, R$1.497.161 entre 1 a 5 anos e R$369.899 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$967 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício de 2014 foram no valor de R$679.379.

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme clausulas contratuais e legislação em vigor.

h) Acordos de compensação e liquidação de obrigações

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

i) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

j) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

	2014	
Em milhares de Reais		
Receitas com juros e similares	58.923.916	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	8.765.886	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(11.271.605)	
Outras Receitas e Despesas	(1.350.357)	
Despesas com juros e similares	(31.695.404)	
Insumos de Terceiros	(5.958.217)	
Material, Energia e Outros	(511.384)	
Serviços de Terceiros	(4.653.478)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.751	
Outros	(797.106)	
Valor Adicionado Bruto	**17.414.219**	
Retenções		
Depreciações e Amortizações	(1.362.129)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	**16.052.090**	
Resultado de Participações em Coligadas e empreendimentos conjuntos	91.096	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**16.143.186**	
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	6.312.224	39,1%
Remuneração	4.578.960	
Benefícios	1.187.751	
FGTS	310.561	
Outras	234.952	
Impostos, Taxas e Contribuições	3.425.169	21,2%
Federais	3.366.835	
Estaduais	1.235	
Municipais	57.099	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	698.017	4,3%
Remuneração de Capitais Próprios	5.707.776	35,4%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.430.193	
Reinvestimentos de Lucros	4.199.830	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	77.753	
Total	**16.143.186**	**100,0%**

	2013		2012	
Em milhares de Reais				
Receitas com juros e similares	51.217.046		52.643.537	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	8.100.456		7.609.926	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(14.118.071)		(16.475.596)	
Outras Receitas e Despesas	(3.087.835)		(2.307.727)	
Despesas com juros e similares	(22.737.825)		(21.056.577)	
Insumos de Terceiros	(6.336.244)		(6.106.901)	
Material, Energia e Outros	(523.510)		(553.022)	
Serviços de Terceiros	(4.705.062)		(4.429.375)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(344.580)		(38.352)	
Outros	(763.092)		(1.086.152)	
Valor Adicionado Bruto	**13.037.527**		**14.306.662**	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.251.916)		(1.200.875)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	**11.785.611**		**13.105.787**	
Resultado de Participações em Coligadas e empreendimentos conjuntos	91.342		73.322	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**11.876.953**		**13.179.109**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	6.168.058	51,9%	6.203.194	47,1%
Remuneração	4.444.516		4.425.379	
Benefícios	1.165.825		1.095.961	
FGTS	277.496		330.532	
Outras	280.221		351.322	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.199.844	10,1%	920.176	7,0%
Federais	1.143.472		865.847	
Estaduais	682		1.005	
Municipais	55.690		53.324	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	724.390	6,1%	617.828	4,7%
Remuneração de Capitais Próprios	3.784.661	31,9%	5.437.911	41,3%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.444.473		2.178.950	
Reinvestimentos de Lucros	2.215.558		3.248.343	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	124.630		10.618	
Total	**11.876.953**	**100,0%**	**13.179.109**	**100,0%**

43. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e

(c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o Banco identificou, os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander realizou a venda do negócio de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset, que até setembro de 2013 estava alocado no segmento de Gestão de Ativos e Seguros. Os resultados com a venda do negócio de Gestão de Ativos, assim como o resultado da Santander Brasil Asset estão alocados na rubrica de "Operações Descontinuadas" no segmento do Banco Comercial, de acordo com o IFRS 5. Com a venda do negócio de Gestão de Ativos, a Administração reavaliou a abertura de segmentos e concluiu que devido a imaterialidade do segmento de Gestão de Ativos e Seguros, seria mais adequado sua fusão com o segmento Banco Comercial. Referida alteração produz efeito retrospectivo na apresentação desta nota explicativa.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais			**2014**
Demonstração (Condensada) do Resultado	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**25.042.170**	**2.186.342**	**27.228.512**
Receitas de instrumentos de patrimônio	222.302	-	222.302
Resultado de equivalência patrimonial	91.096	-	91.096
Receita líquida de tarifas e comissões	7.748.888	1.016.998	8.765.886
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais [1]	(1.480.288)	592.852	(887.436)
Outras receitas (despesas) operacionais	(450.936)	(19.541)	(470.477)
TOTAL DE RECEITAS	**31.173.232**	**3.776.651**	**34.949.883**
Despesas com pessoal	(6.597.680)	(605.762)	(7.203.442)
Outras despesas administrativas	(6.493.024)	(245.350)	(6.738.374)
Depreciação e amortização	(1.226.196)	(135.933)	(1.362.129)
Provisões (líquidas)	(2.030.408)	(5.829)	(2.036.237)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(10.710.448)	(561.157)	(11.271.605)
Perdas com outros ativos (líquidas)	13.943	(10.192)	3.751
Outros ganhos (perdas) financeiros	101.482	-	101.482
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO [1]	**4.230.901**	**2.212.428**	**6.443.329**
Outros:			
Total em ativos	447.099.883	73.131.027	520.230.910
Empréstimos e adiantamentos a clientes	177.426.688	58.263.661	235.690.349
Depósitos de clientes	199.721.072	20.922.947	220.644.019

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R$1.668.111 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2014, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R$5.899.012.

Em milhares de Reais			2013
Demonstração (Condensada) do Resultado	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**26.327.797**	**2.151.424**	**28.479.221**
Receitas de instrumentos de patrimônio	81.286	-	81.286
Resultado de equivalência patrimonial	91.342	-	91.342
Receita líquida de tarifas e comissões	7.241.003	859.453	8.100.456
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais [1]	(1.316.450)	721.622	(594.828)
Outras receitas (despesas) operacionais	(421.691)	(23.197)	(444.888)
TOTAL DE RECEITAS	**32.003.287**	**3.709.302**	**35.712.589**
Despesas com pessoal	(6.455.616)	(589.994)	(7.045.610)
Outras despesas administrativas	(6.546.946)	(257.804)	(6.804.750)
Depreciação e amortização	(1.133.710)	(118.206)	(1.251.916)
Provisões (líquidas)	(2.740.200)	47.382	(2.692.818)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.836.802)	(281.269)	(14.118.071)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(343.560)	(1.020)	(344.580)
Outros ganhos (perdas) financeiros	563.413	-	563.413
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO [1]	**1.509.866**	**2.508.391**	**4.018.257**
LUCRO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**2.063.463**	**-**	**2.063.463**
Outros:			
Total em ativos	394.381.593	58.671.102	453.052.695
Empréstimos e adiantamentos a clientes	168.475.404	44.258.923	212.734.327
Depósitos de clientes	182.451.259	17.704.418	200.155.677

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R$2.367.430 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2013, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R$3.877.296.

Em milhares de Reais			2012
Demonstração (Condensada) do Resultado	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**29.469.903**	**2.117.057**	**31.586.960**
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.734	-	93.734
Resultado de equivalência patrimonial	73.322	-	73.322
Receita líquida de tarifas e comissões	6.869.566	740.360	7.609.926
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais	(649.842)	479.675	(170.167)
Outras receitas (despesas) operacionais	(599.763)	(23.730)	(623.493)
TOTAL DE RECEITAS	**35.256.920**	**3.313.362**	**38.570.282**
Despesas com pessoal	(6.545.799)	(540.557)	(7.086.356)
Outras despesas administrativas	(6.461.101)	(225.276)	(6.686.377)
Depreciação e amortização	(1.091.407)	(109.468)	(1.200.875)
Provisões (líquidas)	(2.062.148)	5.542	(2.056.606)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(16.403.680)	(71.916)	(16.475.596)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(38.352)	-	(38.352)
Outros ganhos (perdas) financeiros	448.805	-	448.805
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO [1]	**3.103.238**	**2.371.687**	**5.474.925**
LUCRO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**55.313**	**-**	**55.313**
Outros:			
Total em ativos	369.824.459	52.783.404	422.607.863
Empréstimos e adiantamentos a clientes	161.048.108	35.726.189	196.774.297
Depósitos de clientes	169.912.114	18.682.816	188.594.930

(1)Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R$1.437.250 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2012, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R$4.540.488.

44. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de Fevereiro de 2014 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2014, no montante global de até R$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. Ambas as propostas foram aprovadas objetos de deliberação na Assembleia Geral Ordinária foi realizada em 30 de Abril de 2014.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Remuneração fixa	53.170	47.536	46.827
Remuneração variável	86.990	91.306	114.866
Outros	14.971	13.555	12.469
Total Benefícios de curto prazo	**155.131**	**152.397**	**174.162**
Remuneração baseada em ações [(1)]	23.697	30.841	34.431
Total Benefícios de longo prazo	**23.697**	**30.841**	**34.431**
Total [(2)]	**178.828**	**183.238**	**208.593**

(1) Em 02 de Maio de 2013, houve a outorga de um Novo Plano de Remuneração baseado em Ações para os Executivos (SOP 2013).

(2) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, foi pago aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R$3.214 e em 2012, foram pagos aos Administradores da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e da Santander Brasil Asset R$6.292 e R$8.312, respectivamente.

Adicionalmente, em 2014, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$28.493 (2013 - R$28.109 e 2012 - R$46.001).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

						2014
Acionistas	**Ações ordinárias**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de Ações (%)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Banco Santander, S.A. (1)	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (1)	3.758	0,1%	179	-	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC	207.812	5,1%	207.812	5,3%	415.624	5,2%
Funcionários	4.098	0,1%	4.121	0,1%	8.219	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	189.107	5,2%	216.888	6,2%	405.995	5,7%
Total	**3.840.238**		**3.701.378**		**7.541.616**	
Ações em Tesouraria	29.612	0,7%	29.612	0,7%	59.224	0,7%
Total	**3.869.850**	**100,0%**	**3.730.990**	**100,0%**	**7.600.840**	**100,0%**
Free Float (2)	401.017	10,4%	428.821	11,5%	829.838	10,9%

						2013
Acionistas	**Ações ordinárias (milhares)**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais (milhares)**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de Ações (%)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	1.115.472	28,8%	1.027.471	27,5%	2.142.943	28,2%
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (1)	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,1%
Funcionários	2.802	0,1%	2.824	0,1%	5.626	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	723.201	18,7%	751.838	20,2%	1.475.039	19,5%
Total	**3.851.278**		**3.712.418**		**7.563.696**	
Ações em Tesouraria	18.572	0,5%	18.572	0,5%	37.144	0,4%
Total	**3.869.850**	**100,0%**	**3.730.990**	**100,0%**	**7.600.840**	**100,0%**
Free Float (2)	922.465	23,8%	951.124	25,5%	1.873.589	24,7%

						2012
Acionistas	**Ações ordinárias (milhares)**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais (milhares)**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de Ações (%)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	1.120.122	28,9%	1.032.121	27,6%	2.152.243	28,3%
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (1)	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Funcionários	3.158	0,1%	3.183	0,1%	6.341	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	922.885	23,8%	951.520	25,6%	1.874.405	24,7%
Total	**3.859.507**		**3.720.647**		**7.580.154**	
Ações em Tesouraria	10.343	0,3%	10.343	0,3%	20.686	0,3%
Total	**3.869.850**	**100,0%**	**3.730.990**	**100,0%**	**7.600.840**	**100,0%**
Free Float (2)						

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por funcionário, Qatar Holding e outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

c.1) Exercício de direito de permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.A R.L.

Em 29 de outubro de 2013, QHL exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US$2.718.800 adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding, entidade controladora de QHL recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do *free float* do Banco Santander.

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais			**2014**
	Controladora [1]	**Empresas controladas em conjunto**	**Outras partes relacionadas [2]**
Ativo	**11.033.229**	**1.880.176**	**546.856**
Derivativos para negociação, posição líquida	**(98.286)**	**-**	**(87.161)**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(98.286)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	381.956
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(871)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(468.246)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações *Overnight*)	**10.913.872**	**-**	**2.787**
Banco Santander, S.A. – Espanha [3] [5] [6]	10.913.872	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	2.787
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**-**	**10.340**	**631.149**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	630.694
Webmotors S.A.	-	10.340	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	455
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito [1]	**11.900**	**1.867.750**	**81**
Banco Santander – Espanha	11.900	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.867.138	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	612	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	81
Outros ativos	**205.743**	**2.086**	**-**
Banco Santander – Espanha	205.743	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	2.086	-

Em milhares de Reais	2014		
	Controladora [1]	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas [2]
Passivo	**(7.374.698)**	**(161.871)**	**(613.062)**
Depósitos de instituições de crédito	**(416.969)**	**(19.186)**	**(286.348)**
Banco Santander, S.A. – Espanha [4]	(416.969)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(15.699)	-
Santander Brasil Asset	-	-	(16.742)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(261.865)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(7.741)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.487)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	**(6.082)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha [7]	(6.082)	-	-
Depósitos de clientes	**-**	**(142.685)**	**(271.753)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(70.449)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(41.646)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(49.526)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(89.830)
Webmotors S.A.	-	(142.685)	-
Outros	-	-	(20.302)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**(538.233)**	**-**	**(47.674)**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(25.084)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. [1]	(134.413)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(403)
Sterrebeeck B.V. [1]	(378.736)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(55)
Santusa Holding, S.L.	-	-	(47.216)
Outras obrigações	**(7.719)**	**-**	**(7.287)**
Banco Santander – Espanha	(7.719)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(441)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(35)
Santander Brasil Asset	-	-	(6.811)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(6.405.695)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha [2][7]	(6.405.695)	-	-

Em milhares de Reais	2013		
	Controladora [1]	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas [2]
Ativo	**11.869.737**	**1.106.698**	**217.445**
Derivativos para negociação, posição líquida	**(74.519)**	**-**	**(271.527)**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(74.519)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(91.959)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(61.885)
Real Fundo de Investimento Multimercado	-	-	(117.683)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações *Overnight*)	**11.935.149**	**-**	**39.329**
Banco Santander, S.A. – Espanha [3] [5] [6]	11.935.149	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.167
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	18.998
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	19.162
Banco Santander, S.A. – México	-	-	2
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**-**	**-**	**446.590**
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	43.865
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	402.725
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito [1]	**9.007**	**1.105.765**	**3.053**
Banco Santander – Espanha	9.007	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.105.425	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	340	-
Santander Brasil Asset	-	-	3.053
Outros ativos	**100**	**933**	**-**
Banco Santander – Espanha	100	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	933	-
Passivo	**(1.242.870)**	**(165.005)**	**(723.748)**
Depósitos de instituições de crédito	**(130.451)**	**(31.738)**	**(444.141)**
Banco Santander, S.A. – Espanha [4]	(130.451)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(21.473)	-
Santander Brasil Asset	-	-	(170.914)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(258.548)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(13.986)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(10.265)	-
Outros	-	-	(693)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	**(20.413)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha [7]	(20.413)	-	-
Depósitos de clientes	**-**	**(133.267)**	**(273.531)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(101.391)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(48.110)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(84.117)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(27.062)
Webmotors S.A.	-	(133.267)	-
Outros	-	-	(12.851)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**(1.089.328)**	**-**	**(5.735)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. [1]	(410.283)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(721)
Sterrebeeck B.V. [1]	(679.045)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(365)
Santusa Holding, S.L.	-	-	(4.649)
Outras obrigações	**(2.678)**	**-**	**(341)**
Banco Santander – Espanha	(2.678)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(103)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(70)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(35)
Santander Brasil Asset	-	-	(117)
Outros	-	-	(16)

Em milhares de Reais	2012		
	Controladora [1]	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas [2]
Ativo	**9.487.641**	**1.087.901**	**(163.065)**
Derivativos para negociação, posição líquida	**(135.291)**	**-**	**(742.972)**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(135.291)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(399.110)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(68.552)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(275.310)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações *Overnight*)	**9.615.489**	**-**	**318.423**
Banco Santander, S.A. – Espanha [3]	9.615.489	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.139
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	317.233
Banco Santander, S.A. – México			51
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	**93.391**
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	75.445
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	17.946
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito [1]	**7.284**	**1.087.129**	**34.024**
Banco Santander – Espanha	7.284	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	34.024
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.086.756	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil		373	
Outros ativos	**159**	**772**	**134.069**
Banco Santander – Espanha	159	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	772	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	134.007
Outros	-	-	62
Passivo	**(939.913)**	**(16.280)**	**(447.091)**
Depósitos de instituições de crédito	**(154.635)**	**(16.280)**	**(244.702)**
Banco Santander, S.A. – Espanha [4]	(154.635)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(12.762)	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.518)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(239.067)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(5.239)
Outros	-	-	(396)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	**(16.210)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha [7]	(16.210)	-	-
Depósitos de clientes	**-**	**-**	**(176.821)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(98.324)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(43.528)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(29.190)
Outros	-	-	(5.779)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**(765.524)**	**-**	**(562)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. [1]	(236.246)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(562)
Sterrebeeck B.V. [1]	(529.278)	-	-
Outras obrigações	**(3.544)**	**-**	**(25.006)**
Banco Santander – Espanha	(3.544)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(55)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(24.079)
Outros	-	-	(872)

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a) , através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 31 de dezembro de 2014 refere-se a disponibilidades no valor de R$410.193 (2013 - R$188.449 e 2012 - R$ 83.027).

(4) Em 31 de dezembro 2014, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R$416.969 (2013 - R$ 130.451, com vencimento até outubro de 2018 e juros entre 0,56% e 14,03%a.a. e 2012 - R$154.635, com vencimento até janeiro de 2015 e juros entre 0,39% e 5,82%a.a.).

(5) Em 31 de dezembro de 2014, referem-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 02 de janeiro de 2015 e juros de até 0,17 % a.a. mantidas, pelo Santander Estabelecimento Financeiro de Crédito, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(6) Refere-se a emissões de Eurobonds do Banco Santander (Brasil) e de sua Agência Grand Cayman, com vencimentos entre 18 de março de 2014 e 13 de fevereiro de 2017 e juros entre 2,34% a.a e 8,00% a.a

(7) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

Em milhares de Reais			2014
	Controladora [1]	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas [2]
Resultado	**(650.181)**	**147.917**	**(359.553)**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	**11.523**	**117.531**	**9**
Banco Santander Espanha	11.523	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	5
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	117.531	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	4
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	**-**	**(14.187)**	**(20.064)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(7.342)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(3.075)
Webmotors S.A.	-	(14.187)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(8.528)
Outros	-	-	(1.119)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	**(125)**	**(5.669)**	**(62.396)**
Banco Santander – Espanha	(125)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(5.669)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(51.313)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(11.083)
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	**(364)**	**-**	**-**
Banco Santander – Espanha	(364)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	**(40.549)**	**27.704**	**170.733**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	21.899	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	4.038	-
Banco Santander – Espanha	(40.549)	-	-
Webmotors S.A.	-	1.767	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	36.799
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	130.836
Outros	-	-	3.098
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	**(969.507)**	**22.538**	**477.107**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(969.507)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	473.512
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(15.355)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	16.117
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	22.538	-
Outros	-	-	2.833
Despesas administrativas e amortização	**-**	**-**	**(903.073)**
ISBAN Chile S.A.	-	-	(2.461)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(396.611)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(213.703)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(49.783)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(26.230)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(129.057)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(51.033)
Aquanima Brasil Ltda.			(24.075)
Outros	-	-	(10.120)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	**-**	**-**	**(21.869)**
Santander Cultural	-	-	(4.929)
Fundação Santander	-	-	(3.440)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.500)
Fundação Sudameris	-	-	(12.000)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**348.841**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha [2][7]	348.841	-	-

Em milhares de Reais	2013		
	Controladora [1]	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas [2]
Resultado	**(292.372)**	**104.353**	**1.717.420**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	**15.303**	**64.373**	**220**
Banco Santander Espanha	15.303	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	25
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	64.373	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	195
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	**-**	**(7.119)**	**(8.837)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(4.419)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.944)
Webmotors S.A.	-	(7.119)	-
Outros	-	-	(1.474)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	**(25.897)**	**(3.227)**	**(19.669)**
Banco Santander – Espanha	(25.897)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(3.227)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(19.669)
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	**(786)**	**-**	**-**
Banco Santander – Espanha	(786)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	**(49.335)**	**26.265**	**142.543**
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	13.925	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	4.045	-
Banco Santander – Espanha	(49.335)	-	-
Webmotors S.A.	-	8.295	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	31.158
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	111.385
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	**(231.543)**	**24.061**	**313.661**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(231.543)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	319.708
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(16.120)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	4.015
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	19.546	-
Webmotors S.A.	-	4.515	-
Outros	-	-	6.058
Despesas administrativas e amortização	**(114)**	**-**	**(750.188)**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(114)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(351.750)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(207.068)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(31.886)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(24.144)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(112.227)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(14.402)
Outros	-	-	(8.711)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	**-**	**-**	**(20.168)**
Santander Cultural	-	-	(1.789)
Fundação Santander	-	-	(4.103)
Instituto Escola Brasil	-	-	(2.276)
Fundação Sudameris	-	-	(12.000)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	**-**	**-**	**2.059.858**
Capital Riesgo Global [3]	-	-	47.161
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda [4]	-	-	2.007.838
Santander Brasil Asset	-	-	4.859

Em milhares de Reais	2012		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	**(90.346)**	**74.851**	**(742.313)**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	**10.393**	**59.546**	**487**
Banco Santander Espanha	10.393	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	59.546	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	35
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	452
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	**-**	**-**	**(9.732)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(5.697)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(3.000)
Outros	-	-	(1.035)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	**(38.515)**	**(297)**	**(6.927)**
Banco Santander – Espanha	(38.515)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(297)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(6.927)
Outros	-	-	-
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	**(1.773)**	**-**	**-**
Banco Santander – Espanha	(1.773)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	**(34.253)**	**15.602**	**127.215**
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	4.586	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	11.016	-
Banco Santander – Espanha	(34.253)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	26.647
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	99.665
Outros	-	-	903
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	**(26.099)**	**-**	**(407.267)**
Banco Santander, S.A. – Espanha	(26.099)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	81.575
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(472.744)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(40.701)
Outros	-	-	24.603
Despesas administrativas e amortização	**(99)**	**-**	**(428.062)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90.283)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(139.516)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(3.799)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(99)	-	-
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(41.442)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(24.707)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(99.739)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	(915)
Outros	-	-	(27.661)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	**-**	**-**	**(18.027)**
Santander Cultural	-	-	(3.800)
Fundação Santander	-	-	(3.000)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.227)
Fundação Sudameris	-	-	(10.000)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.
(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.
(3) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações.
(4) Refere-se ao ganho na venda da Santander Brasil Asset e das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas (nota 3).

45. Gestão do risco

A gestão de riscos no Banco Santander é baseada nos mesmos princípios aplicáveis a todo o Grupo mundialmente:

• Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho. A unidade de risco local mantém sua independência com uma comunicação direta com a unidade de riscos corporativa.

• Compromisso em apoiar o negócio, colaborando sem menosprezar o princípio anterior, para a consecução dos objetivos comerciais mantendo a qualidade do risco. Para isso, a estrutura organizacional de riscos busca a cooperação entre os gestores de negócio e riscos.

• Decisões tomadas coletivamente (inclusive no nível das agências), que garantem o contraste de opiniões, evitando as decisões exclusivamente individuais.

• Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring* , RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos etc.

• Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.

• Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias.
- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados.
- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

No Banco, o processo de controle e gestão de riscos foi estruturado tomando como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrita de acordo com as seguintes fases:

• Adaptação das estruturas e políticas de gestão que refletem os princípios de gestão de risco do Grupo Santander.

A Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Administração (Riscos), tem a função de estabelecer os princípios e as normas que regem as atividades de risco do Banco, com base nos modelos corporativos de organização e gestão.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar. O modelo de gestão contém os pilares básicos da gestão de risco, os canais para o planejamento e a definição de metas, o orçamento e o processo de definição de limites de risco, o controle das operações, a estrutura de emissão de relatórios de risco para a Alta Administração e o modelo de referência tecnológica para a gestão de risco.

• Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.

• Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.

• Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pelos chefes de todos os níveis da Administração do Santander.

Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas de risco aprovadas e os limites de risco definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima) já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para segmentos locais, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão sendo integrados na gestão de riscos.

• Modelos baseados em classificações e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda esperada, com base nas estimativas *Loss Given Default* ou Perda Decorrente de Inadimplência (LGD).

• Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.

• RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).

• VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.

• Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

O Banco pretende utilizar os modelos internos para o cálculo do capital obrigatório (regulamentar) e para isso estabeleceu um cronograma de comum acordo com o supervisor local. O Banco definiu uma estrutura de governança do Acordo da Basileia II e para isso designou os recursos humanos e tecnológicos necessários para satisfazer as exigências estritas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e visão cliente. Cada comitê possui determinados poderes e níveis de aprovação, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. As decisões são colegiadas e definidas através dos comitês de crédito, o que garante o contraste de opiniões.

Suas principais atribuições são:

− Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos e a predisposição e o nível de tolerância ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;

− Aprovar proposta, operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo);

− Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado;

− Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, e alinhadas com as políticas do Banco Santander Espanha; e

− Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das demais áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander.
Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O Banco desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou por agregado de operações semelhantes.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito fornece subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compensem o risco de inadimplência estimado, tanto do cliente quanto da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo. Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito, tanto no âmbito individual quanto agrupado por semelhança (gestão estandarizada):

• Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento do Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido. O cliente está carteirizado em um analista de riscos que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente. A gestão é complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
• Clientes com gestão padronizada (estandarizada) : pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para uma completa análise do risco envolvido nas operações de crédito (identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco) são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com a normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para que estejam sempre alinhados com as melhores práticas do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de *rating*

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *low default* portfólios onde recorremos a dados de mercado para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e gestão do risco de crédito.

Existem também ferramentas de valoração Globais que são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais e variáveis setoriais onde o julgamento dos analistas locais são mais vinculantes.

No caso das empresas do segmento Corporate e instituições privadas , foi definida uma metodologia para elaborar um *rating* (valoração) em cada país, baseada nos mesmos módulos que o *rating* global: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo com revisão feita pelo analista para ajustes finais na valoração.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de *rating* também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão estandarizadas, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco *Probability of Default* ou Perda Provável (PD) e *Loss Given default* (LGD) são baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes durante um ciclo de crédito definido.

Para as carteiras com um histórico interno de baixa inadimplência, como no caso de bancos, risco soberano ou clientes globais de atacado, os parâmetros são estimados com base em informações do mercado de CDS e com âmbito global, aproveitando a presença internacional do Grupo Santander (*low default* portfólios).

Para as demais carteiras, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do valor recuperado de créditos inadimplentes, tendo em conta garantias associadas ao crédito, e receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação. Este montante é abatido do valor da dívida no momento do *default* para chegarmos ao indicador de LGD.

Os parâmetros estimados são então atribuídos aos créditos adimplentes. No caso de carteiras de baixa inadimplência, que também são carteiras de gestão global, os parâmetros são atribuídos da mesma forma para todas as unidades do Banco.

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Para complementar a utilização dos modelos avançados previamente descritos (vide dados relacionados em “Capital Econômico”), são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, fundamentada na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco.

O ciclo de risco contém três fases diferentes: pré-venda, venda e pós-venda:

• Pré-venda: fase que inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do apetite de risco do Banco, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de *rating* de créditos e definição de limites.

• Venda: trata-se da fase de tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas.

• Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

O limite de risco é um processo dinâmico que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating* , entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de risco e processo de *rating*

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração interesse por riscos (apetite de riscos) e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar a relação risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (retorno ajustado ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice Presidência de Risco tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos.
Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma que sejam tomadas ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado “firmas sob vigilância especial” (FEVE, sigla em espanhol) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

O *rating* atribuído é revisado pelo menos anualmente, mas, caso seja detectada qualquer debilidade ou em virtude do próprio rating, a periodicidade deve ser aumentada.

No caso dos riscos de clientes, com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

b.5) Função de controle de risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do processo de risco, de sua qualidade e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco são controladas de forma contínua e sistemática contra o orçamento, limites e *benchmarks* , e os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

b.5.1) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Negócios de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco Santander. As estratégias e os canais de atuação de cobrança são definidos de acordo com as análises que mostram a maior eficiência na recuperação. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Os clientes com probabilidade de efetuar o pagamento são classificados com de baixo risco, e uma maior atenção é dada à manutenção de um saudável relacionamento com eles. Os clientes com pouca probabilidade de efetuar o pagamento, por sua vez, são classificados com de alto risco, e passam a ser acompanhados de maneira próxima. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

Vendas de carteira de créditos inadimplidos, com foco em operações em situação de prejuízo, também são realizadas periodicamente através de processos de leilão, nos quais se avaliam as condições e características das operações para sua avaliação, sem retenção de risco.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira.

Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Área de Riscos atua juntamente com a Área Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (*hedge*) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente e de sua cadeia de valor verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco Santander. A nossa experiência mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações em 2014

O ano de 2014 foi marcado por um crescimento econômico aquém da expectativa que se tinha ao seu início. Fatores importantes como a inflação mais alta e consequentemente a necessidade de se elevar a taxa de juros básicos desaqueceram o mercado de crédito no ano que cresceu menos que períodos anteriores.

Neste cenário a gestão do risco de crédito foi um dos focos principais da gestão no ano, na medida em que exigiram revisões de políticas de admissão do crédito, processos de acompanhamento e métodos de recuperação do crédito concedido. O resultado foi reduções importantes na inadimplência e da necessidade de provisão de crédito.

Reforçamos nossa estrutura de riscos atribuindo uma visão carteirizada para melhor gestão e aproximação com os clientes, apoiando a estratégia comercial do Banco Santander. Dessa forma, conseguimos encerrar 2014 com bons resultados e significativa melhora na qualidade da carteira.

A melhoria dos índices de Recuperação de Crédito em 2014 foram oriundos da implantação do Plano Tático de Recuperações, que teve foco a intensificação de contato nos canais de cobrança, implantação do novo modelo de recobro (áreas de estratégia, rede comercial e canais de cobrança), revisão da política de renegociação e disciplina de gestão.

O envolvimento da Administração na tomada de decisão, e estas, realizadas de forma colegiada em nossos Comitês, além da independência de Riscos em relação à área de negócios, permitem decisões mais assertivas e a redução do risco de crédito.

As análises de crédito para projetos e empresas, no segmento Atacado, continuam integrando pareceres da nossa área de Risco Socioambiental.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2014	2013	2012
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	288.445.198	257.419.951	238.803.816
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	249.110.881	226.206.449	210.740.669
Passivos contingentes - Garantias e compromissos	39.334.317	31.213.502	28.063.147
Índice de empréstimos inadimplentes (%)	5,62%	6,20%	7,58%
Índice de cobertura impairment (perda do valor recuperável) (%)	96,80%	97,28%	87,45%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais)	13.562.809	13.640.545	14.041.987
Custo do crédito (% do risco)	4,23%	5,65%	7,25%

Dados preparados de acordo com o critério de gestão de acordo com o critério contábil da unidade do controlador.
(*) RAWO = *Recoveries of Assets Written Of* f (Recuperação de Ativos Baixados).

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assuma risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de *commodities* e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentos da taxa de juros e nível de liquidez.
- Riscos estruturais:

i. Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o real (cobertura de resultados).

ii. Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Tesouraria é responsável por gerenciar as posições tomadas na atividade de intermediação financeira.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais centralmente através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo Bacen.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2014 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida. Ele é utilizado pela sua facilidade de cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitem obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente. Preparar uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread, jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

Com relação ao risco de crédito da carteira de negociação (quando existe mercado de negociação para o mesmo), e na manutenção das recomendações feitas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, foi introduzida uma medida adicional, o *Incremental Risk Charge* (IRC), para cobrir o risco de inadimplência não mensurado adequadamente no VaR, por meio da variação de preços de mercado dos respectivos *spreads* de crédito. Os instrumentos afetados são basicamente títulos de renda fixa, derivativos sobre títulos (futuros, opções, etc.) e derivativos de crédito (*swaps* de inadimplência, títulos lastreados por ativos, etc.). O método usado para calcular o IDR, e definido globalmente para o Grupo Santander.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o *gap* das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários.

***Gap* das Taxas de Juros de Ativos e Passivos**

A análise de *gaps* das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco para a atividade de balanço e carteiras de investimento é calculado aplicando-se o mesmo padrão aplicado às atividades de intermediação financeira: simulação histórica com um intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. São efetuados ajustes estatísticos que permitem incorporar de forma rápida e eficiente os acontecimentos mais recentes que condicionam os níveis de riscos assumidos.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. O Banco monitora permanentemente os perfis máximos de defasagem temporal.

As medidas utilizadas para controlar o risco de liquidez na gestão de balanço são o *gap* de liquidez, os índices de liquidez, os cenários de estresse e os planos de contingência.

Gap de liquidez

O *gap* de liquidez informa os fluxos de pagamentos e recebimentos no horizonte de tempo das contas ativas, passivas (nota 41.d) e extrapatrimoniais do balanço, possibilitando a análise dos descasamentos existentes entre as expectativas de entradas e saídas de recursos do Banco.

O *gap* de liquidez é elaborado e analisado em dois segmentos distintos: *gap* de liquidez em moeda local e *gap* de liquidez em moeda estrangeira, em que o caixa disponível, os fluxos de pagamentos/recebimentos e as estratégias são segregados em moeda local e estrangeira, respectivamente.

O Banco elabora três tipos de *gap* de liquidez:

1 - *Gap* de liquidez contratual

O *gap* de liquidez contratual demonstra os fluxos de vencimentos contratuais de forma consolidada dos principais produtos do Banco e os descasamentos existentes. Informa também a liquidez disponível a um dia e o consumo ou incremento da liquidez no período.

2 - *Gap* de liquidez operacional

Acompanhamento e gestão do caixa realizados diariamente, levando-se em consideração a situação de mercado, vencimentos e renovações de ativos e passivos, necessidade de curto prazo de liquidez e eventos específicos.

3 - *Gap* de liquidez projetado

Com base no *gap* de liquidez contratual, novos fluxos de vencimentos são projetados levando-se em consideração o plano orçamentário do Banco.

Índices de liquidez

Complementarmente à análise do *gap* de liquidez também é elaborado um modelo da liquidez estrutural, cujo objetivo é avaliar o perfil da estrutura das fontes e dos usos dos recursos do Banco e inclui também estudos de índices de liquidez.

Os principais índices de liquidez analisados são:

• Depósitos/Operações de Crédito - mede a capacidade da instituição de financiar operações de crédito com *funding* mais estáveis e de menor custo.

• Passivos Estáveis/ Ativos Permanentes - mede a relação entre o Capital + Outros Passivos Estáveis e os Investimentos + Outros Ativos Permanentes.

• *Funding* de Mercado/ Ativos Totais - mede o percentual dos ativos do Banco que estão sendo financiados com *funding* pouco estáveis e de maior custo.

• *Funding* de Mercado Curto Prazo/*Funding* de Mercado - mede o percentual de perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias) sobre o total de *funding* pouco estáveis.

• Ativos Líquidos/ *Funding* de Mercado Curto Prazo - mede a relação de comprometimento dos ativos de liquidez imediata e a perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias).

Análise de cenário/plano de contingência

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de *Stress* .

O Teste de *Stress* avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de *Stress* para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de *stress* definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez de até 90% por 90 dias em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados obtidos no Teste de *Stress* , o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez:

• Identificação de Crise - A elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez da instituição. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de *Stress* para Liquidez. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, consequentemente, acionando o Plano de Contingência.

• Comunicação Interna - Após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas.

• Ações Corretivas - São as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:

- Avaliar o tipo e a gravidade da crise;

- Identificar qual o segmento mais impactado;

- Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja, custo financeiro ou custo de imagem.

O ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de *stress* , da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência semestralmente.

Se ocorrerem condições de mercados adversas, o ALCO pode revisar e aprovar novos modelos, Liquidez Mínima e Plano de Contingência a qualquer momento que se faça necessário.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e "sujos" (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *back-testing* realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de *Spearman* , medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

5. Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2014

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2014 ficou em R$32,3 milhões (R$26,1 milhões em 2013 e R$20,8 milhões em 2012). A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço (1)

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2014, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou negativa em R$490 milhões.

Também no encerramento de 2014, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou negativo em R$1.846 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou R$115 milhões ao longo do ano de 2014, atingindo o máximo de R$601 milhões no mês de Maio. A sensibilidade de valor aumentou R$468 milhões durante o ano de 2014, obtendo o nível máximo de R$1.846 milhões no mês de Abril. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2014 e influenciaram neste crescimento de sensibilidade, foram:

Em milhares de Reais	2014	2013	2012
Sensibilidades			
Margem Financeira	490	383	272
Valor Patrimonial	1.846	1.402	1.533
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	605	540	296

(1) Inclui o total do balanço patrimonial, exceto quanto aos ativos e passivos financeiros mantidos para negociação.

Gestão da liquidez estrutural

A gestão da liquidez estrutural tem como objetivo financiar as atividades recorrentes do Banco em condições ótimas de prazos e custos, evitando, assim, que a instituição assuma riscos de liquidez não desejados.

As principais características da gestão da liquidez estrutural em 2014 foram as seguintes:

• Posição confortável de liquidez estrutural. Como o Banco Santander é um banco fundamentalmente comercial, os depósitos dos clientes constituem a principal fonte de obtenção de liquidez na sua estrutura de financiamento. Esses depósitos, somados ao capital e outros instrumentos similares, permitem ao Banco cobrir a maior parte de suas necessidades de liquidez. Como resultado, as captações no mercado de atacado são moderadas com relação ao tamanho de seu balanço.

• No Brasil, a obrigatoriedade de constituir reserva legal absorve uma parcela considerável da captação.

• Diversificação de instrumentos para obter liquidez. Adicionalmente, as dívidas preferenciais e subordinadas são de longo prazo.

• O balanço local deve ser “autofinanciável”.

• Com base nos resultados do teste de stress, mantém-se uma reserva mínima de liquidez.

• A dependência do Banco Santander de captações internacionais não é representativa.

• O objetivo é que as atividades relacionadas com moedas fortes sejam financiadas com captações em moeda forte com terceiros.

• Dadas as turbulências potenciais nesse mercado, o Banco Santander tem mecanismos para utilizar a liquidez local para suportar atividades em moeda forte.

• Alta capacidade de obter liquidez dos itens que compõem o balanço. As posições de títulos do governo são mantidas para fins de gestão da liquidez.

• O Banco executa funções de controle e gestão, o que envolve planejar suas necessidades de recursos, estruturar as fontes de financiamento, melhorar sua diversificação com prazos e instrumentos, e definir planos de contingências.

Na prática, a gestão da liquidez executada pelo Banco consiste no seguinte:

• Anualmente é elaborado um plano de liquidez, com base nas necessidades de financiamento derivadas dos orçamentos de cada negócio. A partir dessas necessidades de liquidez, e trabalhando com limites prudenciais da demanda nos mercados de curto prazo, o Banco traça um plano de emissões e securitizações para o exercício.

• Durante o ano é feito um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento e é atualizado esse plano.

• Controle e análise do risco de liquidez. O principal objetivo é garantir que o mantenha níveis aceitáveis de liquidez para cobrir suas necessidades de financiamento no curto e no longo prazo, em situações normais de mercado. Para isso, o Banco utiliza medidas de controle de balanços, como gap de liquidez e índices de liquidez.

Também são feitas diferentes análises de cenários (ou cenários de stress) nas quais são consideradas necessidades adicionais que poderiam surgir caso certos eventos extremos, porém plausíveis, ocorram. O objetivo é cobrir um amplo espectro de situações que, em maior ou menor grau, podem afetar o Banco, permitindo que a instituição prepare os respectivos planos de contingências.

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking.*

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de Reais

Carteira Negociação				**2014**
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(5.659)	(189.862)	(379.723)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(6.163)	(103.872)	(207.744)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(1.195)	(14.600)	(29.201)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(135)	(2.703)	(5.405)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.625)	(40.635)	(81.269)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(2.034)	(11.120)	(22.240)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4.760)	(68.828)	(137.657)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(100)	(2.512)	(5.024)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(1.606)	(1)	(2)
Total [(1)]		**(23.277)**	**(434.133)**	**(868.265)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais

Carteira *Banking*				**2014**
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(61.793)	(1.594.365)	(2.985.943)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(12.858)	(300.477)	(511.480)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.436)	(20.431)	(38.179)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(9.824)	(134.069)	(246.452)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(302)	(1.848)	(3.628)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(7.992)	(2.424)	(3.358)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.925)	(48.117)	(96.234)
Total [(1)]		**(96.130)**	**(2.101.731)**	**(3.885.274)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Estrutura Independente

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de gestão e controle dos Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander está subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

A Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade na contínua melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e do sistema de controles internos, e assim assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

d.1) Riscos Não Financeiros

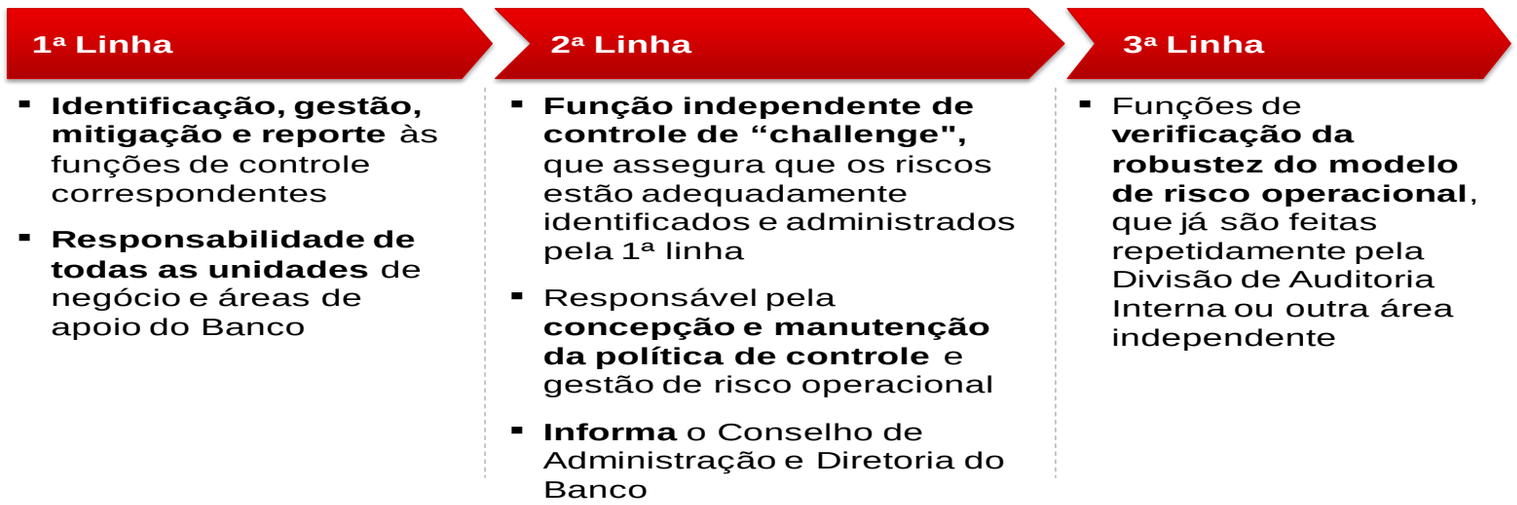
Tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de riscos operacionais e controles internos.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission –Internal Control– Integrated Framework* 2013.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais e controles internos, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

No segundo semestre de 2014, foi consolidado o uso das abordagens por linhas de defesa, iniciado em Abril/2014 e aprovado em Comitê Executivo.

Modelo de Linhas de Defesa



Riscos Não Financeiros é a 2ª linha de defesa no modelo do Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basiléia e Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Age também no controle e desafio das atividades desempenhadas pela 1ª linha de defesa, contribuindo para o seu fortalecimento.

Em linha com o reforço de uma estrutura independente e vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos, a área de Controles Internos passou a integrar a estrutura de Riscos Não Financeiros.

O Modelo de Controles Internos ("MCI") implantado no Banco Santander é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO"), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de compliance, que foram fixados no âmbito de controle interno. O Banco adequou seu MCI aos padrões internacionais mais exigentes estabelecidos pelo COSO (*Internal Control – Integrated Framework* 2013) tendo como principais objetivos a mitigação de riscos, dar transparência à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e o atendimento aos requisitos da legislação em vigor e de órgãos reguladores. O MCI é baseado na auto avaliação pelos responsáveis de atividades, processos, subprocessos e controles, (*control self assessment* – CSA) e divulgado no âmbito do Banco por meio de normativos, guias de instrução e notas internas disponíveis na Intranet local, no Portal de Controles Internos e no Portal de Normas.

O sistema apoia a administração na gestão do MCI, além de documentar os subprocessos, riscos, indicadores e controles associados, e também na certificação pelos gestores responsáveis das atividades de controles, subprocessos, processos, atividades e subgrupos, que provê conforto quanto às demonstrações financeiras para a certificação pelo Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo.

d.2) Abrangência e sustentabilidade

A abrangência da gestão e do controle dos Riscos Operacionais ultrapassa a alocação de capital regulamentar, contribuindo ao desenvolvimento sustentável das atividades da Instituição. Destacando-se:

• Melhoria da eficiência operacional e da produtividade nas atividades e nos processos.

• Adequação às regulamentações existentes: BACEN, CVM, SUSEP e BIS, bem como novos requerimentos e acompanhamento do atendimento oportuno das solicitações dos órgãos reguladores.

• Fortalecimento da reputação e melhora da relação Risco x Retorno para o público com quem o Banco mantém relacionamento.

• Manutenção e preservação da qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços disponibilizados, bem como das partes relacionadas.

• Identificação e endereçamento oportuno, das correções de vulnerabilidades identificadas em processos e realização de testes de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres.

• Difusão da cultura de gestão e controle de Riscos Operacionais, por meio de comunicação interna (intranet, material impresso, cursos "online" e outros meios), com reforço no *"Accountability"*.

Essa estrutura permite o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e aprofundamento da disseminação da cultura de responsabilidade sobre a gestão e controle dos eventos de riscos operacionais.

d.3) Fator diferencial

A área de Riscos Não Financeiros investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações.

Destacam-se:

• Realização anual da Semana de Prevenção e Controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos.

• Manutenção do Programa de Integração para Novos Funcionários - “Uma só voz”, com palestras e aulas expositivas que orientam sobre a responsabilidade e atuação na gestão dos riscos operacionais.

• Treinamentos sobre os procedimentos necessários para a avaliação do Ambiente de Controles Internos.

• Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais.

• Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.

• Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability.*

• Desenvolvimento de Indicadores Chave de Risco, com o objetivo de extrair análises absolutas e relativas com base em volumetria e análise do mercado.

• Composição das linhas de defesa criando novas funções para o papel do representante de risco operacional: “Gestor” e “Coordenador” de Riscos Operacionais abrangendo todo o Banco e “Especialistas” para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

• Avaliação semestral dos controles internos da companhia pelos gestores responsáveis por controles, subprocessos, processos e atividades documentados no MCI para suportar a certificação do Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças.

• Adesão ao novo Modelo divulgado pelo COSO - *Framework* 2013, com a adequação dos controles já existentes aos 17 novos princípios.

d.4) Política de Comunicação

A área de Riscos Não Financeiros faz parte da estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para a Administração por meio de relatórios específicos, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos, preventivos e respectivo acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

Semestralmente elabora o Relatório de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais, Tecnológicos, de Continuidade de Negócios e de Avaliação do Ambiente de Controles Internos, apresentado ao Conselho de Administração e o Relatório de Avaliação da Qualidade e Adequação do Modelo de Controles Internos apresentado no Comitê Executivo para ciência dos resultados e atividades desenvolvidos no período.

Informações adicionais podem ser obtidas na página do Banco, nos relatórios Anual e Social.

e) Risco de Reputação

e.1) Risco de Reputação

Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com o cliente certo.

Nesse sentido o Banco Santander busca oferecer o produto mais adequado, de acordo com o perfil de cada cliente.

e.2) Compliance

O Risco de Compliance é o risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que um banco pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias no exercício de sua atividade. O Compliance no Banco Santander tem enfoque proativo, atuando em processos educativos, de monitoramento e comunicação corporativa.

A área de Compliance atua de forma independente e reporta à Administração, Painel de Aderência Regulatória, contribuindo para manutenção da reputação e integridade do Banco Santander.

e.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da alta gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Compliance, que se reúne trimestralmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são deliberados por comitês internos em vários níveis até que seus riscos sejam completamente atenuados, sendo a última instância o Comitê Corporativo de Comercialização (Comitê Corporativo de Comercialización - CCC) composto por Executivos do Banco Santander, com sede na Espanha. Após a aprovação os novos produtos e serviços são acompanhados, com vistas a identificar de forma tempestiva eventos que possam representar risco reputacional, que são reportados ao Comitê Local de Comercialização.

f) Adequação ao Novo Marco Regulamentar

O Banco Santander assumiu um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do projeto Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe de Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas, nomeadamente, Finanças, Riscos, Tecnologia e Operações , Auditoria Interna e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional de Basileia II, o envolvimento da Administração do Banco Santander tem sido total desde o inicio da implementação. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do projeto Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

O Banco aplicará, nos próximos cinco anos, a metodologia modelos internos baseado em classificação interna (AIRB) de Basileia II em praticamente todas as suas unidades, até que a sua exposição líquida coberta por esse método esteja próxima de 100%.

As exigências adicionais de capital, derivadas do processo de auto avaliação (Pilar II) devem ser compensadas pelo perfil de risco que caracteriza as atividades de negócios do Banco (risco médio baixo), devido ao seu enfoque em Banco Comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas) e pela diversificação dos negócios. O Pilar II leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I (capital regulatório), além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

O Banco Santander continuou, em 2014, com o projeto de implementação das plataformas tecnológicas e desenvolvimento das metodologias necessárias para implantação dos modelos internos para o cálculo de capital regulatório.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia II, o Banco Santander está desenvolvendo modelos internos para Risco de Mercado e permanecerá utilizando o método padronizado para risco operacional, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim. Quanto ao Risco de Mercado o Banco Santander apresentou sua candidatura no segundo semestre de 2011 e aguarda a aprovação junto aos reguladores para utilização de modelos internos para cálculo do capital regulamentar.

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo de Basileia. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte.

Além das implementações de Basileia II, o Banco Santander cumpre com os novos normativos de Basileia III conforme normas emitidas pelo Bacen.

f.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por órgãos de regulação na implementação de Basileia II. Uma equipe especializada da própria Entidade, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle do risco estão adequados à estratégia e ao perfil de risco da Entidade.

Adicionalmente, a função de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a alta gestão do Banco, pois eles são responsáveis em garantir a existência de procedimentos e sistemas adequados para monitorar e controlar o risco da entidade. Neste caso, a área de validação interna é responsável pela autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório), além de realizar revisões regulares.

Os modelos de validação interna no Banco Santander englobam modelos de risco de crédito, mercado, precificação de opções e modelo de capital econômico. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, *reporting* , uso, envolvimento da alta gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados a Basileia e gestão de riscos.

A função de validação interna é executada pelo departamento de Validação Interna de Riscos (CIVIR) que é integrante da área de Riscos (Controle Integrado de Riscos) e tem relacionamento direto com a matriz do Banco Santander (terceiro *deputy chairman* do Banco e o *chairman* do Comitê de Riscos) em Madri. Esta função é executada em nível corporativo visando garantir uniformidade das aplicações. A necessidade de validar modelos implementados em diversos países e diferentes unidades demandou criar 4 centros de corporativos de Validação localizados em Madri, Londres, Nova Iorque e São Paulo. Esta estrutura facilita a aplicação de uma metodologia corporativa que é suportada por diversas ferramentas desenvolvidas internamente pelo Banco Santander o que fornece quadro corporativo robusto para aplicação em todas as unidades do Banco e no qual automatiza certas verificações para garantir a eficiência das revisões.

É importante notar que o quadro corporativo de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação interna para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia e pelos órgãos reguladores. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre validação interna e auditoria interna, que é a última camada de validação do controle do Banco. A auditoria interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia, ferramentas e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de independência efetiva.

f.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de rating assim como as expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitizações, vendas de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e de instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de capital procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento, o RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e os dados da criação de valores para cada unidade de negócio. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Pilar 2 do acordo de Basiléia), o grupo utiliza um modelo de mensuração de capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos e garantir um nível de solvência adequado aos riscos do Banco.

g) Capital Econômico

g.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio.

Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.

2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.

3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).

4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.

5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

g.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio. O intervalo de confiança adotado pelo Banco Santander é superior aos 99,90% exigidos pelo Basiléia II.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Imobilizado. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basiléia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Créditos Tributários, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital Tipo de Risco	2014 Nova Metodologia	2013 Nova Metodologia	 Nova Metodologia	2012 Comparativo
Crédito	60%	56%	57%	65%
Mercado	5%	4%	4%	4%
ALM	9%	9%	5%	6%
Negócio	4%	5%	8%	9%
Operacional	7%	8%	13%	14%
Imobilizado	1%	1%	1%	1%
Intangíveis	2%	6%	4%	-
Fundos de Pensão	2%	2%	3%	-
Créditos Tributários	10%	9%	5%	-
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

O Banco Santander avalia periodicamente o nível e a evolução do RORAC (retorno ajustado ao risco) das principais unidades de negócios. O RORAC é o quociente do lucro gerado sobre o capital econômico alocado, utilizando a seguinte fórmula:

RORAC = Lucro/Capital Econômico.

O Banco Santander também faz o planejamento do capital visando obter projeções futuras de capital econômico e regulamentar. As previsões obtidas para o Banco são incorporadas aos diferentes cenários de forma coerente, incluindo seus objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de *pay-out*, créditos, etc.). São identificadas estratégias possíveis de gestão de capital que permitam otimizar a solvência e o retorno do Banco.

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).

2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital

3 - Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo dos prejuízos esperados e imprevistos.

Entre essas variáveis temos:

1 - *Rating* de contraparte.

2 - Vencimento.

3 - Garantias.

4 - Natureza do financiamento.

O retorno sobre o capital é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

46. Informações complementares - Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2014	2013	2012
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		**57.320.685**	**62.819.207**	**63.451.508**
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	(80.855)	3.367	7.032
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	34.852	28.912	460.340
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	128.080	155.527	80.413
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	d	273.275	319.533	394.823
Reversão da amortização do ágio	e	20.620.628	17.060.156	13.423.171
Realização dos ajustes do preço de compra	f	874.738	999.510	1.068.715
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	g	112.052	112.052	-
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	h	(950.000)	-	-
Outros		(30.335)	(132.063)	12.994
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		**78.303.120**	**81.366.201**	**78.898.996**
Participações não-controladoras em IFRS		380.173	289.101	237.130
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		**78.683.293**	**81.655.302**	**79.136.126**

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2014	2013	2012
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		**2.161.170**	**2.107.327**	**2.725.748**
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	(78.659)	(17.587)	(20.797)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	(29.802)	96.213	(118.847)
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	36.998	75.114	(628.474)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	d	(11.053)	(75.290)	(150.940)
Reversão da amortização do ágio	e	3.683.391	3.636.985	3.636.944
Realização dos ajustes do preço de compra	f	(75.151)	(69.205)	(59.037)
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	g	-	112.052	-
Outros		(56.871)	(142.115)	98.009
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		**5.630.023**	**5.723.494**	**5.482.606**
Participações não-controladoras em IFRS		77.753	124.630	10.618
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		**5.707.776**	**5.848.124**	**5.493.224**

a) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria “Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado”, visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a “valor justo através do resultado”, como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

b) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns Investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus Investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central, foram reclassificados títulos de dívida para categoria “negociação” com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses Investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", dentro do escopo do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, que não permite reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

c) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

No resultado refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de empréstimos e recebíveis, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen.

d) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

e) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 - Imposto sobre a renda, relativo às diferenças temporárias.

f) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”, o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:

• Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.

• Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

g) Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas

Segundo o IFRS, em consonância com o IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, na alienação parcial de uma participação permanente, é reconhecido o valor justo sobre a parcela remanescente. Segundo o BRGAAP, neste tipo de operação, a participação permanente é mantida pelo seu valor contábil.

h) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R$950 milhões.

47. Eventos Subsequentes

a) Acordo de investimento entre o Banco Santander e o Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré, e o Banco Bonsucesso S.A. celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado.

No dia 10 de fevereiro de 2015, após serem atendidas todas as condições suspensivas para a conclusão da operação, a Aymoré subscreveu e integralizou ações representativas de 60% do capital social total e votante do Banco Bonsucesso Consignado S.A. no valor R$460 milhões, tornando-se o acionista controlador, permanecendo o Banco Bonsucesso S.A. com a parcela remanescente do seu capital social (40%). No dia 26 de fevereiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação pelo Bacen desta transferência de controle societário."

b) Remensuração do investimento no FIP Sondas

Em razão da escassez de informação que permita a mensuração confiável do valor justo em certos investimentos detidos de forma consolidada, em caráter prudencial, a entidade decidiu reconhecer um ajuste negativo de aproximadamente R$77 milhões, líquido de efeito tributário, nas Demonstrações Consolidadas do Resultado deste exercício, equivalente à remensuração ao seu respectivo valor de custo.

c) Alteração na Alíquota de IOF

O Decreto 8.392, de 20 de janeiro de 2015, alterou o Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários – IOF. O Decreto, que entra em vigor na data de sua publicação, eleva a alíquota de 1,5% para 3% para operações de crédito para o consumidor, dentre outras alterações. O Banco Santander não espera efeitos relevantes em suas operações como consequência dessa alteração na alíquota.

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação % Direta	Participação % Direta e Indireta	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)
Banco Bandepe S.A.	Banco	100,00%	100,00%	2.958.836	48.724
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	78,57%	99,99%	5.261.920	460.957
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%	1.296.864	318.018
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	146.914	19.876
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	Microcrédito	100,00%	100,00%	22.111	726
Santander Brasil Advisory Services S.A.	atividades	96,52%	96,52%	13.431	682
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV DTVM) (3)	Distribuidora	100,00%	100,00%	869.700	18.794
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	99,99%	100,00%	402.277	58.410
Santander Participações S.A. (4)	Holding	100,00%	100,00%	1.754.462	83.665
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) (1) (8)	Outras atividades	88,50%	88,50%	1.349.718	162.200
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	313.254	97.178
Mantiq Investimentos Ltda.	Outras Atividades	100,00%	100,00%	10.708	4.945
Santos Energia Participações S.A. (6)	Holding	100,00%	100,00%	-	-
Santander Brasil EFC	Financeira	100,00%	100,00%	2.501.672	62.895
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Corretora de Seguros	60,65%	60,65%	569.491	102.123
Controladas da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras atividades	-	100,00%	20.502	(3.470)
Controladas da Getnet S.A. (5)					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT) (5)	Outras atividades	-	100,00%	7.674	(104)
Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. (Go Pay) (5)	Outras atividades	-	100,00%	281	(576)
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia) (5)	Outras atividades	-	100,00%	33	(96)
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale) (5)	Outras atividades	-	100,00%	40	(1.830)
Transacciones Eletrónicas Pos Móvil S.A. (Pos Móvil) (5)	Outras atividades	-	100,00%	332.515	(124.187)
Izetlle do Brasil S.A. (5) (7)	Outras atividades	-	50,00%	(3.117)	(13.380)
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%	188.420	88.330
Evidence Previdência S.A. (2)	Holding	-	100,00%	187.602	2.355
Controlada da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) (9)	Outras atividades	-	50,00%	2.957	(6.216)

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação % Direta	Participação % Direta e Indireta	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company [(a)]	Securitização	-	(a)	-	-
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Financial Curto Prazo [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Paraty QIF PLC [(a)]	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(1) O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet S.A. a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina a controle do Banco sob a entidade.

(2) Na AGE realizada em 2 de dezembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da Ablasa Participações S.A. para Evidence Previdência S.A., e a alteração de seu objeto social para a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas, cujo processo se encontra em fase de homologação pela Susep.

(3) Na AGE de 6 de junho de 2014, foi aprovada a alteração da denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM), para Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., a alteração da denominação social foi aprovado pelo Bacen no dia 25 de julho de 2014. Na AGE realizada em 16 de setembro de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R$822.000, sendo que 50% no valor de R$411.000 foi integralizado pelo Banco Santander neste ato e os 50% remanescente no valor de R$411.000 serão integralizados em até 120 dias da referida data. Em decorrência do aumento do capital social, foram emitidas 1.673.368 novas ações ordinárias sem valor nominal e o seu capital social passou de R$18.313 para R$840.313. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 3 de outubro de 2014. (Nota 3).

(4) Na AGE realizada em 1 de agosto de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R$98.562, passando o capital social de R$1.131.738 para R$1.230.300, mediante a emissão de 242.471 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R$20.050 em moeda corrente nacional e R$78.512 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 131.583.368 ações ordinárias de emissão da Santos Energia, passando o seu investimento na Santos Energia para a Santander Participações. Na AGE realizada em 1 de setembro de 2014, foi aprovado um novo aumento no capital social da Santander Participações no valor de R$320.700, passando o capital social de R$1.1230.300 para R$1.551.000, mediante a emissão de 761.053 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R$249.087 em moeda corrente nacional e R$71.613 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 252.311 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., e a sua obrigação atrelada às referidas ações de realizar a integralização ainda pendente na BW Guirapá I S.A. no valor de R$91.000, passando o seu investimento para a Santander Participações.

(5) Empresas indiretamente adquiridas através da operação de aquisição da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet S.A. (atual denominação social da Santander Getnet).

(6) Na AGE de 8 de setembro de 2014, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$23.820 passando dos atuais R$87.180 para R$111.000, mediante a emissão de 40.448.655 novas ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Santander Participações. Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na Santos Energia bem como a participação em seus parques eólicos foram reclassificados para a conta ativos não-correntes mantidos para venda.

(7) Investimento adquirido em 7 da março de 2014.

(8) No dia 4 de abril de 2014, foi realizado a integralização do total do capital social da Getnet S.A. no valor de R$3.000, passando dos atuais R$13.000 para R$16.000. Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R$1.173.503, passando dos atuais R$16.000 para R$1.189.503, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R$1.156.263 em moeda corrente nacional e R$17.240 mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da Santander Getnet. Na AGE realizada em 31 de agosto de 2014 que aprovou a incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet), aprovou também a alteração da denominação social da Santander Getnet para Getnet S.A.

(9) Investimento adquirido em 12 de dezembro de 2014 (Nota 37.a). Na AGE de 15 de dezembro de 2014, foi aprovado a redução do capital social, de forma a ajustá-lo ao valor das importâncias efetivamente integralizadas, o qual passa de R$51.128 para R$49.451, sendo a referida redução no valor de R$1.677, sem cancelamento de ações, e sem restituição de quaisquer valores aos acionistas, observado o disposto na legislação aplicável.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de Dezembro de 2014, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Dezembro de 2014:

Diretor Presidente
Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto López Galán
Carlos Rey de Vicente
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Oscar Rodriguez Herrero

Diretores Executivos
Fernando Díaz Roldán
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
Carlos Alberto Seiji Nomoto
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jamil Habibe Hannouche
Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez
Jean Pierre Dupui
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Mário Adolfo Libert Westphalen
Mauro Cavalcanti de Albuquerque
Mauro Siequeroli
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sergio Antonio Borrielo
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2014:

Diretor Presidente
Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto López Galán
Carlos Rey de Vicente
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Oscar Rodriguez Herrero

Diretores Executivos
Fernando Díaz Roldán
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
Carlos Alberto Seiji Nomoto
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jamil Habibe Hannouche
Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez
Jean Pierre Dupui
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Mário Adolfo Libert Westphalen
Mauro Cavalcanti de Albuquerque
Mauro Siequeroli
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sergio Antonio Borrielo
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual nome do IFRIC) (IFRS).

1) Conjuntura Econômica

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível, divulgado em dezembro de 2014) mostrou queda de 0,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2013. Os investimentos recuaram 8,5%, enquanto o consumo das famílias apresentou uma ligeira expansão de 0,1%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o setor de serviços apresentou uma alta de 0,5%. Já o PIB industrial, pela segunda vez consecutiva, registrou queda de 1,5% no período, e a agropecuária apresentou uma expansão de 0,3%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,4% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro de 2014, ligeiramente abaixo do teto da meta de inflação (que é de 6,5%). Os preços de serviços continuam como a principal fonte de pressão inflacionária. Na reunião realizada em 21 de janeiro de 2015, o Bacen seguiu com o ciclo de alta da taxa de juros, aumentado a taxa Selic em 50 bps para 12,3% a.a. O aumento observado na taxa de juros nos últimos dois anos contribuiu para a desaceleração do ritmo de crescimento da carteira de crédito. O estoque de crédito avançou 11,3% nos doze meses encerrados em dezembro de 2014, após ter registrado crescimento de 11,7% em novembro de 2014. O crédito imobiliário, que cresce ao redor de 30,0% continua impulsionando o crédito e superando a taxa de expansão das demais modalidades.

As exportações brasileiras recuaram fortemente em 7,0% no acumulado de 12 meses encerrados em dezembro, somando US$225,1 bilhões, e as importações registraram queda de 4,4%, atingindo US$229,0 bilhões. Dessa forma, o saldo da balança comercial apresentou um resultado negativo de US$3,9 bilhões. O déficit em transações correntes totalizou US$90,9 bilhões, no acumulado de 12 meses até dezembro, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US$62,5 bilhões.

Nas contas públicas, o fraco ritmo da atividade econômica e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, e o resultado primário acumula apenas 0,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2014. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 5,8% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou 36,2% do PIB ao final de novembro e a dívida bruta alcançou, no mesmo período, 63% do PIB.

2) Desempenho

2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (R$Milhões)	12M14	12M13	variação anual %	4T14	3T14	variação no período %
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**27.229**	**28.479**	**-4,39**	**6.775**	**6.545**	**3,51**
Receitas de instrumentos de patrimônio	222	81	174,07	49	36	36,11
Resultado de equivalência patrimonial	91	91	0,00	23	31	-25,81
Comissões líquidas	8.766	8.101	8,21	2.490	2.202	13,08
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(888)	(595)	49,24	(952)	(879)	8,30
Outras receitas (despesas) operacionais	(471)	(444)	6,08	(98)	(115)	-14,78
TOTAL DE RECEITAS	**34.949**	**35.713**	**-2,14**	**8.287**	**7.820**	**5,97**
Despesas administrativas	(13.942)	(13.850)	0,66	(3.774)	(3.520)	7,22
Depreciação e amortização	(1.362)	(1.252)	8,79	(373)	(371)	0,54
Provisões (líquidas)	(2.036)	(2.693)	-24,40	(637)	(644)	-1,09
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(11.268)	(14.463)	-22,09	(2.738)	(2.816)	-2,77
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	87	460	-81,09	11	49	-77,55
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	15	104	-85,58	4	6	-33,33
Lucro operacional antes da tributação	6.443	4.019	60,31	780	524	48,85
Imposto de renda	(735)	(234)	214,10	649	799	-18,77
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	**5.708**	**3.785**	**50,81**	**1.429**	**1.323**	**8,01**
Lucro de Operações Descontinuadas	-	2.063	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**5.708**	**5.848**	**-2,39**	**1.429**	**1.323**	**8,01**

As outras despesas administrativas totalizaram R$6.738 milhões e R$6.805 milhões em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respectivamente. As despesas com pessoal totalizaram R$7.203 milhões e R$7.046 milhões em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respectivamente. As outras despesas administrativas obtiveram uma queda de 1,0% e as despesas com pessoal obtiveram um aumento de 2,2% na comparação interanual.

Como resultado, o índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas gerais no valor de R$13.942 milhões pela receita total de R$34.951 milhões, atingiu 39,9% no exercício.

O total de impostos inclui imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2014, os impostos sobre a renda atingiram uma despesa de R$735 milhões, considerando o efeito do hedge fiscal de Cayman, o imposto atinge uma despesa de R$2.403 milhões. O crescimento na despesa decorre, essencialmente, do efeito fiscal da variação cambial incidente sobre o investimento no exterior em filial e controlada.

Análise de Resultado por Segmento

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander realizou a venda do negócio de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset, que até setembro de 2013 estava alocado no segmento de Gestão de Ativos e Seguros. Os resultados com a venda do negócio de Gestão de Ativos, assim como o resultado da Santander Brasil Asset estão alocados na rubrica de "Operações Descontinuadas" no segmento do Banco Comercial, de acordo com o IFRS 5. Com a venda do negócio de Gestão de Ativos, a Administração reavaliou a abertura de segmentos e concluiu que devido a imaterialidade do segmento de Gestão de Seguros, seria mais adequado sua fusão com o segmento Banco Comercial. Referida alteração produz efeito retrospectivo nas Demonstrações Financeiras.

RESULTADO POR SEGMENTO (R$Milhões)	12M14	12M13	% sob lucro antes dos impostos	variação anual %
Banco Comercial (1)	4.231	1.510	65,67	180,22
Banco de Atacado Global	2.212	2.509	34,33	-11,85
Lucro Antes dos Impostos	**6.443**	**4.019**	**100,00**	**60,30**

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para lucros no montante de R$1.668 devido aos efeitos da valorização cambial do Real frente ao Dólar em 31 de Dezembro de 2014, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R$5.899.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R$Milhões)	Dez/14	Dez/13	variação anual %	Set/14	variação no período %
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	55.904	51.714	8,10	60.748	-7,97
Ativos financeiros para negociação	56.014	30.219	85,36	52.968	5,75
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	997	1.297	-23,13	1.529	-34,79
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.164	46.287	62,39	47.287	58,95
Empréstimos e financiamentos	264.608	258.778	2,25	266.061	-0,55
Derivativos utilizados como hedge	213	323	-34,06	252	-15,48
Ativos não correntes mantidos para venda	930	275	238,18	646	43,96
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.023	1.064	-3,85	1.031	-0,78
Créditos tributários	23.020	22.060	4,35	22.892	0,56
Outros ativos	5.066	5.085	-0,37	5.543	-8,61
Ativos tangíveis	7.071	6.886	2,69	6.671	6,00
Ativos intangíveis	30.221	29.064	3,98	30.288	-0,22
TOTAL DO ATIVO	**520.231**	**453.052**	14,83	**495.916**	**4,90**
Passivos financeiros para negociação	19.570	13.554	44,39	17.549	11,52
Passivos financeiros ao custo amortizado	392.187	329.701	18,95	369.623	6,10
Derivativos utilizados como hedge	894	629	42,13	851	5,05
Provisões	11.127	10.892	2,16	10.031	10,93
Passivos fiscais	12.423	11.693	6,24	13.713	-9,41
Outras obrigações	5.347	4.928	8,50	5.175	3,32
TOTAL DO PASSIVO	**441.548**	**371.397**	18,89	**416.942**	**5,90**
Total do patrimônio líquido	78.683	81.655	-3,64	78.974	-0,37
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**520.231**	**453.052**	14,83	**495.916**	**4,90**

Captações

O total de captações (Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R$368.741 milhões em 2014 e R$308.395 em 2013, apresentando um crescimento de 19,6%.

2.3) Carteira de crédito

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (R$Milhões)	Dez/14	Dez/13	variação anual %	Set/14	variação no período %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	29.060	46.212	-37,12	44.329	-34,45
Perda de valor recuperável (impairment)	(142)	(168)	-15,52	(143)	-0,50
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	**28.917**	**46.043**	**-37,20**	**44.186**	**-34,56**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	249.111	226.206	10,13	235.402	5,82
Perda de valor recuperável (impairment)	(13.421)	(13.472)	-0,38	(13.526)	-0,78
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**235.690**	**212.734**	10,79	**221.876**	**6,23**
TOTAL EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	**264.608**	**258.778**	**2,25**	**266.061**	**-0,55**

Perdas de valor recuperável

A despesa para perdas de empréstimos e adiantamentos, incluindo a recuperação de receita total, somou R$11.194 milhões e R$13.899 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respectivamente, apresentando uma queda de 19,5%.

2.4) Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2014, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou uma redução de 3,6% na comparação interanual e 0,4% no trimestre.

A diminuição do patrimônio líquido é decorrente, principalmente, do Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social (nota 27.e). O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R$6 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa; e parcialmente pela proposta de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$1.530, aprovada pelo Conselho de Administração.

Em 2014, foram adquiridas 7.425.000 Units e pagas 2.717.461 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2014 é de 16.531.177 Units (31/12/2013 - 11.823.638 Units), equivalente a R$230 milhões (31/12/2013 - R$177 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R$11,01, R$14,23 e R$18,52. Em 2014, foram adquiridas 6.332.218 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.080.565 ADRs, no montante atual de R$215 milhões (31/12/2013 - R$115 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US$4,61, US$6,18 e US$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2014 era de R$13,46 por Unit e US$5,02 por ADR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido ao Plano de Otimização do PR, foram registrados custos de emissão no valor de R$0,045 milhões, totalizando R$446 milhões (31/12/2013 - R$292 milhões) de ações em tesouraria.

Em dezembro de 2014, foram destacados dividendos e juros sobre o capital próprio no valor de R$1.530 milhões, conforme quadro a seguir:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R$Milhões)	Dez/14	Dez/13
Juros sobre o Capital Próprio	690,0	300,0
Dividendos Intermediários	99,8	1.385,2
Dividendos Intercalares	740,2	714,8
Total	**1.530,0**	**2.400,0**

• Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do PR do Banco Santander (“Plano de Otimização do PR”). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R$6 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de *Notes*

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R$6 bilhões. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizada pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US$1,247 bilhões, equivalente a R$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US$1,247 bilhões, equivalente R$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação das mesmas, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 (cinco) ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R$172 milhões em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento (inplit) da totalidade das nossas ações ordinárias e ações preferenciais em uma proporção de 1:55, sendo que para cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais corresponderão a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente e, como resultado, cada Unit (SANB11) será composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial.

Em 23 de abril de 2014, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicar aos acionistas que o Bacen homologou a ata da AGE realizada em 18 de março de 2014, que aprovou a bonificação e grupamento de ações e o ajuste na composição das Units. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não sejam de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. a ser contratada para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2. Em 13 de junho de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que o Laudo de Avaliação elaborado por N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda., foi devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração do Banco emitiu parecer sobre a Oferta e o Banco arquivou na U.S. Securities and Exchange Commission a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Banco Santander Espanha e o Banco Santander informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Banco Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Banco Santander Espanha publicou Fato Relevante a respeito do Resultado do Leilão da Oferta, realizado em 30 de outubro de 2014. O Banco Santander Espanha adquiriu 1.640.644 ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os American Depositary Receipts - ADRs representativos de Units adquiridos na Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

2.5) Índice de Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. E o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014. O requerimento mínimo de Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelece o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	Dez/14	Dez/13
Índice de Basileia - consolidado	17,5	19,2

2.6) Principais Controladas

CONTROLADAS (R$Milhões)	Ativos totais	Patrimônio Líquido	Lucro líquido	Carteira de crédito (1)
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	55.576,1	5.261,9	461,0	2.266,9
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	30.257,8	1.296,9	318,0	27.451,2
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.221,8	2.501,7	62,9	2.767,6
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A	849,9	402,3	58,4	0,9

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos descritos acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

3) Eventos

3.1) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondente a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 02 de dezembro de 2014), a Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R$31 milhões, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander tem o controle desta sociedade.

b) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet)

Em 7 de abril de 2014, o Banco Santander comunicou ao mercado a compra da empresa Getnet (“Transação”), por meio de sua controlada SGS, parceira do Banco Santander no desenvolvimento das atividades de adquirência e processamento de pagamentos via cartões de débito e crédito.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da SGS no valor de R$1.174 milhões, passando dos atuais R$16 milhões para R$1.190 milhões, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R$1.156 milhões em moeda corrente nacional e R$17 milhões mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da SGS, elevando assim a participação do Banco Santander na Getnet S.A. de 50,0% para 88,5%.

Em 31 de julho de 2014, a SGS adquiriu a totalidade das ações de emissão da Getnet. O valor da aquisição correspondeu a R$1.156 milhões (R$1.089 milhões pagos e R$67 milhões a pagar) sendo que o ativo intangível foi estimado em R$1.064 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, com a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA), o ativo intangível totalizou R$1.039 milhões.

De acordo com o IFRS 3 - Combinação de Empresas, reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data de aquisição, com base no acervo contábil em 31 de julho de 2014, que correspondeu a uma mais valia no ativo imobilizado no montante de R$49 milhões. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$74 milhões.

A contabilização inicial do PPA foi feita, conforme resumo abaixo:

Resumo dos valores apurados:

Patrimônio Líquido 31-07-14	43
Mais valia (1)	74
Valor contábil ajustado	**117**
Preço de compra	1.156
Ágio	**1.039**

(1) Registrado na rubrica Ativo Tangível

Na AGE realizada em 31 de agosto de 2014, foi a aprovada a incorporação da Getnet pela SGS, nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014 (Incorporação).

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil, permitindo ainda a consolidação para todos os fins comerciais, contábeis e financeiros.

Pelo Protocolo, a Getnet S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R$43 milhões, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet era de propriedade da Getnet S.A., não houve aumento do capital social da Getnet S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios minoritários da Getnet S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, mensurado ao valor justo, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R$950 milhões.

Ainda no dia 31 de agosto de 2014, os acionistas da SGS aprovaram a alteração da denominação social da companhia para Getnet S.A.

c) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da iZettle do Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R$17 milhões, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, o Banco Santander através de um aumento no capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) transferiu a valor contábil a totalidade das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Izettle do Brasil por ele detidas, no montante de R$17 milhões ao capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

A iZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

Uma das soluções desenvolvidas pela iZettle permite aos estabelecimentos comerciais aceitarem pagamentos com cartões, por meio de smartphones ou tablets, através da utilização de uma aplicação gratuita acoplada a um leitor de cartões, convertendo assim o aparelho em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com cartão com foco direcionado para microcomércios e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples.

d) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 18 de julho de 2014, foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, (“Acionistas”), assinaram em 17 de julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TecBan (“Novo Acordo de Acionistas”). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (“TAA”) pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas deu-se em 14 de novembro de 2014 e estava sujeita a algumas condições suspensivas, dentre elas a aprovação dos órgãos reguladores competentes.

Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% da sua participação nesta sociedade.

e) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, o Banco publicou Comunicado ao Mercado para informar aos seus acionistas que foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha deterá 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente 50% da sociedade holding.

A conclusão da Operação de venda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

f) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset (“Operação”), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R$2.008 milhões antes dos impostos (efeito tributário de R$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”).

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

g) Segregação das participações em sociedades que prestam serviços complementares àqueles prestados por instituições financeiras

Com o objetivo de segregar as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Banco Santander, foram efetuados os seguintes atos:

• Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial"), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;

• Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R$371 milhões, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa"), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente; e

• Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancaria Brasil (TecBan) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.

h) Ativos não correntes mantidos para vendas.

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. Em 30 de setembro de 2014, foram transferido os investimentos nas entidades de energia eólica para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição atual é altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo IFRS 5.

O total de ativos não-correntes mantidos para venda totaliza R$397 milhões, e os valores de passivos diretamente associados a ativos não-correntes mantidos para a venda totalizam R$43 milhões.

i) Outros Movimentos Societários.

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

• Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil;

• Aquisição em 21 de janeiro de 2013 pela Webmotors, de 100% do capital social da Idéia Produções;

• Cisão parcial da Webmotors com a redução do seu capital social em 30 de abril de 2013 e consequente constituição de uma nova sociedade nomeada Webcasas S.A.;

• Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim, a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R$120 milhões referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales.com Investments PTY Ltd no seu capital social;

• Redução do capital social da Santander Leasing, em 4 de janeiro de 2013, no valor de R$5 bilhões, sem alteração do número de ações;

• Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. pelo valor de R$47,2 milhões para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.;

• Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander exerceu uma opção de compra para adquirir 97.669 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., alcançando a totalidade de 252.311 ações representativas do seu capital social.

• Em 7 de março de 2014 foi concluída a aquisição, pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda – ME (Compreauto).

• Em 9 de setembro de 2014 foi assinado, pela Webmotors S.A., um contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. – ME ("Contrato") ("Aquisição"). O fechamento da Aquisição está condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Contrato, inclusive a aprovação prévia pelo Bacen.

3.2) Eventos Subsequentes

a) Remensuração do investimento no FIP Sondas

Em razão da escassez de informação que permita a mensuração confiável do valor justo em certos investimentos detidos de forma consolidada, em caráter prudencial, a entidade decidiu reconhecer um ajuste negativo de aproximadamente R$77 milhões, líquido de efeito tributário, nas Demonstrações Consolidadas do Resultado deste exercício, equivalente à remensuração ao seu respectivo valor de custo.

b) Acordo de investimento entre o Banco Santander e o Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré, e o Banco Bonsucesso S.A. celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado.

No dia 10 de fevereiro de 2015, após serem atendidas todas as condições suspensivas para a conclusão da operação, a Aymoré subscreveu e integralizou ações representativas de 60% do capital social total e votante do Banco Bonsucesso Consignado S.A. no valor R$460 milhões, tornando-se o acionista controlador, permanecendo o Banco Bonsucesso S.A. com a parcela remanescente do seu capital social (40%). No dia 26 de fevereiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação pelo Bacen desta transferência de controle societário.

4) Estratégia

O Banco Santander é um banco universal com foco nas atividades do varejo, que busca expandir seus negócios por meio de:

• Preferência e Vinculação: produtos e serviços segmentados, simples e eficazes, que através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação de nossos clientes;

• Recorrência e Sustentabilidade: crescimento dos negócios com maior diversificação de receitas e gestão rigorosa de risco em todos os momentos do ciclo de crédito;

• Produtividade :intensa agenda de transformação produtiva alinhada com a transformação da indústria financeira;

• Disciplina de Capital e Liquidez: para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

Assim para melhor atender às necessidades dos clientes, o Banco segmenta em Pessoas Físicas, Financiamento ao Consumo, PMEs e Corporate. Nos segmentos de Financiamento ao Consumo e Corporate o Banco conta com uma estrutura robusta, permitindo obter melhor desempenho. O foco está direcionado, portanto, no fortalecimento dos segmentos de pessoa física e PMEs. Em 2014 o Banco obteve avanços importantes, dentre os quais merecem destaque:

• Reformulação dos canais com a criação do conceito de “multicanalidade”, que é a proposta de aprimorar a experiência dos clientes com processos mais simples e acessíveis. Nesse sentido, destaca-se o lançamento das versões atualizadas do App “Minha Conta”, o novo Internet Banking e o caixa eletrônico especial para saques em dólares;

• Aquisição de 50% do SuperBank, uma plataforma digital que oferece a venda de produtos e serviços financeiros para o segmento de pessoa física, com uma estrutura mais eficiente, através de cartão pré-pago;

• Lançamento do Santander Conta Conecta, conta corrente destinada aos segmentos de pessoas físicas e PMEs, que oferece um dispositivo que permite receber pagamentos com cartões nos smartphones e tablets;

• Fortalecimento do negócio de Adquirência, com a conclusão da operação de aquisição de GetNet. Banco Santander participa indiretamente com 88,5%;

• Lançamento do Pague Direto, novo produto de meios de pagamento em parceria com Ambev, principal empresa produtora de bebidas do Brasil, que oferece uma solução orientada ao segmento de PMEs e permite aos estabelecimentos comerciais pagar seus pedidos com a maquininha Santander de forma mais prática, rápida e segura;

• Parceria com o Banco Bonsucesso S.A., para alavancar as atividades de consignado, além de ampliar a oferta de produtos e de melhorar a capacidade de distribuição e comercialização;

• No final de 2014 o Banco lançou o “Modelo Comercial CERTO”, que consiste em oferecer mais simplicidade e dedicação comercial aos clientes. O modelo conta com uma plataforma única de gestão comercial com ferramentas mais integradas e alinhadas com uma “visão cliente”, que favorecerão o aumento dos negócios, da eficiência e do foco no cliente.

Outro aspecto importante da estratégia do Banco Santander é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez, cobertura e capital. Ao final de dezembro de 2014, a relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 97,5% e o índice de cobertura atingiu 180,0%. O índice de Basileia do Banco Santander ficou em 17,5%, mantendo a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
AGÊNCIA DE RATING	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB+ (estável)	F2	BBB+ (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's	BBB-	A-3	BBB-	A-3	brAAA (estável)	brA-1+
Moody's (perspectiva)	Baa2 (negativa)	Prime-2	Baa2 (negativa)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating.

6) Governança Corporativa

Em 2 de outubro, o Conselho de Administração do Banco emitiu parecer favorável à aceitação da Oferta de Permuta e da consequente saída do Banco do segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBovespa denominado Nível 2 de Governança Corporativa, conforme aprovado pelos acionistas do Banco na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de junho de 2014.

Em 28 de outubro, o Conselho de Administração do Banco aprovou a eleição do Sr. José de Paiva Ferreira como membro do Comitê de Riscos.

Em 3 de novembro, o Conselho de Administração do Banco aprovou novo programa de recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou de American Depositary Receipts ("ADRs"), representativas, cada uma, de 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de emissão do Banco, ou de ADRs, pelo Banco ou por sua agência em Cayman; para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 26 de novembro, o Conselho de Administração do Banco aprovou: (i) a Política de Responsabilidade Socioambiental e seu respectivo plano de ação, bem como indicou o Sr. Carlos Alberto Seiji Nomoto, como Diretor responsável; (ii) a indicação da Ouvidora do Banco, Sra. Maria Lúcia Ettore do Valle, com mandato até 21 de dezembro de 2015; (iii) a proposta de alteração do Regimento Interno do Comitê de Riscos; (iv) o calendário de reuniões do Conselho de Administração para o exercício social de 2015; e (v) o Plano de Incentivo de Longo Prazo para o ano de 2014.

Em 17 de dezembro, o Conselho de Administração do Banco aprovou a alteração da Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante do Banco. Desta forma, as publicações de ato ou fato relevante do Banco passarão a ser divulgadas no portal de notícias do Valor Econômico (Canal Valor RI - www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes).

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos e, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local.

Suas principais atribuições são:

• Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;

• Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;

• Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

• Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comercias, é composta por núcleos responsáveis pelo gerenciamento do risco de crédito, risco de mercado e riscos não financeiros.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam, sob o ponto de vista de gestão de portfólios, por segmento.

Uma diretoria específica tem como missão consolidar os portfolios e respectivos riscos, subsidiando a direção com a visão integrada. Além dessa atribuição, também é responsável pelo atendimento aos reguladores, auditores externos e internos assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandardizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, alinhadas aos objetivos locais quanto ao nível de tolerância e predisposição ao risco.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

• Independência funcional;

• Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;

• Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);

• Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;

• Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e

• Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A Superintendência de Riscos não Financeiros do Banco Santander é subordinada a VP de Riscos e possui estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, que asseguram um modelo de gestão adequado que visa a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a prevenção aos riscos operacionais e tecnológicos que fortalecem o sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Este modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha que são fundamentadas no Enterprise Risk Management do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Os procedimentos desenvolvidos e adotados tem o objetivo de posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas de gerenciamento dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2014, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em 30 março de 2015 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do ano de 2014, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do ano de 2014, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2014, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada, sendo mais de 49 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que gostam de desafios e querem ir cada vez mais longe. Através dos diversos diferenciais de se trabalhar na Organização, oferecemos apoio e as condições necessárias para que cada um faça seu trabalho cada vez melhor.

• **Um ambiente que incentiva cada um a fazer o melhor pelo cliente:** o Banco Santander incentiva um ambiente dinâmico, desafiador e estimulante, focado em sempre atender às necessidades dos clientes.

• **Um ambiente que valoriza as novas ideias:** a cultura do Banco reforça o valor das novas ideias, por isso se interessa em ouvir as contribuições dos profissionais e estimula-se o pensamento criativo e inovador para, juntos, termos as melhores e mais eficientes soluções.

• **Um ambiente onde todos fazem a diferença:** o Banco reconhece as contribuições e as diferenças individuais, mas, acima de tudo, valoriza o trabalho em equipe, porque tem certeza de que a atuação conjunta contribui para a satisfação dos clientes e para a conquista de melhores resultados.

• **Um ambiente de oportunidades e desenvolvimento:** o Banco reconhece o potencial dos profissionais, por isso oferece oportunidades, investimos no desenvolvimento e ofereces o apoio necessário para o crescimento profissional e pessoal das Pessoas.

9) Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade para o Banco Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que se concretiza com a inserção do tema em nosso modelo de atuação, fomentando a inclusão social e financeira, investindo na melhoria da educação e fazendo negócios que promovam resultados para o banco e para todos. Este compromisso, a estratégia e as iniciativas de sustentabilidade do Banco Santander levaram o banco a integrar dois índices de referência para investimentos socialmente responsáveis: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa (pelo quinto ano consecutivo) e o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU. Além disso, o banco se destaca no programa de Microcrédito, no qual ocupa uma posição de destaque entre os bancos privados. Ademais, o Banco Santander é o banco mais ativo em energia renovável do país e o único banco a investir diretamente em projetos de energia eólica.

No primeiro semestre de 2014, o Bacen publicou a Resolução 4.327, que estabelece a implementação de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Santander já adota uma série de práticas estabelecidas pela Resolução e está trabalhando em um plano de ação para atendimento integral à nova regulamentação, de acordo com o cronograma disposto na referida Resolução.

Em 2014, o Banco foi reconhecido pela revista Dinheiro, por integrar o ranking “50 empresas do bem”, e também pelas iniciativas de mobilidade da Torre Santander. Também em 2014, o Banco ficou em primeiro lugar entre as instituições financeiras do BRICS com nota máxima na subcategoria Crédito Responsável do relatório Banks & Responsible Finance, da consultoria Sustainalytics. Além disso, com o programa pioneiro Reduza e Compense CO2 fomos reconhecidos pelo Prêmio BeyondBanking, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ethical Awards, concedido pelo Ethical Corporation.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2014, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionadas à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 30/03/2015).

***

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

AV. Juscelino Kubitschek, 2235 – 10 andar

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br